III COLÓQUIO INTERNACIONAL
DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

LISBOA — 1957

ACTAS

III COLÓQUIO INTERNACIONAL
DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

LISBOA — 1957

ACTAS

VOLUME I

LISBOA
1959

A Comissão Organizadora do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros tem a honra de apresentar os dois volumes de Actas da reunião científica realizada em Lisboa de 9 a 15 de Setembro de 1957. O primeiro compreende as Actas das Secções I. A TERRA E O HOMEM, II. A LÍNGUA, III. A LITERATURA; o segundo, as das Secções IV. AS BELAS ARTES, V. A SOCIEDADE, A POLÍTICA E A ECONOMIA, VI. O ORDENAMENTO JURÍDICO e VII. INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO E CULTURA.

Ao encerrar deste modo os seus trabalhos, a Comissão renova o seu agradecimento ao Instituto de Alta Cultura e à Junta de Investigações do Ultramar pelo patrocínio que tornou possível tanto a organização do Colóquio como a publicação dos presentes volumes.

MANUEL CAVALEIRO DE FERREIRA
Presidente

VIRGÍNIA RAU
ORLANDO RIBEIRO
GUILHERME BRAGA DA CRUZ
ANTÓNIO JORGE DIAS
MÁRIO TAVARES CHICÓ
Vogais

LUÍS FILIPE LINDLEY CINTRA
Secretário

O III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS REUNIU-SE SOB O ALTO PATROCÍNIO DE S. EX.ª O PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, GENERAL FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES

COMISSÃO DE HONRA

Prof. Doutor MARCELLO CAETANO
Ministro da Presidência

Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Prof. Doutor PAULO CUNHA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Prof. Doutor RAUL VENTURA
Ministro do Ultramar

Prof. Doutor CLÓVIS SALGADO
Ministro da Educação e Cultura do Brasil

Prof. Engenheiro FRANCISCO LEITE PINTO
Ministro da Educação Nacional

JAMES C. H. BONBRIGHT
Embaixador dos Estados Unidos da América em Portugal

Prof. Doutor ÁLVARO LINS
Embaixador do Brasil em Portugal

Doutor ANTÓNIO DE FARIA
Embaixador de Portugal no Brasil

Doutor João Peregrino Junior
Presidente da Academia Brasileira de Letras

Doutor Júlio Dantas
Presidente da Academia das Ciências de Lisboa

Prof. Doutor José Caeiro da Matta
Presidente da Academia Portuguesa da História

Prof. Doutor Reynaldo dos Santos
Presidente da Academia Nacional das Belas Artes

Prof. Doutor Gustavo Cordeiro Ramos
Presidente do Instituto de Alta Cultura

Prof. Doutor António Mendes Corrêa
Presidente da Junta de Investigações do Ultramar

Doutor Eduardo Brasão
Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo

MEMBROS HONORÁRIOS

Luther Evans
Director-Geral da UNESCO, Director da Biblioteca do Congresso, quando se reuniu o I Colóquio, e Presidente da sua Comissão de Honra.

L. Quincy Mumford
Director da Biblioteca do Congresso, patrocinadora da organização do I Colóquio.

Harvie Branscomb
Reitor da Universidade de Vanderbilt, patrocinadora da organização do I Colóquio.

Pedro Theotónio Pereira
Antigo Embaixador de Portugal nos Estados Unidos, Presidente da Delegação Portuguesa ao I Colóquio.

Pedro Calmon
Reitor da Universidade do Brasil, Presidente da Delegação Brasileira ao I Colóquio.

Howard F. Cline
Director da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso.

Francis M. Rogers
Professor de Língua e Literatura Românicas, Universidade de Harvard, Presidente do I Colóquio.

Lewis Hanke
Professor de História Latino-Americana, Universidade do Texas, antigo Director da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso, Secretário-Geral do I Colóquio.

José de Mello Moraes

Reitor da Universidade de São Paulo, patrocinadora da organização do II Colóquio.

António Soares Amora

Professor da Universidade de São Paulo, Secretário-Geral do II Colóquio.

Miguel Paile

Presidente da Delegação Portuguesa aos Congressos do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Reynaldo dos Santos

Presidente da Delegação Portuguesa ao II Colóquio.

Thiers Martins Moreira
Américo Jacobina Lacombe
Paulo de Sá

Membros da Comissão do Ministério da Educação e Cultura para o cumprimento do Acordo de Cooperação Intelectual entre Portugal e o Brasil.

Damaso Alonso
Rodrigo de Mello Franco de Andrade
Marcel Bataillon
Charles R. Boxer
Julio Caro Baroja
Hernâni Cidade
A. A. Mendes Corrêa
Jaime Cortesão
Fidelino de Figueiredo
Gilberto Freyre
Pierre Gourou
Serafim Leite
Ramón Menéndez Pidal
Damião Peres
Yves Renouard
Robert Ricard
Robert C. Smith

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente:

Manuel Cavaleiro de Ferreira

Vogais:

Virgínia Rau
Orlando Ribeiro
Guilherme Braga da Cruz
António Jorge Dias
Mário Tavares Chicó

Secretário:

Luís Filipe Lindley Cintra

LISTA DOS PARTICIPANTES

ALEMANHA

Albin Eduard BEAU. Av. D. Afonso Henriques, 19. *Coimbra.*
Ursula BEAU.
Friedrich IRMEN. Rottmannstr. 27. *Heidelberg.*
Elisabeth MÜLLER IRMEN.
Heinz KRÖLL. Kaiserstrasse, 36, VI, 110. *Mainz.*
Harri MEIER. Romanisches Seminar der Universität Bonn. *Bonn.*
Herbert MINNEMANN. Ibero-amerikanisches Forschungsinstitut. Bornplatz 2. *Hamburgo 13.*
Joseph M. PIEL. Raschdorffstr. 6. *Köln-Braunsfeld.*
Traute PIEL.
Gertrud RICHERT. Gaertnerstr. 25-32. *Berlin-Lantwitz.*
Hermann KELLENBENZ. Friedenstrasse 29. *Würzburg.*
Manfred KUDER. Av. da Liberdade, 222-2.º. *Lisboa.*

ARGENTINA

Mário J. BUSCHIAZZO. Ferrari 540-Adroqué 3790. *Buenos Aires.*

BÉLGICA

Paul DONY. Rivadavia 5533. *Buenos Aires.*

BRASIL

Francisco Heron de ALENCAR. Rua Franco Velasco, 51. *Salvador. — Bahia.*
Wanda Amorim de ALENCAR.
António Augusto SOARES AMORA. Rua Tefé, 43. *São Paulo.*
Rodrigo MELLO FRANCO DE ANDRADE. R. Nascimento Silva, 190. Ipanema. *Rio de Janeiro.*

José RIBEIRO DE ARAUJO FILHO. C. P. 8.105. *S. Paulo.*
Luiz HEITOR CORRÊA DE AZEVEDO. 12, rue Galilée. *Paris XVI.*
Mário BARATA. Rua Uruguai, 541. *Rio de Janeiro.*
Itagyba BARÇANTE. *Rio de Janeiro.*
Oscar BARRETO FILHO. Rua Quintino Bocaiuva, 231, 11.º andar — sala 111. *São Paulo.*
Nilo BERNARDES. Rua Ribeiro de Almeida, 44, apart. 102. *Rio de Janeiro.*
Lysia Maria CAVALCANTI BERNARDES.
Pedro CALMON. Av. Pasteur, 250. *Rio de Janeiro.*
José CÂMARA. Rua Buarque de Macedo, 20, apart. 201. *Rio de Janeiro.*
Alice PIFFER CANNABRAVA. Alameda Dino Bueno, 535. *São Paulo.*
LEVI CARNEIRO. Rua Gustavo Sampaio, 244. Leme. *Rio de Janeiro.*
Luís da CÂMARA CASCUDO. 377, Junqueira Aires. *Natal.*
José Olympio de CASTRO FILHO. Rua Espírito Santo, 977, apart. 601. *Belo Horizonte.*
Waldemar CAVALCANTI. Rua J. Carlos, 66. *Rio de Janeiro.*
Celso FERREIRA DA CUNHA. Rua Diógenes Sampaio, 18, apart. 101. *Rio de Janeiro.*
Cinira FIGUEIREDO DA CUNHA.
Maria Luísa MONTEIRO DA CUNHA. Rua Barão de Capanema, 227. *São Paulo.*
Manuel NUNES DIAS. Rua Maria Antónia, 294. *São Paulo.*
Manuel DIÉGUES JÚNIOR. Rua da Matriz, 92. Botafogo. *Rio de Janeiro.*
José LOUREIRO FERNANDES. Rua José Loureiro, 312. *Curitiba.*
Waldemar MARTINS FERREIRA. Rua Espéria, 30. *São Paulo.*
Henrique da SILVA FONTES. Av. Trompowsky, 14. *Florianópolis.*
Gilberto FREYRE. Apipucos. *Recife.*
Maria do Carmo CORREIA GALVÃO. Rua Joana Angélica, 260, apart. 104. *Rio de Janeiro.*
Claudio GANNS. Av. Copacabana, 99, apart. 501. *Rio de Janeiro.*
António HOUAISS. Rua Cardoso Júnior, 5, apart. 602. Laranjeiras. *Rio de Janeiro.*
Renato JOBIM. Redacção do «Diário Carioca». *Rio de Janeiro.*
Américo Jacobina LACOMBE. Rua S. Clemente, 134. *Rio de Janeiro.*
Dante de LAYTANO. Av. Carlos, 271. *Porto Alegre.*
Ernesto de MORAES LEME. Av. da Liberdade, 65, 8.º. *São Paulo.*
Wilson MARTINS. Rua Abaldino do Amaral, 710. *Curitiba.*
José Dalmo Fairbanks BELFORT DE MATTOS. Av. Pompéia, 765. *São Paulo.*
Alice Fairbanks BELFORT DE MATTOS.
J. R. BELFORT DE MATTOS Filho. Av. Pompéia, 765. *São Paulo.*
José António Gonsalves de MELLO NETTO. Rua das Pernambucanas, 420. *Recife.*
Senhora de MELLO NETTO.
Adolpho JUSTO BEZERRA DE MENEZES. Consulado do Brasil. *Génova.*
Conchita BEZERRA DE MENEZES.
Josué MONTELLO. Embaixada do Brasil. *Lisboa.*
Thiers MARTINS MOREIRA. Rua Jardim Botânico, 164, casa 3. *Rio de Janeiro.*
Antenor NASCENTES. Rua Ernesto Sousa, 62. *Rio de Janeiro.*
Serafim da SILVA NETO. Rua Homem de Melo, 270, apart. 102. *Rio de Janeiro.*
Cremilda SILVA NETO.
Dom Clemente Maria da SILVA-NIGRA. Ministério da Educação e Cultura, Sala 801. *Rio de Janeiro.*
Vandick LONDRES DA NÓBREGA. Rua Araucária, 42, Jardim Botânico. *Rio de Janeiro.*

Waldemar TAVARES PAIS. Rua Curitiba, 2257. *Belo Horizonte.*
J. F. de ALMEIDA PRADO. *São Paulo.*
João PEREGRINO JÚNIOR. Rua Barão de Jaguaribe, 55. *Rio de Janeiro.*
Senhora de PEREGRINO JÚNIOR.
Carlos POTSCH. Rua Diógenes Sampaio, 18, apart. 202. *Rio de Janeiro.*
Senhora de Waldemiro POTSCH.
Arthur Cezar FERREIRA REIS. Jardim Botânico, 305, apart. 302. *Rio de Janeiro.*
Graziela da SILVA REIS.
René RIBEIRO. Rua Henrique Dias, 281. *Recife.*
Miguel P. do RIO-BRANCO. Embaixada do Brasil. *Lisboa.*
An'Augusta RODRIGUES. *Rio de Janeiro.*
José Honório RODRIGUES. Av. Afrânio de Melo Franco, 16, apart. 2. *Rio de Janeiro.*
Senhora de José Honório RODRIGUES.
Lydia de Queiroz SAMBAQUY. Av. General Justo, 171, 4.º. *Rio de Janeiro.*
Zenith MENDES DA SILVEIRA. Rua Avaré, 359. Pacaembú. *São Paulo.*
Hélio SIMÕES. Rua Alves Ferreira, 48, apart. 301. Salvador. *Bahia.*
Maria Therezinha de SEGADAS SOARES. Av. General San Martin, 1011. *Rio de Janeiro.*
Hilgard O'Reilly STERNBERG. Rua Real Grandeza, 182 c. 5-A. *Rio de Janeiro.*
Oldegar FRANCO VIEIRA. Rua Franco Velasco, 39, 3.º. *Bahia.*

DINAMARCA

Holger STEN. Skt. Thomas Allé 3. *Copenhague.*

ESPANHA

Damaso ALONSO. Colonia del Zarzal. Chamartin de la Rosa. *Madrid.*
Manuel ALVAR. Melchor Almagro, 3, 4.ºA. *Granada.*
Elena ALVAR.
Eugenio ASENSIO. Rua dos Ferreiros à Estrela, 73, 3.º Esq. *Lisboa.*
Antonio María BADÍA-MARGARIT. Puertaferisa, 8, 2.º. *Barcelona.*
María BADÍA-MARGARIT.
Fermin BOUZA-BREY. Rua do Vilar, 43, 2.º. *Santiago de Compostela.*
Julio Caro BAROJA. Ruiz de Alarcón, 12. *Madrid.*
Diego CATALÁN. Universidad de La Laguna. *Tenerife.*
Alicia CATALÁN.
Manuel Augusto GARCIA VIÑOLAS. Alameda D. Afonso Henriques, 72, 6.º, Dir. *Lisboa.*
Salvador LOPEZ DE HERRERA. Calle de la Encomienda, 12, 1.º, Dcha. *Madrid.*
Ramón MENÉNDEZ PIDAL. Zarzal, 23. Chamartin de la Rosa. *Madrid.*

ESTADOS UNIDOS

George Charles A. BOEHRER. Dept. of History-Georgetown University. *Washington.*
Manoel CARDOZO. The Catholic University of America. *Washington* 17, *D. C.*
Howard CLINE. Hispanic Foundation. Library of Congress. *Washington, D. C.*

Gwendolin B. COBB. Fresno State College. *Fresno. California.*
John W. CULVER. Case Inst. of Technology. *Cleveland* 6. *Ohio.*
Ernesto Guerra DA CAL. 299 Riverside Drive. *New York* 25.
Bailey W. DIFFIE. The City College. *New York City.*
John E. ENGLEKIRK. Tulane University. *New Orleans* 18. *Louisiana.*
Anna H. GAYTON. University of California. *Berkeley* 4. *California.*
Edward GLASER. 28, Little Hall. *Cambridge* 38. *Massachussets.*
Lewis Ulysses HANKE. University of Texas. *Austin* 12. *Texas.*
Thomas R. HART. JR. Department of Romance Languages. Johns Hop. Univ., *Baltimore* 18. *Maryland.*
Ronald HILTON. Universidade de Stanford. *Stanford. California.*
John A. HUTCHINS. U. S. Naval Academy. *Annapolis. Maryland.*
Willis D. JACOBS. University Box 32. *Albuquerque. New Mexico.*
Mathias C. KIEMEN. 5401 W. Cedar Lane. *Washington.*
Virgínia G. KROG. Av. Duque de Loulé, 39. *Lisboa.*
Jean R. LONGLAND. 613 West 155th Street. *New York* 32.
Alice Jane McVAN. 613 West 155th Street *New York* 32.
Alberto Richard LOPES. University of New Mexico. *Albuquerque. New Mexico.*
Alexander MARCHANT. Vanderbilt University. *Nashville* 5. *Tennessee.*
Gerald M. MOSER. 205 S. Osman St. State College. *Pensylvania.*
L. Quincy MUMFORD. Library of Congress. *Washington. D. C.*
Mrs. L. Quincy MUMFORD.
Doris NAHM. Secção Protocolar da União Pan-Americana. *Washington* 6, *D. C.*
Jakob NAHM. 4930 Auburn Avenue, *Bethesda* 14, Md.
Mrs. Alice NAHM.
Charles McKew PARR. McKew Parr Library. *Chester.* (*Middlesex Country*). *Connecticut.*
Francis M. ROGERS. 32, Little Hall. *Cambridge*, 38. *Massachussets.*
Carleton Sprague SMITH. Fifth Avenue and 42nd. Street. *New York* 18.
Robert Chester SMITH. School of Fine Arts. Univ. de Pensilvania. *Filadélfia* 4.
Stanley J. STEIN. Dep. of History. Princeton University.
Daniel WOGAN. Depart. of Spanish and Portuguese. Tulane Univ. *New Orleans. Louisiana.*

FRANÇA

Jean-Baptiste AQUARONE. 4 bis, Boulevard Berthelot. *Montpellier.*
Marcel BATAILLON. 14, Rue de l'Abbé-de-l'Épée. *Paris V^e^.*
Germain BAZIN. 29, Avenue Georges Mandel. *Paris.*
Senhora de Germain BAZIN.
Henri BLAQUIÈRE. 11 Bd. Griffoul Dorval. *Toulouse.*
Senhora de Henri BLAQUIÈRE.
Léon BOURDON. 42, rue Saint-Jacques. *Paris V^e^.*
Raymond CANTEL. 28, rue du Jardin des Plantes. *Poitiers.*
Senhora de Raymond CANTEL.
Jean COLOMÈS. 20, rue de Talence. *Bordeaux.*
Emilio COORNAERT. Collège de France. *Paris.*

Pierre GOUROU. 13, Place Constantin Meunier. *Bruxelas.*
Jacques HEERS. 45, rue des Châlets. *Le Mans* (Sarthe).
Pierre HOURCADE. Rua de Santos-o-Velho, 11. *Lisboa.*
Frédéric MAURO. 12, rue Déodora. *Toulouse.*
Senhora de Frédéric MAURO.
Henriette MOSTEIRO. 19, rue Sainte Odile. *Toulouse.*
Colette PARIS. Rua Joaquim António de Aguiar, 69, 1.º, Esq. *Lisboa.*
Hugon PAUL. Universidade de *São Paulo.*
Yves RENOUARD. 17, rue de la Sorbonne. *Paris V^e^.*
Israël Salvator RÉVAH. 7 bis, rue Grandjean. *Créteil* (Seine).
Senhora de Israël RÉVAH.
Robert RICARD. 20 bis, avenue du Château. *Bourg-la-Reine* (Seine).
Jean ROCHE. 30, rue J. Jaurès, *St. Maixent l'Ecole* (Deux Seines).
Jean Jacques ROUSÉ. Immeuble Laget. 20, Rue Rochambeau. *Argel.*
Amélia ROUSÉ.
Jean-Paul SARRAUTTE. Chalet de Loudes. *Carbonne.* (Haute Garonne).
Jean SERMET. 7, rue Paul Bert. *Toulouse.*
Albert SILBERT. 16, rue Olier. *Paris* 15^e^.
Paul TEYSSIER. 3, Square Maurice Barrès. *Neuilly-sur Seine* (Seine).
Senhora de Paul TEYSSIER.

HOLANDA

Marcus de JONG. Paul Gabriëlstraat, 141. *Haia.*
Henrique HOUWENS POST. Koningslaan 15. *Utrecht.*

INGLATERRA

Marjorie ATKINS. Rua Castilho, 15, 4.º, Esq. *Lisboa.*
Charles Ralph BOXER. King's College. Strand. *London ,W. C.* 2.
John Bernard BURY. 72, Chartfield Avenue. *London, S. W.* 15.
George Howson GREEN. Conselho Luso-Brasileiro; Canning House. 2, Belgrave SQ., *London, S. W.* 1.
Derek Francis IVISON. Casa Universitária. Rua Nova de S. Mamede, 7. 1.º. *Lisboa.*
Norman J. LAMB. School of Hispanic Studies. The University. *Liverpool.*
John Brand TREND. Christ's College. *Cambridge.*
Terence P. WALDRON. 81, Glissom Road. *Cambridge.*

ITÁLIA

Roberto BARCHIESI. Rua do Salitre, 146. *Lisboa.*
Gaetano FERRO. Via Balbi, 5. *Génova.*
Giuseppe Carlo ROSSI. Via Gabriello Chiabrera, 52. *Roma.*

B

Fernando de AGUIAR. C. P. 778. *Beira* (Moçambique).
Brígida de AGUIAR.
Justino MENDES DE ALMEIDA. Rua do P.e Francisco, 10, 4.º-Dt.º. *Lisboa.*
Manuel LOPES DE ALMEIDA. Biblioteca Geral da Universidade. *Coimbra.*
Ilídio Melo PERES DO AMARAL. C. P. 1.343. *Luanda* (Angola)..
António Alberto BANHA DE ANDRADE. Rua Tristão da Cunha, 34. *Lisboa.*
Moses AMZALAK. Rua Rodrigo da Fonseca, 58, 2.º. *Lisboa.*
Carlos de AZEVEDO. Rua Alexandre Herculano, 17, 3.º, Dt.º. *Lisboa.*
Maria Teresa FALCÃO DE AZEVEDO.
Maria BARREIRA. Rua Silva e Albuquerque, 34-B, 1.º, F. *Lisboa.*
Arthur de MAGALHÃES BASTO. Rua de Gondarém, 500. *Foz do Douro.*
Maria de Lourdes BELCHIOR PONTES. Rua Correia Teles, 109, 2.º, Esq.º. *Lisboa.*
Gastão de BETTENCOURT. Av. João XXI, 24, 7.º, Dt.º. *Lisboa.*
José BLANC DE PORTUGAL. Caixa Postal 256, *Lourenço Marques* (Moçambique).
Manuel de PAIVA BOLÉO. Rua Filipe Simões, 33. *Coimbra.*
Luís de ALMEIDA BRAGA. Campo da Vinha, 105. *Braga.*
João FREITAS BRANCO. Casal de S. José. Ranholas. *Sintra.*
José Gomes BRANCO. Calçada de Santana, 212, 1.º. *Lisboa.*
Álvaro Soares BRANDÃO. Rua Nestor Pestana, 231. *São Paulo.*
Eduardo BRITO. Estrada da Torre, 26. *Oeiras.*
Maria da Graça CARPINTEIRO. Rua de Alcamim, 61. *Elvas.*
José Gonçalo HERCULANO DE CARVALHO. Rua Augusto Rocha, 7. *Coimbra.*
Maria Helena VAQUINHAS DE CARVALHO. Rua de Alcolena, 43. *Lisboa.*
Fernando CASTELO-BRANCO. Rua David de Sousa, 14, 2.º, Esq.º. *Lisboa.*
Maria dos Remédios CASTELO-BRANCO.
Mário Tavares CHICÓ. Av. Luís Bivar, 83, 3.º, Esq. *Lisboa.*
Hernâni CIDADE. Rua da Quintinha, 21, 3.º, *Lisboa.*
Luís Filipe LINDLEY CINTRA. Av. dos Estados Unidos da América, J. F. L., n.º 1, 5.º, Esq. *Lisboa.*
Maria Adelaide Valle CINTRA.
Augusto Victor COELHO. *Fafe.*
Maria Helena Parada Alves VICTOR COELHO.
Jacinto Almeida do PRADO COELHO. Rua Marquês da Fronteira, 131, 5.º, Esq. *Lisboa.*
Vasco PEREIRA DA CONCEIÇÃO. Rua Silva e Albuquerque, 34-B, 1.º, F. *Lisboa.*
Jaime CORTESÃO. Paisandú, 200, apart. 902. *Rio de Janeiro.*
João Rodrigues da SILVA COUTO. Rua das Janelas Verdes, *Lisboa.*
Firmino de Deus CRESPO. Travessa da Bela Vista, 4. *Setúbal.*
António Augusto FERREIRA DA CRUZ. Biblioteca Pública Municipal do Porto. *Porto.*
Frederico CRUZ. Instituto de Angola. C. P. 2767. *Luanda* (Angola).
Guilherme BRAGA DA CRUZ. Av. Dias da Silva, 6. *Coimbra.*
António José BRITO E CUNHA. Escola Superior de Belas Artes. *Porto.*
António Jorge DIAS. Av. Carlos Silva, 26, 1.º. *Oeiras.*
António Joaquim DIAS DINIS. Rua Silva Carvalho, 34. *Lisboa.*
Maria Aliete FARINHO DAS DORES. Av. de Madrid, 24, 4.º, Esq. *Lisboa.*
Manuel Santos ESTEVENS. Rua D. Estefânia, 118, 4.º, Esq. *Lisboa.*
Maria Helena Seirós de ALMEIDA ESTEVES. Trav. do Arco a Jesus, 7, 2.º. *Lisboa.*

Carlos Augusto GONÇALVES ESTORNINHO. Instituto Britânico. *Lisboa.*
Eduardo Lourenço de FARIA. Universidade de *Montpellier.*
Annie de FARIA.
Francisco LEITE DE FARIA. Av. Barjona de Freitas, 10. *Lisboa.*
Francisco TINOCO DE FARIA. *Póvoa de Lanhoso.*
Amélia Holbeche TINOCO DE FARIA.
Jorge FARO. Rua de Alcântara, 34, 1.º. *Lisboa.*
Palmira Rodrigues FARO. Rua de Alcântara, 34, 1.º. *Lisboa.*
Manuel CAVALEIRO DE FERREIRA. Rua Andrade Corvo, 32, 4.º. *Lisboa.*
Fidelino de FIGUEIREDO. Rua Duarte Lobo, 32. *Lisboa.*
Manuel da FONSECA FIGUEIREDO. Rua Visconde Santarém, 30, r/c. *Lisboa.*
Octávio FILGUEIRAS. Rua Faria Guimarães, 707. *Porto.*
Jorge José de Borja ARAÚJO FREITAS. Rua Tomás Borba, 7, 2.º. *Lisboa.*
Fernando GALHANO. Rua Campos Monteiro, 47. *Porto.*
Vitorino MAGALHÃES GODINHO. 19. Boulevard Jacques Dubrosses. *Arcueil* (Seine).
António Manuel Santos MATTOS GOMES. Rua Pero Ivo, 9, 3.º, Dt.º. Bairro de São João de Deus. *Lisboa.*
Maria Graziela Lindley CINTRA GOMES.
António Manuel GONÇALVES. Rua Marquesa de Alorna, 38, 3.º, Esq. *Lisboa.*
José Luís de SOUSA GONÇALVES. Trav. de S. Sebastião, 26, 3.º, Esq. *Lisboa.*
António de MEDEIROS GOUVÊA. Instituto de Alta Cultura. Praça do Príncipe Real. *Lisboa.*
Adriano de Gusmão. Rua António Pedro, 19, 3.º, Dt.º. *Lisboa.*
Alberto IRIA. Calçada da Boa Hora, 30 (Palácio da Ega). *Lisboa.*
Maria Mendes LEAL. Rua Rosa Araújo, 16, 2.º, Dt.º. *Lisboa.*
Serafim LEITE. Rua da Lapa, 111. *Lisboa.*
Esther de LEMOS. Rua da República, 28. *Queluz.*
José INÊS LOURO. Trav. do Arco a Jesus, 13, 1.º. *Lisboa.*
Diogo de MACEDO. Rua Serpa Pinto. 6, *Lisboa.*
Virgílio MADUREIRA. Rua do Tenente Espanca, 14, 3.º, Dt.º. *Lisboa.*
Fernando MAGANO. Faculdade de Medicina. *Porto.*
António Henrique Rodrigues de OLIVEIRA MARQUES. Rua 58, ao Areeiro, 10-A. *Lisboa.*
José DIAS MARQUES. Rua Augusta, 228, 2.º. *Lisboa.*
José Vitorino de PINA MARTINS. Tua D. João V, 2-A, 6.º. *Lisboa.*
Joaquim Guilherme MATOS. Rua Nova do Almada, 95, 4.º. *Lisboa.*
Luís de MATOS. 1 bis, rue de Vaugirard. *Paris.*
António Antero COIMBRA MARTINS. Av. D. Sebastião, Lote 12, 1.º. *Costa de Caparica*
Martinho NOBRE DE MELLO. Rua de Santa Justa, 82, 2.º. *Lisboa.*
Rogério CORREIA DE MELO. Liceu Passos Manuel. *Lisboa.*
Aires Roberto MESQUITA. Rua Gomes Freire, 187, 2.º, Dt.º. *Lisboa.*
José da COSTA MIRANDA. Rua Conde Ferreira, 10, 1.º, Esq. *Oeiras.*
Irisalva de NÓBREGA MOITA. Av. Elias Garcia, 176, 4.º, Esq. *Lisboa.*
Maria Alba MONTEIRO. Observatório Afonso Chaves. *Ponta Delgada* (Açores).
Avelino TEIXEIRA DA MOTA. Av. do Restelo, 46. *Lisboa.*
Vitorino NEMÉSIO. Rua da Sociedade Farmacêutica, 56, 4.º. *Lisboa.*
Jofre Amaral NOGUEIRA. C. P. 255. *Sá da Bandeira* (Angola).
Ernesto VEIGA DE OLIVEIRA. Rua da Pena, 81. *Porto.*

Joaquim Paço d'Arcos. Av. António Augusto de Aguiar, 38, 4.º. *Lisboa.*
Maria da Graça Correia da Silva Paço d'Arcos.
Zeferino Ferreira Paulo. Rua da Junqueira, 86. *Lisboa.*
Maria Laurinda Militão Fernandes Vasconcelos Paulo.
Maria de Lourdes Gomes Ferreira Pelotte. Rua S. Bernardo, 114, r/c., Dt.º. *Lisboa.*
Augusto Cardoso Pinto. Rua das Picoas, 3, 3.º. *Lisboa.*
Panduronga Pissurlencar. Arquivo Histórico do Estado da Índia. *Goa.*
Américo da Costa Ramalho. Av. Dias da Silva, 208, 1.º. *Coimbra.*
Virgínia Rau. Av. da República, 75. *Lisboa.*
Luís de Sousa Rebelo. Av. Elias Garcia, 163, 4.º, Esq. *Lisboa.*
Fernando José Reino. R. Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Esq. *Lisboa.*
Luís Reis-Santos. Rua Dr. José Alberto dos Reis, 15, r/c. *Coimbra.*
Henrique Pinto Rema. Largo da Luz, 11. *Lisboa.*
Orlando Ribeiro. Trav. do Arco a Jesus, 13, 2.º. *Lisboa.*
Urbano Tavares Rodrigues. Rua Tomás Ribeiro, 40, 1.º, Esq. *Lisboa.*
Artur Moreira de Sá. Rua de S. Bernardo, 120, 2.º, Esq. *Lisboa.*
Délio Nobre Santos. Campo dos Mártires da Pátria, 69, r/c., Dt.º. *Lisboa.*
António José Saraiva. Calçada do Galvão, 35, r c. E. *Lisboa.*
Domingos Maurício Gomes dos Santos. Rua Maestro António Taborda, 14. *Lisboa.*
Joel Serrão. Rua Saraiva de Carvalho, 145, 2.º, Esq. *Lisboa.*
Agostinho da Silva. C. P. 177. *Florianópolis.*
Jorge Henrique Pais da Silva. Av. Almirante Reis, 44, 1.º. *Lisboa.*
José Fernandes da Silva. Rua Visconde de Santarém, 30, r/c. *Lisboa.*
Nicole Sauvebois da Silva.
Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva. Rua Alexandre Herculano, 29. *Amadora.*
J. M. Santos Simões. Av. Infante Santo, Lote 26, 5.º, Esq. *Lisboa.*
Maria Genoveva Soares. Rua José Ricardo, 14. *Lisboa.*
Raquel Soeiro de Brito. Trav. do Arco a Jesus, 13, 2.º. *Lisboa.*
José Maria Cordeiro de Sousa. Alameda das Linhas de Torres, 33, 2.º. *Lisboa.*
Carlos Eduardo de Soveral. Rua Visconde de Santarém, 4.º, 1, Dt.º. *Lisboa.*
Francisco Tenreiro. Trav. do Arco a Jesus, 13, 2.º. *Lisboa.*
Marília Alda de Lima Aguillar Monteiro Freire Themudo. R. das Flores, 76. *Porto.*
Arthur Varela Cid. Praça da Alegria, 22, 2.º. *Lisboa.*
Flórido Vasconcelos. Av. D. Rodrigo da Cunha, n.º 7, 2.º, Dt.º. *Lisboa.*
Pedro Veiga. Rua 5 de Outubro, 369. *Porto.*
Francisco José Abreu Fonseca Veloso. Av. Gomes da Costa, 347, 1.º, Dt.º. *Braga.*
Mário Gonçalves Viana. Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 22, 2.º, Esq. *Lisboa, N.*

ROMÉNIA

Victor Buescu. Av. dos Estados Unidos, Lote 368, 7.º, Dt.º. *Lisboa.*
Sever Pop. 185, Av. des Alliés, *Louvain.*

SUÉCIA

Nils Hedberg. Vasagatan 3. *Göteborg C.*
Marianne Hedberg.

SUÍÇA

João António Doerig. Ludwigstr. 5. *St. Gallen.*
Arnald Steiger. Herzogstrasse 7. *Zürich.*
Senhora de Arnald Steiger.

UNIÃO SUL AFRICANA

William Graham Lister Randles. Instituto Britânico. *Lisboa.*

LISTA DAS PESSOAS QUE MANIFESTARAM A SUA ADESÃO AO COLÓQUIO

ALEMANHA

Wilhelm BIERHENKE. Binderstr. 14. *Hamburgo* 13.
Hans FLASCHE. Karl Doerbeckerstr. 6. *Marburg/Lahn.*

BÉLGICA

Charles VERLINDEN. 44, avenue A. Huysmans. *Bruxelles.*
Charles Martial de WITTE. Via Eugenio IV, 7, *Roma* (633).

BRASIL

José BARBOSA DE ALMEIDA. Av. Pacaembú, 878. *São Paulo.*
Guilherme AULER. Rua 13 de Maio, 80, apart. 202. Petropolis. *Rio de Janeiro.*
Aroldo de AZEVEDO. C. P. 8.105. *São Paulo.*
Herbert BALDUS. C. P. 8.032. *São Paulo.*
Beatriz BERRINI. Rua Teodoro Sampaio, 2.147, apart. 4. *Rio de Janeiro.*
Joaquim MATTOSO CAMARA JUNIOR. Rua Cândido de Oliveira, 21. Rio Comprido. *Rio de Janeiro.*
José Aderaldo CASTELLO. Rua Teçaindá, 61. *São Paulo.*
Amália Beatriz CRUZ DA COSTA. Av. Epitácio Pessoa, 456, apart. 401. Ipanema. *Rio de Janeiro.*
David António da Silva CARNEIRO. Escola Superior de Guerra. Urca. *Rio de Janeiro.*
Silvio ELIA. Rua Santa Luísa, 355. Maracanã. *Rio de Janeiro.*
Myriam ELLIS. Rua Frei Caneca, 313, apart. 42. *São Paulo.*
Esther de Figueiredo FERRAZ. Rua Quintino Bocaiúva, 71, 7.º, salas 703/705. *São Paulo.*
Eduardo d'OLIVEIRA FRANÇA. C. P. 8.105. *São Paulo.*

Celia de GOES. Av. Ruy Barbosa, 636, apart. 1.407. *Rio de Janeiro.*
Alice Camargo GUARNIERI. Rua Prof. João Arruda, 132 (Perdizes). *São Paulo.*
Frida Ana Maria HOFFMANN. Inst. de Pesquisas Tecnológicas, C. P. 7.141. *São Paulo.*
Sieglinde Barbosa MONTEIRO AUTRAN. R. Barão de Itambi, 67 (Botafogo), *Rio de Janeiro.*
Jordão EMERENCIANO. Arquivo Público Estadual. *Recife.*
Bella K. JOZEF. Rua Pedro Guedes, 75, apart. 201. *Rio de Janeiro.*
Hermes LIMA. Av. Atlântica, 2364, apart. 1.201. *Rio de Janeiro.*
Heitor LYRA. Piazza Monte Savello, 30. *Roma.*
Aires da MATA MACHADO Filho. Rua Prof. Magalhães Drumond, 147. *Belo-Horizonte.*
Augusto MAGNE. Rua de S. Clemente, 226. Botafogo. *Rio de Janeiro.*
Fran MARTINS. Av. Rui Barbosa, 1004. *Fortaleza.*
Djacir Lima MENEZES. Medeiros Pássaro, 64. *Rio de Janeiro.*
Massaud MOISÉS. Rua Frederico Steidel, 137, 4.º. *São Paulo.*
Mozart MONTEIRO. Fernando el Santo, 6. *Madrid.*
Sue NOGUEIRA. Rua Ramiro Magalhães, 338. Engenho de Dentro. *Rio de Janeiro.*
Olga PANTALEÃO. Rua Dr. Estevão de Almeida, 70. *São Paulo.*
Eurípides SIMÕES DE PAULA. C. P. 8.105. *São Paulo.*
Maria Amélia PONTES VIEIRA. Av. Copacabana, 435. *Rio de Janeiro.*
Caio PRADO JÚNIOR. Rua Maestro Elias Lobo, 805. *São Paulo.*
Alexandre da Rocha PRISTA. School of General Studies. Columbia University. *New York,* 27.
Carlos Eduardo da ROCHA. Rua Florianópolis, 7, apart 2. *Salvador. Bahia.*
José Albertino ROSÁRIO RODRIGUES. Rua Maria Antónia, 43, 2.º, *São Paulo.*
Ada Natal RODRIGUES.
Nelson ROSSI. Rua Franco Velasco, 45, apart. 202. *Salvador. Bahia.*
Bernardo PEDRAL SAMPAIO. Alameda Casa Branca, 600. *São Paulo.*
Naief SÁFADY. Rua Frederico Steidel, 137, 4.º. *São Paulo.*
Egon SCHADEN. C. P. 5.459. *São Paulo.*
Carlos Borges SCHMIDT. Alameda Rocha Azevedo, 1.388. *São Paulo.*
José de Faria GOES SOBRINHO. Rua São Salvador, 111, apart. 302. *Rio de Janeiro.*
José Pedro GALVÃO DE SOUSA. Av. Angélica, 1730. *São Paulo.*
José d'Aparecida TEIXEIRA. Rua Garibaldi, 895. *Ribeirão Preto.* Est. S. Paulo.
Eloisa Alberto TORRES. Rua Paissandu, 228, apart. 201. *Rio de Janeiro.*
José António do Prado VALLADARES. Rua Salgado Filho, 9. Brotas. *Salvador. Bahia.*
Albino de BEM VEIGA. Rua da República, 112. *Porto Alegre.*
Helio VIANNA. Av. Alexandre Ferreira, 125. Lagoa. *Rio de Janeiro.*
Helio Lins WALCACER. Rua Ribeiro de Almeida, 34. *Rio de Janeiro.*

ESPANHA

Rafael de BALBIN LUCAS. Isaac Peral, 1. *Madrid.*
Luis CORTÉS VÁSQUEZ. Av. del Puente Nuevo, 4. *Salamanca.*
Francisco ELIAS DE TEJADA. San Gregorio, 5. *Sevilha.*
Aurea JAVIERRE MUR. Archivo Histórico Nacional, Serrano. 115. *Madrid.*

Luis Alfonso MARTINEZ CACHERO. Guillermo Estrada, 20, 2.º. *Oviedo.*
Pilar VÁSQUEZ CUESTA. Narváez, 67, 4.º, C. Izda. *Madrid.*
José Maria VIQUEIRA. Av. Dias da Silva, 153. *Coimbra.*

ESTADOS UNIDOS

Vera F. BECK. 42-10 82nd Street. *Elmhurst* 73.
C. Julian BISHKO. University of Virginia. *Charlottesville. Virginia.*
Helen CALDWELL. Dept. Classics. University of California. *Los Angeles* 24.
James B. CHILDS. 1221 Newton St. N. E. *Washington.*
Charles EKKER. Louisiana State University. Box 7593. *Baton Rouge* 3.
John M. FEIN. Duke Station 4172. *Durham. North Carolina.*
Richard J. HOUK. Paul University. *Chicago.*
Richard M. MORSE. Hamilton Hall. Columbia University. *New York* 27.
Richard PATTEE. Avenue Laurier 279. *Québec. P. Q.*
Stephen RECKERT. University of Yale. *New Haven,* Conn.
Helene E. SCHIMANSKY. 405 Hilgard Avenue. *Los Angeles* 24.
Bernard J. SIEGEL. Department of Anthropology. Stanford University. *Stanford. California.*
T. Lynn SMITH. Department of Sociology. University of Florida. Gainesville. *Florida.*
Charles WAGLEY. Columbia University. *New York* 27.

FRANÇA

Roger BASTIDE. Rue du Général Delestraint. *Paris XVI*ᵉ.
Henri BERNARD-MAITRE. Rue Cassette, 22. *Paris VI*ᵉ.
Elie LAMBERT. 95, boulevard Saint-Michel. *Paris V*ᵉ.
Michel MOLLAT. 1, rue Bausset. *Paris XV*ᵉ.
Pierre MONBEIG. 87, boulevard Saint Michel. *Paris V*ᵉ.
Bernard POTTIER. 20, Cours Pasteur. *Bordeaux.*
Damien SAUNAL. Trav. do Pinheiro, 9, 2.º, Esq. *Lisboa.*
Marcel N. SCHVEITZER. 24, boulevard des Récollets. *Toulouse.*
Michel SIMON. Hotel du Palais d'Orsay. 9, quai Anatole. *Paris VII*ᵉ.
François TAILLEFER. 2, rue Chateaubriand. *Toulouse.*

HOLANDA

W. D. MEIJER. Daendelsstraat 34. *'S-Gravenhage (Haia).*
B. E. VIDOS. Berg en Dalscheweg, 282. *Nijmegen.*

INGLATERRA

Harod Victor LIVERMORE. Sandycombe Lodge. Sandycombe Road. *Twickenham.*
S. George WEST. 31. Birdhurst Rise. *South Croydon.* Surrey.

c

ITALIA

Pasquale A. IANNINI. Via San Giovanni sul Muro, 5. *Milano.*
Geo PISTARINO. Istituto di Storia Medievale e Moderna. Via Baldi, 6. *Genova.*
Leo MAGNINO. Via Monti Parioli, 40. *Roma.*
Giacinto MANUPPELLA. Via Medeghino, 24. *Milano.*
Federigo MELIS. Archivo Datini. Prato. *Florença.*
Giuseppe MORANDINI. Istituto di Geografia. Università. *Pádua.*

NORUEGA

Leif SLETSJOE. Svaneveien 19 c. *Abildso* (*Oslo*).

PORTUGAL

Luís Varela ALDEMIRA. Praça da Alegria, 22, 4.º. *Lisboa.*
António Magro BORGES DE ARAÚJO. Secretaria Notarial. *Braga.*
Américo Forte Rodrigues BARBOSA. Casa do Edro. Maximinos. *Braga.*
António OLIVEIRA BRAGA. Rua da Boavista, 28. *Braga.*
Guilherme Francisco AGUIAR BRANCO. Rua de Santo António, 35, 1.º. *Braga.*
Adolfo de Oliveira CABRAL. Rua Almeida e Sousa, 67, 3.º, Dt.º. *Lisboa.*
José PIRES CARDOSO. Av. Guerra Junqueiro, 9, 4.º. Esq. *Lisboa.*
António A. MENDES CORREIA. Arquivo Distrital. *Funchal.*
Rui CARRINGTON DA COSTA. Rua Nova de Santa Cruz, 42. *Braga.*
António Maria SANTOS DA CUNHA. *Braga.*
Alberto Machado CRUZ. Museu de Huila. *Sá da Bandeira* (Angola).
Avelino GOMES DELGADO. Escola Industrial e Comercial de Artur de Paiva. *Sá da Bandeira* (Angola).
Alfredo DIOGO JÚNIOR. C. P. 2.039. *Luanda* (Angola).
Raul Miguel de Oliveira ROSADO FERNANDES. Av. do Aeroporto, 3, 4.º. *Lisboa.*
Manuel Morão FERRO. Campo Grande, 105, 2.º. *Lisboa.*
José Manuel FRAGOSO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Largo de Rilvas. *Lisboa.*
Gabriel FERREIRA DE GOUVEIA. Callejon Los Samanes. Ed. Luisiana Local B. El-Paraiso. *Caracas.*
Manuel Viegas GUERREIRO. Av. Patrão Lopes, 7, 2.º, Dt.º. *Paço de Arcos.*
Ricardo FERREIRA LOPES. Rua Nicolau Chanterenne, Montes Claros. *Coimbra.*
Adolfo CASAIS MONTEIRO. Rua General da Costa Ribeiro, 56, apart. 1.201. Leme. *Rio de Janeiro.*
Júlio MONTEIRO JÚNIOR. *Cidade do Mindelo.* Ilha de S. Vicente (Cabo Verde).
João de CASTRO NUNES. *Arganil.*
Natália NUNES. Rua José Estêvão, 46, 2.º, Esq. *Lisboa.*
António CORRÊA DE A. OLIVEIRA. Rua António José de Almeida, 226. *Coimbra.*
Carlos de PASSOS. Bonfim, 309. *Porto.*
Elysio Alves PIMENTA. Rua Augusto Rosa. *Porto.*
Luís de PINA. Rua de Garcia de Orta. 77, *Porto.*
Reinaldo da Paixão BASTOS DA ROCHA. Tribunal Judicial. *Braga.*

Henrique BARRILARO RUAS. Largo do Figueiredo, 1 1.º, Esq.º. *Lisboa.*
José Augusto FERREIRA SALGADO. Rua D. Frei Caetano Brandão, 7, 1.º. *Braga.*
José de Araújo PEREIRA SAMPAIO. Rua D. Frei Ceatano Brandão, 75, 1.º. *Braga.*
Carlos Wenceslau FRAZÃO SARDINHA. Caixa Postal, 67. *Sá da Bandeira* (Angola).
Jorge de SENA. Rua 18, n.º 18, Bairro do Restelo. *Lisboa.*
Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO. *Santarém.*
Alípio PINHEIRO DA SILVA. Escola Industrial e Comercial de Artur de Paiva. *Sá da Bandeira* (Angola).
Joaquim da SILVEIRA. Rua Alexandre Herculano, 25. *Coimbra.*

SUÉCIA

Sven BJELLERUP. Limhamnsvägen. 10 A^II^. *Malmö V.*

URUGUAI

Carlos M. RAMA. Coronel Alegre, 1.340. *Montevideo.*

PROGRAMA GERAL

Dia 9, segunda-feira, às 16 horas: Sessão inaugural no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico. Discursos do Prof. Manuel Cavaleiro de Ferreira, Presidente da Comissão Organizadora, do Prof. Francis M. Rogers, Presidente do I Colóquio, e do Prof. Serafim da Silva Neto, pelos participantes brasileiros.

Às 17 h. e 30 m.: Inauguração da Exposição do Livro Brasileiro Contemporâneo (Pavilhão Central do Instituto Superior Técnico).

Dia 10, terça-feira, das 9 às 12 horas: Sessões de trabalho.

Das 15 às 17 horas: Sessões de trabalho.

Às 18 h. e 30 m.: Recepção na Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.

Às 22 h.: Concerto do *Quarteto de Lisboa.*

Dia 11, quarta-feira, às 9 h. e 30 m.: Partida em autocarro para uma visita à cidade de Lisboa. Orientação e comentários do Prof. Orlando Ribeiro.

Das 15 às 17 h.: Sessões de trabalho.

Às 17 h.: Inauguração da Exposição de Publicações Periódicas Portuguesas (Pavilhão Central do Instituto Superior Técnico).

Às 18 h.: Recepção na Embaixada dos Estados Unidos da América.

Dia 12, quinta-feira, das 9 às 12 horas: Sessões de trabalho.

Às 14 h.: Exposição Bibliográfica e Cartográfica na Junta de Investigações do Ultramar, seguida de «Sessão Livre» sobre Política Ultramarina.

Às 16 h. e 30 m.: Inauguração das Exposições no Museu de Arte Antiga: A Arte nas Províncias Portuguesas do Ultramar. Influências do Oriente na Arte Portuguesa Continental. A Arte das Missões.

Às 18 h.: Concerto de piano, por José Carlos Sequeira Costa, na Sala de Conferências do Museu de Arte Antiga.

Dia 13, sexta-feira, das 9 às 12 h.: Reuniões de Presidentes, Relatores e Secretários de todas as secções.

Das 15 às 17 h.: Sessão Plenária.

Às 18 h. e 30 m.: Recepção no Palácio das Necessidades, oferecida por S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Dia 14, sábado, às 10 h.: Sessão de encerramento no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico. Leitura do relatório pelo Secretário da Comissão Organizadora. Discursos do Prof. Marcel Bataillon, em nome dos participantes estrangeiros, do Prof. Pedro Calmon, Presidente da Delegação Brasileira, e do Prof. Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Às 14 h. e 30 m.: Partida para uma excursão aos arredores de Lisboa.

Às 20 h.: Jantar no Palácio de Seteais (Sintra).

Às 21 h. e 30 m.: Espectáculo de cantares e danças regionais no terreiro de Seteais.

Dia 15, domingo: Excursão a Évora.

EXPOSIÇÕES QUE SE REALIZARAM POR OCASIÃO DO III COLÓQUIO

EXPOSIÇÃO DO LIVRO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO.

No edifício do Instituto Superior Técnico.

Organizada pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil, através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores.

Director da Biblioteca Nacional: Prof. Celso Ferreira da Cunha.
Montagem de: António Pedro Martins Rodrigues.

EXPOSIÇÃO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS PORTUGUESAS.

No edifício do Instituto Superior Técnico.

Organizada pela Biblioteca Nacional de Lisboa.

Director: Manuel Santos Estevens.

EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA.

Na Junta de Investigações do Ultramar

EXPOSIÇÕES DE OBRAS DE ARTE:

A ARTE NAS PROVÍNCIAS PORTUGUESAS DO ULTRAMAR.
INFLUÊNCIAS DO ORIENTE NA ARTE PORTUGUESA CONTINENTAL.

No Museu Nacional de Arte Antiga.

Comissão Organizadora:

Presidente:
João Rodrigues da Silva Couto.

Vogais:

Diogo de Macedo.
Augusto Cardoso Pinto.
Mário Tavares Chicó.
Maria José de Mendonça.
Abel Moura.
Carlos de Azevedo.

EXPOSIÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:

A ARTE DAS MISSÕES

No Museu Nacional de Arte Antiga.

Comissão Organizadora:

Dom Clemente da Silva-Nigra.
Mário Tavares Chicó.
Artur Nobre de Gusmão.
Jorge Henrique Pais da Silva.

DISCURSO INAUGURAL DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA

MANUEL CAVALEIRO DE FERREIRA
Universidade de Lisboa

Senhor Subsecretário de Estado
Senhores Embaixadores
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Iniciam-se hoje os trabalhos do III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros. Para neles tomarem parte vieram a Portugal qualificados representantes da cultura brasileira, norte-americana e europeia.

Deveria talvez saudar V. Ex.as como hóspedes, cuja visita desvanece; e contudo prefiro mais singelamente agradecer-lhes. Os participantes neste III Colóquio não visitam um velho solar da cultura luso-brasileira; a visita é participação de estranhos, e V. Ex.as são, por mérito próprio, os mantenedores e, mais ainda, os fautores da civilização que nos une.

É, por isso, de gala, e sobretudo de gratidão, o cumprimento que lhes dirijo. De gala, de esfusiante júbilo, pela reunião de tão eminentes personalidades, comungando num mesmo ideal, construindo um mesmo mundo, elaborando um idêntico destino. De gratidão, já não apenas pela comparência de V. Ex.as, mas por toda uma vida de estudo e perseverança na prossecução sincera da verdade, que é fermento do futuro, porque a comodidade não barra então o caminho do dever, o êxito não obnubila a justiça, nem a utilidade deforma o conhecimento.

A teoria destes encontros teve origem na meritória iniciativa de organismos culturais e de eminentes personalidades norte-americanas, entre as quais me cumpre citar, em renovado preito de homenagem, os Senhores Evans e Branscomb, respectivamente directores da Biblioteca do Congresso e chanceler da Universidade Vanderbilt e os entusiastas lusófilos e ilustres professores Senhores Francis Rogers e Lewis Hanke.

Julgo extraordinàriamente significativa esta circunstância. Aparentemente, mas só aparentemente, os Colóquios de Estudos Luso-Brasileiros surgiram mercê dum motor estranho.

Utilizando as palavras de Mr. Rogers na inauguração do I Colóquio dir-se-ia que, quando se estuda uma cultura alheia, deve-se reconhecer que os dados dessa cultura «pertencem, por assim dizer, ao povo alheio. A gente

da terra de Santa Maria e da província de Santa Cruz conhece, de sangue, a sua cultura; respira-a no ar». Para os norte-americanos o seu conhecimento tornar-se-á, acrescenta o mesmo eminente professor, difícil, porque é mister apreender-lhe indirectamente o sentido, pelas suas obras, pelos seus resultados, pelos seus livros. Mas é também certo que a cultura não é um feudo, um campo hermético e anquilosado num canto do Universo.

A sua vocação universal é o sintoma mais seguro da sua verdade, e do seu significado. O particularismo na cultura não ultrapassa a diferençiação dialectal na linguística. Não separa, e antes unifica. O espírito é comum, e só a sua expressão varia. Se a cultura servisse para dividir, não seria cultura, porque de fim em si mesma se volveria em instrumento; ela não serve, porquanto cria.

Desta sorte, a cultura não se prende num departamento do Estado, nem se integra numa associação, nem se monopoliza numa classe social. Surge na solidão do espírito vertido sobre si mesmo e debruçado sobre a natureza e a vida.

E contudo, importa que ela exerça uma eficaz função social. É esta função, esta revelação dos fins e valores do destino individual e colectivo, que a sociedade pede à cultura. A cultura é a alma da sociedade; por ela se consciencializa, com ela se orienta. E é também esta função social que muito depende do apoio e auxílio que a sociedade e o próprio Estado lhe prestem.

É-me grato, por isso, em nome da Comissão Organizadora e também, creio-o bem, de V. Ex.as, saudar respeitosamente Sua Ex.a o Senhor Presidente da República que a este Colóquio quis benèvolamente conceder o seu alto patrocínio, sempre lembrado da apoteose da sua recente visita ao Brasil, demonstração inequívoca da identidade de sentimento que faz pulsar a Comunidade Luso-Brasileira num só coração, e da identidade da Ideia que estrutura duas Pátrias numa só civilização.

Com profundo reconhecimento me dirijo ainda a Sua Ex.a o Senhor Embaixador do Brasil, que não quis limitar-se a amparar a organização deste Colóquio, porque desceu até nós para comparticipar das mesmas fadigas e das mesmas esperanças.

Sem quebra do respeito que devo à sua alta posição, ouso revelar que a magnificência do seu cargo não pôde apagar na insuperável contribuição do Senhor Doutor Álvaro Lins, a marca do académico ilustre, do membro emérito da cultura luso-brasileira.

Por minha parte, a deferente e protocolar vénia ao Embaixador, mal pode esconder — e que Sua Ex.a me perdoe — o abraço fraterno do admirador e amigo.

E cumpre-me ainda agradecer, ao Senhor Subsecretário de Estado, a honra da sua comparência a esta sessão solene, penhor e confirmação da protecção e auxílio do Ministério da Educação Nacional.

A cultura não é simplesmente objecto de conhecimento, ou de estudo, como matéria inerte, facto estranho a nós, ou acontecimento histórico.

A cultura, enquanto estática, e porque imóvel, perdeu já as suas potencialidades. Importa desvendá-la como obra em movimento, como dinamismo, criação.

Desejaria acentuar, bem que ao de leve, esta característica fundamental, porque a ela se prende aquilo que se convencionou chamar a crise da civilização ocidental e nela se baseia a esperança que podemos depositar no mundo cultural a que pertencemos.

A cultura situa-se entre o homem e a natureza; revela e exprime a posição e atitude do homem perante o mundo, a sua subordinação à verdade, a sua aproximação da natureza, a sua apetência do Bem, a sua realização da Justiça, a sua consciência da responsabilidade.

E a esta perspectiva, é já um lugar comum, afirmar-se a crise da civilização.

O Ocidente pode orgulhar-se, e pode também temer-se, do aperfeiçoamento do seu domínio sobre a natureza.

Engrandeceu o seu poder; mas este, como que lhe escapou das mãos, se objectivou na natureza dominada, na organização social e económica, na burocratização humana.

A própria cultura não evitou o perigo e pendor de similar desvio. Pretendeu-se integrá-la na natureza, como elemento externo que enquadra o homem, em vez de o libertar, que o subjuga em vez de lhe outorgar a consciência nos seus fins e a responsabilidade do seu destino. Espectador das forças que desencadeou, o homem arrisca-se a ser triturado por elas.

Nesta orientação, a cultura desagrega-se; e longe de ser fermento ou levedura da vida social, é simples reflexo, derivação mecânica ou super-estrutura doutras realidades, ou seja da matéria que em vez de informar, tão sòmente suporta.

Poderá então enxergar-se na cultura, e no modo de ser da civilização, quer o corolário fatal das qualidades duma raça, quer das virtudes ou vícios duma estrutura económica. A biologia ou o economismo seriam os motores exclusivos da cultura, que deles depende, que os serve ou tão sòmente os justifica artificiosamente. Aos factores de realização não acrescerá, empregando a terminologia de Max Scheler, um factor de determinação. O Espírito estará definitivamente ausente da Terra.

A vitória da inteligência só acarreta a tecnização e mecanização da vida social sem lhe dar direcção. Enquanto despersonaliza a cultura, também a dessocializa, para que o homem pereça no cidadão e a sociedade se estiole no Estado. Só o espírito liberta. Só por ele se cria e mantém e desenvolve uma civilização, que, para não ser exclusivamente material, há-de saber exercer uma função criadora, auto-determinar-se nos momentos da crise, que são todas as jornadas da sua evolução, continuar-se em outras épocas, adaptar-se a outras circunstâncias, triunfar de novos obstáculos.

Importa assegurar pelo espírito a fonte criadora, e só os valores do espírito a fornecem. Foi Toynbee que usou reveladoramente como sinónimos as expressões sociedade e civilização. A comunidade do destino histórico provém mais da identidade da cultura que da unificação do mando. É que o Espírito, porque universal, não cabe mesmo na grandeza duma Pátria. E eis onde, desde logo, a cultura luso-brasileira patenteia uma característica fundamental da sua validade; não se esgota na limitação duma fronteira.

Da sua vocação universalista há, porém, que distinguir claramente, qualquer vislumbre inexistente de imperialismo. O imperialismo é absorção pelo mando, expansão violenta do poder; a cultura que revestisse tal carácter, negar-se-ia a si própria, pois que teria de ser exclusivista, em vez de factor e elemento componente de harmonia e compreensão universais.

O mundo encontrou nova dimensão, mercê da epopeia dos Descobrimentos. Desde então busca, incerto, uma fórmula de convivência correspondente ao seu crescimento. Entre a ambição desmedida de expansão da força e a criação de um espírito unificador, duma alma vivificadora, a cultura lusíada indicou então a rota; importa saber se se mantém apta a enfrentar missão semelhante e actual.

Condição, porém, necessária dessa aptidão será sempre a negação do exclusivismo que suprime a universalidade do Espírito, para alicerçar o imperialismo da força.

Para verdadeiramente o ser, a cultura carece ainda de espontaneidade. O espírito não se aferrolha, nem obedece, porque cria. A cultura que se reduz a conhecimento ou erudição, imobiliza-se e definha. Demite-se da função social que lhe cabe.

Melhor será, então, que o verbo que está ao princípio de todas as cousas tome a evocadora expressão do silêncio, que também é verbo, no confronto com o barulho ensurdecedor do nada.

Universalismo, espontaneidade, interioridade da própria missão exterior constituem, como no passado, a directriz do nosso pensamento e acção comuns.

Portugal e Brasil não são apenas coerdeiros da mesma tradição. A tradição pode em certos casos funcionar como um limite. São portadores da mesma missão, obreiros do mesmo futuro. Sabem que, sem se negarem, não podem confinar-se na contemplação da glória e na satisfação de uma tarefa acabada, e buscam, perante os escolhos que desafiam a sua vitalidade, sem a angústia que só o desespero produz, embora com a inquietação que acompanha a esperança, a sua projecção para além do tempo e do espaço, multiplicando as suas tarefas, colocando-se a problemática dos mesmos fins, a salvaguarda dos mesmos valores na gestão do novo mundo.

O Brasil, cujo nome nenhum português pronuncia sem embevecido orgulho, supera-se todos os dias; a sua mutação, que é engrandecimento, é também continuidade, porque o pensamento, a cultura brasileira está sempre atenta e sempre para além da rota, como farol que mais se incendeia com as dificuldades do caminho e com a magnitude dos objectivos.

Um Colóquio Luso-Brasileiro não é mero encontro de estudiosos predispostos para descobrir paciente ou esforçadamente sínteses conciliadoras e inacabadas; não se faz mister alimentar a intimidade de opiniões ou coordenar cautelosamente aspirações divergentes. São as mesmas ideias e os mesmos ideais, que impelem a actividade e delimitam a directriz geral do Colóquio; é a mesma civilização que brotou de idênticas raízes e floresce em todos os continentes, com igual grandeza.

É difícil, sem dúvida, a missão que o mundo moderno apresenta à verdadeira cultura. A dificuldade, porém, só acresce o mérito e não há-de ser inferior ao saber, à coragem, à decisão de V. Ex.as.

É no presente que se forja o futuro. E o futuro está todo na nossa e vossa esperança, que o torna já presente.

Saibamos, pois, esperar!

SECÇÃO I

A TERRA E O HOMEM

PRESIDENTES

PIERRE GOUROU
Collège de France, Paris

RENÉ RIBEIRO
Universidade de Pernambuco, Recife

HILGARD O'REILLY STERNBERG
Universidade do Brasil, Rio de Janeiro

RELATORES

LYSIA CAVALCANTI BERNARDES
Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS
Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazónia, Manaus

GAETANO FERRO
Istituto di Geografia, Università di Genova

NILO BERNARDES
Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA
Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto

SECRETÁRIO

RAQUEL SOEIRO DE BRITO
Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

TEMA 1 — A VIDA MARÍTIMA

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Pescadores da Ponta do Caju
LYSIA CAVALCANTI BERNARDES
e
RAQUEL SOEIRO DE BRITO

Aspectos da vida marítima no norte de Portugal
FERNANDO GALHANO

A pesca em Palheiros de Mira
RAQUEL SOEIRO DE BRITO

A arte da construção no estudo das tradições navais
OCTÁVIO LIXA FILGUEIRAS

RELATOR

LYSIA CAVALCANTI BERNARDES

PESCADORES DA PONTA DO CAJU [1]

ASPECTOS DA CONTRIBUIÇÃO DE PORTUGUESES E ESPANHÓIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA NA GUANABARA

LYSIA MARIA CAVALCANTI BERNARDES
Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro

e

RAQUEL SOEIRO DE BRITO
Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

O facto de o Brasil ter sido colonizado por portugueses de tradição pesqueira, não influiu no sentido de um grande desenvolvimento da pesca durante o período colonial. Várias restrições dificultavam mesmo o estabelecimento das chamadas armações de pesca. Contudo, era o peixe uma das bases de alimentação das populações estabelecidas no litoral e, à medida que progredia a ocupação da região e crescia a cidade do Rio de Janeiro, a pesca

---

1 Aproveitando a oportunidade da ida ao Brasil, por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia do Rio de Janeiro, em Agosto de 1956, a autora portuguesa estudou a aglomeração de pescadores da Ponta do Caju, formada, em grande parte, por emigrados portugueses e seus descendentes. O trabalho baseou-se quase exclusivamente em inquéritos directos, que incidiram principalmente sobre a origem dos pescadores, razões da sua fixação neste local e condições actuais de pesca. Na impossibilidade, por falta de tempo, de fazer um inquérito total, colheu uma amostragem em que foram inquiridos 241 pescadores. Em Portugal estudaram-se as condições de vida e de pesca nas praias de onde era originária a maioria dos emigrantes. Entretanto, a autora brasileira interessara-se também por este núcleo de pescadores; consultou grande número de documentos e bibliografia, pelos quais pode ser feita a história da fixação e desenvolvimento das colónias piscatórias ao longo da baía de Guanabara. Apresentando ao Colóquio duas comunicações independentes, resolvemos fundi-las para publicação.

foi lentamente tomando incremento [1]. Nas margens da baía de Guanabara, como no litoral fluminense, foram-se pois criando pequenos agrupamentos de pescadores que vendiam o pescado fresco ou salgado para o Rio de Janeiro.

O crescimento desse mercado originou a multiplicação dos pequenos núcleos de pesca na Guanabara, aí se estabelecendo, desde o século XIX, numerosos portugueses que se dedicaram a esse mister. Entretanto, até ao início do século actual, mantiveram-se os mesmos processos tradicionais, já descritos pelos cronistas do tempo da colónia: a pesca de linha, o arrastão e os currais [2].

I — AGRUPAMENTOS DE PESCADORES NA GUANABARA

Em torno da baía de Guanabara, em função da sua piscosidade e da existência, em suas margens, da grande aglomeração urbana do Rio de Janeiro, a que se somam Niterói, São Gonçalo e outras cidades satélites, constituiu-se uma importante concentração de pescadores. Distribuem-se eles em diversos núcleos que se formaram espontâneamente: 1) nas praias que, em certos trechos, bordejam a baía e nas ilhas nela situadas; 2) em plena área urbana, como é o caso da Ponta do Caju e da Praça Quinze de Novembro, onde as praias primitivas foram substituídas por cais acostáveis. Nas ilhas de Governador e Paquetá, em certos recantos nas margens da Guanabara como em Piedade e outros pontos do município de Magé (leste do Rio de Janeiro), bem como em Maria Angu e Inhaúma no Distrito Federal, encontram-se actualmente pequenos núcleos de pescadores. Contudo, os mais importantes, onde a pesca ao largo teve o maior desenvolvimento, são os da praia de Jurujuba, ilha da Conceição e São Gonçalo, na margem oriental da Guanabara e na ocidental, o da Ponta do Caju e o da Praça Quinze de Novembro (fig. 1).

Entre os agrupamentos citados, os primeiros dedicam-se sobretudo à pesca na própria baía e nas embocaduras dos rios que nela desaguam. Os aparelhos utilizados são ainda os tradicionais [3], e mesmo na margem norte da baía ainda se encontram currais, embora sejam proibidos desde longa

---

[1] Em «Notas sôbre o desenvolvimento da pesca no litoral do Rio de Janeiro» (*Bol. da Sec. Reg. do Rio de Janeiro*, Ass. Geogr. Brasileiros, ano II, n.º 1, Jan.-Março) Lysia M. C. Bernardes referiu a evolução dos processos de pesca desde as armadilhas e os anzóis primitivos dos indígenas e o aparecimento dos núcleos de pescadores no litoral do Rio de Janeiro.

[2] Em Portugal não se emprega actualmente «curral» no sentido de gamboa ou camboa — cercado para apanhar peixe.

[3] A propósito, vide Lysia Maria Cavalcanti Bernardes e Nilo Bernardes, «A pesca no litoral do Rio de Janeiro» (*Revista Brasileira de Geografia*, ano XII, n.º 1).

data [1]. Sòmente no que diz respeito à pesca do camarão tem havido introdução de melhoramentos, tanto em Inhaúma e Maria Angu, como também, e sobretudo, na ilha do Governador. Na ilha, onde até há bem poucos anos havia pequenos núcleos de pesca tradicional, essa modernização do serviço do camarão revestiu-se de um carácter especial, pois aí têm vindo fixar-se pescadores portugueses e suas famílias, procedentes directamente da terra de origem ou de outros núcleos mais antigos, na própria Guanabara.

Dos agrupamentos de pescadores mais próximos da zona urbana, ou mesmo nela encravados (São Gonçalo, ilha da Conceição, Ponta do Caju, Praça Quinze de Novembro e Jurujuba), merecem ser considerados de início os da Praça Quinze e Jurujuba, pois deles é que saíram os primeiros barcos a pescar barra fora. Os poveiros (da Póvoa de Varzim) aí sediados foram os primeiros pescadores a aventurar-se no mar alto, com seus barcos a remos, trazidos com eles de Portugal. Ainda hoje é nesses dois núcleos de pescadores que eles são, proporcionalmente, mais numerosos, dedicando-se de modo especial à pesca de linha, ao largo, nos parcéis dos Abrolhos e do Mar Novo (esse no litoral da ilha Grande) [2].

Fig. 1 — Agrupamento de pescadores das margens da Guanabara.

Também se constituiu na Praça Quinze, em função da localização nesse logradouro do Entreposto de Pesca, um importante centro de pesca de arras-

---

[1] Acerca das proibições que pesavam sobre os currais, informações preciosas contém Frederico Villar: *A Missão do Cruzador José Bonifácio*, Rio de Janeiro, 1954.

[2] Hoje em dia são utilizados barcos cuja tonelagem média é de mais de 50 toneladas, neles sendo transportados numerosos pequenos caíques que, ao chegar aos parcéis de destino, o barco vai largando um a um.

tão do alto mar, sendo numerosos os barcos de vária tonelagem que aí fazem ponto. Com a participação de elementos nacionais das mais diversas procedências, além dos portugueses, alguns ilhéus e espanhóis, o núcleo de pesca da Praça Quinze cresce dia a dia, pois tem aumentado progressivamente a procura do pescado. Este destina-se não sòmente ao consumo da própria Capital Federal e das fábricas de conservas dos arredores, mas também a numerosas cidades do interior que se abastecem no Entreposto do Rio de Janeiro.

Se na praia de Jurujuba, como na Praça Quinze, a pesca ao largo foi, desde cedo, a principal actividade dos pescadores aí concentrados, nos outros núcleos de São Gonçalo, ilha da Conceição e Ponta do Caju, mais interiorizados, somam-se as duas actividades, pesca do camarão na baía e de traineira ao largo. Ambos esses núcleos têm tido grande incremento nos últimos anos, com a expansão da pesca de traineira, acarretada pelo aumento paulatino da potência dos barcos e do tamanho das redes, e com os progressos recentes do chamado «serviço do camarão».

O núcleo da Ponta do Caju merece atenção especial. Antes de mais nada, por ser o maior desses agrupamentos e aquele onde mais numerosos são os pescadores portugueses. Praticam eles, a um tempo, a pesca na Guanabara e ao largo, dedicando-se hoje, não só à pesca do camarão nos fundos da baía, como à da sardinha e de outros peixes maiores, com as traineiras. Situado em plena área urbana do Rio de Janeiro, permaneceu, apesar disso, ilhado na ponta de terra, onde se formou uma grande concentração de pescadores, em área extremamente reduzida. Para aí afluíram e continuam a afluir portugueses, espanhóis e também brasileiros, estes originários, sobretudo, do litoral fluminense e espírito-santense.

Na origem e no crescimento desses núcleos de pescadores e, particularmente, no caso do Caju, foi de grande importância o papel desempenhado pelos portugueses e, em menor escala, também pelos espanhóis. Vimos como os poveiros da Praça Quinze e de Niterói foram os precurssores da pesca ao largo. Do mesmo modo, nos outros pequenos grupos como o de Santo Cristo e da ilha de Santa Bárbara, hoje desaparecidos, eram quase sempre portugueses não só os donos dos barcos, das redes e dos currais, mas também os pescadores que com eles lidavam.

Apesar da lei de nacionalização da pesca (1921) e do incidente dela decorrido, em consequência do qual partiram para Portugal grande número de poveiros, os núcleos de pescadores da Guanabara ainda contam com elevada percentagem de portugueses e filhos de portugueses [1].

[1] A campanha movida pela imprensa contra o Governo em face da lei da nacionalização da pesca foi violenta. Não tendo sido levados em consideração os protestos da embaixada de Portugal, o consulado português no Rio de Janeiro pôs à disposição dos pescadores e suas famílias passagens de volta para a Europa. Muitos, no entanto, aqui permaneceram e outros, a bem dizer, só aproveitaram a viagem, voltando pouco depois.

Quanto aos espanhóis, numèricamente menos importantes, desempenharam função destacada na expansão do núcleo do Caju, no começo do século. É exclusivamente para esse local que continuam a vir pescadores dessa nacionalidade, dedicando-se quase sempre ao serviço do camarão. Nesta especialidade quase se equivalem em número portugueses e espanhóis.

Se é grande, numèricamente, a importância de portugueses e espanhóis na pesca da Guanabara, sua contribuição para o progresso dessa actividade tem sido sem dúvida notável, pois a eles é que se deve, quase sempre, a introdução de técnicas mais modernas para a pesca ao largo e para a do camarão.

É sobretudo nos núcleos situados dentro da área urbana ou mais chegados a ela que se faz sentir, como vimos, a presença dos portugueses. Por outro lado, são esses mesmos núcleos os que têm apresentado maior instabilidade, principalmente em consequência, mesmo, da sua localização urbana.

De um modo geral, a localização dos aglomerados de pescadores da Guanabara caracteriza-se por sua mobilidade e suas instalações revelam, em muitos casos, a precaridade dos núcleos. Na verdade, além do factor localização, outros têm contribuído para negar a esses aglomerados a estabilidade que neles se esperaria encontrar, tendo em vista o tradicionalismo arraigado e o forte espírito comunitário habitual entre os pescadores.

As mudanças ocorridas nas técnicas empregadas influíram, em alguns casos, para essa instabilidade. Assim, por exemplo, apesar da proibição que sobre eles incidia, os currais eram numerosos nas enseadas da margem ocidental da Guanabara, do Caju para o norte, e também nas ilhas, e só foram sendo eliminados a partir da última década do século XIX. Donos de currais e pescadores que neles trabalhavam mudaram-se, então, mais para diante: foram estabelecer seus engenhos nas margens lodosas do fundo da baía, onde ainda alguns se podem encontrar. Em outros casos, a insegurança dos pequenos núcleos de pescadores está ligada à introdução dos processos mais modernos de pesca ao largo, em barcos dia a dia maiores, requerendo pessoal mais numeroso. Desse modo, tem-se processado uma concentração de pescadores em determinados núcleos de mais fácil acesso, onde mais depressa se desenvolveram as técnicas pesqueiras de alto mar. Os núcleos da ilha da Conceição em Niterói, do Caju e, sobretudo, da Praça Quinze de Novembro, exercem desse modo uma verdadeira atracção sobre os pescadores dos pequenos aglomerados, da Guanabara, do litoral fluminense ou mesmo de áreas mais distantes como Bahia e Santa Catarina. Migração temporária,

contudo, na maioria dos casos, pois muitos são aqueles que, depois de uma temporada em traineira ou arrastão de alto mar, retornam ao seio da família.

O principal factor da inconstância dos núcleos de pescadores da Guanabara é, no entanto, o progresso da urbanização, quase sempre ligada aos aterros, nas margens da baía. Em verdade, já vai longe o tempo em que a praia de Santa Luzia era frequentada por pescadores e, onde outrora encostavam as canoas, hoje erguem-se modernos edifícios. A importância desse factor na instabilidade dos núcleos de pesca é também verificada nas praias de barra a fora, como Copacabana e, mais recentemente, Itaipu, de onde os loteamentos têm expulsado os pescadores. Sobretudo, no que hoje constitui a zona portuária, estendendo-se da Praça Maúa até à Ponta do Caju e em torno da Praça Quinze de Novembro, é que as obras de urbanização mais têm influído sobre as aglomerações de pescadores.

De facto, em Santo Cristo, ao pé do alinhamento rochoso que se estende do morro da Conceição para sudoeste e nas ilhas fronteiras (Santa Bárbara e Pombeba), havia até o começo do século actual grupos de pescadores que faziam seus arrastões ou aí mantinham currais (é o caso da ilha da Pombeba). As obras do aterro, que no começo deste século originaram o bairro da Saúde, permitindo a construção do cais do Porto, expulsaram-nos daí e muitos foram-se abrigar na Ponta do Caju ou na Praça Quinze. Os da ilha de Santa Bárbara, ocupada pelo serviço de Bombeiros, fizeram o mesmo. Ao desaparecimento da praia aliou-se a valorização dos terrenos e a construção de armazéns e instalações industriais para expulsar os pescadores.

No caso do agrupamento de pescadores da Praça Quinze de Novembro, embora ele já não se situasse à beira da praia, pois aí existia o cais Pharoux, as obras de urbanização do Rio de Janeiro tiveram também consequências profundas. De facto, até há poucos anos, residiam eles, sobretudo, nas ruas D. Manuel e da Misericórdia, cujos prédios foram em grande parte demolidos para construção da Avenida Perimetral. Em vista dessas demolições dissolveu-se o agrupamento de pescadores. Se alguns ainda moram nos arredores da referida praça, a grande maioria dos que trabalham nos barcos de pesca que aí fazem ponto reside nos subúrbios, em Niterói ou em outras áreas deterioradas do centro da cidade, como em torno da Praça Quinze, da Praça Maúa ou na Cidade Nova. Alguns também foram para o Caju. A função do centro pesqueiro da Praça Quinze de Novembro persiste, no entanto, graças à presença do Entreposto de Pesca, junto ao qual vêm acostar os barcos.

Na Ponta do Caju, portanto, abrigaram-se pescadores vindos dos outros pontos onde hoje já não há mais possibilidades de concentração, o que contribuiu, sensivelmente, para o adensamento do núcleo. Contudo, também

Est. I

A — A Ponta do Cajú em 1935, antes do grande aterro do Cais do Porto.

B — Em 1957, já a ilha dos Ferreiros está ligada ao Continente. (Fots. do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro).

C — Aspecto geral da extensão de «varaus» de Ponta do Cajú. (Fot. de Raquel S. de Brito).

A praia do Caju foi uma das mais reputadas da Capital durante o séc. XIX, aí tendo surgido uma rua residencial de gente abastada. Contava em 1878 seis sobrados e trinta e cinco casas térreas [1], ao longo de uma rua toda calçada. Desde as primeiras décadas daquele século, construíram-se nessa praia os primeiros aterros e muralhas, visando elevar o nível da rua, muito baixo, e impedir que ela fosse inundada na maré cheia [2].

Duas outras ruas já existiam em 1878, por ocasião do levantamento feito, visando nova numeração dos logradouros da cidade. Uma era a praia do Retiro Saudoso (hoje Rua Carlos Seidl), na face da península voltada para o norte. A outra, então conhecida por Santo Amaro do Caju (actual General Gurjão), começava no estrangulamento entre as praias do Retiro Saudoso e de São Cristóvão e seguia em direcção à ponta pelo lado do interior, acompanhando a base do pequeno morro que marca o fim dessa praia. Ao fim dessa rua estava situada a antiga «Quinta dos Banhos» do rei D. João VI, mais tarde denominada Imperial Quinta do Caju. Abandonada depois pelos imperadores, foi aproveitada durante muito tempo para balneário [3]. Entretanto, por sua situação, o Bairro do Caju, como o de São Cristóvão, estava destinado a transformar-se em zona, sobretudo industrial, pois se localizava, a um tempo, próximo da cidade e junto ao mar, dispondo ainda de mais uma vantagem: bom ancoradouro. A construção de uma linha férrea que aí devia ter início e era, na época, a única a chegar até o mar, veio completar as condições favoráveis a uma rápida industrialização.

Dos terrenos da Imperial Quinta do Caju partiriam os trilhos da E. F. Rio do Ouro, que aí iria ter a sua estação inicial, em um molhe acostável. Ainda não findara o século e tinham sido construídos uma fábrica de tecidos, outra de velas e diversos depósitos. Nas primeiras décadas do século actual instalaram-se na praia do Caju dois estaleiros [4], um dos quais ainda hoje funciona.

Enquanto toda a Ponta do Caju passava por uma transformação tão profunda, a maior parte da Quinta que, com a República, passara a propriedade federal, permanecia abandonada.

---

mente, uma outra pequena elevação, mais baixa e de encostas mais suaves que as outras, localiza-se logo ao sul do morro do Caju. Nessa elevação vinha terminar a praia de São Cristóvão e daí à extremidade da ponta, estendia-se a pequena praia do Caju.

[1] *Numeração dos prédios da Cidade do Rio de Janeiro*, 1878.

[2] Documentos de 1833, do Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal, referem-se à necessidade de melhoramentos para esse logradouro que se tornava intransitável devido às marés.

[3] Cf. documentos do Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal.

[4] Cf. Documentos do Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal.

Era essa a situação quando, no fim do século XIX, os primeiros pescadores portugueses começaram a procurar aquelas paragens. Há precisamente quarenta e cinco anos estavam aí quatro pescadores de Póvoa de Varzim, e três da praia de Vieira de Leiria – locais que ainda hoje contribuem com a maior percentagem de pescadores portugueses para este aglomerado.

Simultâneamente foram-se formando os agrupamentos de pescadores na praia e no morro do Caju. Na praia, aos poucos abandonada pelos seus antigos moradores de classe abastada, as velhas residências, algumas até imponentes, passaram a ser ocupadas por grupos de pescadores. Quanto ao morro, começou a ser ocupado também no fim do século XIX, e desordenadamente, com pequenas casas de madeira. Contudo, data apenas de há quinze ou vinte anos o grande surto de estabelecimentos no morro, que se viria a completar depois da segunda guerra mundial (est. I, A). Entre os primeiros ocupantes contavam-se alguns pescadores, ou mais exactamente, donos e apanhadores de peixe dos currais. Saíam aos três ou quatro, em pequenas canoas a remo, para recolher o pescado nos currais das ilhas próximas [1], levando-o directamente ao mercado. Ao pé do morro, onde vinham bater as águas do mar, fundeavam suas canoas.

Mais numerosos foram, a princípio, os pescadores na praia, onde todas as casas iam sendo por eles ocupadas. Em 1906, nos quarenta e cinco prédios existentes nesse logradouro, residiam 570 pessoas [2]. Entretanto, com a introdução das traineiras (por volta de 1910), cujo emprego dispensava a existência de praias, tomou grande impulso a pesca no Caju. Tanto nos núcleos da praia como do morro era absoluto o predomínio dos portugueses. Muitos dentre eles, como já foi assinalado, vinham de outras antigas praias, do próprio Distrito Federal, onde se tornara impossível a pesca. Quanto aos espanhóis, eram ainda bem pouco numerosos.

A lei de 1921 forçou a naturalização da maioria desses velhos pescadores, e se alguns a isso se recusaram e voltaram para Portugal, dentro de pouco tempo quase todos estavam de regresso. Mesmo assim, reduziu-se, de certo modo, a chegada de novos elementos durante essa década e a seguinte.

A criação do Entreposto de Pesca, em 1934, viria no entanto dar grande impulso aos núcleos de pescadores. Até então, os que trabalhavam na pesca permaneciam sob a dependência dos comerciantes do Mercado Municipal, os quais, muitas vezes, eram donos dos barcos ou das redes. Libertando os

---

[1] Situam-se os currais nas ilhas dos Ferreiros, Sapucaia, Bom Jesus, Fundão, Pombebas e do Catalão.

[2] Cf. Documentos do Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal.

pescadores dessa subordinação e abrindo-lhes o mercado consumidor, o Entreposto fez renascer o interesse pela pesca. Em consequência, multiplicaram-se as traineiras, já com barcos a motor, e à medida que se ia ampliando a capacidade destes, alargava-se o seu raio de acção.

Dessa maior actividade decorreu nova fase de crescimento do núcleo. Já agora, não sòmente portugueses e espanhóis procuravam o Caju, mas também brasileiros, vindo sobretudo do litoral fluminense e espírito-santense e, de modo esporádico, de outros estados mais afastados. É essa a época da grande expansão dos dois núcleos, principalmente o do morro, uma vez que na praia já quase não havia possibilidades de expansão e os cortiços aí existentes não comportavam um número maior de moradores [1].

Nos últimos anos, com os melhoramentos introduzidos na pesca do camarão, aumentando-lhe sobremodo o rendimento, a atracção exercida pelo Caju sobre os pescadores do litoral fluminense tem aumentado [2]. Vêm eles sòzinhos, sem família e, na maioria dos casos, não permanecem por muito tempo no serviço. Feitas algumas economias retornam para junto dos seus. Há também os que aqui se estabelecem em definitivo, geralmente os mais jovens [3]. Também têm engrossado nos últimos dois anos as correntes de portugueses e espanhóis, fossem ou não pescadores, atraídos pelos lucros compensadores do serviço do camarão.

Ao mesmo tempo em que paulatinamente cresce o núcleo do morro do Caju, o da praia vai perdendo os seus velhos pescadores. Há apenas cerca de cinco anos chegaram aí os aterros do porto do Rio de Janeiro, expulsando, desde logo, os barcos de pesca que fundeavam junto à praia para o único local em que os pescadores ainda têm acesso ao mar, ao norte do morro do Caju. Além disso, a proximidade da nova avenida que acompanha o cais recém-construído (Avenida Rio de Janeiro) fez com que os terrenos se valorizassem e várias daquelas velhas residências, que eram ocupadas pelos pescadores, já foram demolidas para dar lugar à construção de depósitos de firmas comerciais.

---

[1] Um deles, recentemente demolido, abrigou até há poucos anos cerca de setenta pescadores.

[2] Facto semelhante ocorreu em relação ao núcleo da Praça Quinze, que passou a atrair os pescadores da costa da Bahia, do Espírito Santo e mesmo do litoral de Santa Catarina, quando até aí se estendeu a zona de influência dos barcos de pesca, de linha e arrasto, daquele núcleo.

[3] Consultando a relação dos associados da Colónia de Pesca que engloba os núcleos da Ponta do Caju e da Praça Quinze, vê-se que a residência indicada pela maioria desses pescadores é a de seu lugar de origem.

A — Casas do morro do Cajú: notar a persistência das varandas, muitas das quais assentes em est[illegible]

B — Casas na Rua Circular, com jardinzinho separado da rua por um ripado de madeira.

(Fots. de Raquel S. de [illegible]

Muitas foram as famílias ou os pescadores isolados que deixaram a praia, indo-se instalar no morro ou então nas ilhas do Governador e Conceição. Só para a Ponta do Caju mudaram-se mais de cinquenta pescadores, enquanto a ilha da Conceição abrigou cerca de quinze famílias, e a do Governador outras cinquenta. Os que permaneceram deixaram os seus barcos perto do morro, fossem eles canoas ou traineiras. A despeito desta ameaça, na praia do Caju foi construído há dois anos, pelos donos dos barcos, um «varau» extenso para secar as redes (ests. I, B e IV, A) perto das caldeiras para tingi-las. Apesar do êxodo verificado na praia do Caju, ainda aí reside aproximadamente uma centena de pescadores. E mesmo entre eles, muitos são recém-vindos, ainda sem suas famílias. Não tendo podido alojar-se na Quinta por falta absoluta de espaço, ainda conseguem instalar-se na praia, embora de modo precário. São cerca de vinte espanhóis e muitos mais portugueses aqui chegados nos últimos dois anos.

O núcleo da praia foi sempre mais nitidamente português que o da Quinta. Ainda agora, são pouco numerosos os brasileiros, quase que sòmente os filhos dos velhos pescadores portugueses. Isso se explica pelo facto de que, quando o Caju começou a exercer forte atracção sobre as populações de pescadores do litoral do Distrito Federal e do Estado do Rio, já a praia estava densamente ocupada, enquanto no morro da Quinta ainda havia espaço onde edificar um pequeno barraco.

Agora, contudo, na praia como no morro, não há mais onde abrigar novos moradores. Naquela, não são muitas as casas de residência, pois as demolições sucedem-se; apesar disso, a presença dos pescadores nota-se desde logo, pelas redes secando às janelas, ou pela existência, ao lado da casa, de um depósito para os apetrechos de pesca, ou de uma caldeira para preparar as tintas destinadas às redes [1]. Na rua, os transeuntes revelam, pelo tipo físico e pelo trajar, sua origem e profissão; outros aí exercem, em plena via pública, suas actividades, tingindo as redes ou consertando-as [2].

Se a fisionomia da praia do Caju revela, de imediato, sua função de núcleo de pesca, na Quinta isto é mais nítido ainda. Desde a presença de um estaleiro de barcos de pesca até à especialização da melhor loja do lugar,

---

[1] As caldeiras, de capacidade variável, podem ser aquecidas a óleo ou a vapor. Nelas são preparadas as tintas com cascas de murici. Em tanques construídos junto às caldeiras, faz-se a tintura.

[2] Um «mestre de redes» e seus auxiliares, antigos pescadores, aí residindo, hoje trabalham sòmente para os barcos de arrastão de alto mar da Praça Quinze. A rede, trazida de caminhão, é por eles estendida ao sol e reconstituída, recebendo depois nova tintura. Não havendo mais praia, todo esse serviço é feito na calçada.

na qual se vêem panos para redes (em peça), tintas, cabos, lampeões, arames, latas de óleo e outros artigos no género, tudo está a lembrar a actividade dominante do grupo.

Com suas casas apinhadas, ruas mal delineadas e atravessadas por caneiros mal cheirosos à beira dos quais brincam magotes de crianças semi-nuas, rapazotes ou homens acocorados contra as paredes entretendo-se a conversar ao sol ou metendo-se nas tabernas a beber e a discutir, a Quinta do Caju tem a fisionomia de outros bairros pobres de grande cidade. Este ambiente, porém, contrasta com o aspecto cuidado das casas, algumas grandes e bem pintadas, cujos telhados, não poucas vezes, sustêm antenas de televisão.

Todas as casas são de madeira. Este material, comum a todas as favelas do Rio, tanto as dos morros como as dos mangues que marginam a baía, é também usado nas construções dos locais de pesca do litoral arenoso do Centro de Portugal, de onde são originários muitos dos habitantes deste lugar. É impossível decidir se se trata de uma convergência de influências ou se este tipo de habitação se filia nas casas dos pescadores nos seus lugares de origem ou no emprego de materiais ligeiros nos bairros humildes da capital. A última hipótese parece a mais provável.

Na orla do morro, na Rua Circular, as casas dispõem-se de um e outro lado do arruamento, quase sempre pintadas com cores vivas. As que encostam ao morro têm geralmente varanda na fachada principal e, muitas vezes, à frente da casa um jardinzinho com flores, protegido por ripado de madeira também pintado da cor da casa (est. II, B). Estas alongam-se no sentido da rua. Pelo contrário, as que se abrem para a baía dispõem-se perpendicularmente a ela. Muitas só têm a largura de uma divisão e um corredor; as diferentes dependências seguem-se umas às outras, com comunicação entre si e pelo corredor, que se abre para uma espécie de pátio, coberto ou não, à volta do qual ficam os quartos independentes, alugados ou cedidos a pessoas de família ou a conhecidos. Nesses pátios, onde a família passa parte do tempo, encontram-se cadeiras, mesinhas, vária tralha doméstica em maior ou menor desalinho consoante o arranjo das pessoas; vasos com flores, a pia do porco, redes de pesca; aí se amarram ainda os botes pequenos, pois esta dependência da habitação assenta em estacas sobre as águas tranquilas da baía (est. III, A e B). As casas do morro são também de madeira, pintadas ou não (est. II, A); os telhados, ainda de duas águas, são muitas vezes de chapa de lusalite ou de zinco, em lugar da telha, mais empregada na «rua». Para melhor aproveitar a exiguidade do morro, muitas vezes só parte das casas ficam com os alicerces cavados em terra; a restante área assenta em estacas. Este facto é quase geral para as varandas.

Parece, no conjunto, haver certa diferença de fortuna entre os moradores da rua e os do morro. Contudo, há casas grandes e muito boas, do mesmo modo que na Rua Circular as há de aspecto mais pobre; mas naquele a heterogeneidade é maior. Casas amplas e bem cuidadas encontram-se ao lado de um número elevado de pequenos casebres de madeira sem pintura, por vezes com uma só divisão. Os seus habitantes condizem com o ar miserável das casas: velhas andrajosas e desleixadas choram o marido morto ou fugido, que as deixou na miséria e com numerosa prole. Nas outras, nota-se preocupação de conforto e de arranjo: enfeitam-se as janelas com cortinas, há paninhos e bugigangas nos móveis polidos e com grandes espelhos; tapetes e passadeiras de oleado no chão; boas cadeiras de repouso ao pé de aparelhos de telefonia ou de televisão; nas cozinhas, fogões a gás e, às vezes, geladeiras. Quase sempre há uma *casa de receber:* uma salinha ou casa de jantar que se adivinha só se abrir para acolher as visitas importantes.

Cerca de metade dos pescadores portugueses aqui residentes vivem com suas famílias — mulher e filhos — em casas próprias [1] ou de renda, albergando ou alugando quartos a parentes que estão sós. Os pescadores brasileiros ou vivem com suas famílias ou ficam sempre a bordo, se só vão fazer a época de pesca.

III — CONTRIBUIÇÃO DOS PESCADORES IBÉRICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TÉCNICAS DE PESCA NO CAJU

Possui o núcleo de pesca do Caju, como vimos, uma forte percentagem de elementos portugueses, sendo também numerosos, actualmente, os espanhóis. Não nos é possível precisar, numèricamente, a importância desses pescadores ibéricos no grupo em questão [2], mas basta penetrar na Quinta

[1] Quando são os pescadores que mandam fazer as casas ou as fazem eles mesmos, só pagam o aluguer do terreno (uns 50 cruzeiros, equivalentes a 19$00 em 1956, pelo espaço de uma casa relativamente ampla). Hoje já muitos pescadores que trabalham aqui vivem fora, por não haver mais espaço para construção.

[2] Não sendo permitido, por lei, aos estrangeiros ser pescadores, não há nenhum registo das pessoas que realmente trabalhem na pesca. Os dados existentes na Colónia de Pescadores referem-se tão sòmente aos brasileiros e estrangeiros naturalizados, pois a esses apenas é oficialmente permitido pescar. A grande maioria dos que chegam, não podendo arcar com as despesas de naturalização, prefere pescar clandestinamente. De acordo com os dados da Colónia (não actualizados), haveria menos de 180 pescadores ibéricos trabalhando no Caju, para um total de pouco mais de 600 homens. As estimativas actuais, contudo, orçam em 1500 o número de pescadores residindo na Quinta e na Praia do Caju, ou nas ruas próximas e trabalhando em barcos que fazem ponto no Caju.

para sentir pelo linguajar, pela maneira de vestir dos seus moradores, uma atmosfera que a individualiza.

Todavia, não apenas na vida do núcleo se faz sentir essa influência, sobretudo portuguesa. É, principalmente, nas lides de pesca, que ela é mais apreciável, desde os nomes dos barcos, evocando figuras e lugares de Portugal [1], até os processos empregados na pesca. Com efeito, aos portugueses e espanhóis se deve a introdução das redes e dos métodos que hoje caracterizam o núcleo do Caju e alguns outros da Guanabara e essa foi, sem dúvida, a principal contribuição dos pescadores ibéricos para o desenvolvimento da pesca no Brasil.

A fim de melhor apreciar a participação dos pescadores ibéricos na evolução dos processos da pesca empregados no Caju, convém examinar, separadamente, os dois tipos de pescaria entre os quais se reparte a população do núcleo; o «serviço» do camarão e a pesca de traineira. O primeiro é feito em canoas, nas águas da Guanabara e a pesca de traineira, destinada especialmente à obtenção da sardinha, realiza-se nas próprias águas da baía, em certo período do ano, mas sobretudo ao largo do litoral, desde Macaé (Estado do Rio de Janeiro) até à ilha de São Sebastião (Estado de São Paulo).

Desde sua origem, o agrupamento de pescadores do Caju tem-se destacado na apanha do camarão destinado ao mercado do Rio de Janeiro, de rápida expansão. No início da ocupação da Quinta, por pescadores, haveria umas três ou quatro canoas de onde se lançavam as tarrafas para a apanha do camarão, e uma traineira que ocupava seis homens e estava apetrechada com uma rede de cinquenta braças. Hoje há cerca de 500 canoas e 50 traineiras. De facto, sòmente no ano de 1956 foi registada no Caju a venda de 329.221.700 kg de camarão, excluindo-se a parte que, sendo entregue directamente aos comerciantes do mercado ou a outros fregueses certos, não pôde ser computada.

Até o final do século passado, o camarão era pescado quase todo com tarrafas, nos arredores do Caju, ou nas ilhas próximas. Usava-se também uma espécie de rede de arrastão (semelhante à rede de cauda das lagoas litorâneas), presa a dois calões. Eram puxadas por dois homens a pé sobre os fundos rasos do interior da baía. Essa rede, da qual encontramos referência até cerca de vinte anos atrás nas embocaduras dos rios do recôncavo da Guanabara, era conhecida por alguns pela designação de «candombo».

Por volta de 1900 já se começava a empregar o balão que, sustentado

---

[1] Entre outros, citemos por exemplo os barcos Cidade de Lisboa, Varzim, Vila do Conde, Cabo Mondego, Sagres, Condestável, Cruzmaltino, D. Sebastião, Eça de Queiroz, Lusíadas. Alguns deles são do Caju, outros da Praça Quinze.

EST. III

A Ponta do Cajú com casas de madeira assentes, em ponte, em estacaria.

(Fots. de Raquel S. de Brito e do Centro de Pesquisa de Geografia do Brasil).

por dois longos cabos, presos a uma canoa em movimento, propiciava um rendimento bem superior aos processos anteriormente adoptados. O mesmo balão cotinuou a ser utilizado por cinquenta anos, sem que nenhuma inovação fosse introduzida no «serviço» do camarão.

Sòmente nos últimos cinco anos alguns portugueses começaram a empregar, para o camarão, uma pequena rede de arrasto em forma de saco, de malha apertada e fio grosso; a largura vai aumentando para a boca; a rede termina por duas «mangas» de malha mais larga, constituindo uma espécie de miniatura do arrastão de alto mar [1]. Como essas, a princípio, a nova rede era puxada por duas canoas, a fim de ser mantida aberta a sua boca [2]. Pouco depois, por iniciativa de alguns espanhóis, foram acrescentadas, à extremidade das mangas, argolas grossas, às quais se atam duas «portas», à semelhança do *otter-trawl,* de modo a ser conduzida por uma só embarcação, mantendo-se as portas abertas e a boca escancarada pela força da corrente. Logo adoptado por grande número de pescadores, especialmente pelos espanhóis, o «arrastão de portas» é actualmente o mais usado nos fundos lodosos de grande parte da baía. Também há cerca de dois ou três anos passou a ser empregada uma outra rede de arrasto, esta aparentada ao primitivo arrastão de fundo (*o beam-trawl* que parece não ter sido usado no Brasil), tendo de cada lado da boca, para a manter aberta, uma armação triangular de ferro, às quais se liga o cabo, de 50 a 80 m de comprido, que prende a rede à canoa. Para esticar a rede na boca usa-se um pau na parte superior e, em baixo, um cabo muito grosso. O conjunto dos ferros, pau e cabo designa-se por arco. Essa rede é preferida onde os fundos são pedregosos, pois tem na base um longo pau destinado a proteger o saco, que assim não se rasga; é conhecida no Caju como «mancinho», «rede de arco» ou «chouriça» [3].

A introdução destes novos tipos de redes provocou, nos últimos anos, uma verdadeira revolução na vida do núcleo de pesca do Caju. Com efeito, seu rendimento, sendo muito superior ao obtido com o tradicional balão, o «serviço» do camarão passou a ser um bom negócio, atraindo mesmo muita

---

[1] A rede tem 18 metros de comprido por 4 de boca; o cabo que a prende à embarcação mede 50 metros.

[2] Os primeiros arrastões de alto mar, conhecidos no Brasil como «parelhas», eram puxados também por duas embarcações, mas o que veio a generalizar-se foi o *otter-trawl,* no qual duas enormes portas mantêm o saco na posição devida.

[3] Esta rede é empregada para a pesca do camarão no estuário do Tejo. O facto de predominarem entre os pescadores emigrados para o Caju os do litoral do norte, afeitos à pesca de alto mar, sobretudo, talvez explique essa demora na introdução do referido aparelho.

gente que até então só cuidava de traineiras. Em poucos anos multiplicaram-se os arrastões de portas e os mancinhos, hoje cerca de duzentos. Ao mesmo tempo desapareciam do Caju, quase completamente, os balões, dos quais subsistem, ao que parece, apenas uns dez. Nos outros núcleos do interior da Guanabara, com excepção das ilhas do Governador e da Conceição, mesmo em Inhaúma e Maria Angu, continua o balão a ser o principal meio de obter o camarão.

Brasileiros, portugueses e espanhóis, quase todos empregam hoje as novas redes, fabricadas no local por pessoas que nisso se especializaram, ou então pelos próprios pescadores, no caso dos espanhóis. É interessante notar a rapidez com que se efectuou essa transformação. Sendo os lucros muito mais elevados, não houve reacção dos velhos pescadores, a não ser pelo facto de serem essas novas redes utilizadas à noite, enquanto o balão era usado em pleno dia. Quando muito, alguns poucos continuam a empregar o balão, ou então preferem deixar aos filhos a tarefa de realizar a pescaria.

Pela madrugada voltam as canoas — cerca de duzentas, a grande maioria pertencente a portugueses — com o resultado da noite de trabalho e, sendo o tempo bom, é ele sempre compensador [1]. Nas canoas trabalha o dono e um companheiro de ocasião. Por isso a divisão do pescado se faz diàriamente, cabendo ao dono do barco duas partes e uma ao companheiro. No Verão, sobretudo em Janeiro, há mesmo quem largue as traineiras para tentar a sorte nos fundos lodosos da baía.

Além de importante centro de pesca do camarão, o Caju é também o principal núcleo de traineiras da Guanabara. A pesca da sardinha não tinha aí importância até o fim do século passado. Nela eram utilizados vários aparelhos, mas nenhum deles se generalizou. Além da tarrafa, o processo mais usual era o de «alvitranas», uma espécie de cerco de emalhar [2].

No final da primeira década do século actual é que apareceu pela primeira vez no Caju uma rede de traineira, introduzida por pescadores espanhóis [3]. Essa rede era muito empregada na costa norte de Espanha e também na França, no litoral do golfo da Gasconha. Em Portugal existe mas não é muito antiga. O primeiro a empregá-la no Caju trouxera uma rede pronta da Espanha e, diante do sucesso por ele alcançado, logo outros o imitaram, encomendando naquele país os panos para a confecção das redes. Por vários anos, as traineiras foram monopólio de dois ou três espanhóis [1], mas logo depois alguns portugueses se dispuseram a encomendar essas redes, ainda em Espanha, pois não havia fábrica das mesmas em Portugal. Mais tarde, passaram elas a ser importadas de Portugal e mesmo do Japão. Actualmente, há em São Paulo uma fábrica dessas redes, pertencendo, aliás, a um espanhol.

Pouco a pouco, o novo processo foi-se difundindo e os barcos a motor passaram a ser utilizados para esse tipo de pesca. Contudo, até 1930 ainda predominavam na pesca de traineiras os barcos a remo. Foi com a criação do entreposto da pesca e das fábricas de sardinha em conserva que tomou maior impulso esse sistema de pesca, tornando-se compensadora a aquisição de motores [2]. Paulatinamente, foram sendo utilizados barcos de maior potência e redes de maior tamanho (agora de 200 a 220 braças). Hoje em dia há cerca de cinquenta traineiras [3] com motores de 100 e até 120 H. P., variando a tripulação de 15 a 20 companheiros e o mestre. O mestre ganha duas ou três partes, os companheiros uma, e as traineiras oito a catorze, conforme o tamanho das redes. Tanto pescam de noite, com luz eléctrica, como de dia, mas nunca pescam à lua. A pesca principal é a sardinha, cuja venda, em dia de boa pescaria e para as traineiras grandes, pode render três mil cruzeiros (1.140$00, Agosto-Setembro de 1956), isto é, oitenta e um a noventa e quatro cruzeiros por pescador (30 a 35$00) e duzentos e quarenta e três a duzentos e oitenta e dois (92 a 107$00) para o mestre, consoante o número de companheiros.

No serviço das traineiras, como no do camarão, há trabalho o ano inteiro. No Verão, há muita abundância de sardinha ao largo da Guanabara e as traineiras não precisam ir muito além das ilhas Maricá ou de Spetiba. Assim, todas as noites as embarcações se recolhem e os pescadores vão dormir a casa. No Inverno, porém, as sardinhas desaparecem desse trecho do litoral, mas

---

[1] O camarão não é vendido no Entreposto mas sim no próprio Caju, num ponto da antiga praia do Retiro Saudoso, hoje Rua Carlos Seidl. Quando, no tempo quente, a pescaria é mais abundante, obtêm-se lucros maiores mas, mesmo no Inverno, o serviço do camarão compensa, porque o preço é então mais elevado.

[2] Cercada a manta de sardinhas, batia-se com a poita na água e o peixe, assustando-se, ficava emalhado. O cerco, como é feito em Portugal, nunca foi empregado aqui. Também a rede de espera de emalhar (sardinheira) foi experimentada mas não chegou a ser adoptada.

[3] A traineira é uma grande rede de cerco que fecha na base como um saco, usada para a pesca da sardinha e de outros peixes.

[1] Alberto A. Gonçalves: «Ensaio sobre a sardinha verdadeira do litoral, as baías e enseadas do Estado do Rio e Distrito Federal». *Primeiro Congresso Nacional de Pesca*, vol. *Anexos*, pp. 273-311, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

[2] As facilidades de pagamento oferecidas pelos representantes das firmas europeias que vendiam os motores contribuíram para a difusão rápida do seu emprego na década de 1930.

[3] Só seis pertencem, de facto, a brasileiros.

são encontradas em grande quantidade mais ao norte, na costa ao largo de Macaé, ou então no litoral da ilha Grande ou de São Sebastião [1]. Os pescadores conservam-se então no mar cinco a oito dias. Além de sardinha e outros peixes, capturam também nessa época as tainhas.

Fazem parte da companha das traineiras, actualmente, muito poucos espanhóis. Há, sobretudo, brasileiros, procedentes das áreas litorâneas até onde elas vão ter e também portugueses ou filhos de portugueses, de longa data estabelecidos no Caju. A tripulação não é fixa para cada barco, variando bastante, aliás, quer na sua composição, quer no seu número, pois não raro, quando é época de maior fartura de camarão, chega a haver falta de homens para formar a companha das traineiras.

Além da pesca na baía ou muito próximo da costa, ainda há pescadores da Ponta do Caju que trabalham em barcos a motor equipados com anzóis para peixe grosso, e que vão até ao Estado da Bahia, ou com redes de arrasto (estes deslocam-se de preferência para o sul, chegando a águas do Uruguai). Porém, a maioria destes pescadores vive em Niterói [2]. É esta a pesca mais rendosa, chegando cada companheiro a «fazer» seis contos por mês (2.400$00). Trabalham todo o ano, mesmo de Inverno, e os meses melhores são os de Dezembro a Março. Com as viagens e vinte dias úteis de pesca, demoram aproximadamente um mês em cada campanha; no Rio ficam só o tempo preciso para descarregar, ou seja, uns cinco ou seis dias (est. IV, B). O peixe é conservado em gelo, que metem em Vitória se vão para o norte, ou no Rio se se dirigem para o sul. Nos barcos de anzol a pesca é feita em pequenos caíques; a lancha só serve para o transporte, guarda do peixe em gelo e abrigo dos pescadores. Estes saem para o mar de manhãzinha, cada um em seu caíque; pelas dez horas chegam-se para a lancha para apanhar o almoço e só regressam ao sol-pôr. Quando saem para o mar levam a bordo os mantimentos de que necessitam para a demora prevista. A pesca ao largo é muito compensadora, embora não deixe de ter os seus riscos. A pesca costeira e na baía representa um risco menor e uma faina também mais fácil.

Desse modo, embora se trate de actividades perfeitamente distintas, ora desenvolvidas nas águas da baía ora ao largo, fóra da barra, e mesmo coincidindo a época de maior movimento nas duas, não são elas completa-

---

[1] Não é por falta de peixe que é dura a vida dos pescadores, dizem eles, queixando-se dos preços e sistemas de pagamento das fábricas de conserva.

[2] Através de várias informações podemos admitir que cerca de três quartos destes pescadores são ainda portugueses; os poveiros dão o contingente mais importante, cerca de metade; naquela cidade habitam um bairro a que deram o nome expressivo de Nova Póvoa.

EST. IV

A — Redes a secar nos extensos «varaus». (Fot. de Raquel S. de Brito).

B — Traineiras fundeadas junto à Praça Quinze. (Fot. do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil).

mente estanques, no que diz respeito ao pessoal empregado. Não há no Caju dois núcleos, um de pesca de camarão e um de traineiras, mas sim uma grande concentração de pescadores, brasileiros e estrangeiros, formando uma comunidade na qual os portugueses e também os espanhóis têm um papel de destaque.

Embora os brasileiros sejam hoje mais numerosos, não se reduziu a importância do grupo dos ibéricos no Caju. A eles se deve não apenas a origem do núcleo e sua primeira expansão em face da introdução das traineiras, mas também a sua mais recente fase de crescimento, consequência da verdadeira revolução provocada com as novas redes empregadas no serviço do camarão.

Fig. 3 — Locais de origem dos pescadores portugueses trabalhando no Rio de Janeiro. Os círculos são proporcionais ao número de pescadores.

IV — A PESCA NO LOCAL DE ORIGEM DA MAIORIA DOS PESCADORES PORTUGUESES DO CAJU

Dos 1000-1200 pescadores indicados como residentes na Ponta do Caju foram inquiridos 241; 60 p. 100 eram portugueses, 8 p. 100 disseram-se logo filhos de pais portugueses, 32 p. 100 brasileiros; mas destes, mais de metade eram luso-descendentes. A praia que maior contingente de pescadores deu foi a de Vieira de Leiria (20 p. 100), seguida de perto pela Póvoa de Varzim (18 p. 100), Figueira da Foz e Buarcos (19 p. 100 no conjunto); Pedrógão e Gafanhas contribuíram com 13 p. 100 cada uma; Palheiros de Mira com 5 p. 100 (fig. 3). Todos estes portugueses eram já pescadores nas suas terras. Mas há um facto curioso: 12 p. 100 dos portugueses inquiridos eram de Lazarim (Lamego), onde se dedicavam à agricultura. O primeiro agricul-

tor que «virou» pescador fê-lo por mero acaso: resolvido a embarcar para o Brasil, com outros conterrâneos seus, a sorte não lhe foi favorável dentro da actividade que exercia. E assim se tornou pescador de camarão na baía de Guanabara. Muito provàvelmente os outros lavradores não fizeram senão seguir as pisadas deste companheiro. A mudança de vida foi fácil porque a pesca do camarão na baía não oferece perigo nem precisa de grande experiência do mar, ao contrário da maioria das artes tradicionais usadas em Portugal.

Distinguem-se duas épocas de maior afluxo de pescadores: 52 p. 100 dos inquiridos tinham chegado há menos de cinco anos; 25 p. 100 há mais de vinte. O período de duas dezenas de anos que as separa corresponde tanto a restrições gerais levantadas pelo governo brasileiro à imigração, como à proibição dos estrangeiros exerceram a actividade da pesca. Foi durante esse período que alguns pescadores poveiros foram repatriados por se recusarem à naturalização e não saberem — ou não quererem — exercer outro modo de vida. A grande maioria dos pescadores há pouco estabelecidos com as famílias não pensam demorar-se, voltando à terra logo que tenham algum dinheiro além do das passagens, principalmente porque as mulheres não se conformam com a vida brasileira e choram saudades dos parentes e amigos. Mas com o tempo algumas acabarão por se adaptar, como aconteceu às mais idosas.

A vida dos pescadores no Brasil é mais fácil e menos dura do que nas praias de Portugal; do mesmo modo a vida das mulheres. Estas, na sua aldeia, para compensarem os magros proventos da pesca, fazem a salga e venda do peixe, à cabeça, a quilómetros de distância, trabalham na agricultura ou ocupam-se em serviços domésticos nas vilas e cidades próximas. No Brasil, ou não fazem nada além do trabalho doméstico, ou apenas salgam peixe para uso caseiro, mas sem saírem de casa. Os homens ou se empregam nas traineiras ou na pesca do camarão, só na baía.

A vida nas aldeias de origem é mais dura e menos compensadora: as artes são mais possantes e difíceis de manejar, o mar mais forte e «ingrato» e os lucros menores; além disso, o mau tempo de Inverno interdita a pesca durante quatro a cinco meses.

Desde Vieira de Leiria até à Vagueira (sul de Aveiro) a pesca tradicional mais importante e rendosa é a que emprega a arte das xávegas. Para a compra e manutenção desta arte formam-se sociedades, de número variável de sócios, as mais das vezes contribuindo só com o capital, pois as redes, como os barcos, são muito caras: respectivamente 80.000$00 e 25.000$00. Os pescadores compram geralmente as redes em Esmoriz e no Porto, e apenas as

tingem com casca de carvalho; os barcos são construídos na Marinha das Ondas [1] ou nos locais de pesca, por construtores que vêm de fora.

A xávega é uma rede longitudinal, lançada em forma de semi-círculo, ficando logo preso na praia um dos longos cabos. A rede é formada por um saco de rede grossa e malha muito apertada, ladeado pelas mangas, de malha mais larga. É o tipo de rede usado, por exemplo, no litoral do Brasil e em Goa, que algumas dezenas de homens levam quatro e cinco horas a alar. Aqui, as redes de maiores dimensões são levantadas ràpidamente por juntas de bois (seis a dez). Os barcos são grandes (15 m por 4), de modo que necessitam de muitos remadores (42) além do mestre e do «calador», que lança a rede. Fazem-se vários lances por dia, na maré enchente, conforme a quantidade de peixe e a distância a que aparece. Todos os dias ou semanalmente, conforme as praias, depois de tirar o total da despesa dos impostos, do gado (70 a 100$00 por junta, pelo dia de trabalho ou 40 a 52$50 por meio dia) e o preço de meio litro de vinho por pescador, faz-se a divisão do dinheiro em três partes, sendo duas para distribuir pelos companheiros e a outra para o barco e as redes. O arrais recebe mais uma parte por dia e o calador meia. Em anos bons, cada pescador pode tirar, diàriamente, durante a época da pesca, de Maio a Outubro, uma média de 18$00; em 1956, porém, a média foi de 5$00. Além desta arte há em cada praia outras mais pequenas, em que os pescadores se associam ocasionalmente a qualquer dono de embarcação, recebendo a sua parte todos os dias.

À excepção dos pescadores da Figueira da Foz, Buarcos e Gafanhas, todos os outros, nos meses de Inverno, deixam as suas praias e vão para o interior em busca de trabalho. Os de Vieira de Leiria e de Pedrógão procuram hoje serviço como rachadores de lenha; há algumas dezenas de anos vinham em seus barcos e com toda a família para as bordas do Tejo (a partir de Santarém), onde pescavam principalmente sável. Os de Palheiros de Mira fazem cavas e arranjos de combros nos arrozais do vale do Sado. Os da Figueira e Buarcos pescam mesmo de Inverno, à linha, na foz do Mondego, fazem enviadas [2] ou trabalham em traineiras. Os das Gafanhas, que na maioria embarcam nos navios bacalhoeiros, trabalham nas terras que lhes pertencem.

Os poveiros, tão bem representados entre os pescadores portu-

[1] Uma família de construtores navais, os Bancas, já há cinco gerações que se dedica a este ofício; os planos e cálculos são, segundo pensa o velho construtor naval, ainda do tempo do avô, com insignificantes modificações.

[2] Transporte do peixe dos barcos que ficam ao largo para a praia.

gueses do Rio de Janeiro, merecem referência especial. A Póvoa constituiu, até há cerca de quarenta anos, um dos agregados de pescadores mais típicos do Continente [1]. A introdução lenta mas persistente dos barcos a motor acabou por transformar por completo a faina rotineira da pesca e com ela todas as tradições e modos de viver dos poveiros. Hoje já não existem as *lanchas*, cujos donos e mestres formavam a «élite» dos pescadores, nem sequer já as *catraias* [2] saem com regularidade para o mar, no Verão, por falta de gente para as manobrar, porque com as dificuldades crescentes da pesca tradicional os homens válidos estão fora, na pesca do bacalhau e nas traineiras de Matozinhos [3]. Na Póvoa ficam os velhos que já não são admitidos nestes trabalhos e os rapazotes que esperam a vez de partir.

Todas as embarcações tradicionais, de fundo chato, não têm qualquer exigência de calado e são varadas na praia durante o mau tempo, consistindo a perícia dos arrais em vencer o rolo da rebentação. As traineiras, por um lado, varrem o mar com suas redes potentes, reduzindo muito os recursos de pesca daquelas embarcações; por outro, exigem portos abrigados e de certa profundidade. Assim, a modernização da pesca significa, fatalmente, a decadência ou a extinção dos locais de pescadores tanto das praias de areia como dos pequenos recessos do litoral rochoso.

Comparando os pescadores portugueses do Rio de Janeiro com os seus conterrâneos nota-se, por um lado, a persistência do mesmo modo de vida, com a ressalva do caso indicado da tranformação de agricultores em pescadores, de que não há qualquer exemplo em Portugal [4]; nota-se também que as técnicas de pesca do Caju não são usadas nos locais de origem da maior parte dos pescadores [5]; e ainda que os pescadores portugueses do Rio têm um nível de vida incomparàvelmente mais elevado, de que apenas se aproximam, em Portugal, os pescadores do bacalhau; estes, em todo o caso, aguentam nos mares da Terra Nova uma vida arriscada e difícil, que é a antítese da pesca fácil na baía de Guanabara ou nas costas do Brasil.

---

[1] Ver o excelente livro de A. Santos Graça, *O Poveiro*, Póvoa de Varzim, 1932. Aqui se encontram descritas as usanças e tradições dos poveiros, que formavam uma cerrada comunidade, hoje em dissolução.

[2] Tanto as catraias como as lanchas usavam redes de emalhar; nas catraias pescava-se também a anzol.

[3] São estes que, nos sábados à tarde, enchem vários combóios procedentes daquela vila, dando à estação da Póvoa momentânea e desusada animação.

[4] Nas costas do Algarve e nos arredores de Sezimbra alguns camponeses, no pino do Verão, trabalham nos barcos de pesca ou nas armações fixas, auxiliando os autênticos pescadores. Alguns deles vão todos os dias a casa. Não se trata de uma mudança de profissão (como aconteceu aos agricultores de Lazarim), mas sòmente da possibilidade de um pequeno suplemento, quando há pouco ou nenhum trabalho no campo, dos magros salários do trabalho agrícola.

[5] Mas, de qualquer maneira, os processos da apanha do camarão são conhecidos em Portugal há muitos anos e usados na boca dos rios. É impressionante ver, pela manhã, os barquitos no Tejo, ao longo dos cais de Belém ou Trafaria, com seus remadores puxa-que-puxa; a maior parte deles anda na apanha do camarão, com redes de porta ou de arco. A violência do mar nas praias desabrigadas do Centro e Norte de Portugal e a ausência de fundos lodosos onde se desenvolve o camarão explicam que as técnicas importadas tenham origem de lugares diferentes donde provieram os pescadores.

ASPECTOS DA VIDA MARÍTIMA DO NORTE DE PORTUGAL

FERNANDO GALHANO
Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto

Pode dizer-se que a embocadura do Douro marca o extremo norte da zona das extensas praias lineares e arenosas do centro do País. Daí para cima, a região litoral compõe-se de uma faixa costeira que ora sobe em brando declive para o interior, ora forma uma estreita planície marginal encostada a bruscas elevações graníticas, e que, junto ao mar, recortada de penedias baixas e caprichosas, mostra uma série de reentrâncias naturais mais ou menos desabrigadas, que servem de pequenos portos.

Aí — e também na foz dos diferentes rios de certo vulto que, ao longo desse sector, desaguam no Oceano — se instalaram numerosos grupos humanos, que evoluiram com o decorrer dos tempos, e foram o ponto de partida dos aglomerados que hoje nessa faixa se encontram. De importância variável, indo desde grandes centros piscatórios a simples núcleos de cabanas de sargaceiros e pescadores de pilado, todos eles oferecem, além da identidade de formas de contacto entre a terra e o mar e das actividades características, a própria semelhança dos grupos piscatórios formados a partir do lavrador.

São alguns aspectos dessa vida relacionada com o mar, por parte de gente pescadora como de gente da terra, que constituem o objecto deste trabalho.

Ao longo das pequenas enseadas de rochas baixas que formam a costa desde Leixões ao Ave, apenas se fixaram três núcleos piscatórios: Angeiras (Lavra), Vila Chã e Mindelo. No princípio deste século eles eram simples grupos de barracas para recolha de barcos e apetrechos para a pesca e apanha do sargaço, semelhantes a outros que ainda hoje existem por toda esta zona, para fim idêntico.

Nessa época, o número de pescadores parece ter sido diminuto e grande

parte deles trabalhava com barcos e aparelhos pertencentes a lavradores, a quem pagava um quinhão estabelecido. Mas muitos desses lavradores saíam eles próprios ao mar, nos seus barcos de pilado, à pesca da sardinha, congro e faneca, para consumo de casa, vendendo o excesso a lavradores vizinhos que não possuiam barco, ou não tivessem saído ao mar nessa ocasião.

Com a geral transformação da maneira de viver, o pescador foi procurando estabelecer a sua habitação junto ao mar, e o aspecto destes três aglomerados modificou-se consideràvelmente; mas os novos edifícios, em certos casos, conservaram traços dos primitivos barracos de arrecadação. Angeiras desenvolveu-se de modo incaracterístico, mostrando porém algumas casas aquela influência nos seus telhados a duas águas, com empena para a rua. Vila Chã apresenta o aspecto curioso e particular da sua fila de casas com rés-do-chão e andar, mas de empenas viradas ao mar, muitas com a larga porta a toda a largura do rés-do-chão, e o andar habitado em cima, que são verdadeiros barracos acrescidos em altura; o rés-do-chão, de resto, continua muitas vezes a servir de arrecadação.

A pequena povoação do lugar da Areia (Mindelo), separada das terras de cultura por uns centos de metros de duna, manteve-se mais isolada, e conserva ainda alguns barracos primitivos cobertos de colmo. Esssa duna foi mais tarde aproveitada para campos escavados na areia, semelhantes aos da Aguçadoura [1].

Pelo seu rio que oferecia ancoradouro seguro, a antiga Vila do Conde teve a sua vida marítima mais virada para a navegação e construção naval do que para a pesca. A decadência geral dessa actividade foi reduzindo a classe que a ela se dedicava, e pelo último quartel do século passado a pesca era apenas para consumo da vila. Os marinheiros reformados, os velhos «parracaus» que conversavam junto à Capela do Socorro, constituiam uma apreciável percentagem desses pescadores. No momento actual, afora as duas ou três motoras (que de resto não vendem aqui o peixe) e um certo número de homens que vão ao bacalhau, quase tudo desapareceu. Mantêm-se apenas uma meia dúzia de pequenos barcos, que pouco se afastam da barra, com algumas *peças* para a sardinha, a *mugiganga* do camarão e a linha da faneca. A própria pesca do rio foi pràticamente proíbida, como defesa da pesca desportiva, e para acabar com processos condenáveis.

---

[1] Parece que foi mesmo gente da Aguçadoura que se estabeleceu aqui, e introduziu esse sistema de cultura. Baldaque da Silva, em *Estado actual das pescas em Portugal,* Lisboa, 1892, não cita esta povoação do Mindelo.

Na Póvoa de Varzim a pesca era, nos séc. XIII e XIV, exercida por lavradores de Argivai. Eles viviam, assim, afastados da enseada, então muito mais profunda e abrigada, onde, é de crer, se aglomeravam as barracas em que guardavam barcos e aparelhos. Só no séc. XVII começou a erguer-se na duna e no juncal junto ao mar a povoação que corresponde actualmente ao Bairro Sul. Aí se fixou a maior parte da gente que se dedicava à pesca, constituindo um agrupamento quase fechado ao convívio de estranhos.. Desligados da terra, e exercendo uma actividade exclusiva, foi sem dúvida dessa época para cá que se acentuaram as características do grupo, e se apertaram as regras e preceitos que anteriormente o regiam (ou que de então para diante se foram estabelecendo).

A importância da Póvoa como centro piscatório foi aumentando, atingindo o grupo, pelos fins do século passado, o apogeu da sua coesão. A influência niveladora do século actual, o incremento doutras actividades (entre elas a dos banhos de mar), os novos costumes de emigrantes no seu regresso, etc., desagregaram as suas instituições; e, mais tarde, o aparecimento dos arrastões, impedindo-lhe a pesca do alto, e levando a trabalhar para Leixões uma grande parte dos seus homens (cerca de 1.500 actualmente), acabou de tirar ao agregado poveiro as suas mais acentuadas características de grupo à parte. A Póvoa é presentemente, de certo modo, e em certa medida, o local de habitação de pescadores de Matosinhos.

Averomar oferece, logo a N. da Póvoa e em contraste absoluto com ela, um dos exemplos mais curiosos da actividade mista da terra e do mar. A povoação cresce agora, numa mutiplicação de casitas incaracterísticas, ao longo da duna que orla o mar. São seareiros que fazem pequenos campos por vezes muito afastados, apanham o sargaço e o pilado para uso próprio e para venda, e muitos dos quais praticam uma pequena pesca. Os que a ela se dedicam como profissão mais exclusiva, não deixam de amanhar o seu campo ou horta.

Daqui para o N. as dunas penetram para o interior. É a zona das culturas de areia, intensivas, com os campos em masseira escavados até ao nível da toalha de água, e tendo por base o sargaço e o pilado. A Aguçadoura surge com o seu grupo de grandes barracas de madeira, cobertas por duas águas de colmo. Na Apúlia lembram-se bem de barracas iguais a estas, mas muito mais numerosas. Com efeito a Apúlia foi, enquanto houve caranguejo, um dos pontos mais importantes dessa pesca (chegou a haver uns 70 barcos empregados nela). Essa importância pode avaliar-se pelo grande número de barracas existentes, construídas em pedra e arruadas.

Toda essa faina do pilado, e a apanha do sargaço, era exercida, tanto na Aguçadoura como na Apúlia, apenas por lavradores. Agora mesmo é gente

ainda ligada à lavoura que pratica a pesca, de certa importância no último lugar.

Depois dos agrupamentos de barracas de Sedovem e Pedrinhas, Fão aparece com a sua apanha de sargaço feita por lavradores de Fonte Boa e Gandra, e o seu pobre núcleo de pescadores. Estes constituem a população mais necessitada da velha vila de Fão; não obstante, o número das suas pequenas embarcações tem aumentado (é agora de cerca de 50).

Esposende tem presentemente uma reduzida importância como porto de pesca. Nota-se ali, como já apontámos para Vila do Conde, um triste declínio de todas as actividades marítimas. Das escassas três dezenas de barcos existentes, só uns quatro se afastam de terra pala lançar os rascos da lagosta.

Mais para N., os pequenos grupos de Marinhas, S. Bartolomeu do Mar e Foz do Neiva, acham-se também, depois do desaparecimento do caranguejo, reduzidos à apanha do sargaço; no primeiro, as próprias barracas dos barcos desapareceram, pois já antes de ter cessado a sua pesca, vários lavradores a tinham abandonado.

Entre o Neiva e o Lima há sòmente o grande grupo de barracas de arrecadação e habitação de Castelo do Neiva, e a pequena aldeia da Amorosa. A pesca é exercida por pescadores, mas na primeira há muitos lavradores que também a praticam. A apanha de sargaço é muito importante, quer da praia quer de barcos e jangadas, tripuladas indistintamente por homens ou mulheres. O Castelo emprega muito mais gente nestas fainas do mar (há para cima de 100 barcos), pois os lavradores da Amorosa têm começado a desinteressar-se da apanha das algas.

Viana do Castelo, feitas as obras do seu porto, tem toda a sua pesca motorizada. Restam meia dúzia de catraias para a faneca.

Entre Viana e Caminha a costa volta a mostrar-se como aquela a N. de Esposende, com a faixa plana completamente cultivada, entre o mar e as elevações paralelas à costa. Além de vários grupos de barracas de sargaceiros encontram-se nela três locais onde se exerce a pesca: Carreço, Âncora e Caminha.

No primeiro, onde toda a actividade é exercida por lavradores, alguns dos quais dos mais ricos da terra, o número de barcos reduz-se agora a cinco. As *gamelas* (pequenos barcos de fundo chato e de proa e ré cortada) em que pescavam a apanhavam sargaço, estão fora de uso e arrumadas nos barracos. Era aqui um dos lugares onde mais de pescava nas *camboas*, reentrâncias da praia quase fechadas por muros, e cuja porta era vedade por uma rede lançada na maré alta, impedindo a saída do peixe, que era apanhado à mão, na baixa-mar. Esse processo está completamente abandonado, e as camboas assoreadas.

A «memória» de 1789 [2] é omissa quanto a Âncora. Com efeito a sua importância começou com a instalação duma colónia de pescadores de La Guardia em local onde existia apenas um pequeno porto semelhante ao de Carreço; há uns 50 anos a povoação mostrava ainda um grande número de casas de madeira. O núcleo piscatório de Âncora continua bastante diferenciado da gente da terra, embora seja vulgar o pescador que faça uma pequena horta. As antigas lanchas e barcos de tipo poveiro acabaram, e com o seu abandono cresceu o número de *masseiras*. A pesca é variada, e importante a apanha do sargaço, feita por mulheres de pescadores, e principalmente por gente da lavoura.

Logo ao N. fica Moledo, centro importante de apanha de algas, e depois Caminha. Decaída da sua antiga importância, mantém, contudo, uma classe piscatória relativamente numerosa, pescando no rio e no mar. Também alguns lavradores pescam sável no rio, usando as masseiras, com que apanham algas. Os únicos barcos actualmente empregados são essas masseiras, iguais às de Âncora.

Vemos, pois, ao longo deste pedaço de costa, além de núcleos especìficamente pescadores, uma numerosa população de lavradores que, seguindo uma tradição de muitos séculos, tira do mar o adubo para os seus campos, e exerce simultâneamente, em muitos sítios, uma pequena pesca para seu alimento e para venda.

Os primeiros, cuja indústria se não pode mais comparar à sua grandeza passada, viram a abundância de peixe diminuir depois da vulgarização da pesca de arrasto e tornar-se mais difícil a executada com barcos à vela e a remos. Os lavradores sofreram também um prejuízo grave com o desaparecimento do caranguejo, cuja pesca faziam. Este desaparecimento, igualmente por muitos atribuído ao arrasto, que revolve constantemente os fundos de areia em que ele se cria, fez cessar totalmente a sua pesca, há cerca de uns dez anos. Resta-lhes o sargaço que, tal como o pilado, é apanhado para estrumação dos próprios campos, ou para venda.

Vimos também que essa dupla actividade da lavoura e do mar se apresenta em gradações variadas. Na maior parte dos casos o lavrador limita-se agora à apanha do sargaço. Nos pequenos portos de Carreço e Aguçadoura a pesca constitui para alguns deles uma fonte apreciável de receita. Em Averomar as duas actividades equivalem-se. E é frequente pequenos grupos

---

[2] Constantino Botelho de Lacerda Lobo, *Memórias sobre algumas observações feitas no ano de 1789, relativa ao estado das pescarias da Província de Entre Douro e Minho*, in *Memórias Econ. da Acad. Real das Ciências*, Tomo 4.º, 1812.

de pescadores manterem, ainda um campo ou uma horta, apesar de, logo que a pesca toma uma importância preponderante, se sentir a marcha para o abandono definitivo da terra.

Nota-se contudo uma tendência para o abandono desta dupla profissão tradicional, e parece que, pouco a pouco, pelo menos em alguns locais, o lavrador se começa a desinteessar pelo mar. O desaparecimento do caranguejo, levou à arrecadação do barco; mas já mesmo antes disso os adubos químicos começavam a substituir esse fertilizante cuja pesca obrigava a viagens demoradas e trabalhosas (por vezes 8 horas a remar). Em muitos sítios, com o abandono dessa pesca, deixou de vez o lavrador de praticar qualquer outra. Foi o que sucedeu em Angeiras e Vila Chã, pois, como é de esperar, é em terras de lavoura mais abastada que este abandono primeiro se manifesta. A tal propósito é oportuno vermos o que se passa nas duas vizinhas povoações de Castelo de Neiva e Amorosa. Nesta última o lavrador vive mais longe do mar, a propriedade é mediana e a necessidade de lançar mão dos recursos marítimos é mais atenuada. Com o desaparecimento do pilado, o lavrador da Amorosa vendeu o barco e transformou a barraca em que o guardava, num desinteresse definitivo por tal pesca. Apenas vem à praia ao sargaço quando chega a notícia dele ser abundante, usando só o *redenho*, e não perdendo tempo em apanhá-lo com as jangadas, de que igualmente se desfez. O Castelo é, pelo contrário, uma freguesia de propriedade muito dividida, e com os seus campos e casario estendendo-se até perto do mar. Para parte da sua população a terra não dá o suficiente, e a apanha do sargaço e a própria pesca são recursos a que tradicionalmente se lança mão. Os barcos do pilado continuam guardados, na esperança do seu reaparecimento, e a apanha do sargaço não depende da sua abundância. Assim, na Amorosa, ao contrário do que sucede, no Castelo vai-se dando o afastamento entre o lavrador e o mar, pela distância a que dele mora, e pelo maior desafogo em que vive.

O caso de Averomar apresenta também aspectos curiosos. A povoação espraiava-se, há algumas dezenas de anos, mais para o interior, para perto da igreja. Num forte contraste com a Póvoa, a sua população era constituída por *lavradores* abastados e *seareiros* que faziam pequenas terras próprias ou alugadas. Entregavam-se à apanha do sargaço e à pesca e, pràticamente, não havia quem vivesse exclusivamente desta última actividade. Nesse tempo havia um certo equilíbrio entre a terra e a gente e, apesar daquela estar toda aproveitada desde a costa até às elevações de Terroso e Amorim, não era difícil conseguir campos para grangear, que adubavam com o sargaço e o pilado que eles próprios iam buscar ao mar. Mas a população cresceu e a terra é a mesma; a solução foi ir procurar campos mais longe,

em que vendia o peixe. Esta falta de contacto notava-se mesmo em relação a pescadores de outros portos, que os olhavam com certa hostilidade e que os tinham por rudes e boçais.

BARRACAS

Já não é fácil reconstituir com segurança todas as formas que apresentaram, em tempos passados, as barracas de recolha de barcos e aprestos para pesca e sargaço, que constituiram os agrupamentos de que atrás falamos.

A sua regular implantação actual em filas ou arruamentos é relativamente recente, e foi acompanhada por uma melhoria de construção e aumento de dimensões. Elas dispunham-se, pelo menos na maior parte desses agrupamentos, a esmo pela praia, em geral mais próximas da água que actualmente; localizavam-se assim na faixa pertencente aos Serviços Hidráulicos, que em certo momento, passaram a cobrar um aluguer do terreno, podendo também ordenar a sua demolição sem qualquer indemnização. Isto motivou a sua construção em terrenos particulares, mais afastados do mar; construção que foi então melhorada, adoptando-se a forma que têm presentemente, ou uma forma intermédia.

Estes barracos aparecem a partir de Anjeiras para o N.; e daí ao Mindelo os mais antigos devem ter sido semelhantes aos poucos que se vêem ainda nesta última praia; pequenas construções muito toscas, com paredes de pedaços de granito, e cobertas de colmo ou junco [4].

Essas *barracas* ou *palhoças* primitivas estão agora quase mergulhadas na areia, e a cobertura, protegida dos bois por molhos de tojo, é a quatro águas, sendo a da frente menor que a da retaguarda. As suas reduzidas dimensões parece terem sido as mesmas para todos, pouco mais de 7 m de comp. — para permitir a arrecadação do barco — e apenas 3 a 3,5 de larg. [5]. A porta, de um ou dois batentes, ocupava toda a largura da fachada, e a padeeira, arqueada, mal deixava passar um homem a pé.

Quando abrigavam todo o material ficavam estas barracas completamente atravancadas: a um lado o barco; nas traves da armação, remos, mastros, bicheiros, tudo o que era comprido; a um canto a lareira com a *trempe* e o *latão* ou *caldeira* de cozer a casca, e a *masseira* para o encasque das redes; e, espalhado por onde havia lugar, cordas, paus, carrelas, etc..

---

[4] Rocha Peixoto, in *Portugalia*, tomo 1.º, pág. 85, fala de cabanas de madeira em Vila Chã; já delas não restam nem vestígios nem memória.

[5] A. S. do Posto Fiscal de Vila Chã há ruínas de barracas com 7,5 × 3.

A primeira transformação foi a simplificação da cobertura de colmo, que passou a ser a duas águas, seguindo-se a sua ampliação e cobertura a telha, no momento do recuo para mais longe do mar. Estas três formas podem observar-se ainda na praia do Mindelo, constituindo o modelo que, progressivamente melhorado e ampliado, se vê aí e em Angeiras; e que está na origem, como dissemos, do casario do núcleo mais denso de Vila Chã.

Daqui para o N., a primeira barraca que encontramos foi em Aver o Mar, encravada entre duas pequenas casas, e já sem telhado. Lembram-se de ter havido mais, cobertas de colmo.

Na Aguçadoura todo o núcleo é formado por barracas de tipo diferente. A sua cobertura de colmo ou palha de «borega» (da lagôa da Apúlia), a duas águas, assenta em esteios de granito cravados na areia, e todas as paredes são de tabuado. Apesar de muito espaçosas, têm estreita relação com as pequenas barracas erguidas junto das habitações rurais desta região de areias, em que o lavrador guarda produtos do campo, especialmente a cebola. É natural que também na Aguçadoura existisse, como na Apúlia, uma outra forma, possìvelmente mais antiga, em que as suas águas de palha desciam até ao chão, forma que ali denominavam de «lombo de burro».

Na Apúlia, porém, estes tipos de barracas de madeira e palha quase desapareceram. As que ali existem agora em grande número, dispostas em ruas largas, são de pedra, e os telhados, com o cume parelelo à rua, prolongam-se como se fossem um só, mostrando as fachadas um beiral contínuo. Não obstante, ergue-se ainda em frente ao mar, uma fileira de barracas com esta forma, mas todas de tabuado, semelhantes a algumas que existem nos agrupamentos de Sedovem e Pedrinhas. Nestes úlrimos grupos vêem-se abrigos semelhantes a estes, mas mais espaçosos, construídos de pedra, com toda a fachada frontal de madeira, e um beiral muito saliente sobre ela. O maior interesse que oferecem, porém, estes dois agrupamentos, está na forma arredondada da retaguarda de muitas barracas de pedra, configuração que se observa também na vizinha capela da Senhora da Bonança, e que é sem dúvida aparentada com a forma dsa mais velhas barracas de Fão, em que os cantos são igualmente arredondados [6].

No pequeno grupo de Marinhas, as barracas antigas de pedra e colmo, desaparecidas completamente com a venda dos barcos do pilado, foram substituídas por pequenas casotas de pedra, de telhado a duas águas, apenas

---

[6] Jorge Dias, in *Construções circulares no litoral português* e *O problema da reconstituição das casas redondas castrejas*, in *Trabalhos de antropologia e etnologia*, vol. II, 1.º, e vol. 12, 1.º e 2.º, discute as prováveis origens de tal configuração.

para guarda da ferramenta de sargaceiros; algumas são divididas a meio, no sentido longitudinal, e têm por isso uma estreita porta de cada lado da fachada.

Pelo contrário, em S. Bartolomeu do Mar, alguns dos que existem parece terem muita idade. Com telhados de forma variada, têm do comum o facto da porta ficar a um lado, deixando um espaço fechado por parede.

Na Foz do Neiva e no Castelo voltam a aparecer os barracos de madeira. Em ambos os lugares eles se encontram mais afastados do mar, por dentro da duna, que é aqui íngreme e batida pelo mar na maré cheia. Mas enquanto que o Castelo possue várias dezenas deles espalhados sem regra pelo areal, há no primeiro apenas quatro, muito juntos e alinhados. A forma é, todavia, identica, embora aparentemente diferente. Quer nuns quer noutros a porta fica por baixo da empena dum telhado a duas águas e é frequente uma outra porta pequena a um lado. Porém no Castelo, de vida marítima mais intensa e constante — muitos lavradores são também pescadores — quase todas as barracas apresentam acrescentis laterais, para um ou para ambos os lados, servindo alguns de habitação. Isto tira a este aglomerado o aspecto habitual, e dá-lhes a aparência duma povoação estranha. Algumas das barracas têm um ou outro lanço de parede feito de lousa.

Logo ao N. do Castelo, a pequena aldeia da Amorosa surge, muito diferente, com as construções de pedra alinhadas frente ao mar. Como os barcos do pilado foram vendidos, as barracas foram transformadas, algumas divididas, e as portas semi-entaipadas. Parece terem tido todas o beiral horizontal sobre a fachada, com o cume do telhado paralelo a ela.

Para N. de Viana limitamo-nos a citar os de formas e telhados variados. No sítio do Troviscoso, há uma linha de uns seis «armazéns» em que agora guardam especialmente os barcos de pesca; em todos a empena é virada para a frente, mas não seguem qualquer modelo bem definido. Um pouco mais para N., há dois de quatro águas, com a frente toda de madeira. E no sopé do morro do farol, há ainda uns poucos espalhados, de planta irregular, com a porta num canto e telhado a uma única água.

Faremos ainda referência aos cobertos do Moledo, onde é muito importante a apanha do sargaço; são grandes, pois o sargaço seco não é empilhado na praia, mas logo recolhido dentro deles. Estão presentemente dispostos em arruamentos regulares.

Concluimos, pois, que as barracas dos barcos e redes do pilado e ferramenta do sargaceiro, por vezes só para este último fim e então de dimensões menores, tiveram, nestes 100 km. de costa, formas muito variadas. Na sua construção, o emprego de madeira manifesta-se actualmente em alguns núcleos da Aguçadoura para o N. — Aguçadoura, Apúlia, Sedovem, Pedrinhas,

Foz e Castelo do Neiva, e no Cabedelo (foz do Minho) —, mas são raros aqueles em que todas as barracas sejam desse material. Rocha Peixoto [7] estende a toda a costa o seu emprego e, sobre a parte correspondente à zona que nos interessa, diz «...que se encontra quase numa imutável traça, em Sedovem, Vila Chã ...». Esta uniformidade, contudo, não existe presentemente.

A cobertura de colmo ou junco, agora rara, foi mais frequente e abandonada por causa dos incêndios; é ainda a de todas as barracas da Aguçadoura, onde o uso da palha para cobrir cabanas, telheiros e medas, é muito grande.

Qualquer que tenha sido a sua forma inicial, elas tendem para construções de pedra e duas águas, ora com a porta abrindo-se na empena, ora com o cume paralelo à fachada e telhado único para toda a fileira de barracas.

EMBARCAÇÕES [8]

Por toda a extensão da costa desde o Porto a Caminha se encontra um tipo de barco conhecido por «poveiro». É, na verdade, na Póvoa de Varzim, que ele tem, a sua expressão mais acabada.

Essas embarcações usadas pelo poveiro são largas, de boca aberta, armando uma grande vela latina, e com boas qualidades para navegação à bolina. Se as suas dimensões variam conforme a pesca a que se destinam mantem-se sensìvelmente constante a relação entre o comprimento e a largura (2,4). Apenas a inclinação da roda da proa e do cadaste têm ligeiras variações; o barco é assim mais «lançado» quando o querem veloz e mais «aprumado» para pesca sob amarração.

À proa e à ré existem dois espaços cobertos: o *leito*, à proa, coberto pelo *tombadilho* e pelos *tostes*, e aberto para a «caverna», e o *caixão*, fechado à ré. Ao longo das bordas, entre o leito e o caixão, correm as *corredoras*, espécie de caleiras que recebem as golfadas de água quando o barco adorna demasiado.

O mastro tem inclinação variável graças às *galeotas* entre as quais é firmado. Esta inclinação, as grandes dimensões do leme, a forma e grande largura do barco, dão-lhe as boas qualidades de navegação que possue.

---

[7] Op. loc. cit.

[8] Limitamo-nos a uma rápida descrição dos barcos empregados e as suas principais variantes. O estudo em pormenor será feito, assim o esperamos, pelo arquitecto Snr. Lixa Filgueiras, cujos trabalhos sobre os barcos do Rio Douro nunca será demasiado elogiar.

A sua classificação por tamanhos está citada por Santos Graça [9]; ela não nos interesse agora, pois todos os barcos grandes desapareceram (os únicos que se mantêm são os três bateis, varados no areal da Póvoa, e que já não saiem para o mar) e só existem barcos menores, que os homens novos designam mais pela função que executam. Assim, aos mais pequenos, que pescam ao «trol» perto de terra, chamam *troleiros*, e aos outros maiores *sardinheiros* e *catraias* (ou *barcos de pescar*), conforme estão preparados para pesca da sardinha ou outro peixe.

Não é já fácil citar as diferenças que porventura existiram entre as lanchas e batéis dos diversos portos mais importantes, por já não existirem. Baldaque da Silva [10] ao descrever a lancha de Caminha, diz ser «só usada por pescadores do alto daquele porto», mas não diz o que a distingue da poveira, além da sua menor largura em relação ao comprimento. Limitar-nos-emos, assim, a mostrar as principais diferenças que distinguem, actualmente, as embarcações em uso nos diversos pontos da costa.

O leito e o caixão que fazem a pequena coberta à proa e à ré dos barcos da Póvoa, e as corredoras junto à borda, existem apenas naquela localidade. Logo nos portos vizinhos de Vila do Conde e Averomar, o barco se simplifica, mostrando nas duas extremidades um pequeno banco triangular. Bancos como estes vêem-se nos barcos de todas as localidades para N. da Póvoa, onde também é quase geral o uso das *curvas* ou *curvatões* que prolongam o toste de cada lado, na direcção da popa. As galeotas ,que dão a inclinação ao mastro, não existem em Averomar, Aguçadoura E Apúlia, onde são substituídas por uma peça de ferro, o *garrinchau* ou *garindel*, preso ao toste, em que entra o mastro e as cunhas de madeira que o apertam.

O tipo de barco poveiro era, em vários portos da Apúlia para N., mais empregado para a pesca do pilado. A par dele havia barcos de fundo chato, de que trataremos adiante. Em Fão, onde este último foi o mais vulgar, poucos existem, substituídos por pequenas catraias de tipo poveiro de proa muito pouco lançada. Igual substituição se nota em Castelo de Neiva, onde as «gamelas» pràticamente desapareceram.

Para S. do Ave existem igualmente *barcos* para o pilado e *catraias*. A diferença não está só no adelgaçamento do barco em relação à catraia. O primeiro tem, além disso, a borda e a roda de proa mais aprumadas, e o próprio remate da borda é diferente; enquanto que nos barcos ele é constituído apenas por uma maior grossura da parte superior da «cinta» é, nas

---

[9] Santos Graça, *O Poveiro*, Póvoa de Varzim, 1932, pág. 187.
[10] Op. cit., pág. 374.

catrais, formada pela cinta e por um verdugo. Nota-se, assim, principalmente em embarcações velhas, a falta de qualquer peça a rematar horizontalmente a borda, como é o alcatrate poveiro.

Esta simplificação da embarcação é que lhes dá uma feição particular. São muito leves, e quase se reduzem às partes essenciais do barco poveiro. Tudo é construido no sentido da leveza: o costado é de tábuas de uns 8 m/m de espessura, e as cavernas são igualmente mais delgadas. No processo de construção reproduzem, porém, o barco da Póvoa. Apenas se nota a existência das *buçardas*, pequenas peças arqueadas a que pregam, à proa e à ré, a cinta e draga superior, no sítio dos bancos triangulares usados para N. da Póvoa.

A leveza destes barcos, e um mais pronunciado achatamento do fundo, diminui-lhes um pouco as qualidades de navegação à vela. No tempo em que o número de pescadores era mais diminuto e muitos lavradores saiam a pescar, só poucos barcos possuiam vela, e essa pequena. Nunca bolinavam, e a volta do mar era frequentemente feita a remos, num longo trabalho de várias horas. São, por outro lado, muito fáceis de deslocar no areal, e dois homens viram-nos sem custo: daí o costume de os vararem de fundo para o ar, evitando que água empoce dentro deles, como acontece na Póvoa e daí para o N.[11].

As próprias velas diferem. As poveira são mais altas, com o «cabo de testa» mais comprido, o que permite pôr mais uma ou duas fileiras de rizes. Com vento forte o poveiro prefere manter o mastro aprumado; o vianez, ao contrário, dá a este uma inclinação maior, rizando menos. Para S. do Ave, onde o uso da vela, era, como dissemos atrás, mais reduzido, esta é muito pequena, e desprovida de «carregadeira», que mesmo as das pequenas catraias de Fão possuem [12].

MASSEIRAS

Se o tipo de barcos a que acabamos de nos referir se emprega ou empregou, até há poucos anos, por toda a costa do Douro para o Norte, a *masseira* ou *gamela* tem uma área de difusão mais limitada. Encontra-se agora desde

---

[11] Na Póvoa, e daí para o N., as cavernas, mais espessas, têm um orifício por onde a água corre a escapar-se pela *boeira*, furo aberto da quilha para o fundo do barco, em direcção inclinada, e que tapam com sebo.

[12] A *carregadeira* é um cabo que puxa a ponta inferior da verga, quando rizam, ou quando navegam com vento de popa.

Caminha até Castelo de Neiva, mas Santos Graça refere-se à sua existência na Póvoa até ao princípio deste século: daí para o sul não possuímos qualquer informação que indique o seu uso. São muito numerosas em Âncora e Caminha, constituindo, depois do desaparecimento do barco de tipo poveiro, a totalidade das embarcações de pesca.

As gamelas ou masseiras são pequenos barcos de fundo chato, ligeiramente arqueados de proa à ré, e de construção muito singela. Todas as tábuas que formma o *fundo*, as *bandas* e os *testeiros* são espessas e as suas ligações macheadas. O testeiro da proa é mais estreito que o da ré. Dos quatro bancos um é amovível, como nos pequenos barcos poveiros. São recobertas interior e exteriormente por uma camada de breu negro, mas em Caminha começam a pintá-las com cores vivas.

A gamela é tripulada por dois homens, acidentalmente três. Bolina menos mal, graças ao grande leme que possui [15].

BARCOS DE FUNDO CHATO

Desde a Apúlia a Esposende existem ainda alguns barcos de fundo chato (*fundo de prato*); o seu número foi, porém, muito maior. Na Apúlia e em Fão os que existem são embarcações pequenas para dois homens; mas parece, que, pelo menos neste último porto, as suas dimensões foram mais avantajadas, tendo diminuído apenas quando o pescador se viu levado a preferi-las mais pequenas. Em Esposende podem ainda encontrar-se alguns desses barcos grandes. Os que actualmente existem naqueles dois portos, são barcos muito simples e leves, desprovidos de vela e de leme.

Vemos assim que o barco de fundo chato, de que há notícia ter existido na zona da costa da Póvoa para o N., tem sido substituído pelo barco de quilha de tipo poveiro, já há muito usado, por toda esta costa, para a pesca do pilado. Exclui-se a ponta norte, onde, em Âncora e Caminha, toda a pesca se faz em masseiras ou gamelas. As embarcações de fundo chato têm vantagem na saída dos pequenos portos, por manobrarem bem nas passagens estreitas entre penedos, mas as de quilha estão muito mais indicadas para o mar, para lá dessa saída, e têm sido elas as preferidas. Mas é curioso notar (pondo-se as mesmas razões para as masseiras) que estas não foram trocadas em Âncora e Caminha.

Vê-se também que o barco tomou na Póvoa o máximo da largura, solidez

[15] Baldaque da Silva, op. cit., pág. 400, ao descrever estas masseiras, mostra uma gravura que não reproduz de maneira nenhuma a actual.

e relativa complexidade. O poveiro quis barcos que aguentassem bem o mar, não se importando se ele se tornava menos veloz. Por isso só em Âncora vimos, já fora de uso, barcos em que a relação entre o comprimento e a largura era igual aos da Póvoa. No geral, o lavrador que possuia barcos do pilado, queria-os lançados e mais estreitos. E mesmo nas pequenas catraias cujo número vai aumentando em Angeiras, Fão e Castelo de Neiva, se nota essa menor largura (nomeadamente em Fão).

RELATÓRIO

por

LYSIA MARIA CAVALCANTI BERNARDES

Dos trabalhos subordinados ao tema «A vida marítima», dois referem-se a aspectos da pesca em Portugal enquanto os outros dois têm como tema um mesmo aglomerado de pescadores do Rio de Janeiro: o Caju.

Em *Aspectos da vida marítima no norte de Portugal* o seu autor, Fernando Galhano, refere-se aos diferentes núcleos existentes naquele litoral, distinguindo inicialmente os que são especìficamente de pescadores. Alguns são de pesca tradicional (Póvoa de Varzim), enquanto outros são centros de pescaria modernizada (Matozinhos, Viana do Castelo e outros). Constituem o objectivo central de seu trabalho os núcleos existentes nas pequenas enseadas, nos quais a pesca se associa à agricultura, ou dela depende. São pescadores que se utilizam dos sargaços para adubar o solo arenoso do litoral. São também agricultores que aí possuem uma barraca para a guarda de seus apetrechos e, em determinada época, vêm colher o caranguejo-pilado, os sargaços ou mesmo os peixes, os primeiros para melhorar a qualidade das suas terras e o peixe para complementar a sua alimentação.

Afora os núcleos de pescadores que surgiram nos pequenos aglomerados urbanos, ao lado de outras actividades, ou o caso excepcional de Póvoa de Varzim, exclusivamente piscatório, são esses os aglomerados tradicionais de pesca no norte de Portugal. Regista o autor o desaparecimento progressivo dessa dupla actividade, seja porque os pescadores, atraídos pelos rendimentos melhores, emigram para os centros de pesca modernizada, seja porque os agricultores, com o desaparecimento do pilado ou a possibilidade de obtenção mais fácil de outros correctivos para o solo, desistam desse género de vida tradicional.

Também na comunicação de Raquel Soeiro de Brito sobre *A Pesca em Palheiros de Mira,* onde são analisados o género de vida dos pescadores

e a organização da pesca tradicional, nota-se a interdependência da pesca e da agricultura. Esta interdependência evidencia-se no auxílio que o gado presta à pesca, permitindo vários lanços por dia, no trabalho das mulheres e crianças que cuidam de pequenos campos enquanto os homens lidam na pesca e, também, na emigração dos pescadores nos meses de Inverno para preparar os campos de arroz.

O interessante é que a pesca constituía outrora a única actividade dos habitantes do núcleo, mas, com o aumento da população foi preciso recorrer também à agricultura. Actualmente, os homens são obrigados a procurar trabalho também em traineiras ou barcos bacalhoeiros, pois o rendimento da pesca no local é insuficiente para a vida de todo o núcleo.

Em ambos os trabalhos ressalta, como vimos, a interdependência da pesca e da agricultura, nos pontos onde ainda persistem os géneros de vida tradicionais. Ao mesmo tempo, está sempre presente a atracção da vida menos incerta proporcionada pela pesca modernizada registando-se, com frequência, emigrações temporárias ou mesmo permanentes para os centros onde essa se efectua.

No caso do Brasil também encontramos, por vezes, essa duplicidade de actividades no género de vida dos pescadores, como é o caso do caiçara (caboclo do litoral paulista) que se dedica à pesca mas provê ele próprio à sua frugal alimentação. Contudo, são frequentes os núcleos de pesca em que nenhuma actividade agrícola vem complementar a débil situação económica do pescador. Também aqui se verifica a forte atracção exercida pelos centros de pesca modernizada sobre os pescadores isolados ou dos pequenos núcleos, ainda presos a técnicas rotineiras.

Um dos maiores centros de pesca modernizada no Brasil é justamente o do Caju, objecto de outras duas comunicações. A atracção por ele exercida atinge grande parte do litoral sul e leste do país e também os núcleos tradicionais daquelas mesmas áreas de Portugal, referidas nos trabalhos anteriormente analisados, as praias do centro e do norte do país.

Nos dois trabalhos a respeito — *Pescadores portugueses da Quinta do Caju e seus conterrâneos,* de Raquel Soeiro de Brito, e *Pescadores da ponta do Caju. Aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara,* de L. M. C. Bernardes [1] — é analisada a importância da contribuição dos portugueses para a formação e o crescimento do núcleo, que conta actualmente mais de mil habitantes. Encra-

[1] Para a sua publicação nestas Actas resolveram as Autoras fundir numa só as suas comunicações apresentadas.

vado em plena cidade do Rio de Janeiro, em uma ponta de terra, que só agora está sendo alcançada pela urbanização, esse grande núcleo de pesca de camarão e de traineiras conta com elevada percentagem de elementos vindos do centro e do norte de Portugal. Contudo, as técnicas não são aquelas de seus lugares de origem, uma vez que, na quase totalidade dos casos, provêm eles dos núcleos de pesca tradicional onde não é usual o processo das traineiras. Por outro lado, conta-se entre eles um número bem razoável que em Portugal não vivia da pesca e sim da agricultura. Essa transformação de agricultor em pescador é desconhecida nesse país. Isso se explica pelo género de vida incomparàvelmente mais elevado no núcleo brasileiro, o que atrai, mesmo, elementos oriundos de zonas agrícolas.

Em princípio, o centro de pesca do Caju, tal como o da Praça Quinze de Novembro (Rio de Janeiro) e os de Niterói, representa para os pescadores do centro e do norte de Portugal o mesmo que os núcleos de pesca modernizada de Matozinhos, Viana do Castelo ou outros. Para aí emigram eles, temporàriamente, sem suas famílias, com o fito de acumular algumas economias e depois voltar ao seu lugar de origem. Contudo, atraídos pela vida mais fácil e segura, muitas vezes se deixam ficar e aqui constituem família ou mandam vir a que lá ficara.

Desse modo se formou no Rio de Janeiro, como em escala menor em Belém do Pará, Rio Grande ou outros portos brasileiros, numa verdadeira colónia de pescadores portugueses, vivendo quase sempre agrupados, embora sejam das mais diversas procedências.

TEMA 2 — A DIFUSÃO DE PLANTAS CULTIVADAS E DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Les plantes alimentaires américaines en Afrique tropicale; remarques géographiques

PIERRE GOUROU

A cultura do trigo no Brasil

ITAGYBA BARÇANTE e CARLOS POTSCH

RELATOR

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

LES PLANTES ALIMENTAIRES AMÉRICAINES EN AFRIQUE TROPICALE. REMARQUES GÉOGRAPHIQUES

Pierre Gourou
Professeur au Collège de France, Paris

C'est l'occasion d'étonnements renouvelés que de constater l'importance et la variété des emprunts que l'Afrique tropicale a faits au catalogue de plantes cultivées que les Amérindiens lui ont présenté! Il est remarquable que les Africains aient su reconnaître les avantages des produits que l'Amérique leur proposait et, d'autre part, qu'ils aient pu aisément s'accoutumer au goût nouveau de ces produits. On sait la méfiance que les hommes montrent habituellement devant des aliments inédits. Les apports américains furent facilement acceptés d'abord parce qu'ils se prêtaient à des préparations peu différentes des préparations traditionnelles africaines, et, ensuite, parce que les techniques agricoles traditionnelles convenaient parfaitement aux plantes américaines. A coup sûr, il est dangereux de parler sans une très grande expérience personnelle de questions aussi délicates que celles qui tiennent aux goûts alimentaires, cependant il est permis de dire que la bouillie obtenue à partir du manioc est, à première vue, un équivalent très acceptable de la bouillie d'ignames ou de taros, et que la semoule de maïs n'est pas surprenante pour qui se nourrit de sorgho. D'autre part, il ne semble pas que les Africains (c'est-à-dire avant tout les femmes africaines) aient changé quoi que ce soit à leurs techniques agricoles pour cultiver les plantes américaines.

D'ailleurs celles-ci, par un remarquable trait de convergence technique (ou pour des raisons d'origine?), étaient en Amérique même obtenues par des méthodes qui n'étaient pas sensiblement différentes des méthodes traditionnelles africaines.

La naturalisation si aisée des plantes américaines en Afrique intertropicale pose de multiples problèmes, que nous nous contenterons d'indiquer, sans prétendre les traiter tous, ni intégralement. Le premier problème: pourquoi les Africains se sont-ils emparés si avidement des plantes améri-

caines? N'étaient-ils pas satisfaits des leurs? Cela conduit en somme à examiner les avantages des plantes américaines par rapport aux plantes africaines. Un deuxième problème: les plantes africaines appartenaient à deux catégories dont on a dit qu'elles caractérisaient deux familles de civilisations précolombiennes; il y avait les plantes à reproduction végétative, qui auraient été particulières à l'Amérique du Sud, et les plantes à reproduction par graines, oeuvre des civilisations d'Amérique centrale, du Mexique et de l'Amérique du Nord. Quel terrain ces familles techniques ont-elles trouvé parmi les civilisations africaines?

* * *

L'Afrique du xv^e^ siècle ne mourait pas de faim; ses agriculteurs avaient à leur disposition de bons tubercules, particulièrement les ignames (toujours très importantes, surtout en Nigéria méridionale), mais aussi les taros (qui continuent d'avoir un rôle considérable dans le Sud du Ghana). Le bana nier-plantain permettait à des populations nombreuses de vivre dans l'abondance alimentaire tout en assurant la protection des sols contre l'érosion; le bananier ensété était (et reste) une mise au point agricole et alimentaire originale. Les Africains avaient de bonnes céréales, non seulement toute la variété des millets, mais aussi le riz sec et le riz inondé (trés limité certes dans sa diffusion, mais ce problème n'a pas à être examiné dans le cadre de notre recherche présente). Ils avaient dans l'elaeis un excellent fournisseur d'huile pour les climats guinéens. Le sésame convenait aux climats plus secs. Des graines diverses complétaient la fourniture des protéines végétales, en particulier dolique, vigna et coleus (voandzou, pois souterrain). Les légumes étaient nombreux (le plus important étant l'hibiscus). Les fruits ne manquaient pas, et, si les Africains ne leur accordaient pas tout l'intérêt qu'ils auraient dû, ils n'avaient qu'à s'en prendre à eux-mêmes. Et pourtant les apports amérindiens ont été acceptés avec beaucoup d'entrain. Il est possible d'indiquer certaines raisons de cette acceptation (sans que nous puissions nous flatter de la conviction que ces raisons étaient suffisantes, ni qu'elles auraient été les raisons décisives).

En matière de tubercules les raisons de l'adoption aisée par les Africains des plantes offertes par l'Amérique sont assez évidentes. Prenons le cas des Yoruba de la Nigéria sud-occidentale; ils restent fidèles à l'igname (Dioscorea); mais il est évident que c'est là une fidélité de goût (et peut-être, comme nous le verrons, de prudence alimentaire, d'ailleurs si inconsciente qu'il vaudrait mieux n'en pas parler); car l'igname est trés inférieure, économiquement, au manioc ou à la patate. En effet 1.° l'igname exige une quantité de tubercules de semence qui apparaît comme effarante; il faut en effet en moyenne une quantité de tubercules de semence égale à 42 % de la quantité récoltée (le minimum observé étant de 30 % et le maximum de 50 %); on aboutit de la sorte à des quantités de tubercules de semence ensevelies dans un hectare qui varient entre 1800 et 5.000 kg. Si les rendements bruts sont considérables (sans être surprenants, comparés aux rendements du manioc) et atteignent jusqu'à 17.000 kg à l'ha dans le cas le plus favorable observé, on constate que le rendement net est très sensiblement réduit par les réserves nécessaires aux semences [1]. Au contraire, le manioc ne demande aucun tubercule de semence (bien entendu nous employons le mot «tubercule» pour faire vite) et se reproduit par boutures; de même la patate.

2.° la culture de l'igname est très exigeante en travail; le seul établissement des buttes demande de 375 à 600 jours de travail par ha; à quoi s'ajoute le travail particulier, et non négligeable, de la mise en place des tuteurs.

3.° Les tubercules d'ignames sont d'une conservation difficile, et qui en tous cas, demande beaucoup de soins, c'est-à-dire de travail. Rien de semblable avec le manioc. Les comptages faits en Nigéria montrent qu'une culture pure de manioc demande seulement 200 jours de travail par hectare (défrichement, mise en place des boutures, sarclages, — mais non récolte); c'est à peu près trois fois moins que pour l'igname (défrichement, buttes, mise en place des tubercules, tuteurs, sarclages, entretien des tubercules récoltés, — bien entendu l'igname n'est jamais cultivée en culture pure —).

Les exigences différentes des deux plantes se marquent d'ailleurs dans les prix de vente. Si, en effet, nous prenons le prix de vente de l'igname sur les marchés yoruba comme base 100, nous constatons que le prix du manioc est au niveau 40 (et ceux du maïs et du riz aux niveaux 60 et 45). L'igname et les techniques agricoles qui la produisent ne peuvent manquer d'apparaître comme archaïques, et comme justifiées seulement par une préférence nationale, et qui disparaîtraient avec elle. Il faut une telle préférence pour que l'igname continue à former 48 % en valeur de l'alimentation yoruba. On notera, pour y revenir plus loin, que le manioc, bien que considéré comme une nourriture inférieure, a pris de l'importance dans l'alimentation yoruba, et que les Yoruba ne prennent pas d'intérêt aux taros (qu'il s'agisse de Colocasia ou de Xanthosoma), bien qu'il s'agisse d'une plante moins exigeante en travail que l'igname. On soulignera que les Yoruba ne s'intéressent

---

1 Nous prenons ces renseignements à l'importante étude de M. M. R. Galletti, K. D. S. Baldwin et I. O. Dina, Nigerian Cocoa Farmers, An Economic Survey of Yoruba Cocoa Farming Families (publié pour la Nigeria Cocoa Marketing Board par Oxford University Press, 1956, 744 p.).

pas à la patate (Ipomea), malgré tous les avantages que présente cette plante (rendements, couverture du sol, peu de travail, feuilles comestibles).

La conclusion de cette étude rapide de la situation en pays yoruba, c'est-à-dire dans une partie de la zone guinéenne, est que les tubercules offerts par l'Amérique avaient des avantages économiques évidents. Ces avantages ont permis au manioc d'assurer 23 % en valeur de la production vivrière yoruba, mais ni les patates ni le Xanthosoma d'origine américaine n'ont pu s'affirmer, et l'igname traditionnelle est restée maîtresse du marché.

En matière de céréales, la situation est moins limpide. Les Noirs du Soudan et du Sahel avaient dans le sorgho et les divers millets des céréales bien adaptées aux climats locaux; la rusticité de certains millets dans les conditions souvent hostiles du climat sahélien (ou de transition entre le Sahel et le Soudan) frappe quiconque visite le Territoire du Niger (A O F). Il n'apparaît pas nettement que le maïs soit doué de supériorités certaines sur ces millets. Dans la région guinéenne le maïs a connu un grand succès; il est devenu une partie intégrante de l'alimentation au Dahomey ou en Nigeria par exemple. En pays yoruba le maïs fait 10 % en valeur de la production des denrées vivrières; entré dans le «cortège» de l'igname il est toujours cultivé en même temps que celle-ci. Il y a ici deux récoltes de maïs par an (juillet et décembre). Le maïs sert à préparer des plats très habituels, particulièrement consommés dans les marchés, où ils sont vendus par les femme qui les ont préparés. Le maïs est tellement entré dans les moeurs que les Yoruba ne veulent pas croire qu'il soit une plante américaine d'importation récente. Mais le sentiment Yoruba ne peut être pris comme une preuve à l'appui des vues nouvelles qui se font jour sur les origines du maïs; car les Yoruba ne sont pas moins incrédules quand on leur parle des origines américaines du manioc, qui, elles, ne sont absolument pas mises en question.

L'Afrique guinéenne avait une céréale avantageuse, le riz; soit le riz sec, soit le riz inondé. Les raisons de la préférence marquée au maïs méritent d'être précisées. Elles ne nous apparaissent pas avec évidence [2].

---

[2] Soulignons ici que M. le Professeur Orlando Ribeiro pense que le maïs, en tant que céréale non irriguée, est bien plus avantageux que le riz et les millets. Plus avantageux par les rendements et la facilité de conservation et de préparation. Dans cette optique, l'introduction du maïs aurait été très bienfaisante pour l'Afrique tripicale. Dans le cas particulier des îles du Cap Vert, M. O. Ribeiro estime que le maïs a grandement facilité leur colonisation. Il attribue en effet la lenteur du peuplement des îles du Cap Vert (découvertes en 1460, ou même en 1456, elles étaient encore non peuplées au début du XVI^e siécle, en dehors de Santiago et de Fogo) à l'impossibilité d'y cultiver le blé et l'orge (céréales tempérées) et au manque d'attrait des céréales africaines. L'introduction du maïs aurait donné

* * *

Une question dont je voulais signaler l'intérêt est celle-ci: l'Amérique a offert à l'Afrique tropicale des plantes vivrières à reproduction végétative ou à reproduction par graines. C'est une vue brillamment développée par M. C. O. Sauer que ces plantes appartiennent à deux aires différentes de civilisations amérindiennes [3].

La thèse est la suivante: dans les parties chaudes et pluvieuses du continent américain l'invention de l'agriculture aurait consisté dans la mise au point de plantes à reproduction végétative (manioc, patate); cette agriculture aurait même montré une grande ingéniosité dans la mise au point de plantes à reproduction végétative adaptées aux climats frais et froids des Andes (pomme de terre avant tout, mais aussi oca, ulluco, añu). Au contraire les Amérindiens des régions sèches et tempérées auraient donné toute leur attention à des plantes se reproduisant par graines: maïs, haricots, courges. Ces vues sont très séduisantes; elles soulèvent cependant quelques difficultés; M. C. O. Sauer exposait lui même en 1950 que le lieu le plus probable de l'origine du maïs était en Amérique du Sud, au pied du versant est des Andes et au Sud du 10ème degré de latitude sud, donc en pleine patrie des plantes à reproduction végétative. Il est d'autre part probable que l'arachide est originaire du Brésil oriental. Enfin les agricultures andines n'ont pas méprisé les plantes à reproduction par graines: maïs (qui était cultivé jusqu'a 3900 m au dessus do lac Titicaca!), quinoa (Chenopodium quinoa), cañihua (Chenopodium pallidicaule), lupin. Bien des arbres fruitiers sont originaires de l'Amérique du Sud: cherimoya (Annona cherimola), cajou (Anacardium occidentale), maracujà (Passiflora), papaye (dont il existait des variétés cultivées jusqu'à 3000 m dans les Andes).

Il semble que, pour intéressantes et pénétrantes que soient les vues générales de C. O. Sauer sur l'existence de deux aires techniques agricoles en Amérique agricole, elles ne sont pas encore assez solidement établies pour que nous ayons à nous demander si vraiment la propagation en Afrique tro-

---

à la colonisation la céréale qui lui manquait, et cette introduction se fit au XVI^e siècle seulement.

On trouvera l'exposé des vues de M. O. Ribeiro dans l'étude suivante: O. Ribeiro, *Primórdios da ocupação das Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1955, 35 p..

[3] Voir en particulier: C. O. Sauer, *Cultivated Plants of South and Central America, Handbook of South American Indians*, vol. 6, 1950, pp. 487-543; et C. O. Sauer, *Agricultural Origins and Dispersals*, New York, American Geographical Society, 1952, 110 pp.

picale de ces plantes appartenant à des types techniques différents a pu poser des problèmes délicats. Les techniques agricoles africaines étaient déjà orientées aussi bien vers des plantes à reproduction végétative que vers des plantes à reproduction par graines [4].

Nous voudrions accorder une attention particulière au manioc. D'abord parce qu'il s'agit là d'une plante dont l'origine américaine est incontestable. D'Amérique sont venus aussi les procédés de préparation, qui conservent encore parfois jusqu'au nom portugais: les habitants du Gabon préparent encore un produit qui sous le nom de farinha est très semblable à la denrée brésilienne. En pays yoruba, voici comment les femmes préparent le «gari», qui est la farine de manioc. Les carottes sont pelées, lavées, grattées sur une râpe de fer blanc; le produit est mis dans un sac de coton placé sur un tabouret; sur le sac, une grosse pierre, dont la pression chasse le liquide vénéneux [5]. Au bout de deux ou trois jours, le contenu du sac est trié; les fibres sont jetées; la pâte qui reste est rôtie sur un tesson fortement chauffé; le produit obtenu est très semblable à la farinha brésilienne. Signalons au passage qu'il n'est pas surprenant que cette débauche de main-d'oeuvre aboutisse à une très faible rémunération; l'heure de travail rapporte seulement 2,3 d (soit environ 9 francs français de 1952); la rénumération nette annuelle d'une femme qui travaille assidûment à produire du «gari» est de 8 £ (8.000 francs français de 1952). Dans d'autres parties de l'Afrique la préparation du manioc a pris des formes originales; la chikwangue du bas Congo est une bouillie cuite dans des feuilles, mais qui doit à celles-ci un arôme particulier auquel les consommateurs sont très sensibles; ils tiennent à ce que la chikwangue soit produite dans des conditions purement artisanales. Il y a là un obstacle à l'industrialisation de la préparation du manioc; cet obstacle soulève quelques difficultés dans le ravitaillement des grandes agglomérations de l'Afrique congolaise.

Le manioc s'est incontestablement répandu de l'ouest vers l'est, en Afrique. La carte que nous avons dressée de la superficie consacrée au manioc au Congo Belge [6] montre d'une manière très claire que l'importance du manioc décroît vers l'est. Tandis que dans plusieurs «Territoires» de l'ouest le manioc

[4] La contribution amérindicnne aux nourritures animales africaines ne pouvait être que faible; on signale cependant que les Ndiki (qui habitent les lourdes montagnes précambriennes du Cameroun septentrional) élèvent et mangent des cobayes.

[5] C'est l'équivalent exact du «tipiti»; rien de semblable n'existe en Afrique congolaise.

[6] Cf. la carte de la page 142 de mon livre *La densité de la population rurale au Congo Belge*, Bruxelles, Académie royale des Sciences coloniales, classe des sciences naturelles et médicales, memoires in 8.°, nouvelle série, t. I, fascicule 2, 1955, 168 pp.

occupe plus de 75 % de la superficie consacrée aux hydrates de carbone, dans l'est du Congo belge, ce pourcentage tombe au dessous de 50 %, pour s'abaisser au dessous de 15 % dans les Territoires où les conditions physiques ne lui sont pas hostiles, mais où les habitudes alimentaires restent attachées à des céréales (millets) et aux bananes-plantains.

Les avantages du manioc sont évidents. Il est d'une grande souplesse quant aux sols et au climat. Il donne des rendements satisfaisants, ou considérables, selon la qualité des sols et les soins qu'il reçoit. Il résiste particulièrement bien à la sécheresse. Il couvre bien le sol et demande moins de sarclages que d'autres plantes vivrières. Les feuilles sont comestibles (elles sont la principal source des brèdes dans tout l'ouest du Congo). Les carottes se conservent bien dans le sol. Tandis qu'on avait longtemps soutenu que le manioc épuisait dangereusement les sols, on a par la suite pensé que le manioc était au contraire une excellente fin de rotation et préparait à merveille les champs abandonnés pour la jachère forestière. Il semble qu'on revienne aujourd'hui de cet optimisme sans pour autant retourner jusqu'au pessimisme antérieur. Le manioc ne détruit pas plus les sols qu'il ne les améliore.

Nous avons calculé les relations entre manioc et population dans le Kwango (Congo belge). Dans la partie nord, où la récolte moyenne brute est de 15 t de carottes à l'ha (donnant 3450 kg de farine), il suffit, pour assurer les 146 kg de farine de manioc nécessaires à l'alimentation moyenne d'une personne par an dans ce pays où la densité de la population est de 9,2 habitants par km2, de mettre en culture 42,9 ares par km2, c'est-à-dire d'avoir sous manioc 85,8 ares (le manioc étant complètement récolté au bout de deux ans). Il suffit donc de mettre en culture moins d'un pour cent de la surface totale pour assurer le ravitaillement en manioc d'une population de 9,2 habitants par km2. Au sud du Kwango, où les rendements sont plus bas (moyenne 3750 kg/ha), et la densité de la population plus faible (2,6 habitants par km2), il faut 90 ares pour assurer le ravitaillement de cette population. Le manioc a donc de grandes vertus. Bien entendu, si les sols sont trop pauvres, et si les lignées cultivées ne sont pas l'objet d'une sorte de sélection, il arrive que le manioc ne donne plus que de très faibles rendements. C'est ainsi que, dans le Territoire de Kahemba (province de Léopoldville, Congo belge), le rendement du manioc est tombé à 1000 kg/ha, sous les coups de la mosaïque et de la fumagine. Cela sur les sables pauvres dits du Kalahari (mais qui, normalement, permettent de récolter 3 ou 4 t de racines à l'ha). Il s'en est suivi une disette locale qui a obligé l'administration à compléter le ravitaillement de la population en apportant par camions manioc et millet.

Mais le manioc n'est pas sans dangers. Il est permis de poser le problème de la façon suivante: une population qui avait une alimentation à peu près équilibrée et qui se trouve amenée, soit pour des raisons de commodité, soit pour des raisons d'urgence (nous pensons par exemple aux cultures de manioc qui se développent dans le Travancour ou à Java pour faire face au déficit en riz), soit pour des raisons de pauvreté des sols (c'est le cas du Travancour et de Java, et c'est le cas du Kwango), à substituer le manioc à ses sources anciennes de glucides (céréales, ignames), une telle population se trouve exposée à souffrir d'un déficit de protéines végétales si elle ne prend pas la précaution de renforcer la part de protéines dans son alimentation sous la forme d'une ration accrue de haricots ou d'arachides. C'est que le manioc est bien plus pauvre en protéines que les aliments dont ces populations se nourrissaient antérieurement. Le Kwashiorkor, qui est une maladie liée à une insuffisance des protéines, est la conséquence d'une alimentation où le manioc remplace les glucides antérieurement consommés. Il y a donc, dans les facilités offertes par le manioc, un véritable péril; le don que l'Amérique a fait à l'Afrique n'est pas de tout repos. On a calculé, dans la province d'Abeokuta (Nigéria), que si tout le manioc consommé était remplacé par des ignames, le montant des calories provenant de protéines passerait de 8,3 à 12 °/₀ des calories alimentaires totales. Des études chimiques précises menées sur la farine du manioc consommée au Congo belge ont montré la très grande pauvreté de cet alimentation en protéines (de 1,2 à 1,9 °/₀ du poids) et plus particulièrement en acides aminés soufrés (cystine, méthionine, dont le défaut semble spécialement responsable du kwashiorkor; la cystine est nécessaire à la formation de la kératine, qui est l'élément de base de la peau et des cheveux). Un kilogramme de farine de manioc, qui apporte à l'organisme 3000 calories, lui livrerait seulement 0,1 gramme de soufre (provenant de 0,35 g d'acides aminés soufrés, dont 0,2 de méthionine); or il est probable que le besoin minimum en méthionine est pour un être humain de 1,1 g par jour. Par comparaison, 400 g de pain plus 100 g de viande de boeuf et 500 cm3 de lait livrent à l'organisme seulement 1500 calories mais 0,76 g de soufre; 1500 cm3 de lait maternel donnent 1000 calories mais 0,13 g de soufre (alors que les 1000 calories en farine de manioc livrent seulement 0,03 g de soufre).

Certes, rien ne serait plus facile aux consommateurs de manioc que de lutter contre les déficiences liées à une alimentation trop exclusivement fondée sur ce produit. Des expériences simples récemment menées au Kwango ont montré que la consommation systématique d'arachides permettait d'enrayer le kwashiorkor. Mais il a fallu bien des recherches scientifiques pour atteindre ce résultat. Il est naturel que pareille découverte n'ait pas été réalisée

en quelques années par une population sans connaissances scientifiques et qui, en toute innocence, a bouleversé une alimentation traditionnellement équilibrée en adoptant comme glucide de base le manioc, qui n'offrait pas les mêmes garanties que les glucides dont cette population se nourrissait antérieurement. Il faudrait ici montrer qu'en Amérique la consommation du manioc s'accompagnait probablement d'une consommation massive de haricots, qui comblait la déficience en protéines.

Nous avons voulu souligner seulement certains aspects des problèmes posés par le passage de plantes alimentaires qui s'est fait d'Amérique en Afrique. Les avantages que l'Afrique a tirés de ce passage ont été considerables, mais il est utile de noter qu'il y a quelques ombres au tableau, et que les transformations subies par la géographie alimentaire et agricole de l'Afrique ont été nuancées par les techniques et les goûts que les populations africaines avaient acquis avant la découverte de l'Amérique.

A CULTURA DO TRIGO NO BRASIL

ITAGYBA BARÇANTE
Sociedade Nacional de Agricultura
e
CARLOS POTSCH
Colégio Dom Pedro II, Rio de Janeiro

RESUMO:

Ao escrever a sua comunicação a respeito da cultura do trigo no Brasil, visaram os Autores, principalmente, dar uma ideia dos esforços desenvolvidos pelo Brasil em prol da cultura dessa gramínea, de tão grande importância para a humanidade.

É sabido que com a selecção de variedades de trigo resistentes ao frio, foi possível estender-se o seu cultivo, no continente norte-americano, até cerca de 500 quilómetros da região polar.

As experiências realizadas pelos geneticistas no Brasil, procurando seleccionar variedades que se aclimatem na zona tropical, o que recentemente se tem conseguido, como o demonstram as plantações já existentes nos Estados da Bahia e de Goiás, não têm menor importância.

Poderá, assim, o Brasil, conclui-se, dotado de vasta área territorial, contribuir decisivamente, no futuro, para a alimentação da população do globo.

RELATÓRIO

POR

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

A empresa de europeização do mundo não se expressou ùnicamente pelo descobrimento de mares e terras ou pela criação de novas áreas para a acção política e económica, com a criação de novas sociedades ou a imposição de hábitos, costumes, comportamentos, atitudes espirituais que significassem superioridade das culturas ocidentais. Esses encontros de cultura, em que todos participaram com as suas contribuições maiores ou menores, mas sem excepção contribuiram, mais dinamizada ou impetuosa aqui, menos ali, marcou-se também com vários outros aspectos, em que portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses, deram e receberam elementos interessantes e muitas vezes ponderáveis para o estabelecimento de grupos e condições de vida, de intensificação e mesmo de preservação de certos e determinados padrões que lhes singularizavam a existência como partes da família europeia, na fase memorável de sua irradiação extra-continental.

Está nesse caso a transplantação de espécies animais e vegetais, levadas da Europa às novas áreas em ser ou dessas, que descobriram, incorporavam aos respectivos impérios, umas para as outras. É certo que não data de tal período (século XVI em diante) uma tal política ou uma tal atitude. É muito anterior a ele esse movimento de imigração das espécies de animais e vegetais por obra directa da vontade dos homens [1]. O que nos interessa no momento,

---

[1] Auguste Chevalier, *La dispersion de certaines arbres frutières sauvages par l'homme avant l'invention de l'agriculture,* in La Revue de Géographie Humaine et de Ethnologie, 2, Paris, 1948;

Carlos Studart Filho, *A descoberta e conquista de novas plantas,* Fortaleza, 1954;
Nicolay I. Vavilov, *Estudios sobre el origen de las plantas cultivadas,* Buenos Aires, 1951;
Andrés G. Haudricourt et Louis Hedin, *L'homme et les plantes cultivées,* Paris, 1945;
O. F. Cook, *El Perú como centro de domesticacion de plantas y animales,* Lima, 1936;
A. Guillaume, *Les plantes cultivées, Histoire-Economie,* Paris, 1946;
Carlos Sauer, *Agricultural, origens and dispersals,* New York, 1952.

no entanto, é o que particularizou o empreendimento dos portugueses no ciclo em que se distinguiram como legítimos pioneiros, achando, revelando e ocupando terras que amansaram e condicionaram aos seus estilos de vida, preparando-as como parte do seu todo espiritual. Então, os portugueses se revelaram executores de uma política inteligente, que experimentaram e mantiveram pelos tempos adiante, servindo de exemplo e de lição pragmática, realística, aos outros povos que lhes seguiram as pegadas na obra de expansão da cultura ocidental que representavam com tamanha galhardia.

O realismo português não se manifestou, portanto, cingindo-se ao que poderíamos chamar hoje de mera empresa exploradora, absorvendo, retirando, monopolizando sem nada conceder ou restituir em contrapartida. A obra de colonização, observada à luz da melhor documentação e da análise mais demorada, liberta de exaltações negativistas, quase primárias, análise serena, sem prejuízos de qualquer espécie, foi uma obra realizada com objectivos económicos e sociais que não teve em mira satisfazer ambições, apetites e egoísmos imperiais. Porque se distinguiu vivamente, por essa preocupação de criar, de fomentar, de desenvolver, de amparar, de assegurar fundamento humano. O realismo português afirmou-se sem aspectos odiosos. E o capítulo da transplantação de espécies animais e vegetais da Europa para as suas terras ultramarinas, como dessas, umas para as outras, representou uma das faces simpáticas e afirmativas.

O assunto está sendo estudado hoje com certo interesse. Já se faz uma literatura em dados positivos, que asseguram saldo favorável no balanço do deve e do haver da contribuição portuguesa. Luis de Pina, Carlos França, Américo Pires de Lima, Conde de Ficalho, para citar apenas alguns, inventariando em Portugal o que já foi possível acerca dessa tarefa, deram-nos subsídios preciosos. Como, no Brasil, Gonsalves de Melo Neto, Afonso Taunay, Luís Amaral, entre outros, também estão trazendo contribuições específicas que visam autorizar o levantamento do quadro expressivo e farto em dados do que foi, do que representou, do que importou para o Brasil, por exemplo, essa política realista que Portugal realizou com tamanha energia e tanta constância.

Sim, porque houve uma política intensa, activa e permanente, nesse particular, com resultados a que poucos atentaram. Não é grande o número dos que sabem que, além do café e da cana de açúcar, dezenas de outras espécies vegetais, que integram a nossa dieta ou participam das relações dos nossos produtos agrícolas, são o fruto daquela política que Portugal executou nos trópicos sul-americanos. Assinale-se, ademais, que essa trasladação de vegetais e de animais não se processou ao Deus dará, mas coberta por uma série de providências acauteladoras para que constituissem uma experiência

cercada de sucesso. Além das instruções, baixadas para o tratamento delas, seu acondicionamento ao novo ambiente ecológico, observação constante a que se deveria proceder para que fosse possível acompanhar-lhes o desenvolvimento, muitas vezes foram assistidas de pessoal qualificado, que lhes sabia os modos de ser e em consequência vinha garantir a experimentação com a sua técnica e a sua palavra, o que vale dizer, o seu conselho autorizado.

Quando sucedeu, em fins do século XVIII e princípios do século XIX, a renovação da cultura portuguesa por seu reingresso nas actividades que marcavam o momento europeu, do mesmo passo que se procedia à investigação pormenorizada do ultramar, pelas missões científicas que foram estudá-lo, a preocupação de efectuar esse estudo experimental nos jardins botânicos nas próprias áreas que deles se deviam beneficiar passou a ser outra constante, complementar daquela política de identificação científica do ultramar, em particular a América portuguesa.

O jardim botânico de Belém é dessa época [2]. E foi a raíz brasileira dos que se vieram a fundar depois, ainda no período colonial, em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro.

Da Guiana francesa, por exemplo, foram trazidas depois que a conquistaram as armas luso-brasileiras (1809-1816), dezenas de espécies novas submetidas à experiência em Belém e depois transportadas para as outras capitais onde se desenvolveram com bastante êxito [3]. O códice 349, da secção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo público do Pará, Brasil, inclui em suas páginas documentação original a tal respeito. Os arquivos estaduais brasileiros, como os arquivos portugueses onde se guarda documentação sobre o Brasil e sobre outras partes do mundo ultramarino que se incorporou à civilização ocidental por força da tenacidade lusitana, devem dispor de bastante material que precisa ser exumado para que esse aspecto admirável da empresa de europeização do mundo fique perfeitamente esclarecida. É empresa a que os portugueses deram contribuição profundamente rica. O mundo que eles criaram, conforme indicação de mestre Gilberto Freire, foi um mundo em que, enfrentando o meio agreste, souberam conduzir-se, humanizando a paisagem com espécies vegetais e animais que introduziram, como já haviam humanizado quando, nas origens da nacionalidade, deram forma à paisagem peninsular, domesticando a terra e nela afirmando a sua vontade criadora.

---

[2] Arthur Cezar Ferreira Reis, *O Jardim Botânico de Belém*, Rio, 1946.

[3] Arthur Cezar Ferreira Reis, *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*, Rio, 1953.

O trigo foi introduzido no Brasil nos primórdios da colonização na região paulista (S. Vicente) como experiência, dentro daquela política portuguesa a que nos referimos. Foi uma experiência interessante, que logrou êxito e não se restringiu à cultura realizada no sul do Brasil. Por todo o Brasil-colónia, fez-se a agricultura tritícola. Com maiores ou menores resultados. A história desse esforço não está escrita. E no entanto, é necessário conhecê-la. Porque nos poderá esclarecer sobre os tipos de trigo que foram lançados à terra, o porquê dos êxitos registados, importância da produção obtida, áreas onde as experiências alcançaram maior rendimento. Será o caso, para exemplificar, de Goiás, onde em pleno período colonial a lavoura tritícola foi iniciada graças à iniciativa do estrangeiro que Portugal permitira instalar-se no Brasil.

Os srs. Itagyba Barçante e Carlos Potsch, com a comunicação que apresentam ao III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, visaram trazer uma contribuição a esse estudo. Referiram, um tanto de passagem, aquelas experiências iniciais, para deter-se com mais largueza no que constitui o problema brasileiro da produção de tal espécie. Nesse sentido, contribuiram com um trabalho elucidativo, examinando, com desembaraço e bastante objectividade, os vários ângulos do assunto, como seja, condições ecológicas das regiões onde se faz a lavoura, quantitativo da produção, escalas de preço, circulação, tratamento industrial nos moínhos, variedades que são objecto de estudo dos geneticistas brasileiros, importância da produção na conjuntura económico-alimentar do Brasil, possibilidade de crescimento dessa produção para satisfazer ao mercado de consumo interno do Brasil e permitir o comparecimento aos mercados internacionais, política adoptada pelo governo brasileiro, a partir principalmente da administração Getúlio Vargas. No quadro que ofereceram, acentuaram as perspectivas animadoras do plano estatal em desenvolvimento. E aqui a conclusão há-de ligar-se às considerações que fizemos de início: as experiências de hoje são uma resultante ou um prosseguimento das experiências do período colonial. Quando os portugueses, em S. Vicente, principiaram a plantar trigo, eles que eram velhos plantadores da espécie, não estavam certos de que o meio brasileiro era capaz de reagir bem?

A contribuição dos Srs. Itagyba Barçante e Carlos Potsch é interessante e elucidativa.

* * *

A contribuição do professor Pierre Gourou, *Les plantes alimentaires américaines en Afrique tropicale; remarques géographiques*, é mais interessante, mais viva, pelos problemas que propos, pela significação antropológica de que a revestiu.

Começa o autor assinalando a importância da contribuição em espécies vegetais alimentares da América à África, sendo de registar que, apesar da desconfiança que o homem opõe à mudança de alimentação, em especial as que ele desconhece ou lhe são inéditas, os africanos aceitaram essa contribuição americana. Tal teria sucedido, esclarece, porque os alimentos americanos prestaram-se à preparação das dietas tradicionais — e porque as mesmas espécies americanas não levaram à mudança de técnicas, podendo ser mantidas as tradicionais africanas.

Mas pergunta — a África adoptou as espécies vegetais americanas porque eram por acaso superiores às que constituíam o suporte de sua dieta? À primeira vista, o cozido de mandioca é um equivalente muito semelhante ao cozido feito com o inhame, com toros, e a sêmola de milho não é chocante para quem usa o trigo.

O assunto leva, evidentemente, a alguns problemas que o autor não pretendeu abordar na sua totalidade, preferindo apenas indicá-los. O primeiro desses problemas é — porque os africanos se apoderaram tão àvidamente dos produtos americanos — não estariam satisfeitos com os seus? As plantas americanas pertenciam realmente a duas áreas de famílias diferentes das chamadas civilizações pré-colombianas? Lembra o professor do Colégio de França que eram plantas de reprodução vegetativa, originárias da América do Sul, e de reprodução em grãos, pertencentes à área da América Central, México e América do Norte.

Ora, a África, no século XV, não constituía uma área de fome. Os africanos dispunham de bons alimentos, como o inhame, os toros. A bananeira fornecia outro alimento importante, ao mesmo tempo que contribuía para garantir o solo contra a erosão. Dispunham os africanos de bons cereais, entre os quais o arroz, seja o seco, seja o de inundação. Os legumes eram abundantes. As frutas não faltavam. Por que, pois, aquela aceitação?

Fixou o autor o caso dos Yoruba, da Nigéria — estes permaneceram fiéis ao inhame. Trata-se de uma fidelidade de gosto, pois que a espécie é inferior, econòmicamente, à batata e à mandioca; a semeadura, para uma colheita razoável, exige uma percentagem elevada; a colheita do inhame é

5

mais exigente quanto ao trabalho a dispender; os tubérculos do inhame são de mais difícil conservação. Os preços, por fim, são também um elemento importante a considerar. Os Yoruba, no entanto, continuam a servir-se do inhame, que representa 40 % na dieta. Ademais, regista, os Yoruba não têm interesse nem pela batata nem pelos toros.

Quanto aos cereais, a situação é menos límpida. Os negros do Sudão têm, na soja e em outros cereais, o que lhes convém em face dos climas locais. O milho, é certo, na região da Guiné, alcançou um grande êxito. Serve à preparação de pratos alimentares, consumidos nos mercados, onde são vendidos pelas mulheres que os preparam. E de tal maneira o milho foi aceite que é difícil convencer os que o utilizam assim de que se trata de uma espécie introduzida recentemente.

O autor passa, a seguir, ao exame do problema das origens americanas, analisando a tese de Carlos Sauer para quem, nas áreas quentes e chuvosas americanas, o esforço dos nativos foi para que as espécies de reprodução vegetativa, como a mandioca e a batata, alcançassem o êxito que haviam obtido nos climas frescos, frios, enquanto que a preferência pelas espécies de reprodução por grãos, como o milho, etc., foi uma característica das regiões secas e temperadas. Acha o autor que a tese de Sauer não está tão suficientemente estabelecida que nos leve a considerar o assunto quanto às áreas africanas, no tocante às técnicas adoptadas. E isso porque as técnicas africanas eram mais orientadas para as plantas de reprodução vegetativa que pròpriamente para as plantas de reprodução por grãos. O caso da mandioca merece do autor uma atenção especial. É espécie americana. E com ela vieram também os processos de sua preparação, que, em alguns casos, mantêm até o nome português, como é o caso da farinha, preparada pelos habitantes do Gabon. Ora, a mandioca teve uma irradiação imensa na África. Em alguns territórios do Oeste, a mandioca ocupa mais de 75 % da superfície consagrada aos hidratos de carbono. Acentua o autor as vantagens da mandioca, com rendimentos satisfatórios, resistente às secas, as folhas comestíveis. A seguir, o autor refere o que significa a mandioca na alimentação dos grupos que mais a consomem, não se esquecendo de registar o rendimento das culturas. Mas a mandioca não deixa de apresentar também os seus perigos, porque pode levar so seus consumidores a sofrer um deficit de proteínas vegetais. É o caso da Kwastiospor, enfermidade resultante de uma alimentação em que a mandioca tomou o lugar dos cereais, dos inhames. Fazem-se estudos para solucionar o problema. A dificuldade está em que essa população não se deixa levar fàcilmente a uma mudança de dieta, mesmo que essa população tivesse, anteriormente, adoptado outra dieta mais rica em proteínas.

O autor conclui lembrando que desejou propor sòmente certos aspectos do problema, postos pela descoberta da América no que diz respeito à transferência de espécies alimentares que modificaram hábitos e dietas tradicionais africanas.

A leitura que fizemos da comunicação levou-nos a recordar a história da agricultura de alimentação na África, história que nos faz saber que houve duas entradas de espécies vegetais no continente negro — a árabe e a portuguesa. A primeira, numa fase muito anterior à presença portuguesa, quando os árabes, no decorrer de sua grande expansão político-religiosa, permitiram o enriquecimento alimentar da África, com a introdução de uma dieta na base das espécies que cultivaram e foram estendendo pelo litoral do Atlântico à medida que o atingiam. A segunda, mais actual, objecto da atenção do professor Gourou, provocando uma verdadeira revolução, se não na técnica agrícola, pelo menos na modificação de certos hábitos alimentares.

Cabe, então, a propósito, a pergunta — a propagação das novas espécies vegetais, pelos portugueses, decorreu apenas da política de difusão a que nos referimos de início ou de uma preocupação de criar novas bases alimentares para os africanos, uma vez que no Brasil iriam ter a dieta de base americana? Ninguém, que saibamos, examinou o assunto.

Os estudiosos da Junta do Ultramar (ecólogos, sociólogos, agrónomos e nutricionistas) não poderão trazer uma contribuição magnífica nesse particular, respondendo à pergunta?

A comunicação do professor Gourou sugere, porém, outras dúvidas:

a) Os africanos reagiam no primeiro momento ou logo se adaptavam às espécies e à alimentação novas? A contribuição dos historiadores é importante.

b) A motivação apontada pelo Conde de Ficalho é real, suficiente como esclarecimento?

c) O problema das enfermidades criadas pela mudança de alimentação, como está sendo enfrentado?

d) O problema da maior ou menor riqueza do solo para explicar a nova base alimentar ou a irradiação fácil das novas espécies como está equacionado ou como foi enfrentado?

Infere-se do que aqui ficou sumariado ou proposto que a transplantação de espécies vegetais e animais de um continente ao outro não significou uma empresa fácil, de problemas sem substância e de consequências simplistas, pois que importou na proposição de novos aspectos no condicionamento de vida de populações primitivas e de experiências na adopção de novas técnicas.

TEMA 3 – A CIDADE PORTUGUESA E A SUA EXPANSÃO NO ATLÂNTICO, NA ÁFRICA, NO BRASIL E NO ORIENTE

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Belém do Pará no processo de incorporação da Amazónia

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

A Primeira vila portuguesa no Brasil

MARIA THEREZINHA DE SEGADAS SOARES

La città portoghese e la sua espansione nel mondo

GAETANO FERRO

Casas esguias do Porto e sobrados do Recife

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA

e

FERNANDO GALHANO

RELATOR

GAETANO FERRO

BELÉM DO PARÁ, NO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DA AMAZÓNIA

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS
Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazónia, Manaus

A experiência portuguesa no que chamamos de costa leste-oeste do Brasil, em direcção à Amazónia, está ligada, fundamentalmente, ao esforço que vinha sendo desenvolvido objectivando fixar em definitivo a soberania lusitana, pondo fim aos perigos a que se expunham com a presença de estrangeiros irrequietos e cheios de apetite. A façanha cobria-se de êxito. Era empresa de evidente sentido político, dado que visava, insistamos, assegurar o domínio, a posse física permanente de uma faixa de terra litorânea, o que asseguraria, por outro lado, a posse física, a ocupação do hinter-land, o sertão que também já começava a ser desvendado pelas primeiras grandes penetrações sertanistas.

Alcançar o Amazonas, como alcançar o Prata, era, portanto, propósito firme da política portuguesa, conquanto, nessa fase, Portugal tivesse perdido a independência, submetido que se encontrava à casa dos Austrias, de Espanha. A motivação económica, que já se pretende considerar fundamental para explicar essa expansão tão rápida e tão decisiva, motivação que se representaria no desejo de ampliar a área de agricultura da cana e portanto do fabrico de açúcar, examinada a documentação que está publicada como as peças ainda inéditas que se guardam no Arquivo do Ultramar, não pode ser considerada como tal porque se, realmente, na expansão havia o intento de, ampliando o espaço físico do domínio, ter em mãos áreas apropriadas ao empreendimento de natureza económica, nem por isso o sentido político de fixação definitiva da soberania deixa de possuir relevo maior. Ademais, é preciso não esquecer que essa faixa litorânea nortista estava incluida no mundo sul-americano e fora atribuida a Portugal na partilha de Tordesilhas.

A concorrência estrangeira punha em perigo a soberania portuguesa ou, se quiserem, em face do momento, a soberania ibérica. E esse litoral atlântico na sul-América não podia deixar de constituir uma fatia importante para garantir a manutenção do espaço africano. O que ocorreu nos dias actuais, quando a costa brasileira foi decisiva como área de segurança para o êxito aliado, permitindo a manutenção da África, ameaçada pelas armas do Eixo, naquelas horas nevrálgicas dos últimos dias do século XVI e princípios do século XVII, valia também como parte importante da política de defesa do litoral africano, portanto do acesso ao Oriente, que se processava pelo contorno desse mesmo litoral.

Quando, pois, em Dezembro de 1615, Francisco Caldeira de Castelo Branco recebeu de Alexandre de Moura o regimento para a viagem ao Pará, o que se disse ali foi muito claro, muito positivo: levantasse fortificação, encorporasse a gentilidade da redonzeda e enfrentasse o concorrente estrangeiro, expulsando-o e substituindo-o na conquista do novo espaço.

Ora, essas instruções decorriam do conhecimento que, há muito, nos núcleos urbanos que os portugueses haviam montado ao longo da costa norte ou mesmo em Lisboa e Madrid, já havia sobre a presença daqueles estrangeiros ousados, os «herejes», como então se dizia, da Britânia e da Batavia. Em 1614 o capitão Manuel de Sousa d'Eça em informação prestada, avisara dos perigos daquela presença competitiva, que podia ir ao ponto de utilizar a via Amazónica para atingir o Perú e de lá trazer as riquezas do vice-reinado espanhol.

A motivação política era evidente. Não excluía o interesse económico mas, nem por isso, esse se sobrepunha àquela, muito mais ponderante.

Na execução do que lhe fora determinado, Castelo Branco comportou-se dignamente. Partindo de S. Luís a 25 de Dezembro de 1615, a 12 de Janeiro de 1616 principiava a ocupação do espaço amazónico para as armas portuguesas. O fortim do Presépio e o núcleo urbano de Nossa Senhora de Belém que começou a constituir, como um núcleo mais distante do Una, onde os missionários franciscanos, chefiados por Frei António da Marceana se instalaram, levantando Hospício, representaram a unidade política que ia permitir a irradiação continuada, ininterrupta, orientada, objectiva, que asseguraria a Portugal e posteriormente ao Brasil-soberano a posse do domínio do maior espaço tropical húmido ainda hoje parte integrante de uma só nação. Porque tendo Presépio, Belém e o Hospício do Una, núcleos que se fundiram ràpidamente, representando a força das armas, a vida urbana e o império da cristandade, essencial na tarefa de congregamento e da incorporação de gentilidade local, gentilidade que somava multidões quase incontáveis, como cabeça de ponte para a penetração rumo ao norte, ao oeste e ao próprio

sul, Castelo Branco possibilitara a penetração e o consequente domínio político. É preciso a essa altura lembrar que Castelo Branco, nos primeiros momentos de sua instalação no mundo amazónico, mostrou-se como se pode ler na *História da Companhia de Jesus,* escrita pelo Padre José de Morais «generoso de liberal ânimo» concedendo, a quantos o haviam acompanhado, ferramentas, panos e mais instrumentos necessários a que se pudessem instalar e viver numa comunidade pacífica. É preciso assinalar ainda que Castelo Branco teve uma consciência muito exacta do que valia o núcleo a que dera ser. Daí porque, como escreveu José de Morais na referida *História da Companhia de Jesus,* «entrou logo com o maior calor a dar princípio aquela cidade que ele queria regular pelas medidas da grandeza em tudo igual ao elevado ânimo com qu'a pretendia».

Belém, pelos séculos adiante ia crescer. Toda a rede de cidades, que significaram concentração demográfica no vazio que ainda é hoje a Amazónia brasileira, nasceu de sua irradiação civilizadora. Dela sairam as «tropas de guerra», as flotilhas que subiram e desceram rios no negócio das «drogas do sertão», os povoadores do hinterland, os soldados que foram garantir as fronteiras em constante deslocamento, os servidores do estado mandados para os encargos do serviço público. As sete Ordens religiosas e o Bispado que já funcionava no século XVIII, nela levantaram os respectivos conventos, seminário e igreja catedral que permitiram a expansão da cristandade pelo vale amazónico. Tornar-se-ia, depois, a capital do mundo gomífero. Manter-se-ia, porém, com acentuado carácter português, no tipo das construções dos edifícios públicos e residenciais da cidade velha, onde é tão constante o uso dos azulejos, nos templos que a marcam de tanta imponência. Cidade luso-brasileira, nascida na 2.ª década do século XVII, já em fins desse mesmo século disputava a S. Luís, dela tornando-se rival, a preferência dos Capitães generais e Governadores do Estado do Maranhão e Grão Pará, de que por se tornaria capital. Os seus moradores, décadas após a criação do núcleo, organizariam Santa Casa, com privilégios conseguidos pela vontade régia, igualando-se, em mercês, aos cidadãos do Porto.

Belém é, assim, cidade brasileira que resultou da expansão portuguesa, funcionando, ademais, como célula para todo o sistema urbano que no, século XVII e XVIII marcou a presença de Portugal na maior parte da Amazónia.

A PRIMEIRA VILA PORTUGUESA NO BRASIL

MARIA THEREZINHA DE SEGADAS SOARES
Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro

«Vidal de la Blache aimait a evoquer, lorsqu'il parlait des villes, l'image de la plante: germe qui s'enracine, grandit, s'épanouit, meurt» [1].

Essa imagem tão expressiva do grande mestre da geografia serve bem de introdução a um estudo sobre a primeira vila portuguesa no Brasil: a vila de São Vicente. Fundada em 1532, por Martim Afonso de Sousa, gozando das vantagens de ser uma criação oficial, São Vicente já em 1585, era descrita como uma vila que «se vai despovoando pouco a pouco» [2]. Nessa rápida evolução factores geográficos exerceram função de destaque, o que torna o assunto merecedor de um estudo mais detido da parte dos geógrafos.

A REGIÃO DE SÃO VICENTE

A região que serviu de moldura à fundação da vila de São Vicente está situada na costa sul do Brasil e se desdobra entre a Baía de Santos e as imponentes escarpas da Serra do Mar. Apesar de seu aspecto agressivo de flanco de planalto, a serra nessa região se apresenta mais baixa, com uma altitude de 800 ms, enquanto que mais ao norte e mais ao sul, atinge 1.500 ms. ou mais (na Serra da Bocaina e na de Panarapiacaba). Além disso, ela aí apresenta um relevo de altos espigões, que se dispõem em forma de «pinças de caranguejo» [3], ligados à escarpa principal, e limitam, ao sul, dois vales longi-

[1] Max. SORRE — *Les fondements de la Geéographie Humaine,* tome III, pg. 184.
[2] *Informações e fragmentos históricos do padre Joseph de Anchieta, S. J.,* (1584-1586), pg. 44.
[3] Fernando F. M. de ALMEIDA — «Considerações sobre a geomorfogénese da Serra do Cubatão» *Boletim Paulista de Geografia,* n.º 15, pg. 7.

tudinais: o do rio Mogi e o do Cubatão. «Lentes de xistos menos resistentes, encaixadas entre os gnaisses e linhas de antigas falhas, aplainadas teriam facilitado o encaixamento desses rios e favorecido, assim, a formação do cuiroso e monumental tipo de festonamento que aí se observa» [4].

Entre a serra e o mar, estende-se uma planície litorânea, que apresenta uma largura de cerca de 24 quilómetros, e que está desfeita em ilhas por

FIG. 1 — A Serra do Mar e a baixada de Santos, que se apresenta desfeita em ilhas por braços de mar e canais de rios originários da Serra.
(Extraído de L. Papy — *La façade atlantique de S. Paulo*).

braços de mar e canais de rios originários da serra. Essa planície formou-se com o entulhamento, por sedimentos marinhos e fluviais, de um antigo golfo resultante da submersão de um sistema fluvial». Ela tem, em sua maior parte, carácter de mangue, de onde se elevam numerosos morros graníticos e gneíssicos» [5].

[4] Azia Nacib AB'SABER e Nilo BERNARDES — *Livret-guide n.º* 4 do XVIII Congresso Internacional de Geografia.
[5] Fernando F. M. de ALMEIDA, op. cit., pg. 7.

Foi esse o trecho do litoral meridional do Brasil escolhido para a fundação da primeira vila e as razões dessa escolha poderão ser esclarecidas por considerações diversas, em que, a aspectos de ordem histórica e a factores humanos ponderáveis, somam-se as qualidades de meio físico.

A POSIÇÃO DE SÃO VICENTE

A expedição comandada por Martim Afonso tinha a cumprir uma ampla missão: escorraçar os franceses das costas do Brasil, descobrir terras, explorar «alguns Ryos que me El Rey mandou descobrir» entre os quais, o da Prata, e estabelecer núcleos de povoamento europeu. Na descoberta e exploração das terras, a meta principal era a «costa do ouro e prata», cujos extremos se supunham ser Cabo Frio, ou mesmo, Rio de Janeiro, e o rio de Santa Maria (da Prata). Nela deveria ser instalada uma povoação no local mais favorecido para alcançar as minas de serra acima, sobre as quais numerosas referências tinham chegado à corte portuguesa. A preocupação com as riquezas em perspectiva foi, sem dúvida, o factor decisivo para que a primeira vila se instalasse no litoral meridional do Brasil [6]. O local escolhido, porém, não deveria vir a provocar contendas com a Espanha, o que aconteceria caso a fundação fosse feita na região platina, de duvidosa posse [7]. É preciso lembrar que a expedição dispunha de um informante da costa do ouro e prata que já a conhecia, Enrique Montes, e que, no dizer de Herrera, «havia muchos años que estaba en aquellas partes» [8], assim como um outro da costa do pau-brasil. Os empreendimentos exploradores e colonizadores portugueses jamais foram feitos ao acaso: pelo contrário, uma cuidadosa preparação antecedia o envio das expedições e minuciosas instruções eram dadas a seus responsáveis.

No litoral meridional do Brasil, muitos pontos poderiam servir para a instalação de um núcleo urbano e para sua escolha concorreriam factores diversos, de ordem física e humana.

Cooperaram eficazmente na localização de S. Vicente, a existência, na Baía de Santos, de um pequeno povoado que mantinha boas relações com os índios, e de um caminho já praticado, ligando esse ponto do litoral ao planalto.

---

6 «Conquanto no mês de Setembro de 1531, a frota de Martim Afonso ainda se achasse na ilha de Cananeia, em viagem para o sul, chegou à Espanha a notícia de que ele mandara já do R. da Prata, ouro e prata para Portugal», *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, pg. 141.

7 VARNHAGEN, *História Geral*, 3.ª edição, pgs. 181-182.

8 *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, estudo crítico pelo Comandante Eugénio de Castro, vol. I, 2.ª edição, pg. 407.

Da existência do povoado e do caminho para a Serra, bem como do estabelecimento de João Ramalho, no planalto, Martim Afonso, se já não o soubesse por Enrique Montes, deve ter sido informado, quando, ainda viajando para o rio da Prata, se deteve em Cananeia (12 de agosto de 1531). Aí recebera amplos esclarecimentos sobre essa costa, onde vivia, há cerca de trinta anos, o «bacharel de Cananeia» [9].

O pequeno povoado, existente na Baía de Santos, era o «porto de São Vicente», já assinalado, em cartas anteriores a 1532, onde se haviam abastecido as expedições de Sebastião Caboto e Diego Garcia em água, lenha, carne de porco, peixe, galinha e hortaliças. Nesse ponto do litoral, possìvelmente devido a suas vantagens naturais, se tinham reunido vários náufragos e aventureiros, que mantinham boas relações com os indígenas da região, como diz muito pitorescamente Diego Garcia em sua «Memoria»: «y esta uma gente alí con el Bachiller que comen carne umana y es mui buena gente amigos muchos de los cristianos que llaman Topies». As boas relações já estabelecidas com os indígenas eram um factor ponderável para uma expedição colonizadora, que vinha instalar um núcleo de povoamento definitivo no litoral brasileiro.

Finalmente, a existência de um caminho já praticado, ligando o litoral ao planalto e dando acesso ao sertão misterioso, onde provàvelmente estariam as minas, foi um elemento de grande importância. Isso é provado por ter Martim Afonso, logo depois da instalação de São Vicente, subido a Serra e fundado, à borda do planalto, a vila de Piratininga, de precária duração, nomeando João Ramalho guarda-mor do campo. Esse caminho galgava o Cubatão, em picada muito primitiva, de que se serviram, até 1560, índios e portugueses, e atingia os campos piratininganos, oferecendo duas secções naturais bem distintas: «a da mata serrana que se extendia desde o Parekê até às cabeceiras do Tamanduatiba, nas vizinhanças do Ponto Alto e garganta do Botujarú; e a do campo de Piratininga desde aquelas cabeceiras até à actual S. Paulo» [10]. Esse caminho, íngreme e difícil, partia do sopé da serra e utilizava o vale, de um afluente do baixo Cubatão — o rio Perekê. Para alcançá-lo, era utilizada a excelente via fluvial, constituida pelos rios e canais, que recortam a planície, e levam até à base da montanha.

Aos factores acima analisados, aliavam-se nessa região vários elementos favoráveis do quadro natural, como sejam a existência de uma ampla reentrância da costa, de uma planície litorânea bastante extensa e, sem dúvida, o mais fácil acesso ao planalto.

---

9 Idem, pg. 208.

10 *Diário da Navegação*, op. cit., pg. 428.

O litoral paulista, que se apresenta constituido de praias extensas e rectilíneas, ao sul, e de pequenas enseadas, balizadas por pontas rochosas ao norte, desenha nesse trecho uma ampla reentrância. Nela há locais bem abrigados e propícios à instalação de um porto, que são os canais de acesso ao mar da complicada rede hidrográfica da baixa litorânea.

A planície litorânea, por sua vez, é bastante ampla (24 km de largura para possibilitar uma utilização agrícola, mas não tão extensa que torne muito longo o percurso até à serra. A existência de terreno cultivável era muito importante para uma expedição que tinha, como um de seus objectivos, a colonização, e que trazia sementes, mudas e instrumentos agrícolas. Por sua vez, a rede de rios e canais permitia comunicações fáceis entre as diversas partes da planície.

Finalmente, a maior acessibilidade da serra nessa região, onde ela se apresenta mais baixa e dotada de altos espigões intermediários, era uma condição importante para quem esperava descobrir riquezas no sertão. A tal ponto o planalto exercia atracção sobre os primeiros povoadores que Martim Afonso proibiu aos habitantes de São Vicente que a ele subissem, sendo necessário para isso, uma licença sua ou de seu substituto eventual, a qual só deveria ser dada com muita prudência e a pessoa de muita confiança. O objectivo dessa medida era, certamente, impedir que se despovoasse a costa, no momento mais útil à defesa da terra, e evitar que qualquer aventureiro se lançasse à procura das minas, sem prévio conhecimento e autorização do governador.

Se um dos objectivos da expedição de Martim Afonso era fundar um núcleo de povoamento definitivo, no litoral do Brasil, sua localização decorreu de elementos diversos, pois, ao interesse pela costa do ouro e prata, uniram-se aspectos da ocupação anterior da terra e certas facilidades do meio físico.

OS ELEMENTOS DO SÍTIO

Na região escolhida, uma variedade de sítios se apresentava: o continente ou as grandes ilhas do «golfo de Santos?» Que ilha preferir? A escolha recaiu sobre uma das ilhas, a de São Vicente, a mesma em que se tinha instalado o primeiro núcleo. Qual o local a escolher na ilha? A parte baixa ou a encosta das elevações nela encontradas? O local escolhido foi a praia existente na sua parte sul-ocidental: a actual praia de São Vicente.

A ilha escolhida está separada do continente, a oeste, pelo canal de São Vicente, enquanto que a leste, um outro canal se interpõe entre ela e a ilha de Santo Amaro. A escolha de um sítio insular já constituia, por si só, uma localização defensiva. A entrada do canal, que dava acesso ao porto

e à vila, estava, além disso, estratègicamente situada entre os contrafortes de dois pequenos maciços litorâneos, e uma ilhota rochosa nela existente tornava ainda mais fácil a defesa da barra, podendo daí toda a baía ser descortinada. O interior do canal «era mui abrigado de todos los ventos» [11], predominando nesse ponto do litoral os ventos do sul a sueste. Finalmente, o pequeno maciço litorâneo da ilha de São Vicente — a Serra de Itararé — tinha sua base alagada na preamar, o que mais isolava a parte ocidental, transformando-a numa ilha dentro de outra ilha.

Havia, ainda, nesse local um riacho que corria de um outeiro próximo, o morro dos Barbosas (actual morro do Frade) e que abasteceria de água os habitantes da vila. A instalação de núcleos urbanos, na praia, não seria a regra nas fundações portuguesas do Brasil, sendo preferidos os sítios altos e próximos a enseadas abrigadas, como foi o caso do Rio de Janeiro, Salvador, e outras. Aliás, a primeira fundação do Rio de Janeiro ao pé do morro Cara de Cão teria por sítio, como o de São Vicente, uma praia, também de fácil defesa, insulada pelos paredões abruptos do Pão de Açúcar. Essa preferência por sítios altos estava ligada à necessidade de defesa e à existência de terrenos pantanosos. Em São Vicente, porém, a própria barra constituia uma óptima defesa e, na parte sul da ilha, a existência de praias e não sòmente de pântanos (como na parte norte), tornava desnecessária a localização em sítio elevado, sempre mais difícil para as construções [12].

A VILA DE SÃO VICENTE

Escolhido o sítio, a instalação da vila foi feita com todos os requisitos de uma fundação oficial, isto é, foram construidos uma igreja, o pelourinho, a cadeia, a casa do Conselho e um estaleiro para reparo das embarcações. As casas, porém, não se dispuseram ordenadamente. Aliás, a vida urbana nas cidades portuguesas, como salienta Orlando Ribeiro [13], continha também um pouco de agricultura, ao contrário dos núcleos espanhóis, em que havia grande contraste entre a aglomeração, puramente urbana, e o campo cultivado. Numa carta de Tomé de Souza para o rei de Portugal, relatando a viagem que fizera pela costa, em 1553, isto é, 21 anos depois da fundação, tem-se uma boa descrição da vila de São Vicente, na qual ele diz que não está

---

11 *Diário da navegação* — op. cit., pg. 422.

12 Santos, ao contrário, fundada na parte norte da ilha, localizou-se às faldas do outeiro de Santa Catarina, fugindo aos pântanos aí existentes.

13 Aula proferida no Curso de Altos Estudos Geográficos do Centro de Pesquisas de Geografia da Universidade do Brasil — 1956.

cercada «e as casas de maneira espalhadas que se não pode cercar senão com muito trabalho e perda dos moradores porque tem casas de pedra e cal e grandes quintais e tudo feito em deshordem» [14]. Ao mesmo tempo em que era instalada a vila, iniciava-se a obra colonizadora, com a distribuição de sesmarias a vários fidalgos, a implantação da lavoura, principalmente a da cana de açúcar, e a construção de um engenho. A lavoura da cana, trazida pelos portugueses, instalou-se na planície litorânea, aproveitando-se dos solos de aluvião aí existentes. Anchieta, em 1585, referia que «a ilha de São Vicente tinha 4 engenhos de assucar e muitas fazendas pelo reconcavo daquela bahia e 3 ou 4 léguas por mar» [15].

À jovem vila caberia o exercício de importantes funções na nova terra. A defesa contra ataques inimigos, quer fossem indígenas quer fossem estrangeiros, seria uma delas. Nesse sentido, S. Vicente, além da protecção que dispensava aos povoadores, através do seu sítio e da fortaleza instalada na barra, seria, também, um porto de guerra, situado num «front de mer» [16] que poderia servir de abrigo e apoio às frotas de policiamento da costa. Além de abrigar, abastecer e reparar embarcações portuguesas, que por aí passavam, o porto era frequentado por navios que lhe traziam artigos da metrópole, e para lá levavam as caixas de açúcar produzidas nos canaviais vicentinos. Segundo Frei Gaspar Madre de Deus [17], foi mesmo organizada por Martim Afonso uma sociedade mercantil, denominada «Armadores do trato», que importava drogas da Europa, vendia-as aos portugueses e estes, por sua vez, aos índios. A vila era, ainda, um pequeno centro comercial, onde não só os colonizadores faziam as suas compras, mas também vendas eram feitas ao próprio gentio, tendo até havido taxação do preço das mercadorias (sempre segundo Frei Gaspar) para que ele não fosse logrado.

Centro político-administrativo e judiciário, procuraria São Vicente zelar para que reinasse a lei e a ordem naquela região. Nela, a presença da Igreja era uma grande força catalizadora e a existência de um colégio jesuíta, dava-lhe uma incipiente função cultural [18].

Dessas múltiplas funções era a portuária a mais ampla e importante e o

---

14 Carta de Tomé de Souza, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, op. cit., pg. 364.

15 *Informações e fragmentos históricos*, op. cit., pg. 7.

16 Max Sorre, op. cit., pg. 221.

17 Frei Gaspar Madre de Deus—*Memórias para a História da Capitania de S. Vicente* (3.ª edição com anotações de A. E. Taunay).

18 Aroldo de Azevedo — *Vilas e cidades do Brasil colonial* — Bol. 208. Geografia 11. Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo.

desaparecimento dessa actividade urbana, pela modificação de um elemento do quadro físico, iria levar a jovem vila à mais completa decadência em menos de um quarto de século.

A DECADÊNCIA DA VILA DE SÃO VICENTE

Em sua viagem de 1553, Tomé de Souza já pensara em retirar a condição de vila a São Vicente e incorporá-la na vila de Santos, que dizia ter sobre a primeira «duas grandes callidades: pôrto e sítio». Se não o fez, foi em consideração a ter sido a primeira vila e «por medo de desfazer hũa vila a Martim Afonso», pois «São Vicente não tinha bom tam pôrto e a de Santos que está hũa leguoa da de São Vicente tem o melhor porto que se pode ver he todas as naos do mundo poderão estar nele» [19].

Logo nos primeiros anos da fundação, a vila teve a sua localização perturbada pela acção de um elemento da Natureza: uma forte ressaca, frequente nos litorais do sul do Brasil, derruira as casas do Conselho, o Pelourinho e a Igreja Matriz, cujos sinos foi preciso arrancar ao mar, deliberando a vereação construir uma nova matriz. A vila transferiu-se, então, para novo sítio, ao pé do morro do Frade, em local mais protegido do mar. Essa forte ressaca foi, sem dúvida, um dos elementos do assoreamento do canal. Pouco depois dela, Bras Cubas fundaria uma povoação, na face norte da ilha, que recebeu, de início, o nome sugestivo de Porto da vila de São Vicente. Em 1545, ganhava o foral de vila, passando a ser chamada vila de Santos. O entulhamento do canal de S. Vicente não decorreu, porém, de fenómenos sòmente de ordem local e sim geral, pois a colmatagem da região, decorrente dos processos combinados de sedimentação fluvial e litorânea, vem ainda se realizando e constitui hoje um dos grandes problemas do porto de Santos, que frequentemente tem de ser dragado.

Esse entulhamento geral da região deve ter tido seu ritmo acelerado com a chegada dos primeiros povoadores, pois as roçadas e derrubadas das matas sobrecarregaram os rios de aluviões, o que é perfeitamente compreensível numa região quente e húmida (Santos tem uma pluviosidade média de 1.942 mm), onde a acção da decomposição é profunda e onde caiem fortes e frequentes aguaceiros. Já o próprio Anchieta, quando esteve em S. Vicente, observara que «em nenhuma quadra do ano faltam os aguaceiros, pois de 4 em 4, de 3 em 3 ou de 2 em 2 dias, uns por outros, alternadamente, se sucedem a chuva e o sol» [20]. Hoje, também, as chuvaradas que caiem nessa região

---

19 Carta de Tomé de Souza, op. cit., pg. 365.

20 Joseph de Anchieta, *Capitânia de São Vicente*, pg. 6, S. D. do M. E. S. — 1946.

causam grandes enchentes e desabamentos de morros e arrastam quantidades consideráveis de lama para os rios e canais. É após os aguaceiros que o porto de Santos necessita dragagem. Esse fenómeno tqmbém foi notado por Anchieta que, referindo-se a S. Vicente, em 1585, escreveu: «Intigamente era porto de mar e nele entrou Martin Afonso com sua frota, mas depois com a correnteza das águas e terra do monte se tem fechado o canal, nem podem chegar as embarcações por causa dos baixos e arrecifes»[21].

Dentro da generalidade do fenómeno, o mais rápido assoreamento do canal de S. Vicente pode ser explicado pela pouca força de sua correnteza e pela maior exposição da entrada aos ventos dominantes (sul e sueste). Os poucos e preguiçosos cursos de água que desaguam no canal, não favorecem a existência da forta correnteza. Isso faz com que predominem, à sua entrada, os processos de acumulação marinha, em que tem importância a exposição aos ventos constantes. O canal que dá acesso a Santos, além de ter a sua entrada melhor protegida desses ventos pelo maciço litorâneo de Santo Amaro, recebe muito maior número de rios, alguns bem importantes, e por isso, tem uma correnteza muito mais forte.

O assoreamento do canal foi o factor decisivo da decadência da vila de São Vicente que, perdendo a sua condição de porto, entrou a declinar. Poderia, talvez, ter continuado a prosperar, se a região circunvizinha também progredisse, mas tal não se deu. Ràpidamente se esgotaram aquelas terras e, ainda é Anchieta quem escreve, «por estarem as terras gastas e não ter pôrto se vai despovoando pouco a pouco»[22].

A agricultura não prosperou nesta região e seria o planalto quem sustentaria a já então capitania de S. Vicente. O governador geral Duarte da Costa, em 1555, escrevendo ao Rei, encarece a necessidade da construção de um caminho melhor, entre o litoral e o planalto, «pela necessidade que há do campo e das fazendas e dos moradores que nêle tem, pera onde he o dito caminho polos muitos mantimentos que há no campo de que se sustenta a dita capitania[23]. A proibição da subida ao planalto já havia sido revogada em 1546. Sendo limitados os recursos da região litorânea, só mesmo a condição de porto justificaria o progresso de uma cidade neste ponto do litoral.

A descrição de Anchieta das três vilas—São Vicente, Santos e São Paulo—evidencia bem a situação acima exposta: «a vila de São Vicente tem 50 fogos de portugueses ... outra vila que se diz Santos tem 100 vizinhos com seu vigário e para ela vem muitos dos moradores de São Vicente ... a vila de S. Paulo

21 *Informações e fragmentos históricos,* op. cit., pg. 44.
22 *Ibid., ibid.*
23 Carta de D. Duarte da Costa, História da Colonização vol. III, op. cit., pg. 372.

A entrada da barra de São Vicente, bem defendida pelos contrafortes dos pequenos maciços litorâneos e pela ilhota rochosa, hoje ligada à ilha. É bastante visível na fotografia o alto fundo existente à entrada do canal.

O morro dos Barbosas, actual morro dos Frades, que serviu de protecção à segunda vila de São Vicente contr[illegible] investidas do mar. Hoje, São Vicente goza da preferência dos habitantes de São Paulo, para a construç[illegible] residências de verão.

terá 120 fogos de portugueses, é terra de grandes campos, fertilíssima de muitos pastos e gados e abastada de muitos mantimentos»[24].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rápida decadência da vila de São Vicente não é, absolutamente, uma prova da inconveniência do sítio escolhido e muito menos da posição. «La nature par une brusque modification du site se charge parfois de faire disparaitre une activité urbaine florissante»[25]. No momento em que a vila fora fundada, o sítio preenchia plenamente os objectivos principais do fundador: porto abrigado, óptimo sítio defensivo, boa visibilidade para a baía, terreno enxuto e existência de uma nascente para o fornecimento de água, conjunto de qualidades que não possuia o porto de Santos. «Le déplacement des noyaux urbains et leur migration d'un site à un outre, plus au moins proche, est un phénomene historique fréquent»[26]. São Vicente não pode ser incluida entre as velhas fundações portuguesas que deram origem a grande metrópoles brasileiras. A tradição, assegurando-lhe a permanência como cabeça da capitania por mais de um século ,impediu a sua completa transferência para o local de Santos. No entanto, a cidade e o porto de Santos atestam o acerto da escolha de Martim Afonso, pois se originaram do desdobramento de São Vicente, em busca de melhor sítio para o exercício da sua principal função — a função portuária — perturbada pela acção dos elementos da natureza.

---

24 *Informação e fragmentos históricos*, op. cit., pg. 44.
25 Max SORRE, op. cit., pg. 196.
26 Idem, pg. 216.

LA CITTÀ PORTOGHESE
E LA SUA ESPANSIONE NEL MONDO

GAETANO FERRO
Istituto di Geografia dell'Università
Génova

RESUMO:

Il Portogallo, come tutta la penisola iberica, non presenta né una percentuale di popolazione urbana molto elevata, né un grande numero di città molto popolose: hanno più di 100.000 abitanti soltanto Lisbona e Porto. Se si entende l'analisi anche ai centri più modesti, si possono riconoscere caratteristiche urbane anche in una numerosa serie di altre agglomerazioni; di esse però soltanto otto superano (e di non molto) le 15.000 anime; vengono poi due gruppi di centri urbani di consistenza demografica ancora inferieure, rispettivamente al di sopra ed al di sotto di 8.000 abitanti.

L'esame della localizzazione dei centri urbani e lo studio delle sue cause d'ordine ambientale e storico indicano chiaramente che anche il fenomeno urbano, come tanti altri aspetti della vita portoghese, é largamente influenzato dalla presenza del mare. L'ubicazione della maggior parte delle città corrisponde infatti alla fascia litoranea, di preferenza presso la foce dei corsi d'acqua; ma anche per centri situati a distanza ragguardevole dal mare si può parlare di possibili comunicazioni con l'aperto oceano, attraverso le vie fluviali.

Per studiare la morfologia dei centri urbani portoghesi, occorre fare una distinzione fra quelli dell'interno e quelli del litorale. I primi in genere presentano pianta radiale o radiocentrica, sia che sorgano in piano, sia che si appoggino alla sommità di un rilievo. Nel secondo caso invece la morfologia urbana appare condizionata soppratutto dalla posizione dell'area portuale e dalle caratteristiche della costa marittima o della sponda fluviale su cui la città si affaccia; si ha pertanto una numerosa serie di soluzioni, a

seconda della condizioni topografiche. Piante regolari, a scacchiera, sono riscontrate non molto frequentemente e corrispondono sempre ai quartieri cittadini costruiti (o ricostruiti) nel corso del secolo XVIII.

Allo scopo di definire i «tipi economici» delle città portoghesi sarebbe necessario poter disporre di adeguati elementi statistici riguardanti le attività professionali della popolazione urbana; purtroppo essi non sono sempre disponibili. É tuttavia possibile identificare una numerosa seria di centri commerciali: nel caso delle città dell'interno si tratta quasi sempre di sedi di mercato, rispetto alla periferia rurale; nelle città del litorale (o comunque in relazione con il mare) é soprattutto importante la funzione portuale (e molto sovente anche peschereccia). Ben rara é una esclusiva specializzazione industriale, dato il modesto e recente sviluppo di queste attività; intutte le sedi pescherecce, che abbiano caratteristiche urbane, sono però diffusi gli stabilimenti per la conserva del prodotto ittico. Molto spesso proprio dalla contemporanea presenza di più attività il centro acquista importanza e fisionomia urbana. Mancano pure esempi di città veramente specializzate in altre attività (turistiche, religioso ecora). Una notevole importanza hanno invece le funzioni amministrative che quasi sempre si sovrappongono alle caratteristiche funzionalli dei vari centri potenziandole nei riguardi della periferia.

Una considerazione particolare meritano le due città maggiori, che sono anche grandi porti di caractere internazionale, il primo con una spiccata specializzazione commerciale e nel traffico passeggeri, il secondo di minore importanza, anche per le men felici condizioni ambientali, ma singolarmente interessante per il recente sviluppo industriale e più ancora per i programmi di sviluppo futuro. In entrambi i casi l'attrazione esercitata dai due grandi centri urbani é tale che si può parlare di un vero e proprio fenomeno di conurbazione, da cui sono interessati non soltanto modesti agglomerati periferici, oramai involti nello sviluppo cittadino, ma anche veri e propri centri urbani dell'area circostante.

Per stabilire una gerarchia della città nell'organizzazione della vita sociale del Portogallo é necessario in primo luogo ricordare l'importanza dei due grandi centri nazionali di Lisbona e di Oporto, con posizione preminente del primo per effetto delle funzioni politiche di capitale dello stato, oltreché della maggiore importanza economica. Soltanto nelle regioni più lontane e periferiche la vita del paese é organizzata attorno a centri regionali di primo ordine; più spesso si passa direttamente, dai grandi centri nazionali a centri regionali di secondo ordine, in genere localizzati nelle vallate interne. Numerosa é poi la serie dei centri locali.

In conclusione la città portoghese é suprattutto una città commerciale, nei due tipi dell'interno e del litorale, quest'ultimo con funzioni portuali e

di ben maggiore importanza economica. Le sua origini rimontano alle varie fasi di sviluppo dell'economia mercantilistica; soltanto recentemente — ed in modo sensibile soltanto per le città più grandi — é stata soggetta alle trasformazioni determinate dalla rivoluzzione industriale. La funzione e l'importanza delle città costiere può essere intensa appieno se si pensa non soltanto al modesto loro entroterra nazionale, ma anche all'area marittima internazionale sulla quale loro traffici si estendono. In questo senso la città portoghese del litorale é veramente un punto di partenza per l'espansione coloniale.

Nell'impossibilità di compiere una analisi dettagliata e completa della diffusione del fenomeno urbano nel mondo portoghese, vengono illustrati una serie di esempi in cui siano particolarmente evidenti le analogia con le città del territorio metropolitano. Nell'Arcipelago delle Azzorre viene ricordata Ponta Delgada, nelle coste africane Lourenço Marques, nell'estremo oriente Macau; infine viene considerato nelle sue grandi linee il fenomeno urbano del Brasile.

Esta comunicação e o relatório do Tema 3 foram publicados nos «Annali di Ricerche e Studi di Geografia», XIV, *1*

CASAS ESGUIAS DO PORTO E SOBRADOS DO RECIFE

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA

e

FERNANDO GALHANO

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular
Porto

RESUMO:

Análise dos fundamentos sobre que assenta a tese da origem holandesa do «sobrado magro» do Recife, através da discussão do livro de Aderbal Jurema intitulado: «O Sobrado na paisagem recifense». Aderbal Jurema, Gilberto Freyre, Manuel Diégues Júnior. A tese ecológica de Josué de Castro.

Olinda e Recife: a cidade militar nobre, e o burgo comercial dos holandeses. A casa portuguesa de Olinda, de linhas horizontais, «acaçapada» e com telhado de quatro águas; o «sobrado magro» flamengo, esguio, com telhado de duas águas e sótãos, produto da combinação da cultura do invasor com as condições naturais, semelhante às que, no país de origem, determinaram aquele tipo de construção.

A casa do Porto. História e desenvolvimento da cidade: a sua estrutura burguesa fundamental; carácter da burguesia do Porto, classe dominante na cidade; a burguesia e a cultura superior burguesa do Porto. Conceitos habitacionais da classe burguesa: a casa do Porto, como reflexo directo do condicionalismo histórico-social da cidade.

Casas esguias, burguesas e populares, e casas largas ou palácios nobres: o Porto, cidade grande feita de casas pequenas e esguias. A burguesia patrícia do Porto, e a casa esguia rica e opulenta.

A casa «portuguesa» da cidade nobre de Olinda, e a sua correspondência com a casa nobre portuguesa. A casa burguesa do Recife, correspondente à casa esguia do Porto, e, em geral, de Portugal; comparação dos seus elementos em pormenor: telhados, sótãos, e soluções de iluminação destes últimos.

Possíveis origens brasileiras de certos elementos das casas do Porto.

A questão da origem holandesa da casa esguia do Porto. Sua base medieval e provincial, e seu fundamento burguês.

TEMA 4 – OS ESTABELECIMENTOS RURAIS DE COLONIZAÇÃO (O «MONTE», A «ROÇA» E A «FAZENDA»)

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Sobre a roça e a fazenda no Brasil
NILO BERNARDES

A «fazenda» como ambiente de relações étnicas e de cultura no Brasil
MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

Quelques caractéristiques de la vie rurale luso-brésilienne dans le Rio Grande do Sul
JEAN ROCHE

Sobrevivências de tecnologia arcaica portuguesa nas prensas de mandioca brasileiras
JOSÉ LOUREIRO FERNANDES

Lavradores brasileiros e portugueses na «Vargem Grande»
MARIA DO CARMO CORRÊA GALVÃO

RELATOR

NILO BERNARDES

SOBRE A ROÇA E A FAZENDA NO BRASIL

NILO BERNARDES
Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro

A «ROÇA» COMO SISTEMA AGRÍCOLA

A «roça» é ainda o sistema agrícola mais empregado para a pequena lavoura em todo o Brasil. Sendo antes de tudo um processo de produção, a ele prendem-se certas características culturais, de nível tão mais baixo quanto maior o grau de primitivismo do sistema em causa. É bem uma instituição agrária, no seu sentido mais geral, dado o complexo sócio-económico que implica. Mas nem sempre define um estabelecimento rural. Pois muitas vezes, não apenas no passado como nos dias actuais, a pequena agricultura assim praticada é uma actividade secundária dentro da organização da grande lavoura, ao mesmo tempo que constitui o sistema mais usual entre os pequenos proprietários.

Cremos, entretanto, que a expressão «roça» é vaga demais, definindo toda uma variedade de práticas agrícolas extensivas, rotineiras e perniciosas. Com efeito, segundo características muito amplas, o que podemos entender como roça, é a cultura anual sobre a queimada, na qual a restauração do solo se realiza, total ou parcialmente, pelo seu abandono temporário. Apenas instrumentos rudimentares são empregados e geralmente, o machado e a enxada são os mais aperfeiçoados dentre eles. Ligada incisivamente à cultura do milho e da mandioca no Brasil, a roça veio também abranger diversos outros produtos alimentares, como o feijão, o arroz de sequeiro, e até mesmo o trigo. A própria variedade da paisagem geográfica mostra, contudo, que podemos distinguir diversas gamas no sistema em tela. É claro que não se trata aqui de enumerar os diferentes sistemas extensivos de cultura anual no Brasil. Não há estudos aprofundados que o permitam. De resto, seria uma filigrana desnecessária, além de difícil, senão impossível.

Queremos, entretanto, chamar a atenção para os dois casos extremos que se nos apresentam, entre eles se enquadrando algumas indefectíveis formas de transição.

Em primeiro lugar deve ser considerada a modalidade mais primitiva, a *cultura itinerante* em sua forma clássica nas regiões de florestas tropicais. O agricultor abre a clareira na mata ou na capoeira alta, onde pratica por dois ou três anos as mesmas culturas. A lavoura executa um longo ciclo de deslocamento, sem nenhuma directriz fixa, via de regra só voltando ao mesmo lugar esporàdicamente. É um sistema praticado pelos caboclos típicos, na acepção cultural do termo. Sòmente é possível quando há abundância de espaço, vale dizer de solos humosos de mata ou de capoeiras. Por isso mesmo, encontramo-lo apenas nas zonas à vanguarda das frentes de povoamento e nos trechos ainda não densamente povoados das zonas de ocupação antiga.

São extremamente instáveis os agricultores que adoptam tais práticas itinerantes, não sòmente por motivos económicos, face ao sistema empregado, mas também por motivos sociais, uma vez que, geralmente, não laboram em terras próprias. O comum é ser este o sistema que causa maiores depredações nas matas, pois, com frequência, não há preocupação pelo controle da propagação do fogo. Mas, dos processos extensivos, é o menos esgotante dos solos, porquanto não persiste no mesmo lugar com a lavoura. Corresponde melhor, pois, àquela ideia de que a agricultura primitiva das regiões tropicais procura respeitar o equilíbrio ecológico, não super-expondo o solo às chuvas e à insolação.

A necessidade se de atender a uma estrutura fundiária desconhecida dos povos primitivos, ameríndios e africanos, cada vez mais rígida e mais densa, contribuiu, cremos, em grande parte, para circunscrever em muitas áreas o deslocamento das culturas, conduzindo a roça a um ciclo menor. Atenuam-se, assim, os efeitos do exagerado nomadismo, se bem que permaneçam razões sociais para a instabilidade do agricultor. Entre muitos outros exemplos do deslocamento da população rural no período colonial devido à prática agrícola adoptada, há a cruiosa observação do Morgado de Mateus, Capitão-General de São Paulo entre 1765 e 1775. Dizia ele que os fregueses da vila de Cotia tanto caminharam no encalço de terras novas para a lavoura que passaram a ser fregueses da vila de Sorocaba. As duas localidades, pelo caminho da época, estavam afastadas de 68 quilómetros [1].

[1] Citado por SCHMIDT, Carlos Borges — *A vida rural no Brasil,* Directoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1951, pág. 11, informado em «Documentos para a história e costumes de São Paulo», XXIII.

Necessário se torna dizer que em muitos dos exemplos que se possam colher actualmente nas florestas ainda pouco povoadas do Brasil, nem sempre o agricultor se apresenta com o carácter de nómade: a cultura realiza, entretanto, aquele longo e inconstante circuito já aludido.

Como dizíamos, a imposição dos limites da propriedade fundiária e as relações de produção que vêm se estabelecer entre o grande número de proletários rurais e os senhores agrários, cerceia o livre deslocamento das lavouras e estabelece uma subjunção social do agricultor, abrigado nas terras do grande domínio. Criam-se, pois, novas condições para a roça. Por outro lado, assim como alguns senhores de engenho permitiam aos escravos a manutenção de pequena roça, o mesmo direito como forma de pagamento parcial vieram a ter, em sua quase totalidade, os trabalhadores nas lavouras comerciais, após a abolição da escravatura.

O facto é que a roça não tem deste modo o carácter de cultura errante. O ciclo de pousio da terra é por vezes mínimo, uma vez que já não é muita a terra disponível para o plantio. A repetição das mesmas culturas na mesma área, em muitos casos, atinge limites absurdos. Esta volta repetida e regular a um mesmo lugar onde mal começa a formar-se uma capoeira de porte arbóreo, caracteriza o que, a nosso ver, deveria ser designado mais pròpriamente *rotação de terras*. Em muito pouco ela se distingue da roça itinerante, quanto aos procedimentos principais. Ainda é uma lavoura sobre queimadas, com o emprego de técnicas rudimentares, objectivando, sobretudo, a produção de «cereais» de subsistência. A simples introdução de alguma cultura de valor comercial, como o algodão, em quase nada descaracteriza a essência do sistema, salvo se é acompanhada pela adopção de uma nova técnica de trabalho. Ao geógrafo, entretanto, não escapa a diferença que se consubstancia na paisagem. A rotação de terras típica, em um ciclo médio, digamos seis anos de pousio, se reflecte pela sucessão regular de capoeiras em várias idades, com limites geométricos e bem definidos, entremeados por uma pequena parcela em cultivo. O comum, entretanto, é que tal ciclo seja menor. Tal regularidade paisagística será mais nítida em uma zona de pequenas propriedades.

Em alguns casos a alternância das terras de cultivo é tão breve que mal se forma uma pequena capoeira de dois anos.

Fácil é perceber que a rotação de terras extensiva, praticada na forma pura de uma cultura sobre queimadas, é eminentemente esgotante. Apenas os solos de qualidades excepcionais ou de condições topográficas favoráveis à menor pluviação suportam por uma geração, ou mais, uma prática continuada deste sistema, quando realizado em ciclo curto. Se uma modificação para melhor não é adoptada a tempo, a queda de produtividade obriga o

agricultor a se deslocar para zonas novas, a não ser que lhe seja possível ampliar e prolongar o período de pousio pela derrubada de um novo trecho de mata, por compra, ou arrendamento, de terras vizinhas.

A rotação de terras, relacionada, igualmente, com um padrão cultural baixo do agricultor, confunde-se, não há dúvida, em muitos casos, com o tipo de roça caracteristicamente itinerante, que mencionamos. Ambos os sistemas revelam um sumarismo de técnica, uma carência de implementos e uma generalizada indiferença pelo solo como factor de produção. Para os povos de maior desenvolvimento cultural, a roça está relacionada a um dos estágios primitivos da evolução material e cultural da humanidade que desaparece com a introdução de determinadas técnicas, muitas vezes provocadas pelo emprego de determinado instrumento.

Ainda hoje em dia, certos tratados na distinção dos sistemas agrícolas realçam o emprego do arado ou da enxada. Deste modo, LEO WAIBEL, de renomada experiência em geografia agrária, mostrou-se perplexo quando encontrou no sul do Brasil rotação de terras com o emprego do arado, instrumento agrícola que ele julgava ligado a sistemas mais intensivos de exploração da terra. E, em grande parte dos casos, o arado lavra sobre as cinzas da capoeira queimada! A frequência do facto levou-o, pois, a distinguir uma *rotação de terras melhorada,* em oposição ao que designou *rotação de terras primitiva* [1], na forma já assinalada. O sistema definido por WAIBEL como melhorado, admite melhor padrão económico e técnico, e um nível cultural e social mais elevados por parte do agricultor; temos dúvidas, portanto, em considerá-lo um tipo de «roça», embora respeitando os pontos de contacto: regeneração do solo pelo pousio em capoeira e o emprego do fogo no primeiro ano de cultivo da nova parcela.

A «ROÇA» E OS ELEMENTOS ÉTNICOS

No caso brasileiro, é de grande interesse, cremos, o comportamento dos elementos étnicos em relação à difusão do sistema de roças. A agricultura indígena, que não registara para o negro novidade alguma, não consistia sòmente em um método eficiente de se enfrentar a mata virgem. Veio a ser para o colonizador a maneira mais cómoda de obter alimentos. E a ela se dedicaram os agregados portugueses plebeus e mestiços livres.

---

1 WAIBEL, Leo — «O que eu aprendi no Brasil», *Rev. Bras. Geogr.*, Ano XII, n.º 3, Julho-Setembro, 1950.

A pequena agricultura colonial não visava o abastecimento de grandes mercados e o isolamento daqueles mais afoitos, que se atiravam pelo mato a dentro, sempre esteve bem de acordo com as condições de pequeno circuito económico e baixo padrão cultural do lavrador, condições que se tornaram inerentes aos sistemas primitivos.

Insistimos nesta estreita relação entre a prática da roça e o baixo nível cultural. Pergunta-se sempre como o português, agricultor europeu, ombreou com o indígena e os mestiços ignorantes na consolidação e na difusão da roça como sistema mais corrente na agricultura anual. Alegam muitos que nada mais natural, porquanto esse elemento luso não era portador de tradição agrícola evoluída e que, por outro lado, em grande número, não proveio da população camponesa e sim das cidades. Querem dizer com isso que a roça — seja na sua forma itinerante, seja na sua forma de rotação de terras — foi o sistema mais compatível com a cultura de que eram portadores aqueles lusos que a ela vieram se dedicar. Não nos parece um dado desprezível na questão este argumento. Tanto mais quanto se sabe ainda que, não sòmente neste sector mas em muitos outros, valeu-se o colonizador da experiência indígena para enfrentar o mundo tropical na fase de adaptação de processos. Mas ocorre que, vingado o povoamento, persistiu-se na mesma técnica.

Parece-nos, porém, que o factor económico deve ser devidamente apreciado.

Se os lavradores ignorantes, independentemente de sua origem, conhecem a roça como o único sistema à altura de sua capacidade, outros mais evoluídos viram-se na necessidade de adoptá-la. E, nesse caso, quantas vezes não se verificou a decadência cultural na geração seguinte?

A colonização europeia recente [1] é fértil em exemplos desta dolorosa experiência. Atirados em massa em pequenas propriedades no âmago da floresta, os imigrantes, isolados, desbravaram-na segundo o processo mais apropriado — à maneira do aborígene. Muitos tiveram que aprender como realizar a «derrubada» e fazer a «roça». Assim, durante muito tempo, limitaram-se a satisfazer apenas a sua manutenção. Produzindo quase nada, para um mercado de difícil acesso, de que lhes valeriam métodos mais intensivos, objectivando aumento na produção? Por outro lado, como capitalizar e melhorar o sistema sem possibilidade de aumento de vendas? A geração seguinte, não conhecendo outro sistema que o de roça e sem educação

---

1 Colonização distinta da luso-brasileira, não obstante o emprego da expressão «europeia».

adequada, apenas em algumas poucas áreas conseguiu evoluir para a aplicação de melhores técnicas [1].

Em alguns lugares, particularmente isolados, por muito tempo os descendentes desses imigrantes – alemães, italianos, eslavos, franceses e mesmo ingleses – decaíram ao nível cultural do caboclo. São caboclos em tudo e por tudo: nas técnicas rudimentares, nos hábitos e até mesmo em uma certa apatia. Não poucos são os que engrossam as vagas de depredadores das matas no sertão, além das frentes pioneiras.

Mesmo quando guardaram um determinado grau de instrução e adquiriram uma situação económica e cultural melhor, os descendentes dos imigrantes, em sua maior parte, não aplicam outro sistema que não a rotação de terras, primitiva ou melhorada. Talam as matas e exaurem o solo. Propagam a área de capoeiras que, frequentemente, abrange mais de dois terços da paisagem. E em grande número, eles são filhos ou netos de bons agricultores da Alemanha ou do norte da Itália.

Também para explicar os insucessos da colonização agrária no Brasil Meridional tem sido alegado o facto de que muitos imigrantes eram artezãos ou marginais na Europa, desconhecendo totalmente a actividade agrícola, o que é verdade. Mas o facto é que a maior parte era constituída por agricultores de origem. Encontram-se depoimentos tocantes de como o isolamento os conduzia ao estiolamento económico e a uma progressiva decadência cultural, tal como se lê nesse verdadeiro libelo que é «Um Colono nas Selvas» [2].

Na colonização lusa litorânea, a pequena agricultura ocupava as «sobras» do latifúndio, atendendo, por outro lado, a um pequeno circuito económico, tal como se estivesse sendo praticada em zonas remotas do litoral. A ela se dedicavam, além dos índios mansos e dos negros, os proletários lusos que raramente tinham oportunidade de se tornarem proprietários. Até hoje, aliás, em grande número de fazendas do interior, as roças objectivam principalmente satisfazer as necessidades locais de subsistência.

Não há dúvida que também a abundância de terra, facilitando a multiplicação dos grandes domínios calcados nas sesmarias, tornou cómoda a persistência nos métodos extensivos de cultivo na pequena como na grande lavoura. Pois se até hoje no Brasil o melhor recurso para queda da produtividade do solo em uma região é procurar terras de mata virgem.

---

[1] Partindo desta ideia central, Leo Weibel desenvolveu sua teoria dos estágios agro--culturais em «Princípios da Colonização europeia no Sul do Brasil» — *Rev. Bras. Geogr.*, ano XI, n.º 2, 1949.

[2] WEISS, João — *Um colono nas Selvas*, Rio de Janeiro, 1950.

Um ponto importante a se ter em mente é o da relação da roça com a estrutura agrária, porque, como dissemos, «roça» não se identifica com uma forma de estabelecimento. É tão difundida que em muitas áreas do Brasil, a zona rural – o «Campo» português – é designada por «roça». «Roceiro» é o pequeno agricultor De um modo geral, a roça caracteriza as pequenas propriedades. Mas quase sempre figura também ao lado da grande lavoura, nas fazendas.

O pequeno proprietário cria um pequeno estabelecimento com suas benfeitorias, suas árvores frutíferas e pode manter lavouras permanentes, além da roça.

O maior número, talvez, dos lavradores dedicados à pequena agricultura, se encontra disperso pelos grandes estabelecimentos – fazendas e engenhos. São os rendeiros (ou foreiros), parceiros (meeiros, agregados) ou mesmo os assalariados da grande lavoura comercial (moradores, colonos).

A posição económica da roça, dentro da fazenda, pode variar, portanto, de acordo com a natureza deste estabelecimento.

Nas fazendas de grande lavoura comercial, a pequena cultura é permitida ao assalariado sobretudo como uma forma de complementação do pagamento. A participação do proprietário no produto, assim obtido, é aleatória e nem sempre revela ser esta uma preocupação económica importante por parte do fazendeiro.

Nas áreas em que não se desenvolveu a lavoura comercial, entretanto, a roça está estreitamente relacionada com a forma de exploração indirecta da terra. Principalmente nas regiões Leste e Nordeste encontraremos esses numerosos agregados, com roças ao lado dos pastos, nativos ou artificiais, onde o fazendeiro mantém seu gado. Raros existem, porém, nas fazendas dos campos sulinos onde o limite mais nítido entre a mata e o campo condicionou uma distinção mais rigorosa entre propriedades agrícolas e propriedades pastoris. Tais fazendas, no seu exclusivismo pastoril, guardam uma semelhança com a estância pampeana no período anterior ao da chegada dos imigrantes à República Argentina.

No sertão nordestino, a pressão demográfica aliada a uma certa tradição patriarcal, herdada da área canavieira, justifica que a fazenda seja um estabelecimento de população maior que no caso anterior, não obstante as dificuldades do meio. Por outro lado, nunca foi desenvolvida uma pecuária lucrativa, determinando a valorização das terras. A necessidade de prover a subsistência determina o aproveitamento de todas as áreas do possível cultivo, nas faixas de vazantes ao longo dos rios. Nas zonas em que há solo

apropriado à lavoura, as fazendas admitem numerosa população de rendeiros ou de parceiros. Ambas as actividades, porém, a criação de gado, pela qual se interessa directamente o fazendeiro e a pequena lavoura, que caracteriza a exploração indirecta de grande parte da propriedade, são praticadas sem nenhuma associação, mais das vezes como se existissem em estabelecimentos distintos. Ambas de modo extensivo. Ambas com o mínimo de aplicação de capital. Paralelamente, as relações que se estabelecem entre patrão e agregados, bem como o estilo de vida de um e de outro, lembram uma fase económica e social pretérita.

Tais fazendas são autênticos latifúndios agro-pecuários precapitalistas, como bem lembra O. VALVERDE [1]. E entre outros exemplos, cita o de uma propriedade de 4.000 alqueires (19.000 ha) no oeste de Minas Gerais, com cerca de 50 agregados praticando a rotação de terras primitivas.

No Agreste, a zona de «cereais» mais importante do Nordeste, a uma área relativamente pequena em pasto corresponde um grande espaço onde os rendeiros e meeiros fazem suas lavouras de subsistência e suas plantações de algodão. Neste espaço, o gado do fazendeiro é solto no período da entre-safra.

Com frequência, a roça é o meio mais económico de preparação de pastos nas zonas de mata, a pequena agricultura sendo então uma forma provisória de ocupação pioneira da terra. Ao cabo de 2 ou 3 anos, o agregado entrega o pasto formado ao fazendeiro e derruba um outro trecho da mata ou do capoeirão. Deste modo, a tendência é a diminuição gradativa da área de roças e o consequente deslocamento dos agricultores para outras regiões.

É interessante notar-se certa identidade nos processos adoptados nas duas principais lavouras comerciais brasileiras — a cana-de-açúcar e o café — e a pequena agricultura de subsistência. Identidade mais rigorosa no passado que nos dias actuais. Igualmente extensivas, ambas não ocupam a mesma terra senão provisòriamente. Com uma diferença: o café desloca-se contìnuamente a largo prazo mas ao modo de uma extremada lavoura itinerante. A cana-de-açúcar, porém, executa um rodízio característico da rotação de terras. Esta diferença, decorrente da natureza das plantas, mas em grande parte também das terras em que se apoiaram as organizações agrárias a elas subordinadas, justifica o facto de que, enquanto o café tem emigrado, em pouco mais de um século, a cana radicou-se por muito tempo em certas áreas.

Assim tem acontecido com os grandes estabelecimentos — as fazendas — como também com os pequenos estabelecimentos — os sítios — que

[1] VALVERDE, O. — «Reconhecimento Geográfico no Município de Pompeu», *Bol. Carioca de Geografia*, Ano VIII, ns. 1/2, 1955, pág. 5/31.

se dedicam à lavoura comercial. Pode-se surpreender, por exemplo, nos pequenos sítios da zona de colonização alemã e italiana do Espírito Santo, como o desenvolvimento dos cafèzais dentro da propriedade somado, ao desgaste do solo produzido pela pequena lavoura, vai reduzindo a pasto os vales em que sòmente havia mata há menos de três quartos de século.

A fazenda no Brasil, sabemos, tem sido caracterìsticamente o estabelecimento da grande lavoura comercial como da criação extensiva. É a instituição agrária surgida com o engenho nos primeiros anos da colonização e dotada de uma capacidade de contínua expansão. E como muito bem ressaltou, entre outros autores, FERNANDO CARNEIRO [1] a fazenda repelia sistemàticamente a propagação da pequena propriedade.

Através de todo o período colonial e do Brasil independente, até poucas décadas, foi antes de tudo um estabelecimento monocultor. Monocultor, dizemos, quanto ao objectivo da sua produção comercial já que ela, a fazenda, procurou sempre manter um razoável grau de independência quanto à sua subsistência.

Modernamente, contudo, encontramos exemplos de como este traço monocultor vai desaparecendo e, quase sempre, com sensível prejuízo da pequena lavoura anual que tem se abrigado no grande estabelecimento. A par da modificação económica podem ser surpreendidas, então, mudanças sociais. Nos engenhos rapadureiros do brejo paraibano, por exemplo, alastrou-se impetuosamente uma nova cultura — a do agave — cuja convivência a cana-de-açúcar aceitou e as propriedades assumiram, então, o carácter de uma verdadeira «plantation», mista, não mais monocultura. Extravasando para as terras vizinhas de fazendas de gado e cultura de algodão, a nova cultura restringiu severamente em ambas as zonas as áreas dedicadas às roças e vem eliminando, na segunda, a classe rural dos foreiros.

Na clássica fazenda de café, duas interessantes etapas de evolução podem ser observadas. A primeira quando, fugindo aos riscos da monocultura, se diversificou a produção comercial. MONBEIG [2] assinala como as crises económicas multiplicaram em São Paulo os pequenos sítios à custa das fazendas, e como os fazendeiros desenvolveram a cultura de algodão em parceria, preparando os pastos para bovinos nas terras da fazenda menos próprias para o café. Mais modernamente, a progressão contínua dos cafèzais, com seu rastro de terras exaustas, parece ter fim em futuro breve. Velhas fazen-

[1] J. FERNANDO CARNEIRO — «*Imigração e Colonização no Brazil*» — Faculdade N. de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil, Publicação Avulsa n.º 2 — Rio de Janeiro, 1952.

[2] PIERRE MONBEIG — *Pionniers et planteurs de São Paulo* — Lib. A. Colin — Paris.

das, em algumas zonas à rectaguarda da onda verde, encontram na técnica de aplicação regular do estrume um novo alento para os cafèzais e a possibilidade de replantio em terras cansadas. Para tanto, incrementam também a criação de gado. Sitiantes, na medida do possível, seguem o exemplo dos fazendeiros.

Esta convivência do gado com a lavoura cafeeira, por dois motivos principais, apresenta singular importância na economia rural brasileira. Em primeiro lugar, porque tal facto não se generalizou, até agora, nas propriedades de pequena agricultura (a cultura anual de subsistência), o que seria altamente desejável: atenuar-se-iam, deste modo, onde as condições naturais o permitissem, os efeitos nocivos da «roça». Um segundo aspecto, importante, no caso, é a maior estabilidade no tempo e no espaço de que poderá vir a gozar o estabelecimento da grande lavoura, particularmente a cafeeira.

Tal facto representaria, consequentemente, a subvserão completa da característica histórica da ocupação da terra no Brasil, onde o povoamento mais das vezes tem oscilado com o surto, a prosperidade e o declínio dos estabelecimentos rurais à base de uma exploração rotineira e predatória.

A «FAZENDA» COMO AMBIENTE DE RELAÇÕES ÉTNICAS E DE CULTURA NO BRASIL [1]

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR
Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro

O REGIME DE PROPRIEDADE NO BRASIL

O regime de propriedade privada transladou-o Portugal ao Brasil inicialmente com a carta régia de 20 de Novembro de 1530, segundo a qual eram concedidos poderes a Martim Afonso de Souza para a organização da vida brasileira, e entre esses o de distribuição da terra. Dispunha a carta régia como e a quem deveriam ser dadas as terras do Brasil. A concessão far-se-ia aos que viessem com o governador ou aos que aqui já se achassem, desde que se dispusessem a povoar e cultivar.

As terras concedidas, entretanto, sofriam uma restrição: não poderiam ser deixadas em sucessão, pois as concessões eram pessoais, não transmissíveis. A essa restrição juntava-se outra: a de que, dentro de seis anos, deveria ser feito o aproveitamento da terra, sob pena de ser a mesma doada a outras pessoas que a quisessem lavrar. Foi essa a situação que perdurou embora por pouco tempo, por isso que ainda Martim Afonso de Souza recebia novas instruções, em carta régia posterior, permitindo dar terras aos que quisessem viver e povoar o Brasil, já agora para a pessoa e seus decendentes. Garantia-se, desta forma, o direito de sucessão.

[1] Adoptamos a expressão «fazenda» num sentido genérico de grande propriedade territorial. Aliás, assim já era usada nos começos do século XIX tanto que Saint Hilaire a define neste sentido de grande propriedade: «nome reservado às propriedades rurais de certa importância, e em que trabalham numerosos escravos», cf. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.* Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1938, tomo I, p. 185.

Esse regime foi confirmado pelo sistema das donatarias, implantado a partir de 1534, não sendo alterado profundamente pelo regimento de Tomé de Souza, em 1548. Foi, aliás, sob as linhas mestras desse regimento, que se desenvolveu o processo de ocupação humana no Brasil. E esse processo teve a característica de voltar-se sempre para a actividade rural, predominando esta sobre a vida urbana. De modo que o regime de propriedade tornou-se um dos esteios dessa actividade rural, assegurando-lhe não apenas um fundamento económico, mas ainda uma estabilidade social, através da qual se formou a vida de família.

De facto, o sistema de propriedade privada e o sentido de unidade familiar que logo se implantou no processo de ocupação humana do Brasil, relacionavam-se; constituiam os esteios sobre os quais se desenvolveu a vida brasileira, completados por um outro, que foi o elemento espiritual: o cristianismo, todavia, como já foi observado, menos ortodoxo ou rígido, em suas formas, que compreensivo e aceitando as novas condições do ambiente que se criava no Brasil. A unidade familiar e o cristianismo eram os que Portugal já conhecia na metrópole; e igualmente levava a outras áreas do mundo — da Ásia, da África ou do Oriente — até onde chegou. O mesmo não se pode dizer em relação ao regime de propriedade.

A propriedade privada, tal como se fundou no Brasil, não correspondia rigorosamente ao que então se conhecia em Portugal[1]. Em primeiro lugar, na metrópole, a experiência do trabalho agrícola, então sofrendo grande desgaste com as navegações que atraíam as populações rurais, se baseava na pequena propriedade, mais dominante que as extensas sesmarias. Da mesma forma, foi o que sucedeu em outras áreas portuguesas no mundo, onde a experiência de colonização ou de ocupação humana criou, conforme as peculiaridades de cada região, as melhores formas de organização da propriedade privada e de distribuição da terra.

A rigor, no caso do Brasil não havia limites nas concessões de terra. A Carta Régia, de 27 de Dezembro de 1695, recomendou não se concedesse a cada morador mais de quatro léguas de comprimento e uma de largo. Posteriormente, essa extensão foi restringida a apenas três léguas ao comprido

1 Observou Lynn Smith que o sistema de propriedade implantado no Brasil representou uma quebra da tradicional fórmula portuguesa de pequenas propriedades agrícolas, cf. *Brazil People and Institutions.* Revised Edition, Baton Rouge, 1954, p. 395. Rebelo da Silva refere-se à grande divisão da propriedade de Entre-Douro e Minho e ainda ao facto de que a vida rural nunca tentou os grandes proprietários, o que se pode encarar também como de absenteísmo, cf. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII.* Tomo IV. Lisboa, MDCCCLXIX, pgs. 426 e 432.

e uma de largo, por carta régia de 7 de Dezembro de 1697, o que foi confirmado dois anos depois, em Previsão de 20 de Janeiro de 1699. Contudo, no século XVIII, novas disposições se fixaram a respeito das áreas concedidas. A Previsão de 19 de Maio de 1729 limitou as concessões de sesmarias a três léguas de comprido e uma de largo, ou a três de largura e uma de comprimento, ou a uma légua quadrada.

Esta última base, que vigorou no século XVIII, como nos fins do anterior, nunca foi rigorosamente respeitada. No Nordeste do Brasil, por exemplo, as áreas eram sempre maiores que as concedidas no sul. Tanto isso é verdade, que a já citada carta régia de 20 de Janeiro de 1699 ordenava ao Governador de Pernambuco que, a qualquer pessoa que denunciasse a existência de terrenos incultos ou despovoados em sesmarias, fosse dada uma área de três léguas de comprido e uma de largura, ou légua e meia em quadro. Se de uma propriedade poderia tirar-se essa extensão, é de ver-se qual não seria toda a sua área.

Já no sul utilizou-se bastante a data de terra, extensão menor que a sesmaria. Foi o regime que predominou, por exemplo, nas concessões de terras aos açorianos, trazidos no século XVIII para o povoamento do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A data de terra é uma extensão de um quarto de légua em quadro, o que equivale a uns 272 hectares. Era a pequena propriedade, sítio ou chácara. Na zona de criação, porém, o sul conheceu a grande sesmaria, que originou as estâncias. Aí, a sesmaria se alongava entre 10 e 13 mil hectares.

Sesmaria, grande propriedade, latifúndio, data de terra, qualquer que fosse a denominação dada à propriedade fundiária, representava a concessão de terras para implantação de uma actividade agrária ou pastoril, mas sempre rural, veículo pelo qual a terra foi ocupada; foi essa concessão o meio de fixar o colono, de integrá-lo à terra, de desenvolver o povoamento. Foi esse ambiente que tornou possível o estabelecimento de um sistema harmónico de relações entre o homem e o meio, criando modos de vida próprios, peculiares às condições surgidas, às técnicas adoptadas, à exploração económica implantada. Criando, com esses modos de vida, um centro que era ao mesmo tempo uma comunidade e um foco cultural, em torno do qual se desenvolveram as normas de vida regional.

AS DENOMINAÇÕES DA PROPRIEDADE RURAL

No Brasil a denominação da propriedade rural, mesmo a grande propriedade, de tipo plantação («plantation» dos americanos, «plantage» dos franceses, ou «plantación» dos latino-americanos), variou. O engenho de

açúcar[1] foi o primeiro a definir-se como denominação; a simples palavra «engenho» já esclarecia do que se tratava. Fazenda foi expressão, a princípio, restrita ao estabelecimento de criação de gado. Assim foi chamada no mediterrâneo nordestino, no extremo norte, no extremo sul, onde aliás tomou o nome particular de estância.

À palavra estância, nome com que ficou mais conhecida a grande propriedade de criação pastoril, no extremo sul — e que também foi usada no Paraná — se tem dado dupla origem. Segundo uns é proveniente do castelhano. E o sociólogo uruguaio Daniel Vidart explica a sua origem como vindo da antiga distinção espanhola entre «ganaderia estante» e «ganaderia transhumante», a primeira sendo a sedentária. Ressalta o mesmo autor ainda, ser o nome estância o mais significativo entre os que designam núcleos de exploração pecuária: hatos (Venezuela), fazenda (Brasil), rancho (Texas, USA), fincas (países hispano-americanos), estância (Uruguai e Argentina)[2]. Outros autores lhe dão origem portuguesa: assim Walter Spalding diz que provém de *estança*, paragem, pouso[3].

Embora inicialmente referindo-se à propriedade pastoril, posteriormente a palavra fazenda alargou-se à propriedade agrícola. No século XIX encontramos aplicada a expressão ao estabelecimento de plantio de café, nas províncias fluminense e paulista, e ainda, em nosso século, ao de plantio de cacau no sul da Bahia. Ambos esses estabelecimentos são conhecidos como fazenda: fazenda de café e fazenda de cacau.

No caso do cacau, há uma peculiaridade. A um grupo de cacaueiros, ou uma parte da fazenda, é dado o nome de roça; contudo, em algumas localidades, o próprio estabelecimento, em sua totalidade, se tornou conhecido como roça: «roça de cacau». É informação que conhemos em inquérito por nós realizado[4]. No entanto, a expressão roça teve, inicialmente — e de

[1] A importância do engenho de açúcar na formação social do Brasil, sobretudo como tipo de grande propriedade («plantation») já está ressaltada na obra mestra de Gilberto Freyre: *Casa Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Livraria José Olímpio, Editora. 8.ª edção, 2 volumes. Rio de Janeiro, 1954. Os senhores de engenho, que eram plantadores de cana, também foram, como ele próprio assinalou, «os fundadores verticais do Brasil», cf. *Interpretação do Brasil*. Aspectos da Formação Social Brasileira Como Processo de Amalgamento de Raças e Culturas. Livraria José Olímpio, Editora. Rio de Janeiro, 1947, p. 39.

[2] Daniel Vidart, *La vida rural uruguaya*. Ministério de Ganaderia e Agricultura. Departamento da Sociologia Rural. Publicação n.º 1. Montevideo, 1955, p. 43.

[3] Walter Spalding, *Génese do Brasil Sul*. Edição da Livraria Sulina. Porto Alegre, 1953, p. 22.

[4] Para o nosso estudo sobre regiões culturais do Brasil, realizamos um inquérito em municípios característicos de cada zona fisiográfica do país, e nesse inquérito é que encon-

modo geral ainda tem — o sentido de pequena plantação, cultivo restrito de géneros de subsistência. Roças eram chamados os pedaços de terra que os escravos cultivavam, nos dias de folga, para seu próprio uso, com mandioca, feijão, milho. Depois, tomou o sentido genérico de interior, ou mais exactamente de meio rural, em oposição à cidade[1].

O sítio representou, em algumas áreas do Brasil, o pequeno lote de terra, dedicado ao cultivo de frutas ou hortaliças, sem maior expressão ou poder económico. Geralmente se situavam, como ainda se situam, os sítios nos arredores das cidades, nos seus subúrbios, como que a faixa de transição para o meio rural, onde dominam as grandes propriedades. Na Amazónia, a expressão caracterizou as grandes propriedades dedicadas à extracção das chamadas especiarias, ou «drogas do sertão», onde também se fazia agricultura embora em pequena escala.

No século XIX, a palavra sítio já exprimia a pequena propriedade, em contraposição à fazenda; segundo Saint-Hilaire os sítios são «as habitações de gente de poucos recursos»[2]. Em São Paulo, sítio conservou o sentido de pequena propriedade. Caracterizando o «sitiante» assim o conceituou a professora Nice Lecocq Müller: «todo o pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha directa e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e ocasionalmente de alguns empregados remunerados[3].

Procurando dar um sentido, pelo menos de conteúdo, tendo em vista que a propriedade rural representa sempre um estabelecimento de actividade económica, seja agrícola ou pastoril, extractiva ou mista, é que consideramos fazenda como expressão genérica, nela sintetizamos toda a ideia do que foi e ainda é hoje, o núcleo de vida rural entre nós. Na fazenda simboliza-se a característica de formação rural do Brasil.

Constituiu a «fazenda», tal como aqui a entendemos, o elemento básico de implantação da cultura portuguesa no Brasil; foi ela o verdadeiro núcleo de ocupação humana e de povoamento, mais importante que as sedes de vila, mais influente que os governos, mais poderosa que os governadores ou capi-

tramos o registo quanto ao nome de «roça» aplicado à fazenda de cacau. A informação é dada pelo Agente de Estatística do Município de Belmonte.

[1] Este sentido da expressão roça — campo em contraposição à cidade — está registado por Bernardino de Souza. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. 4.ª edição. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1939. p. 353.

[2] *Viagem* cit., p. 185.

[3] N. L. Müller, *Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo*. Boletim 132. Geografia, n. 7. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1951, p. 27/28.

tães-generais. Foi núcleo demográfico como foco de relações étnicas, foi núcleo social como ambiente em que se desenvolveram as relações sociais com base na unidade familiar, foi centro político como originário dos chefes de grupos ou de clãs, de líderes políticos, foi comunidade cultural como ambiente em que decorreram os processos transculturativos, e intercâmbio de elementos ou valores culturais entre o grupo colonizador — o português — e os que com ele se relacionaram — o indígena e o negro — e ainda entre os que se originaram — os mestiços: mulatos, mamelucos, curibocas, etc. — das primitivas relações.

A FAZENDA E A OCUPAÇÃO HUMANA

No desenvolvimento do processo de ocupação humana na terra brasileira esse estabelecimento rural foi tomando características próprias antes de tudo peculiares à sua função económica, sem prejuízo do sentido social que o fundamentava. Da criação sucessiva desses núcleos, em áreas diferentes do território, resultou a expansão do Brasil, não só a geográfica — com a ocupação positiva da terra — mas igualmente a demográfica — com o crescimento da população. Cada etapa do desenvolvimento desse processo — o de ocupação humana mais que o de simples colonização — encontrava nesses núcleos seu centro de fixação e de estabilidade: fixação dos homens numa actividade, fixação dos homens nas relações étnicas, fixação dos homens num processo de relações culturais.

Foi assim que, em etapas diferentes da ocupação humana do Brasil, foram surgindo o engenho de açúcar na faixa litorânea do Nordeste, os currais ou fazenda de criação de gado no Mediterrâneo pastoril, os sítios agro-extractivos na Amazónia, os veios e arraiais de mineração no planalto das Minas Gerais e no Centro-Oeste [1], a estância do Extremo Sul. Do crescimento demográfico, ora partindo os grupos humanos de cada um desses núcleos primitivos, ora com a ocupação territorial por novos grupos, vieram a criar-se os posteriores, com novos elementos culturais a caracterizá-los.

E tão forte havia sido a influência inicial, a base sobre que se esteiou a formação da propriedade privada como sistema de ocupação humana, que, o Brasil independente, os brasileiros continuaram o processo de ocupação

[1] Salientou Caio Prado Júnior, em observação segura, que a mineração no Brasil formou ao lado da agricultura, entre as grandes actividades, adoptando organização idêntica à daquela, ressalvadas, é claro, as distinções de natureza técnica. Foi também, como registou, uma «exploração em larga escala, que domina grandes unidades, trabalhadas por escravos», cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colonia. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1942, p. 117.

humana do seu território dentro do mesmo espírito ou do mesmo sentido. E assim é que surgiram, a partir do século XIX e ainda no século XX, a fazenda de café nas províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e parte das Minas Gerais, os seringais na Amazónia, a fazenda de cacau no sul da Bahia, os núcleos de colonização estrangeira no Sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, em parte, no Espírito Santo.

Estes, os núcleos de colonização estrangeira, constituíram-se quase sempre blocos demográficos que vieram sobrepor-se a esses quadros regionais, ou mais particularmente aos da região meridional. Nessa parte do Brasil as colónias alemãs ou italianas ou polonesas, e mais modernamente, em nossos dias, as japonesas e holandesas vêm dando coloração nova à respectiva paisagem. No caso particular de São Paulo, para onde mais têm acorrido as correntes imigratórias alienígenas, não houve pròpriamente uma sobreposição ou complementação demográfica, mas antes uma integração pela disseminação do elemento italiano, ou de modo geral do estrangeiro nas fazendas de café ou em núcleos urbanos. Salvo, é evidente, o caso dos japoneses.

O «PLANTATION» E SUA CARACTERIZAÇÃO NO BRASIL

Foi esse tipo de propriedade rural que predominou no Brasil; dele são características o engenho de açúcar, inicialmente, e mais modernamente a fazenda de café, a fazenda de cacau e o seringal amazónico. Foi com o engenho de açúcar que o português implantou no Brasil o «plantation»; era a cana-de-açúcar justamente o produto que o próprio homem de Portugal trouxe do Oriente. É com a cana-de-açúcar que o «plantation» se translada para o Novo Mundo, e aqui se difunde em outras actividades, adaptando-se completamente às condições económicas dos trópicos: com o algodão, com o cacau, com o café.

Não há esconder a contribuição portuguesa à implantação do «plantation», como uma de suas experiências de ocupação humana em zonas tropicais ou subtropicais. Foram justamente os produtos mais tìpicamente de grande exportação os que Portugal trouxe para as terras americanas; uma espécie de aventura que se transformou em sedentariedade sólida e firme. A cana-de-açúcar aqui, no Brasil, se adaptou inteiramente à faixa marítima, marcando a região agrária do litoral; e daqui é que foi levada às Antilhas, através das formas de açúcar, das técnicas de fabrico, dos escravos, que para lá se transferiram com os judeus e holandeses, depois de 1654.

O tipo de «plantation» no Brasil foi uma experiência lusitana que nem sempre encontrou similar em outras áreas de ocupação portuguesa, e isto

porque esta procurava corresponder às condições peculiares de cada área. Na Guiné, por exemplo, assinala o pesquisador A. Teixeira da Mota ter havido fracasso em todas as tentativas de constituição de empresas agrícolas do tipo de plantação, com grande mão de obra [1]. Já em Goa a experiência agrícola se traduziu nos Prazos da Coroa e nas Comunidades Agrícolas, essas, aliás, de origem indígena, encontradas por Afonso de Albuquerque que resolveu mantê-las com as adaptações que a sua política colonizadora exigiu [2].

Alguma coisa semelhante à experiência brasileira foi a que se verificou nas Ilhas, com as «roças» de cacau. A «roça», denominação dada à propriedade rural, foi caracterizada como uma «propriedade enorme que exige uma multiplicação de esforços para que toda a sua extensão possa ser devidamente aproveitada e cultivada» [3]. Essa «roça» das ilhas — conhecida em São Tomé e Príncipe e, possìvelmente, na Madeira — representou, em outra área de ocupação lusitana, o que foi o engenho de açúcar ou a fazenda no Brasil: correspondeu ao tipo de «plantation» como regime de propriedade e de exploração agrária.

Esses núcleos que foram económicos e sociais ao mesmo tempo, corresponderam, no Brasil, ao conceito da «plantation» ou «plantage», ou «plantación», aplicado no sentido de uma agricultura em larga escala nos climas quentes, isto é, uma propriedade produtora, de base económica, mas onde se verificaram relações étnicas e de cultura. Ou, como Pierre Gourou definiu, as grandes explorações capitalistas especializadas na produção de géneros de exportação [4]. A esse conceito básico acrescenta o geógrafo francês aquele elemento que deve caracterizar o «plantation», isto é, as colheitas são transformadas ou preparadas para poder o produto ser exportado; é o caso do açúcar da cana, do tabaco, do café, do cacau, do algodão.

Daí Leo Waibel encontrar, entre as características do «plantation»,

---

[1] A. Teixeira da Mota, *Guiné Portuguesa*. Vol. II. Agência Geral do Ultramar. 1954, p. 123/24.

[2] Armando Gonçalves Pereira, *Índia Portuguesa*. Agência Geral do Ultramar. 1953, p. 327 e 413.

[3] Costa Garcês, *Viagem maravilhosa por terras de S. Tomé e Príncipe*. Companhia Nacional de Educação de Adultos, s/d, p. 35.

[4] Pierre Gourou, *Les Pays Trapicaux*. Principes d'une géographie humainne et économique. Presses Universitaires de France. Paris, 1947, p. 161/162. Sobre o conceito de «plantation», ver também: Lynn Smith, *Brasil — People and Institutions* cit. e *Sociologia da Vida Rural*. Trad. de José de Sá Almeida. Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1946; H. W. King. *The pattern of Human Activities*. Sydney, Wellington London, s/d; Leo Waibel, trabalhos citados na nota 15; George Mc Cutchen Mc Bride, «Plantation», in *Encyclopedia of the Social Sciences*. Vol. 12. New York.

aquela de que, sendo embora uma propriedade de natureza agrária, apresenta sempre algumas, embora pequenas, instalações industriais. Os produtos não são exportados em natura, mas preparados ou transformados, às vezes através de maquinismos rudimentares, afim de que possam tornar-se género de comércio [1].

Assim, no sentido amplo que aqui empregamos, do centro de exploração económica, não estritamente agro-pastoril, mas também extractivista, onde se estabeleceram e se fixaram, através da caracterização sócio-cultural, os traços fundamentais da formação brasileira, é que utilizamos o termo «fazenda» como o elemento básico do processo de ocupação territorial e, consequentemente, de crescimento demográfico e da formação cultural do Brasil. A fazenda constituiu, dessa forma, o ambiente ou a base física não sòmente de relações de raça, como também dos processos transculturativos.

Nela surgem os tipos étnicos resultantes da mestiçagem e aparecem os intercruzamentos de valores de cultura, de que resultam os complexos culturais da diversidade regional do país; além disso, é o alicerce de onde saem as influências políticas, onde se processa a organização social, onde se estabelecem os elementos económicos que possibilitam a produção de géneros — embora cada área apresente o exclusivismo de um produto — e as relações comerciais internas e de exigência externa.

A FAZENDA COMO NÚCLEO DE RELAÇÕES ÉTNICAS

Poderemos sintetizar a fazenda, portanto, como o complexo cultural de onde se irradia, com o povoamento, a própria formação do Brasil, atentas, de um lado, as condições do meio geográfico, com as riquezas naturais a explorar ou capazes de explorar, e, de outro lado, os valores culturais que aí se interpretaram e caracterizaram a respectiva área. Encontramos assim, dentro da unidade da «fazenda» — tal como aqui a encaramos — tipos diversos, verdadeiramente representativos da formação brasileira, característicos das regiões culturais de que se tornaram a expressão mais autêntica.

Cada fazenda — fosse o engenho de açúcar no Nordeste Agrário, fosse a fazenda de gado no Nordeste Mediterrâneo, fosse a estância no Extremo Sul, fosse a fazenda de café nas terras fluminenses e paulistas, fosse a fazenda

---

[1] Leo Waibel, «A forma económica da «plantage» tropical, in *Boletim Geográfico*, n. 123, Novembro-Dezembro de 1954, p. 373, e «O sistema das plantações tropicais», in *Boletim Geográfico*, n. 56, p. 896.

de cacau no sul da Bahia – se tornou verdadeiro foco de comunidade, no sentido do que poderíamos hoje compreender, segundo as lições dos sociólogos, como comunidade menor dentro da maior: a fazenda dentro da vila; a vila dentro da capitania, ou da Província, ou do Estado. Pois a fazenda representava tìpicamente um centro de comunidade, ou melhor, aquele tipo de comunidade representativo da formação brasileira. Foi assim que ela se desenvolveu; assim é que a podemos olhar, encarando o papel exercido pela fazenda no processo de ocupação humana. Papel – assinale-se – que traduz essencialmente o domínio do rural sobre o urbano, a predominância da vida agrária sobre a da cidade, a importância do senhor da terra sobre o comerciante urbano.

Como centro de comunidade foi aí que se desenrolaram as relações entre os grupos étnicos. A mestiçagem desenvolveu-se justamente no ambiente da fazenda. A princípio, aquelas relações ilícitas, contra que tanto clamaram os jesuítas, e igualmente os casamentos, que em largo período foram estimulados, encontraram na fazenda o ambiente em que poderam desenvolver-se.

Contribuiram essas relações étnicas para o surgimento dos diversos tipos de mestiços no Brasil [1]. O facto é que o casamento por si, não foi solução integral; as mancebias ou os encontros fortuitos – tanto os de mato como os da cozinha, e depois os da fonte – continuaram a gerar mestiços. Disciplinada a organização, as senzalas se tornaram depois, com o desaparecimento do indígena ou seu afastamento para áreas mais recuadas, o ponto central de onde sairia o tipo mestiço que encheu a paisagem da região agrária: o mulato.

Produto das relações entre brancos e negros, estes trazidos para os trabalhos agrários e domésticos, o mulato se espalhou, na faixa marítima, como principal tipo humano a lhe caracterizar a paisagem. O negro fez no Brasil o papel do mouro em Portugal: de pau para toda a obra. De modo que a sua presença – presença como escravo, e não apenas como negro – participou das condições em que se desenvolveu a ocupação humana. A escravidão tornou-se, nesse processo, um de seus elementos essenciais, uma de suas marcas mais nítidas, uma de suas características mais fundadas.

---

[1] O estudo da mestiçagem no Brasil, inclusive quanto aos tipos étnicos surgidos, está feito através da obra de Arthur Ramos *Le Métissage au Brésil.* Paris, Hermann et Cia. Editeurs, 1952; ver também *Introdução à Antropologia Brasileira,* vol. II. Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1947. Sobre o significado social e por vezes menos étnico, dos termos que definem tipos de mestiços no Brasil, ver Manuel Diégues Júnior, *População e Açúcar no Nordeste do Brasil.* Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1954.

Assim desenvolveu-se a mestiçagem em terras brasileiras, sob o amparo da grande propriedade, o estímulo de forças sociais que se aglutinaram; e os elementos mestiços surgidos passaram a exercer papel considerável no desenvolvimento demográfico, com repercussão na ordem económica e social. E não foi menos considerável, em particular, o papel da mestiça, tanto a mulata ou a mameluca, como a parda ou cabrocha, fosse enfim qualquer dos tipos específicos que surgiram dos encontros entre os diversos troncos.

Mulatas e mamelucas, cabrochas e pardas, constituiram com esses casamentos ou mesmo se considerarmos apenas, ou exclusivamente, as relações com os brancos dominadores, o factor mais importante para quebrar a distância social porventura existente na formação dos grupos sociais do Brasil. Além desse aspecto, de natureza social, outro de natureza económica: o de contribuirem, mulatas, mamelucas, cabrochas, pardas, com seus encantos, para muito senhor branco fazer suas propriedades ou seus bens passarem às mãos dos filhos que elas lhes haviam dado. Em consequência, no caso da propriedade agrícola, sua subdivisão, além de seu abrasileiramento mais completo.

Os diversos tipos mestiços, espalhados pelo Brasil, diversificados em seus aspectos básicos, enriqueceram nossa paisagem humana, tornando-se essa mestiçagem uma das características da formação brasileira. Da mesma forma que o processo em que se desenvolveram as relações de cultura, pois da variada riqueza com que se verificaram os contactos entre os diversos grupos, resultou o que de específico encontramos em nossa formação cultural, através da diversidade de aspectos, da maneira típica surgida em cada região, dos modos que se estabeleceram na caracterização de nosso panorama cultural.

A FAZENDA COMO COMUNIDADE CULTURAL

A essa função do foco de relações étnicas, juntou a fazenda outra: a de comunidade cultural, dentro da qual se verificaram os processos transculturativos entre os diversos valores culturais trazidos pelos grupos étnicos que se encontraram na terra brasileira. De certo modo, a organização dessa fazenda foi feudal, não feudal como assim se podia considerar o regime na França, na Alemanha ou mesmo em Portugal; mas um feudalismo tìpicamente brasileiro, com suas características peculiares, com suas marcas próprias. Um sistema de vida em que se misturavam velhas raízes feudais com modernas tendências democráticas.

Como centro de comunidade a fazenda – fosse o engenho de açúcar, fosse o curral ou fazenda de criação, fosse a fazenda de café – foi oportu-

nidade para que se podessem estruturar, na formação brasileira, as classes sociais. Entre o extremo do proprietário, no alto, e do escravo, na base, a pirâmide social se constituiu às vezes de maneira diferente, quanto aos elementos que a compunham, nas classes intermediárias, mas em geral perfeitamente igual quanto à distribuição que se verificava. Entre o senhor e o escravo, foi possível formar-se uma classe média, variada, diversificada, com elementos diferentes – e, por isso mesmo, antes classes médias – mas sempre situando-se numa posição estratificada entre os dois polos.

Foi o ambiente da fazenda que tornou possível a fixação dos grupos humanos vindos da metrópole, e desses em contacto com os trazidos para o trabalho – o indígena ou o negro africano. Formou-se, ao contacto entre esses valores culturais, uma sociedade agrária, em que o exclusivismo económico se completava com patriarcalismo social. A essa sociedade agrária é que se deveu a fixação das características fundamentais de nossa formação como cultura partícipe de uma área cultural mais ampla: a área cultural luso-cristã. Foi essa sociedade que deu as linhas mestras de nossa organização social. E a ela devemos igualmente a adaptação, dentro de um ambiente novo – o dos trópicos americanos – dos valores culturais vindos de origens diversas, mas que aqui se fundiam e se tornavam criadores.

Não é apenas uma sociedade tipicamente agrária; é sobretudo essencialmente rural. Rural no litoral, plantando cana e fazendo açúcar; rural nas actividades pastoris que surgiram onde a criação do gado foi possível; rural no extractivismo vegetal que surge no extremo norte, ou no mineral que se desenvolve com a exploração das minas de ouro; rural, ainda, em outras formas de vida que surgiram com a adaptação do homem ao ambiente. Dentro da unidade básica de sua formação, dos fundamentos sociais sobre que assentou, essa sociedade – a grande sociedade luso-brasileira – se fraccionou em características peculiares que se criaram, através do modo de vida que o elemento humano estabeleceu, em cada zona territorial, nas relações com o meio. Daí as diferenciações regionais que o Brasil apresenta.

No fundo, essa própria diferenciação regional, não deixa de reflectir o espírito português, ou mais exactamente da cultura portuguesa, isto é, sua flexibilidade de compreensão e de aceitação das diversidades de condições sociais, e não apenas geográficas, que cada sociedade ou grupo apresenta. Desta forma, cada actividade económica criada formou um modo de vida próprio, e constituiu, no estabelecimento rural, a comunidade onde se desenvolveram as relações culturais.

Não é sem fundamento, mas, ao contrário, com profundidade de razão, que um sociólogo contemporâneo, o professor Alceu Amoroso Lima, acentua que a unidade sociológica nunca exclui a diversidade [1]; e esse é justamente o panorama brasileiro: a unidade – a unidade de formação espiritual, de origem lusa – dentro da variedade – a variedade de condições regionais que, através do processo de relações culturais, foi criando zonas específicas, modos de vida próprios. E de que a fazenda, no sentido amplo aqui empregado – o engenho de açúcar ou o veio de mineração, a fazenda de criação ou a do café, o seringal ou a fazenda de cacau – foi, em cada região cultural, sua mais viva expressão [2].

[1] Alceu Amoroso Lima, *Voz de Minas* (Ensaios de Sociologia Regional Brasileira). 2.ª edição revista. Livraria Agir Editora. 1946.

[2] Para o estudo da propriedade rural em seus aspectos económicos e sociais, bem como do papel de grande propriedade, além de obras anteriormente citadas — Gilberto Freyre, Gourou, Leo Waibel, Lynn Smith — podem lembrar-se: Felisbelo Freire, *História Territorial do Brasil;* Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo, cit.;* Manuel Diégues Júnior, *População e Açúcar no Nordeste do Brasil,* cit.

QUELQUES CARACTÉRISTIQUES DE LA VIE RURALE LUSO-BRÉSILIENNE DANS LE RIO GRANDE DO SUL

JEAN ROCHE
Université de Toulouse

Quelle que soit leur tentation d'englober dans une vaste synthèse ce qu'ils appellent l'Amérique *Latine* les auteurs des ouvrages qui lui sont consacrés se voient bientôt contraints de distinguer et même d'opposer Amérique *Espagnole* et Amérique *Portugaise:* ni la pénétration, ni la colonisation, ni la mise en valeur ne se sont réalisées de la même manière; au contraire les manières de vivre, les civilisations, les sociétés, les mentalités sont différentes suivant l'origine du peuplement. L'originalité du monde luso-brésilien n'est assurément pas discutable. Il n'est donc pas utile de reprendre une nouvelle fois la démonstration de cette proposition ni même de rapper tout ce qui sépare un *Senhor de Engenho* ou un *Vaqueiro* du Nord-Est brésilien d'un *Haciendero* d'Argentine ou d'un *Caballero* des pays andins.

Mais n'est-il pas paradoxal que ce soit la partie la plus méridionale du Brésil qui nous en offre une preuve particulièrement nette? En effet, loin de succomber à la tentation du *platinismo,* les Rio Grandenses sont luso--brésiliens par excellence. Certes la situation et les conditions naturelles du Rio Grande do Sul le font différent du reste du Brésil et bien plus semblable aux pays du Rio de la Plata. Mais c'est précisément dans cette zone de transition, dans cette marche frontière que les hommes se sont affirmés essentiellement *brésiliens.* Ils contituèrent un groupe si homogène et si dynamique qu'ils refoulèrent les Espagnols et couvrirent même de leurs établissements des terres que le tracé d'une frontière conventionnelle a attribuées à l'Uruguay.

D'autre part les facteurs naturels favorisaient la colonisation blanche, la colonisation agricole. Aussi les immigrants allemands, italiens et slaves ont-ils peuplé des colonies officielles ou privées et leurs descendants, restés

agriculteurs en grande majorité, forment-ils une démocratie rurale qui donne sa seconde originalité au Rio Grande do Sul, car on n'en rencontre guère d'autres exemples ni au Brésil ni en Amérique du Sud. C'est précisément dans cette zone de contacts interethniques que les premiers Rio Grandenses se sont affirmés essentiellement *luso-brésiliens* en conservant leurs activités et leurs manières de vivre, différentes de celles des adventices. Et c'est l'étude de la vie rurale qui révèle le plus nettement ce caractère lusitanien du noyau de la population du Rio Grande do Sul.

LE PEUPLEMENT LUSO-BRÉSILIEN DU RIO GRANDE DO SUL

Bien qu'il ait été tardivement annexé au domaine portugais d'Amérique le Rio Grande do Sul présentait assurément plus que le reste du Brésil des conditions favorables à l'installation d'une population d'origine européenne. S'étendant entre les 27° et 33° de latitude, il a un climat subtropical. Si l'été est long et chaud (Pôrto Alegre, sur le 30° parallèle, a un température moyenne de 25° pour le mois le plus chaud et la moyenne des maxima y atteint 32°) l'hiver est frais (moyenne du mois le plus froid 14°) et les pluies abondantes (de 1.000 à 1.500 mm. dans le Sud et de 2.000 à 2.500 dans le Nord) sont bien réparties sur les quatre saisons. La mise en valeur du sol pouvait se développer diversement suivant le régime des précipitations et la nature des sols en fonction du relief.

Outre le littoral, longue plaine basse où les alluvions quaternaires colmatent des lagunes emprisonnées par un cordon sablonneux et rectiligne, fauteur du long isolement de la région, nous pouvons distinguer dans le Rio Grande do Sul quatre grandes zones différenciées par l'altitude moyenne et par la morphologie (Fig. 1). La *Serra du Sud-Est* est un bouclier granitique dont les sommets ne dépassent guère 400 m. et dont l'altitude moyenne est faible. Ses versants, aux pentes douces, se soudent vers l'Ouest aux coxilhas de la frontière dont les molles ondulations ont été modelées par les affluents du Rio Uruguay dans des schistes, des grès, des laves et qui forment ce qu'on a appelé la *Campanha,* recouverte d'une prairie rase, propre à l'élevage. La *Dépression Centrale,* qui suit le 30° parallèle, est creusée dans des roches carbonifères et des grès permiens par les vallées opposées des Rios Ibicui et Jacui et ne dépasse pas 150 m. sur la ligne de partage des eaux. Ses larges terrasses horizontales sont dominées par un escarpement (Encosta da Serra). C'est le rebord abrupt d'un *Plateau* basaltique dégagé puis découpé par l'érosion fluviale (Jacui et affluents). Cette zone accidentée était entièrement couverte de forêt vierge. Le revers du plateau (Cima da Serra), constitué de plusieurs couches de roches éruptives superposées et d'inégale extension,

parait s'abaisser en gradins de l'Est (1.000 m.) vers l'Ouest (200 m.). Il occupe toute la partie septentrionale de l'Etat. Il était recouvert tantôt de prairies (sur les ondulations de forme sénile) tantôt de forêt (dans les vallées). Il est longtemps resté isolé du reste du Rio Grande à cause de la double dif-

FIG. 1 — Les régions naturelles du Rio Grande do Sul.

DC — Dépression centrale. 1 — Campos de Cima da Serra. 2 — Anciennes colonies (Encosta da Serra). 3 — Nouvelles colonies.

ficulté que présentaient l'escalade de son rebord et le franchissement de sa ceinture forestière.

Cette variété morphologique forme contraste avec la simplicité de la répartition des activités rurales, partagées entre l'élevage et l'agriculture. La distribution géographique de ces deux genres de vie est fondée sur celle de la végétation: à la prairie est associée la civilisation du cuir et de la viande, à la forêt celle du maïs. Les ondulations régulières des coxilhas offraient à la pénétration l'itinéraire sinueux mais sûr des lignes de partage des eaux; la végétation basse des graminées s'ouvrait aux chevauchées des miliciens venus tracer et protéger la frontière méridionale du Brésil puis leur permettait de nourrir leurs troupeaux, car des hommes se sont fixés au gré d'une suspension

d'armes ou d'un congé, s'adonnant à l'élevage extensif. Si bien que pendant plus d'un siècle le Rio Grande do Sul s'est identifié avec la zone de *campo*, de prairie (Serra du Sud-Est, Campanha, Campos de Cima da Serra).

La masse forestière riograndense se subdivise en deux types. La forêt subtropicale, composée d'essences à feuilles caduques, de lianes et d'épiphytes est pratiquement impénétrable à l'homme autrement qu'au sabre d'abatis. Elle se trouvait sur les pentes. Appelée *mata virgem* ou *mato*, c'est LA FORÊT par excellence. La forêt de résineux, dont l'arbre type est l'Araucaria Brasiliensis a un sous-bois plus clair et plus aisément pénétrable. Elle recouvre la partie septentrionale du plateau. Bien que le sol donné par son défrichement soit assez fertile et favorable aux céréales, les colons allemands ont préféré s'installer sur la forêt subtropicale, qui a la réputation de recouvrir les terres les plus riches, et ce sont les colons italiens, arrivés 50 ans plus tard, qui se sont établis sur la forêt d'araucarias.

Ainsi l'agriculture du Rio Grande du Sul est-elle pratiquée dans d'autres régions que l'élevage, comme presque partout en Amérique du Sud. Elle l'est en outre par des hommes d'origine différent car la répartition des fonctions rurales s'est opérée chronologiquement suivant l'échelonnement des immigrations dans le temps.

Bien que son territoire ait été traversé à plusieurs reprises au XVII^e^ siècle par les incursions des Bandeirantes descendus de São Paulo, le Rio Grande du Sul n'a été occupé qu'au début du XVIII^e^ siècle (Fig. 2).

Ses premiers habitants sont venus d'un établissement fondé en 1684 à l'extrémité de la Capitainerie Générale de São Paulo, Laguna. Ils effectuèrent d'abord plusieurs expéditions pour réconnaitre la route du Sud vers la colonie de Sacramento et celle de Sorocaba pour les convois de bétail qui fourniraient un nouvel aliment à son commerce. C'est en 1725 qu'ils s'installèrent sur l'emplacement de São José do Norte. Ces établissement cristallisa les installations temporaires qu'étaient les *invernadas* des frontaliers et facilita l'essaimage d'une partie de la population de Laguna, qui trouvait au Sud des conditions plus favorables: Les premiers titres de sesmarias furent délivrés à partir de 1733 et les Lagunenses occupèrent le littoral atteignant le rio Gravatai et le Rio Cai, leur centre était Viamão, et la caractéristique de leur expansion était la continuité de l'appropriation du sol.

L'attaque espagnole contre la colonie du Sacramento en 1735 attira l'attention du gouvernement portugais sur l'interêt stratégique du Rio Grande do Sul et le débarquement de Silva Paes en 1737 fut suivi presque immédiatament de la création de foyers de colonisation lusitanienne. Non contents de fonder des forts entre la barre de Rio Grande et le Chui ils accueillirent

les premiers colons açoriens qu'on leur envoya et les établirent autour de Rio Grande, le long de la Lagoa dos Patos et dans la vallée inférieure du Jacui, où le fort de Rio Pardo, au terminus de la navigation régulière, resta longtemps le bastion avancé du domaine portugais. Les chapelles et les paroisses bientôt créées jalonnent l'expansion de la colonisation açorienne: Pôrto Alegre, Taquari, Triunfo, Santo Amaro, Rio Pardo. Les Açoriens, dont le

FIG. 2 — Carte des phases du peuplement luso-brésilien dans le Rio Grande do Sul.

rôle fut important dans la fixation des caractères luso-brésiliens de la population n'avaient ni les mêmes traditions ni le même genre de vie que les tout premiers riograndenses. Les terres qu'on leur concédait étaient beaucoup moins vastes que celles des éleveurs, la proximité des ports fluviaux et des petites places leur permit de s'adonner à l'agriculture. Celle-ci fut florissante jusqu'à l'Indépendance, mais dès la fin du premier quart du XIX^e^ siècle elle avait décliné devant les progrès et les avantages de l'élevage. La colonisation açorienne n'ayant pas fourni aux Gouverneurs les effectifs dont ils avaient besoin, la nécessité de réagir contre la pression espagnole les amena à modifier la composition et l'orientation du peuplement dans le dernier quart du XVIII^e^ siècle.

C'est aux officiers et aux soldats parvenus au terme de leurs engagements et provenant en majorité des capitaineries de São Paulo et de Minas Geraes qu'ils octroyèrent des terres au Sud de la vallée de Jacui, dans la Serra du Sud-Est, dans le bassin du Vacacai, dans les anciennes Missions, enfin sur la Frontière. Ces miliciens, relativement peu nombreux, se consacrèrent à l'élevage et la densité de l'occupation resta très faible.

L'occupation des Campos de Cima da Serra ne commença guère qu'en 1828, et se fit avec la même lenteur que celle de la Campanha. Là encore les bourgades embryonnaires étaient séparées par d'immenses étendues sur lesquelles l'homme n'avait construit que des abris précaires et n'avait guère laissé d'autre empreinte que celle des sabots de son cheval.

Cette dispersion et cette lenteur du peuplement ne mirent en danger ni l'existence ni le développement du Rio Grande do Sul qui tira sa force de l'homogénéité de sa population. C'est la sève montant de leur souche portugaise qui permit aux rameaux riograndenses de s'étendre et de s'épanouir avec une vigueur croissante longtemps après leur implantation sur cette nouvelle terre.

Si les oscillations de la frontière méridionale ont amputé le Rio Grande do Sul des établissements fondés au Sud du Quarai, les guerres hispano-portugaises qui les ont provoquées ont eu pour conséquence de faire des Lusitaniens les seuls maîtres du territoire actuel du Rio Grande. Les Espagnols n'y ont pas laissé de traces aussi marquées que l'intensité de leur effort militaire et la répétition de leurs invasions le feraient penser. Ils avaient d'ailleurs visé à la possession du territoire plus qu'à son occupation immédiate, interdite par la faiblesse des effectifs qui regagnaient le Rio de la Plata lorsqu'était accomplie la mission pour laquelle on les avait concentrés. Les forts qu'ils avaient construits furent rasés par les Portugais, comme fut balayé le noyau de colons-miliciens installé à Batovi. Les échanges qui purent se réaliser par la suite à travers la frontière n'eurent jamais assez d'ampleur pour modifier la composition et la mentalité de la population riograndense à qui sa vocation militaire avait insufflé ce patriotisme caractéristique des marches frontières.

La seconde conséquence des guerres hispano-portugaises fut la disparition presque complète des premiers occupants de certaines zones du Rio Grande, les Indiens. Leurs établissements furent ravagés par les campagnes durant lesquelles ils avaient été eux-mêmes décimés. La plupart des survivants se retirèrent avec les Espagnols. Le nombre des Indiens des Missions était tombé de 14.000 en 1801 à 377 en 1835. Les rares Guaranis ou Guês restés sur le territoire riograndense ont vécu en marge des blancs, reculant à mesure que ceux-ci avançaient. Le début du XIX^e^ siècle vit aussi disparaître

les premiers «Gauchos», métis de blancs et de Guaicurus, cavaliers émérites errant sans but à travers la prairie. Refoulés par l'appropriation des terres, vivant en groupes agynes, ils ne donnèrent aucun rejet à la souche indienne. Les Indiens n'ont donc guère compté dans la formation du sang riograndense non plus que dans celle de sa civilisation. Ils ont donné quelques peões au premières estancias, et enseigné l'usage des *bolas* devenues instrument de travail chez les éleveurs. C'est sans doute le nom de *china*, fille d'indien, fille de joie, qui indique l'essentielle contribution demandée par les Rio Grandenses à la race indigène.

Non seulement le caractère essentiellement blanc et lusitanien du Rio Grandense était affirmé dès le début du XIXe siècle, mais il possédait une telle netteté et une telle force que les apports postérieurs ne l'altérèrent pas, du moins pas avant nos jours. Maîtres de tout le Rio Grande les «Vieux-Riograndenses» n'avaient occupé que les zones de prairie où les communications étaient plus aisées et où ils vivaient de l'élevage. Lorsque le fait du Prince introduisit les premiers immigrants allemands pour lesquels il n'y avait place ni dans la pampa ni dans la société locale ils furent établis là où s'étaient arrêtés les lusitaniens, à la lisière de la forêt vierge. Petits propriétaires, faiseurs de terre, agriculteurs, ils s'enfoncèrent dans la forêt à mesure que s'avançait leur front pionnier, tournant le dos à la prairie et au Rio Grande déjà constitué. Leurs établissements se sont donc développés à part. Ils n'ont jamais eu le même genre de vie que les Gauchos. Ils ont longtemps conservé leur langue d'origine et leurs traditions propres. Il ne leur a pas fallu moins d'un siècle pour commencer à jouer un rôle important dans la vie de l'Etat. Et la lenteur de leur intégration n'a pas eu pour seules causes leur fidélité au germanisme, leur ségrégation, leur vocation agricole; ils ne pouvaient pas ne pas être tenus à part des premiers occupants qui tiraient leur force de leur homogénéité ethnique et de leur vocation pastorale, source de richesse et de puissance. Les Gauchos l'ont si bien senti qui'ls se sont toujours détournés de la forêt où il n'auraient pu s'établir qu'en se caboclisant et en perdant cette souveraineté. La cohésion du système économique et social Rio Grandense était telle qu'elle interdisait toute pénétration d'éléments allogènes dont le voisinage ne faisait que souligner *l'exclusivisme* du milieu luso--brésilien.

«Dans le Rio Grande do Sul il y a deux grands systèmes pour faire fortune: le premier consiste à posséder une estancia sur de très bonnes prairies et à bien l'administrer, le second à posséder une estancia sur de très mauvaises prairies et à mal l'administrer» dit un aphorisme du XIXe siècle cité souvent encore et révélateur du rôle de l'élevage dans le Sud du Brésil.

Premier mode d'exploitation des ressources naturelles, il est resté le principal jusqu'au XXe siècle. C'était en effet le plus rationnel et le plus lucratif. L'immensité de l'espace paralysa longtemps le développement de l'agriculture parce qu'elle interdisait le transport des produits. Malgré la faiblesse numérique de la population il était facile de trouver la main d'oeuvre nécessaire à l'élevage: ne suffit-il pas d'un surveillant et de dix hommes pour s'occuper de 10.000 têtes de bétail, c'est-à-dire pour exploiter 15 ou 20.000 hectares suivant la qualité des pâturages! Cet élevage ne demande ni spécialisation ni travaux réguliers, puisqu'il n'impose guère d'autres tâches que le dressage des animaux de travail, le marquage et le tri des bêtes que l'on abat ou que l'on vend. D'une part il a fourni la nourriture du Gaucho, la viande de boeuf cuite sur la braise (churrasco) et le matériau essentiel de la civilisation de la prairie, le cuir. Harnachement du cheval, sac de voyage, barque de fortune pour traverser les fleuves (pelotas) sièges, lits, couvertures, portes et divisions internes des premiers ranchos, bottes et survêtements de travail, tout était en cuir. D'autre part il a assuré des rentrées en numéraire supérieures à celles que l'agriculture aurait pu donner après beaucoup de travaux et d'aleas.

La production industrielle de xarque (viande séchée) date de 1780; elle a été jusqu'en 1935 la source principale de revenu dans le Rio Grande do Sul. Et c'est seulement en 1940 que pour la première fois le poids de la viande traitée dans les frigorifiques et les fabriques de conserves a dépassé celui du xarque. Ainsi les progrès techniques de la conservation et du transport des viandes ont-ils favorisé non seulement la pérennisation de cette activité fondamentale mais son développement. Aux races crioulas, robustes mais de faibles rendements, ont été associées ou substituées des races européennes sélectionnées. Si l'élevage est resté extensif, la qualité du cheptel a été constamment améliorée depuis la dernière décennie du XIXe siècle. Le prix de la viande a triplé de 1824 à 1880 et, une seconde fois de 1880 à 1914, il a doublé de 1914 à 1939, quadruplé enfin de 1940 à 1950. L'élevage n'a donc jamais cessé d'être rémunérateur. Et encore la viande n'était-elle pas sa seule production.

Les cuirs, qui avaient d'abord servi à fabriquer les sacs dans lesquels les Açoriens expédiaient leur blé, commencèrent à être cotés à la veille de l'Indépendance: les troubles du Rio de la Plata y avaient provoqué le recul de la production et ainsi se trouvèrent valorisés les cuirs riograndenses. Leur exportation s'est élevée par paliers: 200.000 en 1822, 400.000 en 1838, 815.000 en 1845. C'est le chiffre moyen jusqu'en 1875. Puis il s'établit entre 900.000 et 1.100.000 jusqu'à la première guerre mondiale. La concordance des courbes d'exportation du xarque et du cuir nous permet d'ailleurs de suivre l'évolution du cheptel riograndense.

Accroissement du cheptel riograndense:

DATE	CHEVAUX	BOVINS	MOUTONS
1797	182.906	490.800	17.745
1826		1.443.322	
1859	823.922	3.974.788	757.512
1895	442.700	3.061.450	853.250
1905	868.015	5.555.651	2.317.030
1912	1.421.900	7.249.200	3.744.770
1920	1.406.809	8.489.426	4.485.546
1940	1.032.000	8.354.250	6.136.560
1950	1.079.400	8.457.000	7.915.530

Le Riograndense, milicien ou éleveur, était par excellence un cavalier. Le cheval était pour lui l'indispensable moyen de locomotion, de défense ou d'attaque, de travail. Il fut l'instrument de la conquête de l'espace et de la fortune. Aussi le nombre des chevaux fut-il d'emblée très élevé; il a ensuite quadruplé dans la première moitié du XIX° siècle et s'est maintenu à ce niveau jusqu'au début du XX^e siècle. S'élevant encore durant les deux premières décennies il a commencé à diminuer dans l'entre deux guerres. Cette diminution provient à la fois d'une baisse de l'exportation vers le reste du Brésil et d'une transformation de l'économie riograndense elle-même comme le révèle celle du cheptel bovin et ovin.

Il semble établi que les bovins aient été importés dans le Rio Grande par les Jésuites des Missions. Ils avaient créé, à côté des Réductions où étaient groupés les Indiens et où ils pratiquaient l'agriculture, des exploitations pastorales appelées tantôt *Vacarias* tantôt *Estancias*. Quand elles furent razziées par les Bandeirantes, le bétail abandonné s'est répandu à travers tout le Rio Grande, donnant naissance à cet abondant troupeau sauvage que les Lagunenses sont venus chercher. Leurs descendants eurent tôt fait de remplancer la poursuite incertaine du bétail par son ressemblement dans les *Invernadas* puis par son élevage dans les *Estancias* qu'ils fondaient. Les Açoriens abandonnèrent ensuite l'agriculture pour l'élevage plus rémunérateur. Les Miliciens se firent éleveurs. Aussi au bout d'un siècle à peine d'occupation lusitanienne le Rio Grande do Sul comptait-il près de 4 millions de bovins. Le nombre de bovins avait triplé dans le premier quart du XIX° siècle puis doublé dans le second quart. Il resta ensuite stabilisé jusqu'à la fin du siècle. Ce n'est en effet qu'après la Révolution de 1893-1895 que le cheptel s'accrut sensiblement, passant de 5 millions au début du XX° siècle à 8,5 millions à la fin de la première guerre mondiale, niveau auquel il s'est maintenu depuis. Ces chiffres nous indiquent que la Campanha fut très tôt exploitée de la même manière que jusqu'à la fin du XIX° siècle et qu'il faut attendre la période contemporaine pour voir d'abord s'accroître le nombre des bestiaux puis s'améliorer le rendement en viande, en quantité comme en qualité. Les longs paliers sur lesquels ont stationné les nombres de bovins riograndenses sont donc les signes d'une non moins longue stabilité de l'exploitation de la terre par les éleveurs d'origine luso-brésilienne.

L'élevage des moutons, par contre, présente une évolution bin différente. Sa faveur a été beaucoup plus tardive, car le Gaucho s'est longtemps refusé à s'en nourrir et seule la laine l'intéressait. C'est dans la seconde moitié du XIX° siècle que le nombre des moutons a atteint celui des chevaux, et il est toujours resté inférieur à celui des boeufs bien qu'il ait quadruplé entre 1900 et 1950. C'est surtout la seconde guerre mondiale qui a stimulé cet élevage. Malgré l'accroissement de la consommation de viande de mouton dans les estancias et plus encore dans les grandes villes, la production de laine reste l'objectif principal des éleveurs. Mais les cours, favorisés parfois par l'ampleur de la demande – comme par exemple pendant la guerre de Corée – restent soumis à des fluctuations redoutables, si bien que l'élevage en grand des ovins conserve un caractère spéculatif et qu'il n'est pas près de supplanter celui des bovins qui reste l'activité essentielle des estancieiros riograndenses.

L'ancienneté et la force de la vocation pastorale ont détourné les Vieux Riograndenses de l'agriculture. Deux exemples suffiraient à nous en fournir la preuve. Les Açoriens établis à partir de 1742 sur de petites propriétés (272 hectares au lieu des 13.010 de sesmarias) avaient fait à la fin du XVIII^e siècle du Rio Grande do Sul un grenier à blé ravitaillant le reste du Brésil et même le Portugal. A la veille de l'Indépendance le Rio Grande devait déjà importer du blé. Les Açoriens avaient abandonné l'agriculture pour l'élevage extensif, différent de celui qu'ils avaient pu pratiquer dans les îles. On a beaucoup écrit sur cette disparition de la culture du blé, on lui a trouvé

diverses raisons plausibles mais secondaires, car le plus importante de toutes fut l'attrait exercé par l'élevage. De nos jours la tentative d'établir dans le municipe d'Alegrete, au coeur de la campanha, un noyau de colonisation agricole constitué de prolétaires gauchos a échoué.

Est-ce à dire que l'élevage soit l'activité exclusive des Vieux Riograndenses? On avait pu noter jusqu'à l'époque de la Révolution Farroupilha (1836-1845) un certain intérêt des estancieiros riograndenses pour l'agriculture, et c'était un des traits qui les distinguaient des Rioplatenses. Mais il ne s'agissait que d'une agriculture d'autarcie domaniale: maïs pour les chevaux, manioc pour le personnel, un peu de blé. Ce type d'agriculture a généralement subsisté jusqu'à nous, mais n'occupe qu'une superficie infime (au maximum 1/300º de celle de l'estancia). C'est juste assez pour supprimer la nécessité d'un commerce régional des produits agricoles vivriers. Ce fait a d'ailleurs en de profondes répercussions sur le développement de la colonisation allemande ou italienne et sur l'évolution du Rio Grande tout entier: comme les éleveurs n'en avaient nul besoin il ne put y avoir de longtemps ni échanges économiques ni contacts professionnels entre les divers groupes.

Certains estancieiros pratiquent pourtant l'agriculture sur une grande échelle, mais depuis peu de temps et dans zones nettement déterminées, si bien qu'ils ne constiturent encore qu'une toute petite minorité sinon une exception. Ce sont des cultures exigeant de vastes terres, des capitaux abondants, des installations coûteuses ou des machines nombreuses (riz et blé). Bref cette agriculture récente présente encore un caractère spéculatif qui suffit à en détourner les propriétaires traditionnalistes.

Les premières rizières irriguées ont été établies aux environs de Pelotas en 1903 et de Cachoeira-Gravatai en 1905 par des Teuto-Brésiliens, et la plupart des exploitations sont encore dirigées par des techniciens d'origine germanique. Mais la production est dans les mains des grands propriétaires fonciers ou des groupes de capitalistes d'origine lusitanienne.

Aussi bien les luso-brésiliens étaient-ils les premiers possesseurs des terres à rizières, puisque celes-ci recouvrent les plaines alluviales et les larges vallées de la Dépression Centrale et du rebord occidental de la Serra du Sud-Est. Les rizières furent établies d'abord sur les terres irrigables par simple gravité puis là où le coût du pompage n'est pas prohibitif. On comptait en 1955 2.908 pompes installées alors qu'il n'y avait que 3.444 exploitations rizicoles de plus de 9 hectares, les seules pour lesquelles l'Instituto Riograndense do Arroz établisse ses statistiques. En effet si elles ne représentent que 52 % du nombre total, elles recouvrent 88 % de la superficie consacrée au riz et fournissent 90 % de la récolte riograndense. C'est la seule culture à posséder tout un machinisme propre: locomobiles, moteurs, tracteurs, charrues spé-

A — La Campanha près de São Gabriel. A droite le «rancho» d'un «posteiro».

B — Le «Galpão» d'une estancia moderne.

A — L'ensemble des bâtiments d'une estancia près de São Gabriel.

(Cliché *Revista do Globo*)

B — Gaucho. Dominant l'horizon du haut de son cheval il représente la maîtrise de l'homme sur sa terre.

ciales, moissonneuses, batteuses, Elle n'utilise pas moins de 1.200 véhicules automobiles, 11.000 charrettes, 99.900 boeufs et 13.400 chevaux. Le capital investi représentait en 1955 2.999 millions de cruzeiros, soit presque autant que toutes les industries de transformation (3.281 millions), comptant plus de 11.000 établissements. Avec plus de 76.000 tonnes le riz est le principal produit agricole riograndense d'exportation en volume et en valeur (2.805 millions de cruzeiros en 1954). Certes l'importance de cette culture est notable, mais ce qui est encore remarquable c'est sa concentration et sourtout le régime agraire qui lui correspond.

Alors que les exploitations de plus de 100 hectares ne représentent que 11 % du nombre total elles recouvrent plus de 55 % de la superficie consacrée à la riziculture. Cette concentration est sans doute liée à la grande propriété. Mais il y a seulement 29 % de rizières établies sur des terres appartenant en propre à l'exploitant, c'est sur des terres louées que sont toutes les autres, qui occupent 74 % de la superficie totale de ces exploitations. Autrement dit les trois quarts des riziculteurs afferment des terres plutôt que de cultiver celles qui leur appartiennent. Ce phénomène nous semble avoir une importance capitale: il révèle d'une part la force de la tradition anti-agricole des Gauchos, certains propriétaires affirmant fièrement qu'ils préféraient mourir à voir une charrue éventrer les terres que leurs parents leur ont léguées; il pose d'autre par le préable à toute reconversion de l'activité rurale en zone de prairie. Et encore s'agit-il d'une culture irriguée dont les effets sont beaucoup moins nocifs pour les sols que les cultures sèches, comme celle du blé, la seule pratiquée sur une grande échelle dans la Campanha.

Depuis son abandon par les Açoriens, la culture du blé n'a jamais retrouvé ni l'importance ni la faveur qu'elle avait connues au XVIII^e^ siècle. Les colons allemands s'en sont désintéressés et seuls les colons italiens s'y sont adonnés depuis la fin du XIX^e^, mais elle a été entravée par les insuffisances techniques et les difficultés de transport.

Quelques précurseurs prônèrent et essayèrent la culture du blé en zone de prairie à la fin du XIX^e^ siècle. L'ancien diplomate et agronome Assis Brasil y attacha son nom et créa une ferme modèle à Pedras Altas, près de Bagé, une des citadelles de l'élevage. Mais leur mouvement ne fut pas suivi par les autres propriétaires et ne fut même pas encouragé par le gouvernement républicain. C'est en 1928 que Getulio Vargas, élu Président du Rio Grande do Sul engagea la «bataille du blé». Devenu Président de la République il fit accroître les emblavures. Ses successeurs ont favorisé la mécanisation de la culture, distribué des semences sélectionnées par les stations expérimentales construit des silos, facilité les transports et l'écoule-

ment de la récolte. Mais comme le gouvernement contrôle assez étroitement les prix et que la culture est parfois décevante, elle ne joue pas encore un rôle comparable à celle du riz, dont elle ne représente même pas le quart en tonnage. Il y a certes eu un grand progrès de cette culture en zone de prairie qui compte en 1950 cinq des dix municipes principaux producteurs (contre zéro en 1940) fournissant 37 % de la récolte totale. Mais les agronomes luso-brésiliens eux-mêmes préconisent actuellement le développement de la culture du blé sur la petite propriété dans les colonies italiennes et polonaises: ils estiment que la polyculture protégera les producteurs contre les aleas, qu'elle estompera le caractère spéculatif conservé par cette culture et surtout qu'elle ne présente pas pour l'avenir des sols les mêmes dangers que le culture mécanisée sur de vastes espaces livrés pendant la jachère aux dangers de l'érosion. La méfiance ancestrale des propriétaires envers la charrue est encore plus vive pour le blé que pour le riz si bien qu'ils n'acceptent guère de le cultiver que sur les terres d'autrui. Outre les résistances à vaincre ou les difficultés à surmonter pour ouvrir la prairie à l'agriculture, les exploitants doivent payer aux propriétaires consentants un loyer qui représente en moyenne de 16 à 20 % du coût de la production, soit autant que la préparation de la terre, la façon, la moisson et la battage.

Toutes ces particularités distinguent donc la Campanha riograndense de la Pampa argentine — où le XIXe siècle a vu s'opérer une véritable métamorphose rurale à la suite de l'expansion de l'agriculture — et des colonies européennes fondées en zone de forêt. Il suffit d'ailleurs de survoler ou de parcourir les diverses régions du Rio Grande do Sul pour saisir dans le paysage les signes distinctifs des genres de vie et du peuplement. Les traces de l'activité humaine, la structure agraire, l'habitat rural et le type de maison, sont révélateurs de l'origine des occupants. A quoi donc reconnait-on le sceau luso-brésilien sur le terre riograndense?

LES EMPREINTES LUSO-BRÉSILIENNES

Les Marques des Hommes.

Si nous parcourons la Campanha ou les Campos de Cima da Serra nous subissons bientôt l'envoûtement de ces immenses étendues presque horizontales, de ces coxilhas mollement ondulées dont les lignes se recoupent, de ces prairies rases dont le manteau ne s'ourle d'arbres que le long des cours d'eaux paresseux dont les eaux miroitent au milieu des sables scintillants. Aujourd'hui encore nous y ressentons une impression de solitude et la route que nous suivons nous apparait d'abord comme la seule trace du travail

humain. On peut même se demander si elle a été ouverte par les habitants de la région car on peut se déplacer pendant des heures et des heures sans apercevoir une seule maison. A peine voit-on de ci de là quelques troupeaux en train de paître. Partout s'étend la pairie, le campo, tel sans doute que l'ont trouvé les premiers occupants (Pl. I, A).

Cependant quand on s'est arraché au sortilège de la pampa et qu'on regarde avec plus d'attention on aperçoit les premiers signes du travail de l'homme. Ce sont les barrières et les clôtures de fil de fer barbelé qui longent la route ou qui en partent et dessinent d'une ligne ténue d'immenses quartiers dont les limites se perdent vers l'horison. Ce sont les pâturages, enclos depuis le dernier quart du XIXe siècle, c'est le domaine de l'élevage. On franchit souvent à gué un ruisseau qui va d'une reprise à l'autre, et c'est la fréquence de ces *açudes*, mares artificielles retenues par un barrage en terre, qui fait deviner la présence de l'homme. Parfois aussi, mais rarement, s'alignent les sillons d'un champ de blé, aussi vaste que la prairie qu'il a remplacé. Près des fleuves ou des lagunes, enfin, les terrasses les plus basses sont compartimentées par les talus des rizières qui dessinent de leur saillie les courbes de niveau enserrant les dernières ondulations du terrain. Puis nous retrouvons encore les clôtures, les barres horizontales que l'on fait glisser entre deux poteaux pour pénétrer dans une propriété, la prairie qui s'étale à perte de vue et ondule sous le vent qui soulève la poussière de la route.

Celle-ci se présente presque toujours sous l'aspecte paradoxal d'une étroite piste sinueuse dont les méandres s'inscrivent entre les clôtures rectilignes, entre des bas-côtés herbus d'une largeur disproportionnée. Ce n'est pas une route faite pour les automobiles, à peine pour les charrettes à boeufs, mais plutôt pour les troupes de bétail que l'on croise parfois ou que l'on essaie de doubler tandis que à grands claquements de fouet les gardiens les font ranger de l'autre côté de la ligne qu'ils tracent avec leurs chevaux. Cette route, ce n'est souvent en effet qu'un «corridor» laissé à la jonction des limites de deux estancias contigues, et c'est ce qui explique son profil et son tracé rectiligne. Cette route qui nous parait archaïque, elle ne date en réalité que de l'apparition du fil de fer. A l'origine la piste avait un tracé beaucoup plus capricieux, et plus rationnel pourtant, puisqu'elle contournait les obstacles naturels, évitait les dénivellations trop brusques et les cuvettes bourbeuses.

Quand les estancias se sont ceintes de barbelés la route s'est trouvée fixée par leurs limites et a dû franchir les pentes ou les gués qu'elle rencontrait, si bien que le système routier de la prairie a empiré au moment même où le développement de l'élevage des ovins posait le problème du transport des balles de laine. Ce n'est guère que depuis la fin de la seconde guerre mon-

soit 250 quadras, plus de 21.000 hectares. Aucune n'a moins de 5 quadras (435 hectares) car il n'est plus possible d'y pratiquer l'élevage. Les Propriétaires de ces «petites» parcelles les louent à un estancieiro voisin.

On doit cependant distinguer trois types d'estancias, car à côté du type traditionnel (élevage) sont apparus ceux de l'estancia d'engrais et de l'estancia avec agriculture, aussi en examinerons-nous trois exemples.

L'estancia ou fazenda Jacarai, à 22 kilomètres du chef-lieu d'Alegrete, a une superficie de 61 quadras (5.341) hectares) de bonne prairie. C'est l'exemple caractéristique de l'estancia d'élevage. Elle compte normalement 4.000 bovins e 4.000 ovins. L'élevage se fait par croisement du bétail crioulo avec la race Hereford depuis 1880. La base du cheptel est de loo taureaux Hereford et de 1.800 vaches «de ventre». Il nait environ 1.000 veaux par an (car les vaches qui allaitent leur veau de l'année prédécente n'en ont pas). Sevré à l'an le «terneiro» est placé pendant deux ans dans un autre quartier de l'estancia et vendu ensuite; la terneira aura son premier veau à 3 ans, produira encore pendant 6 ans. La 9e année elle est engraissée et vendue. Les bêtes sont examinées une ou deux fois par semaine soignées, traitées (sel, farine d'os, bains insecticides etc.). Le bétail est généralement vendu au Frigorifico Armour de Livramento et quelquefois à Pôrto Alegre. Pour les ovins on compte aussi 30 béliers mèrines et 1.600 brebis «de ventre». Elles donnent des agneaux depuis qu'elles ont «deux dents» jusqu'à ce qu'elles aient les «dents usées». Les moutons sont vendus lorsqu'ils ont quatre dents, après la tonte entre Janvier et Mai lorsqu'ils sont gras. On récolte en moyenne 2 kgs de laine par tête. Les brevis âgées sont engraissées et servent à nourrir le personnel de l'estancia (on en tue une par jour). Ce personnel se compose seulement d'un contre-maître (capataz) et de six employés permanents (peões). L'estancia occupe aussi des journaliers pour les charrois, pour les bains (8 hommes) et pour la tonte des moutons. (L'estancia fournit les tondeuses, mues par un moteur, et les employés recevaient en 1950 1 cruzeiro par mouton, ils en tondent en moyenne 100 par jour). Ce type d'estancia exige beaucoup plus de travail et de peine que celui d'engrais.

L'estancia Sta Gema située à 84 km d'Alegrete et à 115 de Livramento (sans aucune bourgade sur le chemin) est consacrée uniquement à l'engrais du bétail. On n'y pratique ni reproduction ni sélection, le bétail n'y passe normalement qu'un an, deux au maximum, avant d'être expédiés aux xarqueadas ou aux frigorifiques de Rosario, Livramento, Quarai ou Alegrete. On les envoie généralement par troupes de 500 bêtes, et elles cheminent pendant 4 ou 5 jours par des routes ou des corridors horribles même en été et accessibles seulement aux charrettes à boeufs ou aux jeeps en hiver. Cette estancia occupe 64 quadras, soit 5.565 hectares, et n'est habitée que par 20 personnes, dont 1

capataz et 4 peões. Elle emploie aussi 3 journaliers et du personnel supplémentaire pendant la tonte. Le service est assuré à l'aide de 200 chevaux, élevés sur le domaine (60 poulinières, 2 reproducteurs). Il y a aussi 30 vaches laitières et des brebis (on en consomme une par jour) car la base de la mourriture du personnel est la viande (1 kg par jour) et le lait. Cette estancia ne reçoit que des bovins achetés à des tiers qui n'ont ni assez de terres pour engraisser leurs bêtes ni assez de bêtes pour constituer une troupe. Le bétail acheté est aussitôt marqué et baigné, puis vacciné contre les epizooties. Il est constamment surveillé, car le bénéfice de l'estancieiro sera constitué par la différence entre le prix d'achat du bétail et le prix de vente, déduction faite des frais généraux. Il faut éviter la mortalité et la maladie, il faut que chaque bête prenne en un an de 150 à 200 kilogrammes. Ce système comporte evidemment une bonne part de spéculation et d'alea.

Aussi à côté des 3.000 bovins engraissés normalement l'estancia compte--t-elle 6.000 ovins merinos, élevés sur place, traités et tondus comme dans l'établissement précédent. Il y a 80 béliers, 3.000 brebis reproductrices. La consommation est de 400 à 450 brebis par an, la production de laine de plus de 12.000 kilogrammes dont le prix était passé de 20 cruzeiros en 1947 à 50 en 1950. L'apport en espèces fourni par l'élevage ovin n'est donc pas négligeable.

Dans aucun des ces établissements il n'y de place pour l'agriculture. On cultive seulement du maïs, du manioc, des citrouilles, des choux et de la salade pour les besoins — d'ailleurs réduits — du personnel. On place aussi des arbres fruitiers (pommiers, poiriers, pêchers, figuiers), goyaviers etc.). C'est l'apparition de l'agriculture qui permet de distinguer le troisième type d'estancia.

L'estancia Tiaraju, située près de la station du même nom à 10 kilomètres de São Gabriel appartient à un descendant du pionnier de l'agriculture en terre de prairie, Asssis Brasil. C'est l'une des raisons pour lesquelles nous l'avons choisie comme exemple. L'exploitation recouvre 23 quadras d'élevage et 17 quadras d'agriculture. Sur les 2.000 hectares de prairie vivent 2500 bovins (100 taureaux, 1.200 vaches, donnant en moyenne 700 veaux par an) qui fournissent de 3 à 400 têtes pour la vente annuelle. Il y a en outre 1.200 ovins et 80 chevaux pour le service de la fazenda, assuré par un capataz et 7 ou 8 employés (peões et journaliers). 80.000 pieds d'eucalyptus ont été plantés, non seulement pour fournir un abri au bétail, mais pour la production de bois (consommation domestique, vente grâce à la proximité de la voie ferreé). Les bâtiments son groupés à 1 kilomètre du chemin de fer autour de la maison du propriétaire qui y vit toute l'année. Remodelée en 1948 elle est vaste et très confortable, construite en pierre et brique, crépie, dotée de salle de bains,

d'eau chaude, frigidaire, radio. L'estancia produit l'électricité qui lui est nécessaire grâce à un moteur à essence et dispose d'eau sous pression grâce à un réservoir alimenté par une pompe éolienne. Le soin avec lequel sont entretenus les abords de la maison (verger, pelouses etc.) révéle non seulement un standing élevé mais une mentalité moderne chez de propriétaire. C'est sans doute pourquoi il compte parmi les principaux riziculteurs du municipe de São Gabriel.

Les rizières recouvrent 17 quadras irriguées par gravité. Une parcelle étant cultivée un an et laissée 3 en jachère, on ne cultive donc chaque année que le quart de la superficie totale. 500 sacs ensemencés donnent en moyenne 5.500 sacs de récolte. Le capital investi dans les machines représente 300 contos, soit la même valeur que les frais généraux, et le bénéfice moyen est de 200 contos (1952). Il y a six employés permanents, dont un gérant et trois conducteurs de tracteurs, mais la mains d'oeuvre temporaire (pour la maison) coûte aussi cher (60 contos). Il faut compter dans les frais généraux 100 contos de location des terres. Car, et c'est là le fait de plus intéressant, ce grand propriétaire qui s'est révélé en même temps un excellent exploitant (il a même ajouté à son estancia une usine pour traiter le riz) élève du bétail sur ces propres terres et ne cultive le riz que sur celles qu'il loue. Ainsi font les autres grands agriculteurs du municipe: parmi les lo principaux producteurs de riz et de blé il n'y a que 4 agronomes purs, mais 4 médecins, un avocat et un officier retraité. Cette agriculture est donc essentiellement spéculative. Elle est si peu entrée dans les moeurs que le loyer de la terre est pour le riz le double au moins et pour le blé le triple de ce qu'il est pour l'élevage (en 1952 à São Gabriel respectivement 18.000 cruzeiros, 25.000 et 8.000 par quadra). Aussi la culture du riz commencé en 1906, et celle du blé, commencée en 1948 seulement, souffrent-elles surtout du manque de terres. Même dans un municipe aussi avancé que celui de São Gabriel (qui produit plus de 300.000 sacs de riz et de 90.000 sacs de blé) l'élevage reste l'activité essentielle des estancieiros.

Si l'appropriation des terres s'est faite et si leur exploitation se fait encore sous le régime de la grande propriété, l'estancia a été le point de départ d'une puissance économique, sociale et parfois politique. Autour du grand propriétaire se groupèrent ceux qui travaillaient sous ses ordres, ceux qui avaient besoin de sa protection, voire ceux qui avaient peur de sa force. C'est donc dans le cadre de l'estancia que se sont constituées les deux classes sociales du monde rural luso-brésilien, celles des peões et celle des estancieiros.

Les peões ce sont les prolétaires ruraux. Ce mot ne doit évidemment pas être pris dans son sens péjoratif ni faire penser par anachronisme à un lutte des classes. Il désigne simplement ceux qui, n'ayant aucune terre, travaillent sur l'estancia. Le capataz est l intendant, le chef du personnel. Il

réside sur la propriété, à proximité du maître, dans une maison plus petite. Il bénéficie d'avantages en nature, touche un salaire fixe et quelquer gratifications supplémentaires. Le peão est l'employé chargé de la surveillance et de l'entretien du bétail, comme de certains travaux réguliers. Il y a plusieurs catégories de peões suivant leurs attributions: (campeiro, caseiro, galponeiro, posteiro). Suivant leur statut (peão proprement dit, touchant un salaire mensuel fixe et vivant en célibataire; agregado vivant avec sa famille et pour qui le droit de résider et de se nourrir sur l'estancia constitue l'essentiel de la rétribution de son travail; personnel saisonnier, instable et moins estimé). Les situations sociales du peão et de l'estancieiro ce sont pas plus commensurables que leurs patrimoines.

Les estancieiros sont les chefs naturels de ces groupes ruraux. Leur ancien rôle militaire, leur puissance économique, leurs fonctions sociales en ont fait et en font encore une oligarchie. Toutefois le rapport entre le maître et ses subordonnés a été dans cette société de miliciens et d'éleveurs un rapport d'homme à homme, né d'une discipline librement consentie. Dans l'estancia comme dans le groupe de partisans, les hommes les plus humbles ne sont pas abaissés par leur service mais élevés par leur rôle de compagnons d'armes ou de chevauchées et par le respect de leur dignité personnelle. Estancieiros et peões ont longtemps vécu ensemble tous les jours et de la même façon, virilement. L'esclavage a été très réduit dans le Rio Grande et c'est ce qui distingue l'estancia méridionale des fazendas du Nord et du Centre du Brésil. Les estancieiros n'ont jamais abusé du pouvoir de fait que leur donnaient la décentralisation des institutions, l'immensité de l'espace et l'isolement des groupes humains, resserrés sur l'estancia. Non seulement ils n'ont jamais poussé à la désintégration de l'Etat, mais ces chefs locaux ont généralement accepté d'obéir aux représentants du gouvernement central. Le Rio Grande do Sul n'a connu que trois révolutions durant les deux siècles qui se sont écoulés depuis sa fondation. Les estancieiros y ont joué un grand rôle, sans pourtant succomber à la tentation du *caudilhismo* qui a sévi dans les pays du Rio de la Plata. Malgré leur indépendance de fait, malgré leur amour de la liberté, les chefs locaux se sont contentés de briguer des fonctions électives purement honorifiques et hors de proportion avec leur puissance réelle, car ils sont restés les hommes forts du Rio Grande jusqu'à nos jours. A l'absolue prédominance de l'élevage dans l'économie et de l'estancia dans la société correspondit celle de la prairie sur la ville, d'autant que les fils de famille ajoutaient aux avantages de leur naissance le prestige des études supérieurs qu'ils furent longtemps les seuls à pouvoir poursuivre à Coimbra puis à São Paulo et même à Pôrto Alegre durant les premières décennies de ce siècle. Niveau culturel et esprit civique ont été les traits les plus caractéristiques de cette aristocratie

née dans les estancias. Maîtres de la politique municipale les estancieiros ont exercé une grande influence sur l'administration provinciale, voire sur le gouvernement central. Cette forme de *coronelismo* fut l'affirmation de la solidité d'une élite déjà ancienne autant que d'une oligarchie capable de résister, en s'y adaptant, à toutes les constructions doctrinaires, du régime parlementaire sous l'Empire au régime présidentialiste sous la République. La cohésion de ce système était si ferme que ni les immigrants (qui commencèrent pourtant à arriver dès 1824 et à être naturalisés à partir de 1846) ni leurs descendants (malgré l'application du jus soli) ne pouvaient s'insérer dans ce cadre social. Ainsi fut conservé sans grand peine le caractère essentiellement luso-brésilien des Rio Grandenses. La plus récente affirmation de ce caractère se trouve dans le réglement de la question scolaire à la veille de la seconde guerre mondiale: sous le contrôle et l'impulsion du gouvernement riograndense l'enseignement primaire n'est plus donné qu'en langue vernaculaire et les descendants d'immigrants suivent les mêmes programmes et obtiennent les mêmes diplômes que ceux des Vieux-Riograndenses. La civilisation du Rio Grande, malgré les apports des allogènes, est restée d'essence luso-brésilienne, comme le révèlent la netteté et la pérennité de ses traits caractéristiques si bien que le persinnage type, celui qui symbolise son Etat, c'est encore le Gaucho, héros de ses batailles, auteur et sujet de ses contes, de sa poésie, de ses chants (Pl. II, B). Dans son travail comme dans ses distractions («cavalhadas» et courses de chevaux), du folklore à la politique, dasn sa manière de vivre comme dans sa fidélité à la tradition culturelle, c'est l'élément lusitanien qui a façonné de Rio Grande très tôt, tel que nous pouvions le voir jusqu'au lendemain de la seconde guerre mondiale, jusqu'à la chute de l'Estado Novo (1945), c'est-à-dire aussi longtemps que dura la prépondérance de l'élément rural pastoral dont vous venons d'indiquer les caractéristiques sui generis et qui nous a donné un exemple remarquable de maitrise de la terre car à tous points de vue les Gauchos ont été les seigneurs du Rio Grande.

LES NOUVELLES PERSPECTIVES

Sous l'Empire et sous la République toute la vie politique était contrôlée par les Hommes Forts, les estancieiros d'origine lusitanienne. Les découpages des circonscriptions et les moeurs électorales, qui consacraient cet état, le favorisaient et en assuraient la persistance alors que depuis plus de 60 ans les colons contribuaient au développement économique du Rio Grande et que leurs descendants fournissaient un nombre croissant de citoyens, restés ou tenus en marge de la gestion des affaires publiques. Le rétablissement du

régime représentatif et l'adoption du scrutin secret provoquèrent un coup de théatre électoral en 1945. Ce qui surprit les hommes politiques et les électeurs eux-mêmes, ce ne fut pas tant l'accroissement du rôle des citadins (Pôrto Alegre en compte 15,5 °/₀ au lieu de 7,6 en 1897) que l'effacement de celui des municipes du Vieux Rio Grande pastoral devant celui des municipes du nouveau Rio Grande agricole. Dans la Campanha les chefs locaux voyaient se raréfier leur clientèle électorale en raison précisément du régime de la grande propriété qui avait assuré leur fortune politique (30.6 °/₀ de l'électorat au lieu de 60,8 °/₀ en 1897). Les anciennes colonies allemandes comptent maintenant 22,2 °/₀ des électeurs, les anciennes colonies italiennes 8,1 °/₀, les nouvelles colonies 24,7 °/₀. Il y a donc parmi les électeurs ruraux, qui représentent toujours la principale masse de manoeuvre, plus d'agriculteurs que d'éleveurs, plus d'allogènes que de Gauchos; en outre les députés d'origine germanique ou italienne — qui n'avaient jamais été plus de 5 sous l'Empire ou la République — sont maintenant au nombre de 24. Alors que la population luso-brésilienne représente encore les 2/3 de la population totale, les députés de la même origine occupent que la moitié des sièges à l'Assemblée Législative depuis 1947. Or cette explosion électorale des éléments allogènes correspond à leurs expansion économique et à leur accès dans l'administration par le canal des écoles, des collèges et des Facultés dont les portes leur ont été ouvertes par la prospérité de leurs parents et le plein exercice de leur citoyenneté, alors que le régime de la grande propriété et de l'élevage extensif souffre de crises structurales. Sa pérennité n'était-elle pas de la sclérose? La reconversion est-elle possible après une si longue ankylose?

Voilà autant de problèmes posés, touchant le régime agraire, les techniques d'exploitation, les questions sociales, l'attitude politique. Ils dépassent évidemment le cadre de cette étude. Mais on ne peut pas ne pas se demander si les Vieux Riograndenses qui devront les résoudre au moment même où ils doivent accueillir dans leur communauté les citoyens d'autre origine pourront conserver longtemps encore à tout leur Etat un caractère aussi exclusivement luso-brésilien qu'ils avaient pu lui imprimer.

SOBREVIVÊNCIAS DE TECNOLOGIA ARCAICA PORTUGUESA NAS PRENSAS DE MANDIOCA BRASILEIRAS

José Loureiro Fernandes
Centro de Estudos Portugueses da Universidade do Paraná, Curitiba

RESUMO:

O Autor, estudando no Paraná e nos Estados vizinhos do Sul do Brasil a técnica do preparo da farinha de mandioca, acentua preliminarmente a genialidade do brasileiro criando o processo da obtenção da farinha dos tubérculos de uma planta tóxica.

Acentua a seguir a importância que tomou a nova farinha na alimentação dos colonos, citando a respeito vários factos históricos. Estuda as fases de preparo da farinha em grupos indígenas e alguns núcleos caboclos do Brasil, entre os quais há sobrevivências das primitivas etapas da cultura neobrasileira. Como o trabalho tem em mira, sobretudo, salientar a contribuição lusa ao preparo de um produto exótico, como é a mandioca, a qual se concretizou, particularmente, na prensa de dois pilares e fuso, o Autor estuda as várias técnicas de prensagem da mandioca, mostrando que há toda uma gama, desde a simples expressão à mão livre à utilização de uma peça de trançado própria a ser prensada numa prensa de madeira.

Após um estudo desses cestos, estabelece comparação entre os tipitis, cestos indígenas, e as ceiras, peças de cestaria usadas nos lugares portugueses. Graças aos elementos colhidos na Europa, e particularmente em Portugal — mercê da colaboração do Prof. Jorge Dias, através do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular — foi possível fazer um estudo preliminar sobre as formas arcaicas de prensas portuguesas e as prensas brasileiras de mandioca. Para este estudo, além das observações pessoais feitas, vale-se o autor do fotos, desenhos e esquemas procurando demonstrar que a prensa, usada pelo caboclo, no Brasil meridional, para a preparação da farinha de mandioca, provém de antigas prensas de azeite e vinho utilizadas, há séculos passados, pelos portugueses. Os próprios tipitis, cestos de taquara, usados para espremer a mandioca, tomaram a forma das ceiras portuguesas, embora o tipo de trançado seja o usado pelos índios e conserve a denominação tipiti, de origem ameríndia. O autor considera a introdução da prensa e a adaptação dessa peça de trançado — morfològicamente uma ceira, mas funcionalmente um tipiti — aspectos marcantes do processo adaptativo na tecnologia do fabrico da farinha de mandioca.

O objectivo dessa investigação realizada pela secção de Antropologia do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, sobre uma aparelhagem tradicional, foi contribuir, nos domínios da tecnologia, para o estudo da área cultural luso-brasileira.

LAVRADORES BRASILEIROS E PORTUGUESES NA «VARGEM GRANDE»

MARIA DO CARMO CORRÊA GALVÃO
Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil, Rio de Janeiro

RESUMO:

A área em estudo é uma região agrícola situada no distrito de Jacarepaguá, a sudoeste do Rio de Janeiro, a cerca de 60 quilómetros do centro da cidade. Dela provém uma parcela não desprezível da produção de legumes e frutas (banana e laranja) adquirida pla população carioca.

A região compreende três subáreas, diferenciadas por características físico-geográficas e humanas muito bem definidas: a serra, o brejo e o pé de serra.

Denomina-se «serra» a encosta do maciço cristalino da Pedra Branca que limita a região ao norte e oeste. Caracterizam-na uma população essencialmente brasileira, um povoamento agrícola estável, garantido por um regime de pequena propriedade. A economia gira em torno de duas culturas permanentes — laranja e banana — e duas lavouras temporárias — aipim e xuxu. Toda a organização rural reflecte a estabilidade do povoamento garantido pela posse da terra.

Como «brejo», entende-se a planície litorânea turfosa, que se estende ao sul da região acima referida, drenada há pouco menos de 20 anos. Ao contrário da serra, o brejo se caracteriza por uma ocupação instável, levada a efeito por lavradores arrendatários que se dedicam exclusivamente a lavouras temporárias — legumes e verduras. Dominam a região os portugueses que aí penetraram, há cerca de 5 anos, introduzindo a cultura de hortaliças. A especulação imobiliária em torno dessas terras, que aos poucos se vão enxugando e consolidando, se traduz por um loteamento das glebas que visa à construção de residências de verão e fim de semana. Desse regime deriva grande instabilidade do povoamento.

O pé de serra representa uma região de transição, na qual se encontram traços da paisagem humana das duas outras áreas, com as quais mantém intensas relações. Aí se fazem as mesmas culturas da serra e do brejo. Servida pela rodovia, tornou-se região eleita para as actividades comerciais, bem como para a instalação de sítios de veraneio.

Esta comunicação foi publicada no «Boletim Carioca de Geografia», Ano X, 1957, n.os 3 e 4, pp. 35-60.

RELATÓRIO

por

NILO BERNARDES

Foram-nos distribuídos cinco trabalhos a fim de colhermos neles alguma contribuição ao tema programado pela Comissão Organizadora, que nos competiu relatar. Entretanto, nem todos ferem directamente o assunto em pauta, sendo aconselhável tomar a maior parte do tempo dos presentes com apenas aqueles três que mais de perto nos interessam.

«The Festa do Espirito Santo in Three Cultural Settings», de A. H. GAYTON (University of California, Berkely) de nenhum modo se relaciona com o tema em discussão no momento, se bem que no seu género focalize assunto de interesse. Trata-se de um estudo da Festa do Espírito Santo em suas origens em Portugal, sua transplantação para o arquipélago dos Açores e sua revivescência na Califórnia, entre os descendentes de açoreanos imigrados.

Um interesse, de certo modo maior, desperta para nosso objectivo a contribuição de José Loureiro FERNANDES (Centro de Estudos Portugueses da Universidade do Paraná, Curitiba) — «Sobrevivências de tecnologia arcaica portuguesa nas prensas de mandioca brasileiras» — por tratar de práticas ligadas à adaptação do português à nova vida rural que elaborou no Brasil.

Destacando o papel da mandioca na dieta do colonizador, Loureiro Fernandes mostra como, apesar de persistir fundamentalmente a técnica indígena no processo de preparação da farinha, o português introduziu novos recursos, aparentados à técnica peninsular de preparo do azeite. Se a contribuição indígena avulta pela sistematização do processo de fabrico, com o meio de eliminação do princípio tóxico, o luso-brasileiro multiplica o trabalho com emprego de meios elementares de utilização da energia, desloca o tipiti pela prensa. Em longas análises examina, então, entre outros elementos, os

diversos tipos de prensas dos lagares portugueses, suas variedades e seu emprego, mostrando, em seguida, as diversas filiações que se podem encontrar no Brasil.

Escolhendo para tema de estudo um recanto da zona rural do Distrito Federal, Maria do Carmo CORRÊA GALVÃO (Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil, Rio de Janeiro) mostra-nos os contrastes na ocupação da terra em uma área relativamente pequena. «Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande» retrata-nos uma amostra da Montanha e da baixada, onde os caboclos e os lusos recém-vindos elaboram a paisagem, segundo seus pendores e conforme permitem as condições naturais e o regime de propriedade preexistente.

Moradores antigos na região, os agricultores brasileiros ocuparam a planície de piemonte e, sobretudo, as encostas da serra. Nesta vieram a se tornar proprietários e criar sítios pequena propriedade) policultores, nos quais as benfeitorias e os pomares atestam a estabilidade do povoamento. A extensão dos bananais revela um dos principais objectivos económicos, além do xuxu e outros produtos. Vivendo tradicionalmente em regime de comércio limitado, apesar da proximidade da Capital, vieram a expandir uma variada produção para o mercado, com o desenvolvimento dos transportes rodoviários. As encostas íngremes da serra estão até agora livres da febre de especulação imobiliária que assola os arredores do Rio de Janeiro.

Além da planície de piemonte extende-se a parte alagável da baixada a que a autora reserva a designação de Brejo. Beneficiado pelo vasto empreendimento que foram as obras de drenagem e saneamento da Baixada Fluminense, o Brejo veio a ser ocupado e para aí se dirigiram lavradores portugueses, há uma meia década, deslocando os caboclos pioneiros. São portugueses do Continente, predominando os da freguesia de Penacova, e da Madeira, sobretudo de Ponta do Sol.

Diligentes, incansáveis trabalhadores, esses portugueses criam pequenos estabelecimentos onde praticam variada lavoura anual. Entretanto, não são proprietários. Passíveis de especulação imobiliária, tais terras lhes são cedidas sob arrendamento a curto prazo. E em todos os seus aspectos, os estabelecimentos revelam a precariedade da ocupação. O sistema de cultivo, ainda que apresente alternância não sistematizada das culturas e um emprego não generalizado de adubo, ressente-se da eventualidade de uma permanência curta no terreno. No preparo dos campos seguem eles o processo caboclo do roçado e da queimada, empregando habitualmente a enxada como principal instrumento agrícola. O padrão de vida, por outro lado, caracterizado pela austeridade e a preocupação pela poupança, traduz a intenção de fazer desta uma fase transitória de estabelecimento no novo mundo, já que quase

nenhum se faz acompanhar de sua família e, por outro lado, deseja uma situação mais compensadora.

Formando uma verdadeira cadeia de imigração em que os mais antigos atraem conterrâneos, esses portugueses fazem e desfazem diversas sociedades, para, em comum, cultivarem a terra e vender os produtos. Mas sempre de cada parte, «ilhéus» e «portugueses», pois que os temperamentos não se combinam.

Trabalhando intensamente para realizar em curto prazo o pequeno capital que desejam, estes lavradores não encontram, entretanto, condições para a fixação. A maior parte volta-se em breve para outras ocupações, comerciais geralmente, como é a regra geral com os imigrantes portugueses. São numerosos os exemplos de como os portugueses no Brasil se mostram excelentes agricultores, sobretudo hortelãos. Entretanto, não são suficientemente aproveitados neste mister, e lamentamos, como a autora, que não haja melhores condições para que contemos com um maior número daqueles que, transportando sua tradição agrícola e seu amor à terra, se fixem na nossa zona rural tão necessitada de desenvolvimento.

Bastante pertinente é a contribuição de Manuel Diégues Júnior (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) intitulada «A fazenda» como ambiente de relações étnicas e de cultura no Brasil».

Sob o termo «fazenda» subentende o autor todo o grande estabelecimento rural brasileiro, independentemente de sua forma de exploração. Lembra-nos como suas origens remontam à implantação, mesma, do regime de propriedade nos primeiros passos da colonização lusa. A propriedade fundiária, não importando sua designação particular — engenho, fazenda de gado, estância, etc. — é tomada, então, pelo autor como um núcleo de processamento de factos humanos diversos. Neste sentido desenvolve ele seu tema. Mostra-nos a fazenda como unidade da ocupação humana. A «fazenda» como instituição económica, ainda polimórfica, não teve solução de continuidade com a evolução política. Tão importante foi a influência inicial da fase colonizadora, que os mesmos processos de ocupação persistiam após a independência. Caracteriza, ainda, a fazenda como um núcleo de relações étnicas — um centro de caldeamento, ambiente propício à mestiçagem. Outrotanto, ressalta a importância da comunidade cultural constituída pela fazenda. Aí foi que melhor se elaborou a distinção das classes sociais representativas da formação brasileira. Classes integrantes de uma sociedade não apenas agrária mas tìpicamente rural, como o autor salienta.

Muito apropriadamente, Diégues caracteriza a «plantation» do Brasil como forma económica inerente ao povoamento luso-brasileiro e insere uma comparação da fazenda com outras modalidades de estabelecimentos rurais portugueses no ultramar.

Sintetizando densamente uma larga faixa de problemas da evolução económico-social brasileira, a presente comunicação é rica em tópicos para proveitosas discussões. Nas suas ideias centrais, entretanto, não há que discordar do autor. Dada a brevidade que devemos observar, desejamos apenas aflorar um ou outro ponto que julgamos de interesse.

Referindo-se ao processo de ocupação humana do território, o Autor, indirectamente, associa o pequeno estabelecimento à base do trabalho familiar — a chamada «colónia» — às «fazendas», uma vez que nenhuma distinção é feita a respeito. Essas áreas coloniais propiciaram condições outras que ocorreram com a fazenda no campo económico-social. Igualmente de grande importância nos resultados actuais é o facto de que os núcleos de colonização estrangeira não vieram sobrepor-se aos quadros regionais luso-brasileiros. Queremos crer que foi a justaposição ao povoamento luso de largas áreas compactas de colonização europeia, relativamente recente, que propiciou as diversas características demográficas e socio-culturais do Brasil Meridional.

Parece-nos, também, que é excessivamente ampla a acepção do termo *plantation* quando o autor o assimila à «fazenda» e o estende aos estabelecimentos de actividade extractiva predominante, como o seringal amazónico. Pois fugiríamos assim à própria necessidade que nos obriga à adopção de um termo que vem definindo uma instituição agrária característica.

Por outro lado, para o próprio sentido da tese desenvolvida na comunicação, a «fazenda» merece ser apresentada e apreciada em suas modalidades económicas fundamentais. Pode parecer, apenas, subtileza de geógrafo. Mas os núcleos de funções demográficas, de relações étnicas, os ambientes culturais, sociais e políticos constituídos pela «fazenda», serão tantas modalidades importantes quanto as formas de exploração em causa. A variedade de condições regionais não é apenas fruto das condições naturais, é bem de ver. Aliás, compreendemos que seja esse também o pensamento do Autor, porque assim se depreende de algumas passagens. Tendo em vista a latitude do assunto e os limites impostos à extensão da comunicação preferiu, talvez, manter um tratamento mais geral de tão interessante tema.

De certo modo encadeada com o assunto versado por Diégues Júnior, é a comunicação que este relator tem a apresentar, «Sobre a roça e a fazenda no Brasil».

Sem caracterizar pròpriamente um estabelecimento rural, a expressão «roça» define o sistema agrícola mais empregado na pequena lavoura em todo o Brasil.

Ainda nos dias actuais os agregados e moradores nas fazendas praticam a «roça» e estão sempre em condições de ocupantes provisórios da terra. Quando alguma cultura comercial de especulação assume particularmente

importância, diminui a área de pequena lavoura, que não rende para o fazendeiro os mesmos lucros que aquela.

Seja lembrado que a lavoura comercial, tanto no período colonial como agora, extensiva e rotineira como tem sido, apresenta certo paralelismo com a roça. Até mesmo no constante deslocamento das culturas, como no caso do café, ou no ciclo de rotação como no caso da cana-de-açúcar. No caso especial da fazenda de café, tal facto resulta em uma grande instabilidade no tempo e no espaço, do estabelecimento agrário, vale dizer em flutuações demográficas de apreciável valor.

Quer sob forma itinerante pròpriamente dita, quer sob a forma de uma rotação de terra, trata-se de prática extensiva que, via de regra, conduz ao esgotamento do solo e que não se mostra capaz de radicar o povoador à terra.

Insistimos na estreita relação entre a prática da roça e o baixo nível cultural do lavrador. Questão que nos leva também a uma especulação sobre as influências étnicas na consolidação e difusão da roça como sistema agrícola no Brasil. Afirma-se, com bastante frequência, que a facilidade de aculturação do português o levou a ombrear com o indígena e o mestiço, difundindo a «roça» como o sistema peculiar da pequena lavoura; ou então que o proletário rural luso no período colonial assim se comportou, uma vez que não era portador de tradição agrícola evoluída ou, ainda, por ser proveniente, em grande número, das cidades.

Parece-nos importante que não se deve assumir atitude unilateral a respeito. Se levado na devida conta o factor económico, situação inversa pode ser amplamente exemplificada. No Brasil, muitos colonos descendentes de alemães e italianos, eslavos e mesmo ingleses, cujos pais e avós eram agricultores e mediamente cultos, decaíram ao nível do caboclo, por terem sido obrigados econòmicamente a aplicar o sistema de roças.

A pequena lavoura no período colonial foi sempre relegada a uma posição secundária, dentro da estrutura dos domínios agrários calcados nas sesmarias. Sujeita a um pequeno circuito económico, visando necessidades locais, aproveitando as «sobras» dos latifúndios, ou errante pelos sertões, a ela se dedicavam além dos índios mansos e negris, os proletários lusos que raramente tinham oportunidade de se tornarem proprietários. Qual o estímulo para a fixação e a aplicação de métodos melhores? Na área fumageira do Recôncavo bahiano, são elementos desse mesmo caldeamento étnico que praticam rotação de culturas adubadas, fruto de evolução secular à base de um produto de valor comercial.

TEMA 5 – CRUZAMENTOS E CONTACTOS DE CIVILIZAÇÃO

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Étude comparée de l'Amazonie et du Congo Central
PIERRE GOUROU

Aspectos do compadrio em Portugal
ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA

Originalidade de Goa
ORLANDO RIBEIRO

Notícia do inquérito das Aldeias de Goa
RAQUEL SOEIRO DE BRITO

The festa do Espírito Santo in three cultural settings
ANNA H. GAYTON

Graus de persistência das raízes biológicas do homem cabo-verdiano
ALMERINDO LESSA
e
JACQUES RUFFIÉ

A colónia Portuguesa sul-americana
ALICE FAIRBANKS DE MATTOS
e
J. R. BELFORT DE MATTOS FILHO

Maxicongos e mamputos sob D. João II e D. Manuel
IRISALVA DE NÓBREGA MOITA

Aspectos fundamentais da miscigenação étnica na Província de Angola
JOFRE A. NOGUEIRA

RELATOR

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA

ÉTUDE COMPARÉE DE L'AMAZONIE ET DU CONGO CENTRAL

Pierre Gourou
Collège de France, Paris

La comparaison de l'Amazonie et du bassin du Congo mérite d'être entreprise à l'occasion de ce colloque luso-brésilien. Dans ces domaines physiquement semblables la colonisation portugaise est intervenue pour créer ce qui en Amérique devait devenir les Etats de Pará et d'Amazonas et ce qui en Afrique devait se limiter à Cabinda et à l'Angola. Les fortunes diverses de ces créations sont dignes de retenir l'attention de ceux qui s'intéressent aux rapports de la Terre et de l'Homme.

En Amazonie, les Portugais (et les Brésiliens) ont exploré le territoire, assimilé les populations indiennes et donné à la contrée une couleur indélébilement brésilienne. Du côté du Congo, les Portugais, malgré une apparition bien plus précoce (ils étaient aux bouches du Zaïre en 1482; ils s'établissent au Pará en 1616), n'ont pas pénétré dans l'intérieur, bien qu'ils aient noué des relations avec le «royaume du Congo» et l'aient évangélisé. Cabinda et l'Angola sont comme les fondations d'un édifice qui n'a pas été construit. Les Portugais n'ont même pas pris la maîtrise de l'embouchure du fleuve Congo. Leur établissement était si faible que Léopold II, fondateur de l'Etat Indépendant, n'eut pas trop de peine à assurer le contrôle de l'estuaire à sa création politique. Les droits portugais sur la région côtière n'avaient pas été affirmés par une colonisation évidente. Il semble bien que les bas plateaux sableux qui s'étendent au nord de l'estuaire aient été dépeuplés par les entreprises nègrières dont le centre se trouvait à Cabinda. Le vide de cette contrée a favorisé les desseins de Léopold II, qui auraient été irréalisables si un équivalent de Belém de Pará avait régné sur l'embouchure du Congo. De 1482 (Diogo Cão aux bouches du Zaïre) à 1877 (annonce de la découverte de Stanley) les Portugais n'ont pas tiré parti de leur priorité congolaise.

* * *

Pourtant les conditions du milieu physique étaient semblables en Amazonie et au Congo. Le même *climat* équatorial règne sur les deux domaines, comme il est naturel à ces latitudes. Le tableau ci-dessous se passe de commentaires:

	São Gabriel do Rio Grande 8″5, alt. 84^{m}	Yangambi 45″ N, alt. 470^{m}
Moyenne du mois le plus frais	24°4	23°9
Moyenne du mois le plus chaud	26°	25°9
Amplitude annuelle	1°6	1°3
Minimum moyen du mois le plus frais	21°2	18°3
Maximum moyen du mois le plus chaud	32°	31°5
Humidité relative annuelle moyenne	89°/o	85°/o
Pluies totales annuelles moyennes	2.956^{mm}	1.691^{mm}
Mois le moins arrosé	161^{mm}	80^{mm}

La végétation naturelle est bien entendu la forêt humide et toujours verte dont les plus belles expressions sont justement la forêt amazonienne (3 millions de km2) et la forêt congolaise (1 million de km2 au Congo belge). Bien que faites d'essences différentes, ces deux forêts offrent des paysages végétaux identiques, — tout au moins au non botaniste.

Ce n'est point par hasard que les domaines que nous comparons ont les *fleuves* les plus puissants du monde. Ces fleuves drainent d'immenses gouttières ménagées dans le socle ancien et comblées de sédiments. Dans les deux cas l'axe de la gouttière est remblayé de terrains tertiaires. Ainsi ont été préparés les bassins de l'Amazone (6.900.000 km2) et du Congo (3.450.000). L'étendue drainée, l'abondance et la régularité équatoriales, l'extension dans les deux hémisphéres qui assure la compensation des rythmes tropicaux des bassins supérieurs (fig. 1), tout cela fait de l'Amazone et du Congo des fleuves majestueux et réguliers. L'Amazone a un débit moyen de 100.000 m3/sec. (ou 120.000?), avec des basses eaux moyennes de 70.000^{m}3 et des hautes eaux moyennes de 160.000. Le Congo: débit moyen 41.000^{m}3/sec, basses eaux moyennes 29.000, hautes eaux moyennes 60.000.

Les deux plus grands fleuves du monde ont des paysages identiques, marqués par la même ampleur du cours, la même lenteur de l'écoulement.

La ressemblance va plus loin; les Amazoniens reconnaissent deux types de rivières: *rios negros* et *rios brancos*. Les premiers ont des eaux pures, mais teintées par un colorant qui leur donne un reflet sombre; tel est le Rio Negro, bien entendu, mais aussi le rio Urubú, et bien d'autres. Tous ces rios negros ont un bassin très peu accidenté, des eaux lentes qui s'écoulent avec le minimum d'érosion et de transport sur de vieilles surfaces d'aplanissement ou des terrains tertiaires horizontaux. Leurs eaux sont aussi pauvres en produits dissous qu'en produits en suspension. Les rios negros se retrouvent avec toutes leurs caracteristiques dans le Congo central; c'est un rio negro que le Lopori, avec ses eaux brunes et opalescentes qui coulent sur un fond de sable blanc, c'est une expansion de rio negro que le lac Tumba.

L'Amazonie et le Congo, dans leurs étendues tertiaires (qui couvrent respectivement environ 1.500.000 et 500.000 km2), ont des *reliefs* semblables; ce sont des escaliers de terrasses, souvent soulignées par des corniches latéritiques. Les plaines alluviales modernes, peu étendues, ne dépassent pas une centaine de milliers de km2 en Amazonie et 20.000 km2 au Congo. Les fleuves les ont aménagées dans des vallées nettement délimitées, où les alluvions récentes se cantonnent dans les lits majeurs. On exagérait l'étendue de ceux-ci à l'époque où les voyages se faisaient exclusivement par voie fluviale. Il apparaît aujourd'hui que l'essentiel de la surface de ces contrées est fait de terrasses sèches, et souvent très sèches parce que perméables.

* * *

Le climat et le relief donnent à l'Amazonie et au Congo de magnifiques réseaux navigables en aval des rapides qui marquent la périphérie des «cuvettes» amazonienne et congolaise (fig. 1). Mais ici s'arrêtent les similitudes entre les deux bassins; le fleuve des Amazones a un profil longitudinal parfaitement régularisé depuis le Pongo de Manseriche (180^{m} d'altitude à 3500 km de la mer) jusqu'à l'Océan; au contraire le fleuve Congo est coupé par une série de rapides qui le rendent inaccessible entre Matadi et Léopoldville. Les deux bassins sont semblables, mais le niveau de base de l'Amazone est le niveau zero, tandis que le niveau de base Congolais est à 300^{m} (Stanley Pool). L'accident qui brise le Congo est dû au soulèvement du socle africain, auquel le fleuve a répondu par un enfoncement épigénique qui reste en pleine érosion. La partie inférieure de l'Amazone, au lieu de recouper les accidents du socle, leur est paralèlle, comme le montrent les affleurements de sédiments primaires au nord d'Alenquer. S'il existe en basse Amazonie des accidents perpendiculaires à la direction du fleuve, ce sont des fosses ensevelies sous les alluvions du delta et qui n'ont pas d'influence topographique.

Ayant découvert l'estuaire du fleuve Congo les Portugais n'ont pu pénétrer à l'intérieur du continent africain; ils n'ont pas su que cet estuaire était le débouché d'un énorme bassin fluvial. Cette ignorance est d'ailleurs surpre-

FIG. 1 — COMPARAISON DE L'AMAZONIE ET DU CONGO.

1. Le Congo, ses affluents et le rivage africain de l'Atlantique;
2. Limite approximative de la courbe de 500 m et la limite des terroirs tertiaires, pour le bassin du Congo;

3 et 6. Première rupture de la navigation en venant de la mer et autres rapides principaux;

4. L'Amazone, ses affluents et le rivage américain de l'Atlantique.
5. Limite approximative de la courbe de 300 m et la limite des terrains tertiaires, pour le bassin de l'Amazonie;

(Initiales des villes congolaises citées: M — Matadi; L — Léopoldville; C — Coquilhatville; S — Stanleyville).

(Initiales des villes amazoniennes citées: B — Belém; S — Santarém; M — Manaus).

nante. Il est difficile de penser en effet que des Portugais n'aient pas atteint le Stanley Pool et n'aient pas pris garde à l'importance du fleuve qui débouchait du nord-est. Quoi qu'il en soit, l'obstacle du bas Congo a été décisif, tandis que les Portugais ont aisément parcouru l'immense réseau amazonien qui s'ouvrait à eux sans obstacle.

* * *

Avant d'examiner les conséquences humaines, qualitatives et quantitatives, de cette remarquable différence, il est prudent de dire que nous ne savons pas si une parfaite accessibilité aurait au Congo produit les mêmes effets historiques qu'en Amazonie. En effet les Portugais n'eurent pas en Afrique atlantique le même comportement qu'en Amérique atlantique. S'ils colonisèrent attentivement Madère et les îles du Cap Vert, ils ne réussirent (ou ne tentèrent) sur la côte africaine rien de comparable à Pernambouc ou à Bahia. L'Afrique leur livra les esclaves qui servirent à mettre en valeur les plantations brésiliennes; les Portugais ne tentèrent pas, avec les mêmes esclaves, de créer des plantations sur la côte africaine. Il fut probablement plus facile de vaincre la résistance des Indiens que celle des Africains. Il était pratique et prudent d'utiliser les esclaves loin de leur pays d'origine (ce qui n'a pas empêché la constitution de «quilombos» par des esclaves évadés).

Cette précaution prise, il est fructueux de comparer les géographies humaines de l'Amazonie et du Congo Central. En Amazonie l'intervention portugaise a profondément transformé la population et sa civilisation. La population s'est métissée d'éléments européens, s'est mise à parler exclusivement portugais (la «língua geral» étant à peu prés oubliée aujourd'hui), s'est convertie au catholicisme, adhère au système de valeurs sociales, morales et intellectuelles qui caractérise la nation brésilienne. Je garde un vif souvenir des entrevues que j'ai pu avoir avec des caboclos amazoniens, soit agriculteurs faiseurs de «roças», soit seringueiros; j'ai retrouvé sur le bord des «igarapés», au fond de la forêt équatoriale, des frères en civilisation latine. La profondeur de l'action luso-brésilienne se mesure à de telles observations.

La vieille civilisation africaine est au contraire restée intacte au Congo Central jusqu'à la fin du XIXe siècle. Stanley fut, probablement, le premier Européen à naviguer sur le Congo. — Mais que 1877 est loin de cette année 1542 où Orellana venant des Andes, débouchait dans l'Atlantique! — Certes la population riveraine du Congo a évolué depuis la fin du XIXe siècle; mais elle ne connaîtra jamais la transformation raciale et culturelle qui a européanisé la population amazonienne grâce à l'ancienneté de la pénétration portugaise. Soulignons qu'il n'a pas été indifférent que cette pénétration ait été l'oeuvre des Portugais [1].

[1] Peut-être est-il permis de remarquer ici les effets de la colonisation et du régime économique sur l'alimentation en Amazonie; l'Amazonie, pays ouvert et orienté vers une économie d'échanges (bien que les exportations soient assurées par la cueillette), a, compa-

L'occupation de l'Amazonie semble avoir fâcheusement réduit le nombre des habitants. Dans l'Etat d'Amazonas (514.000 habitants en 1950 pour 1.600.000 km2), le municipe de Barcelos compte 4911 hab. pour 128.000 km2; en dehors de Barcelos, les municipes ayant une densité démographique inférieure à 1 hab. par km2, portent 274.000 habit. sur 1.388.000 km2, ce qui leur vaut une moyenne de 0,2 hab. par km 2. Je pense que la population n'était pas aussi clairsemée au XVII[e] siécle et qu'elle s'est réduite au contact des Européens (maladies, fuites devant les tentatives de réduction en servage, guerres et expéditions punitives, transferts de population, etc.). Divers indices (témoignages des explorateurs, restes archéologiques) appuient cette opinion. La comparaison avec le Congo Central est intéressante; sur une surface de 300.000 km2 que nous y avons spécialement étudiée (valeurs de 1948) la densité est de 3,9 hab. par km2. 50.000 km2 seulement ont une densité inférieure à 1 hab. par km2. Bien que la dépression centrale congolaise ne soit pas abondamment peuplée, elle a une densité démographique dix fois plus forte que l'Etat d'Amazonas. Cette différence ne semble pas explicable par une supériorité africaine dans les techniques d'exploitation de la nature ou les systèmes d'organisation de l'espace. Certes les Indiens amazoniens ignoraient le fer (et les autres métaux); mais les descriptions des compagnons d'Orellana et d'autres voyageurs font revivre des populations qui n'étaient pas nettement inférieures à celles qu'a vues Stanley. Il est permis de penser que la différence démographique entre Amazonie et Congo Central est due aux contacts malheureux entre Indiens et Européens, contacts facilités par les commodités que l'Amazone offrait (et que le bas Congo refusait) à la navigation européenne.

D'ailleurs la dépression centrale congolaise, aisément accessible à la navigation fluviale des qu'une base européenne eut été établie au Stanley Pool, connut elle aussi une crise de dépeuplement, liée dans une large mesure aux encouragements excessifs donnés à la cueillette du caoutchouc et du copal. Ici comme en Amazonie la recherche des «drogas do sertão» a eu un effet néfaste sur la population.

Par une sorte d'ironie de l'histoire, des commerçants portugais ont créé de brillantes affaires dans le Congo Central, à partir du moment où fut organisè l'Etat Indépendant, né lui-même de la solution de l'énigme du fleuve Congo.

---

rée au Congo, une alimentation beaucoup plus dépendante des achats et beaucoup moins assurée par la production locale. Par rapport au Congolais, l'Amazonien consomme moins de produits de cueillette (fruits, champignons, feuilles cuites comme brèdes), moins de légumes verts (les feuilles de manioc, si importantes dans les menus congolais, sont négligées sur les rives de l'Amazone), achète beaucoup plus de produits alimentaires indispensables (xarque, riz, oignons, haricots, et même farinha) ou simplement agréables (cachaça, café, sucre).

* * *

Sans tomber dans l'ornière d'un déterminisme simpliste, il est légitime de souligner que les agréments du «Mar Dulce» (V. Y. Pinzón) et les sauvageries du Bas Congo ont influencé les entreprises portugaises et infléchi la géographie humaine de vastes régions.

Dans le monde présent l'obstacle du Bas Congo tourne en avantage. L'énergie potentielle du fleuve (qui est de l'ordre de cent millions de KW à installer) est d'une valeur économique qui l'emporte de loin sur les inconvénients des transbordements entre l'Atlantique et l'intérieur du continent.

ASPECTOS DO COMPADRIO EM PORTUGAL

Ernesto Veiga de Oliveira
Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto

O Compadrio, isto é, o conjunto de normas e relações sociais que decorrem de certas formas especiais do parentesco cerimonial, não é de modo nenhum uma instituição peculiar e privativa da cultura portuguesa. Pelo contrário, na sua forma mais importante, ele apoia-se num rito de passagem — o baptizado —, que é comum a quase todas as sociedades humanas, e que, nos povos de civilização cristã, constitui mesmo um acto ritual de iniciação, com estrita necessidade religiosa e social.

Em Portugal, porém, ele impregna-se, em alguns dos seus aspectos mais significativos, das feições características do temperamento e da cultura nacionais, que lhe conferem um matiz próprio; por isso, o seu estudo deve ser precedido da análise desses elementos, como ponto de partida para a sua interpretação. E esta necessidade é tanto mais imperativa quanto é certo que, no Brasil, onde uma instituição idêntica tem grande relevo, esta apresenta-se, em determinados casos, com um conteúdo que parece sem dúvida representar a transposição directa do próprio significado afectivo que vemos na instituição portuguesa.

Um dos traços marcantes da cultura portuguesa, nas suas manifestações tradicionais e espontâneas, é o grande arcaísmo das suas formas específicas, tendo por base valores afectivos fundamentais, que parecem afirmar-se como reminiscências de remotos sentimentos de coesão e solidariedade de grupo.

O ambiente social português, seja ele encarado no funcionamento das instituições mais representativas das suas estruturas, seja em certas formas e padrões de comportamento colectivo, distingue-se pela persistência de conceitos e modos, ultrapassados como regra na maioria dos países do mundo ocidental, ao mesmo tempo que, com ela relacionada, por uma atmosfera geral de grande cordialidade, brandura e participação humana, que revelam

na realidade uma sociedade de outras eras, organizada à base de relações pessoais e elementos sensíveis, que todos os autores que abordam este tema são unânimes em acentuar.

Estas características são especialmente evidentes nessas comunidades serranas do Norte do País, estudadas pelo Professor Jorge Dias, em que uma milenária organização comunitária, que mergulha as suas raízes na civilização castreja, com as suas instituições de ajuda e seguro mútuo, a sua vida pública assente em relações de vizinhança, e a realidade funcional dos seus princípios colectivistas, traduzem esse fundo temperamental de afectividade e solidariedade humana de que são o suporte histórico.

O mesmo substrato se afirma ainda em inúmeros outros aspectos e instituições da nossa cultura própria, e em atitudes e costumes da gente portuguesa, especialmente no que se refere à compreensão espontânea das situações de inferioridade, às formas de assistência humana a material a doentes, necessitados, desprotegidos e infelizes, à prestação de serviços gratuitos, etc.. O sentimento da dignidade humana, em Portugal, não se apoia em noções de mínimo social, económico ou político, nem numa auto-afirmação individual: na verdade, ele é substituído por um fluir efectivo de razões sentimentais, de reacções em que está em causa apenas a caridade e o apelo da caridade. E já Augusto Comte, especulando sobre a elaboração da sociedade positiva do futuro, fala, a propósito do contributo do espírito espanhol, no seu «duplo sentimento familiar da dignidade pessoal e da fraternidade universal». Mas essa característica, a que Jaime Cortesão dá o nome de «Hombridade», e que se exprime em inteireza de carácter, em afirmação heróica e isenta, da virtude e da verdade, e também num sentido religioso da vida e dos últimos fins do homem, que em Espanha leva ao individualismo agreste e solitário e à orgulhosa afirmação do eu, abranda-se aqui nessa afectividade compassiva fundamental, e aparece como um profundo sentimento de solidariedade humana, poder de simpatia e compreensão fraterna.

Assim, por exemplo, nas pequenas cidades e vilas da província, onde a prisão dá geralmente para a rua, é vulgar verem-se as pessoas junto às grades conversando com os presos, levando-lhes cigarros ou esmolas, numa manifestação espontânea de piedade e participação natural, que os iguala para lá de quaisquer juízos morais, e que estes últimos, de resto, solicitam correspondentemente, numa litania sentida e humilde. Por outro lado, o mendigo é entre nós uma categoria social normal, especialmente nas aldeias, onde reveste aspectos quase bíblicos, com os seus andrajos indescritíveis e a sua alfaia própria: a manta e o bordão para o caminho, o «surrão» para o pão e as batatas, a «almotolia» para o azeite. A esmola é sempre qualitativa, alimentar, e nunca em dinheiro, e não deve ser recusada, sobretudo quando se está a

comer, porque os pobres são de Cristo. Habitualmente, ele dorme nos palheiros dos lavradores, mas em alguns lugares onde existem edifícios colectivos da povoação, a casa do forno do pão, por exemplo, é, por direito de costume, o local de dormida dos pobres vagabundos. A sua actividade conhece certas regras e uma táctica elementar, na escolha de percursos, feiras, festas, acontecimentos que suscitam a esmola, como funerais, doenças, etc., e na identificação das almas caridosas. Com plena realidade e aceitação sociais (embora por vezes se confunda com o ladrão), ele desempenha mesmo certas funções, como a de permitir uma caridade purificadora, que em determinadas ocasiões é necessária.

Na História da nossa cultura, esse «estilo de humanidade» traduz-se, na sua forma mais alta, na criação dos hospícios das Misericórdias, no século XIV, pela princesa portuguesa que foi depois a rainha D. Leonor, mulher de D. João II, e que são uma instituição tìpicamente nacional, que permite a expansão da caridade privada; elas existem pràticamente apenas em Portugal e no Brasil, e são tão representativas que o historiador a que atrás aludimos considera que o facto de Olivença possuir a sua, é a prova decisiva do portuguesismo cultural dessa praça. É evidente que essa caridade privada e individual é convencional e serve até muitas vezes de disfarce à simples ostentação; mas a sua própria valorização é a prova de que ela se encontra institucionalizada, constituindo um padrão basilar da nossa cultura, que tem sempre o valor de um caso de consciência, ainda hoje dificilmente aceite na sua transposição oficial impessoal.

O mesmo fundo afectivo de amor pelo próximo institucionalizado está na base de outra instituição cultural tìpicamente portuguesa e brasileira: a «Encomendação das Almas», em que é pedido o perdão e a paz eterna dos que «estão nas penas do purgatório», e também dos que «andam sobre as águas do mar», e que Jorge Dias considera de origem eclesiástica medieval, talvez então extensiva a todo o mundo católico, mas que desaparece com a Renascença, subsistindo apenas aqui, porque a nossa epopeia marítima criou um estado de espírito de incerteza e aflição, e porque a natureza especial do costume tornava-o susceptível de um conteúdo afectivo profundo, de piedade cristã e compassividade fraterna.

Mas mesmo no campo das actividades económicas, especialmente na vida rural, vemos perdurarem as formas qualitativas da economia primitiva, ainda plenas de valores sentimentais, que resistem tenazmente à progressiva invasão dos conceitos quantitativos que dominam a vida moderna, standardizados e desumanizados, em função de uma civilização vertiginosamente tecnicista, tendo em vista o progresso material, a produção competitiva, o egoísmo individual, ou a solução de problemas colectivos impessoais. A nossa gente

do campo desconhece, na grande maioria dos casos, as puras categorias económicas objectivas, da produção, do trabalho, do capital, do juro e do preço, e o valor e a obrigatoriedade estrita do tempo; na sua elaboração teórica e prática intervém sempre uma dimensão afectiva, que, por outro lado, se apoia na tradição. Já noutro lugar estudámos as múltiplas formas de trabalhos colectivos gratuitos e recíprocos, por ajuda mútua da vizinhança, que são o sistema corrente em muitas regiões do País, e que parecem representar vestígios de velhos colectivismos agrários; eles subsistem, a despeito dos seus inconvenientes, porque em relação à terra, o trabalho é ainda principalmente pão e vida, e não lucro nem dinheiro, e porque o elemento lúdico é um factor fundamental, que não se dissocia do económico; ignora-se a contabilização agrícola, e a rotina sub-produtiva esconde um sentido quase ainda místico dos cultivos tradicionais basilares.

No próprio comércio urbano, de certo modo, vemos também aflorarem estes conceitos e princípios afectivos: a compra e venda toma, muitas vezes, o aspecto especial de uma relação pessoal, pretexto de conversas em que jogam sentimentos humanos, em que os preços flutuam em longos debates, em que se solicitam e se fazem descontos e brindes que por vezes absorvem o lucro das operações — tudo isso por considerações perfeitamente estranhas à rigorosa quantificação económica e capitalista.

Na mesma ordem de ideias, é vulgar em Portugal—e também especialmente no campo—, a oferta espontânea e o serviço gratuito; pode haver e certamente há quase sempre, um fito interessado e indirecto na gratificação; mas de facto, a ajuda prestada é-o em nome do amor do próximo, e não é paga nem tem preço admissível.

Onde, porém, esta associação de formas e conceitos arcaicos e de uma profunda afectividade e poder de simpatia aparece com maior e mais consequente evidência, é no capítulo especial da estrutura da sociedade portuguesa e das relações familiares, dominadas ainda hoje por uma atmosfera difusa de patriarcalismo que dá o tom da vida da casa portuguesa, dos laços que unem numerosas pessoas entre si, e até do próprio capitalismo. Além dos casos perfeitos de família extensa que ainda existem em Portugal, a família é, de um modo geral, concebida como um vasto agregado solidário, que abrange toda a parentela, e se traduz em protecção, amizade, frequentação assídua, e um certo exclusivismo que está na base de numerosos casamentos intra-familiares. A casa é geralmente uma ampla unidade que compreende toda a gente que nela vive e trabalha, senhores e servidores; em muitas famílias, as velhas criadas que já não trabalham continuam em casa, numa verdadeira atmosfera de gineceu; os seus filhos são educados, colocados e portegidos pelos patrões, e quando elas morrem, estes por vezes usam luto. Os servi-

dores não são puros elementos de trabalho, que o salário liquida: são pessoas ligadas a essa unidade que é a casa familiar por fundos laços sentimentais. As gerações de caseiros sucedem-se; se o ano é mau, as rendas podem perdoar-se; os senhores apadrinham os filhos dos caseiros, e ajudam-nos em casos de doença ou necessidade, com uma vaga noção de obrigação ou responsabilidade de chefe; nas festas cíclicas, Natal e Páscoa, há trocas recíprocas de presentes; etc.

É precisamente sob esse aspecto arcaisante de patriarcalismo que o compadrio, na sua forma mais importante e significativa, se apresenta em Portugal: patriarcalismo que se manifesta na ampliação do conceito extenso de família, com as suas implicações afectivas e sentimentais, ao afilhado — e até por vezes à sua família —, que fica incluído na unidade da casa, ao mesmo tempo que a riqueza e complexidade das regras tradicionais por que a instituição se rege, e, em certos casos, a sua absorção por ideias mágicas especiais, parecem indicar a feição arcaica de alguns elementos da sua estrutura.

Conhecemos em Portugal várias formas de compadrio, de naturezas diferentes. A mais importante e aquela em que a relação do parentesco cerimonial é mais significativa e tem maior alcance social, é sem dúvida a que resulta do baptismo; mas existe também um compadrio especial, de efeitos temporários e muito atenuados, que resulta de certas práticas e jogos integrados no complexo cerimonial de determinadas celebrações cíclicas, nomeadamente o Carnaval e o S. João; e ainda um compadrio artificial, de eleição livre e arbitrária, que é apenas um meio de criar laços afectivos entre pessoas que se encontram em situações materiais e sentimentais particulares.

I — COMPADRIO NORMAL, RESULTANTE DO BAPTIZADO

O compadrio resultante do baptizado é a relação de parentesco cerimonial que o baptizado cria entre os padrinhos e os afilhados ou seus pais — os «compadres» —. Essa relação assenta num certo número de regras e traduz-se em deveres e obrigações recíprocas, umas e outras mais ou menos obrigatórias e uniformes. Entre as primeiras, destacaremos as que dizem respeito à escolha dos padrinhos, e, por vezes, do nome dos afilhados; entre as segundas, as que existem na ocasião do baptizado, e as que subsistem pela vida fora.

Escolha dos padrinhos — A escolha dos padrinhos pode, conforme as localidades onde o costume se observe, ser livre — ou melhor, ser determinada apenas por razões afectivas ou de conveniência —, ou obedecer a determinadas regras tradicionais, de precedência ou magia. De acordo com o costume, os padrinhos são geralmente pessoas da família próxima da criança — irmãos, tios ou avós —, escolhidos, em certos sítios, na linha paterna ou materna,

conforme a criança (e principalmente se se trata do primeiro filho) é varão ou rapariga. Quando assim sucede, a qualidade de padrinho sobreleva o parentesco de sangue, e o afilhado trata o tio, avô ou mesmo irmão, por «padrinho».

Padrinho e madrinha não são necessàriamente casados nem da mesma família; pelo contrário, verifica-se uma total independência de situações de um perante o outro, e não há sequer nome especial para designar a relação existente entre eles, que, além disso, nenhuns efeitos produz. Conhecemos apenas um exemplo — e esse de carácter negativo — em que o padrinho não deve ser noivo da madrinha, sob o risco de nunca mais casarem; mas, noutras regiões, escolhe-se mesmo muitas vezes para padrinhos um casal de namorados, para desse modo os aproximar e fomentar o seu casamento.

Em alguns casos, vêem-se padrinhos e madrinhas que devem ser tios e tias ou avô e avó da criança, cada qual da sua linha; mas é evidente que a relação funda-se no parentesco que ambos têm com o afilhado, e não em qualquer relação entre eles próprios. De resto — à parte o caso dos avós, que aparece em alguns lugares com carácter relativamente obrigatório —, os demais exemplos são puramente ocasionais, e não correspondem a uma regra precisa.

São também relativamente frequentes em Portugal as afilhados de Nossa Senhora, sob várias das suas invocações — da Conceição, da Consolação, etc. —, e, nesses casos, o baptizado faz-se pela aposição do seu emblema ou da coroa da sua imagem sobre a cabeça da criança, pelas mãos de um seu procurador; na mesma ordem de factos, conhecemos também afilhados de S. José.

Quando os padrinhos são pessoas estranhas à família, é frequente todos os irmãos do afilhado lhes darem também o nome e tratamento de padrinhos, e respeitarem-nos como tais; além disso — e dentro precisamente de um conceito patriarcal — estenderem esse nome e tratamento às demais pessoas da família próxima dos padrinhos.

O tratamento de «compadres» entre os padrinhos e pais dos afilhados não é de uso geral, especialmente entre pessoas de classes elevadas; mas encontra-se em certas partes, e é sem dúvida, a palavra corrente pela qual é designada a relação objectiva de parentesco entre aquelas pessoas.

Em certos sítios, os padrinhos de baptizado são também geralmente os padrinhos do casamento.

O baptismo e o compadrio estão por vezes em relação com certos elementos sobrenaturais, e aparecem então revestidos de virtudes mágicas; o facto parece representar a absorção, pela prática cristã, de quaisquer regras anteriores ou exteriores a ela, em que jogam elementos muitos arcaicos. Assim, em inúmeras localidades, o filho ou filha que nasce depois de uma série de sete filhos do

mesmo sexo, deve ser afilhado do seu irmão ou irmã mais velho, sob pena de, não o sendo, ficar a «correr o fado», isto é, ser «lobisomem» ou «bruxa»: então, levanta-se de noite, espolinha-se na cama de qualquer bicho — cão cavalo, porco, etc. —, toma a sua forma, e corre assim sete freguesias, sete pontes, sete fontes, sete montes, regressando enfim à sua cama na mesma noite. Em certos sítios, além desta ameaça, tal criança pode também vir a sofrer do «mal da gota» (epilepsia), sendo idêntico o remédio preventivo.

Um elemento mágico semelhante aparece na crença, corrente também em muitos lugares, de que a criança poderá igualmente vir a «correr o fado» se, na cerimónia do baptizado, o padrinho se enganar ou omitir palavras do «Credo». O remédio então é a prática geral, conhecida em todo o País, contra esse mal: para se «quebrar o fado» de alguém condenado a «corrê-lo», o «lobisomem» ou a «bruxa» devem ser feridos até sangrarem, por alguém que, munido de um chuço ou coisa semelhante, e encerrado dentro de um signo-salomonis, numa encruzilhada, os veja passar na sua forma animal.

Escolha do nome — O nome da criança é as mais das vezes sugerido pelos pais ou os padrinhos, com acordo recíproco; mas conhecemos exemplos em que esse direito pertence aos padrinhos — à madrinha se a criança é varão, ao padrinho se ela é fêmea. É vulgar dar-se-lhe o nome do pai ou da mãe, de algum parente, próximo ou não, que merece particular estima ou veneração, de algum amigo especial ou personagem célebre, histórico ou de ficção; muitas vezes, porém, o afilhado recebe o nome do padrinho ou da madrinha, e, em certas famílias com uma forte estrutura patriarcal, os próprios apelidos do padrinho, que substituem os dos pais.

É também frequente a criança receber o nome do santo do dia do seu nascimento, ou o de qualquer santo que seja objecto de devoção especial; e esse nome pode aparecer sòzinho ou aposto a um nome escolhido em função de outras regras; neste último caso, vê-se muitas vezes o nome do santo figurar entre os nomes de todos os filhos do casal.

No caso, já mencionado, de um oitavo filho ou filha de uma série de sete irmãos ou irmãs, a condenação ao «fado» ou ao «mal-de-gota» pode também ser esconjurada por um nome especial, variável conforme os lugares, que toma valor mágico; tal é o caso, por exemplo: «Bento», ou «Adão» e «Eva». A criança ficará a chamar-se, no primeiro caso, por exemplo: Manuel Bento da Silva, ou Maria Bento da Silva. Esta prática aparece por vezes com validade mágica profiláctica plena por si própria, outras vezes como complemento necessário do apadrinhamento pelo irmão ou irmã mais velhos.

O parentesco cerimonial de padrinhos e afilhados aparece relacionado com a magia ainda por outras formas; assim, em diferentes sítios, quando a criança é muda ou tardia no falar, a madrinha deve ir com ela, às vezes metida

num fole às costas de vários homens, pedindo às portas de um número certo de casas — três, nove, etc., conforme o costume local —; as casas devem todas ter duas portas; as pessoas não chamam pelos donos; entram por uma das portas, e depois de estarem dentro pedem a esmola, dizendo:

«Dai a esmolinha
Ao pobrinho do fole,
Que quer falar e não pode»;

recebem então a esmola que deve ser sempre em espécies comestíveis, e saem pela outra porta; o que recebem deve ser comido pela criança, e o que sobejar pela madrinha ou a mãe.

Em certos lugares, finalmente, a criança, antes do baptismo, leva um nome especial — por exemplo: «Custódio» —, que tem o poder de, antes do sacramento, a preservar provisòriamente do mal.

Vejamos agora os deveres e obrigações resultantes das qualidades recíprocas de padrinhos, afilhados e compadres, distinguindo entre deveres e obrigações dos padrinhos na ocasião do baptisado, e deveres e obrigações gerais daquelas pessoas pela vida fora.

Deveres e obrigações dos padrinhos e outros costumes, na ocasião do baptizado.

Em certos lugares, de acordo com a tradição, o baptizado deve realizar-se dentro dos oito dias que se seguem ao nascimento da criança, num domingo se ela for filha do matrimónio, tocando o sino festivamente, e à semana no caso contrário, não tocando então o sino de maneira nenhuma. A mãe geralmente não vai à igreja; a criança é conduzida ao colo pela parteira, acompanhada pelo pai, padrinhos, e o restante cortejo de convidados e acompanhantes. No Leste Transmontano, o padrinho pega à cruz, entre o pai e outro homem, que levam, cada qual, uma lanterna; em certas regiões do Minho, é o pai quem pega à cruz, se o neófito é filho legítimo; não o sendo, quem pega nela é um homem qualquer, geralmente o sacristão, para evitar «maus ditos».

A criança vai para a igreja embrulhada numa baeta, que, sobretudo se ela é varão, é geralmente oferecida pelo padrinho. Neste caso, essa baeta pode ser uma peça luxuosa, bordada com dizeres alusivos, como: «Lembrança do Padrinho», etc.. Nos meios urbanos e nas classes elevadas ou mais ricas, conhece-se também o vestido comprido, branco, e de luxo, com rendas e bordados, que serve para o baptizado dos vários irmãos, e se conserva como uma relíquia.

Antes do baptismo, o neófito não passa, dentro do templo, acima do baptistério; depois de baptizada, a criança é levada pela madrinha ao altar da

Senhora de invocação local – da Conceição, das Dores, etc. –, e aí, vestida com as roupas novas que a madrinha lhe oferece nessa ocasião; em seguida, para evitar que ela venha a sofrer de doenças da barriga, ou para que seja mansa, etc., fá-la, conforme as localidades, rolar ou dar três tombos em cima do mesmo altar.

Nessa ocasião, em alguns lugares, a madrinha oferece também ao pároco, para este limpar os Santos Óleos, um pano de linho branco, fino e com rendas, a que se dá o nome de «capelo».

No fim do baptizado, à saída da igreja, a madrinha deve distribuir pelos rapazes, ou por todas as pessoas que encontra ou lho pedem, pão de trigo, e às vezes também doces, confeitos ou mesmo dinheiro, a que chamam *Molete, Samagaio, Sabatina, Raiva da criança*, etc., conforme os locais.

De regresso a casa dos pais, é já a madrinha que traz a criança ao colo, dizendo ao chegar, e quando a entrega à mãe, uma frase consagrada, alusiva ao acto purificador e de iniciação: «A senhora comadre mandou para a igreja uma pedrinha branca, e eu trago-lhe aqui, em vez, uma linda santa», ou «Senhora comadre, aqui lhe trago o seu menino, que mo deu pagão e lhe entrego cristão». E em certos sítios, entende-se que, após esta entrega, a criança deve ficar sem mamar o maior número possível de horas, porque, se mais tarde vier um dia a naufragar, resistirá igual número de horas sem se afogar. Esta crença mostra bem, mais uma vez, a associação do maravilhoso ao acto baptismal.

Em casa dos pais é servida uma refeição festiva e muito melhorada, para a qual se convidam parentes e amigos; esta refeição, contudo, não parece comportar pratos ou manjares cerimoniais específicos.

Vimos já que o padrinho oferece geralmente a baeta em que a criança é embrulhada no seu transporte para a igreja; em muitos lugares, porém, ele oferece a baeta se o afilhado é varão, e uns brincos – por vezes além da baeta – se é rapariga. É também o padrinho quem geralmente paga o baptizado e gratifica o sacristão, hoje normalmente com dinheiro, mas outrora em espécies alimentares, determinadas pelo costume.

A madrinha, por seu lado, dá, como vimos, o enxoval do afilhado, distribui o pão e confeitos pela assistência, e, em certos lugares, faz também ao padre ofertas alimentares específicas.

Deve-se notar que estas obrigações dos padrinhos, aparecem, nos casos mais completos e preservados, a par com o direito de escolha do nome do afilhado, segundo as regras que atrás indicamos: pela madrinha, se a criança é varão, e pelo padrinho, se é rapariga.

No Leste Trasmontano, segundo um costume que vemos em outras cerimónias afins, tais como casamentos, faz-se, à saída da igreja, uma «talan-

queira», que o padrinho tem de «desempenhar»: as raparigas mordomas da Senhora colocam, no meio do caminho, uma cadeira a barrar a passagem, com um cordão de ouro atravessado, que duas delas seguram cada qual por sua extremidade; para que a cadeira seja arredada e se possa passar, o padrinho tem de «desempenhar a talanqueira», isto é, pagar o que for oferecendo e que as moças entenderem. Este dinheiro que, nessa região onde perduram tantas formas arcaicas, representa talvez o tributo de admissão do neófito na comunidade – tal como o das talanqueiras dos casamentos o é da compra da noiva –, é hoje destinado à Senhora.

Em certos sítios, se o afilhado vem a morrer antes de ter feito a comunhão solene, o padrinho paga o seu enterro, e, no préstito fúnebre, leva a cruz. O afilhado deve aos padrinhos respeito, que se traduz em obediência e na obrigação de os cumprimentar sempre que os encontre, pedir-lhes a bênção, e beijar-lhes a mão. Os padrinhos devem protecção e ajuda ao afilhado, sempre que ele precise, e especialmente na falta dos pais. De facto, não são excepcionais os exemplos de padrinhos que recolhem os afilhados em sua casa, os educam e se ocupam de lhes arranjar uma profissão ou um modo de vida.

Entre compadres, a lei é da mesma maneira «respeito», que decorre certamente do fundamento religioso do parentesco que existe entre eles. O Código Civil não consigna o impedimento de casamento entre compadres; mas lembramos que D. Pedro não pôde casar com D. Inês de Castro porque entre eles havia o impedimento eclesiástico do parentesco espiritual, derivado do facto de D. Inês haver sido madrinha do Infante D. Luís, primogénito de D. Pedro e de D. Constança.

O dever específico, regular e normal, que a qualidade de padrinho impõe para com o afilhado, é porém o da oferta do «folar» de Páscoa, que põe assim a instituição do compadrio em relação com certos manjares cerimoniais próprios dessa época festiva e solene. Em sentido muito amplo, «folar» é todo o presente de Páscoa; numa acepção especial, o «folar» significa a oferta de Páscoa nos casos de parentesco cerimonial, dos padrinhos aos afilhados, dos namorados entre si, etc.; e é também a oferta ao padre, geralmente em ovos ou dinheiro, na ocasião da visita pascal, chamada «o compasso»; em sentido restrito, «folar» é um bolo cerimonial, especial dessa época, que no sul é de massa doce, com um ovo cozido inteiro, por vezes tingido, que emerge recoberto por tiras da mesma massa, e em Trás-os-Montes é gordo, encerrando pedaços de carne de várias espécies, e principalmente de porco; no Noroeste Atlântico, porém, o bolo de Páscoa é o «Pão de ló», e a palavra «folar» designa a oferta da Páscoa em geral, que pode ser um desses manjares ou uma simples rosca, regueifa ou pão-doce, ou mesmo qualquer outra coisa.

Na maioria dos casos, o «folar» ou oferta dos padrinhos é um dos bolos cerimoniais específicos da ocasião; na região de Aveiro por exemplo, ele é uma regueifa de pão-doce, com um ovo cozido em cima, inteiro e tingido; em Vilarinho (Vila do Conde), é um pão de ló, ou, entre pessoas com menos posses, uma rosca de trigo enfeitada; este mesmo tipo se encontra em Fafe, na Póvoa de Varzim, etc.; nesta última localidade, os afilhados levam essa rosca pela rua, enfiada num braço; e o costume é tão arraigado, que os padrinhos não se dispensam da sua oferta, mesmo que, para a sua realização, tenham de se empenhar. Em Guimarães, o «folar» dos padrinhos é igualmente a rosca de pão de ló; e algumas madrinhas, aos afilhados ainda pequenos, mandam ovos tingidos.

Estes diferentes tipos de «folares», pães de ló, e bolos de Páscoa, que constituem os presentes de Páscoa e também a sobremesa obrigatória da refeição desse dia, cozem-se tanto em casa como nas padarias, tendo-se até — nomeadamente os pães de ló —, transformado em especialidades de certos centros regionais afamados, que nessa ocasião inundam o País com os seus produtos; mas, por outro lado, a comercialização dos tipos mais vulgares é ainda hoje atenuada, e as padarias fazem-nos mais em vista de encomendas e da sua clientela habitual, do que como objecto de um comércio impessoal; e, nas casas ricas do campo, muita vezess, coze-se patriarcalmente um grande número de «folares», «regueifas», ou «roscas», destinadas aos numerosos afilhados dos senhores que nelas habitam.

Esta obrigação do parentesco cerimonial cessa, em certos sítios, com o casamento do afilhado; mas em Vilarinho e no Mindelo, por exemplo, esse final é assinalado por uma formalidade especial: no dia seguinte ao do seu casamento, os afilhados vão «levar a fatia», aos seus padrinhos, isto é, fazer-lhes uma visita solene e presenteá-los com uma fatia de bolo, pão de ló ou outro manjar; e no Mindelo o costume completo comporta ainda uma última obrigação, por parte do padrinho, de devolver a oferta da «fatia» na próxima Páscoa.

Em Fafe é a maioridade aparente do afilhado que marca o termo do costume; mas logo que aquele deixa de ser criança, os padrinhos preferem dar um «folar» em dinheiro, porque teriam «vergonha» de se apresentar com uma rosca. Na região de Castelo Branco, o «folar» da Páscoa são bolos de farinha triga com ovos, que os afilhados vão buscar a casa dos padrinhos no dia de Páscoa, cessando a obrigação destes, como em Fafe, quando o afilhado se faz homem, sem data precisa; em Fermentelos (Águeda), pelo contrário, são os padrinhos quem, na manhã do mesmo dia, vão levar o «folar» a casa dos afilhados; estes, ostentando as suas galas, vão de tarde agradecer-lhes e pedir-lhes a bênção, e estas visitas obrigatórias dão uma nota de animação à povoação.

No distrito de Bragança em geral, os padrinhos dão também aos afilhados o «folar» pela Páscoa; esse «folar», em certos pontos, pode ser, por exemplo, um chouriço ou qualquer espécie de fumeiro; e este costume, como o dos «folares» gordos da região, parece pôr as celebrações alimentares desta província em relação com o porco, cuja pre-eminência na região se documenta de várias maneiras, desde a época da cultura dos «berracos».

Nas cidades, e em geral nos meios em que os costumes tradicionais são atenuados, o «folar» do padrinho é a sua oferta de Páscoa, que embora constitua do mesmo modo a sua obrigação normal, não apresenta as mais das vezes — pelo menos actualmente — carácter alimentar obrigatório nem qualquer definição qualitativa precisa; são aí vulgares os «folares» em dinheiro, especialmente em moedas de oiro, em roupas, objectos diversos, brinquedos, etc. Num conceito idêntico, o «folar» que em Castêlo (Sertã) os padrinhos dão aos afilhados pela Páscoa consta de roupas, amêndoas e bolos de Páscoa, feitos de farinha triga, açúcar e canela, encimados por um ovo ou dois, tintos com casca de cebola.

Por vezes — e em especial nas cidades —, a oferta do «folar» alimentar, em dinheiro, ou em objectos, deve ser precedida da oferta também obrigatória e cerimonial, das amêndoas, pelos afilhados aos padrinhos ou, noutros casos, de flores no Domingo de Ramos; trata-se de um costume que foi absorvido pelas regras das boas-maneiras das classes elevadas, e se erigiu em contrapartida prévia da obrigação do «folar» pelos padrinhos.

Em S. Mamede de Riba-Tua, os rapazes, no dia de Ramos, oferecem às suas madrinhas ramos espetados em altos paus, com alecrim, laranjas e doces, que foram antes benzidos no altar-mor; as madrinhas retribuem-lhos, no Domingo de Páscoa, a seguir, com a oferta do «folar». Neste exemplo, como em outros referidos a casos diferentes, vemos a relação de ordem geral que existe entre o Dia de Ramos e o de Páscoa exprimir-se em função da norma fundamental que regula o parentesco cerimonial entre padrinhos e afilhados.

II — COMPADRIO ESPECIAL, RESULTANTE DE CERTAS PRÁTICAS OU DIVERSÕES INTEGRADAS NO COMPLEXO CERIMONIAL DE DETERMINADAS CELEBRAÇÕES CÍCLICAS: OS «COMPADRES» E AS «COMADRES» DO CARNAVAL E DO S. JOÃO

Em grandes áreas esparsas por todo o país, tem lugar, na quadra carnavalesca, uma diversão específica, pela qual se criam relações muito precárias e de carácter temporário entre rapazes e raparigas, que, com base nela, se constituem reciprocamente «Compadres» e «Comadres» do Carnaval. Nos casos mais perfeitos e normais, a celebração desdobra-se, e tem lugar em dois dias diferentes, que ora são as duas quintas-feiras que precedem o Entrudo,

ora, mais raramente, a última quinta-feira antes e a primeira depois do Domingo Gordo, que levam respectivamente o nome de Dia das Comadres e Dia dos Compadres.

Em certos sítios, o jogo consiste apenas na confecção de bonecos vestidos de homem, por parte das raparigas, e de bonecas vestidas de mulher, por parte dos rapazes, que são exibidos por cada um dos grupos no seu dia próprio, e dos quais o grupo oposto tenta apoderar-se. Esses bonecos são, a final, queimados, servindo a queima de pretexto a um desses «testamentos» jocosos e satíricos, tanto na tradição portuguesa; eles representam talvez uma dupla personificação do Entrudo, e em todo o caso o cenário da diversão parece indicar que o jogo carnavalesco mascara uma prática de oposição e luta simbólica entre os dois grupos sexuais, com figurações transpostas, que foi absorvida pela técnica das personificações do Carnaval e dos elementos característicos das celebrações desse tipo, e que interessa ao problema do compadrio apenas pelo nome que suscita.

Em lugares diferentes, porém, existe um outro jogo de «Compadres» e «Comadres» do Carnaval, que, embora afim deste, é mais significativo, e implica certas relações sociais. Nesses exemplos, nos dois dias das «Comadres» e dos «Compadres», fazem-se sorteios em vista de «casamentos» carnavalescos — os quais, sob outras formas, são também um costume corrente no Carnaval português. Colocam-se, num saco, bilhetes com os nomes dos rapazes disponíveis; em outro, bilhetes com os nomes das raparigas nas mesmas condições; duas pessoas vão tirando os bilhetes — uma, do saco dos rapazes, outra do das raparigas, que, assim acasalados, ficam sendo «Compadres» e «Comadres. No Dia das Comadres, «buzina-se» primeiro o nome das raparigas, e as pessoas ficam «Compadres» e «Comadres» apenas até ao Dia dos «Compadres», na semana seguinte; no Dia dos «Compadres», «buzina-se» primeiro o nome dos rapazes, e o sorteio anula o da semana anterior: as pessoas ficam «Compadres» e «Comadres» até ao Dia das «Comadres» do ano seguinte. O «Compadre» tem a obrigação de dar à sua «Comadre» uma prenda, e no dia da entrega dessas prenda, pode conversar com ela com preferência sobre o próprio namorado que ela porventura tenha. Às vezes, no dia das «Comadres» as mulheres da casa apresentam um jantar melhorado, para mostrar aos homens o que são capazes de fazer no seu dia, e para terem paga semelhante no dia deles; no Dia dos «Compadres», são os homens da casa quem dá as ordens e dispõe as coisas, fazendo-o o melhor que podem, para mostrarem superioridade sobre as comadres.

O costume dos «Compadres» e das «Comadres» do Carnaval pode ser comparado e parece representar o mesmo que se verifica em várias regiões da França, como, por exemplo, no Bourbonnais, onde se celebrava a quinta-

-feira anterior ao Carnaval como sendo o dia da festa dos rapazes, o Domingo de Carnaval, como sendo o das raparigas, a quinta-feira seguinte como o das mulheres, e o primeiro Domingo da Quaresma, como o dos homens; em Mônetier-les-Bains, onde as quatro quintas-feiras anteriores ao Carnaval se celebram como sendo as dos rapazes, raparigas, pais e mães, respectivamente; na Alsácia, onde, além da Festa dos Amos, em Domingo Gordo, se celebram os dois primeiros Domingos da Quaresma como sendo o dos rapazes e o das raparigas; etc..

Referindo-se às cerimónias estivais na Sicília e na Sardenha, Frazer fala nos «Compadres» e «Comadres» de S. João, que se apresentam ali em conexão com determinadas oferendas vegetais consideradas pelo Autor como sobrevivências dos «Jardins de Adonis», que faziam parte do ritual dos velhos cultos naturalísticos de Adonis e de Tammuz. Na Sicília, pares de rapazes e de rapraigas tornam-se «Compadres» e «Comadres» de S. João arrancando cada qual, nesse dia, um cabelo da sua cabeça, e amarrando-o em seguida, de modo a formarem um laço, que guardam por toda a vida; noutros lugares, trocam entre si pratos ou vasos com certas plantas, que guardam igualmente como uma relíquia; em Catânia, essas plantas seriam, entre outras, o manjerico, também consagrado em Portugal nesta festividade. Na Sardenha, um rapaz, com grande antecedência, convida uma rapariga para sua «comadre de S. João»; esta prepara então um vaso de cortiça, semelhante aos que se conhecem entre nós, e semeia-o com trigo e cevada, que, muito regado e tratado com especial cuidado, cresce muito ràpidamente, tal como sucede com as «cabeleiras» que na Beira-Baixa são também objecto especial de oferendas desta ocasião. No dia de S. João, o rapaz e a rapariga, trajando de gala, e à frente de um vistoso séquito, vão em procissão até à igreja, contra a porta da qual escacam o caso da oferenda, e em seguida todos os presentes, sentados em roda, na relva, cantam, de mãos dadas, bebem, e, quando estão cansados de cantar, levantam-se e dançam alegremente. Em Ozieri, porém, nesta última ilha, o costume apresenta certos traços especiais: em Maio preparam-se os vasos de cortiça, com as oferendas vegetais, ornamentados com sedas e fitas de cor, e contendo um boneco de pano, de forma priapoide; na véspera do S. João, os peitoris das janelas são decorados com colchas e colgaduras, sobre as quais se colocam os vasos; os rapazes novos andam em grupo pelas ruas, olhando os vasos e as decorações, enquanto esperam pelas raparigas, juntando-se finalmente todos no largo da aldeia, onde se faz uma grande fogueira, em torno da qual se dança e se brinca. Aqueles que querem tornar-se «compadres e comadres de S. João», põem-se cada qual de um dos lados da fogueira, agarrando as pontas de um pau que passam três vezes pelas chamas; este cerimonial sela as suas relações recíprocas, e a festa continua com música e dança pela noite fora.

Pelo seu lado, Ferreira de Castro narra um costume brasileiro que presenciou na Amazónia, também próprio da noite de S. João, que se apresenta com características formais semelhantes às que descrevemos em Ozieri, mas com um conteúdo e significado totalmente diversos: «Quem queria padrinho, compadre, primo ou tio, sacava um lenço, segurava uma das pontas, dava a outra ao futuro parente, e, três vezes seguidas, passava-o sobre o fogo, dizendo respeitosamente: — S. João, S. Pedro, S. Paulo e todos os santos da corte do céu sirvam de testemunha que seu F... é meu compadre». E estes padrinhos «pelo condão da fogueira» haviam de dar bênçãos toda a vida sempre que um deles se aproximasse.

Este compadrio, que implica também a ideia de «respeito» — que, na novela, se opõe mesmo a uma proposta desonesta de um «compadre» à sua «comadre» do S. João, funcionando como um verdadeiro impedimento especial —, tem para nós o interesse notável de representar a assimilação pela prática italiana dos «compare e comare di San Giovanni», que parecem apenas apontar uma remota significação de fertilidade, do sentido patriarcal de protecção do compadrio português, transformando esses compadres, em outros lugares apenas festivos, em pessoas ligadas por laços especiais de solidariedade e estima mútua e eficiente, que uma cerimónia objectiva torna obrigatória.

III — COMPADRIO ARTIFICIAL

Designamos por compadrio artificial uma forma especial de relações sociais, criadas arbitràriamente e por eleição livre, como meio de estabelecer laços afectivos entre pessoas que se encontram em situações particulares; é o caso, por exemplo, das «madrinhas de guerra», ou outras categorias de compadrio excepcional ou de emergência, que visam ao conforto moral e material dos «afilhados». Deve notar-se que esta prática, para além da sua precária fundamentação cerimonial, tem um alcance teórico considerável, como efectivação de um sentido geral de solidariedade e ajuda efectiva; na realidade, ela consiste apenas num modo de estabelecer relações, que muitas vezes esconde um propósito de mera aproximação sexual, desvirtuando o seu significado como forma, mesmo atenuada, de compadrio. Ela interessa-nos, porém, porque acentua o sentido implícito da palavra «compadrio», que, para lá da sua etimologia, indica o significado real mais relevante da instituição.

O duplo sentido de protecção e respeito entre padrinhos, afilhados, e compadres, que é uma característica geral e essencial da instituição, toma porém entre nós, como vimos, um aspecto especial, com grande projecção social muito significativa; na verdade, eles servem de base à assimilação, pela ins-

tituição das tendências afectivas patriarcalistas peculiares da nosssa cultura própria, conferindo-lhe feições originais e suscitando formas excepcionais, que a individualizam e integram na tradição portuguesa genuína.

Vimos já que os padrinhos são muitas vezes escolhidos, por razões de conveniência que se transformaram numa regra de carácter cultural, entre pessoas com posição social e económica superior à da família do afilhado; é normal — e constitui até de certo modo uma prova de deferência — a gente do campo, servidores ou caseiros, e os empregados ou funcionários subalternos e modestos, pedirem aos seus senhorios, patrões ou superiores hierárquicos que eles ou alguns dos seus filhos apadrinhem um seu filho, e às vezes até toda a sua prole. E assim, além da ajuda derivada das obrigações normais dos padrinhos, pagar o baptizado e dar o «folar», coloca-se o afilhado, e também de certo modo o próprio compadre e a sua família, sob a protecção do padrinho, que fica com o dever moral de o ajudar em quaisquer dificuldades, de lhe conseguir uma carreira ou emprego, etc.; e o significativo é que esta regra encontra o seu apoio natural na própria constituição afectiva conceptual da gente portuguesa. Na realidade, o móbil interessado esconde mal essa característica patriarcal de protecção. Dissemos, atrás, que os padrinhos dão às vezes aos afilhados nodestos os seus apelidos familiares próprios; no campo, é frequente as famílias das casas mais importantes, nobres ou abastadas, terem numerosos afilhados, filhos das pessoas que as servem, que muitas vezes são absorvidos pelo agregado familiar extenso, vivendo e trabalhando na casa dos padrinhos, que passa a ser a sua, numa manifestação de afectividade essencial e cultural, e ao mesmo tempo de domínio senhorial, dentro de um puro espírito patriarcal. No Alentejo, onde as diferenças económicas são radicais, existia um compadrio muito consequente entre senhorios ou rendeiros e trabalhadores, que criava laços de afeição e sentimentos de união entre pais e padrinhos, compensando em parte o egoísmo social e o exclusivismo da família nuclear, que domina o ambiente daquela província.

Mas esta resolução afectiva, que é um dos traços fundamentais e característicos do panorama social e cultural português, parece também estar na base do compadrio no Brasil, em certas das suas formas principais. Além do sentido afectivo do compadrio do S. João, a que já aludimos, e que deixa transparecer o significado espontâneo da instituição naquele país, Gilberto Freyre fala no apadrinhamento de filhos de escravos pelos seus senhores, dentro de um espírito de patriarcalismo e protecção perfeitamente semelhantes ao que nos habituamos a ver entre nós, e tão vigoroso que, analisando a sua carga afectiva, merece do Autor a classificação de paternalismo ou maternalismo. E isto parece sem dúvida pôr a instituição brasileira em estreita relação com o sentido fundamental do compadrio em Portugal.

ORIGINALIDADE DE GOA

ORLANDO RIBEIRO
Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

A expansão portuguesa teve como base o comércio marítimo; a fixação da população originou a criação ou o aproveitamento de uma agricultura de subsistência; a escassez numérica dos ocupantes criou um apelo de mão de obra e abriu o caminho à integração de gente estranha, sob duas formas: assimilação e mestiçagem. Estes caracteres, comuns a todos os lugares, suscitaram, em cada um deles, reacções diferentes; em Goa revestiram formas especiais, que provêm do alto nível da civilização hindu e da estrutura muito especial da sua sociedade. Por outro lado, aqui existiu e brilhou no máximo esplendor a mais importante das cidades que os Portugueses fundaram no mundo tropical, grande centro de proselitismo religioso de que dão testemunho as suas imponentes igrejas; todo o seu aro foi profundamente marcado por uma ocupação de quatro séculos e meio, onde se gastaram, sem contar vidas, capacidades e dinheiro. Duas grandes civilizações, em tantos aspectos feitas para se repelir, entraram aqui em contacto fecundo; nesse contacto reside essencialmente a originalidade de Goa.

Em África, o fundamento do comércio marítimo foi constituído pelos escravos e pelo ouro, nas ilhas atlânticas por produtos agrícolas de origem mediterrânea (açúcar, vinho, cereais, plantas tintureiras); no Brasil, pelo açúcar; na Índia, pela especiaria. Aqui, nenhuma inovação. Os Portugueses limitaram-se a ocupar, no Oceano Índico, uma série de posições-chaves desse comércio, a policiar os mares, reduzindo a concorrência, desviando para uma rota nova, de que conservaram o monopólio, um instrumento de permuta tradicional, com que inundaram os mercados da Europa. Portanto, apenas ampliação de um tráfico praticado pelos muçulmanos muitos séculos antes da sua chegada.

A agricultura indiana sofre ainda hoje vantajoso confronto com a agricultura mediterrânea tradicional. As ricas várzeas das «Velhas Conquistas», que constituíram como que a periferia rural indispensável à manutenção de uma grande cidade, cultivadas de arroz e de coqueiros, contam-se entre as terras mais férteis e produtivas da costa do Malabar. Perante uma organização tão perfeita da propriedade e da cultura, os Portugueses também nada inovaram. Limitaram-se a transferir em proveito da sua administração os antigos impostos, em favor das igrejas e obras pias as antigas rendas dos pagodes, conservando intacta a organização tradicional das comunidades de aldeia. Ao contrário do Brasil, onde toda a lavoura da cana-de-açúcar tem vincada a marca portuguesa (em contraste com as técnicas indígenas do milho e da mandioca), nenhuma influência se revela em Goa da agricultura dos ocupantes. Goa foi, ao invés, o mais rico centro emissor de plantas que a colonização portuguesa havia de espalhar pela África e pela América (arroz, coqueiro, mangueira, jaca, ata, etc.), tornando-as hoje comuns a todo o mundo tropical; certamente por influência ainda deste contacto, o arroz entrou em tão larga escala nos hábitos alimentares tanto dos Brasileiros e Luso-africanos como das próprias cidades de Portugal. Esta organização rural é tão forte que não penetraram nela, por dispensáveis, duas plantas largamente difundidas a partir do Brasil — o milho e a mandioca —, e apenas o cajueiro, também originário desse país, pela sua rusticidade, veio a ocupar os estéreis planaltos de laterite que espartilham as várzeas. O Brasil desconhecia as organizações políticas indígenas capazes de se oporem, por uma acção de conjunto, aos ocupantes. As lutas travadas foram essencialmente contra hordas mal armadas de índios e a cobiça de concorrentes Franceses e Holandeses. Com os estados africanos da Guiné, Congo e litoral de Moçambique, formações políticas não raro poderosas mas evanescentes, estabeleceram-se relações na base do *resgate,* isto é, de uma economia de troca, em que o sal e os produtos do artesanato europeu (panos, quinquilharias) representariam o principal papel. Os próprios senhores locais se encarregariam de organizar e encaminhar o tráfico de escravos, quando o mercado americano fez chegar ao continente negro o seu ávido e insistente apelo. As condições físicas da África opunham-se à penetração; entre as feitorias litorais, centros destas permutas, a navegação portuguesa encontrava um mar livre de concorrência.

As condições do Oriente eram completamente diferentes. A navegação muçulmana dominava o Oceano Índico, o império turco estendia até à Índia a acção das suas poderosas frotas, a unidade religiosa do Islam fazia ver nos Portugueses não só inimigos encarniçados da sua fé como concorrentes perigosos do seu comércio. O domínio era precário e a cada passo disputado. Durante dez anos se aguentaram os Portugueses vivendo principalmente a

bordo das suas naus. Nas feitorias se concentravam as especiarias e se fabricava o biscoito de que as armadas se proviam para a viagem de regresso; mas elas não ofereciam suficiente segurança. Perante a diplomacia oriental, hábil, dissimulada e tortuosa, as reacções eram por vezes violentas e desastradas. Um punhado de homens arriscados e decididos não hesitava em recorrer a processos cruéis para fazer respeitar a sua fraqueza: cidades bombardeadas, navios incendiados, chacinas de prisioneiros. A conquista de Goa (1510), a ocupação das ilhas fronteiras e das terras de Salcete e Bardez, confinantes com a grande cidade, abriram novas perspectivas. Goa era um dos centros principais da navegação do Malabar, o melhor local para a invernada das naus, a posição mais conveniente para o policiamento da sua costa; mas era também, perto de uma portela dos Gates, constituída pelo sulco de erosão que marca o limite meridional dos *trapps* do Decão, uma das portas de entrada da Índia, por onde se fazia o comércio com o interior. Ao abrigo de estuários profundos e fáceis de defender, protegidos pelo dédalo de canais que circundam as ilhas, podia um povo de marinheiros encontrar aqui um pouso que servisse de centro à sua acção.

Calculou-se em 2.400 o número de homens que cada ano embarcava nas armadas da Índia. Para uma população de pouco mais de um milhão de habitantes era um grande esforço, comparável aos máximos coeficientes da emigração portuguesa contemporânea. Para o «sorvedouro de gente, de armas e de dinheiro» em que a Índia se tornou, um número exíguo, se atendermos à insalubridade dos navios, às acções militares dispersas pelo litoral do Índico e dos seus mares, e aos homens que voltavam à pátria ou se fixavam nas cidades do caminho. Por outro lado, a ocupação de Goa levantou problemas complicados de administração. A recolha de impostos, a gerência dos bens das comunidades, o rendimento dos templos hindus destruídos, a resolução dos litígios de propriedades em que é fértil uma terra densamente ocupada, só poderiam ser levados a efeito com o concurso do funcionalismo local, profundo conhecedor das engrenagens administrativas. Eram precisos *línguas* (intérpretes), agentes diplomáticos que negociassem com os potentados indianos, comerciantes que concentrassem as especiarias e outras riquezas, artífices que não abandonassem os seus ofícios, sobretudo agricultores que abastecessem a cidade, garantindo o cultivo das várzeas em torno dela; em suma, uma população que, vivendo à sombra do domínio português, continuasse a actividade tradicional, deixando aos novos senhores as funções da «conquista, navegação e comércio», com que se arrogava o título do seu rei distante. Dominava entre estes uma consciência de escol que imprimia a qualquer humilde soldado ou marinheiro uma arrogância de fidalgo. Um observador malicioso (Pyrard de Laval) havia de revelar, com espanto dos naturais, que

também entre os Portugueses se encontrava «gente mecânica» e homens que exercessem mesteres humildes. Eles, fatalmente, constituiriam os quadros, nunca a massa da população. Como aumentar esta? Pelos caminhos seguidos em todos os lugares onde os Portugueses se estabeleceram: assimilação e mestiçagem.

Inicialmente a política de Albuquerque, implacável com os muçulmanos que dominavam a região de Goa na época da conquista, garantiu o respeito da religião, dos usos e costumes dos hindus; procurava-se assim, enquanto se levantavam os fundamentos de uma grande cidade portuguesa, assegurar a permanência da população local, conservar o comércio e a agricultura indispensáveis ao seu desenvolvimento e prosperidade. A breve trecho porém, a religião, o mais forte símbolo da civilização do Ocidente, havia de penetrar pela força no âmago desta sociedade protegida. O gentio convertido via com espanto não só manterem-se os privilégios da sua posição social como abrir-se-lhe o acesso a altos cargos da administração local. As vantagens eram tentadoras, e onde elas falhassem, restava o recurso à violência. Pois não iam já na primeira armada da Índia padres e frades encarregados da admoestação dos gentios, com instruções precisas para, se eles resistissem aos meios suasórios persistindo no erro, «meterem tudo a ferro e fogo»?! A inquisição velou depois pela duvidosa pureza da fé destes convertidos e, através das suas proibições ou das suas tolerâncias, não é difícil surpreender a persistência de práticas rituais em que o hinduismo é tão rico. No pátio das casas, onde se erguia o *tulôss,* aconselharam os jesuítas a cultivar a *rosa-angôna,* para assim fazer perder a ideia daquela planta sagrada. Os pagodes foram implacàvelmente destruídos, erguendo-se as igrejas algumas vezes sobre os seus alicerces, abrindo-se para os antigos tanques das abluções rituais; grandes cruzeiros, de um estilo original luso-indiano, santificam o adro onde antes se juntavam os crentes hindus; uma profusão de cruzes e nichos consagram várzeas, comportas, pontes e caminhos; no alto dos outeiros erguem-se santuários e fazem-se romarias. Na margem dos rios e canais que constituem o limite das Velhas Conquistas, levantam-se as igrejas rurais mais sumptuosas, lançando, como um desafio à terra ainda infiel, a imponência das suas fachadas. Raros lugares haverá em Portugal onde as marcas religiosas sejam tão aparentes; neste sentido se falou, com toda a propriedade, de «uma paisagem românica nos Trópicos» (N. Krebs).

O centro desta acção evangelizadora foi a cidade de Velha Goa, na margem de um estuário acessível à pequena tonelagem dos navios do século XVI e XVII. Abandonada aos poucos, quando a navegação requer maiores calados, e, principalmente, quando a concorrência holandesa, depois inglesa, derroga o domínio português do Oceano Índico, assolada por epidemias,

cortejo inevitável da desorganização urbana, os seus palácios sumptuosos caem em ruínas, exploradas como pedreiras de bela cantaria já aparelhada, e as habitações humildes, de paredes de taipa, sob a acção das chuvadas das monções, revertem lentamente à terra de que são feitas. Hoje Velha Goa é um sítio singular, pois dela restam apenas as suas enormes e sumptuosas igrejas perdidas no vasto espaço de um palmar deserto; aí se refugia o último alento de vida da antiga cidade. Sob as abóbadas da Sé, o maior edifício que os Portugueses levantaram no mundo tropical, ressoa o lento salmodear de um cabido todo indiano, que não escutam nenhuns fiéis; apenas, durante dias, a bela igreja jesuítica onde se guarda o túmulo de São Francisco Xavier atrai, numa festa litúrgica e de terreiro, semelhante a uma romaria portuguesa, grande parte da população cristã de Goa, não faltando os peregrinos distantes que aproveitam essa altura para visitar a terra e a família. Entre os devotos do Santo taumaturgo não são raros Hindus, Mouros ou Parses, impressionante exemplo de sincretismo e tolerância que dá bem ideia da irradiação do seu prestígio.

Esta acção religiosa foi verdadeiramente ampla e profunda, criando no flanco do hinduismo um quisto, imobilizado na sua expansão mas irredutível na sua permanência. Como no Peru, onde a Igreja, para triunfar de uma civilização superior, ergueu os seus santuários sobre as ruínas incaicas e adoptou a língua do país para melhor penetrar na vida da população convertida, a igreja de Goa tomou uma cor local inconfundível: todo o clero é indiano, a língua das orações é o concanim (publicam-se jornais e obras pias nesta língua, a *única* da Índia que se escreve com caracteres latinos), a vida religiosa é intensa. As igrejas enchem-se à missa e nas horas de ladainhas. Uma companha de pescadores leva consigo, na sua deslocação, os Santos padroeiros, a quem reza todas as noites, no regresso da faina; fazem-se devoções sem sacerdote, novenas privadas, romagens frequentes; um agrupamento de trabalhadores não deixa de rezar o terço ao cair da tarde; esta é uma das obrigações impostas aos homens sem família que se associam nos *clubs* de emigrantes goeses de Bombaim. Em torno de manifestações de uma fé viva, a população cristã mantém a sua coesão. Com a religião entraram nela usos, reacções, sentimentos, formas da vida de relação, maneiras de trajar, que aproximam dos Portugueses gente separada deles pela origem e pela língua. Porque, se algumas famílias de tradição educam os filhos em português, com o fito de futuros empregos do Estado, o concanim é, por toda a parte, a língua do lar e da rua, a única que entendem as camadas inferiores da população. Mas o dialecto cristão desta língua encheu-se de palavras portuguesas relativas à vida de intimidade, à religião, às relações sociais, que mostram como penetrou fundo na sociedade local a sua influência: *pai, mãe, casamento,*

família, sacramento, missa... palavras que ao nosso ouvido, atento à conversação, perpassam com estranheza na língua incompreensível.

Mas, porque não penetrou nesta sociedade o sangue português, quando, em toda a parte, a colonização se tingiu fortemente das cores das mulheres da terra? Porque a isso se opunha o vigor do sistema das castas em que os Cristãos de Goa se encontram divididos. À população originária das Velhas Conquistas abriam-se apenas dois caminhos: submeter-se, convertendo-se para salvar os seus bens e privilégios, ou partir, abandonando e perdendo tudo. Enraizadas como são no solo das suas aldeias, com interesses poderosos ligados à terra cujas comunidades administram e de que usufruem os proventos, as castas preponderantes ficaram – mas conservando a preponderância; com elas permaneceu a sua clientela rural.

As castas cristãs são as seguintes: 1) *Brâmanes,* que dominam no sacerdócio, na administração e nas profissões liberais; cedo reservaram para si os principais mosteiros e dignidades eclesiásticas; «através de vários senhores, foram sempre os brâmanes que mandaram»; esta observação, feita por um português e repetida com desvanecimento por um brâmane é, em grande parte, a expressão de um facto real; 2) *Chardós* – não têm hoje correspondência entre os hindus, equivalendo, segundo uns, aos *Kxatrías* ou guerreiros, segundo outros aos *Vâichias* ou comerciantes; formam uma aristocracia rural preponderante em algumas aldeias, procurando confirmar com títulos de nobreza portuguesa esta posição privilegiada; no século XVII fundou-se um convento para eles, pois os Brâmanes vedavam-lhes a entrada nos seus mosteiros; 3) *Sudras:* camponeses ou artífices, umas vezes livres, outras mais ou menos dependentes dos senhores; 4) *Corumbins,* trabalhadores braçais sem terra, representam as castas ínfimas da sociedade hindu e estão muito próximos delas nos seus usos e até nas práticas religiosas (entre eles a cristianização foi muito superficial; 5) *Farazes,* correspondentes a uma «casta» de intocáveis largamente representada entre os hindus: reservam-se-lhes certos ofícios repugnantes, como o de coveiro dos cemitérios; mas, por outro lado, eles ajudam à vida da igreja e são geralmente os cozinheiros dos padres.

Das duas características principais das castas hindus, comensalidade e casamento, apenas a segunda persiste; não há entre os Cristãos qualquer restrição ao convívio ou vestígio de intocabilidade; mas respeita-se geralmente ainda hoje o uso de casar dentro da sua casta (diz-se que até entre os emigrantes goeses de Moçambique!) e as posições de hierarquia social são acatadas. Na igreja, os sudras colocam-se longe do altar-mor; se há confrarias religiosas abertas a todas as castas, as mais delas são reservadas a cada uma; um sudra fala sempre com respeito a um brâmane, cuja superioridade lhe parece indiscutível. Entre os estratos inferiores da sociedade não é raro encontrar nos

Cristãos muitos vestígios da sua origem hindu; certas profissões constituem um bairro especial no conjunto de uma aldeia; respeito da interdição de casar dentro da sua *gôtra* ou estirpe; desuso do casamento das viúvas; não comer carne de vaca; comer à mão, sentado no chão; lavar com água de bosta o chão da casa e o pátio em frente dela. Naturalmente, a acção portuguesa faz-se sentir com mais força nas castas superiores: no trajo, no mobiliário, no ambiente não raro requintado do interior das casas, na maneira de comer, no recato da vida feminina, nada distingue esta gente de outro sangue dos luso-descendentes (mais ou menos mestiçados) do velho Brasil, de Cabo Verde ou de Macau; muito próximo portanto, também, da vida tradicional da Província portuguesa.

Por que debilidade desta estrutura social poderiam os Portugueses penetrar, misturando o seu sangue com o das mulheres da terra? De facto, a mestiçagem corresponde, por um lado, à forte atracção que sobre eles exerceram as mulheres de cor, por outro à carência de gente branca com que (excepto na Madeira e nos Açores, por onde se iniciou, e aqui com a colaboração de Flamengos e outros Europeus) sempre lutou a colonização portuguesa. As indianas não seriam particularmente repulsivas. «As mulheres aqui são feias e de pequenos corpos»; a esta observação displicente do Roteiro de Vasco da Gama sobre as mulheres de Calecute, pode opor-se a anedota, referida por Camões, com tanto azedume contra o fundador do Estado da Índia, de certo fidalgo que ia dormir com as moças que Albuquerque trazia na câmara do leme da sua nau, pagando com a vida os seus ardores... O próprio Albuquerque se esforçou por promover os casamentos mistos, e o gentio, vendo «honradas» as suas filhas, ia consentindo no que, em princípio, lhe repugnava. Mas a maioria das ligações far-se-ia com duas classes especiais da população feminina: as bailadeiras e as viúvas. As primeiras conservam ligada à sua função ritual de hetairas a indignidade social que geralmente acompanha esta profissão — a ligação ao Português era uma forma de quebrar os vínculos da casta e da degradação a que ela as condenava. Quanto ao casamento das viúvas, rigorosamente interdito entre os hindus e pouco habitual entre os cristãos, há provisões eclesiásticas compelindo a ele as mulheres cristãs, «pelos muitos inconvenientes» que resultavam da sua abstenção.

Este influxo de sangue local explica que, no dialecto concanim cristão, os *descendentes* sejam designados por «mestiços» e que, a despeito das suas pretensões, não falte a muitos deles um comprometedor tom de pele bronzeado... *Descendentes* — palavra que em nenhum outro lugar de formação portuguesa se radicou; mais ainda, famílias que conservam o orgulho de raça, o espírito de classe, casando apenas entre si ou com gente da Metrópole; a convicção de que são eles, nesta terra distante onde entraram por direito

de conquista, os verdadeiros senhores. «Os Portugueses censuram o sistema das castas mas introduziram na Índia mais uma»; na sua forma caricatural, esta observação de um ilustre Brâmane cristão, não deixa de exagerar um fundo de verdade. Tal atitude, insólita entre as regiões de formação portuguesa, representa a inevitável forma de reacção contra uma estrutura social onde o Português não conseguiu fazer-se admitir; e também uma certa saudade de um passado de preponderância e grandeza, derrogado pela indiscriminação, primeiro de raça, depois até de crença, que a pouco e pouco foi concedendo preponderância nos principais cargos da administração à gente da terra [1].

Assim se revestiu em Goa de uma forma muito especial um dos traços comuns a toda a expansão portuguesa — e em geral a toda a colonização: o contacto de civilizações. Com uma mestiçagem constituída a expensas principalmente de elementos marginais da sociedade, e sempre em grau reduzido, deu-se aqui uma transfusão de usos, de sentimentos, de modos de ser e de viver, quase sem influxo de sangue e conservando intacta a estirpe originária da sociedade indiana que abraçou o Cristianismo, que constituiu porventura o mais paradoxal e demonstrativo exemplo da capacidade assimiladora do Portugês. Assim, o Goês cristão se integra sem esforço naquela «unidade de sentimento e de cultura» (Gilberto Freyre) constituída por todos os povos de formação portuguesa de quatro partes do mundo.

No decurso do século XVIII, à medida que declinava o poderio marítimo português e aumentava o poderio continental do império marata, Goa necessitou, para subsistir, de uma zona de segurança que alargasse o seu território até uma fronteira natural: a escarpa dos Gates. Mas as ambições evangelizadoras haviam sofrido desilusões cruéis, a inquisição abrandava os seus rigores, ao proselitismo ardente sucedia apenas o desejo de manter a coesão de um punhado de cristãos sem concitar contra eles o ódio e a perseguição religiosa. Assim, nas Novas Conquistas, a religião, os usos e costumes, a estrutura social, até a própria administração dos poderosos senhores feudais (*dessais*), foi cuidadosa e reiteradamente respeitada. Os pagodes, que do outro lado dos rios e canais, constituíram a réplica dos templos hindus arrasados, não sofreram qualquer dano. O mundo hindu, integrado na vida goesa, permaneceu inviolado mas estabelecendo mais íntimo contacto com o mundo de formação portuguesa. A evolução demográfica de terras onde há muito reinava uma organização estável e uma administração cuidada fez expandir

---

[1] Em 226 lugares de maior relevo no funcionalismo, 134 são ocupados por Goeses cristãos, 49 por Portugueses da Metrópole ou de outros lugares do Ultramar, 34 por Hindus e apenas 9 por descendentes (1956). Os descendentes são actualmente pouco mais de um milhar numa população de meio milhão de habitantes.

os Cristãos, desejosos de possuir ou de trabalhar a terra, para áreas inocupadas das Novas Conquistas, onde se foram organizando comunidades minoritárias em torno das novas paróquias. Por outro lado, as únicas cidades de Goa, os seus portos, os centros do seu comércio, estão nas Velhas Conquistas, para onde os Brâmanes hindus se sentiram atraídos quando, no seu desejo de preponderância, se viram obrigados a adquiri-la por um dos seus instrumentos nas sociedades modernas: o dinheiro. Assim, a pouco e pouco, passou às suas mãos o comércio, tradicionalmente apanágio de uma casta inferior à sua. Para outra forma de actividade se orientaram, correspondente também ao seu natural desejo de mando e de prestígio: o funcionalismo. A numerosa classe do *Sinai* ou escrivães tem um acesso cada vez mais largo à administração e não é raro que seja um hindu a gerir hoje os réditos de comunidades de aldeias onde todos os seus membros são cristãos. Assim, a pouco e pouco, a primitiva oposição entre Velhas e Novas Conquistas vai-se atenuando por esta interpenetração, superficial é certo, mas fundada na pacífica convivência e na tolerância religiosa.

Outro aspecto da vida goesa é a expansão dos seus filhos pelo mundo: Índia e Paquistão, estabelecimentos petroleiros do Médio Oriente, África Oriental Britânica, Ultramar Português, a própria Metrópole onde todos os cargos estão abertos à sua inegável competência (houve ou há Goeses ministros, directores-gerais, directores e professores de Escolas Superiores, juízes, bispos, etc.). Emigração de qualidade, não de trabalhadores braçais mas de criados e empregados de hotel e restaurante, de negociantes, de funcionários que a administração britânica preferiu na Índia e continua a utilizar em África. O viajante observa com surpresa a profusão de nomes portugueses em cidades da África Inglesa; é quase certo que se trata de filhos de Goa. A eles se deve certa irradiação inegável que alcançou em torno do Oceano Índico este insignificante território perdido na imensidão da Índia. Para a explicação deste facto intervêm em equilibrado doseamento causas imputáveis à natureza e à civilização. As terras mais férteis de Goa são as margens dos seus estuários e as aluviões dos seus deltas interiores. Mas este mundo verdejante de várzeas, que sustentam a prosperidade das maiores comunidades aldeãs, está «comprimido por um espartilho de laterite» (P. Gourou), constituído por outro mundo, este debaixo do signo da desolação e do abandono. Há muito que toda a terra boa foi ocupada e que a necessidade de cultivar o magro solo que revestia as couraças dos planaltos lateríticos as desnudou, condenando-as à irremissível esterilidade. Fixado pela tradição o número de *gãocares* ou membros da comunidade aldeã, cuja imobilidade é a única defesa contra o empobrecimento, o aumento da população só tinha uma válvula por onde escapar-se: a emigração. Emigração dos ambiciosos e dos hábeis, *Brâmanes* ou *Chardós*

qualificados para a luta e desejosos de triunfo; emigração também dos camcamponeses sem terra, dos *Sudras* que se transformaram em empregados competentes, em criados atenciosos ou, em ambientes de largas possibilidades, revelaram insuspeitadas aptidões.

Mas, por outro lado, «o Hindu faz da casa o seu mundo, o Cristão faz do mundo a sua casa» (Sanvordencar). Entre muitos traços da sua formação portuguesa recebeu o Goês o espírito de aventura, a coragem de deixar a aldeia para garantir a prosperidade da sua casa e realizar a ambição de acabar nela os dias sem que a miséria o ronde. Assim, enquanto a população hindu aumenta e permanece, invertendo em seu favor a maioria dos habitantes de Goa (42 p. 100 em 1881, 58 p. 100 em 1950 [1]), diz-se que há um cento de milhar de Goeses cristãos espalhados pelo mundo.

Destes contactos, com o Português primeiro, com o mundo influenciado pela expansão ocidental depois, resultou para Goa uma fisionomia própria que opõe de algum modo os dois espaços em que o seu território se divide. As suas cidades, as aldeias cristãs, com belas casas providas de varandas e amplas janelas, onde se combinam harmoniosamente traços portugueses e indianos, as igrejas, cruzeiros e oratórios espalhados com profusão na terra cristã há quatro séculos e meio, imprimem à fisionomia geográfica de Goa um matiz especial, tanto mais estranho quanto nada, na ocupação agrária do solo, a distingue de outros lugares do Concão. A análise dos elementos deste «duplo tesouro de civilizações» (P. Gourou) não cabe dentro dos limites deste artigo. Quis apenas evocar as condições históricas e sociais que, de certo modo, constituem as premissas de tal estudo. São elas que explicam, por um lado, a originalidade de Goa no conjunto da expansão portuguesa: nenhuma inovação no comércio ou na vida rural, permanência das formas de ocupação e de organização do espaço, mas assimilação profunda acompanhada de uma insignificante mestiçagem; por outro, a originalidade de Goa na Índia, que as observações insuspeitas de autores estrangeiros (Krebs, Gourou, Siegfried, Spate) várias vezes puseram em relevo.

[1] População total: 547.000, dos quais 231.000 cristãos.

NOTÍCIA DO INQUÉRITO DAS ALDEIAS DE GOA

RAQUEL SOEIRO DE BRITO
Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

RESUMO:

A população goesa, aliás como toda a população indiana, é essencialmente rural: nas quatro pequenas cidades de Goa apenas se aglomera 12 por cento dos 547.500 habitantes. Portanto, a grande maioria da população, tanto cristã (42 por cento) como hindu, vive em aldeias-jardins onde as casas, das mais modestas às mais opulentas, se encontram disseminadas entre as frondosas árvores de fruto tropicais (mangueiras, jaqueiras, cajueiros, tamarindeiros, coqueiros).

Fez-se um reconhecimento geral a todo o território e, depois destes estudos preliminares, elaborou-se um inquérito pormenorizado. As aldeias escolhidas para este fim foram Moirá (Bardez), Curtorim (Salsete) e Marcaim (Pondá).

MOIRÁ é uma típica aldeia de emigrantes; os jovens partem cedo para os empregos burocráticos e bem remunerados, na União Indiana ou na África Oriental. Mas não esquecem a aldeia, indo aí passar uns meses de férias e enviando sempre dinheiro, que ajuda a manter o bom nível de vida geralmente disfrutado. Por isso, a actual situação internacional se torna crítica para muitas famílias.

CURTORIM é uma aldeia de camponeses mais presos à terra que trabalham com afinco. Nas classes de trabalhadores rurais está-se dando um movimento de emancipação económica, mercê do trabalho nas minas. Com ela vem, a seguir, a independência de facto em relação aos senhores brâmanes. Ao mesmo tempo os jovens descendentes de famílias de cultivadores desejam, em grande número, firmar as suas bases de vida fora da agricultura, tentando hoje a emigração e, com ela, a burocracia.

MARCAIM encontra-se em situação análoga, na posição e importância dos terrenos de cultivo, às outras duas. Aldeia de hindus, a sua população continua, através dos séculos, as tradições e o cultivo dos arrozais. Como só saem da sua terra os jovens que se dedicam aos estudos, pode-se dizer que a população não emigra. Este é um traço comum aos hindus que, mesmo com uma vida extremamente modesta, não gostam de trocar a aldeia natal, com tradições e apegos familiares, por qualquer outro lugar, ainda que possam obter nível de vida mais elevado.

O inquérito foi conduzido, nestas três aldeias, casa por casa. Abrange perguntas sobre a casta, número de pessoas de família, rendimentos e ocupações; a casa, seu mobiliário, refeições; vida social e de relação e instrução.

Está-se trabalhando activamente no apuramento dos resultados.

THE FESTA DO ESPÍRITO SANTO IN THREE CULTURAL SETTINGS

ANNA H. GAYTON
University of California, Berkeley

RESUMO:

The accompanying paper briefly covers the history of the Holy Spirit festival from its inception in Portugal about 1300, through its transplantation to the Azores Islands about 1500, to its establishment in California about 1875 and its continuance there today. The basic pattern of the Portuguese Holy Spirit cult, with its elements of crowning, procession, distribution of food, music, fireworks, and dancing, is shown to have persisted almost without change during nearly six hundred years. While the pattern of the festival has remained the same, the motivations have differed in its three settings in Portugal, the Azores, and California with the passage of the centuries. In Portugal the brotherhood system was the customary medium for promoting charitable works and feast-day pageantry. In the Azores, isolation and recurring disasters fostered adherance to the cult which, at the same time in its secular aspects, offered means of social relaxation. When Azoreans began settling in California they were aliens scattered through a strange culture; to assuage anxieties and nostalgia they soon established their festivals where possible. By 1910 and after, the by-then thousands of Luso-Californians continued their festivities throughout the state, recognizing it as a national symbol and enjoying its traditional pleasures. After suspension of the festivals during World War II, they were renewed with enthusiasm in 1947. Today, the Festa do Espírito Santo persists with vigor because Luso-Californians feel it their duty to demonstrate openly their loyalty to the Holy Spirit and take pride in producing an annual event they know is exclusively their own.

GRAUS DE PERSISTÊNCIA DAS RAÍZES BIOLÓGICAS DO HOMEM CABO-VERDIANO

ALMERINDO LESSA
Lisboa
E
JACQUES RUFFIÉ
Toulouse

RESUMO:

Uma Missão sero-antropológica subsidiada pela «Junta de Investigações do Ultramar» estudou em 1956 os caracteres genéricos que permitissem avaliar o grau de persistência das duas raízes biológicas – uma negróide e outra caucasóide – do homem cabo-verdiano.

A descoberta do arquipélago, pelo menos no que se refere aos tempos modernos, parece poder marcar-se em 1 de Maio de 1460, quando Diogo Gomes e António da Noli ao regressarem de Zara para Lisboa viram, dois dias e uma noite depois, algumas ilhas desconhecidas e numa delas (que chamaram de S. Tiago) lançaram ferro e desceram; em 1462 todas as ilhas estavam descobertas. Em 1461 começou o povoamento de S. Tiago com escravos da Guiné e a das outras ilhas também com gente negra e pessoal branco das casas dos Infantes e de outras famílias do reino; receberam também alguns criminosos da metrópole e outros caucasóides da Madeira e dos Açores. Estes diferentes indivíduos foram-se cruzando entre si, e à parte pequenos *apports* genéticos entrados pelo porto grande de S. Vicente, mantiveram-se em panmixia. Assim, o problema sero-antropológico das ilhas de Cabo Verde é dos mais interessantes para o estudo dos cruzamentos raciais, pois a sua população constitui uma verdadeira experiência genética com 400 anos de evolução.

A Missão procedeu à classificação percentual dos grupos sanguíneos A_1A_2BO, MN, Rhesus e Kell e ainda das incidências da constituição falsiforme e do daltonismo.

Os dados colhidos sobre estas últimas questões são interessantes — 4,00% de constituições falsiformes e 2,23 % de daltónicos no conjunto das suas quatro formas correntes — porque permitem: por um lado, relacionar a raiz negra cabo-verdiana com a daqueles povos invasores que consigo trouxeram a Hgb S para o continente africano, e, por outro lado, admitir um equilíbrio biológico mais perfeito no mestiço cabo-verdiano de que nos seus longínquos progenitores, já que as percentagens de daltónicos nas raças negróide e caucasóide são sempre superiores a 5 %.

Mas as observações mais interessantes, pelas deduções de carácter histórico e cultural que delas se possam extrair, são as que se relacionam com os grupos sanguíneos. Antes de mais nada, verifica-se não existir qualquer diferença significativa entre as populações das diversas ilhas e pode afirmar-se que a população de todo o Arquipélago é actualmente homogénea e no estado de panmixia. Nós podemos estabelecer, baseados na frequência dos antigénios A_1, A_2, B, O, C, Cw, c, D, E, M, N, e Kell, que a percentagem de genes caucasóides é hoje apenas de 25 %, e isto numa população que, como era admitido já — e nós podemos observar melhor numa «Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano», que promovemos em S. Vicente — está a realizar uma civilização regional luso-tropical com características vincadamente ocidentais: ou seja, mais próximas do tipo das civilizações regionais criadas pelos caucasóides da Europa, do que das formas de civilização próprias das culturas dos chamados homens de cor.

A COLÓNIA PORTUGUESA SUL-AMERICANA

ALICE FAIRBANKS BELFORT DE MATTOS
São Paulo

E

J. R. BELFORD DE MATTOS FILHO
Pontifícia Universidade Católica, São Paulo

RESUMO:

A tese apresentada visa estudar os *contactos* entre a civilização portuguesa (século XVI e seguintes) e os elementos aborígenas e ádvenas, radicados ao solo do Brasil-Colónia. E, a seguir, os cruzamentos decorrentes, realçando a marcada predominância do factor europeu, na formação do «grupo», do qual proveio a Nação Brasileira. O estudo desenvolve-se, em capítulos vários, abordando as diversas fases do problema. Inicialmente, focaliza-se a génese da Colónia, sob o prisma histórico e social, demonstrando que o Brasil nos primórdios caracterizou-se como uma sociedade, de estrutura agrária, fixada a latifúndios explorados de maneira incipiente. O contacto do colono branco com o selvagem indígena e o escravo africano negro originou um caldeamento de raças. Essa miscegenação se processou: ao norte, entre o negro e o branco; ao sul, entre o este e índio.

A seguir apreciou-se a situação da Metrópole à época do descobrimento: a estrutura do direito feudal, desfazendo-se ao ambate das correntes novas, geradas pela Renascença; a vigência das Ordenações do Reino e a remanescente influência do Direito Romano. Abordando sucintamente o sector da administração pública, cuidou-se de caracterizar-se o conceito do crime e da pena, ainda arraigado ao espírito medieval. Passando ao capítulo do Direito Internacional, esquematizaram-se as bulas outorgadas a el-rei de Portugal, ou os tratados por ele assinados, em proveito das terras descobertas por Cabral. De passagem, referiu-se a actuação do Brasil-Colónia repelindo as agressões estrangeiras e indo além, em socorro das possessões luso-africanas conquis-

tadas pelo invasor holandês. E como último item do capítulo jurídico, cuidou-se do comércio internacional e das restrições que foram revogadas pela «abertura dos portos» em 1808.

O problema educacional e religioso, condicionado ao meio, foi tratado em conexão com outros, tais como o da medicina, magia, crendices e lendas para verificar a formação da psique do brasileiro-colonial; sua instrução e demais ensinamentos, ministrados pelos missionários católicos, jesuítas em especial.

Da síntese feita, constata-se que a contribuição portuguesa para a formação Colónia, foi psico-político-social. O contacto entre a civilização europeia e aquela que se lhe contrapôs (indígena e, ulteriormente, negra), trouxe, apenas, um abastardamento que se traduziu pela corrupção da língua, crença e *religiosidade* desvirtuadas. Ao invés, no campo político-jurídico e administrativo, perduraram indemnes, a doutrina e os institutos portugueses. Daí, uma actividade jurídica do Estado Brasileiro, de acordo com os ensinamentos recebidos da Metrópole. E um conjunto de leis, conforme os ditames do direito, da religião e da honra. O colonizador português, em suas terras de Além-Mar, implantou um império novo que, sob o ponto de vista do direito, fez-se mais conservador do que a própria Mãe-Pártia.

A tese, em apreço, constata que os cruzamentos raciais, as grandes correntes migratórias, após um século de independência, tendem a modificar a mentalidade do povo brasileiro, *modernizando-o*, com alguns prejuízos manifestos que não podem ser negados.

Mas o atavismo, a herança recebida, através de trezentos e vinte e dois anos de colonização, perduram a formar o substrato da Nação.

MAXICONGOS E MAMPUTOS SOB D. JOÃO II E D. MANUEL

CONTACTO DE CIVILIZAÇÕES

IRISALVA DE NÓBREGA MOITA
Faculdade de Letras de Lisboa

RESUMO:

Este trabalho consta de duas partes: a primeira é uma introdução dedicada ao estudo do complexo cultural congolês antes do contacto com os portugueses nos seus diferentes aspectos: político, social, económico, cultural e religioso; a segunda parte consta da crítica dos planos de cristianização e civilização elaborados por D. João II e D. Manuel e as transformações operadas nos mesmos aspectos indicados na primeira parte, mediante a aplicação dos planos reais e da intervenção portuguesa.

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA MISCIGENAÇÃO ÉTNICA NA PROVÍNCIA DE ANGOLA

JOFRE A. NOGUEIRA
Escola Industrial e Comercial Artur de Paiva, Sá da Bandeira – Angola

RESUMO:

O Autor define o sistema de adaptação que permitiu o enraizamento em Angola dum agregado social luso-africano, mencionando, como fenómenos característicos de tal adaptação, o aparecimento duma poderosa classe de comerciantes, possuidora de vasta clientela de escravos e negros forros, a formação duma classe de negros destribalizados ligada aos Portugueses, e o aparecimento duma numerosa classe de mestiços. Realça o valor deste agregado na resistência à invasão holandesa, e, dentro dele, o papel desempenhado pelo fenómeno de mestiçagem.

Procura, em seguida, explicar pelo estacionamento económico de Angola nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, o facto de os fenómenos e resultados da miscigenação étnica não haverem originado um tipo intermédio de civilização, muito embora se houvessem esboçado alguns elementos de vida social com carácter local. Acrescenta que, no período em que o desenvolvimento económico se processa, as condições de vida e civilização já não permitiram ou permitem a formação de um tipo intermédio original de civilização.

Estuda, depois, a evolução do fenómeno da mestiçagem e o seu estado actual de regressão, assim como o progresso do povoamento europeu e a crescente estabilização demográfica do grupo populacional branco, deduzindo daí a possibilidade contemporânea da fixação dos europeus nas regiões tropicais sem recurso indispensável à mestiçagem.

Conclui por defender a tese de que, no caso de Angola, desapareceram as condições propícias ao desenvolvimento de miscigenação étnica, evoluindo a vida social da referida Província no sentido da assimilação social e cultural.

RELATÓRIO

POR

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA

Inclusas na Secção I do Temário geral deste Colóquio, cujo título expressivo de «A Terra e o Homem» indica claramente o propósito que se teve de permitir que, em cada caso estudado, se focassem os problemas suscitados pelas relações entre o Homem e o ambiente natural no jogo complexo de influências globais, sem as limitações impostas por quadros disciplinários rígidos e restrictos, de geografia humana e de antropologia cultural, foram a este sector, que tem em vista o aspecto especial dos «Cruzamentos e Contactos de Civilizações», cometidas, de acordo com o programa oficial, nove comunicações que, sob o ponto de vista da sua distribuição no espaço, segundo as regiões que servem de ponto de partida para o estudo dos contactos de cultura, agruparemos nas seguintes categorias:

1) – Estudos sobre o Brasil:
- – A colónia portuguesa sul-americana, de Alice Fairbanks Belfort de Mattos, e J. R. Belfort de Mattos Filho.
- – Quelques caractéristiques de la vie rurale luso-brésilienne dans le Rio Grande do Sul, de Jean Roche.

- – Numa categoria à parte, porque interessando simultâneamente o Brasil e a África, a comunicação intitulada:
- – Comparaison entre l'Amazonie brésilienne et le bassin du Congo, do Professor Pierre Gourou.

2) – Estudos sobre a África:
- – Maxicongos e Mamputos sob D. João II e D. Manuel, de Irisalva de Nóbrega Moita.

— Aspectos fundamentais da miscigenação étnica na Província de Angola, de Jofre A. Nogueira.

3) — Estudos sobre a Índia:
— Notícia do Inquérito das aldeias de Goa, de Raquel Soeiro de Brito.
— Originalidade de Goa, do Professor Orlando Ribeiro.

4) — Estudos sobre Cabo Verde:
— Graus de persistência das raízes biológicas do homem cabo-verdiano, de Almerindo Lessa e Jacques Ruffié.

5) — Estudos sobre Portugal:
— Aspectos do Compadrio em Portugal, de Ernesto Veiga de Oliveira.

Esta simples enumeração evidencia bem, por um lado, que falar, a respeito de Portugal, de cruzamentos e contactos de civilizações é abordar um fenómeno universal, que ocorre segundo a mesma lei nas cinco partes do mundo; e, por outro, que a rubrica foi entendida na sua significação mais lata, abrangendo a grande diversidade dos temas que foram efectivamente versados nestas comunicações, as quais, embora foquem sempre aspectos que têm sem dúvida base nos contactos humanos motivados pela expansão portuguesa no mundo, se apresentam por vezes mais como estudos dos pressupostos étnicos ou geográficos do fenómeno, ou dos seus resultados globais, do que pròpriamente como estudos de culturas. Por isso, para a sua consideração individual e sobretudo conjunta com as demais, tornou-se necessário alargar extremanente o conceito de cruzamento e contacto de culturas, que normalmente visa mais precisamente problemas qualificados de aculturação e transculturação e suas causas e feitos, pela análise dos elementos constitutivos integrativos de cada cultura, do dinamismo das mutações culturais e do mecanismo dos processos evolutivos derivados de contactos ou cruzamentos de povos e civilizações diferentes. E se, pessoalmente, nos é em princípio grato abolir restrições que podem entravar a investigação e a especulação teórica e prática, o certo é que, na amplitude que fomos obrigados a dar àquele conceito, dilui-se em parte o sentido da sua problemática essencial, e torna-se pouco fácil dar uma visão unitária das conclusões do Sector.

Antes de iniciarmos a exposição e apreciação das comunicações que nos foram remetidas e que apresentamos à discussão, cumpre-nos prestar certos esclarecimentos acerca da relação das comunicações que atrás lemos,

feita de acordo com o programa oficial. Assim, serão omitidas as comunicações de Alice Fairbanks Belfort de Mattos e J. R. Belfort de Mattos Filho, intitulada: «A colónia portuguesa sul-americana», e a de Almerindo Lessa e Jacques Ruffié, intitulada: «Graus de persistência das raízes biológicas do homem cabo-verdiano», porque, embora figurem naquele programa, não foram recebidas. Por outro lado, a comunicação de Jean Roche, intitulada: «Quelques caractéristiques de la vie rurale luso-brésilienne dans le Rio Grande do Sul», de que será seguidamente feita a exposição, não será comentada por nós, porque, versando um tema que no seu conteúdo primordial cabe rigorosamente na rubrica do Sector 4, que estuda «Os estabelecimentos rurais de colonização», se encontra por isso abrangida pelos comentários que o Professor Nilo Bernardes fez sobre o assunto, na primeira sessão dos nossos trabalhos, que se torna desnecessário repetir, e aos quais nada temos que acrescentar, limitando-nos a focar, a seu respeito, alguns aspectos que interessam mais directamente ao problema dos cruzamentos e contactos de civilizações. A classificação que o mesmo Professor fez, em relação ao Brasil, de estabelecimentos democrático-agrários, representados pelos elementos europeus, e aristocrático-agrários, representados pelo elemento luso-brasileiro, tem mesmo, neste caso, uma exemplificação particularmente evidente.

Nesta comunicação, o Autor dá-nos uma visão geral da organização e evolução histórica, económica, e estratificação social, dos processos de ocupação territorial e da elaboração cultural do Rio Grande do Sul, acentuando o díptico fundamental dos aspectos basilares da sua economia rural: a pecuária, em regime de monocultura extensiva, forma essencial do estabelecimento rural da região, ligada à pradaria; e a agricultura, ligada à floresta, e feita progressivamente à sua custa — a primeira, correspondente ao velho sedimento luso-brasileiro, que constitui uma verdadeira aristocracia local; a segunda, obra mais recente de elementos alógenos, que só últimamente atingem níveis de cidadania no Estado. A «estância» e o «gaúcho» são a expressão dessa «cultura do couro», fundada numa vocação pastoril ancestral tão decisiva, que ainda hoje se revela na tradição anti-agrícola do «gaúcho», que prefere morrer a ver uma charrua rasgar as terras herdadas de seus pais; ela dominou o panorama cultural e social da região, e a sua força de persistência repousava na homogeneidade do grupo em que se processava: é a seiva que monta da sua origem portuguesa — diz o Autor — que permite aos ramos riograndenses estenderem-se e florirem com vigor crescente, mesmo passado muito tempo depois de se terem implantado nessas terras.

Note-se, porém, que a cultura gaúcha não se pode considerar uma forma portuguesa; ela apresenta caracteres próprios, que devem certamente a sua originalidade ao facto de exprimirem a vida pastoril, em monocultura de

tipo extensivo. Mas, por outro lado, na sua definição acusam-se traços vigorosos que parecem apontar o seu parentesco português; referimo-nos nomeadamente ao sistema de valores sociais que o Autor deixa entrever, e sobretudo ao tom afectivo geral que domina as relações pessoais entre senhores e servidores, e que é uma manifestação desse patriarcalismo difuso que ainda hoje caracteriza a estrutura social portuguesa e brasileira.

Sublinhando a importância desta relação, diz ainda o Autor, mais adiante: «A civilização do Rio Grande, a despeito do contributo dos alógenas, ficou de essência luso-brasileira, como o revelam a nitidez e a perenidade dos seus traços característicos, e tanto assim que o personagem tipo, aquele que simboliza o seu Estado, é ainda o gaúcho, herói das suas batalhas, figura dos seus contos, da sua poesia, dos seus cantares». No seu trabalho como nas suas distracções, do folclore à política, na sua maneira de viver como na sua fidelidade à tradição cultural, foi o elemento lusitânico quem modelou desde muito cedo o Rio Grande... enquanto durou a preponderância do elemento rural pastoril; e «a coesão deste sistema foi tão firme, que os imigrantes e seus descendentes não conseguiram inserir-se no quadro social, e o caracter essencial luso-brasileiro riograndense conservou-se».

Hoje, porém, assistimos à mutação deste quadro cultural, em função da evolução das condições sociais do meio, e é aí que se insere a problemática específica dos contactos de cultura. A importância crescente da população alógena, que representa o extracto agrícola, e se traduziu agora numa verdadeira explosão eleitoral, põe o problema de se saber se a perenidade da velha cultura assente na grande propriedade e na criação extensiva seria uma longa anquilose, e se a sua renovação seria ainda possível. E cabe perguntar se os velhos riograndeses, que terão de procurar soluções novas respeitantes aos regimes agrários, técnicas de exploração e questões sociais, poderão manter por muito tempo ainda no seu Estado a pureza do carácter luso-brasileiro que lhe imprimiram. E nesta interrogação parece-nos encontrar o eco do dilema das velhas culturas tradicionais, que pouco a pouco se desintegram e sucumbem, pela sua dependência para com um estado social, económico e técnico, que vai sendo ultrapassado.

Dentro do esquema que indicamos, que, na impossibilidade de uma classificação sistemática satisfatória, tem em vista apenas uma ordenação elementar dos assuntos, que facilite a sua exposição, passamos a analisar, em primeiro lugar, a comunicação magistral do Professor Pierre Gourou, intitulada: «Étude comparée de l'Amazonie et du Congo Central».

Esta comunicação pode considerar-se um ensaio de interpretação da diversidade flagrante dos processos de colonização e resultados culturais no

Congo e na Amazónia, em função das condições naturais destes dois rios, ou melhor, da única grande diferença que os distingue — o relevo efectivo dos respectivos leitos. O problema reside no facto de, a partir de duas entidades geográficas estreitamente semelhantes, que diferem apenas pelas suas condições de acessibilidade, terem surgido dois casos perfeitamente distintos de ocupação, por parte do mesmo povo colonizador: na Amazónia, uma exploração metódica do território e a criação subsequente de uma região tìpicamente brasileira; no Congo, a despeito da anterioridade da sua descoberta, um estabelecimento culturalmente precário, que não se apoia em penetração efectiva. Enquanto que, na Amazónia, pela via de um rio fàcilmente navegável, a acção portuguesa foi profunda e geral, transformando radicalmente o povoamento e a civilização, pela criação de uma população mestiçada de elementos metropolitanos, que fala quase exclusivamente português e adere ao sistema dos valores sociais, morais, religiosos e intelectuais dos invasores, no Congo Central, pelo contrário, a sua penetração é sustada pelo obstáculo natural das cataratas do seu baixo curso, e a instalação portuguesa fica confinada a uma região pouco menos que costeira. A velha civilização africana mantém-se intacta até à época de Stanley, e as populações ribeirinhas do Congo, embora evoluídas desde então, não poderão nunca conhecer a transformação racial e cultural que europeizou as populações amazónicas desde o século XVII. E tendo antes notado que não se pode afirmar que uma acessibilidade perfeita tivesse produzido no Congo os mesmos efeitos históricos que na América, e que, de facto, os portugueses não tiveram na África Atlântica o mesmo comportamento que na América Atlântica, procurando ali principalmente o escravo que servia para valorizar as plantações brasileiras, sem criarem nada de semelhante na própria África, o Autor remata: «Sem cair no trilho de um determinismo simplista, é legítimo sublinhar que as comodidades do *Mar Dulce* e as rudezas do Baixo Congo influenciaram as empresas portuguesas e inflectiram a geografia humana de vastas regiões».

Este estudo chama portanto a atenção para a importância decisiva do factor geográfico no processamento geral dos contactos de cultura; ele, aqui, precisa-se com uma nitidez excepcional, funcionando como única variável num conjunto de circunstâncias idênticas, responsável, por isso, pela diversidade marcada de consequências com que aparece relacionado. Mas, como vimos, o próprio Autor sugere que esse factor, só por si, não parece bastar para explicar a complexidade das diferenças que se observam na actuação portuguesa no Brasil, caminhando numa marcha segura no sentido da progressiva integração da sua cultura num contexto que em breve se emancipa e elabora a sua originalidade, e na África, em que nada disso acontece. O problema mais importante que esta comunicação suscita, é o que respeita às cau-

sas e à explicação dessa diferença de acção no Brasil e em África, além do factor mencionado, e às demais causas que justificam o carácter precário da nossa penetração cultural em África.

Este Autor, falando da acção portuguesa no Congo, menciona, como seu principal aspecto, a evangelização do reino do Congo. É precisamente esse o tema central da comunicação de Irisalva de Nóbrega Moita, intitulada: «Maxicongos e Mamputos sob D. João II e D. Manuel», que passamos a analisar.

No dizer da própria Autora, este trabalho consta de duas partes: a primeira é uma introdução ao estudo do complexo cultural congoês antes da chegada dos portugueses ao Congo, numa descrição sucinta e substancial; a segunda é a crítica dos planos de cristianização e civilização do reino do Congo, elaborados por D. João II e D. Manuel, as transformações operadas no campo político, económico, social, cultural e religioso, decorrentes da intervenção portuguesa, e a interpretação das suas causas e razões dos seus resultados.

O relato abrange os principais aspectos da civilização congoesa antes da acção dos portugueses, focando a organização política e a estrutura social do reino do Congo, a sua economia de tipo agrícola primitivo, ignorando a utilização dos animais, a canga e a adubação das terras, a sua indústria, com incidência mais notável na cestaria e preparação de fibras para tecidos, que se relaciona com um comércio regular de feiras e importações;no capítulo da cultura espiritual, os seus rudimentos de cálculo e ignorância da escrita, a associação de medicina e feitiçaria, a barbárie de alguns costumes, a poligamia e poliandria, a prática da circuncisão, que a Autora entende traduzir influências islâmicas, e vários outros costumes. Mas é principalmente no que se refere à religião que a Autora insiste, falando nas «crenças confusas e várias, denotando multiplicidade de influências: sobreposição ao substracto bantu, de cruzamentos hamitas, e profundas influências semitas e islâmicas» e até nestorianas, graças aos contactos derivados das relações comerciais com sudaneses islamizados e gentes da Abissínia e Núbia. É esta complexidade de vida espiritual e multiplicidade de cultos, em que coexistem grosseiras noções feiticistas e princípios elaborados próprios de uma religião mais evoluída, que explica, por um lado, o pouco apego destes indígenas às suas crenças, e por outro, a sua pouca perseverança no cristianismo.

A segunda parte do trabalho abre com uma análise histórica do processo de colonização usado pelos portugueses no Congo; e descrevendo a preocupação da organização das expedições por parte dos reis de Portugal, diz a Autora: «A obra planeada por D. João II e D. Manuel deve entender-se apenas

como obra civilizadora, no puro campo do proselitismo religioso, livre de interesses comerciais e ambições políticas. Os processos propostos para a sua realização mostram que acima da ambição do lucro, e do fanatismo religioso, os reis de Portugal tinham em vista o respeito e a compreensão do indígena». E afirmando que, na altura da sua descoberta, o Congo, embora não possuísse uma cultura adiantada, encontrava-se já num estádio que permitia a aproximação e até a fusão das duas culturas, a Autora entra na descrição das modificações operadas nos sectores políticos, sociais e administrativos, económicos e técnicos, religiosos e culturais, decorrentes dos contactos com a civilização europeia, trazida pelo português. A propósito da evangelização, diz a Autora que não é preciso invocar o milagre para explicar o entusiasmo pelo baptismo, manifestado pelo rei do Congo: ele justifica-se pela predisposição para aceitar novas crenças, consequência da sua multiplicidade e do sincretismo religioso próprio dessa gente. No cristianismo, os indígenas não viram de entrada senão uma nova seita, que os impressionava com o aparato litúrgico e o milagre, e lhes conferia superioridade sobre os povos vizinhos. A sua preparação era superficial, dada por gente de formação popular, e daí a fragilidade da sua construção moral. Depois da morte de D. Manuel, a acção portuguesa no Congo decai, deixa de ser um plano nacional para persistir apenas como obra individual. Para essa ruína — diz a Autora — contribuiram a nossa liberalidade, que se traduz na concessão de soberania ilimitada à gente congoesa, que levou à separação das duas raças, impedindo uma miscigenação que teria permitido a construção de uma nação luso-congoesa, e a transigência religiosa, «o lirismo religioso», que levou à decadência do cristianismo, em pessoas predispostas ao cepticismo religioso, que a baixa moralidade dos missionários agravava. «Superficialmente cristianizados, à primeira dificuldade voltavam às práticas antigas, que não chegaram a abndonar completamente». E, terminando, diz ainda a Autora: «Porém, apesar de todos estes defeitos, a nossa obra cristianizadora e civilizadora no Congo e em Angola — a primeira tentativa de criação duma civilização europeia nos trópicos — seguiria outro rumo, se, a partir de uma certa altura, não surgisse a obsessão económica do escravo, responsável pelo atraso das nossas possessões durante três séculos».

Ainda na mesma categoria de comunicações, que tomam a África por ponto de partida do estudo dos contactos e cruzamentos de civilizações, vejamos finalmente a tese de Jofre A. Nogueira, intitulada: «Aspectos fundamentais da miscigenação étnica na Província de Angola».

Este trabalho divide-se também em duas partes essenciais: Na primeira, indicam-se as formas que revestiu o convívio de raças em Angola, e mencio-

na-se o esboço de sociedade e cultura originais nascidas desse convívio; na segunda, faz-se a interpretação dos dados referentes às populações mestiças da província.

Nos primeiros séculos coloniais, assistimos à formação de um agregado político-social luso-africano suficientemente forte e ajustado às condições gerais da região, para encontrar em si mesmo vitalidade e energias bastantes para triunfar da acção desintegradora do inimigo europeu e nativo. Esse íntimo convívio, característica da colonização portuguesa, traduziu-se, além de outros modos, pela formação de uma importante classe de mestiços, identificados com os costumes europeus, e inabsorvíveis pelo meio indígena. Foi esta mestiçagem, como factor mais importante de resistência, que o Autor considera a razão do êxito político da nossa colonização; ela produziu-se em escala suficiente para decidir dos costumes, género de vida, folclore e cultura dessa província, e, graças a ela, vemos na vida social antiga de Angola, usos, práticas alimentares e supersticiosas, formas culturais, linguagem, etc., que exprimem modos de ser e de viver originais e intermédios entre a civilização europeia e nativa. Mas esta sociedade não passou de um esboço, e, logo após o fim do período esclavagista, entra em regressão — ao contrário do que sucedeu no Brasil, onde a originalidade regional triunfou do etnocentrismo europeu, e acabou por criar uma cultura própria. Esta diferença explica-se, segundo o Autor, pelo facto de o Brasil ter atingido, já nesta época colonial, uma prosperidade económica que consolidou a sua cultura original, enquanto que em África a miscigenação coincide com uma fase de estacionamento económico e social: «Quando neste século se inicia o desenvolvimento da Província, já as condições gerais da vida tinham deixado de ser propícias aos fenómenos de simbiose social e cultural. Haviam desaparecido as condições de isolamento em que se processava fàcilmente a miscigenação. A cultura europeia, institucionalmente favorecida por melhores e mais amplos meios de conservação e difusão, cimentada por um elevado teor industrial e técnico, tornara-se muito menos capaz e necessitada de se amoldar às formas primitivas da vida local». Tal é, segundo o Autor, o motivo fundamental por que não triunfou em Angola essa «civilização regional» que se esboçou nos séculos XVI a XVIII, e estacionou, para regressar, no XIX.

A parte final do trabalho diz respeito à apreciação dos dados referentes às populações mestiças da Província; e assim, baseado nas estatísticas que apontam o indubitável crescimento e estabilidade da população branca, e constatando que o grupo europeu não só não teve, para se adaptar aos trópicos, de se apoiar numa larga mestiçagem nem de abandonar o teor europeu de vida colectiva e de civilização, mas também que ele possui um poder de assimilação superior ao dos outros grupos, derivado das modernas condições de vida,

desenvolvimento económico e técnico, expansão urbana, etc., o Autor remata: «...Angola não vive hoje sob o signo duma política miscigenadora, que não corresponde às tendências evolutivas do agregado social. O próprio fenómeno da mestiçagem, como suporte biológico duma simbiose de civilizações ou de criação de culturas originais, deixou de ter significado, uma vez que o sector mestiço, mesmo que viesse a desenvolver-se, não poderia deixar de traduzir-se numa ascenção dos nativos ao modo de viver dos europeus — e seria, mais do que um fenómeno de miscigenação, uma fase de assimilação».

Da consideração conjunta destas três comunicações, parece sem dúvida que o problema fundamental que ressalta dos estudos de cruzamentos e contactos de culturas àcerca de Portugal, é o dessa perturbante diferença de realizações da acção colonizadora e civilizadora deste país, por um lado o Brasil, por outro a África. O Professor Pierre Gourou indica as razões geográficas do isolamento cultural do Congo, acentuando a sua importância na explicação daquele facto; com Irisalva da Nóbrega Moita, nota em África, ao contrário do Brasil, a ausência de uma mestiçagem efectiva, «suporte biológico da simbiose cultural», na expressão de Jofre A. Nogueira, acrescentando que ali o escravo era procurado para a valorização das terras americanas, e não as suas próprias. Aquela Autora, entendendo mesmo que tal procura foi responsável pela quebra da nossa acção civilizadora e pelo atraso da Província até aos nossos dias, explica contudo a ausência desse efectivo de mestiçagem, que teria permitido a formação da nação luso-congoesa, pela nossa «liberalidade», autorizando uma soberania nativa eminentemente desfavorável à fusão das duas raças. Mas por outro lado, a mesma Autora fala na importância da influência portuguesa sobre a civilização negra do Congo nos primeiros tempos do nosso domínio, em que se processou uma aculturação muito sensível, nomeadamente no campo religioso.

Por seu turno, Jofre A. Nogueira, num ponto de vista diferente, menciona a forte mestiçagem que teve lugar em Angola até ao século XIX, que teria levado à constituição de uma sociedade e uma cultura locais, se não tivesse entrado seguidamente numa fase de regressão; mas explica essa regressão pelo facto do estacionamento económico e social que se verificou então na Província. Quando, mais tarde, se inicia o seu desenvolvimento, já terminara o isolamento africano, favorável à miscigenação; e entra-se na fase do triunfo decisivo da cultura europeia, que absorve os regionalismos e dispensa a miscigenação como base do seu poder de absorção. Trata-se aqui de mais um exemplo da vitória da civilização racionalista e tecnicista europeia, que, oriunda de um grupo humano reduzido no plano universal, invade o mundo inteiro e se impõe até aos meios menos apetrechados para a receberem.

Este Autor menciona, como corolário da mestiçagem, esse viver original e intermédio entre a civilização europeia e nativa, aludindo aos usos, superstições, práticas alimentares, etc., que o integram, e sem dúvida tais modos de ser e de viver exprimiriam cruzamentos e contactos de civilizações. Mas de facto, o Autor não os indica, nem ilustra por isso o processo de aculturação que sugere, a génese, causas e formas dessa cultura original. A sua comunicação termina com a apreciação da miscigenação étnica, como um puro facto demográfico, «suporte biológico dessa simbiose de culturas». Faz-se assim sentir a falta de um estudo sobre a cultura luso ou euro-africana, mesmo sob essa forma de esboço a que alude Jofre A. Nogueira, no pormenor dos seus elementos constitutivos, das suas implicações sociológicas e psicológicas, e da sua eficiência funcional, encarada à luz das realizações brasileiras. Estamos convencidos de que ele seria do maior interesse não só para a compreensão da diferença que mencionamos entre a África e o Brasil, mas também de muitos aspectos do próprio fenómeno cultural luso-brasileiro.

Seja porém como for, a complexidade do problema em questão é patente na grande variedade de pontos de vista, de sugestões que suscita e de opiniões acerca das causas e natureza do fenómeno cultural português no seu cruzamento com os elementos nativos na África e no Brasil.

Nas comunicações que versam temas indianos, o problema dos cruzamentos e contactos de civilização por parte da cultura portuguesa, põe-se em termos e toma aspectos totalmente diferentes. A Índia é uma região com uma civilização própria muito fortemente caracterizada, tendo realizado a integração da sua cultura de modo perfeitamente coerente; por isso, o fenómeno da aculturação deu-se quase exclusivamente no campo religioso, tomando aspectos que se nos afiguram muito significativos. É o que deduzimos da comunicação de Raquel Soeiro de Brito, intitulada: «Notícia do inquérito das Aldeias de Goa», que passamos a analisar.

Este inquérito, embora pressuponha o conhecimento de todo o território goense, foi levado a cabo apenas em três aldeias, situadas na faixa de contacto entre as Velhas e as Novas Conquistas, e que a Autora descreve pormenorizadamente, indicando a sua localização geográfica, tipo agrícola, castas, profissões e tendências gerais da sua população, possibilidades comerciais, transportes e ligações com terras vizinhas, etc., que possam interessar à compreensão das causas das transformações sociais que se esboçam. Assim, nas duas aldeias de população predominantemente cristã, que foram estudadas, a emigração é um fenómeno normal; em Moirá, a instrução é feita com a mira em colocações na burocracia da União Indiana ou Sul-Africana; em Curtorim, só os rapazes que estudavam para padres é que emigravam, e em cada família

havia sempre um filho padre; hoje porém, muitos homens vão trabalhar para as minas, e muitos rapazes estudam para fugirem ao imperativo da agricultura, que continua a dominar as actividades da aldeia. Marcaim, pelo seu lado, é uma aldeia quase exclusivamente hindu, e nota-se que, embora muitos rapazes estudem, não existe pràticamente a emigração. E a Autora comenta: «É um traço comum dos hindus que, mesmo levando uma vida extremamente modesta, não gostam de trocar a sua casa nem a sua aldeia por outro lugar: fazem da sua casa o mundo, ao contrário dos cristãos que fazem do mundo a sua casa». Assim se explica que, a par da diminuição da população cristã, vivam fora de Goa dezenas de milhares de goeses cristãos.

Muitas outras observações de grande interesse se encontram neste trabalho; assim, por exemplo, as que dizem respeito à evolução social que, em Curtorim, se processa pela elevação das classes inferiores, e pela sua independência perante as castas brâmanes, para quem até há pouco trabalhavam; a persistência das comunidades, a quem pertence a maioria das terras; as funções superiores dos brâmanes, na resolução das desavenças locais; e nomeadamente a menção do declínio das formas de família extensa e patriarcal, que, em Curtorim, está ligada ao facto da emigração, que significa a ruptura dos laços que prendem o homem à terra.

Na relação que apontamos entre a religião e as tendências emigratórias é que, acerca deste trabalho, nos parece que se insere a problemática mais sugestiva dos contactos de civilizações. A Autora, de resto, esclarece-nos que a influência cultural portuguesa é muito mais sensível no elemento indiano cristão; nas famílias cristãs mais distintas da sociedade goesa, encontra-se o ambiente característico da província portuguesa e talvez mesmo, ainda mais, das pequenas sociedades brasileiras. Este facto, que dá todo o valor e interesse à constatação que acima apontamos, é um exemplo em que a religião tem um papel determinante directo num processo fundamental de assimilação cultural, que tem a maior importância, uma vez que a diversidade de comportamentos que decorre desse factor pode até ser — e é — uma causa de desintegração que se manifesta nessa estrutura primordial que é a família patriarcal.

Dentro desta mesma categoria, deveríamos agora analisar a comunicação do Professor Orlando Ribeiro, intitulada: «Originalidade de Goa»; mas, atendendo por um lado ao facto de ela não nos ter sido enviada com a antecedência necessária para o seu estudo, e por outro à grande riqueza e densidade de ideias, sugestões e perspectivas que encerra, será ela exposta pelo próprio Autor, que fará o seu resumo circunstanciado. Antes, porém, e para terminar, vamo-nos referir à nossa própria comunicação, que consiste num estudo sobre uma instituição cultural portuguesa, e à qual demos o título de: «Aspectos do compadrio em Portugal».

O trabalho consiste mormente na descrição de vários aspectos e formas que reveste o compadrio em Portugal, ou seja o conjunto de normas de carácter tradicional que regulam as relações entre os padrinhos e os afilhados e seus pais — os «compadres» —, e outras categorias de parentesco cerimonial. A instituição é comum, na sua essência, a todos os países de civilização cristã, e até, de um modo mais geral, a quase todos os povos da terra; mas, entre nós, ela aparece revestida de alguns caracteres que se podem considerar constantes temperamentais básicas da cultura portuguesa, e é em função desses factores que tentamos a sua interpretação; por essa razão, fizemos preceder a parte descritiva e narrativa de uma curta nota sobre alguns caracteres específicos da cultura nacional, que a seguir transcrevemos, que nos parecem dar o significado verdadeiro da instituição: «Um dos traços marcantes da cultura portuguesa, nas suas manifestações espontâneas e tradicionais, é ainda hoje (embora em vésperas de uma decisiva mutação do nível cultural) o grande arcaísmo das suas formas específicas, tendo por base valores afectivos fundamentais, que parecem afirmar-se como resíduos de remotos sentimentos de coesão e solidariedade de grupo, e que se opõe às considerações racionalizadas de um socialismo abstracto e impessoal e de um economismo individualista. O ambiente social português, seja ele encarado no funcionamento das instituições mais representativas das suas estruturas, seja em certas formas e padrões do seu comportamento colectivo, distingue-se pela persistência de conceitos e modos ultrapassados como regra na maioria dos países do mundo ocidental, ao mesmo tempo que, com ela relacionada, por uma atmosfera geral de grande cordialidade, brandura e participação humana, que revelam na verdade uma sociedade de outras eras, organizada à base de relações pessoais, valores sentimentais, conceitos míticos e lúdicos, em que a diferenciação económica, a estratificação social, e até por vezes o próprio capitalismo industrial tomam ainda aspectos de solidariedade vicinal e de patriarcalismo, e em que a economia essencial conserva a feição qualitativa antiga, em que o tempo não é dinheiro, a quantificação e a contabilização são desconhecidas, grande parte do trabalho é gratuito, e as categorias económicas possuem uma dimensão afectiva». E mais adiante: «Onde, porém, esta associação de formas e conceitos arcaicos e de uma profunda afectividade e poder de simpatia aparece com maior e mais consequente evidência, é no capítulo especial da estrutura da sociedade portuguesa e das relações familiares, dominadas ainda hoje em grande medida por uma atmosfera difusa de patriarcalismo, que dá o tom da vida da casa portuguesa, dos traços que unem numerosas pessoas entre si, e até do próprio capitalismo. Além dos casos mais ou menos perfeitos de família extensa que ainda existem em Portugal, a família é, de um mo dogeral, concebida como um vasto agregado solidário, que ultrapassa o grupo nuclear,

e abrange toda a parentela, e se traduz em protecção, amizade, frequentação assídua, e um certo exclusivismo que está na base de numerosas casamentos intra-familiares. A casa é geralmente uma ampla unidade, compreendendo toda a gente que nela vive e trabalha, senhores e servidores; em muitas famílias, as velhas criadas que já não trabalham, continuam em casa, numa verdadeira atmosfera de gineceu; os seus filhos são educados, colocados e protegidos pelos patrões, e, quando elas morrem, estes por vezes usam luto. Os servidores não são puros elementos de trabalho, que o salário liquida: são pessoas ligadas a essa unidade que é a casa familiar, por fundos laços sentimentais. As gerações de caseiros sucedem-se; se o ano é mau, as rendas podem ser perdoadas, e em caso de doença ou necessidade, os patrões ajudam-nos, com uma vaga noção de obrigação ou responsabilidade de chefe; em certas festividades Natal e Páscoa, etc., há trocas recíprocas de presentes; etc. É precisamente sob esse aspecto arcaisante de patriarcalismo que o compadrio, na sua forma mais importante e significativa, se apresenta em Portugal: patriarcalismo que se manifesta na ampliação do conceito extenso de família, com as suas implicações afectivas e sentimentais, ao afilhado — e até por vezes à sua família —, que fica incluída na unidade da casa, ao mesmo tempo que a riqueza e complexidade das regras tradicionais por que a instituição se rege, e, em certos casos, a sua absorção por ideias mágicas especiais, parecem indicar a feição arcaica de alguns elementos da sua estrutura». E concluímos, tendo caracterizado o compadrio em Portugal precisamente pelo arcaísmo revelado nas suas associações com a magia, e pelo seu sentido de protecção e respeito: «...esta resolução afectiva, que é um dos traços fundamentais e característicos do panorama social e cultural português, parece também estar na base do compadrio no Brasil, em certas das suas formas principais. Além do sentido afectivo do compadrio do S. João, a que já aludimos, e que deixa transparecer o significado espontâneo de instituição naquele país, Gilberto Freyre fala no apadrinhamento de filhos de escravos pelos seus senhores, dentro de um espírito de patriarcalismo e protecção perfeitamente semelhantes ao que nos habituamos a ver entre nós, e tão vigoroso que, analisando a sua carga afectiva, merece do autor a classificação de paternalismo ou maternalismo. Isto parece-nos sem dúvida pôr a instituição brasileira pelo menos nos seus primórdios, em estreita relação com o sentido fundamental do compadrio em Portugal; e se é evidente que tal paralelo não significa necessàriamente que o compadrio revista no Brasil esse aspecto patriarcal por herança directa da forma que ele tem em Portugal, parece indubitável que, do mesmo modo que aqui, ele exprime ali uma sociedade que, essa, representa a transposição além-Atlântico dos próprios conceitos estruturais da vida, da família, e da sociedade portuguesas».

SECÇÃO II

A LÍNGUA

PRESIDENTES

HARRI MEIER
Universidade de Bonn

ANTENOR NASCENTES
Colégio Pedro II, Rio de Janeiro

ARNALD STEIGER
Universidade de Zürich

SECRETÁRIO

ESTHER DE LEMOS
Faculdade de Letras, Lisboa

TEMA 1 — A LINGUAGEM DOS NARRADORES DE VIAGENS DOS SÉCULOS XV A XVII

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Terminologia da História Trágico-marítima — o naufrágio
ROBERTO BARCHIESI

RELATOR

SERAFIM DA SILVA NETO

TERMINOLOGIA DA HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA

O NAUFRÁGIO

Roberto Barchiesi
Instituto Italiano de Cultura, Lisboa

UNIDADE DA HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA

É possível um estudo de conjunto sobre a linguagem da H.T.M., sendo a linguagem um fenómeno tão estritamente individual?

Pode, isto é, a colectânea setecentista que recebeu de Gomes de Brito o sugestivo título de «História Trágico-Marítima» ser encarada como uma obra única?

Ou será antes necessário estudar separadamente as relações que a compõem, sendo cada qual de diferente autor?

Optamos pela primeira solução, pelas seguintes razões:

1) não há fortes motivos de carácter histórico que o impeçam, dada a quase contemporaneidade das obras recolhidas por Gomes de Brito (escritas todas no espaço de cerca de 50 anos);
2) existiu uma espécie de tradição literária à qual se conformaram os autores desse «género literário» (chamemo-lo assim com as devidas reservas); eles mostram, de facto, muitas vezes, conhecerem e servirem-se das relações anteriores, e até há algumas que, de certa maneira, são os clássicos do género; a do naufrágio de Manuel de Sepúlveda, por exemplo;
3) os relatos de naufrágios são fruto duma mentalidade difusa; apontamos, como exemplo, as idênticas considerações de ordem moral que encontramos constantemente em todos.

Julgamos que existe, portanto, uma *atmosfera comum* típica da H.T.M.: o seu *tom* é, na substância, *unitário*.

Procuramos, pois, definir esse tom através dum breve exame da sua linguagem, focando o facto de interesse predominante das relações, aquele que constitui a sua própria razão de ser: o naufrágio.

O NAUFRÁGIO

O que é o naufrágio?

Com que aspecto se apresenta aos olhos dos próprios náufragos ou de quem relata as suas tribulações?

Numa das relações mais artisticamente elaboradas, a de Bento Teixeira Pinto, encontra-se uma síntese feliz dos seus males sem remédio: «fome, fúria de mar, nau rota e sem aparelho, e não saber caminho nem carreira» [1].

Dominam aqui o sentimento da fatalidade, e o da lastimosa fraqueza dos homens encaminhados para a perdição. Além de tais sentimentos, encontramos porém no mesmo autor, e em todos os outros da H.T.M., a firme convicção que o naufrágio é, também, um *acidente providencial*, que põe na justa luz a relação entre Deus e o homem: isto é, entre o Ente justiceiro e misericordioso e o pecador: «Cousa é esta que se conta neste naufrágio para os homens muito temerem os castigos do Senhor...» [2]; «castigou Deus nossos pecados» [3]; «nos havia Nosso Senhor de livrar daquele perigo» [4].

O naufrágio parece ser objecto por parte dos escritores, duma dupla consideração, correspondendo-lhe duas categorias de ideias e de sentimentos: a da *utilidade* e a do *bem*.

A segunda, interessante para o conhecimento da espiritualidade da H.T.M., é-o menos, contudo, do ponto de vista da expressão artística; o juízo moral, formulado *a posteriori*, já está fora, geralmente, da emoção intensa que cativa a mente e o coração do escritor perante o facto. É neste que ele fixa toda a sua atenção; relatar um naufrágio significa, acima de tudo, *medir o sofrimento* de quem se achou nele.

---

[1] (Naufrágio da nau S. António) — H. T. M., vol. IV, pág. 38 da edição preparada por D. Peres, Porto, 1943. Os textos da H.T.M. serão citados desta edição, em 6 volumes.

[2] São as palavras com que abre a H.T.M.: vol. I, pág. 13 (Naufrágio de Manuel de Sepúlveda).

[3] Vol. III, pág. 90 (Naufrágio da nau S. Paulo, por Henrique Dias).

[4] Vol. IV, pág. 38; dezenas de frases semelhantes se poderiam coligir de toda a obra.

Gostaríamos de definir a atitude do relator perante o naufrágio de *cálculo económico*, incluindo nele aquela *economia humana* tão importante na H.T.M..

O genérico termo de «naufrágio», embora acompanhado por adjectivos como «tamanho», «miserável», «infeliz», mal se presta para essa medição do sofrimento. Vemos então os autores recorrer a uma variada gama de expressões, que são património comum de todos; e, ao lado destas, achamos formas peculiares de cada um, conforme as necessidades do relato e — sobretudo — conforme as capacidades de cada um no sentido da elaboração artística do episódio.

Procuramos, agora, classificar a terminologia da H.T.M. respeitante ao naufrágio, pondo em relevo as suas características.

TERMINOLOGIA

a) *Destruição e afundamento do navio*

Servem-se os escritores de termos técnicos, com frequência e em número abundante; estes não nos parecem, contudo, os mas significativos em relação à expressão artística, que mais se serve de tropos aos quais pode infundir um forte valor sentimental.

Os acidentes que prejudicam, pròpriamente, a estrutura do navio, são indicados por verbos como: *Abrir* (que é o mais empregado); *Arrombar; Desapegar; Descompassar; Descozer-se; Desencadernar; Largar o fundo.*

Com *Dar à costa; Dar a través; Deitar à costa,* se indica o acto final do naufrágio: a impossibilidade de o navio continuar a navegar.

A ideia da destruição total é-nos dada por *Desfazer-se; Espedaçar; Fazer,* ou *Fazer-se em pedaços; Partir-Partir-se, Quebrar,* e até num autor [1], pela melancólica expressão *Fazer a ossada.*

Raramente se encontra o verbo *Ir* — «tout court» — para significar o afundamento do barco. É constante, pelo contrário, *Ir* ou *Ir-se ao fundo,* muitas vezes acompanhado por advérbios e locuções adverbiais, que fazem mormente ressaltar a ineluctável realidade: «o galeão se lhe ia ao fundo *sem nenhum remédio*» [2]; «se fora *muito fàcilmente* ao fundo» [3]; «toda a gente da nau ia a pique ao fundo *por espaço de um Credo*» [4], etc..

---

[1] P.e Manuel Barradas — cfr. vol. II, págs. 63 e 70.

[2] Vol. I, pág. 21 (Naufrágio de Manuel de Sepúlveda).

[3] Vol. II, pág. 55 (relação do citado P.e Manuel Barradas).

[4] Vol. IV, pág. 68 (Naufrágio da nau Santiago, por Manuel Godinho Cardoso).

Acrescentemos ainda as raras formas: *Ficar debaixo; Andar debaixo da água; Mergulhar; Meter ao fundo; Submergir-Submergir-se; Sumir-se.*

b) *Os elementos adversos*

Entramos, aqui, num assunto que nos permite a apreciação do labor literário dos escritores; o gosto pelo dramático leva muitos deles a representar o espectáculo do navio ao alcance dos elementos, conjurados contra ele: «as naus faziam de si tudo o que os ventos e os mares lhes mandavam» [1]. São esses autores os mais cultos, como o autor destas palavras (o P.e Gaspar Afonso), o boticário Henrique Dias (aquele que M. Rodrigues Lapa [2] acusa de «prurito de erudição»), Bento Teixeira Pinto e Diogo do Couto.

Na verdade, ao deixarem-se influenciar pela lembrança das suas leituras dos clássicos, ou pelo desejo de enobrecer o relato do naufrágio, procuram soluções de efeito (não isentas, por vezes, de um certo barroquismo); havemos de falar, quase, no tema da *conspiração dos elementos.*

Eis alguns exemplos: «Os mares, pela antiga contenda que entre eles e os ventos há, de que por derradeiro são vencidos e domados, andando já levantados da noite anterior, se incharam e ensoberbeceram...» [3]; «viam aos seus olhos os elementos conjurados contra eles, prometendo-lhes as ondas tão furiosas, pela separação de suas almas, serem sepultura de suas carnes» [4]; «tudo parecia conjurado contra nossas vidas: a água, vento, relâmpagos, até o nosso mastro que nos queria alagar» [5].

Aparecem então as imagens do navio e dos homens em poder das forças adversas. Note-se que os escritores vão, coerentemente, buscar os termos próprios às ideias de *luta,* de *batalha* e de *guerra.*

Temos expressões como *Acossar, Derrotar:* «esta nau, tão derrotada e tão acossada de todos os elementos» [6]; *Derrubar; Descompassar: Destruir; Espedaçar; Matar.* O já mencionado P.e Gaspar Afonso usa ainda o verbo *Render-se,* referido à embarcação: «por se não renderem» (os que iam no barco) «*se rendeu a nau,* dando tão secreta entrada ao mar, que nunca mais se soube por onde... Digo por não se renderem, porque com todo este perigo e fadiga se não confessaram senão muito poucos...» [7].

---

[1] Vol. VI, pág. 96 (Viagem da nau S. Francisco, pelo P.e Gaspar Afonso).
[2] Cfr. Introdução de *Quadros da H.T.M.,* selecção por M. R. Lapa.
[3] Vol. III, pág. 83 (Relação do citado Henrique Dias).
[4] *Ibidem.*
[5] Vol. IV, págs. 38-39 (Naufrágio de Jorge de Albuquerque, por Bento Teixeira Pinto).
[6] Vol. VI, pág. 30.
[7] Vol. VI, pág. 123.

Alguns substantivos mostram os autores preocupados com dar adequadas imagens dos resultados da luta desigual da nau com os elementos: *Destroço; Destruição; Ruína.*

Outro conspícuo grupo de palavras está relacionado com o mesmo conceito dos elementos vencedores do navio. O mar assemelha-se a um monstro que acomete o adversário para o devorar depois de vencido: *Comer, Engulir; Sorver; Tragar,* são os termos usados para indicar o total desaparecimento da nau e dos que nela se aventuram.

c) *A ideia da morte.*

«Andam os homens no mar jogados aos dados» [1]. O mesmo autor que escreveu estas palavras — Henrique Dias — acrescenta noutra altura do seu relato: «quem fugirá a seu *fado,* e hora limitada, pois *Stat sua cuique dies breve et inexorabile tempus?*» [2]. Desta *espera da morte* outros relatores oferecem semelhantes aspectos: «andávamos quase debaixo da água... vendo sempre *a morte diante,* e esperando por ela a cada hora» [3]; «Iamos nós os dois a este tempo bem enfermos em cama... porém como não havia na nau outrem que fizesse o ofício de confissões, me houve eu de esforçar e alevantar, trocando a cama, que era assaz dura, pela que *o mar me prometia dar logo mais branda*» [4].

A morte é uma realidade sempre presente à mente do relator, e nela se concretiza o naufrágio. Lê-se com frequência *Acabar; Afogar;* achamos usada por Henrique Dias uma curiosa metáfora: «ajuntando-se nossas culpas e pecados com sua muita soberba» (do piloto) «*caímos do céu* como Lucifer» [5].

Dar-se por morto; Dar-se por perdido, indicam a dor resignada de quem não espera salvação.

O acto final do drama é exprimido com: *Desaparecer; Matar; Perecer; Sepultar-Sepultar-se; Sepultura.*

É tamanha a convicção que o naufrágio e as suas consequências são um verdadeiro *estado de morte* que, ao contar o regresso a terras civilizadas, Manoel Rangel escreve: «fomos recebidos como homens que *ressurgiam do*

---

[1] Vol. III, pág. 71.
[2] Vol. III, pág. 78.
[3] Vol. IV, pág. 29 (relação de Bento Teixeira Pinto).
[4] Vol. VI, pág. 43 (relação do P.e Gaspar Afonso).
[5] Vol. III, pág. 92.

outro mundo»[1]; e o mesmo, ao relembrar os sofrimentos que se seguiram ao naufrágio, duas vezes usa a palavra *Purgatório*[2].

d) *Avaliação do naufrágio.*

Já dissemos que o naufrágio é algo parecido com um elemento reactivo que obriga a meditar e a medir o valor do sofrimento; tentamos aqui prová-lo, notando que as palavras as quais, na H.T.M., aparecem mais frequentemente para indicar o naufrágio, revelam a constante apreciação que dele fazem os escritores.

Se tivéssemos que sintetizar, com duas palavras apenas, o sentimento que a H.T.M. nos comunica acerca desse acontecimento, diríamos: *lastimável perdição.*

Perder; Perder-se; Dar-se por perdido; Estar perdido; Perda; Perdição; Perdimento, são quase o refrão da H.T.M.; palavras genéricas com capacidade de encerrar uma intensidade sentimental única.

Perder-se, verbo do irremediável, aplica-se tanto aos navios como aos homens. Ao lermos notícias da «gente perdida»[3], do «caminho que estes perdidos fizeram»[4], de «como chegaram ali perdidos»[5], recebemos uma impressão de destroços humanos arrastados até ao limiar da morte.

A *economia humana* de que falámos, parece ter aqui o seu lugar de honra.

e) *Sentimento do naufrágio*

Notamos que os narradores, se algumas vezes se limitam a expressões genéricas em que «naufrágio» é apenas um acontecimento indicado por *Caso* («o remédio de que nos neste caso aproveitámos»)[6], ou simplesmente *Cousa* («sem haver até hoje pessoa que de cousa tamanha fizesse memória»)[7], geralmente escolhem, para o definir, palavras reveladoras de estados de alma dolorosos. Na iminência do perigo, os homens «andam todos ocupados e embebidos e com os receios da morte tanto aos olhos, que não há quem de si dê acordo, nem lhe lembre cousa viva, nem do mundo»[8]. A primeira impressão que

---

1 Vol. II, pág. 47 (Naufrágio da nau Conceição).
2 Vol. II, págs. 32 e 35.
3 Vol. II, pág. 45 (relação de Manuel Rangel).
4 Vol. V, pág. 22 (Naufrágio da nau S. Tomé, por Diogo do Couto).
5 Vol. IV, pág. 118 (Naufrágio da nau Santiago, por M. Godinho Cardoso).
6 Vol. IV, pág. 9 (relação de Bento Teixeira Pinto).
7 Vol. IV, pág. 10 (*id.*).
8 Vol. III, pág. 70 (relação de Henrique Dias).

do naufrágio se tem é, portanto, a de *Trabalho,* físico e moral ao mesmo tempo. E, perante uma ulterior apreciação, irá tomando cada vez mais consistência sentimental. Usam-se, como seus sinónimos *Aflição; Desaventura; Extremo; Fortuna* e *Infortúnio; Necessidade; Ruína; Tragédia; Transe; Tribulação.*

Aflição — Tribulação: quem escreveu estas duas palavras deixou aberto, podemos dizer, o caminho para a definição da inteira H.T.M..

ADJECTIVAÇÃO

Os atributos (frequentes, mas não abundantíssimos) dos termos com que é exprimida a ideia de naufrágio, são manifestação de dois sentimentos fundamentais: *espanto* e *tristeza.*

Eis alguns exemplos: «neste caso *tão temeroso*»[1]; «os *horrendos* casos»[2]; «breve sumário de um naufrágio *tão estranho* como este»[3]; «tamanho *naufrágio*»[4]; «deu três pancadas *temerosíssimas*»[5].

E ainda: «a *desventurada hora* do naufrágio»[6]; «o *infelice* naufrágio desta nau»[7]; «por contar história verdadeira e *lastimosa*»[8].

CONCLUSÃO

Vimos o naufrágio significar morte, ruína, tribulação, e vimos ser a atitude sentimental dos autores em face dele, de dolorosa meditação da miséria humana.

O *tom* poético das relações de naufrágio poderá ser definido de comovida *elegia,* como nos ensinou o seu melhor intérprete, Camões, ao engastar nas nítidas oitavas do seu poema o episódio-tipo da «História Trágico-Marítima»: a perdição de Manuel de Sepúlveda.

---

1 Vol. IV, pág. 9.
2 Vol. VI, pág. 10.
3 Vol. IV, pág. 9.
4 Vol. IV, pág. 33.
5 Vol. IV, pág. 68.
6 Vol. I, pág. 61.
7 Vol. IV, pág. 77.
8 Vol. I, pág. 21.

TEMA 2 – TERMINOLOGIA NÁUTICA E TERMINOLOGIA RURAL EM PORTUGAL, ILHAS ATLÂNTICAS E BRASIL

Na ausência de comunicações sobre o tema proposto, foram confiadas ao relator as comunicações seguintes:

Lusismos y occidentalismos en el Español de Tenerife
MANUEL ALVAR

Descrição de um dicionário Português-Inglês
RONALD HILTON

RELATOR

JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO

LUSISMOS Y OCCIDENTALISMOS EN EL ESPAÑOL DE TENERIFE (ISLAS CANARIAS)

MANUEL ALVAR
Universidade de Granada

RESUMO:

Alguna vez se había hablado de la influencia del portugués en el español hablado en las islas Canarias. Siempre a través de formas recogidas de modo accidental y con frecuencia con carácter polémico. La presente contribución pretende manifestar la situación de tales préstamos en el conjunto de la sincronía actual. A través de seis encuestas de carácter homogéneo (empleando un mismo cuestionario de 2.500 preguntas) se intenta caracterizar el valor y el alcance que hoy tienen los portuguesismos. La limitación que figura en el enunciado de este trabajo (*y occidentalismos*) viene condicionada por la coincidencia léxica y fonética que en ocasiones manifiestan portugués, gallego y leonés occidental; coincidencia que, algunas veces, impide una total discriminación.

En el trabajo se estudian:

1) préstamos identificables fonéticamente (*belgo*, *pimento*, *romega*, *pargana*, *bucio*, *mollo*, *talla*, *bulidor*, *chumacera*, *enchumbar*, etc., etc.).

2) préstamos léxicos:

a) con tratamiento fonético castellano, aunque su significado sea desconocido en español: *chijado*, *diente*, «dental del arado», *rosiega*, *verija*.

b) términos occidentales que pertenecen ya al español común (*abanar*, *abanador*, *balde*, *zuncho*) o que son conocidos en zonas hispánicas muy amplias (*arrendar* «desbrozar vides», *biquera*, *cancil*, *canga*, *escarranchar*, *fechar*, *frangollo*, *gago*).

c) voces comunes a todo el occidente peninsular (*bago, baleo, bardo, carozo, carruncho, coruja,* etc.).

d) galleguismos: *esnillada, neno, pelujilla,* etc.

e) lusismos: *andariña, balanzar, baña, beterrada, bicariña, cabeza de arado, casal,* «pareja», *empatar, engazo, fañoso, ferruja, garepa,* etc., etc., etc.

A la vista de los hechos anteriores, se confirma algo que las relaciones históricas o las publicaciones documentales nos habian acreditado: la presencia activa de portugueses y gentes del occidente leonés en Canarias. Y ahora sabemos que el español de Canarias quedó poderosamente influido por unas gentes que dieron a las islas algo más que un tipo de cultivos y que su modesto trabajo de operarios.

DESCRIÇÃO DE UM DICIONÁRIO PORTUGUÊS-INGLÊS

RONALD HILTON
Stanford University

A comunicação consistiu na apresentação do prefácio de: «A Portuguese-English Dictionary» por James L. Taylor, publicado em 1958 pela Stanford University Press, Stanford, Califórnia.

RELATÓRIO

por

J. G. Herculano de Carvalho

Comunicações:

1) Manuel Alvar (Granada). Lusismos y occidentalismos en el español de Tenerife (Islas Canarias);
2) Ronald Hilton (Stanford, Calif.). Descrição de um dicionário português-inglês.

A comunicação apresentada pelo Prof. Ronald Hilton, além de algumas informações complementares, consta de o prefácio de um dicionário português-inglês da autoria de James L. Taylor, que está a ser publicado na Universidade de Stanford sob os auspícios do instituto «Hispanic and American Studies» e que deve aparecer no começo de 1958. O autor, que há 15 anos trabalha no seu empreendimento, embora de pais norte-americanos, nasceu em São Paulo, dominando como sua língua a portuguesa.

O Prefácio da referida obra põe em relevo a necessidade de um dicionário actualizado e completo português-inglês, visto que existindo hoje vários bons dicionários inglês-português, nenhum ainda veio substituir, para português-inglês, a obra já desactualizada de Michaelis, que tem a data de 1887.

Algumas características desta obra:

a) Destino: segundo as palavras do autor, «my aim has been to provide an everyday working tool for as large a number of persons as possible», compreendendo estudantes e professores de português, mas também tradutores, viajantes, comerciantes, técnicos, etc., etc.

b) Considerando o vasto público a que se destina, o dicionário de Taylor dá acolhida a largo número de palavras técnicas e a numerosos coloquialismos, idiomatismos e palavras e expressões gírias. Um capítulo que parece ter merecido especial atenção foi o do léxico relativo à flora e à fauna brasileiras, cujos nomes vernáculos são registados com numerosas variantes e acompanhados não só da tradução inglesa, mas da indicação do nome científico latino.

O relator faz votos por que a preocupação de registar variantes ou mesmo os variados nomes usados no Brasil para um mesmo conceito — não só de plantas e animais —, não tenha sido levada longe demais.

c) A fixação do número dos vocábulos registados não foi feita ao acaso. Contando 171.046 vocábulos o *Grande Dicionário* de Laudelino Freire e J. L. de Campos, e 9.345 o vocabulário básico português-brasileiro estabelecido na contagem realizada há mais de 10 anos pelo «Committee on Modern Languages of the American Council of Education», Taylor estabeleceu *arbitràriamente* 50.000 palavras como número óptimo para os seus propósitos. É difícil dizer se a escolha arbitrária foi igualmente uma escolha acertada.

Por todas as indicações, parece que o autor teve em vista quase exclusivamente um público brasileiro ou interessado nas coisas brasileiras. Seria de desejar, numa possível futura edição, que o português metropolitano fosse objecto de uma atenção igualmente cuidada. O Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa, que entretanto esperemos seja publicado, poderá então servir de precioso auxílio.

A comunicação do Prof. Manuel Alvar constitui um capítulo do seu livro sobre o espanhol de Tenerife, a aparecer em breve. Não se baseia (como era geralmente o caso dos que até agora se ocuparam do problema) em materiais heteróclitos, mas numa recolha sistemática constituída por seis inquéritos, em que o A. empregou um mesmo questionário de 2.500 perguntas.

Para começar, estabelece o A. uma diferença fundamental entre *lusismos* e *occidentalismos*, designando por este termo aqueles vocábulos que tanto podiam ser comunicados ao espanhol tenerifenho por portugueses, como por galegos ou leoneses ocidentais.

Distingue depois os «préstamos identificables fonéticamente» de aqueles vocábulos que, embora morfològicamente não distintos do léxico castelhano, ou não existem realmente fora das áreas peninsulares consideradas, ou só aí possuem o significado com que são conhecidos em Tenerife.

Encontram-se no primeiro caso: sem ditongação — *pimento, restra, taramela, boba* (abóbora), *bosta*, etc.; com perda de *n* — *bucio* — ou *l* intervocálicos — *íngua;* com *l* palatal (antigo) conservado — *mollo, talla, borralla;* com *ch* proveniente de *pl, cl, fl* iniciais — *charamuscas, chubasco, chamizo;* etc., etc.

No segundo caso estão, entre outras, *diente* 'dente do arado' ou *verija*, com tratamento aparentemente castelhano mas com um significado desconhecido em espanhol; e ainda *bardo, carozo, rabiza*, etc., etc., que lhe são totalmente alheios.

Seguidamente o A. distribui os vocábulos segundo a sua procedência segura ou provável:

1.º — Termos ocidentais hoje pertencentes já ao espanhol comum — *abanar, abanador, balde*, etc. — ou que são pelo menos conhecidos em vastas zonas hispânicas — *arrendar* «desbrozar vides», *cancil, canga, fechar, gago*, etc..

2.º — Palavras comuns a todo o ocidente peninsular: *bago, baleo, balear, bardo, carozo, coruja, pavea*, etc..

3.º — Possíveis leonesismos — *aberruntar, alantre, ausin, embozada, párrago*.

4.º — Termos talvez exclusivamente galegos — *broca, esnillada, neno* e talvez poucos mais.

5.º — Resta um bom número de vocábulos de origem ùnicamente portuguesa — como *balanzar, bana, cabeza de arado, cachos, casal* (par), *engazo* (das uvas), *fañoso, ferruja, gaveta, gomo, grelho* (com *l* palatal do esp. *grillo*), *morriña, nublina, rabiza, urrar* (mugir).

Embora em mais de um caso se pudesse pôr o problema da origem galega ou portuguesa dos termos em questão, o A. inclina-se para o seu lusismo «mientras no se demuestre el contrario», e justifica a sua atitude: «fué Portugal (no sólo en su dimensión peninsular), y no Galicia, el país obligado por sus necessidades y por su geografía, a mantener relaciones con las Afortunadas.»

Os materiais reunidos e acuradamente estudados por Manuel Alvar aumentam consideràvelnente o número de ocidentalismos, mas particularmente de lusismos que por outros investigadores tinham sido apontados. Mais: baseando-se num inquérito sistemático, mostra como esses elementos adventícios, longe de serem puros acidentes, penetram toda a vida quotidiana do canário — ao menos no tenerifenho.

Desta sua análise tira o A. duas conclusões: 1.ª O estudo dos elemento do léxico permite confirmar «la presencia activa de portugueses y gentes del occidente leonés en Canarias». Não houve só relações históricas das Canárias com Portugal, particularmente através da Madeira, mas portugueses estabeleceram-se como colonos nas ilhas Afortunadas.

2.ª Mais importante a segunda conclusão: «Ahora sabemos que el español de Canarias quedó poderosamente influído por unas gentes que dieron a las islas algo más que un tipo de cultivos y que su modesto trabajo de operarios.»

O relator sugere que o Prof. Manuel Alvar venha a Portugal com demora de ao menos algumas semanas, para em Lisboa e em Coimbra, utilizando os recursos bibliográficos portugueses, os ficheiros do *Dicionário dos falares portugueses* e o Inquérito linguístico por correspondência do Prof. Paiva Boléo, poder completar certas informações do seu belo trabalho. Além disso, atendendo a que a Madeira serviu como que de ponte de passagem para as relações portuguesas com as Canárias, lembra que uma comparação mais íntima dos vocabulários dos dois arquipélagos atlânticos traria sem dúvida resultados do maior interesse.

TEMA 3 – TOPONÍMIA DE ORIGEM PORTUGUESA NAS ILHAS ATLÂNTICAS, NO BRASIL, NA ÁFRICA E NO ORIENTE

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Sobre la distribución geográfica de la toponimia de origen portugués en el Brasil

ANTONIO MARIA BADÍA-MARGARIT

A saudade portuguesa na toponímia brasileira

ANTENOR NASCENTES

Caracteres gerais da toponímia das ilhas atlânticas

JOSEPH M. PIEL

RELATOR

JOSEPH M. PIEL

SOBRE LA DISTRIBUCIÓN GEOGRÁFICA DE LA TOPONIMIA DE ORIGEN PORTUGUÉS EN EL BRASIL

ANTONIO M. BADÍA-MARGARIT
Universidade de Barcelona

I

INTRODUCCIÓN

1 — *Preliminar.* — El estudioso de toponimia hispánica que por primera vez se enfrenta con el complejo campo de la toponimia ibero-americana, y concretamente del Brasil, se lleva a menudo sorpresas considerables; esto, ir de sorpresa en sorpresa, es lo que me ha ocurrido a mí en los últimos tiempos, en que he empezado a trabajar sobre los nombres de lugar del Brasil. Aunque crea poder decir que la toponimia hispánica no es del todo desconocida para mí, el salto que he tenido que dar, al adentrarme en otro terreno, ha sido en cierta manera comparable a la distancia que nos separa materialmente del Brasil, aun situados en este extremo de Europa que es la ciudad de Lisboa. Quizás por esta misma impresión de sorpresa, el conjunto de la toponimia brasileña fascina con su abigarrado contenido, en una constante mezcla de contrastes: una gran cantidad de nombres precolombinos, con sus raíces y su fonética características, se da la mano con topónimos típicos portugueses y peninsulares en general, o con apelativos comunes toponímicos de la lengua portuguesa, y todos ellos aparecen mezclados, todavía, con nombres que sólo se remontan a la época de la Independencia, y con nombres mucho más modernos, incluso, tal vez, con nombres que tienen todas las apariencias de haber sido elaborados en una oficina administrativa. Los elementos señalados, mezclados continuamente en cualquier estado o territorio de la Federación, ofrecen una fisonomía tan singular (y tan típica, por otra parte, de las tierras americanas en general), que un observador atento, puesto en el trance de caracterizar esa toponimia, vacilaría a cada momento entre atribuirle una antigüedad extraordinaria (por los nombres indígenas), y declararla, ya no histórica, actual, salida día tras día de los dictados gubernamentales,

administrativos, políticos, económicos, religiosos. A los europeos nos hacen sonreir nombres de lugar como los encabezados por las palabras *Doutor, Engenheiro, Frei, General, Monsenhor, Presidente, Senador,* entre otras por el estilo[1]; igualmente sorprenden, en general, los nombres de persona (compuestos de nombre y apellido), convertidos en topónimos sin más (como *Antônio Dias, João Coelho, José da Costa, Luís Domingues,* entre muchísimos que se podrían citar, todos ellos nombres de poblaciones brasileñas), frente a las características europeas medievales de la toponimia antroponímica (ser determinativo de un apelativo genérico común en toponimia, poseer una declinación más o menos conservada, etc.), que encubrían un poco el puro nombre de persona, el cual, en cambio, se presenta en América con toda su crudeza, llamándose una ciudad de la misma manera que podría llamarse – y se llama, en efecto – una persona con la que nos cruzamos por la calle. Añádanse, a los casos citados, topónimos como *Nova Friburgo, Hamburgo Velho, Vinte e Cinco de Julho, Pio IX,* entre docenas y docenas que se podrían aducir, y proyéctense sobre el rico fondo de nombres indígenas precolombinos, cuyas listas llenarían largas páginas, y se tendrá una idea del conjunto de la toponimia brasileña. Ya se echa de ver, a través de esa idea, que la toponimia brasileña es un terreno resbaladizo, erizado de dificultades, y que su cultivo resulta una empresa sumamente peligrosa; dejando aparte las dificultades intrínsecas, gran parte de los escollos con que tropezamos viene de que, en el Brasil, no existe más que parcialmente el concepto europeo de la perennidad e inamovilidad de los nombres de lugar: la toponimia brasileña es algo constantemente cambiante, se modifican los nombres de lugar por necesidades administrativas, y se establece la toponimia vigente para un año determinado, como se fija la población correspondiente al mismo año. Por eso el nomenclator toponí-

1 He aquí los topónimos que trae el nomenclator: 1) con *Doutor: Doutor Bozano, Doutor Elias, Doutor Loréti, Doutor Pedrinho, Doutor Pestana;* 2) con *Engenheiro: Engenheiro Avidos, Engenheiro Franca, Engenheiro Paulo de Frontin, Engenheiro Pontes, Engenheiro Schmidt, Engenheiro Schnor;* 3) con *Frei: Frei Gaspar, Frei Gonzaga, Frei Miguelinho, Frei Orlando, Frei Paulo;* 4) con *General: General Câmara, General Carneiro, General Salgado, General Sampaio, General Tibúrcio, General Vargas;* 5) con *Monsenhor: Monsenhor Horta, Monsenhor João Alexandre, Monsenhor Paulo, Monsenhor Tabosa;* 6) con *Presidente: Presidente Alves, Presidente Bernardes, Presidente Dutra, Presidente Epitácio, Presidente Getúlio, Presidente Olegário, Presidente Pena, Presidente Prudente, Presidente Soares, Presidente Vargas, Presidente Venceslau;* 7) con *Senador: Senador Amaral, Senador Côrtes, Senador Firmino, Senador José Bento, Senador Lemos, Senador Mourão, Senador Pompéu, Senador Sá;* naturalmente, en esta rápida enumeración de muestra, hemos prescindido de los cambios recientes en las denominaciones oficiales: algunos de estos topónimos han sido creados en el último censo, otros acaban de ser sustituidos, otros están todavía en litigio, etc..

mico del Brasil ha de consignar tan a menudo, junto a un nombre de lugar, el nombre anterior que ha sido substituído por aquél, y así nos enteramos que son «relativamente» antiguos, por lo menos en 1950, nombres que tienen fisonomía de tan modernos, como *Desengano* (sustituído por *Barão de Juparanã*), *Patrimônio União* (sustituído por *Amambaí*), *Antônio Inácio* (sustituído por *Campo Belo do Sul*), *Marechal Floriano* (sustituído por *Piranhas*), e incluso *Presidente Vargas* (sustituído por *Itabira*).

2 – *Materiales.* – Otra dificultad, también grave: no existen trabajos científicos, ni siquiera repertorios, de toponimia brasileña; el único inventario completo de los actuales nombres de lugar del Brasil es el nomenclator oficial, establecido con una finalidad estadística, pero no científica, y que altera los nombres por necesidades de la administración (§ 1), sobre todo para evitar homonimias; es, evidentemente, difícil de manejar esta lista de topónimos, porque en ella corremos el riesgo de cometer errores de bulto en nuestras apreciaciones sobre toponimia. Para salvar este riesgo, ahí están los materiales históricos, sobre procesos de la conquista, colonización y organización colonial del Brasil; de esos datos se pueden extraer les fechas de fundación de las ciudades, las zonas antiguas de la colonización, los grandes centros de la vida colonial en los siglos XVI y XVII. En este trabajo hemos usado los materiales históricos para establecer zonas según las distintas épocas de la conquista y colonización (§§ 5-6), pero en cambio hemos partido, para nuestra documentación de los nombres de lugar del Brasil, del nomenclator oficial[1]. Este nomenclator tiene el defecto, ya señalado, de modificar constantemente las designaciones toponímicas, e incluso de crear algunas nuevas, pero este inconveniente queda muy atenuado, en nuestro trabajo, por dos razones, correspondientes a los dos tipos de topónimos que hemos hecho objeto de estudio: en primer lugar, porque los nombres de poblaciones portuguesas que han dado nombre a las poblaciones brasileñas respectivas, enraizadas desde largo tiempo en su sitio, han adquirido con el tiempo una inamovilidad casi absoluta; en segundo lugar, porque hemos estudiado series de apelativos comunes en la toponimia, operando por ello con grupos de topónimos (con can-

1 *Divisão Territorial do Brasil. Situação administrativa vigente em 1.º — VII — 1950*, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, 230 páginas. — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Estatística. Mientras no se diga nada en contra, los materiales toponímicos utilizados en la presente comunicación proceden de este libro, que me ha sido facilitado por el Consulado General del Brasil en Barcelona, por lo cual doy desde aquí mis gracias a su personal, sobre todo al Sr. E. Fonta.

tidades de nombres de lugar numéricamente bastante elevadas dentro de cada grupo), y, como no nos interesaban las cifras absolutas, sino las proporciones y las tendencias que las cifras denotaban, hemos podido descontar en cada caso, un margen de error, debido a haber incluído en un grupo topónimos que no debieran haber figurado por no ser genuinos. Teniendo en cuenta los dos factores que acabamos de mencionar, hemos procedido con una mayor confianza a la búsqueda y clasificación de los topónimos pertinentes en el nomenclator oficial. Además, y sin negar la influencia de la administración pública en la modificación y establecimiento de nombres de lugar (comprensible, por otra parte, en un país que aun está creando centros de riqueza y con ellos núcleos de población), por poco que uno se familiarice con el uso de este repertorio toponímico, fácilmente advertirá que la mayor parte de modificaciones que se registran en las distintas ediciones publicadas son modificaciones administrativas, pero no toponímicas; muy a menudo lo que se cambia es la categoría administrativa del lugar, no propiamente su nombre: unas veces, el municipio toma el nombre de un distrito que ya existía, es decir se traslada la capitalidad del municipio, que de un distrito pasa a otro; otras veces, el municipio queda escindido, y uno de los antiguos distritos se erige en cabeza del nuevo municipio, etc.; todo ello tiene su repercusión en el nomenclator, que nos lo presenta como un nombre nuevo, a pesar de que ya vivía como nombre de lugar. Ya hemos dicho, y queremos repetirlo, que hay, en efecto, modificaciones y creaciones toponímicas en el nomenclator, pero interesa también que quede claro que muchas de ellas tienen sólo un alcance administrativo.

3 – *Método.* – Casi nada tenemos que decir, sobre método, que no se desprenda de lo que acabamos de exponer (§ 2). El método ideal sería sólo trabajar con los topónimos correspondientes a núcleos de población cuya fundación y colonización nos sea conocida. Pero esto nos resultaba difícil en este primer contacto con la toponimia brasileña, sobre todo por falta de familiaridad con tan inmenso campo de trabajo, y hemos partido, como decíamos antes (§ 2), de los materiales del nomenclator oficial. Ahora bien, si no hemos comprobado, de cada caso, su antigüedad según los datos de la historia portuguesa del Brasil, hemos intentado tener en cuenta, en bloque, las épocas de la colonización, fijando las zonas de las conquistas y establecimientos de los portugueses (§§ 5-6; mapa núm. 1). Hemos procurado combinar, pues, los datos toponímicos de las estadísticas modernas con los datos históricos de la formación del Brasil, de suerte que éstos pudieran justificar aquéllos. Finalmente, el peligro de los materiales del nomenclator actual (tomar en consideración topónimos históricamente falsos) queda conjurado

porque, trabajando con muchos nombres, eliminamos el posible margen de error debido a alteraciones modernas, y porque evitamos tanto extraer conclusiones de casos singulares como valorar las cifras absolutas de los topónimos estudiados: nuestras conclusiones se basan en un gran número de tratamientos toponímicos, que no fallan aunque carezcan de fundamento unos cuantos de ellos.

4 – *Plan del trabajo.* – No hemos pretendido en ningún momento presentar un trabajo de conjunto sobre la toponimia de origen portugués en el Brasil: no lo permitían ni la menguada tradición científica sobre el tema, ni nuestra escasa preparación, ni la extensión habitual de una comunicación. En la opción de unos aspectos concretos, hemos orientado la búsqueda de materiales (nunca manejados de manera exhaustiva, sino seleccionando los más representativos) hacia dos puntos de gran interés, dentro del tema genérico propuesto, tanto en sí como desde el punto de vista metodológico, especialmente si establecemos relación entre ambos: la densidad de los topónimos portugueses convertidos, por imperativos de la historia, en topónimos brasileños, comparada con la densidad de los apelativos genéricos de la toponimia, que en realidad son vocablos de la lengua común portuguesa difundida en el Brasil. Pero para ello era indispensable proyectar esas densidades y esa comparación sobre las zonas escalonadas de la penetración portuguesa a lo largo de su labor colonizadora del Brasil. Surgían así los tres capítulos en que se articula el núcleo de esta comunicación.:

1) Fijación de las zonas y épocas de la colonización portuguesa del Brasil, de acuerdo con los datos allegados por los historiadores, como nociones previas a los dos capítulos siguientes, que así quedan justificados (§§ 5-6).

2) Distribución geográfica y densidad de los nombres de lugar brasileños que no son sino topónimos de Portugal, trasladados al Brasil durante la colonización, y usados, entonces, para bautizar ciudades americanas de nueva fundación o de reciente conquista. Para ello hemos escogido, casi al azar, unos cincuenta nombres de lugar portugueses de los que reaparecen en ultramar, procurando que hubiera de las distintas regiones de Portugal, del norte y del sur, de la costa y del interior, de rancio abolengo en la Reconquista y de fundación posterior (aunque siempre suficientemente antigua), de ciudades capitales y de poblaciones menos importantes, etc. (§§ 7-9).

3) Distribución geográfica y densidad de los apelativos comunes de la toponimia, es decir de aquellos nombres genéricos que forman un topónimo compuesto con el elemento determinativo o especificativo. Para ello hemos escogido unos veinte apelativos entre los que más frecuentemente se repi-

ten en la toponimia brasileña y que son, claro está, nombres comunes de la lengua portuguesa [1] (§§ 10-12) [2].

Siguen a estos capítulos unas conclusiones, en las cuales intentamos aquilatar el valor de nuestro trabajo y de su aportación positiva al estudio de la toponimia brasileña de origen portugués (§ 13) [3].

II

ZONAS Y ÉPOCAS DE LA COLONIZACIÓN DEL BRASIL [4]

5. — *Instalaciones y colonización.* — Como es sabido, el 22 de abril de 1500 llegaba a Porto Seguro Pedro Alvares Cabral, al frente de una expedición marítima. Este hecho histórico inauguraba una serie de viajes de exploración a lo largo de la costa brasileña como los de João Coelho y Diego Ribeiro, o los dos de Américo Vespucio, o el de Nuno Manoel hacia el sur. El problema de la colonización se planteó hacia 1530, por la frecuencia con que arribaban a las costas del Brasil navíos extranjeros, especialmente franceses; en efecto, varios extranjeros ya habían establecido factorías, y la reducida flota guarda-costas portuguesa, no lo podía impedir. Por eso fué enviado, desde Portugal, Martim Affonso de Sousa, con una potente escuadra; éste fundó la primera ciudad del Brasil, el puerto de San Vicente, y tierras adentro, la villa de Piratininga. João III, ante los reiterados intentos de los franceses, dividió

[1] Expresamente hemos prescindido de los adjetivos, que tanta difusión tienen como determinativos en toponimia en general, y también en el Brasil; así, han quedado fuera de nuestros materiales los abundantes topónimos determinados por *Alto-Alta, Baixo-Baixa, Novo-Nova, Velho-Velha, Bom-Boa, Belo-Bela, Três,* etc..

[2] Otro aspecto en el que hemos trabajado algo, pero del que tenemos que prescindir para no alargar demasiado esta comunicación, es el de la hagiotoponimia, que resulta de un gran interés, y en buena parte por esa impresión de «tema moderno» que se lleva un onomatólogo acostumbrado a los países europeos, y por su constante mezcla con santos puestos como nombres de lugar a raíz de la ocupación y colonización. Es posible que desarrollemos algún día los materiales que, sobre este tema, hemos recogido ahora.

[3] No podemos olvidar la ayuda que hemos recibido, en la preparación de esta comunicación, de nuestros colegas y amigos Srs. Celso Cunha (a través de una epístola, breve, pero muy orientadora, sobre los peligros del nomenclator toponímico del Brasil) y Luis F. Lindley Cintra (a quien expusimos las lineas generales de este trabajo, y a quien debemos oportunas y atinadas observaciones que han mejorado su redacción definitiva). A ambos muchas gracias.

[4] Como ja se puede suponer, no se trata aquí ni siquiera de resumir la abundante bibliografía de la acción de Portugal en la conquista, colonización, y organización del Brasil: queremos tan sólo destacar esquemáticamente las zonas de esa acción, para relacionarlas con la densidad de toponimia de origen portugués, y distinguiendo entre las de épocas primitivas (§ 5) y las de exploraciones más tardias (§ 6).

MAPA 1 — Épocas de la colonización portuguesa del Brasil.

1. Núcleos iniciales.
2. Límites de la colonización a fines del siglo XVII.
3. Sentidos principales de la expansión en el siglo XVIII.
4. Límites de la ocupación en 1800.

el Brasil en 12 capitanías hereditarias, a cargo de todos aquellos que se comprometían a colonizar las tierras que recibían; pero la eficacia de esta medida resultó muy dudosa. Por fin, en 1538, fué creado el cargo de Gobernador General, residente en la Bahia de Todos os Santos: el primer Gobernador fué Tomás de Sousa, quien fundó la ciudad de Bahia, a la que dotó de abundantes medios materiales. A partir de entonces, se suceden los gobernadores generales, cuya gestión pasa a veces por trances difíciles: problemas en la relación material con la metrópoli, en la falta de comprensión de los soberanos, en el trato con los indígenas, en las intervenciones de extranjeros, en la relación con las autoridades eclesiásticas establecidas en ultramar, etc.. Pero su obra, a pesar de todo, es eficaz, y va penetrando, por ellos, en aquellas tierras del Nuevo Mundo, la civilización cristiana y europea. Interesa destacar aquí que es a lo largo de la costa, más accesible que el interior, donde esa influencia de la nueva civilización es más eficiente; por varias razones: la residencia del gobernador general, y de los funcionarios públicos; los establecimientos de portugueses emigrados se limitan de momento a esas zonas; la fundación de gran número de ciudades en la costa; las expediciones, más o menos regulares, para el comercio con Europa, para las relaciones personales, etc., salen, como es natural, de los puertos de la costa; aunque las fuentes de riqueza se encuentren a veces más en el interior del país, el tráfico con esa riqueza, y la preparación de sus productos para los envíos a Portugal se hacen en los centros de la costa. Todo ello nos explica que las huellas más importantes de las primeras épocas de la colonización del Brasil (huellas que ciframos en la instalación personal, la arquitectura colonial, los órganos administrativos, la difusión de la propia lengua portuguesa, etc.) se encuentren ante todo en las tierras que hoy ocupan los grandes estados de la costa oriental: Bahia, Minas Gerais, São Paulo, y, en general, los que pertenecen a las regiones que los brasileños clasifican, administrativamente, como del Nordeste (entre otros, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas), del Este (entre otros, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro), y del sur (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul). Véase el mapa num. 1.

6 — *Exploraciones en el Amazonas.* — En relación con las zonas y épocas de la colonización portuguesa del Brasil, y dejando aparte los progresos de la colonización primitiva (§ 5), hemos de señalar las exploraciones a lo largo del curso del Amazonas, bastante posteriores (a partir del siglo XVIII), pero muy intensas. Desde los primeros contactos de los europeos con el Amazonas, el enorme río habia ejercido sobre ellos una atracción singular. El interés por el Amazonas se explica tanto por él mismo (era el rio que por su caudal habia sido confundido con el mismo mar por los primeros que lo vieron)

como por los productos naturales que en sus orillas y en su proximidad ofrecía la selva, y por la facilidad de su transporte por tan desmesurada vía fluvial; sin ella, este transporte hubiera sido imposible, como imposible resultaba la explotación de la mayor parte del país por eso, por falta de vías de comunicación adecuadas. El interés por el Amazonas determina, por tanto, muchos asentamientos de portugueses, posteriores, como hemos dicho, a los de la colonización primitiva, pero que no por ello dejaban de ser densos y eficaces. Los citados asentamientos se produjeron en los actuales estados de Pará y Amazonas. Véase el mapa num. 1.

III

TOPÓNIMOS PORTUGUESES CONVERTIDOS EN TOPÓNIMOS DEL BRASIL

7 — *Tabla de topónimos.* — Entre los numerosos topónimos brasileños que no son más que nombres de lugar de Portugal trasladados a ultramar, hemos escogido unos cincuenta, pertenecientes, como decíamos antes (§ 4, núm. 2), a todos los tipos geográficos, demográficos, históricos que quepa considerar. He aquí la lista alfabética de esos nombres, con indicación del topónimo o topónimos brasileños correspondientes y su filiación en municipios y estados de la Federación [1]:

Nombres portugueses	Nombres brasileños — Distrito	Nombres brasileños — Municipio	Unidades de la Federación [2]
Abrantes	**Abrantes**	*Camassari*	Bahia — BA
Alcobaça	**Alcobaça**	**Alcobaça**	Bahia — BA
Alegrete	**Alegrete**	**Alegrete**	Rio Gr.de do Sul—RS
Alenquer	**Alenquer**	**Alenquer**	Pará — PA
Alhandra	**Alhandra**	*João Pessoa*	Paraíba — PB
Almeida	**Almeida**	*Jaboticatubas*	Minas Gerais — MG
Arazede	**Aracê**	*Domingo Martins*	Espírito Santo — ES
Aveiro	**Aveiro**	*Santarém*	Pará — PA
Barcelos	**Barcelos**	**Barcelos**	Amazonas — AM

[1] Hemos considerado innecesario filiar geográficamente las poblaciones portuguesas, por ser su situación sobradamente conocida; como se verá, en varias ocasiones se trata de un topónimo reiterado en Portugal, aunque no lo consignemos más que una sola vez por todas. En cambio, del Brasil damos todos los nombres de lugar correspondientes a cada topónimo portugués, siempre según los datos del nomenclator oficial. Por esta razón los 53 topónimos portugueses propuestos se convierten en 71 topónimos en el Brasil.

[2] Indicamos, junto al nombre del estado de la Federación, su abreviatura según el sistema administrativo federal, para facilitar la lectura e interpretación de los mapas, en los cuales aquellos nombres vienen abreviados de esta manera.

Nombres portugueses	Nombres brasileños — Distrito	Nombres brasileños — Municipio	Unidades de la Federación
Barreiro	**Barreiro**	**Barreiro**	São Paulo — SP
	Barreiros	**Barreiros**	Pernambuco — PE
Beja	**Beja**	*Abaetetuba*	Pará — PA
Belém	**Belém**	**Belém**	Pará — PA
	Belém [1]	*Brejo do Cruz*	Paraíba — PB
	Belém *de Cachoeira*	*Cachoeira*	Bahía — BA
	Belém *de Caiçara* [2]	*Caiçara*	Paraíba — PB
	Belém *de Maria*	*Catende*	Pernambuco — PE
	Belém *Novo*	*Pôrto Alegre*	Rio Gr.de do Sul—RS
Bemposta	**Bemposta**	*Três Rios*	Rio de Janeiro — RJ
Benfica	**Benfica**	*Ananindeva*	Pará — PA
Bragança	**Bragança**	**Bragança**	Pará — PA
	Bragança *Paulista*	**Bragança** *Paulista*	São Paulo — SP
Caldas	**Caldas** [3]	**Caldas**	Minas Gerais — MG
	Caldas *Novas*	**Caldas** *Novas*	Goiás — GO
Campo Maior	**Campo Maior**	**Campo Maior**	Piauí — PI
Casa Branca	**Casa Branca**	**Casa Branca**	São Paulo — SP
Coimbra	**Coimbra**	**Coimbra**	Minas Gerais — MG
	Coimbra [4]	*Santo Angelo*	Rio Gr.de do Sul—RS
Chaves	**Chaves**	**Chaves**	Pará — PA
Espinho	**Espinho**	*Inhuçu*	Ceará — CE
Faro	**Faro**	**Faro**	Pará — PA
Guarda Mor	**Guarda Mor**	*Paracatu*	Minas Gerais — MG
Guimarães	**Guimarães**	**Guimarães**	Maranhão — MA
Marvão	**Marvão** [5]	**Marvão**	Piauí — PI
Matosinhos	**Matozinhos**	**Matozinhos**	Minas Gerais — MG
Miranda	**Miranda**	**Miranda**	Mato Grosso — MT
Mirandela	**Mirandela**	*Ribeira do Pombal*	Bahía — BA
Monsanto	**Monsanto** [6]	**Monsanto**	Minas Gerais — MG

[1] Este distrito se llamaba, antes, Taiaçui; alteración toponímica ocurrida entre el 2 de enero de 1949 y el 1 de julio de 1950.

[2] Este distrito se llamaba, antes, Curimataú; alteración toponímica ocurrida entre el 2 de enero de 1949 y el 1 de julio de 1950.

[3] Caldas, tanto el distrito como el municipio, se llamaba antes Parreiras.

[4] Topónimo todavía no establecido definitivamente en 1950, por estar en entredicho la vigencia de la ley municipal que lo creó.

[5] Marvão, tanto el distrito como el municipio, se llama en la actualidad Castelo do Piauí.

[6] Monsanto, tanto el distrito como el municipio, se llama en la actualidad Monte Santo de Minas.

Nombres portugueses	Nombres brasileiros Distrito	Municipio	Unidades de la Federación
Montalegre	Monte Alegre	Monte Alegre	Pará — PA
	Monte Alegre [1]	*São José de Mipibu*	Rio Gr. do Norte—RN
	Monte Alg. *de Minas* [2]	Monte Alg. *de Minas*	Minas Gerais — MG
	Monte Alegre *do Sul* [3]	Monte Alegre *do Sul*	São Paulo — SP
Montemor	Monte Mor	Monte Mor	São Paulo — SP
Moura	Moura	*Barcelos*	Amazonas — AM
Ourém	Ourém	Ourém	Pará — PA
Pinhal	Pinhal	Pinhal	São Paulo — SP
	Pinhal *da Serra*	*Vacaria*	Rio Gr.de do Sul—RS
	Pinhal *Grande*	*Júlio de Castilhos*	Rio Gr.de do Sul—RS
	Pinhalão	*Tomazina*	Paraná — PR
	Pinhalzinho	*Bragança Paulista*	São Paulo — SP
Pombal	Pombal	Pombal	Paraíba — PB
Portalegre	Portalegre	Portalegre	Rio Gr. do Norte—RN
Porto de Mós	Pôrto de Moz	Pôrto de Moz	Pará — PA
Sagres	Sagres	*Osvaldo Cruz*	São Paulo — SP
Salvaterra	Salvaterra	*Soure*	Pará — PA
Santarém	Santarém	Santarém	Pará — PA
	Santarém *Novo*	*Maracanã*	Pará — PA
Sardoal	Sardoá	*Virginópolis*	Minas Gerais — MG
Serpa	Serpa	*Aquiraz*	Ceará — CE
Silves	Silves	*Itapiranga*	Amazonas — AM
Sobreiro	Sobreiro	*Afonso Cláudio*	Espírito Santo — ES
Soure	Soure	Soure	Pará — PA
Sousa	Sousa	Sousa	Paraíba — PB
	Sousas [4]	*Campinas*	São Paulo — SP
Sousel	Sousel	*Pôrto de Moz*	Pará — PA
Taipas	Taipas	*Dianópolis*	Goiás — GO
Trancoso	Trancoso	*Pôrto Seguro*	Bahía — BA
Valença	Valença	Valença	Bahía — BA
Venda Nova	Venda Nova	*Belo Horizonte*	Minas Gerais — MG
Viana	Viana	Viana	Maranhão — MA
Viseu	Viseu	Viseu	Pará — PA

8 — *Distribución relativa.* — Como se ha visto, hemos partido de unos topónimos-tipo portugueses, aunque tuvieran pluralidad de representantes

[1] Este distrito se llamaba, antes, Quirambu.

[2] Monte Alegre de Minas, tanto el distrito como el municipio, se llamaba antes Toribatê.

[3] Este distrito se llamaba, antes, Ibiti.

[4] Hemos prescindido del distrito *Sousa Peixoto* (municipio de Santa Teresinha, estado de Bahia, BA), por tratarse evidentemente de un nombre personal.

MAPA 2 — Distribución relativa de algunos topónimos portugueses convertidos en nombres de lugar del Brasil

1. Estados con más de 10 topónimos del grupo estudiado.
2. Estados con más de 5 topónimos.
3. Estados con 5 topónimos.
4. Estados con 1 a 3 topónimos.
5. Estados sin ningún topónimo.

en Portugal. En cambio, en su difusión por el Brasil, nos ha interesado documentar todos sus resultados: así, los 53 nombres portugueses de lugar se nos han convertido en 71 nombres brasileños en correspondencia. Ya se comprende que hubiera sido fácil encontrar otros topónimos portugueses reflejados en el Brasil, con una proliferación americana mucho más elevada: pensemos en los nombres portugueses de *Aldeia, Foz, Lagoa, Pedras, Ponte, Porto, Torre(s), Vargem,* entre otros, que ofrecen, cada uno, largas listas de topónimos brasileños; pero es evidente que en estos casos estamos ya en presencia de apelativos comunes de la toponimia (si no todos tienen este valor en Portugal, sí lo tienen en el Brasil, a juzgar por su abundante ejemplificación allí), y éste es otro campo, que estudiamos precisamente en el capítulo siguiente, §§ 10-12. Volviendo a nuestros topónimos luso-brasileños, he aquí la distribución relativa, en orden decreciente, de los 71 topónimos del Brasil, que, además, presentamos cartografiada en el mapa núm. 2:

Grupo	Unidad de la Federación	Número de topónimos registrados
1º	Pará — PA	17
2º	Minas Gerais — MG	9
	São Paulo — SP	9
3º	Bahía — BA	6
	Paraíba — PB...	5
	Rio Grande do Sul — RS	5
4º	Amazonas — AM...	3
	Maranhão — MA...	2
	Piauí — PI	2
	Ceará — CE	2
	Rio Grande do Norte — RN	2
	Pernambuco — PE...	2
	Espírito Santo — ES	2
	Goiás — GO	2
5º	Rio de Janeiro — RJ...	1
	Paraná — PR...	1
	Mato Grosso — MT	1
6º	Las otras unidades de la Federación	0
	TOTAL	71

9 — *Interpretación.* — Muy fácil resulta interpretar la distribución relativa de los topónimos portugueses implantados en el Brasil (§ 8), si recordamos los hechos que hemos destacado antes (§§ 5-6), al tratar de las dos coloniza-

ciones o asentamientos portugueses en el país. En esa distribución relativa (véase, mapa num. 2) resaltan dos fajas distintas con un número más elevado de topónimos portugueses: 1) la primera, alrededor de los estados de Minas Gerais (con 9 topónimos), São Paulo (9), Bahía (6), Paraíba (5) y Rio Grande do Sul (5), corresponde a la zona de la costa oriental, que antes hemos visto que fué base y punto de partida de la colonización portuguesa, cuyas huellas ofrecen aquí densidad superior a la del resto del país (§ 5); 2) la segunda, alrededor de los estados de Pará (con 17 topónimos) y Amazonas (3), corresponde a la zona del rio Amazonas, que antes hemos visto que fué base de los asentamientos posteriores de los portugueses que exploraban el famoso rio y buscaban sus productos naturales (§ 6). La distribución relativa de los topónimos portugueses del Brasil no puede tener, pues, a la luz de la historia, una explicación más justa. Todavía se nos ocurre otra observación sobre este punto: esos topónimos portugueses no se repiten, no proliferan en el Brasil (algunos casos que hemos registrado son evidentemente modernos), con una excepción: cuando estos nombres de lugar, además de ser unos nombres propios en Portugal, eran (ya en Portugal), o han pasado a ser (en el Brasil) apelativos comunes de la toponimia, como vemos en el caso de *Pôrto, Foz, Aldeia,* y demás citados antes (§ 8), otros afines que se aducirán después (§ 10), y aun otros más que se podrían aducir.

IV

APELATIVOS COMUNES DE LA TOPONIMIA BRASILEÑA DE ORIGEN PORTUGUÉS

10 – *Apelativos utilizados.* – Muchas son las denominaciones genéricas de la toponimia, tanto en el Brasil como en todas partes; aun dejando de lado las denominaciones típicas americanas indígenas, las listas de apelativos comunes portugueses son abundantísimas. Hemos tenido que limitar previamente nuestra búsqueda, si no queríamos que nos ahogaran los materiales. Hemos seleccionado, casi al azar, unos veinte apelativos comunes, que a veces llegan a representar, como en el caso de *Rio,* más de cincuenta nombres de ciudades y poblaciones; otras veces, en cambio, hemos incorporado apelativos genéricos muy escasamente documentados: así, no llegan a tener diez topónimos ninguna de las designaciones siguientes: *Cór(re)go* (que tiene 8), *Sítio* (8), *Estrêla* (7), *Ôlho-d'Agua* (7), *Arroio* (6), *Ouro* (6), *Terra* (5), y *Areia* (4). No se crea por ello, sin embargo, que hayamos escogido apelativos con un número determinado de topónimos, de forma que de *Rio* a *Areia* figuren ya todos los que evidencian un origen portugués. Repetimos que nuestra selección ha sido completamente arbitraria, sin tener en cuenta ni la representación numérica de las designaciones, ni su significación. He aqui,

pues, las designaciones genéricas que hemos tenido en cuenta, con el total de topónimos correspondientes a cada una [1]:

Apelativo genérico	Topónimos que totaliza
Agua (y Aguas)...	25
Areia (y Areias)	4
Arroio...	6
Barra (y Barras)	37
Brejo...	13
Campo (y Campos, Campinhos) ...	32
Córrego (y Córregos) (en Portugal: Corgo) ...	8
Estrêla	7
Lagoa (y Lagoão, Lagoinha)...	20
Monte (y Mon-, Mont-, Montes, Monteiro)	34
Morro (y Morrinho, Morrinhos) ...	17
Ôlho-d'Água (y Olhos-d'Água)	7
Ouro ...	6
Pedra (y Pedras, Pedrão, Pedregulho, Pedreira, Pedreiras, Pedrinhas) ...	29
Poço (y Poços, Poção, Poções) ...	11
Ponte (y Pontina y Pontões)...	14
Pôrto...	35
Riba (y Ribas, Ribeira, Ribeiro, Ribeirão)...	30
Rio	51
Serra (y Serrana, Serrania, Serranos, Serraria, Serrinha, Serrita) ...	32
Sítio (y Sítios)...	8
Terra...	5
Total...	431

11 – *Distribución relativa.* – La distribución relativa de esos 431 topónimos nos viene dada por el siguiente cuadro sinóptico (en el cual las designaciones toponímicas van en orden alfabético, y las unidades de la Federácion van en orden habitual de su enumeración), y por el mapa núm. 3.

12 – *Interpretación.* – Cabría intentar algunas interpretaciones parciales de la distribución relativa anterior. Una de ellas podría ser, por ejemplo,

1 Ocuparía demasiado espacio consignar aquí todos los topónimos pertenecientes a todos los apelativos recogidos, ya que, como veremos, son 431. Por otra parte, como son nombres que se repiten y se repiten hasta la saciedad, lo importante es tener en cuenta el número de casos inventariados, y sobre todo, su distribución relativa, que es lo que estudiamos y de lo que intentamos inferir algo positivo.

Distribución relativa de 22 apelativos comunes de la toponimia brasileña

Unidad de la Federación	AGUA(S)	AREIA(S)	ARROIO	BARRA(S)	BREJO	CAMPO(S), etc.	CÓRREGO(S)	ESTRÊLA	LAGOA, etc.	MONTE, etc.	MORRO, etc.	ÔLHO D'AGUA	OURO	PEDRA(S), etc.	POÇO(S), etc.	PONTE, etc.	PÔRTO	RIBA(S), etc.	RIO	SERRA, etc.	SITIO(S)	TERRA	TOTALES
Guaporé — GR	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	2
Acre — AC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—	—	—	3
Amazonas — AM	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Rio Branco — RB	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará — PA	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	2	5
Amapá — AP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão — MA	—	—	—	1	3	—	—	1	—	1	1	1	—	1	—	—	2	2	—	—	1	—	14
Piauí — PI	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	4
Ceará — CE	1	—	—	1	2	1	—	—	—	—	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	1	—	9
Rio Grande do Norte—RN	—	1	—	—	—	1	—	—	—	1	—	1	1	1	—	—	1	—	—	4	—	—	11
Paraíba — PB	1	1	—	1	2	—	—	—	2	2	—	1	—	2	1	1	—	—	1	5	—	—	20
Pernambuco — PE	2	—	—	2	1	—	—	—	5	—	—	—	—	1	2	1	—	1	2	4	—	1	22
Alagoas — AL	1	—	—	4	—	—	—	—	1	—	—	3	—	—	1	—	3	—	1	—	—	—	14
Fernando de Noronha—FN	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe— SE	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1	—	—	—	—	4
Bahía — BA	3	—	—	5	3	2	—	—	1	4	2	—	—	1	3	—	2	3	6	3	4	—	42
Minas Gerais — MG ...	8	—	—	6	1	8	5	4	6	9	6	1	3	11	1	4	2	3	14	10	1	1	104
Espírito Santo — ES ...	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—	2	—	—	7
Rio de Janeiro — RJ ...	—	—	—	5	—	2	1	—	—	1	2	—	—	1	—	1	3	2	3	—	—	—	21
Distrito Federal — DF ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
São Paulo — SP	4	2	—	4	1	3	1	1	2	10	2	—	1	4	—	1	3	11	3	3	—	1	57
Paraná — PR	1	—	—	—	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	5	—	—	—	15
Santa Catarina — SC ...	2	—	1	1	—	4	—	—	1	—	1	—	1	1	1	2	2	2	7	1	—	—	27
Rio Grande do Sul — RS	1	—	5	2	—	2	—	1	2	4	1	—	—	1	1	—	4	—	4	—	—	—	28
Mato Grosso — MT	1	—	—	2	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	3	1	2	—	—	—	12
Goiás — GO	—	—	—	—	—	1	1	—	—	1	1	—	—	1	—	—	1	—	1	—	1	—	8
TOTALES	25	4	6	37	13	32	8	7	20	34	17	7	6	29	11	14	35	30	51	32	8	5	431

MAPA 4 — Densidad de población en el Brasil (Habitantes por km.²).

1. Hasta 1,00.
2. De 1,01 a 5,00.
3. De 5,01 a 23,00.
4. De 23,01 a 100,00.
5. Más de 100,00.

relacionar esa distribución con el significado de las designaciones toponímicas: examinando la situación de los topónimos encabezados por *Monte,* veríamos que coincide, como es natural, con la parte orográficamente más accidentada del Brasil; y así se podría proceder con los hidrónimos (marítimos o fluviales), como *Agua, Lagoa, Pôrto, Riba, Rio* y demás hidrónimos, y por este camino podríamos analizar en general todos los casos aducidos. Pero, ya que nos hemos propuesto estudiar este aspecto (de los apelativos genéricos en toponimia) en su conjunto, ya que para ello hemos hecho una selección arbitraria de unas cuantas designaciones entre las innumerables que nos ofrecían sus materiales, creemos más procedente tender a una interpretación de tipo general y esquemático. Como se ha visto, son 431 los topónimos utilizados, y esta masa de nombres, relativamente elevada, nos autoriza a ensayar una explicación de conjunto, una vez que la tenemos distribuida en las 26 unidades de la Federación Brasileña. La distribución relativa de las designaciones genéricas difiere bastante de la de los topónimos portugueses implantados en el Brasil: las designaciones genéricas aparecen mucho más difundidas, y vemos más difícil relacionar su situación con la colonización portuguesa. Y por otra parte, esa mayor parte, esa mayor difusión es lo más natural: la difusión de la lengua portuguesa como lengua oficial de todo el Brasil aseguraba, para los apelativos comunes toponímicos, una geografía semejante a la suya, y esto, que ya ocurría en las épocas de la colonización, aun sigue ocurriendo modernamente: tanto ayer como hoy, cuando ha habido que dar nombre a una población, se ha partido, no de una lengua forastera, sino de la lengua de quienes bautizaban la población, es decir del portugués. Así, en este caso, por lo que respecta a los apelativos comunes de la toponimia, los nombres de lugar de Brasil no parecen distribuirse por motivos históricos de la época de la colonización, sino que los vemos reflejarse en la difusión de la propia lengua común portuguesa: ello se comprueba porque la distribución relativa de esas designaciones toponímicas (mapa num. 3) coincide curiosamente, a grandes rasgos, con la densidad de población en el Brasil (mapa num. 4), y porque el orden decreciente de estados y territorios según los apelativos comunes en los nombres de lugar del Brasil coincide, también a grandes rasgos, con el orden decreciente de estados y territorios según las cifras absolutas de municipios y distritos que contienen. He aquí la tabla de estas coincidencias [1]:

[1] Los datos de esta tabla proceden del cuadro sinóptico insertado antes (§ 11), y del nomenclator oficial brasileño, citado en la nota al § 2. En caso de igualdad de elementos registrados, ordenamos las unidades de la Federación según la prelación habitual en el Brasil, que se puede ver en el mismo cuadro sinóptico; la misma prelación seguimos para las unidades que carecen de designaciones toponímicas.

ORDEN DECRECIENTE DE UNIDADES DE LA FEDERACIÓN

Por la cantidad de apelativos comunes toponímicos registrados aquí	Por la cantidad de Municipios que contienen	Por la cantidad de Distritos que contienen
1 — Minas Gerais — MG (104)	1 — Minas Gerais — MG (388)	1 — Minas Gerais — MG (1102)
2 — São Paulo — SP (57)	2 — São Paulo — SP (369)	2 — São Paulo — SP (758)
3 — Bahia — BA (42)	3 — Bahia — BA (150)	3 — Bahia — BA (552)
4 — Rio Grande do Sul — RS (28)	4 — Rio Grande do Sul — RS (92)	4 — Rio Grande do Sul — RS (433)
5 — Santa Catarina — SC (21)	5 — Pernambuco — PE (90)	5 — Ceará — CE (389)
6 — Rio de Janeiro — RJ (22)	6 — Paraná — PR (80)	6 — Rio de Janeiro — RJ (252)
7 — Pernambuco — PE (20)	7 — Ceará — CE (79)	7 — Santa Catarina — SC (216)
8 — Paraíba — PB (21)	8 — Goiás — GO (77)	8 — Paraná — PR (191)
9 — Paraná — PR (15)	9 — Maranhão — MA (72)	9 — Paraíba — PB (177)
10 — Alagoas — AL (15)	10 — Pará — PA (59)	10 — Goiás — GO (166)
11 — Maranhão — MA (14)	11 — Rio de Janeiro — RJ (56)	11 — Pará — PA (159)
12 — Mato Grosso — MT (12)	12 — Santa Catarina — SC (52)	12 — Espírito Santo — ES (138)
13 — Rio Grande do Norte — RN (11)	13 — Piauí — PI (49)	13 — Maranhão — MA (133)
14 — Ceará — CE (9)	14 — Rio Grande do Norte — RN (48)	14 — Mato Grosso — MT (109)
15 — Goiás — GO (8)	15 — Sergipe — SE (42)	15 — Pernambuco — PE (90)
16 — Espírito Santo — ES (7)	16 — Paraíba — PB (41)	16 — Rio Grande do Norte — RN (86)
17 — Pará — PA (5)	17 — Alagoas — AL (37)	17 — Amazonas — AM (57)
18 — Piauí — PI (4)	18 — Espírito Santo — ES (36)	18 — Sergipe — SE (54)
19 — Sergipe — SE (4)	19 — Mato Grosso — MT (35)	19 — Piauí — PI (49)
20 — Acre — AC (3)	20 — Amazonas — AM (25)	20 — Alagoas — AL (37)
21 — Guaporé — GR (2)	21 — Acre — AC (7)	21 — Acre — AC (14)
22 — Amazonas — AM (1)	22 — Amapá — AP (4)	22 — Amapá — AP (11)
23 — Distrito Federal — DF (1)	23 — Guaporé — GR (2)	23 — Guaporé — GR (9)
24 — Rio Branco — RB (—)	24 — Rio Branco — RB (2)	24 — Rio Branco — RB (4)
25 — Amapá — AP (—)	25 — Fernando de Noronha — FN (1)	25 — Fernando de Noronha — FN (1)
26 — Fernando de Noronha — FN (—)	26 — Distrito Federal — DF (1)	26 — Distrito Federal — DF (1)

V

CONCLUSIONES

13 — De todo lo visto en el presente trabajo, podemos extraer las siguientes conclusiones:

I — No puede ignorarse el valor que, como fuente para la investigación toponímica, tiene el nomenclator oficial brasileño, aun reconociendo sus defectos, los más importantes de los cuales son las alteraciones y creaciones modernas de nombres de lugar, que falsean, desde un punto de vista científico, la toponimia genuina del Brasil.

II — Para el estudio sistemático de la toponimia brasileña, es indispensable tener en cuenta la fecha de fundación de las ciudades, y, en general, los datos históricos sobre conquista y colonización del Brasil por los portugueses, y su organización (vida administrativa, grandes centros económicos y culturales, fuentes de riqueza, etc.), durante la época colonial.

III — En trabajos de la índole del presente, es lícito, desde un punto de vista metodológico, el uso combinado de las fuentes modernas (toponimia del nomenclator oficial) y las fuentes históricas (colonización del Brasil), sobre todo porque, al no interesar las cifras absolutas de los topónimos registrados, sino las tendencias que esas cifras representan, se puede descontar previamente un margen de error debido a la artificiosidad de una parte de los actuales nombres de lugar.

IV — La distribución actual de unos cincuenta topónimos brasileños idénticos a los respectivos topónimos portugueses trasladados a ultramar durante la conquista y colonización del Brasil, y como consecuencia de sus vicisitudes históricas, se corresponde con la geografía de las primitivas zonas de colonización portuguesa, y con la de las zonas más tardías de los exploradores también portugueses.

V — En cambio, la distribución actual de unas veinte designaciones génericas de la toponimia brasileña (es decir de vocablos toponímicos pertenecientes a la común lengua portuguesa, difundida por todo el país), se corresponde más bien con la extensión de la propia lengua oficial, coincidiendo, a grandes rasgos, tanto con la densidad de población del Brasil, como con el número de municipios y distritos que posee cada unidad de la Federación.

VI — Las dos distribuciones relativas mencionadas en las conclusiones anteriores, IV y V (es decir, la situación de los topónimos portugueses implantados en el Brasil, y la situación de los apelativos genéricos de la toponimia

brasileña), tienen de común que, para ambas, las zonas más afectadas son, en general, las de la costa, en especial las de la costa oriental.

VII — En relación con la conclusión anterior, hay que tener en cuenta que en el Brasil hay profundas diferencias entre las zonas extremas según la densidad de población; así, al coincidir aquellas dos distribuciones relativas, con mayores concentraciones de nombres de lugar, en los estados con mayor número de habitantes y también con mayor número de ciudades y poblaciones, hemos de reconocer que este hecho disminuye algo la importancia de nuestras conclusiones, las cuales, sin embargo, creemos que siguen siendo válidas en su formulación más general.

Universidad de Barcelona
Julio de 1957

A SAUDADE PORTUGUESA NA TOPONÍMIA BRASILEIRA

POR

ANTENOR NASCENTES
Colégio Pedro II. Rio de Janeiro

Os navegadores portugueses que a partir do século XVI começaram a explorar os «mares nunca dantes navegados» à procura de novas terras para «dilatar a fé e o império», levavam consigo a saudade da terra natal e para mitigá-la muitas vezes davam às povoações fundadas nomes dos lugares onde nasceram.

Outro tanto faziam os espanhóis, os franceses, os ingleses, os holandeses.

Existiu uma Nova-Espanha, o México actual, uma nova-Inglaterra, a New-England, uma Nova-França, o Canadá, uma Nova-Holanda, a Austrália.

O Brasil, por circunstâncias históricas, não pôde ser um Novo-Portugal.

Considerado uma simples ilha na ocasião do seu descobrimento, recebeu de Pedro Álvares Cabral o nome de Vera-Cruz, alterado mais tarde para Santa Cruz e finalmente para Brasil.

Entretanto não deixou de haver nas bandas da América uma Nova-Lusitânia, se bem que efémera.

É o que nos informa Gabriel Soares de Sousa em seu *Tratado descritivo do Brasil em* 1587, pg. 4.

Este nome ainda aparece na *Prosopopéia* de Bento Teixeira, mas aplicado à capitania de Duarte Coelho Pereira (Pernambuco).

Mas se o nome da metrópole não foi aplicado ao extenso território descoberto, em compensação grande número de povoações receberam nomes e topónimos portugueses.

Há muitos topónimos brasileiros iguais a topónimos portugueses.

Mas isto se explica naturalmente pela identidade de língua, na maioria dos casos. Nem todos estes topónimos idênticos se acham relacionados.

Xavier Fernandes, no segundo tomo de seus *Topónimos e gentílicos*, pgs. 9-14, enfileirou uma série de 129 topónimos luso-brasileiros, mas muitos deles representam apenas mera coincidência.

Assim, por exemplo, ela dá *Águas-Santas* em Minas Gerais.

Este *Águas-Santas* de Minas Gerais nada tem que ver com *Águas Santas* de Portugal. O nome foi dado em razão de águas medicinais existentes na localidade.

E como este, Barreiros, Brejo, Cardosos, Entre-Rios e tantos outros.

Por conseguinte, um estudo sobre o assunto deve limitar-se aos que de facto representam transplantação de topónimo português.

Essa transplantação quase sempre se operou espontâneamente, graças ao concurso dos povoadores anónimos, saudosos da pátria distante.

Algumas vezes se deu por influência oficial, com o intuito de fazer desaparecer o topónimo aborígene, como aconteceu no Pará em 1758.

O capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado ordenou que se substituissem por topónimos portugueses os de origem tupi, visando assim a dissimular a origem indígena dos povoados em que se transfiguraram os aldeamentos organizados pelos jesuítas, incursos então na má vontade do marquês de Pombal.

A providência se destinava a impedir que o idioma dos índios continuasse a suplantar o dos colonizadores, pois, como nota Teodoro Sampaio, até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colónia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português.

Veremos, Estado por Estado, quais os topónimos idênticos que são transplantações de topónimos portugueses.

No Amazonas encontram-se: Borba, Silves, Barcelos, Badajoz, S. Paulo de Olivença (Olivença, então portuguesa).

São numerosos os do Pará: Alcobaça, Alenquer, Alter do Chão (antigo Borani), Almeirim (Antigo Paru), Aveiro, Arraiolos, Bragança, Chaves, Colares, Esposende (antiga Tuaré), Faro, Mazagão, Melgaço (antiga Guaricuru), Monsaraz, Monte Alegre (antiga Gurupatuba), Óbidos (antiga Pauxis), Oeiras (antiga Araticu), Ourém, Portel (antiga Arucará), Porto de Moz, Santarém (antiga Tapajós), Sintra, hoje Maracanã, Soure, Tentúgal, Viseu.

Mazagão, antiga Vila Nova de Mazagão, foi criada em 1770 para nela serem localizados os soldados portugueses, veteranos das guerras de África, que tinham resistido aos mouros na cidade africana do mesmo nome.

O Maranhão, Estado onde é grande a influência portuguesa, até hoje, nem por isso conta muitos topónimos idênticos. Aparecem: Alcântara, Viana (talvez a do Castelo, que não a do Alentejo), Guimarães, Caxias.

Este último se repete no Sul, no Estado do Rio de Janeiro, onde foi mudado para Duque de Caxias por ocasião da revisão da nomenclatura geográfica e no Rio Grande do Sul, onde passou a chamar-se Caxias do Sul.

O Piauí apresenta: Amarante, Oeiras, Valença (talvez a do Minho), Jerumenha. Jerumenba, alteração de Jurumenha, recebeu de Martins uma incrível etimologia tupi.

Oeiras antigamente se chamou Moxa. Quando foi escolhida em 1761 para capital da capitania do Piauí, recebeu do rei D. José I este nome em em homenagem ao ministro Sebastião de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, mais tarde marquês de Pombal.

O Ceará conta: Sobral, Soure, Crato, Mecejana.

Não se pode pôr em dúvida o primeiro. Não há sobreiros no Brasil.

Apesar de reconhecer a existência de uma vila portuguesa com o nome de Mecejana, apesar de reconhecer o étimo árabe deste nome, José de Alencar dá a palavra como de origem tupi e significando «a abandonada». Tira do verbo *cejar*, que significa «abandonar» e diz que a desinência *ana* indica a pessoa que exercita a acção do verbo. Cejana significa «o que abandona». Junta a partícula *mo* do vervo *mohang*, fazer, vem a palavra a significar «o que faz abandonar» ou «que foi lugar e ocasião de abandonar». Argumenta afirmando que, se o nome proviesse de Portugal, devia escrever-se *Mesejana*. Ora nos mais antigos documentos se encontra *Mecejana* com *c*, o que indicaria uma alteração pouco natural, quando o Ceará foi exclusivamente povoado por portugueses, os quais conservaram em sua pureza todos os outros nomes de origem lusitana (*Iracema*, ed. de 1936, pgs. 124 e 178). A argumentação de Alencar não convence, diante da certeza do étimo lusitano.

O Rio Grande do Norte apresenta Macau e Estremoz.

A Paraíba e Pernambuco não apresentam nenhum topónimo importante que nos interesse.

Alagoas, apenas Anadia.

Sergipe tem Badajoz.

A Baía conta: Abrantes, Barcelos, Belmonte, donde era senhor Pedro Álvares Cabral, o descobridor, que tocou em terras baianas em 1500, Alcobaça, Santarém, Trancoso, Olivença (hoje espanhola), Valença.

O Espírito Santo nada apresenta de importante.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta Arcozelo, uma simples estação ferroviária. Lá existem Valença e Resende, que se prendem a personalidades portuguesas.

Valença tem a seguinte origem.

Em princípios do século XIX, o vigário de Sacra Damília do Tinguá, Manuel Gomes Leal, mandou erigir, sob a invocação de N. S. da Glória,

uma capela num antigo aldeamento de índios, fundado por José Rodrigues da Cruz e outros, entre a serra das Cruzes e a da Taquara. O aldeamento, vila em 1819, cidade em 1857, tomou então o nome de *Valença* em homenagem a D. Fernando José de Portugal, marquês de Aguiar, descendente dos nobres de Valença.

A cidade de Resende, segundo o testemunho de Aires do Casal, *Corografia brasílica,* II, 19, foi criada no governo de D. José Luís de Castro, segundo conde de Resende e quinto vice-rei do Brasil, sendo assim chamada em honra dele.

São Paulo apresenta a cidade de Montemor, Paranhos, Nova Louzã, e as estações ferroviárias Lusitânia e Miragaia. Houve uma antiga Queluz.

Paraná e Santa Catarina nada apresentam de importante.

O Rio Grande do Sul apresenta Alegrete, que não vem de topónimo.

Havia no local uma cidade cuja capela os espanhóis incendiaram em 1761.

O capitão-general marquês de Alegrete mandou reconstruí-la e então os habitantes, gratos, deram à localidade o nome do título do marquês.

Mato Grosso apresenta Melgaço.

Goiás nada conta que se possa atribuir a transplantação.

Finalmente, Minas Gerais possui *Cedofeita,* que lembra a igrejinha do Porto, construída às pressas pelo rei Teodemiro dos Suevos, para receber as relíquias de S. Martinho, *Ericeira* que evoca a praia donde partiu para o exílio o rei D. Manuel II, *Barbacena,* nome de freguesia próxima de Elvas, *Queluz* (hoje Lafayette), lembrando o palácio real das cercanias de Lisboa, *Matozinhos,* que possui um santuário que é uma réplica do que existe no Porto, *Mariana* e *S. João del-Rei.* Mariana era a antiga vila do Carmo. Passou a ser cidade em 25 de Abril de 1745, recebendo este nome em honra de D. Maria Ana d'Austria, esposa do rei D. João V. S. João del-Rei era o antigo arraial do Rio das Mortes. Por auto de 8 de Dezembro de 1713, D. Brás Baltasar da Silveira, governador e capitão-general de S. Paulo e Minas, apelidou com o nome de S. João del-Rei e mandou que com este título fosse de todos o nomeado o arraial, em memória de El-Rei Nosso Senhor. Perto de S. João del-Rei fica a antiga vila de S. José do Rio das Mortes, depois S. José del-Rei, hoje *Tiradentes,* cujo nome se atribui ao príncipe real D. José, mais tarde rei D. José I, filho de D. João V. Feita uma homenagem ao pai, julgaram de bom aviso fazer outra ao filho.

Não serão muitos estes nomes, mas são os suficientes para provar que o lusíada, coitado!, no dizer de António Nobre que levado por seu génio aventureiro deixava os pátrios lares, deles jamais se esquecia.

CARACTERES GERAIS DA TOPONÍMIA DAS ILHAS PORTUGUESAS DO ATLÂNTICO

(ESPECIALMENTE DAS DE CABO VERDE)

POR

JOSEPH M. PIEL

Universidade de Colónia

A toponímia das ilhas portuguesas do Atlântico apresenta uma feição relativamente homogénea, o que se explica pela circunstância de os arquipélagos respectivos (Madeira, Açores e Cabo Verde) terem sido descobertos e povoados sensìvelmente na mesma época (séc. XV), e de anteriormente se encontrarem desabitados. Falta, pois, aí um substrato linguístico indígena, como o guanche nas Ilhas Canárias, sendo por outro lado pouco importante a imigração de negros do continente africano.

Tratando-se, em consequência, de uma toponímia que podemos qualificar de moderna (não parece ser grande a evolução que o léxico do português experimentou do séc. XV para cá), quer dizer constituída essencialmente por nomes comuns, de uso geral ou regional, próprios dos primeiros colonizadores e das gerações subsequentes, não põe os múltiplos e difíceis problemas da toponímia portuguesa metropolitana, constituída (principalmente nas regiões do Norte) por uma série de camadas históricas: pré-celta, celta, latina, visigoda, árabe, românica-medieval e portuguesa moderna.

Na sua essência, a toponímia portuguesa «atlântica» é formada por denominações espontâneas, quer dizer inspiradas nas primeiras impressões que descobridores e povoadores receberam dos lugares respectivos. Predominam, como, aliás, no continente europeu, os termos relativos à situação e configuração do terreno, à vegetação (autóctone e adventícia), às águas fertilizadoras. Muito importante é também a parte que cabe aos nomes de pessoa, testemunhos da ocupação efectiva do solo, quer se trate de antropónimos simples (sem excluir alcunhas), quer combinados, e, nos dois casos, com

voz comum determinada, ou sem ela. Não faltando nomes de terras transplantados de Portugal, o seu número relativo não pode, porém, rivalizar com o dos topónimos brasileiros respectivos. A enumeração destas categorias principais constitutivas da toponímia insulana pode completar-se com o elemento místico (nomes de santos e de instituições religiosas), assim como, no que se refere às ilhas de Cabo Verde, com o núcleo, pouco importante aliás, de nomes alógenas africanos.

Não obstante as estreitas afinidades da toponímia atlântica com a metropolitana, não deixam de sobressair elementos especìficamente insulanos e, dentro desta classe, alguns privativos de determinado arquipélago, ou mesmo de determinada ilha. Isto explica-se pela individualidade físico- e fito-geográfica das terras respectivas, motivo por que o toponimista deverá proceder em estreita colaboração com o geógrafo e o botânico. Em relação a grande parte dos nomes, o trabalho do filólogo incidirá menos sobre problemas de etimologia do que sobre problemas semânticos e de geografia lexical. Procurará responder à pergunta de saber como foi adaptado um termo continental ao novo ambiente, em que foi introduzido; se conservou ou modificou a sua significação primitiva e, no último caso, em que sentido se moveu a nova matização semântica. Interessa igualmente averiguar, em face de termos toponímicos não comuns a toda a área do português, qual ou quais as regiões que forneceram o protótipo respectivo, podendo a geografia toponímica assim tornar-se valiosa auxiliar da própria história da colonização e do gradual aproveitamento das ilhas.

No que toca à forma fonética dos nomes, é grande a sua estabilidade, pelo menos na medida em que ela se pode avaliar pelas grafias. Em compensação, a formação das palavras pode apresentar certas inovações.

Evidentemente que, no quadro de uma simples comunicação, não podemos pensar em tratar todas estas questões, o que exigiria uma análise e sistematização mais rigorosas dos materiais fornecidos pelos dicionários corográficos, que só pudemos examinar e aproveitar sumàriamente. Estas fontes, aliás, são bastante desiguais, tanto quantitativa como qualitativamente. A colectânea mais rica, que averba também nomes de sítios não habitados, vem a ser o *Dicionário Corográfico* de Cabo Verde, de Álvaro Lereno (1952), o qual transcreve mais de 10.000 topónimos, infelizmente quase sem comentário. De dimensões mais modestas, o *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*, do P.e Fernando Augusto da Silva (1934), limita-se aos lugares povoados, tendo, porém, a vantagem de trazer um comentário valioso sobre a situação particular e a história dos lugares respectivos. O *Elucidário Madeirense* (2.a ed., 1940-46), do mesmo autor, representa um complemento importante a esta obra. No que toca aos Açores, tivemos de recorrer à *Corografia Geral*

dos Açores, de Alberto Teles, obra mais antiga (1891) e mais rudimentar que as precedentes, a qual, por via de regra, se limita a indicações histórico-administrativas que pouco ajudam o toponimista [1].

O que pretendemos nas páginas que se seguem, é apenas esboçar umas linhas muito gerais da toponímia atlântica, focar alguns dos seus caracteres e tipos principais, preparando assim o terreno para um estudo de envergadura. Os materiais, de que nos aproveitámos, procedem principalmente da rica colectânea caboverdiana de A. Lereno. Atendendo ao carácter provisório da nossa achega, dispensamo-nos de indicar a situação rigorosa de cada nome ilustrado, dentro dos respectivos arquipélagos, informação, em princípio necessária, fácil de completar com base nas corografias apontadas. Faltando qualquer especificação, entende-se que o nome em causa corresponde a um lugar situado numa das ilhas de Cabo Verde.

1. Como no território metropolitano, mas com muito maior frequência, um lugar pode ser denominado segundo a sua situação particular em relação a outro. Esta indicação pode ser das mais gerais e consistir numa simples preposição ou advérbio de lugar, como em *Além* (nas ilhas de Cabo Verde por via de regra *Lem*, com aférese do *a* inicial), *Trás, Adiante, Pelo Meio*. Normalmente, porém, o lugar de referência aparece especificado: *Lem da Rocha, Lem Vaz, Antes Caminho, Atrás da Horta, Trás de Cutelo, Acima do Monte, Debaixo de Cabeçadas, Meio de Lucrécia*, etc.

2. Certos termos toponímicos, característicos dos três arquipélagos, já prenderam há muito a atenção dos estudiosos, como a voz *fajã*, dada a certos terrenos, formados pelo desabamento de terras situadas en plano mais alto, e que, devido à sua fertilidade, são bem indicados para o povoamento [2]. Não conseguimos averiguar a origem deste termo, o qual deve ter sido (ou continua sendo) empregado regionalmente no continente, embora o Dicionário Postal não forneça nenhum exemplo [3]. *Fajã* ocorre só, ou acompanhado de determinante, como em *Fajã do Mar* (Madeira), *Fajã dos Vimes* (S. Jorge). Nas ilhas de C. Verde temos os diminutivos *Fajãzinha* [10] e *Fajaneta*.

Os *arcos*, na Madeira, são depressões arredondadas, procedentes, segundo Orlando Ribeiro (ob. cit., p. 22), de antigas crateras semidestruídas pelo recuo

[1] Estes dicionários geográficos devem ser completados com vários estudos monográficos, entre os quais os primorosos de Orlando Ribeiro sobre a Madeira (*L'Ile de Madère; étude géographique*, Lisbonne, 1949) e *A Ilha do Fogo e as suas erupções* (Lisboa, 1949); o de António Mendes Correia: *Ultramar Português*, II, *Ilhas de Cabo Verde* (Lisboa, 1954) e Raquel Soeiro de Brito, *A Ilha de S. Miguel, estudo geográfico* (Lisboa, 1955).

[2] Cf. O. Ribeiro, *L'Ile de Madère*, p. 20; ver ainda *A Ilha do Fogo*, p. 33.

[3] *Fajã* nada pode ter que ver com *faixa* ou *feijão*, como se tem pensado.

da costa: *Arco de S. Jorge, A. da Calheta;* em C. Verde *Arco Fundão*. Está também relacionado com o carácter vulcânico das ilhas o termo *caldeira* (S. Jorge, Flores, Faial, C. Verde); cf. também *Caldeirão Verde* (S. Jorge). É possível que *Panela Quente* e *Monte Panela* (C. Verde) se refiram a crateras. Pertencem à mesma ordem de ideias os top. *Escoura, Escora, -al* (C. Verde), assim como a pitoresca metáfora *Biscoutos* (Terceira, S. Jorge, Pico), alusiva a campos de lava.

Embora o termo *achada* ocorra esporàdicamente no Continente (distr. de Leiria, Santarém, Lisboa e Beja), foi nas ilhas adjacentes que alcançou o seu pleno desenvolvimento [1]. Só no que respeita a C. Verde, a Corografia de Lereno averba mais de 280 lugares e sítios com este nome, sem incluir a variante *Chada*, também frequente, com aférese do *a-*, interpretado como artigo. Avulta ainda mais como elemento típico o termo afim *Chã* (cerca de 450 exemplos), *Rechã* (com a var. *Rachã* [12]). Toda esta família lexical prende-se com o lat. p l a n u s 'chão' [2]. Uma noção análoga, a de «extensão plana de terra cultivada», deve inerir a um grupo de nomes tirados de t a b u l a : *Táboa, Tábuas, Tabuado, Taboadinho, Taboleiro, -inho,* frequentes também no Continente [3], e que fàcilmente se confundem com os derivados de *tabúa* «typha» L. Os nomes alusivos, como estes, ao relevo e à configuração do terreno, devem constituir a categoria semântica mais rica da toponímia insulana: *Cabouco* (cerca de 100 exemplos em C. Verde), *Cavoco, Furna(s), -eco, -inha, Garganta, Cova, Covada, Covão, Covoada, Fundo, Fundas, Fundão, Selada* (cf. *selada* bras. 'depressão na lombada de um monte'), *Barranco, -ona, Buraco,* referentes a depressões e concavidades. *Lomba, -inha, Lombo(s)* (cerca de 80 na Madeira), *Lombada* [4], *Cachaço, Ladeira, -inha, -osa, -ona, -ado, Longueira* (formado segundo *Ladeira?*), *Costa, Encosta, Descida, Degolada* (que suponho relacionado com o lat. c o l l i s 'colo'), *Subida, Assomada, Somada, Cutelo* (que imagino derivado de *coto*) [5], *Cima, Morro, Alto, Pico, Poio* (que significa também 'terraço'), *Monte, Montanha, Tope, -inho, Topo, Cabeça, Cabeço, Cabeceira, Cabeção, Cima, Testa, Pé* (em nomes do tipo *Pé de Monte, Pé do Cutelo*). Parece que *Cabo* se refere a

---

1 Segundo O. Ribeiro, uma *achada*, na Madeira, designa «interfluves applanis légèrement inclinés vers le littoral».

2 Cf. o nosso estudo *Nomes de lugares referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo,* em *Rev. Port. de Filologia,* I, p. 157.

3 Além dos tipos apontados, existem ainda, em Portugal, *Taboaço, Taboaça(s)* e os diminutivos *Tabaçô* e *Taboadela.*

4 Na Madeira, os *lombos* e *lombadas* são *achadas* com forma arredondada (Orlando Ribeiro).

5 *Cotelo* ocorre várias vezes no Minho e na Beira.

vários conceitos: além do de 'promontório', entram em linha de conta o de 'cabeço' e de 'lugar próximo de', noção que se entrevê num top. como *Cabo Nhô António*. Na Madeira, *Cabo* adoptou o sentido geral de 'lugar' em oposição a 'aldeia' (O. Ribeiro, ob. cit.). O frequentíssimo *Boca* (mais de meia centena de exemplos) deve significar 'gruta' ou 'entrada'; cf. *Boca do Covão, B. de Fonte, B. de Furna, B. de Ambas as Ribeiras,* etc. Há também *Boqueirão* [6]. Atendendo à extensão das costas marítimas, não surpreende a frequência de *Baía* [43], e, principalmente na Madeira, de *Calheta.*

3. A água, elemento indispensável ao homem, e mais precioso ainda onde escasseia, como em C. Verde, é sempre um motivo importante na denominação de lugares. Por este motivo abundam os tops. *Água,* acompanhados quase sempre de um qualificativo, como *Água Boa, Á. Doce, Á. Fervente, Á. Nascida, Á. Salgada, Á. Amargosa, Á. da Garça, Á. das Patas, Águas Belas, Á. Podres, Mãe de Água* (cf. ainda *Mãe de Dentro Ribeira Arriba*), com os derivados *Aguada* [20], *-inha,* e *Olho de Água* [9]. A necessidade da irrigação reflecte-se nos nomes *Levada* [5], *Canal* [8], *Cuba* [8], *Tanque, Rego, -inho, -ato.* Não se podem contar os sítios, chamados *Fonte: Fonte Aleixo, F. Banana, Fontainha(s), Fontana, -ão, -inha(s), -ona.* Por *chupadeiro* entende-se uma fonte na rocha, que distila pouquíssima água [1]. Prendem-se com este termo: *Chupadeiro, -or, -oiro, -ouro.* O top. *Ribeira* ocupa, na Corografia de Lereno, nada menos de 60 páginas, o que corresponde a cerca de 1200 exemplos, ocupando também várias páginas o derivado *Ribeirão.* É verdade que muitas destas ribeiras só temporàriamente levam água, e é significativo, sob este ponto de vista, o top. *Ribeira de Água,* que parece indicar águas permanentes. Existem também bastantes nomes alusivos a sítios úmidos: *Charco* [4], *Paul* [8], *Burburinho/ Burburim. Lagoa, Alagoa* são nomes frequentes, comuns aos três arquipélagos.

4. Depois dos elementos topográficos, são sem dúvida os nomes de plantas e árvores que mais determinam a «paisagem» toponímica de uma região, mesmo em C. Verde, não obstante a pobreza da vegetação, que caracteriza estas ilhas. Existem, por um lado, nomes referentes à vegetação espontânea, como *Dragoeiro* [2], e, pelo outro, designações de espécies importadas, como *Feijoal.* O estudo da fito-toponímia exige, evidentemente, conhecimentos de botânica e da flora particular insulana, pois temos de contar com a possibilidade de determinado nome, em C. Verde, p. ex., se referir a uma planta diferente da existente em Portugal. Houve certamente também denomi-

---

1 Veja-se O. Ribeiro, *A Ilha do Fogo.*

2 Além de *Dragoeiro* (10), *-inho, -al,* ocorre, em C. Verde, a variante *Dargoeiro;* cf. ainda *Dargoal* e *Drogal* (3).

nações novas para plantas novas, como *purgueira;* cf. em C. Verde *Purgueira*[5] e *Purgona.* Nomes de outras plantas, exóticas, foram tomados a línguas indígenas africanas, como *jêjê* e *lacacão.* No que respeita à flora mediterrânea, causa admiração, em C. Verde, o grande número de variedades de «*ficus*»: *Figueira Abóbora, -eira, F. Amargosa, F. Chêu, F. de Portugal, F. de S. João, Bafareira, Bofareira,* etc., assim como de lugares denominados segundo uma figueira com determinadas características: *Figueira Branca, F. Coca, F. Rasteira, F. Muita, F. Seca, F. Verde,* etc. O único tipo de derivação é o em *-al, Figueiral,* o que indica que o sufixo *-edo/ -ido* já não tinha vitalidade na época dos descobrimentos. Está relativamente bem representado na toponímia de C. Verde o género «*citrus*»: *Cidra, -eira, Lima, Lima Doce, Limão, -ãozeiro, Limeira, Limoeiro, Laranjo, Laranjeira.* Entre as espécies indígenas, apresentam certa expansão toponímica: *Coqueiro*[15], *-ão, -inho, Tamareira*[9], *Tamarindo*[7], *Babosa*[8] 'aloés', *Calabaceira*[8], *Banana*[9], *Bananeira*[3], *Algodoeiro*[5], *Amargosa*[4] (?), mas, de uma maneira geral, a flora endémica é pobre. Haveria ainda a acrescentar *Medronho*[3], *Medronha*[2], *Romã*[3], *Pinha, Pinhão*[3], *Melancial, Malancial, Maloal,* assim como, noutro plano, *Junco, Junça, Caniço, Caniçal, Carriço, Carriçal.* Creio que se prende (como os dois últimos tops.) com o lat. c a r e x, - i c i s, o nome *Palha Carga;* cf. *Carragal* e *Palha Brava, P. Vassoura.* A importância do *feijão* na alimentação transparece através de *Feijoal*[12] e de *Feijão,* seguido de um qualificativo: *Feijão Branco, F. Graça, F. Grosso, F. Miúdo.* São dignos de registo os derivados *Favatal* e *Favateira,* feitos, ao que parece, com base em *Batatal, -eiro,* sítios plantados de batatas doces.

O único termo, que traduz a ideia de uma associação de arbustos, é *Mato,* nome extraordinàriamente frequente, com o derivado *Matão*[10] e outros. Ignoro se o top. típico *Pau* (p. e. *Pau de Bandeira, P. Bonito, P. Duarte,* etc.) se refere a determinada árvore, ou a uma aglomeração florestal. É próprio também da Madeira (*Pau Bastião, P. Formoso*) e de S. Miguel (*Água de Pau*), faltando completamente no Continente. *Faial* ocorre umas cinco vezes em C. Verde. *Louros* e *Lourel* são característicos da Madeira, onde abundam os loureiros; cf. também *Lourais,* na ilha de S. Jorge.

5. Comparada com a flora, a fauna costuma desempenhar um papel muito modesto no léxico toponímico. Esta pobreza é particularmente marcada em C. Verde, onde se não conhecem mamíferos anteriores à ocupação. Assim, esta categoria reduz-se a algumas aves marítimas: *Alcatraz, Cagarra, -al* (espécie de gaivota; cf. ainda *Porto das Cagarras,* na Madeira), e outras: *Garça*[5], *Garçote*[3], *Pombas*[5], *Pombal*[6], *Corujas*[4] (na Madeira *Corujeira*[10]), *Corvo.* Apenas *Baleia, Cação* e *Lobo/Loba* (= 'foca'; cf. *Câmara de Lobos,* nome de uma freguesia da Madeira, e *Praia do Lobo,* na ilha de Santa Maria)

completam este quadro, extremamente pobre. Convém ainda lembrar que foi uma ave de rapina («*falco buteo*»), confundida pelos descobridores com o açor, que deu o nome ao arquipélago dos Açores.

6. Os termos que indicam estabelecimentos humanos são, como era de prever, mais ou menos os mesmos que na metrópole: *Casa, Morada* (de fulano), *Choupana, Pardieiro, Pardinha, Sobrado*[4], *Pousada, Aldeia, Lugar, Povoação, Cabo* (cf. § 2), *Cidade, Estância, Povoação,* etc.; na Madeira, *Casais*[7].

Aludem a vias e meios de comunicação os tops. *Estrada, Carreira*[10], *Caminho, Travessa, Encruzilhada(s), Atalho, Porto, Portela, Passo, Passagem, Passinho, Mau Passo, Beco*[10] (p. ex. *B. de Somada*), *Estreito, Apertado,* etc., que dispensam qualquer comentário.

Nomes que reflectem a actividade humana no aproveitamento da terra e criação de gado, encontram-se em número relativamente grande: *Campo*[20], *-inho, Lavoura, Lavrada, -ador, Horta* (uma infinidade de exemplos), *-inhas, Montado*[1], *Queimada(s)*[6], *Queimado*[6], *Quinta, Quintal* etc. Abundam, em C. Verde, particularmente os termos *Cerco*[75] e *Cinto*[80], alusivos a lugares cercados, como sucede também com *Cerrado, Tapada, -ado, -ume, Touril, Turil, Corral, Chiqueiro, F. Malhada*[5].

Neste parágrafo cabem igualmente os tops. que indicam qualquer actividade industrial: *Forno*[10], *Fornalha*[5], *Carvoeiros*[6], *Mina de Ouro, Pesqueiro, Salgadeira,* assim como obras de defesa: *Castelo, Fortaleza, Fortim, Bombardeiro, -a, Paiol,* etc..

7. Como em toda a parte, os nomes de pessoa, por via de regra os de proprietários, antigos e modernos, entram em larguíssima escala na toponímia atlântica. Ao lado do tipo completo de denominação, constituído por um determinado, de que o antropónimo serve de determinante, p. ex. *Chã de Lázaro,* ocorre com grande frequência o elíptico, sem preposição, p. ex. *Cova Silvestre,* ou mesmo com supressão do determinado: *António Rodrigues, Beatriz Pereira,* tipo que não falta em Portugal e no Brasil. O nome de pessoa pode ser simples: *Manuel, Maria, Diogo,* ou acompanhado de um apelido: *Bernardo Gomes, Dinis Eanes, João Beira.* Surpreende o grande número de matronímicos[2]: *João de Aninha, João da Noly, Domingos de Bárbara,* assim como de alcunhas compostas, do tipo: *Espanta-Cão, Fende--Lenha, Sopra-Bolo, Passa-Fome, Molha-Cinza,* etc.

Parece corresponder a uma fórmula de tratamento, reservada a negros de certa idade, o emprego de *pai* e *mãe: Pai André, Pai Gaspar, Pá Domingos,*

---

1 Em C. Verde e na Madeira, *montado* indica um terreno para pastagem.

2 Ocupou-se ùltimamente de esta classe de nomes M. de Paiva Boléo na «Rev. de Port.», XVIII, Março de 1953.

Mãe Eva, Mãe Guiomar, que lembra o de *tio* e *tia* no Continente. Em contrapartida, as formas proclíticas *nhô, nhâ* = *senhor, senhora*, que lembram o bras. *nhor, nhora: Cabo Nhô Estêvão, Cabo Nhâ Ana, Cerco de Nhô Libório*, etc., parecem de formação crioula.

8. Como no Brasil, encontramos também em C. Verde nomes geográficos transplantados de Portugal, classe que Antenor Nascentes chama com certa legitimidade «nomes de saudade». É verdade que, na maior parte dos casos, estamos indecisos sobre se um topónimo, que parece pertencer a este tipo, de colonização, representa realmente um nome de lugar de origem, ou um apelido de origem, pois *Almada, Braga, Bragança, Cintra, Gouveia, Lousã, Leiria*, etc., tornaram-se, em Portugal, apelidos correntes e podem ter-se fixado nesta qualidade na toponímia caboverdiana. Nos Açores são pouquíssimos os casos que eventualmente se poderiam interpretar como topónimos transplantados: *Belém, Maia, Miragaia*. No que toca a *Guarda* (Graciosa), existe como terceira possibilidade a de se tratar simplesmente do nome comum respectivo. Na Madeira apenas *Boliqueime* e *Terra de Braga* admitiriam a primeira das hipóteses. Em *Pico dos Barcelos* e *Lombo do Atouguia*, o artigo indica claramente que estamos em presença de apelidos tornados nomes de lugar, ao passo que *Algarvia* (S. Miguel) tanto pode designar uma terra povoada por algarvios, como (hipótese mais provável), um sítio habitado por uma mulher natural do Algarve. Só a história local seria capaz de responder a perguntas deste género.

Que para o povoamento de C. Verde contribuiram também alguns grupos étnicos não portugueses, revelam-no tops. como *Castelhanos* [1], *Biscainhos, Galego* [2], *Mato Galego*, e principalmente (nome também de uma freg. da ilha do Faial) *Flamengos*, que ocorre quatro vezes, e ao qual pròvàvelmente se deve ainda juntar *Formengo* e *Todesco*. Os tops. *Guiné* e *Gentio* referem-se certamente a povoadores ou escravos negros. *Montevideu* e *Buenos Aires* aludem, ao que parece, a emigrantes, que regressaram às Ilhas. Merece ainda ser apontado, na ilha de S. Miguel, o nome *Bretanha*.

9. No que respeita a nomes de santos com função de nomes de lugar, cabe dizer que, abstraindo dos santos mais universalmente venerados, como *S. Pedro, Santiago, S. Jorge, S. João, S. Martinho*, são principalmente santos de cultos mais recentes que vamos encontrar: *S. Domingos, S. Filipe, S. António, S. Sebastião, S. Francisco, S.ª Luzia, Sant'Ana, S.ª Catarina, S.ª Bárbara*, etc., faltando alguns santos populares do mais antigo fundo português, como *S. Paio, S. Fins* (*Félix de Gerona*), *S. Julião* e *S.ª Eulália*. Abundam naturalmente lugares da invocação de *Santa Maria* (*Senhora da Piedade, S. do Socorro* e principalmente *S. da Luz*) assim como da *Santa Cruz* e do *Espírito Santo*.

[1] Afonso V permitiu o estabelecimento de espanhóis; cf. Mendes Correia, ob. cit., pág. 130.

Não apresentam interesse especial outros nomes relacionados com a religião (edifícios de culto, etc.) como *Igreja, Capela* [18], *Mosteiro, Convento, Misericórdia* [4], *Mitra*, e, na Madeira, *Campanário* [4].

Entre os nomes abstractos, alguns têm um carácter religioso: *Deus Protege, Louvar a Deus, Boa Fé*. A esperança dos povoadores no futuro traduz-se em tops. como: *Boa Ventura, Boa Sorte, Boa Esperança, Boa Vida, Bela Dita*, a sua satisfação com o lugar que habitam ou possuem: *Boa Vista, Benfica* (ocorrendo quatro vezes em C. Verde, é pouco provável que se trate de um nome transplantado), *Belo Monte, Bemposta* (ambos na Madeira), *Cheira-Bem*, etc..

É sabido que cerca de metade das Ilhas foram denominadas segundo um santo protector: *S. Antão, S. Vicente, S.ª Luzia, S. Nicolau, Sant'Iago, S. Filipe* (antigo nome, ao que parece, da ilha do *Fogo*), *S.ª Maria, S. Miguel, S. Jorge*. As outras receberam o seu nome de particularidades topográficas (*Fogo, Pico*), da flora ou fauna (*Madeira, Faial, Flores, Corvo*), do seu aspecto geral (*Graciosa, Boa Vista, Desertas, Brava*), de jazigos minerais (*Sal*). A *Terceira* e *Maio* constituem casos à parte.

10. Causa admiração, mas deve andar ligado ao carácter oficial da nomenclatura corográfica, o fraco papel desempenhado, na toponímia caboverdiana, pelo elemento indígena africano, o qual se reduz a pouco mais de duas dúzias de nomes. Só um conhecedor das línguas respectivas poderá dizer a que categoria semântica pertencem. Em parte tratar-se-á de antropónimos. Formal e fonèticamente, nunca se confundem com o onomástico português. Eis uma amostra de topónimos daquela origem: *Baganá, Chororó, Banhú, Coi-Coi, Gom-Gom/ Gongon, Bur-Bur, Don-Don, Boguende/ Buguende, Bagi, Caçanga, Gendê, Jalunga, Mondongo, Sambango, Tagunda*.

11. Não se distinguindo a toponímia atlântica, se abstrairmos de preferências e matizações semânticas, dadas a certos tipos lexicais, da geral portuguesa moderna, observam-se contudo tendências na formação das palavras, que lhe são próprias. Apontemos, a título de exemplo, a extraordinária expansão, em C. Verde, do sufixo *-ona*, que não só se combina, como é natural, com apelativos femininos: *Beira – Beirona, Cova – Covazona, Lomba – Lombona*, etc., mas também com masculinos: *Rabo – Rabona, Morrinho – Morrinhona, Tope – Topona*, etc., fenómeno este que se poderia explicar como crioulismo. Em princípio, pode dizer-se que qualquer termo topográfico é susceptível de formar um derivado por meio de *-ona*, o que explica a sua invulgar frequência, não menor que a do seu antónimo *-inho, -inha*.

TEMA 4 – CONTRIBUIÇÃO DA FONÉTICA E DO LÉXICO DO PORTUGUÊS ULTRAMARINO PARA O CONHECIMENTO DA FONÉTICA E DO LÉXICO DO PORTUGUÊS DOS SÉCULOS XV A XVII

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

The Overseas Dialects as Sources for the History of Portuguese Pronunciation
THOMAS R. HART, JR.

Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI^e et XVII^e siècles?
I. S. RÉVAH

Um traço de pronúncia caipira
SERAFIM DA SILVA NETO

Um caso de fonética do século XVI
HENRIQUE DA SILVA FONTES

RELATOR

I. S. RÉVAH

THE OVERSEAS DIALECTS AS SOURCES FOR THE HISTORY OF PORTUGUESE PRONUNCIATION

THOMAS R. HART, JR.
The Johns Hopkins University

The history of Portuguese pronunciation has been relatively little studied. We know a great deal less about the pronunciation of Portuguese in the sixteenth century than we do about the pronunciation of Spanish in the same period. One reason for this is simply that the materials for the study or early Portuguese pronunciation are much less extensive that those available for Spanish; there is nothing comparable to the many sixteenth- and seventeenth-century Spanish grammars for the use of foreigners, which Amado Alonso used as the basis for a whole series of brilliant articles. We have only a handful of sixteenth-century grammars and orthographies prepared by Portuguese writers for the use of the Portuguese themselves, and these are, of course, much less satisfactory for our purposes, since in them we seldom find direct comparison of the sounds of Portuguese with those of other languages [1].

Fortunately, however, the early grammars are not the only materials which can be used in an attempt to reconstruct earlier stages in the development of Portuguese pronunciation. Among the most important of these other materials are the modern dialects, not only those of Portugal itself but also those of Brazil and the Azores, and, in addition, the various forms of creole Portuguese which are, or until recently were, spoken in many parts of Asia and Africa. We should mention, too, the Portuguese loan words found in a number of Oriental and African languages, since the

[1] For a fuller discussion of the works of the early grammarians as sources for the study of the history of Portuguese pronunciation, see my article, «Notes on sixteenth-century Portuguese pronunciation», *Word,* XI (1955), 404-415.

Portuguese loan words in a given language may be considered a kind of Portuguese dialect in miniature, and hence can be used as evidence for the earlier pronunciation, in much the same way that Kenneth Jackson has used the Latin loan words in Irish and Welsh as a sort of miniature romance language in reconstructing the Latin spoken in Roman Britain [1]. The present paper is intended as a brief review of the ways in which all these kinds of dialectal materials can be made to contribute to our knowledge of earlier stages in the development of Portuguese pronunciation.

Serious study of the language of Portugal's present and former colonies began more than three quarters of a century ago with the publication, in 1880, of Adolfo Coelho's *Os dialectos românicos ou neolatinos na Africa, Asia e América* [2]. Two years later, Hugo Schuchardt published the first of his famous «Kreolische Studien», an account of the Portuguese spoken by the Negroes of the island of São Thomé [3], and in the next few years he published studies of a number of other Portuguese creole dialects, both African and Asiatic [4]. Neither Schuchardt nor Coelho seems to have been much interested in the overseas dialects as sources for the reconstruction of earlier pronunciation. They were interested in them rather as a testing-ground for general hipotheses concerning the formation of creole languages, and Schuchardt, in addition, was concerned with the still more general problem of the nature of linguistic change itself. For this latter subject the creole languages were of exceptional importance, since Schuchardt believed that almost every language is a *Mischsprache,* a «mixed language» [5]. The differences between a creole *patois* and one of the great *langues de civilisation* were for him simply differences of degree.

The terms «mixed language» and «language mixture» are not in much favor today, at least with American linguists. I suspect that one reason for our reluctance to use them is that we feel the term «mixed language» suggests that the language in question is inferior in some way to other, «purer» tongues; moreover, the term carries for many linguists a hint of certain ideas on racial purity with which, happily, few people now would

[1] Kenneth Jackson, *Language and history in early Britain* (Cambridge, Mass., 1953).

[2] See Serafim da Silva Neto, «Francisco Adolfo Coelho e a filologia portuguesa», *Boletim de filologia,* X (1949), 3-14.

[3] «Kreolische Studien I. Über das Negerportugiesische von S. Thomé», *SB der Wien. Akad.* 101, II, 889-917.

[4] See the bibliography of Schuchardt's works in Leo Spitzer, *Hugo Schuchardt-Brevier. Ein Vademekum der allgemeinen Sprachwissenschaft* (Halle (Saale), 1922).

[5] *Schuchardt-Brevier,* p. 131.

wish to identify themselves. (I must hasten to add that neither Schuchardt nor those modern linguists who have made most use of the concept of «mixed languages» – I am thinking especially of Bartoli and the Italian *neolinguisti* – would identify language mixture with racial mixture) [1]. A more important reason for refusing to speak of «mixed languages» is that we are convinced that a given language, at any moment of its existence, forms a single system, not a complex of partial systems. The point is important enough to justify stopping for a moment to make certain that it is absolutely clear. Some remarks by Bernard Bloch on the phonology of English loanwords in modern Japanese, a subject, by the way, to which we shall have occasion to return in this paper, set forth the American position very neatly. «The presence of recent loanwords in Japanese», Bloch writes, «[complicates the analysis of the sound system of the language]; but there is no purely descriptive test by which they can be identified, and no valid excuse for excluding them – so far as the analyst can recognize them through his accidental knowledge of other languages – from the total vocabulary... What we are able to discern as the phonemic system of a dialect is necessarily single, not multiple: the total network of relationships among all the sounds that occur in the dialect; and the analyst's task is to describe the system in a way that is correspondingly single... All the details that make up a language have an equal claim to be used as evidence for the system» [2]. I should like to call special attention to the last sentence quoted from Bloch, namely, that *all* the details that make up a language must be considered a part of its total structure; it is evident that we are not concerned solely with the sounds of the language but with morphological, syntactic and lexical elements as well. It is evident, too, I think, why it makes little sense to speak of «mixed languages» if one starts out from a rigidly descriptivist position: every word used in a language is a part of that language, regardless of its origin. English words like *justice, gentle* and *chief* are, historically speaking, borrowings from French; descriptively however, they are simply English words, as much a part of the language as Germanic words like *man, book* or *house.*

The descriptive linguist, then, believes, like Ferdinand de Saussure, that the synchronic and diachronic study of a language are different kinds of scholarly activity, which should ordinarily be kept quite separate from each other. His attitude implies neither ignorance of, nor dislike for, historical linguistics. If we have been reluctant to use the term «mixed language»

[1] *Schuchardt-Brevier,* pp. 128-129; Giuliano Bonfante, «The neolinguistic position», *Language,* XXIII (1947), 352.

[2] «Studies in colloquial Japanese IV. Phonemics», *Language,* XXVI (1950), 87.

because to do so might seem to deny our premise that the structure of a language, viewed synchronically, is simple rather that complex, we have been very much interested in the ways in which a linguistic structure may be transformed into a new, and more or less radically different, structure. We have been particularly interested in the many problems posed by «languages in contact», to borrow the title of a recent and excellent study of the subject by Professor Uriel Weinreich of Columbia University [1]. I should like to say, parenthetically, that I am very far from thinking that all the important work on this question of languages in contact has been done by American linguists; a glance at Weinreich's bibliography – 658 titles in more than a dozen languages – is enough to show that such a claim could not possibly be sustained. If, then, in the following pages I shall make special reference to recent American studies in this field, I shall do so simply because these studies happen to be more familiar to me, and because it seemed to me that they might be less familiar, and therefore more interesting, to some of you.

It is, of course, possible for two languages to remain in contact over long periods of time without forming any sort of creole dialect, and, indeed, this is what usually happens; a creole language is formed only when one of the two languages enjoys far greater prestige, political or cultural, than the other. From a linguistic point of view, much the same theoretical considerations are suggested by the contact of French and Flemish in Belgium as by the contact of Dutch and Malay in the Netherlands Indies.

Of these theoretical considerations the most important is that the distortions which a language introduces into materials taken from another language are not determined by chance, but rather by the structure of the borrowing language, or, still more precisely, by the relations between this structure and that of the language from which the materials are borrowed. The rôle which structural considerations play in the adaptation of foreign materials may be demonstrated most easily by the changes which every language introduces in the pronunciation of the words which it takes from other languages. A simple example may help to make this point clear. In Modern Greek, the voiced stops [b], [d], and [g] occur only after nasals; the English word *bar* is taken over in the form [mbár], that is, its pronunciation has been altered to conform to the phonemic pattern of Greek. As we should expect, the same thing happens with the other voiced stops; our word *dancing* appears in the form [ndánsing], with initial nasal stop, and incidentally, with the meaning 'cabaret'.

---

[1] *Languages in contact* (New York, 1953). See also Hans Vogt, «Language contact», *Word*, x (1954), 365-374.

The application of all this to our special problem, the reconstruction of an older pronunciation, is, I think, apparent. The fact that the Greek words [ndánsing] and [mbár] both begin with a nasal stop is determined by the phonemic pattern of Greek; it has little to do with the articulation of initial voiced stops in English. Similarly, when we find that in a given oriental language such Portuguese words as *chave* and *chinela* appear with an initial voiceless affricate [tš], we must not be too quick to conclude that this is in itself adequate evidence that these words were pronounced [tšávə] and [tšinélɐ] in Portuguese at the time they were borrowed. We shall first need to know whether the sounds [š] and [tš] are phonemically distinct in the borrowing language. If they are not – if, for example, the language has only [tš] and not [š] – we shall be forced to reject the evidence offered by the loan words as inconclusive.

We are fortunate in having a most important contribution to the study of the Portuguese loan words in a wide variety of oriental languages in Monsignor Dalgado's deservedly famous *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas* [1]. The usefulness of Dalgado's book is beyond question; it is an impressive testimony to the extent of Portuguese influence in the East, and it can serve as a starting-point for many different kinds of studies. I hope I shall not seem disrespectful if I point out that the book has its shortcomings, at least as a tool for our own special field of interest. It would obviously be grossly unfair to reproach Dalgado, in a book written nearly half a century ago, with having failed to provide a phonemic transcription of the oriental terms he cites, rather than a simple transliteration of them. Yet a phonemic transcription would be much more useful to us, since changes in the phonetic shape of words introduced from one language into another are often most easily accounted for in terms of the relations between the phonemic patterns of the two languages involved. Material which has been transcribed phonemically can be re-transcribed phonetically, if need be, while the converse is not always true.

The most obvious difficulty in using Dalgado's book is that of determining just which of the words he cites really are borrowed from Portuguese. It seems clearly established by now that a fairly large number of them are not [2]. We need a clearly defined criterion for determining whether a given word is Portuguese or not, something like the patterns of correspondences familiar

---

[1] (Coimbra, 1913). There is an English translation by Anthony Xavier Soares, *Portuguese Vocables in Asiatic Languages* (Baroda, 1936).

[2] Cf. David Lopes, *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII* (Barcelos, 1936), pp. 87-88.

to students of Indo-European comparative philology, but the limitations of the materials with which we have to work make it very difficult, if not, indeed, quite impossible to draw up lists of such correspondences. For one thing, the total number of Portuguese loan words in a given oriental or African language is usually too small to enable us to find several words in which a particular sound occurs in a particular phonetic environment. For another, Gilliéron's doctrine that every word has its own history applies with special force to loan words. Just as we must distinguish between learned words and popular words in dealing with the historical phonology of Portuguese, so in dealing with loan words we must know whether a given word has been transmitted orally or in writing. Here the treatment of recent borrowings from English in Japanese offers some instructive examples. In standard Japanese, the English word *gasoline* appears as *gasorin̄*. In Hawaii, however, the Japanese took the word directly from spoken American English in the form *gyasurin̄*. There are two important differences. One is in the initial consonant; in American English the front vowel [æ] tends to palatalize a preceding *g*, so the Hawaii Japanese render the sound by their palatal *g*, *gyasurin̄*, while standard Japanese, faithful to the spelling of the English word rather than to its pronunciation, has a non-palatal *g*: *gasorin̄*. The other difference is in the quality of the unstressed vowel in the second syllable of the word; here again, standard Japanese has what we might call a spelling pronunciation, *gasorin̄*, while the Hawaii Japanese render the murmur vowel [ə] of the English word by their *u*: *gyasurin̄*. Another example of a word taken into Japanese from written English is *kamera*, from English *camera*. The compound *kyameraman̄*, on the other hand, shows the influence of the spoken language in its palatalizing of the initial consonant [1].

Related to the problem of the way in which a word has been transmitted from one language to another, and of equal importance, is the problem of the precise social status of a loanword in the language which has adopted it. We need to know whether a given word is used by all speakers of a language or only by members of certain social groups. Is its use, for example, restricted to those who have some direct contact with speakers of the foreign language from which it was borrowed, say, sailors or domestic servants as opposed to farm workers? Information of this kind may seem quite irrelevant to a study of the phonetic modifications found in loanwords; it is, nevertheless,

[1] The Japanese examples are taken from Denzel Carr, «Comparative treatment of epenthetic and paragogic vowels in English loan words in Japanese and Hawaiian», in *Semitic and Oriental Studies ... presented to William Popper*, Univ. of California Studies in Semitic Philology, XI (Berkeley and Los Angeles, 1951), pp. 13-25.

often absolutely indispensable, since it frequently happens that the pronunciation of recent loanwords is one of the least agreed-upon features of a language. Thus, Bernard Bloch has pointed out that «speakers of standard Japanese agree, within a fairly narrow range of personal variation, on the pronunciation of nearly all the words they use – [except those recently taken from English]». In order to simplify his analysis of the phonemic structure of standard colloquial Japanese, Bloch, somewhat arbitrarily, as he himself admits, divides the language into two dialects, a «conservative» dialect «in which English loanwords have been fully assimilated to the pronunciation of other words» and, at the other extreme, an «innovating» dialect, spoken chiefly by persons with a good command of English, in which these words retain a pronunciation more nearly like that of their English prototypes [1]. In the innovating dialect, the English words *violin* and *love*, for example appear as *vaiorin̄* and *ravu*, respectively; in the conservative dialect, which has no voiced labiodental spirant, they are pronounced with a voiced bilabial stop instead, that is, as *baiorin̄* and *rabu*. One might make a similar division into dialects of the Creole French spoken in Haiti on the basis of the treatment of the French front rounded vowels. Some speakers of Creole pronounce them as in standard French; the majority, however, replace them by the corresponding unrounded vowels, so that *heureux* becomes /éré/, *faveur* becomes /favé/, and so on [2].

One of the major shortcomings of Dalgado's book, from our own special, and, of course, severely limited point of view, is that it fails to indicate the precise social status of the loan words in each of the languages in which they occur. Dalgado himself was aware of the problem, but he was forced, by the very magnitude of the task he set himself, to proceed as if it did not exist. No one man can be expected to master half a hundred languages, most of them unrelated and almost all of them extremely difficult. Dalgado had to rely on published materials whose inadequacy for his purpose he was quite ready to admit. He was convinced, I am sure correctly, that his sources failed to list many Portuguese words in common use in the languages of the East: «os lexicógrafos procuram de ordinário evitar (digo-o de experiência) palavras peregrinas, com a mira de mostrar a riqueza da língua, ou interpretam-nas por descrições, que a linguagem falada repudia» (p. xxxiv). But he was equally aware of the opposite problem, namely, that some of the words he lists have never had any real existence in the languages to which

[1] Bloch, p. 89.

[2] Robert A. Hall, Jr., *Haitian Creole. Grammar. Texts. Vocabulary*, published as a supplement to *American Anthropologist*, LV (1953), 17.

he attributes them: «os vocábulos portugueses ou presumidos portugueses, que registo em determinadas línguas asiáticas, são *quasi todos* conhecidos, de ciência certa, como realmente usados em cada uma delas» (p. xxxv) italics mine). But if in dealing with Dalgado's word-lists we are often uncertain as to just how current a Portuguese loanword is, or used to be, in a particular oriental language, our uncertainty is much greater when we come to the creole texts published by Schuchardt and by Dalgado himself. We must not forget, as Dalgado remarks, «[há uma] propensão quasi irresistível, que sente quem já sabe o português puro,de [aproximar o crioulo] do seu protótipo, eliminando de propósito ou inconscientemente as divergências [1]». Dalgado says frankly that his own sermons in the creole Portuguese dialect of Ceylon do not accurately reflect the language as it is spoken on the island: «Longe de mim, porém, a presumpção de [apresentar os meus discursos] como modelo do puro crioulo; nem isto era de esperar. Não faltarão algumas locuções, algumas construções que não sejam genuinas; mas o contexto as tornava fàcilmente intelligiveis aos ouvintes» (p. 194). This was not due solely to a relative lack of familiarity with Creole, although Dalgado tells us that he began to preach in the dialect very soon after his arrival in Ceylon, and that he remained there for only a few months; it was due also to his desire to make the creole dialect of the island as much like the standard language as possible, so that it might serve as a stepping-stone to the acquisition of Portuguese. It is worth pointing out that this desire to *aportuguesar o crioulo* is shared by many persons whose mother tongue is not Portuguese. If, as Dalgado reminds us, Europeans to whom a creole dialect is relatively unfamiliar will, in speaking or writing it, often use words and constructions of their own language which would hardly be used by non-Europeans, it is also true that the latter often adopt these words and constructions in their own speech, and may even introduce into Creole words and expressions which they have heard Europeans use only in talking with each other. They will, in short, try to make their own speech as much like its European prototype as possible, something all the more understandable if one considers that the latter invariably has far greater prestige. Because of the instability which seems to be inherent in all creole languages we must, in dealing with them, always be on our guard against the easy assumption that the language of today is a faithful reflection of the language of two, three or four centuries ago. The end result of a long series of increasingly close approximations to the standard language is the disappearance of the

1 *Dialecto indo-português de Ceylão* (Lisbon, 1900), p. 85.

creole language, although traces of it may still remain in the differences between the local form of the language and its European model; many creole dialects are now on the verge of extinction; some have already ceased to exist [1]. All this, of course, gives a very special importance to the materials collected by Schuchardt, Coelho and Dalgado; however inadequate they may be, they are all we are ever likely to have.

We must now turn our attention to the overseas Portuguese dialects in the more familiar sense of the term, that is, to the Portuguese spoken in the Azores and in Brazil. Here we are dealing, not with a mere handful of Portuguese words imbedded in something which, for most students of Portuguese linguistics, must always remain a mass of singularly intractable material, but with living Portuguese dialects, in all their richness and complexity. This material, like the oriental materials we have already discussed, has not yet received the attention it deserves from students of the history of the Portuguese language, and, again like the oriental materials, it has sometimes been misused by persons whose enthusiasm was greater than their professional competence. Naturally, many of the same methodological problems arise in dealing with the two kinds of materials. Here we can do no more than mention one or two problems which are of special importance for the study of the overseas dialects.

The first is whether we should consider the Portuguese spoken in Brazil and the Atlantic islands as an outgrowth of some particular regional variety, or varieties, of continental Portuguese. Is there, for example, an especially close connection between the Portuguese of the Azores and that spoken in the Algarve? Professor Francis Rogers has called attention to the striking similarities between the soundsystems of the two groups of dialects [2]. It would be interesting to know whether there are other similarities. Are there, for example, words which are used in both the Azores and the Algarve and not in other parts of the Portuguese-speaking world? Professor Rogers warns that, «given the incomplete state of our present knowledge, generalizations about the relationships between insular and continental Portuguese dialects are dangerous, and historical conclusions should not be drawn purely on the basis of linguistic evidence» [3]. We must try to correlate our linguistic evidence, insofar as possible, with evidence from other disciplines: folklore,

1 See now Keith Whinnom, *Spanish contact vernaculars in the Philippine Islands* (Hong Kong, 1956), pp. vii-viii.

2 Review of Göran Hammarström, *Étude de phonétique auditive sur les parlers de l'Algarve* (Uppsala, 1953), in *Romance Philology*, VIII (1955), 284-299, esp. 292-297.

3 Rogers, pp. 296-297.

anthropology, and so on. Can we, for instance, detect similarities between the folk-music or the folk-traditions of the islands and those of Southern Portugal?[1] Or can we perhaps show that a significant proportion of those who settled in the Azores came from the South?

This latter point, the regional origins of the Portuguese colonists in the islands and in the New World, has already attracted a good deal of attention from scholars. Professor Rogers has given an excellent account, unfortunately still unpublished, of the colonization of the Azores. More recently, Serafim da Silva Neto has studied the settlement of Brazil in its relation to the development of Brazilian Portuguese[2]. His conclusion is that the Brazilian colonists came from all parts of Portugal; Brazilian Portuguese thus represents, not a transplanting of any continental Portuguese dialect, but rather a new synthesis, a kind of *koiné* in which regional variations are minimized. I should add that this *koiné* was by no means a mechanical product of contact between persons who spoke different regional dialects; in its formation, we must reckon with something which, for want of a better name, we may call an aesthetic factor: many colonists must have modified their speech, not simply in order to be understood more easily by their fellows from other parts of Portugal, but also in order to approach more closely to an ideal of linguistic elegance, an ideal which no doubt tended in practice to be identified with the literary language[3]. Such an attitude is all the more explicable if we recall that class lines in the colonies were much less rigid than in Europe and a man's freedom to rise above his origins much greater. The importance of all this for our studies will, I think, be readily apparent; we are interested in reconstructing, as accurately as possible, the earlier stages in the pronunciation of standard Portuguese, and it is reasonable to suppose that Brazilian Portuguese, precisely because it rests on a *koiné* in which social and regional differences seem to have played a relatively small role, will prove to be of special help to us.

It is impossible, at least in the present state of our knowledge, to determine with precision the extent to which Brazilian Portuguese reflects the language of the sixteenth and seventeenth centuries. One thing is certain, that the language of cultivated Brazilians today differs in many ways from that spoken by cultivated persons in Lisbon or Coimbra; in folk speech, of course, the differences are even more marked. How did these differences

---

[1] Cf. Uriel Weinreich, «Is a structural dialectology possible?» *Word*, x (1954), 397.

[2] «Le portugais dans le nouveau monde», *Orbis*, II (1953), 143-156.

[3] Cf. Amado Alonso, «La base lingüística del español de América», in his *Estudios lingüísticos. Temas hispanoamericanos* (Madrid, 1953), pp. 7-72.

between European and Brazilian Portuguese come about? Are we justified in saying that Brazilian Portuguese is essentially a «conservative» dialect which retains archaic features no longer found in European Portuguese? Or, conversely, shall we say that it is an «innovating» dialect which has developed more rapidly than, and along somewhat different lines from, the standard language, primarily through prolonged contact with African and American Indian languages? Both views have been maintained by distinguished scholars. It is probably still too early to attempt to answer this question. What is most needed now are careful investigations of the geographic distribution of individual features of pronunciation. Only in this way shall we be able to determine which of the specific traits of Brazilian or Azorean Portuguese are local innovations and which are reflections of earlier usage; only in this way can we determine which traits now restricted to particular dialect areas or to the speech of particular social groups once formed part of the standard language. I shall have time to discuss only a single problem, that of the pronunciation of unstressed written *e*. Gonçalves Viana believed that in the sixteenth century atonic *e* was pronounced as in modern Lisbonese. He explicitly rejected the evidence of Brazilian Portuguese, which has [i], or, in some dialects, a close [e], often somewhat more close than the [e] of stressed syllables; the Brazilian pronunciation is, he declared, not «[uma relíquia] do português continental de outras eras, mas sim um producto crioulo, um defeito de pronúncia estrangeira»[1]. Against this interpretation it can be argued that written final *-e* is today pronounced [i] in many other parts of the Portuguese-speaking world. Leite de Vasconcellos says that it occurs in dialects of Tras-os--Montes[2] and Entre-Douro-e-Minho[3]. Hammarström reports it for several points in the Algarve and suggests that it must once have extended over the whole province[4]; and Professor Rogers has recorded it in Madeira and on the islands of Porto Santo and Fayal in the Azores[5]. Moreover, Portuguese loan words in several oriental languages suggest the same pronunciation, for example, Malay *padĕri* 'priest' and Hindustani *chāví*, 'key'. Given the wide geographic distribution of this pronunciation, there is no need to resort

---

[1] *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros* (Lisbon, 1892), p. 94.

[2] *Estudos de filologia mirandesa* (Lisbon, 1900), I, 236.

[3] *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (Paris, 1901), p. 101.

[4] Hammarström, p. 141.

[5] «Insular Portuguese pronunciation: Madeira», *Hispanic Review*, XIV (1946), 249; «Insular Portuguese pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores», XVI (1948), 3; «Insular Portuguese pronunciation: Central and Western Azores», XVII (1949), 62.

to substratum influence to account for its presence in modern Brazilian Portuguese; at most, one could argue only that this influence may have been a factor in its retention.

My conclusions may seem disappointingly negative. I have stressed the inadequacy of the materials with which we must work and the difficulties of using them properly. We linguists must learn to distinguish more carefully between those things which are demonstrably true and those which, at least in the present state of our knowledge, are incapable of proof. And it has seemed to me particularly important to stress the limitations of the materials and methods at our disposal as a preliminary to pleading for the collecting of more extensive data and more precise ways of interpreting it.

COMMENT ET JUSQU'À QUEL POINT LES PARLERS BRÉSILIENS PERMETTENT-ILS DE RECONSTITUER LE SYSTÈME PHONÉTIQUE DES PARLERS PORTUGAIS DES XVIE-XVIIE SIÈCLES?

I. S. Révah
École des Hautes Études, Paris

Comme le constate Mr. T. R. Hart, «l'histoire de la prononciation du portugais a été relativement peu étudiée». En effet, si l'on met de côté des travaux de détail et quelques remarques occasionnelles, on peut dire que le dernier exposé de la question remonte à un chapitre de l'*Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa* de Gonçalves Viana, livre daté de 1892.

Cette situation peu satisfaisante est en train de se modifier. En décembre 1955, Mr. T. R. Hart a publié dans la revue *WORD* (vol. XI, n.º 3) d'intéressantes «Notes sur la prononciation portugaise du xvie siècle». D'avril à juin 1955, j'ai consacré un de mes premiers cours à l'École des Hautes Études à la reconstitution du système phonétique et morphologique du portugais du xvie siècle. Le «Congresso da Língua Falada no Teatro» qui s'est tenu à Bahia, en septembre 1956, m'a fourni l'occasion de lire une communication sur «L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil, du xvie siècle à nos jours». Cette communication, actuellement en cours d'impression, a donné lieu à des débats à la fois animés et fructueux, du fait de la présence à Bahia d'éminents philologues brésiliens et portugais.

* * *

Pour reconstituer le système phonétique des parlers portugais des xvie-xviie siècles, on dispose des éléments suivants:

1.º — le témoignage des textes portugais, imprimés ou manuscrits, en prose ou en vers, des xvie-xviie siècles;

2.º — Les données fournies par les grammairiens et «orthographistes». Ici, il faut énumerér les différentes catégories d'ouvrages utilisables:

a) les grammaires et orthographes du portugais composées par des Portugais en portugais;

b) Les grammaires du portugais composées par des Portugais ou par des étrangers en différentes langues étrangères;

c) les grammaires de langues étrangères (européennes, africaines, asiatiques et américaines) composées par des Portugais et des étrangers en portugais.

Dans tout ce matériel extrêmement important, il faut faire une place à part à la première grammaire portugaise, celle de Fernando Oliveira, parue en 1536, c'est-à-dire approximativement à l'époque où le Brésil a commencé à être colonisé. Fernando Oliveira était un phonéticien remarquable pour son époque et ses indications, souvent très précises, peuvent être comparées à celles de João de Barros, dont la grammaire a paru en 1540.

Les grammairiens portugais nous renseignent avant tout sur la *língua-padrão* de leur époque, qui fut d'abord la langue de la Cour, puis celle de la bonne société de Lisbonne, la langue soignée de Coimbre ne constituant qu'un relais vers le Nord de la langue de Lisbonne. Cette *língua-padrão* était, à chaque époque, d'une relative unité, nuancée parfois par quelques variations entre les différentes générations.

Mais les anciens grammairiens portugais sont aussi les précurseurs des dialectologues modernes: assez souvent ils nous fournissent des indications (parfois précises) sur des prononciations populaires ou régionales coexistant, à leur époque, avec celles de la *língua-padrão*.

En ce qui concerne cette source, à mon avis *la plus importante*, je dois dire que je ne partage pas le pessimisme de Mr. T. R. Hart, qui, opposant la pénurie portugaise à l'abondance castillane, écrit: «Nous avons seulement une poignée de grammaires et d'orthographes du XVIe siècle préparées par des écrivains portugais à l'usage des Portugais eux-mêmes, et elles sont, naturellement, beaucoup moins satisfaisantes pour nos recherches (que les nombreuses grammaires espagnoles des XVIe-XVIIe siècles à l'usage des étrangers), car nous y trouvons rarement des comparaisons directes des sons du portugais avec ceux d'autres langues».

En réalité, nous possédons, outre ces grammaires et orthographes portugaises du XVIe siècle, de nombreux textes similaires pour les XVIIe et XVIIIe siècles, des grammaires du portugais rédigées en d'autres langues et des grammaires rédigées en portugais d'assez nombreuses langues étrangères (français, hollandais, italien, langue d'Angola, konkani, tamoul, japonais, tupi, kiriri).

Par ailleurs, le castillan est très différent du Portugais dans cet ordre de recherches. Alors que, pour le premier, la période importante est *grosso modo* 1550-1620, les transformations qui ont bouleversé le système phonétique du portugais commun datent du XVIIe, du XVIIIe et même du XIXe siècle;

3.º — le témoignage des parlers portugais modernes (du Continent européen et des Iles adjacentes): nos connaissances, d'abord établies par l'effort héroïque de J. Leite de Vasconcelos, s'enrichissent grâce aux enquêtes récentes (celle du Prof. F. M. Rogers pour les parlers des Iles adjacentes, l'enquête par correspondance du Prof. M. Paiva Boléo, l'enquête sur le terrain du Prof. L. F. Lindley Cintra et son collaborateur, etc);

4.º — le témoignage des parlers créoles d'Afrique, Asie et Amérique, ainsi que celui des emprunts au portugais effectués par les langues de ces régions (pour cet aspect de l'étude, voir dans le présent volume la communication du Prof. T. R. Hart et notre rapport);

5.º — le témoignage des parlers brésiliens modernes auxquels nous allons consacrer notre communication.

* * *

Ce dernier ordre de renseignements, qui nous semble important, a été presque entièrement négligé par les philologues, Gonçalves Viana ayant arbitrairement décidé, à la fin du XIXe siècle, que la plupart des particularités de la prononciation brésilienne «não são relíquias do português continental de outras eras, mas sim um produto crioulo, um defeito de pronúncia estrangeira...».

Depuis au moins Filipe Franco de Sá, dont le livre a paru en 1915, les philologues brésiliens ont protesté contre cette attribution d'un caractère créole à leur propre *língua-padrão*. Par contre, en ce qui concerne leurs parlers populaires, les mêmes philologues brésiliens admettent aisément la désignation de «dialectes créoles». Par exemple, le Prof. Gladstone Chaves de Melo écrit:

«Por razões de ordem histórica, sou levado a supor que se constituiu no planalto central paulistano um dialecto crioulo de tipo tupi-quimbundo, o qual, intensamente lusitanizado posteriormente, deu o «dialecto caipira» que Amadeu Amaral tão bem estudou.

Esse *dialecto caipira*, em virtude das Bandeiras e dos movimentos de população que estas determinaram, teve ampliada sua área geográfica,

diluindo-se embora ou caldeando-se com elementos outros, e atingindo o rio S. Francisco, chegou até os sertões do Nordeste. Só isto pode explicar, a meu ver, a notável unidade relativa da nossa linguagem popular do interior».

Avant d'aborder le terrain où nous conduit cette théorie, il faut dire que notre connaissance des parlers populaires brésiliens est assez récente.

Le point de départ en fut marqué par le beau livre, paru en 1920, d'Amadeu Amaral, *O dialecto caipira:* livre d'autant plus remarquable qu'il a pour auteur un poète et un folkloriste, et non un dialectologue professionel. A mon avis, on n'a pas prêté une attention suffisante aux premières phrases de l'introduction de cet ouvrage.

Les voici:

«Tivemos, até cerca de vinte e cinco a 30 anos atrás (c'est-à-dire vers 1890-1895) un dialecto bem pronunciado, no território da antiga província de S. Paulo. É de todos sabido que o nosso falar *caipira* – bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível – *dominava em absoluto a grande maioria da população* (c'est nous qui soulignons) e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência».

C'est ce parler paulista (général dans la province vers 1890-1895 et qui, en 1920, se maintenait dans les localités isolées et dans la bouche des personnes âgées) qu'a si bien étudié A. Amaral. Pour nous la supériorité de son étude vient de deux faits:

1.º – il a étudié un parler populaire en pleine vigueur;

2.º – il a étudié un parler notablement plus archaïsant que les autres parlers populaires brésiliens (cet archaïsme renforcé s'expliquant peut-être par l'isolement relatif de la région paulista avant l'introduction des moyens de locomotion modernes).

Le livre d'A. Amaral a certainement encouragé la publication d'études similaires sur d'autres parlers. Aujourd'hui, on peut citer les travaux suivants: *O linguajar carioca* du Prof. A. Nascentes, description très détaillée (et commentée avec beaucoup d'érudition dans la seconde édition) du parler populaire de Rio en 1922; ce livre porte une noble dédicace à «A.Amaral, que no *Dialecto Caipira* mostrou a verdadeira directriz dos estudos dialectológicos no Brasil»;

A língua do Nordeste de Mário Marroquim, ouvrage relatif aux Etats d'Alagoas et Pernambouc;

Les travaux, de valeur inégale, réunis dans les *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada* (S. Paulo, 1938);

Les études de J. A. Teixeira sur les parlers de Minas Gerais et Goiás;

La très précise description du système phonétique de la langue de Rio par António Houaiss (en cours d'impression), etc.

Ce qui frappe lorsqu'on examine l'ensemble des parlers populaires brésiliens, c'est leur remarquable unité, à peine nuancée par de légères variantes locales ou régionales.

Or, si l'on admet l'influence sur le portugais du Brésil de langues étrangères, la situation est très différente selon les régions:

Dans les unes (S. Paulo et Pará) il faudra faire appel au tupi; dans d'autres, au tupi et aux langues africaines, ou aux langues africaines seulement;

Dans d'autres encore, on ne pourra invoquer aucune de ces influences, car le métissage y est très rare et les Noirs n'y sont apparus qu'au XIXe siècle.

Et pourtant, le système phonétique et morphologique est à peu près le même partout, et les traits distinctifs qui isolent, dans une certaine mesure, le parler caipira sont des archaïsmes portugais caracterisés qu'il serait impossible d'attribuer à l'influence tupi.

Ce qui a conduit les philologues brésiliens à accepter aussi facilement la dénomination de «dialectes créoles» pour leurs parlers populaires, c'est très vraisemblablement le système morphologique dont il leur a paru impossible de défendre le caractère portugais.

Dans tous ces parlers, la marque du pluriel, *-s*, disparaît généralement dans les substantifs et les adjectifs. Ex.:

Duas casa vendida
aqueles minino

Par ailleurs, les paradigmes verbaux sont fortement simplifiés. Ex.:

eu amo	*eu devo*
tu ama	*tu deve*
ele ama	*ele deve*
nóis amamo (ou ama)	*nóis devemo* (ou deve)
eles ama	*eles deve*

On attribue ces simplifications scandaleuses aux Indiens et aux Noirs qui auraient été incapables d'assimiler le système morphologique de la *língua-padrão* luso-brésilenne.

Sans vouloir nier absolument toute influence tupi ou surtout africaine, il faut souligner que la simplification du système morphologique a été *avant*

tout provoquée par deux lois phonétiques qu'il est impossible d'attribuer à l'action des langues invoquées:

1.º — chute de *-S* à la fin des mots paroxytons et proparoxytons;
2.º — dénasalisation de la voyelle nasale atone *ẽ* à la fin des mots paroxytons.

Les parlers populaires brésiliens ont

duas casa, tu ama, tu deve

comme ils ont

um arfére, o pire

ou bien encore

fizémo, vamo, saímo

toutes formes dans lesquelles la chute de *-s* ne trahit aucune incapacité à saisir le système morphologique de la langue.

Les mêmes parlers ont

eles deve, eles parte

comme ils ont

o hóme, a virge

Mais il y a plus. Des simplifications morphologiques de même nature, et de même origine phonétique, se trouvent au Portugal.

Dans la région de Guimarães et dans le Minho, J. Leite de Vasconcelos a relevé les formes *eles quere, eles faze.* Dans le parler de Barrancos, a noté le même dialectologue, la marque du pluriel (*-s*) s'est perdue, après une étape intermédiaire (*-h*), due peut-être à l'influence des parlers castillans voisins. Sans avoir en de contact avec les Indiens ou les Noirs, les *barranquenhos,* à trois cents kilomètres de Lisbonne, disent *us campu, as fôrma,* etc.

Dans les parlers populaires brésiliens, des actions analogiques se sont ajoutées à celle des deux lois phonétiques indiquées, et on a abouti à un système morphologique qui rappelle parfois le français, parfois même l'anglais.

Rien dans tout cela ne nous oblige à invoquer l'influence *déterminante* du tupi ou des langues africaines. Jusqu'à preuve du contraire, nous considérerons les parlers populaires brésiliens comme des parlers *portugais* dont

le témoignage pourra être invoqué pour la reconstitution du portugais des XVIe-XVIIe siècles.

Au point de vue historique, nous envisagerons les choses de la manière suivante [1]:

Au XVIe siècle, des colonisateurs issus de *toutes* les provinces portugaises ont commencé à constituer dans les établissements du littoral et à Piratininga deux *Koinés* inter-régionales:

a) une *língua-padrão,* langue de l'aristocratie (politique et intellectuelle) de la Colonie;
b) un parler populaire, langue des couches inférieures de la population blanche auxquelles se sont agrégés les Indiens, les Noirs, et les différentes sortes de Métis.

L'unité actuelle (vraiment étonnante si l'on songe à l'immensité du Brésil) de cette *língua-padrão* et de ce parler populaire nous oblige à supposer, aux époques anciennes, des relations constantes entre les différentes établissements du littoral. Par la suite, sous l'action des explorateurs du *sertão* (dont les *bandeirantes paulistas* constituent l'exemple le plus connu), la *língua-padrão* et le parler populaire se sont répandus à l'intérieur du Brésil en maintenant, respectivement, leur relative unité.

* * *

Comment allons-nous utiliser les données fournies par les parlers brésiliens?

Lorsque la phonétique générale nous enseigne que, pour une évolution donnée, on a eu les étapes suivantes:

A (latin)
B
C (portugais moderne)

si nous retrouvons la phase B dans les parlers brésiliens modernes, nous serons amenés à conclure que cette phase B était encore représentée dans le portugais des XVIe-XVIIe siècles. Mais, naturellement, les parlers brésiliens ne nous offriront aucune donnée sur l'extension sociale ou régionale que pouvait avoir au Portugal à l'époque indiquée la prononciation B. Pour

1 Cf. l'ouvrage de Serafim da Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil,* Rio, 1951.

préciser cette extension, il faudra nous adresser aux textes portugais et aux grammairiens.

Parfois, l'évolution réelle ne se laisse pas représenter par le schéma que nous avons adopté pour simplifier les choses.

Dans certains cas, la phase latine s'est prolongée assez tard dans la période portugaise et on a eu:

A (latin)
A (portugais)
B (portugais moderne)

Dans d'autres cas, l'évolution a été plus compliquée. On a eu, par exemple:

A (latin)
A (portugais)
B (portugais)
C (portugais moderne)

Mais ce qu'il faut souligner, c'est que la coïncidence à la phase finale entre parlers portugais et brésiliens n'est d'aucune utilité dans notre actuel ordre de recherches.

Certes, cette coïncidence peut remonter aux XVI^e^-XVII^e^ siècles, mais nous n'en avons pas la certitude absolue. En effet, il peut s'agir aussi:

soit d'une prononciation née au Portugal postérieurement au XVII^e^ siècle et transplantée par la suite au Brésil;

soit d'une évolution parallèle dans les deux pays.

L'exemple classique est celui du *yeismo* de certains parlers castillans. On le trouve aujourd'hui dans les parlers judéo-espagnols des Balkans et dans de vastes régions de l'Espagne et de l'Amérique espagnole. Bien qu'il ait pu être représenté avant la fin du XV^e^ siècle dans des foyers limités où l'évolution a avorté, on sait aujourd'hui que le *yeismo* a triomphé vers le milieu du XVII^e^ siècle dans les parlers judéo-espagnols, plus tard sans doute dans les régions de l'Amérique et de l'Espagne où on le trouve aujourd'hui.

* * *

La comparaison des données fournies par les parlers brésiliens (lorsqu'il s'agit de phases intermédiaires et non finales) avec celles que nous pouvons extraire des textes et des grammaires portugais va nous permettre de dégager deux ordres de renseignements:

(A) Dans une première catégorie, les données brésiliennes confirment l'existence dans la *língua-padrão* portugaise des XVI^e^-XVII^e^ siècles de prononciations aujourd'hui disparues ou reléguées dans les parlers populaires ou régionaux;

(B) Dans une seconde catégorie, les données brésiliennes révélent ou confirment l'existence de certaines prononciations dans les parlers portugais populaires ou régionaux des XVI^e^-XVII^e^ siècles.

PREMIÈRE CATÉGORIE

a) *Voyelles inaccentuées finales -E, -O*

Dans le parler caipira, les voyelles inaccentuées finales -E, -O, sont encore prononcées comme des *E* ou des *O* fermés: *aquelê, estê, digô, povô* [1].

Cette prononciation fermée de *-E* final inaccentué est conservée à Rio dans des expressions consacrées par l'usage: *dê manhã, dê noite, cor-dê-rosa, conto-dê-reis, pandêló.*

Or, en 1536, F. Oliveira enseignait que lorsqu'un mot terminé par une voyelle fermée était suivie par un mot commençant par la même voyelle fermée, les deux voyelles fermées étaient remplacées, dans la prononciation réelle, par *une* voyelle de même timbre, mais ouverte. Il donnait comme exemples:

dê êscrever prononcé *déscrever*
comô ôs latinos prononcé *com ós latinos*

Cela rappelle les évolutions bien connues de *veedor* à *védor* et de *coorar* à *còrar.*

Cette déclaration est confirmée par d'autres indications du même F. Oliveira concernant l'*-o* fermé de *Marcôs, Domingôs; ensinô, amô, andô.*

Par ailleurs, de Frei Luís de Monte Carmelo (1767) à Gonçalves Viana (1883), les bons auteurs indiquent que *todo o homem, todo o dia*

doivent être prononcées
tod' ó homem, tod' ó dia

En 1536, F. Oliveira préférait la prononciation avec diphtongue *todou-dia.* Mais, dans les deux cas, il faut partir des éléments *todô ô.* Les deux

[1] Dans toute la présente communication, nous utilisons l'accent circonflexe pour indiquer une voyelle fermée, sans tenir compte des usages orthographiques.

prononciations seraient inexplicables à partir des éléments *todu u* qui n'auraient pu aboutir qu'à *todu.*

La prononciation *ô* fermé, dans ces cas, existait encore, il n'y a pas longtemps, dans la ville natale de mon ami le Prof. Luís de Matos: Mação, près d'Abrantes. Et un élève du Prof. L. F. Lindley Cintra l'a également noté tout récemment dans un autre point de la même région.

On ne peut alléger comme preuve de la prononciation *-u* au XVIe siècle les imitations du parler portugais dans des pièces d'Alonso de la Vega et de Diego Sánchez de Badajoz: músico *du* Rei, *du* Infante, *sagradu, desconsoadu, risu,* imitations signalées par le Prof. T. R. Hart dans son article de *Word.* Comme l'a fait observer notre collègue Don Ángel Rosenblat, ces graphies traduisent la différence entre les *-o* atones (à la finale) de l'espagnol et du portugais du XVIe siècle, l'*-o* espagnol étant certainement plus ouvert que le portugais.

En 1736, Luís Caetano de Lima, né en 1671, considérait tous les *O* atones comme des *ô* fermés. Mais Verney, né en 1713 et qui quitta le Portugal en 1736, ne connaissait, en 1746, que la prononciation *-u.* En ce qui concerne le passage de la prononciation (tš) à (š) pour le groupe orthographique *ch,* nous sommes sûrs, grâce à l'abondance et à la précision des témoignages de toutes sortes, que l'évolution a bien eu lieu à Lisbonne entre la génération de Luís Caetano de Lima et celle de Verney. Pour le moment, rien ne nous interdirait d'accepter la même chronologie pour le passage de la voyelle finale inaccentuée *-o* à *-u* et le même raisonnement s'appliquerait à *-e* que Luiz Caetano de Lima donne comme *-ê* fermé et Verney comme *-i;* mais il ne faut pas se dissimuler le fait que L. Caetano de Lima est plus préoccupé d'orthographe que de prononciation réelle: son témoignage exige d'être confirmé par d'autres données.

La prononciation *-I* (pour *-E* atone final) qu'indique Verney, est confirmée en 1783 par Francisco Felis Carneiro Souto-Maior. Dans les années 1816-1819, deux auteurs sans rapport l'un avec l'autre, Fr. Francisco dos Prazeres et Jerónimo Soares Barbosa, attribuent cette prononciation *-I* aux Brésiliens. Les actuelles prononciations de la langue commune (*-E* central ou disparition de la voyelle) doivent donc dater de la fin du XVIIIe siècle ou du commencement du XIXe. En 1811 C. Laisné fait imprimer, à Londres, une grammaire du portugais en anglais. Parlant de *E,* il dit:

«Parfois à la fin des mots, il est presque muet, comme dans *utilidade,* ou *amaste,* la seconde personne du prétérit. D'autres fois, quand il termine un mot, il est prononcé comme la lettre *e* dans (l'anglais) *equal,* et il a le même son dans la conjonction *e*».

B) *E prétonique interne*

Les brésiliens de toutes classes prononcent le *E* prétonique interne comme un *Ê* fermé (sauf dans certaines évolutions conditionnées), les Portugais le prononcent comme un *e* central ou ne le prononcent pas du tout.

La prononciation brésilienne *sêmana, espêrança, vêrão,* correspond à l'ancienne prononciation portugaise, encore vivante dans le premier tiers du XVIIIe siècle, comme le montrent les témoignages concordants de Jerónimo Contador de Argote (1725) et de Luís Caetano de Lima (1736). Celui du premier est particulièrement probant: il déclare que les Algarvios «ao *e* fechado pronuncião como *i,* assim como *pêdaço* dizem *pidaço,* e ao *i* pronuncião como *é* fechado; assim *dizer* pronuncião *dezer*».

Le *E* central portugais n'est pas identique à ce qu'on appelle le «e muet» français, mais il n'en est pas extrêmement éloigné, et les anciens grammairiens portugais auraient certainement établi le rapprochement si la réalité linguistique portugaise les y avait autorisé. Or, il faut noter le silence de Verney qui avait de bonnes raisons de savoir le français. De même, Luís Caetano de Lima, auteur d'une excellente grammaire du français et qui a pratiqué cette langue en France et en Hollande pendant vingt ans, distingue trois *E* en français et deux seulement en portugais. De même encore, en 1697, le jésuite Luís Vincencio Mamiani, ne trouvant pas en portugais d'équivalent à un phonème de la langue Kiriri, écrivait:

«Quando o vocábulo acaba em A ou AE, sem acento e sem til, se pronuncîa essa vogal a meya boca, mal pronunciada, como *E* francês no fim da palavra...».

Il est probable que le *E* central portugais s'est développé à peu près à la même époque en position prétonique et en position finale atone, c'est-à-dire à la fin du XVIIIe siècle ou au début du XIXe siècle. En tout cas, Jerónimo Soares Barbosa, mort en 1816, distingue les trois valeurs phonétiques principales données à la lettre E en portugais moderne.

C) *Ê devant yod et devant J, X, CH, LH*

Les Brésiliens prononcent comme un *Ê* fermé le *e* accentué que l'on trouve dans les mots *grei, lei, ceia, veia, cereja, mexo, fecho, abelha,* etc.. C'était la prononciation courante autrefois au Portugal.

La prononciation de l'actuelle langue commune portugaise, c'est-à-dire un *A* fermé, remonte au XIXe siècle. En 1845, Roquete, dans son *Código do Bom Tom,* disait de cette prononciation qu'elle était un «defeito de pronunciação da gente ordinária de Lisboa». Le Vicomte de Castilho, né à Lisbonne em 1800, prononçait à l'ancienne manière et ce n'est que sur la remar-

que d'un ami qu'il s'aperçut que la nouvelle prononciation était déjà celle «de la capitale et de nombreuses autres parties du royaume»: à ce titre il l'inclut comme prononciation normale dans la deuxième édition de son *Método de Leitura*.

Les Coimbrois continuent à prononcer *abêlha, têlha, espêlho:* il s'agit même là d'une des rares différences entre les prononciations de Lisbonne et Coimbre.

D) *Groupe ŨA*

Le parler caipira conserve les formes *ũa, argũa* (ancien portugais *algũa*) *ninhũa, lũa,* que l'on trouve encore dans les textes portugais du XVI[e] siècle. Si nos souvenirs sont exacts les formes modernes *uma, alguma, nenhuma* ne triomphent définitivement dans les textes qu'au cours du XVII[e] siècle. Les formes anciennes se conservent également dans certains dialectes portugais actuels.

E) *-S implosif*

Le *-s* implosif n'est devenu chuintant au Brésil qu'à Rio, dans les Etats d'Alagoas et Pernambouc et sans doute dans quelques autres points. Dans le Ceará, il n'est devenu chuintant que devant les consonnes dentales T, D, N: *goxta, tuxtão, texta, dedji, grajna, tijna,* dans les autres cas il se maintient comme sifflante. Le phénomène, au Ceará, est différent et indépendant de l'évolution portugaise.

La prononciation sifflante est naturellement celle du XVI[e] siècle. Gil Vicente fait transformer par une Mauresque tous les *S* du castillan en *x*, y compris les *-s* implosifs: il n'aurait pas fait rire avec une prononciation qui eut été normale en portugais à son époque.

Au Portugal, la prononciation chuintante est signalée pour la première fois par Verney qui a quitté le pays en 1736. Il se peut qu'elle soit apparue antérieurement à cette date.

Au début du XIX[e] siècle, Jerónimo Soares Barbosa attribue la prononciation sifflante aux «Brésiliens» sans faire de distinctions régionales. Il est possible que la prononciation chuintante ne soit apparue qu'au cours du XIX[e] siècle (par importation ou par évolution locale) dans les régions brésiliennes où on la trouve aujourd'hui.

F) *Le groupe orthographique CH*

(Voir, dans le présent volume, la communication de Mr. Serafim da Silva Neto et notre rapport).

G) *-B, -D, -G, intervocaliques occlusifs*

Dans certains parlers brésiliens (à Rio, en particulier, selon Sousa da Silveira), les consonnes intervocaliques -B-, -D-, -G-, sont des occlusives, et non des fricatives comme dans l'actuel portugais commun.

La prononciation spirante de -D- est signalée pour le portugais, en 1569, par le médecin gallois John David Rhys, sans doute informé par son ami portugais Francisco Brito.

Mais il serait aventureux d'attribuer, sur ce témoignage unique et partiel (puisqu'il ne concerne que -D-), à la *língua-padrão* des XVI[e]-XVII[e] siècles, des spirantes intervocaliques -ƀ-, -đ-, -g-. Il n'est pas impossible que la prononciation occlusive ait été représentée au XVI[e] siècle, même dans la langue des personnes cultivées et, à plus forte raison, dans les parlers populaires.

La prononciation occlusive de Rio représenterait, dans ce cas, un archaïsme que l'on retrouve également, au Portugal, dans la région qui va de Portalegre à Mértola et dans une partie de l'Algarve (selon une communication du Prof. L. F. Lindley Cintra au «Congresso da Língua Falada no Teatro» de Bahia, Septembre 1956).

DEUXIÈME CATÉGORIE

A) *Un seul A*

Les parlers brésiliens ne possèdent pas, comme le portugais commun, deux *A* phonologiquement distincts: *amâmos, amámos.*

Or, les grammaires portugaises du XVI[e] siècle prouvent qu'il n'y a eu aucun changement, sur ce point, entre 1536 et l'époque contemporaine, pour ce qui est de la *língua-padrão* du Portugal.

Comme le galicien et le portugais de Entre-Douro-e-Minho s'apparente, dans ce cas, aux parlers brésiliens, il faut voir dans l'existence d'un seul *A* phonologique un trait régional, vraisemblablement du Nord du Portugal, qui a triomphé dans les *Koinés* brésiliennes.

B) *J et G (devant E et I) prononcés DŽ*

Dans le parler caipira (le fait, signalé dès 1884, a été confirmé en 1920 par A. Amaral), J (ou G, devant *E* ou *I*) représente une mi-occlusive DŽ. Et cela en toutes positions, puisque dans le forme *digero* (portugais *ligeiro*), nous dit A. Amaral, le G est une palatale occlusive qu'on peut transcrire *DG*.

Il s'agit là d'un archaïsme remarquable du parler caipira, puisque cette prononciation n'a été signalée que dans des dialectes portugais d'Espagne (Alamedilla et S. Martín de Trevejo) et dans des dialectes créoles d'Asie ou d'Amérique (où elle peut représenter une adaptation au système phonétique de la langue des indigènes).

Au XVIe siècle, ce n'était certainement plus un trait caractéristique de la *língua-padrão*. En effet, dès le XVe siècle, on trouve dans les textes des «équivalences acoustiques» du type *lósica* (pour *lógica*), *theolosia* (pour *theologia*), etc, qui prouvent que, pour le moins en position intervocalique, la langue avait déjà atteint le stade de la spirante Ž. Par ailleurs, en 1536, F. Oliveira fait de J (ou G devant E et I) la sonore de X, c'est-à-dire de (Š): la situation dans la langue commune était donc la même qu'aujourd'hui. Des formes telles que *zerarchia*, qui apparaissent alors dans les textes, confirment qu'on avait une fricative même en position initiale.

En 1620, dans son *Arte breve da lingoa japoa*, le jésuite João Rodriguez énumère les trois «syllabes» japonaises qui n'ont pas d'équivalent en portugais; ce sont TÇU, DZU et GI «que pronuncião como o Italiano *Giapano*, *Giorno*». Comme les jésuites semblent avoir adopté la graphie italienne *gi* dès leurs premières impressions, le témoignage doit être placé à la fin du XVIe siècle.

Le DŽ des caipiras nous révèle donc qu'au XVIe siècle cette prononciation, absente de la *língua-padrão*, avait une certaine extension régionale au Portugal.

A noter que le DŽ n'existait pas en tupi des XVIe-XVIIe siècles.

C) *Un cas douteux: Ç*

Dans ses *Estudos de Filologia Portuguesa* (la première édition de 1946) le Prof. Silveira Bueno, de l'Université de S. Paulo, affirme que le «rústico paulista ou mineiro» dit *Num conhetço metçê, detçê* (pour *descer*), *natcê* (pour *nascer*).

J'avoue être étonné par le fait qu'un archaïsme aussi remarquable ait échappé jusqu'en 1946 à l'attention de tous les observateurs du parler caipira, en particulier à celle d'A. Amaral. Il serait bon que des enquêtes sérieuses nous renseignent définitivement sur ce point.

En ce qui concerne la dernière partie du XVIe siècle, aucun doute n'est possible. Les textes imprimés montrent qu'il y avait généralement confusion entre *-ss-* et *-ç-*, d'une part, *-s-* et *-z-*, d'autre part. Or, cette confusion, signalée en 1450 à Lagos et en 1470 à Vilafranca, n'a été rendue possible que parce que *-ç-* et *-z-*, autrefois des mi-occlusives, étaient devenues de simples spirantes.

A la fin du XVIe siècle, les jésuites portugais inventent le signe *TÇ* pour transcrire la mi-occlusive du japonais.

Dans la première moitié du XVIe siècle, il semble que les grands écrivains, Gil Vicente, Fernando Oliveira, João de Barros (tous d'origine nordique ou centrale, il est vrai) pratiquaient la distinction entre les deux séries. Mais, contrairement à ce que l'on affirme couramment, il est impossible de voir une mi-occlusive (DZ) dans la description du *z* par F. Oliveira:

«A pronunciação do *z* zine antre os dentes cerrados, com a língua chegada a elles e os beyços apartados um do outro».

Le «sifflement» ou «le bourdonnement» qu'évoque le mot *zine* ne saurait s'appliquer à une affriquée. F. Oliveira sait parfaitement se faire comprendre lorsqu'il veut décrire une occlusion.

Si, donc, l'affirmation de Silveira Bueno correspondait à la réalité, il faudrait voir dans le *TÇ* paulista et mineiro la conservation d'une prononciation portugaise des XVIe-XVIIe siècles de caractère régional.

D) *Nasalisation des voyelles devant M, N, NH*

Dans la plupart des parlers brésiliens les voyelles sont nasalisées devant M, N, NH:

cãma, sãnha
pẽna, lẽnho
cĩmo, vĩnho
dõno, sõnho
fũmo, ũnha

Il s'agit d'une étape ancienne qui, seule, permet d'expliquer certains Â, Ê, Ô fermés, comme les Â fermés de «cama» «cana» etc. Mais, comme le prouvent les premières grammaires, au XVIe siècle, la *língua-padrão* avait déjà dépassé ce stade et atteint celui représenté dans le portugais commun d'aujourd'hui.

La prononciation brésilienne représente donc la conservation d'une variante régionale des XVIe-XVIIe siècles, qui, selon Gonçalves Viana, se maintient également dans la Beira Alta et dans l'Algarve. J. Leite de Vasconcelos allait plus loin, puisqu'il disait: «J'ai observé ce phénomène dans l'*interamnense*, dans presque toute l'étendue du *ransmontano*, dans le *beirão*, dans l'*alentejano* et dans l'*algarvio*; il n'existe ni à Lisbonne, ni à Setúbal, ni, à ce qu'il me semble, dans certains domaines du *transmontano* et du *beirão*».

E) *Diphtongues nasales*

Depuis le célèbre article d'O. Nobiling, on sait que certains parlers brésiliens possèdent, à côté des voyelles nasales simples des formes *cãma, pẽna, cĩmo, dõna, fũmo,* précédemment étudiées, des voyelles nasales suivies d'une légère fricative nasale, dans des mots tels que

lã, rancho
bens, vence
fins, ninfa
bons, honra
uns, ungir

O. Nobiling rappelait qu'en 1892, Gonçalves Viana avait remarqué que, dans le Nord du Portugal, la nasalité des voyelles de ces mots était prolongée par ce qu'il appelait une «gutturalisation» et que l'effet acoustique total était analogue à celui des diphtongues nasales.

Il est évident que, dans la première série de mots transcrits (*lã, bens, fins, bons, uns*) la «légère fricative nasale» ou la «gutturalisation» représente la conservation (ou la modification légère) d'un ancien état de choses parfaitement caractérisé par les graphies médiévales *lãa, beens, fiis, bõos, ũus.* La coïncidence, à cette phase intermédiaire, entre parlers brésiliens et parlers portugais du Nord, nous incite à faire remonter ce stade à des parlers portugais des XVIe-XVIIe siècles.

Mais ces parlers étaient différents de la *língua-padrão.* En effet, les témoignages formels et concordants de F. Oliveira (1536), A. Ferreira de Vera (1631), J. Franco Barreto (1671) montrent que cette *língua-padrão* des XVIe-XVIIe siècles ne possèdait que des voyelles nasales simples dans les mots tels que *lã, bens, fins, bons, uns.* Il en va de même, semble-t-il, à l'époque moderne dans une partie de l'Alentejo.

A partir de l'époque médiévale, l'évolution a été différente dans les parlers brésiliens étudiés par O. Nobiling et dans le portugais commun.

Au Brésil, la «légère fricative nasale» s'est étendue à toutes les voyelles nasales qui se trouvaient devant une consonne fricative en position explosive. On a eu la même prononciation dans *lã* et dans *rancho;* il n'y a plus eu de distinction entre *vence* et *vem-se.*

Au Portugal, pour des raisons que la géographie linguistique révélera peut-être un jour, la langue commune a retrouvé une diphtongue nasale dans les mots tels que *bem, bens,* etc. Cette diphtongue fut d'abord (*ẼI*), et cet (ẼI) passa à (ÃI) au XIXe siècle: dès lors *bem* a pu rimer avec *mãe.*

Ce qui nous pousse à attendre de la géographie linguistique la solution de ce problème, c'est la distinction phonologique qui s'est établie dans al

língua-padrão, avant le XVIe siècle, entre le présent *amâmos* et le passé simple *amámos.* Aucune raison phonétique ne peut expliquer la distinction entre ces deux formes qui remontent, toutes deux, à des formes du latin vulgaire *amamus.* Il s'agit d'une *spécialisation morphologique* réalisée dans une région de transition entre deux zones:

Celle du Nord, où le *A* était ouvert, même devant consonne nasale en position explosive;

Celle du Sud, où le *A* était fermé devant cette même consonne nasale.

Si le portugais commun a une diphtongue, aujourd'hui, dans des mots tels que *bem, bens,* cela est sans doute dû au mélange de deux systèmes différents, mélange réalisé en une zone de transition linguistique.

F) *-ÊO, -ÊA*

Dans le parler caipira et dans le parler populaire des Etats d'Alagoas et de Pernambouc, on trouve les formes *chêo, vêa, cêa, têa,* qui, chronologiquement, ont précédé les formes actuelles *cheio, veia, ceia, teia,* dans lesquelles le *E* primitivement fermé est passé à un Â fermé au XIXe siècle.

Dans les textes du XVIe siècle, on trouve fréquemment des formes en *-EO, -EA,* mais, en ce qui concerne la *língua-padrão* de l'époque, il doit s'agir de graphies archaïsantes en retard sur l'évolution phonétique. Dès le *Cancioneiro Geral,* compilé par Garcia de Resende, pour certains mots tels que *creyo, veyo, meyo,* la graphie a enregistré l'évolution. Et, en 1536, F. Oliveira dit que dans *seyo, lampreya, correya,* il y a un «Y consonne».

Les parlers brésiliens cités prouvent que l'ancienne prononciation avait conservé au XVIe siècle une certaine extension sociale et régionale: leur témoignage est confirmé par celui de quelques dialectes portugais modernes.

G) *Un cas complexe: O prétonique*

Les philologues brésiliens répètent avec ensemble que leurs parlers conservent, en position prétonique, un *ô* fermé. Pour marquer qu'il s'agit là d'un archaïsme indiscutable de leur prononciation, ils invoquent l'autorité de J. Cornu qui affirmait que le passage de *O* prétonique à *U* s'est réalisé au Portugal au XVIIIe siècle. La réalité n'est malheureusement pas aussi simple.

Tout d'abord, dans aucun parler brésilien, pas même dans la variété *culta tensa* (António Houaiss) de Rio, on ne trouve une conservation *générale* de *O* prétonique latin. Dans toutes les descriptions j'ai noté de nombreux exemples de passage à *U,* en général dans les mots appartenant au fonds

populaire de la langue. Pour certaines régions, les auteurs déclarent que, dans des mots déterminés, on prononce tantôt *U*, tantôt *O*. Dans d'autres régions, la vacillation est entre *U* et *Ó* ouvert.

Par ailleurs, le passage de *O* prétonique à *U* ne date pas, au Portugal, du XVIII[e] siècle, comme l'affirmait J. Cornu. Depuis le XV[e] siècle au moins (et peut-être même avant cette date), on peut en trouver des exemples nombreux dans la *Crónica Geral de Espanha de* 1344 (les mss. sont du XV[e] siècle), dans *Ropicapnefma* (1532) de João de Barros et dans bien d'autres textes; il y a aussi l'hyper-correction *corioso* dans les *Lusiades*. En 1536, F. Oliveira écrit: «Antre *u* e *o* pequeno (c'est-à-dire ô fermé) há tanta vezinhança que quasi nos confundimos, dizendo uns *somir* e outros *sumir*, e *dormir* ou *durmir*, e *bolir* ou *bulir*, e outras muitas partes semelhantes».

En réalité, la tendance de la langue était bien de faire passer *O* prétonique à *U*: cette tendance a fini par vaincre dans presque tous les cas dans l'actuel portugais commun.

Mais, tout au long des siècles, au Portugal comme au Brésil, cette tendance a été contrariée par des réactions en sens inverse:

(a) la tendance à maintenir, au moins approximativement, l'unité vocalique du mot et de ses dérivés: d'où l'existence, dans le parler de Rio, d'une différence sémantique entre *fôlhinha* et *fulhinha*

ròdinha et *rudinha*
côrpinho et *curpinho*
mòdinha et *mudinha*

(b) la tendance à maintenir l'unité vocalique du thème verbal dans toute la conjugaison;

(c) une réaction savante qui rétablissait le *O* étymologique ou orthographique. On sait, par ailleurs, que, dans la prononciation scolaire du latin, tout *E* et tout *O* étaient ouverts: cette prononciation scolaire du latin a également agi sur le portugais.

En 1736, Luís Caetano de Lima qualifie de *O* fermés tous les *O* prétoniques. Il peut s'agir d'une prononciation réelle, pédante on plus soignée que celle du parler populaire.

Mais, on peut soutenir également qu'il s'agit d'une simple erreur d'un théoricien de l'écriture qui confond orthographe et prononciation.

Par contre, aucun doute ne peut planer sur la valeur du renseignement suivant fourni par le même auteur:

«Assim tambem devemos usar em *Prócuração* e *Prócuradores*, mas não no verbo *Procuro, Procurar*, que alguns pronuncião impropriamente com O aberto, como fazem em certas Provincias».

Or. aujourd'hui, au Portugal, on rencontre trois prononciations: *prucurar, prôcurar* et *prócurar*. Avec le témoignage de L. Caetano de Lima nous saisissons donc l'effet d'une des réactions indiquées, et cela, en 1736.

Il est donc inutile d'invoquer l'influence du tupi pour expliquer les *E* et les *O* prétoniques ouverts des parlers brésiliens *nordestinos* (Ceará, Alagoas, Pernambouc et même Bahia). Il s'agit d'une tendance savante, et souvent pseudo-savante, qui affecte de préférence (mais non exclusivement) les mots d'origine non populaire. De là l'irrégularité des résultats qui n'affectent jamais dans un parler donné, même approximativement, l'allure d'une loi phonétique.

* * *

Concluons. Les parlers brésiliens n'ont pas à être privilégiés par l'historien de la prononciation du portugais. En général, leur témoignage s'insère dans un ensemble qui nous permet d'aboutir à une conclusion scientifiquement établie.

Mais, si ce témoignage ne doit pas être privilégié, il ne doit pas être non plus méprisé, comme ce fut trop souvent le cas dans le passé. Pour tous les faits que nous avons étudiés, il est absolument impossible ou inutile d'invoquer l'influence du tupi ou des langues africaines: il s'agit d'archaïsmes parfaitement caractérisés. Ceci est tout-à-fait normal: il est bien connu que les langues transplantées manifestent des tendances conservatrices très fortes.

Les faits étudiés sont nombreux. Si l'on y ajoute:

(*a*) d'autres traits des parlers brésiliens qui sont représentés dans les textes anciens;
(*b*) les traits communs aux *línguas-padrão* portugaise et brésilienne;
(*c*) les traits communs aux parlers populaires portugais et brésiliens;
(*d*) les évolutions particulières au portugais du Brésil, mas que l'on retrouve dans d'autres régions de la Romania;

il ne reste plus grand chose que l'on puisse attribuer *en toute certitude*, du moins dans le domaine phonétique, au caractère «créole» des parlers brésiliens.

UM TRAÇO DE PRONÚNCIA CAIPIRA

SERAFIM DA SILVA NETO
Universidade do Brasil, Rio de Janeiro

Na sua *Gramática Portuguesa*, publicada em 1884, dá-nos Júlio Ribeiro a seguinte informação:

> «Os caipiras de S. Paulo pronunciam *djente, djogo*. Os mesmos e também os Minhotos e Transmontanos dizem *tchapeo, tchave*.
>
> «A existência de ambas estas formas no falar do interior do Brasil prova que estavam elas em uso entre os colonos portugueses do século XVI. A antiguidade e a vernaculidade do *tche* atestam-se pela sua permanência na linguagem do Minho e de Trás-os-Montes: como é sabido, o povo rude é conservador tenaz dos elementos arcaicos das línguas» (pág. 11).

Alguns anos mais tarde escrevia outro gramático, o Prof. Eduardo Carlos Pereira:

> «Este novo fonema românico (x = ch) soava na Idade Média *tch*, valor que ainda conserva no Minho e Beira em Portugal, e em certas regiões do interior de São Paulo, no Brasil, onde se pronuncia *catchorro, catcha, tchapéo*» (*Gramática histórica*, 2.ª ed. melhorada, 1919, pág. 76).

Em 1920, no seu livro *O dialecto caipira*, pág. 22, Amadeu Amaral limita-se a escrever o seguinte:

> «ch e j palatais são *explosivos*, como ainda se conservam entre o povo em certas regiões de Portugal, em inglês (*chief, majesty*) e no italiano (*cielo, genere*)»

Podemos ampliar essa área até zonas caipiras de Mato Grosso: Roquete Pinto [1] lá ouviu *cotcho*, por *cocho*, e Karl von den Steinen [2] registou a seguinte frase: eu atso (acho) bom. Em Cuiabá costuma-se mesmo ridicularizar a pronúncia caipira dizendo as seguintes frases: *tchuva tchoveu, cotxipó* (Coxipó) *entcheu, petxe* (peixe) morreu, tá sôrto, marvado? Diz-se também: uma *catxa* (caixa) *tcheia* de *matxixe tchotcho*.

Pesquisa recente, de D. Serafina T. B. do Amaral [3] estendeu a área fonética de *tch* até o litoral do Paraná (prolongamento da área paulista) [4] uma vez que registou esse fonema na localidade de Rio dos Medeiros, no município de Guaraqueçaba:

> «O som *ch* é pronunciado *tch* ou *tx: lantcha* (lancha), *rántcho* (rancho), etc. O que no português comum é *ch*, no medereiro vale por *tch* (tx)...» [5]

Observe-se, pelo menos naqueles exemplos matogrossenses, que a pronúncia *tch* abarca os casos em que a ortografia põe *x: petxe*, verbigrácia; ter-se-á, portanto, generalizado.

Estará mesmo correcta, e poderá ter-se como indubitável a relação entre o *tch* do Norte de Portugal e o presumido *tch* regional brasileiro? Poderá realmente dizer-se que tal fonema foi trazido pelos colonizadores no séc. XVI?

Além dos autores brasileiros já por nós citados — Júlio Ribeiro e Eduardo Carlos Pereira — também assim pensava o distinto romanista Oscar Nobiling, pois no seu justamente famoso artigo sobre vogais nasais acreditava que a mudança de *tch* em *ch* era posterior ao século XVI, em razão da permanência de *tch* «stellenweise im Innern Brasiliens» (*Neuere Sprachen*, XI, pág. 130).

Mas, como lhe objectou Joseph Huber, já no século XVI era provável que Portugal se dividisse em duas grandes áreas: aquela em que se pronunciava *ch* e aquela em que se pronunciava *tch:*

> «Diese Tatsache spricht aber nicht gegen die Annahme noch gegen die Möglichkeit, dass bereits in altport. Zeit in Portugal neben einem nordlichen tš-Gebiet ein südliches š-Gebiet gestanden habe». (*Altportugiesisches Elementarbuch*, pág. 42).

---

1 Cf. *Rondônia*, 3.ª ed., pág. 90.

2 Cf. *O Brasil Central*, pág. 142.

3 Cf. a revista *Letras*, 5 e 6, Curitiba, 1956, págs. 157-166.

4 O *r* medeirano é um *r* líquido paulista, bem diferente do *r* curitibano: *vid.* pág. 159.

5 *Loco citado*, pág. 159. Dos 80 habitantes que constituem a população de Rio Medeiros, diz D. Serafina: «São, na maior parte, mestiços, com acentuados traços indígenas» (pág. 158).

Dessa maneira, a interpretar-se o caipira *tch* como de origem portuguesa, há que considerá-lo a persistência de um traço da pronúncia do Norte de Portugal. Seria a permanência, no Brasil, de um regionalismo português, explicável, certamente, por uma preponderância de colonizadores oriundos daquelas zonas portuguesas onde existe o som *tchê.* Mas será mesmo?

Para se poder dar a exacta interpretação histórica desse fonema é indispensável, segundo nos parece, estabelecer-lhe a área geográfica e respectiva base humana. Aquela, como vimos, se estende pelo interior de São Paulo, Mato Grosso e faixa costeira do Paraná, ou seja, precisamente uma área de colonização paulista. A base humana encontramo-la indubitàvelmente no *caipira*[1]. Que vem a ser, exactamente, o *caipira?*

Vejamos o que nos ensina o conhecido e excelente dicionário de vocábulos brasileiros, de Beaurepaire Rohan:

> «nome com que se designa o habitante do campo. Equivale a *labrego, aldeão* e *camponês* em Portugal; *roceiro* no Rio de Janeiro, Mato Grosso e Pará; *tapiocano, babaquara* e *muxuango* em Campos, (Est. do Rio); *matuto* em Minas Gerais, Pernambuco, Paraiba do Norte, Rio Grande do Norte e Alagoas; *casaca* e *bahiano* no Piauí; *guasca* no Rio Grande do Sul; *curau* em Sergipe; e finalmente *tabaréu* na Bahia, Sergipe, Maranhão e Pará».

O mais importante, porém, é que o *caipira,* tal como o *caboclo,* é o descendente e continuador do *mameluco,* isto é, do mestiço de homem branco e mulher indígena[2]. As comunidades *caipiras,* que se encontram no interior

[1] É possível que *caipira* seja uma palavra tupi *icaipyra* «o envergonhado, o acanhado»: Cr. Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional,* 4.ª ed., 1955, pág. 85; Plínio Airosa, *Termos tupis no português do Brasil,* 1937, págs. 77-83. Pertence a Saint-Hilaire o mais antigo exemplo da palavra. Referindo-se precisamente aos paulistas do interior, cujos traços denotam (segundo observação no mestre francês) alguns dos caracteres da raça americana, diz o seguinte: «Les citadins ont pour eux fort peu de considération, et ils les désignent par le sobriquet injurieux de *caipira...*» (*Voyage dans les provinces de Saint-Paul e Sainte Cathérine,* I, pág. 275).

[2] Falando de uma comunidade caipira típica, escreve Donald Pierson: «In the community of which the village is the center, live a few hundred of those several million brasilians who are the rural inhabitants of a predominantly rural people. Biologically and culturally they represent to a considerable extent the nonurban population of the vast area between they eastern coast and the westernmost point of settlement. Although there are clearly defined regional variations, this population has much in common. In general, it is composed of relatively isolated, nonliterate (or only partially literate) descendants of assimilated indians, mixed in varying degrees with Europeans, and in many cases, with Africans». *Cruz das Almas: A Brazilian Village,* Washington, 1951, pág. 3).

do país, classificam-se entre aquelas conhecidas como de «cultura demótica»[1] e constituem o desenvolvimento e a sobrevivência, quer de antigos aldeamentos indígenas, quer de antigos povoados de mamelucos e mestiços de toda a sorte.

Pode dizer-se, mesmo, que há uma *cultura caipira:* isto é, uma série de ideias, conhecimentos, técnicas e artefactos, padrões de comportamento e atitudes que lhe são típicos.

Podemos, sucintamente, apontar os seguintes traços:

> «Os sertanejos ainda agora andam como os índios, isto é, uns atrás dos outros, por um carreiro como formigas. Fumam o mesmo pito. O seu alimento para a jornada é a mesma farinha de guerra. A canoa, com que passam os rios, é a mesma canoa túpica, de uso universal no Brasil. O feiticeiro exerce a mesma influência terapêutica sertaneja e toda indígena (sucção das feridas para expelir o mal, o emprego de inúmeras ervas, as mezinhas). Do índio tem o sertanejo a natural imprevidência, a resignação, a incapacidade de poupança. A sua indústria caseira (balaios, esteiras, tecidos de algodão que as mulheres fiam, a cerâmica de barro) é indígena. Conserva do índio a atitude habitual de descanso, de cócoras, a maneira de trazerem, as mães os filhos às costas, o jeito de desbravarem os matos e descobrir-lhe as veredas. Comem na cuia, guardam as reservas no jirau, defumam os legumes como os tupis o faziam no século I e, a modo destes, não bebem quando fazem as refeições»[2].

O falar caipira actual foi precedido de um longo período de *bilinguidade,* em que se falava, a par da portuguesa, a *língua geral.*

Em S. Paulo, onde a actividade dos índios foi aplicada num sector que

[1] Trata-se do seguinte, na conceituação de Redfield: «This culture preserves its continuity from generation to generation without depending upon the printed page. Moreover, such a culture is local; the folk has a habitat. Wandering folk, as, for example, the gipsy, do occur, but then special factors of social isolation cause them to preserve their folk character among a people who are not folk». (Tepotzlan. A Mexican Village, pág. 2).

[2] Cf. Pedro Calmon, *História Social do Brasil,* I, págs. 207-8. São ainda muito esclarecedores os trabalhos de D. Heloisa Alberto Torres, in *Jornal do Comércio* de 3 de Outubro de 1952, e de E. Willems, *El problema rural brasileño desde el punto de vista antropológico,* México, 1945. Muitas informações úteis se encontram em Artur Ramos, *Introdução à Antropologia brasileira,* II, 1947, págs. 502 e ss. A bibliografia é muito rica, mas desejo chamar especial atenção para o sugestivo trabalho de Antónío Cândido, *Possíveis raízes indígenas de uma dança popular* (In Revista de Antropologia, 1956, págs. 1-24) que estuda precisamente um traço cultural indígena que ocupa a mesma área do *tchê.*

lhes era grato — a penetração dos sertões — maior foi, ainda, a permanência da *língua geral*. É certo que o P.e Vieira nunca esteve no Planalto: mas é indiscutível que estava bem informado, em 1694, quando reconhecia:

> «...as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e doméstìcamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a Portuguesa, a vão os meninos aprender à escola;...» (Vozes saudosas, 1736, págs. 161-2).

Aliás, nunca se reparou que o grande jesuíta apenas se refere a São Paulo, particularizando-o. Se a situação fôsse generalizada, não é de crer que o bem informado missionário se limitasse àquela parte do Brasil.

E depois, note-se que havia escolas onde se difundia o português, o que claramente significa não ser inteiramente desconhecida essa língua: em 1670 sabe-se da existência de dois professores — António Pereira da Costa e Diogo Mendes Rodrigues (*Vida e Morte do Bandeirante,* 88). Sucedia, porém, que, aprendendo-se primeiro a *língua geral,* ela ficava como língua do uso comum, do gasto quotidiano, enquanto o português se restringia ao uso oficial, ao uso escrito, ou ao uso em determinadas ocasiões.

Merece atenção cuidadosa este passo de Artur de Sá e Meneses, brilhante governador-geral do Rio de Janeiro, escrito em Junho de 1698:

> «Obrigado do zelo católico presente a V. M. o grande dano, que se segue para as almas dos fiéis quando os párocos que vêm providos das igrejas de Repartição do Sul não sabe (a) Língua geral dos índios, porque a maior parte daquela gente se não explica em outro idioma e principalmente o sexo feminino, e todos os seus servos, e desta falta se experimenta irreparável perda, como hoje se vê em São Paulo com o novo vigário que veio provido naquela igreja, o qual há mister quem o interprete, sendo V. M. servido mandar que quando se fizerem estes tais provimentos seja em sujeitos em quem concorrão (sic) a circunstância de saberem a língua da terra, do que resultará um grande serviço a Deus nosso senhor e os clérigos que se houverem de opor aquelas igrejas esses se deliberarão aprenderem a sobredita língua antes de fazerem a oposição...» (in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* XVIII, 1914, pág. 254).

E há mais. Em 1697, o famoso cabo de guerra Domingos Jorge Velho se exprimia, mais à vontade, na *Língua geral:* tanto assim que se fazia acompanhar de um intérprete...

Ainda em 1752, escrevia o P.e Manuel da Fonseca:

> «... e perito na língua brasílica, tão necessária naquelas partes, que tanto os naturais como os portugueses com o comércio de gentio, de que se serviam, a tinham co-naturalizado...» (*Vida do venerável Padre Belchior de Pontes,* pág. 27).

Até 1640 a massa de índios e mamelucos não chegaria a esmagar e abafar os portugueses e luso-descendentes.

Mas, justamente a partir dessa época, com as grandes expedições ao Sul, S. Paulo ficou inundado de índios. Cria-se então, uma vasta sociedade mameluca, com carácter meio bárbaro, o que ainda mais se explica pela expulsão dos jesuitas (1640), elemento educativo e moralizador.

Em 1709, António de Albuquerque recém nomeado governador foi até as Minas Gerais a ver se conseguia apaziguar os graves desentendimentos entre os reinóis e os paulistas. Pois assim nos dá conta da entrevista um mss. de 1750: «O que eles (paulistas) não quiseram de nenhuma sorte admitir mas antes pela língua da terra...»

Em 1692, em relatório oficial, o governador António Pais de Sande informava que, em S. Paulo «os filhos 1.º sabem a língua do gentio do que aprendem a materna».

A respeito da morte da *língua geral* em São Paulo, o viajante H. Florence, que por lá passou em 1828 dá-nos boa informação:

> «Em S. Paulo, há 60 anos (1768) as senhoras conversavam nessa língua, que era a da amizade e intimidade doméstica. Ouvi-a, ainda, da boca de alguns velhos».

Devemos ao arguto viajante francês Saint-Hilaire, no primeiro quartel do séc. XIX, duas informações preciosíssimas, que lançam alguma luz sobre a origem do *tch* brasileiro. Observou ele, primeiro, a pronúncia da língua portuguesa na boca dos Índios, e, depois, a dos caipiras paulistas.

Vejamos os testemunhos, no texto original:

> «...leur prononciation (dos índios que falam português) est lourde et trainante, et ils ont substitué *ts* au *ch* des Portugais; ils diront par exemple, *matso* pour *macho* (mulet, mâle) et *atso* pour *acho* (je trouve), etc.» (*Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Saint Cathérine,* Paris, 1851, pág. 275).

> «Je fus également frappé de la ressemblance de leur prononciation (dos caipiras) avec celle des Indiens véritables. Comme ceux-ci,

> ils n'ouvraient presque pas la bouche en parlant, ils élevaient peu la voix et donnaient aux mots un son guttural. La manière dont ils rendaient le *ch* portugais était tout à fait indienne. Ce n'était ni *tch* ni même *ts*, mais un son mixte mollement articulé». (idem, página 352).

Abre-se, dessa maneira, uma nova perspectiva, amplamente justificada pela área geográfica do fonema e pela sua base humana, que consiste em considerar o *tch* pronúncia inicialmente de bilingues, mantida pela falta de uma norma capaz de corrigi-la, encaminhando os falantes a um novo ideal linguístico.

Tratar-se-ia de um dos casos de aculturação linguística que ainda hoje se podem observar nos preciosos campos de experiência, que são as comunidades em mudança cultural, mudança que, como se sabe, pressupõe uma fase de bilinguismo.

É certo que nos cumpria fazer agora uma excursão pelo sistema consonântico da *língua geral*, afim de verificar a existência de fonemas que pudessem levar à reinterpretação do [š] português. Infelizmente, porém, são poucos os elementos que podemos oferecer, já pela nossa especial incompetência no assunto, já pelo facto de estarem em começo os estudos da fonética tupi.

Parece-nos, contudo, boa indicação o facto de Batista Caetano ter registado, precisamente na língua dos índios do interior e de São Paulo, o som *tsh* (sic):

> «Este *ch* em alguns lugares do interior e de São Paulo, se faz ouvir também como *tsh*» (*Apontamentos sobre o abanheênga*, I, pág. 55).

> «Por fim este som chiante do abañeênga que corresponde ao *sh* inglês ou *sch* alemão, nalguns lugares soa quase *tsh* ou ao menos como *ch* de *church*...» (idem, pág. 60).

Plínio Airosa observou que o autor anónimo do dicionário Português--tupi de 1795 escreve *x* em palavras que outros escrevem *t*. Eis o seu comentário:

> «É interessante notar como o autor substitui o *t*, comum em inúmeras palavras, por *x;* em vez de *Abati* diz *Abaxi*, e em lugar de *tinga*, usa *xinga*. No sul do Brasil, e especialmente em São Paulo, entre os caipiras é corrente o acréscimo ao *ch* ou *x* de um *t;* diz-*tcheque* por *cheque*, *tchave* por *chave*. *Talvez o som ouvido fôsse abatchi e tchinga*» (*Dicionário português-braisleiro e brasileiro--português*, São Paulo, 1934, pág. 150; os grifos são nossos).

É também um assunto digno de aprofundar-se o que se refere à transcrição, feita no século XVI, de um fonema tupi com o *c* cedilhado português [1]. Como se sabe, o *ç* cedilhado representava então a africada *tç;* ora, este se poderia ter usado, na pronúncia indígena, como uma reinterpretação do š ou tš dos Portugueses. Compare-se a actual pronúncia indígena de *chapéu*, que é *tçápé* [2].

Ao terminar esta despretensiosa comunicação, pensamos ter assentado o seguinte:

> 1) dada a sua peculiar base humana e área geográfica, bem como o facto de não aparecer em nenhuma outra região brasileira, não se pode afirmar com segurança que o *tch* caipira constitua a permanência da africada portuguesa;

> 2) dada a sua peculiar base humana e área geográfica, bem como o facto de não aparecer em nenhuma outra região brasileira, é possível que o *tch* caipira constitua o resultado e a continuação de uma pronúncia de aloglotas.

Não ignoramos que em outros pontos do domínio da língua portuguesa — arquipélago de Cabo Verde [3], Goa [4], Damão [5], Ceilão [6], indo-português do Norte [7], Macau [8], Malaca [9], e Singapura [10] — encontra-se igualmente o fonema *tchê*. Seria fácil e cómodo reunir a eles o *caipira* e considerá-los todos representantes e continuadores da antiga africada portuguesa, hoje reduzida ao emprego regional [11].

---

1 Cf. as considerações de Frederico Edelweiss, em *Tupis e Guaranis. Estudos de Etnonimia e Linguística*, Bahia, 1947, págs. 75-104.

2 Cf. a *Revista do Instituto Histórico*, 1927.

3 Cf. Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, pág. 185.

4 Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Dialecto indo-português de Goa*, pág. 4.

5 Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Dialecto indo-português de Damão*, pág. 7.

6 Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Dialecto indo-português de Ceilão*, pág. 15.

7 Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Dialecto indo-português do Norte*, pág. 11.

8 Cf. Leite de Vasconcelos, *obra cit.*, pág. 179.

9 Cf. Leite de Vasconcelos, *obra cit.*, pág. 183.

10 Cf. Leite de Vasconcelos, *obra cit.*, pág. 183.

11 Cf., para a história do *tch*, a nossa *História da Lingua Portuguesa*, págs. 144-6, 331, 345, 375, 377, 379, 564-5. O Prof. M. de Paiva Boléo (in *Dialectologia e História da Língua. Isoglossas portuguesas*, Lisboa, 1950, pág. 25). salienta que não existe *tch* na linguagem dos Açores e da Madeira, o que parece contrariar a opinião de que no século XV era geral, no continente, essa pronúncia.

Contudo, como gostava de acentuar Schuchardt[1], «toda mudança fonética repete-se infinitamente no espaço e no tempo» — o que nos leva à necessidade de buscar uma explicação particular para cada caso.

Essa explicação particular encontra-se, em última análise — repetimo-lo — na área geográfica e na sua respectiva base humana.

---

1 Cf. a Literaturblatt, 1887, col. 136.

UM CASO DE FONÉTICA DO SÉCULO XVI

HENRIQUE DA SILVA FONTES
Faculdade de Filosofia e Letras, Florianópolis
Santa Catarina — Brasil

RESUMO:

Há na cantiga de Camões «Esconjuro-te, Domingas» estudada na comunicação, base para se admitir que, no século XVI, tinha o *o* pretónico o som fechado, que ainda conserva na pronúncia brasileira.

RELATÓRIO

POR

I. S. Révah

COMMUNICATION DE THOMAS R. HART, JR.

L'essentiel de cette communication est consacré aux parlers créoles et pose d'excellentes règles méthodologiques que nous allons exposer et apprécier.

Les pionniers en la matière, Adolfo Coelho et Schuchardt, s'intéressaient surtout au «mélange des langues» que l'on aurait mieux saisi dans les parlers créoles qu'ailleurs. L'expression semble inexacte à l'auteur qui, séparant à la manière saussurienne diachronie et synchronie, rappelle que le système phonémique d'un parler à un moment donné forme un tout unique et non un «mélange». L'essentiel est de comprendre comment une structure linguistique se transforme en une nouvelle structure, plus ou moins différente de la première.

Or, dans ce que les linguistes américains appellent les «langues en contact», les distorsions que subissent les éléments empruntés sont determinés par la structure de la langue qui emprunte.

Ainsi, le grec moderne ne connaissant les occlusives B, D, G, qu'après nasales, transforme les mots anglais *bar, dancing* en [mbár], [ndánsing]. Le renseignement ainsi fourni concerne le grec moderne, non l'anglais. De même, dit Mr. T. R. Hart, quand une langue orientale ne possède que [tš] dans son système, si les mots portugais *chave, chinela,* y sont prononcés avec [tš], cela ne prouve nullement que la prononciation portugaise du groupe orthographique *ch* était [tš] à l'époque de l'emprunt.

Ici, j'ouvre une parenthèse pour indiquer qu'il faut compléter la règle énoncée par Mr. T. R. Hart. La langue de Ceylan ne possède, semble-t-il, que le [tš] et, pourtant, le parler créole de l'île nous fournit une indication tout-à-fait concluante sur le fait que la prononciation portugaise du groupe

orthographique *ch* était [tš] à l'époque de sa constitution. En effet, ce parler créole établit une différence rigoureuse entre l'ancien *ch* portugais qu'il conserve: *tchavi, tchéro, atchá, fitchá,* et le *x,* c'est-à-dire [š] qu'il fait passer à [s]: *Basso, caisão, dessá, quéssa, péci, ensofre.*

Mr. T. R. Hart montre ensuite pourquoi l'ouvrage fameux de Monseigneur Dalgado, *Influência do Vocabulário Português em Línguas Asiáticas,* ne peut satisfaire l'historien de la prononciation du portugais:

1.º la transcription des mots n'est pas «phonémique»;
2.º on ne sait pas toujours si les mots enregistrés sont réellement empruntés au portugais;
3.º on ne sait pas par quel canal (livre imprimé ou voie orale) le mot a été emprunté;
4.º on ne sait pas dans quel milieu social (cultivé ou illettré) le mot emprunté est employé.

Cette dernière remarque peut s'appliquer, *mutatis mutandis,* aux textes créoles publiés par Schuchardt et Dalgado: ils semblent parfois avoir été *aportuguesados.* D'ailleurs, entre portugais et parler créole les relations sont constantes et il faut se garder d'affirmer de manière tranchante que le parler créole d'aujourd'hui est le reflet fidèle de la langue d'il y a deux, trois ou quatre siècles.

C'est bien volontiers que je donne mon adhésion à ces prudentes règles d'emploi des sources créoles et orientales pour la reconstitution de l'ancienne prononciation portugaise. Par contre, je ne suis pas d'accord avec Mr. T. R. Hart lorsqu'il écrit: «Il est impossible, au moins dans l'état actuel de nos connaissances, de déterminer avec précision jusqu'à quel point le portugais du Brésil reflète la langue des XVIe et XVIIe siècles».

Comme je l'indiquais précédemment, l'essentiel de la communication de Mr. T. R. Hart est consacré aux parlers créoles. S'agissant des parlers des îles adjacentes et du Brésil, il n'a eu le temps que de poser deux problèmes.

Le premier est de savoir si ce portugais d'autre-mer peut être considéré comme le produit d'une variété régionale du portugais continental. En dialectologie espagnole, la théorie de l'*andalucismo de América* est bien discréditée aujourd'hui. Il me semble inutile d'en créer de similaire pour le portugais. Aussi, c'est avec raison que Mr. T. R. Hart accepte la conclusion de Mr. S. da Silva Neto: Les colonisateurs du Brésil venaient de *toutes* les régions du Portugal; ils ont constitué une *koiné* différente du portugais commun, en partie parce que la rigidité des classes sociales était moins grande au Brésil que dans la Métropole.

Mr. T. R. Hart refuse de se prononcer entre ceux qui considèrent les parlers brésiliens comme «conservateurs» et ceux qui en font des parlers «innovateurs». Il critique néanmoins avec raison la théorie de Gonçalves Viana qui faisait remonter au XVIe siècle -l'*e* «central» du portugais commun moderne. Dans son article de *Word* (vol. XI, N.º 3, 1955) Mr. T. R. Hart affirme que la prononciation du XVIe siècle était *-i:* nous exposons, dans notre communication personnelle, les raisons pour lesquelles cette seconde théorie ne nous paraît pas acceptable en ce qui concerne la *língua-padrão* du XVIe siècle.

COMMUNICATION DE MR. SERAFIM DA SILVA NETO:

Le groupe orthographique *ch* est prononcé [tš] dans des points dont l'ensemble constitue une assez vaste région du Brésil. C'est à cette question qu'est consacrée la communication de Mr. S. da Silva Neto.

La première partie en est très précieuse. Elle nous fournit le meilleur exposé historique et géographique de la question. Dès 1884, Júlio Ribeiro signalait les mi-occlusives [dž] et [tš] dans le parler *caipira* et il estimait, fort justement à mon avis, que ces archaïsmes remontaient à la langue des colons du XVIe siècle. Eduardo Carlos Pereira et Amadeu Amaral confirment les renseignements et ratifient l'explication de Júlio Ribeiro. La zone où la prononciation [tš] a été reconnue s'accroît sans cesse et j'ai l'impression qu'elle continuera à s'accroître avec le progrès des études dialectologiques au Brésil: présentement, il ressort de la communication de S. da Silva Neto que la prononciation [tš] a été signalée dans la région *paulista*, le Mato Grosso et le littoral du Paraná.

Concernant l'interprétation du [tš] *caipira*, trois opinions ont été émises au «Congresso da Língua Falada no Teatro» (Septembre 1956) de Bahia:

1.º la majorité des congressistes y voyait un archaïsme du parler *paulista;*
2.º le Prof. A. Nascentes attribuait le [tš] à l'influence espagnole;
3.º le Prof. S. da Silva Neto invoquait l'influence tupi.

Il maintient cette hypothèse dans la communication que nous examinons.

Son argumentation comporte (a) une partie historique et (b) une partie linguistique:

a) le [tš] ne se produit que dans la région caipira: or le parler populaire de cette région a été précédé par une longue phase de bilinguisme, pendant laquelle l'usage du tupi était plus fréquent que celui du portugais;

b) au XIXe siècle, le voyageur Saint-Hilaire signale que le [tš] des caipiras est identique au [ts] des Indiens de la région et le tupinologue Batista Caetano signale le [tš] dans le tupi «em alguns lugares do interior de São Paulo».

Conclusion: le [tš] caipira doit être considéré comme une prononciation appartenant initialement à des bilingues, maintenue en l'absence d'une norme capable de la corriger.

La compétence me fait défaut pour apprécier l'exposé historique de Mr. S. da Silva Neto: je ne puis me défendre, cependant, d'exprimer un léger scepticisme sur cette suprématie du tupi dans la région de S. Paulo entre 1640 et 1700. Mais il serait, à mon avis, inutile d'insister sur l'aspect historique, car les faits linguistiques parlent d'eux-mêmes.

Ils concernent trois systèmes phonétiques différents:

1.º Celui du parler caipira étudié par Amaral;
2.º Celui du tupi des XVIe-XVIIe siècles (au XVIIIe siècle le tupi entre dans une profonde décadence, ce qui fait dire, si mes souvenirs sont exacts, à Mr. Frederico Edelweiss que le meilleur connaisseur du *nheengatú* moderne serait incapable de comprendre deux lignes en tupi du XVIe siècle).
3.º Celui des parlers portugais des XVIe-XVIIe siècles.

Commençons par le parler caipira. Celui-ci se caractérise par une distinction, *conforme à l'étymologie,* entre [tš] et [š]. Bien mieux, dans les cas douteux, le parler caipira nous permet de déterminer la véritable étymologie. Le portugais moderne écrit *cochilar* avec *ch.* On a proposé deux étymologies africaines:

a) le kimbundo *koxila* «sommeiller»
b) le mot du dialecte de Benguella *okutchila* «danser».

Le parler caipira résoud la question: le mot y est prononcé avec [š]; il vient donc du kimbundo.

Cette existence d'une distinction étymologique entre [š] et [tš] dans le parler caipira rend également inacceptables les hypothèses d'influence tupi ou castillane. L'intrusion d'une langue étrangère dans le système phonétique portugais n'aurait pas permis la conservation d'une délicate distinction entre [š] et [tš].

En ce qui concerne le tupi, l'hypothèse est encore moins acceptable. Les grammaires, vocabulaires et catéchismes d'Anchieta, Leonardo do Vale,

Araujo, Figueira, Bettendorff et de leurs confrères jésuites ne laissent place à aucun doute: le [š] était un des phonèmes les plus fréquents du tupi des XVIe-XVIIe siècles. Or, nous notons que certains de ces ouvrages, l'*Arte* d'Anchieta et le *Vocabulário na Língua Brasílica,* ont été composés dans la région de S. Paulo. Il y a plus: [tš] n'était pas un des phonèmes fondamentaux du tupi ancien: je ne l'ai trouvé que dans des variantes combinatoires. La forme bisyllabique *ti-á,* nous dit Anchieta, était prononcé par certains soit *xia,* soit *chiá,* les deux formes étant monosyllabiques. Le tupi ancien aurait donc été bien en peine pour fournir un [tš] au portugais des *paulistas.*

Enfin, pour ce qui est du portugais continental, les témoignages des grammairiens, nombreux et aux nationalités les plus diverses, nous permettent de dater avec une précision assez rigoureuse l'époque où [tš] s'est confondu avec [š] dans la langue soignée de Lisbonne. La confusion est signalée pour la première fois en 1671 pour João Franco Barreto. Elle était pratiquée par les *rústicos* et devait être assez récente, car elle n'avait pas encore abouti à l'unification. C'était le moment où le système se déréglait: des [tš] étaient prononcés [š], mais, par ailleurs, des [š] étaient prononcés [tš]. Dans la langue soignée de Lisbonne, la confusion s'est produite entre la génération de L. Caetano de Lima (né en 1671, mort en 1757) et celle de Verney (né en 1713 et qui quitta le Portugal en 1736). Pendant le premier tiers du XVIIIe siècle, distinction et confusion ont coexisté dans le parler de Lisbonne, la distinction devenant de plus en plus minoritaire. Les Lisboètes nés après 1700 ne connaissaient plus que [š].

COMMUNICATION DE MR. HENRIQUE DA SILVA FONTES:

Mr. Henrique da Silva Fontes croit découvrir un jeu de mots méconnu dans la *Cantiga* de Camões, *Esconjuro-te, Domingas.* L'écho répète *Domingas* et cela voudrait dire *dou mingas, pour dou minguas,* avec le sens de «dou misérias, dou penúrias».

Ce jeu de mots me paraît inexistant pour les raisons suivantes:

1.º Si jeu de mots il y avait, l'auteur (ou l'éditeur) l'aurait indiqué en écrivant (ou imprimant) *dou mingas* la deuxième fois;

2.º le groupe orthographique *-ou-* était une véritable diphtongue au XVIe siècle;

3.º la question de la prononciation ancienne de l'*o* prétonique interne n'est pas aussi simple que ne l'imaginent certains philologues (voir notre communication personnelle).

APÊNDICE

CONFERÊNCIA:

El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa

DAMASO ALONSO

y

VALENTÍN GARCÍA YEBRA

EL GALLEGO-LEONÉS DE ANCARES Y SU INTERÉS PARA LA DIALECTOLOGÍA PORTUGUESA

DAMASO ALONSO

y

VALENTIN GARCIA YEBRA *

NOTA PRELIMINAR

1. Llamamos gallego exterior o gallego-leonés al hablado fuera de Galicia, en tierras españolas limítrofes con ella. El gallego exterior o gallego-leonés comprende una serie de hablas que son básicamente gallegas, con rasgos que, aunque a veces varían respecto al gallego considerado como normal en Galicia, están dentro del sistema lingüístico galaico, si lo miramos en una perspectiva sincrónico-diacrónica; pero junto a estos rasgos esencialmente galaicos, presentan siempre las hablas del gallego exterior unos pocos que son proprios del dialecto leonés. Una rama del gallego-leonés es el hablado en el extremo occidental de Asturias, que muchas veces, por rapidez, llamamos gallego-asturiano [1]; otra es el gallego-leonés hablado

---

* La investigación en el valle de Ancares ha sido hecha por los dos; ha redactado este artículo Dámaso Alonso.

[1] Sobre el gallego exterior, hablado en Asturias se encontrarán datos en los siguientes trabajos de D. Alonso: *Port. «sotaque»*, en *Etimologías hispánicas*, en RFE, XXVII, 1943, pags. 30-47; *Representantes no sincopados de* rotulare, en RFE, XXVII, 1943, pags. 153-180; *El saúco entre Galicia y Asturias*, en RDTP, II, 1946, pags. 3-32; *'Junio' y 'Julio' entre Galicia y Asturias*, en RDTP, I, 1945, pags. 429-454; *Enxebre*, en *Cuads. de Ests. Galls.*, II, 1946-47, pags. 523-541; *Gallego-asturiano «engalar» 'volar'*, en *Hom.. Fr. Krüger*, Mendoza, Argentina 1954, II, pags. 209-215; *Del Occidente de la Peninsula Ibérica, I. Port., «estiar», 2. Gall. ast. «bedro»*, en *Hom. Amado Alonso*, I, NRFH, VII, 1953, pags. 157-169; *Gallego «bordelo», «abordelar» (sobre el par de encuarte en el NO. de la Península)*, en RFE,

en el NO. y parte del O. de la provincia de León (en el que podemos distinguir el berciano – y separadamente las hablas del valle de Finolledo, con Burbia –, el ancarés, en el valle de Ancares, y las hablas de la parte gallega de la Cabrera Baja); otra rama es el gallego-zamorano, hablado en el extremo NO. de la provincia de Zamora.

2. En lo que sigue, algunas veces, muy pocas, empleamos la notación fonética habitual en la *Revista de Filología Española;* cuando lo hacemos, distinguimos lo así transcrito encerrándolo entre barras inclinadas. Pero en general, para las formas del gallego exterior y del leonés [1], usamos, en principio, la ortografía normal de la lengua castellana; pero cada voz va entre paréntesis cuadrados. Así cuando imprimimos [ll], queremos representar lo que en ortografía fonética sería /l̮/; cuando imprimimos [d] significamos lo que en ortografía fonética unas veces sería /d/ y otras /đ/; etc.. Empleamos, sin embargo, signos fonéticos, o, dicho de modo general, nos apartamos de la ortografía castellana, en los casos siguientes:

1) Todas las palabras que llevan acento fonético, lo llevan tambien ortográfico, pero delante de la sílaba acentuada. En el capitulillo especial que dedicamos a la acentuación en Ancares, llevan siempre dos acentos las palabras de más de dos sílabas y las bisilábicas agudas. En los demás capitulillos se ha prescindido de señalar el «acento secundario», salvo cuando era necesario para mayor claridad.

2) Señalamos frecuentemente los matices abierto [ę, ǫ] y cerrado [ẹ, ọ] de las vocales [e] y [o], especialmente cuando van acentuadas; [ä] designa un matiz más o menos palatalizado hacia [ę], pero sin llegar a ella.

3) Los signos [i̯] y [u̯] designan tanto las semivocales como las semiconsonantes, o sea lo mismo /i̯/ que /j/ y /u̯/ que /w/.

4) Señalamos con tilde la nasalización; cuando una sola tilde abarca dos vocales indica que se trata de un diptongo nasalizado: ['a͠o], etc.

5) Lo mismo que en la ortografía habitual gallega, [x] designa el sonido prepalatal fricativo y sordo, es decir /š/.

6) Con [h] señalamos una fricación que recuerda el sonido castellano de [j], es decir /x/, fricación que en Ancares suele pronunciarse en lugar de [-g-] ante [a, o] y [u] (véase § 16). Pero téngase en cuenta que aparece tambien [h] en el signo compuesto [ch] de la ortografía castellana, para representar la africada prepalatal sorda que la ortografía fonética transcribe por /ĉ/ o por /ŝ/.

7) No se emplea nunca [v] por no existir en ancarés la consonante labiodental sonora.

3. La finalidad del presente artículo no es la descripción rigurosa de todos los fenómenos fonéticos del ancarés, sino la de llamar la atención de los lingüistas sobre algunos rasgos muy notables de esta habla: a saber, acentuación, nasalización y palatalización condicionada de *á*. De los muchos otros que la ligan con el sistema lingüístico galaico, y de los pocos que tiene en común con el leonés, hacemos sólo una enumeración muy rápida.

Para estos fines, la ortografía castellana, con la adición de algunos signos fonéticos, es suficiente. No creemos, por ejemplo, necesario señalar con signo especial la /ƀ/ y la /đ/ fricativas, pues parecen ocurrir más o menos como en castellano. Es evidente que hay en ancarés algún matiz especial de [l], pero no se trata sino de variaciones de un fonema fundamental, y no tenían interés para nuestro objeto. Etc.

VIAJE A LOS VALLES DE ANCARES Y DE LA FORNELA

4. Dos veces, en el verano de 1954 y en el de 1957, hemos visitado Ancares.

En el año de 1954 hicimos un viaje de exploración lingüística por los valles de Ancares y de la Fornela. Partimos a caballo de Vega de Espina-

---

XXXIV, 1954, pags. 238-248; *Gall-ast. «ozca», 'paso entre peñas'* en *Der Vergleich,* «Hamburger Romanistische Studien», 1955, pags. 199-204. El vocabulario de Acevedo y Fernández (cuyo poco preciso título *Vocabulario del bable de Occidente* ha inducido y sigue induciendo a error a tantos lingüistas) representa bien el léxico gallego-asturiano. Véase además: Rodríguez Castellano, *La palatalización de la* 1 *inicial en zona de habla gallega,* en el «Boletín del Inst. de Ests. Asturianos» num. 14, 1948, y Manuel Menéndez García, *Algunos límites dialectales en el occid. de Asturias.* «Bol. del Inst. de Ests. Asts.», núm, 14, 1951; del mismo, *Cruce de dialectos en el habla de Sisterna* (*Asturias*), RDTP, IV, 1950.

[1] Siempre que en este trabajo se habla de leonés queremos designar solamente el occidental. Claro está que las palabras de lenguas literarias (español, portugués, gallego ...) van en la ortografía oficial o habitual en esas lenguas. En el caso del gallego se trata de un expediente necesario: los diccionarios, formados muchas veces por personas de nula preparación, acumulan formas tomadas de cualquier parte y de cualquer modo — se trata unicamente de dar una sensación de riqueza —, y nunca se preocupan de señalar de qué localidad proceden, o de anotar peculiaridades fonéticas. Hay algunos excelentes trabajos sobre léxico, como los de Aníbal Otero y existen los rigurosos estudios de Krüger, Schneider, Schroeder, Ebeling y Zamora Vicente, pero harían falta muchos estudios lingüísticos por regiones naturales. No sabemos apenas nada de lo que es la verdadera imagen de la rica variedad fonética en el gallego hablado en Galicia. Es lamentable el contraste entre la escasez de estudios lingüísticos gallegos hechos con criterio científico, y el enorme y fructífero esfuerzo de los especialistas catalanes.

reda (a unos 20 kms. por carretera, al norte de Ponferrada); subimos al valle de Ancares, donde permanecimos un día; pasamos por el puerto del Cuadro al valle de la Fornela, al que dedicamos otro día; y luego, por Fabero, volvimos, siempre a caballo, a Vega de Espinareda.

La Fornela (a pesar de su nombre) es una zona básicamente leonesa, en la cual existen lo mismo la diptongación normal que el caso especial de diptongación ante yod: en la Fornela se dice ['bu̯ei̯s], ['su̯öna] [1], ['tru̯öna], [cu'lu̯öbra], ['ti̯eŋ] ['pia] 'pie' [2], ['xi̯enro], ['i̯a 'bu̯ön] 'es bueno'; ['ru̯oca], ['gu̯obos]; ['pi̯echa a 'pu̯örta] 'cierra la puerta', ['fu̯olla], ['nu̯ei̯te], ['gu̯ello] 'ojo' ['gu̯ei̯] 'hoy', [Cen'tu̯eira] y [Fon'tu̯ei̯ra] (formas alternantes correspondientes con lo que en castellano es el topónimo *Hontoria*); ['lliŋ], [llaŋ'coŋ], [llou̯'sau̯], ['gallo], ['pollo]. Todas estas formas existen en leonés y están en contradicción con el gallego. Pero el habla de Fornela, como muchas otras hablas leonesas fronterizas de las gallegas, pierde la *-n-*, aunque no de un modo general, pues esa pérdida no se verifica ante [a]. De modo que se dice ['bi̯ei̯s] 'vienes', [xa'tíus] 'terneritos', pero [xa'tiŋas] (nótese el matiz velar de la [n]), [ben'taŋa], etc. Simplifica (en lugar de palatalizar) la *-nn-*: [en'gu̯ano] 'hogaño', etc. Se trata, pues, de una lengua típicamente leonesa, con algunos rasgos de gallego.

5. Pero el valle visitado antes, el de Ancares, al occidente de la Fornela, es de lengua gallega con alguna pequeña mezcla de leonesismo. En esto no se diferencia nada de las demás hablas del gallego exterior: de todas ellas — variando ligeramente en cada caso las proporciones de la mezcla — se podría dar la misma fórmula esencial. Habíamos subido a Ancares, movidos en parte por la querencia sentimental de uno de nosotros, de visitar la tierra de donde sus antepasados habían salido, a fines del siglo XVIII. Y eso — una habla gallega con algunos elementos de leonés, una habla parecida a tantas otras del gallego exterior — era lo que esperábamos hallar. Cuando he aquí que apenas entrados en el valle, empezamos a encontrar fenómenos de un interés apasionante para los aficionados a la dialectología; rasgos de una originalidad tan grande que podemos afirmar que el ancarés es el habla más interesante que conocemos entre todas las del gallego hablado fuera de Galicia.

Tres años después volvimos a Ancares para aumentar, comprobar y corregir los datos del viaje primero.

---

1 Estos diptongos ofrecen oscilaciones entre varios hablantes (y aun en el habla de un mismo hablante) que van de ['su̯ona] a ['su̯ena], pasando por ['su̯öna] como se refleja en los ejemplos que damos en el texto.

2 Con acento en la *i* y lo mismo ['diez] 'díez'.

6. En el extremo NO. de la provincia de León, al E., por tanto, de la de Lugo, y al S. de la de Oviedo (Asturias), tres ríos que bajan de la divisoria con Asturias forman tres valles: al O., el río Burbia, con el valle donde está el pueblo de ese mismo nombre; en el centro, el río y valle de Ancares; y al E., el río Cúa, que es el que arranca más al N. de los tres, y que en dos amplios arcos [2] que describe hacia el E. (y suavemente hacia el S.) en la primera parte de ese curso, forma el valle de la Fornela. Fornela es forma gallega; la leonesa correspondiente es Forniella, y en efecto, en el siglo XVIII [3], este valle — que, como hemos dicho, habla aún hoy un leonés con ligeros galleguismos, — se llamaba de la Forniella (y [Furni̯ella] dice aún algún viejo). Los otros dos valles, el de Burbia (prolongado con el de Finolledo) y el de Ancares, son de lengua gallego-leonesa.

El de Burbia (que no tiene independencia administrativa: forma parte de la demarcación del valle de Finolledo) no lo hemos visitado, y los pocos datos linguísticos que de él tenemos, los obtuvimos de una mujer nacida en Burbia y que vive en Ancares, y además en un interrogatorio hecho en Valle de Finolledo [4].

---

1 Veanse las hojas 100 (Degaña) y 126 (Vega de Espinareda) de los mapas en escala 1/50.000 del Instituto Geográfico, pero téngase presente que la titulación contiene errores: los cartógrafos algunas veces traducen los nombres o los transcriben mal.

2 Habría que tomar la imagen de «la curva de ballesta», usada por Machado para el Duero «en torno a Soria». Aquí en la Fornela, en el centro de cada uno de los arcos están situados al O. Guímara y al E. Peranzanes (capital del valle); y en el centro mismo de la verga, está Chano. Nuestros datos linguísticos proceden de Peranzanes. Nos aseguraron que en Guímara se dice *gálo, pólo, poliŋa,* y *lobo, lume;* no tuvimos tiempo y oportunidad para comprobarlo. La situación de Guímara (primera aldea al bajar del Cuadro, viniendo de Ancares) lo hace verosímil.

3 Según documentos que vimos en el ayuntamiento de Peranzanes.

4 Recordaremos siempre el interrogatorio que hicimos en Valle de Finolledo, en 1954. El pueblo estaba en fiestas. Detrás de la mesa que nos facilitaron se congregó todo el mundo. El interrogatorio se hacía con luz de acetileno (por avería de la eléctrica). Cuando el sujeto preguntado daba una forma que no era la habitual, todos contradecían, con admirable seriedad e interés. Había allí sujetos de San Pedro de Olleros y de Burbia que iban dando las variantes de sus respectivos pueblos. El habla de Valle de Finolledo es un gallego que tiene algunos de los rasgos leoneses de Ancares ([i̯a] 'y'; pero 'es', ['ȩ]), y que ha admitido muchos castellanismos. San Pedro de Olleros y Burbia estan en general más libres de estos influjos, y tienen aún más rasgos gallegos (Valle [moliŋ], [mu'lin], [mu'lius], [pu'lia] 'pollita'; S. Pedro [mu'in], [mu'yin], [mu'ius], [pu'lina]. Algunos fenómenos de Valle: art.º masc.: [al] 'el'; desplazamiento del acento en el posesivo fem.:

7. El río Ancares nace cerca de la sierra de su nombre y recibe en seguida un corto afluente que viene de las estribaciones del pico de Miravalle (1.969 metros). En su recorrido, va pasando por los pueblos de Tejedo [Tei'xeu̯], Pereda, Candín y Sorbeira [Sur'bei̯ra]. Los lugares de Suertes ['Sọrtes] y Espinareda [Espiñei̯'reda] están sobre otro afluente que por el E. va a desembocar en el río de Ancares, un poco al sur de Candín. Otros dos pueblos, llamados Villasumil [Billasu'mile] y Lumeras [Lu'mei̯ras] quedan algo más al E. Al llegar al monte llamado [A Ma'tõa] puede considerarse terminado el valle de Ancares. El río se encajona ahora en una profunda hoz, en cuya ribera O. está Villarbón [Bi'lar'bon] que aún pertenece a Ancares, y cuando sale de ella es ya para penetrar en el término del valle de Finolledo y por último irse a unir al Cúa. En Pereda [unos 1000 metros sobre el nivel del mar) y en Candín, ligeramente más bajo, los inviernos son fríos y caen grandes nevadas, que a veces duran muchas semanas. En otros pueblos del valle las condiciones deben de ser semejantes o aún más duras [1].

Por el E. separan al valle de Ancares del de la Fornela los montes siguientes [2], enumerados de N. a S.: [El 'Cu̯adro], [A 'Braña de 'Guimara] o ['Himara] [Bo'teque], [A Porte'lĩa], [A 'Braña de Billasu'mile], [el Alto de Fe'rrei̯ra], [Mou'riŋ], [Pa'droŋ], [As Ga'lladas], y [el Alto da 'Cruz]. Por el Alto de la Cruz es la salida hacia el S., hacia Vega de Espinareda. Desde aquí, por el O., y procediendo ahora de S. a N., van señalando el límite con el valle de Burbia (término del valle de Finolledo) las seguientes alturas: [El Carba'llal], ['Campo del 'Oso], [A 'Chã 'Grande], [Miran'dẹlo], ['Pẹna de Mira'lẹọ], ['Alto de Lloran'tiŋ] [3], [Palei̯'roŋ], [Campa'nario], [Alto de Cu'iña], [Alto del 'Pu̯erto de An'cares] (por el que se pasa a [Ba'lou̯ta] y [Su'arbol]). La barrera N. del valle, la forman los montes de [Mira'balles], [Corre'doi̯ra] y en fin [El 'Cu̯adro].

['mi̯e ir'ma]; ['mi̯es ir'mas]. En Valle hay completa desnasalización; veanse pormenores en § 36.

1 Hay a veces nevadas de un metro: [«Cu̯ando 'ai̯ 'muta 'nẹbe 'ai̯ que fa'ce-l-a 'ọlga pra 'ir da 'casa al pa'llẹiro, ou pra 'ir d'uŋ 'lu'här a 'ọu̯tro»]. La ['ọlga] es la senda hecha para pasar por la nieve. En ast. occidental significa lo mismo [buelga] (Bezanes, Cangas de Onís, Somiedo, segun A. de Llano) y [güelga] en Lena (según Neira Martinez). Deben pertenecer a REW 6050. Para el paso semántico comp. las dos acepciones del port. *olga*, segun Figueiredo.

2 Para esta enumeración de montes nos hemos valido de la información que obtuvimos en Ancares del Sr. Abella y de un primo suyo cazador. Hay algunas discrepancias con los mapas del Instituto Geográfico. La enumeración que nos hicieron no dejará de tener algun matiz afectivo: representa cómo aprecia sus límites con el mundo exterior un habitante de Pereda de Ancares.

3 Topónimo de forma inexplicable si atendemos a la fonética de Ancares.

La principal ocupación es la ganadera. De los cereales, el mismo cultivo del centeno es deficitario: todos los años hay que importar. Existen algunas huertas y se empiezan a cultivar algo más los frutales. No se rozan y queman los montes para cultivarlos durante algunos años, como en otras zonas del NO. [1] por ser los que rodean a Ancares de terreno muy pobre. Los más carecen de árboles, y estan sólo cubiertos de urces ['uces] y matorral de roble. En las quebradas y en las partes bajas se ven [u'mei̯ros] 'omeros', robles, chopos, fresnos, algún [capu'drei̯ro]. En algunas laderas altas se ven abedules y queda todavía algún robledal. Son maravillosos los castaños: no hemos visto en ninguna parte tantos ejemplares de tal porte y con tan gran diámetro; conservan una extraña vitalidad y fuerza de crecimiento, aunque son viejísimos. Desgraciadamente el alto precio de la madera los va haciendo caer bajo el hacha, con escasa reposición.

Los datos que siguen son todos de Candín, donde está el Ayuntamiento, y de Pereda (que tiene parroquia) [2]. Los hemos obtenido, ya en interrogatorios de un solo sujeto, ya en corro con muchos, o en preguntas sueltas por los caminos, en las entradas de las casas, etc. Casi todos nuestros sujetos (más de una treintena) han sido mujeres entre los cuarenta y los ochenta años. Los hombres se han mostrado, en general, poco propicios a favorecer nuestras indagaciones. Las generaciones jóvenes, por su parte, fingen

---

1 Por ej., en los Oscos. Véase F. Krüger, *Cosas y palabras del Noroeste ibérico 1. Un sistema de cultivo arcaico: la quema del monte*, NRFH, IV, 1950, pags. 231-246 y D. Alonso, *Del Occidente de la Península Ibérica, 2. Gall.-ast. «bedro» 'estivada'*, en NRFH, VII, 1953, pags. 164-169. En Ancares cavan y queman a veces los prados y los montes para favorecer el nacimiento de nueva vegetación, pero no para labrar el monte; [«Al'guas 'beces 'cabase 'prao ia 'fainse nto'ladas ia 'quei̯manse. Dei'xämos un ha'chei̯ro (un bentão) pra me'te-l-as 'uces pra qui̯ 'ardan»]. La informante explica así la técnica de las *entoladas;* véanse nombres semejantes, *tola, entola,* en Krüger, *art. cit.*, pag. 239 (pero me convence poco la etimología, *tolo* 'loco', que propone). Añadiré a los nombres que da Krüger la voz *caminero* que en Villanueva de Valdueza, cerca de Ponferrada — es zona muy castellanizada — dan a las *entoládas*. Kruger menciona *caminheiras* que se usa en algunas regiones de Portugal, y piensa que se llaman así «por la disposición de los montículos en hilera» (pags. 238-239). En Villanueva al hacer estos montones se le llama *encaminár*. Si se tiene en cuenta que estos montones tienen que estar hechos con un tiro (como chimenea), para que ardan bien, resulta evidente que la etimología es c a m ī n u s 'horno, hogar', más evidente aún si se compara con otros nombres de lo mismo, que proceden todos de f ŭ r n u s. Por lo que toca al nombre ['bẹdro] 'estivada', de los Oscos, es interesante mencionar que en Ancares llaman ['nọba] (sustantivo) a la vegetación que sale en el monte despues de una quema: [Ai̯ 'que 'nọba quei'mẹron]!

2 Hay parroquia también en Lumeras y en Espinareda, y escuela en Villarbón y en Lumeras (ésta ultima por generosidad particular).

desconocer el dialecto... que, con asombro nuestro, usan a renglón seguido para hablar con sus familiares y vecinos. Cierto que su habla está perturbarda por abundancia de castellanismos y desnutrida por la pérdida de sabrosos rasgos vernáculos.

Damos las gracias al Señor Maestro jubilado de Pereda, Don Manuel Abella, por la ayuda que nos prestó en nuestro segundo viaje.

RASGOS GALLEGOS DEL ANCARÉS

8. Los rasgos gallegos son, sin duda posible, los predominantes en el ancarés. Algunos – como los de nasalización – están en un grado de enorme arcaísmo, de un retraso verdaderamente medieval, con relación al gallego hablado en Galicia. Pero otros coinciden completamente o casi completamente con el gallego, o con formas dialectales de esa lengua que se encuentran también dentro de Galicia. Pero unos y otros pertenecen al gran sistema que forma la evolución fonética, a través de los siglos, de la lengua gallega.

9. VOCALES ACENTUADAS

No existe diptongación de ['ę] y ['ǫ]:

['nęto], [es'tęla] 'astilla', [sęte'cęntos], [cu'quęlo] 'cuclillo', ['dęnte], ['fęrro], ['quęn], ['fęl], ['męl], ['meu] 'miedo'; ['sǫhra, 'sǫhro] 'suegra,-o'; [gra'ñǫla] 'vilorta para atar las mieses', [a'bǫla, a'bǫlo], ['mǫla], ['chǫcra] 'clueca', ['nǫbo, 'nǫba], ['ǫso] 'hueso', ['cǫrbo] 'cuervo', ['rǫca] 'rueca', ['rǫda], ['cǫba] 'cueva'.

Como se ve, el matiz de la ['ę] y la ['ǫ] del latín vulgar (lat. clás. ĕ y ŏ) se conserva, en principio, muy bien.

No hay correspondencia en ['cǫlmo] 'paja de techar', del latín c ŭ l m u, pero esta dificultad no es peculiar del ancarés, comp. Krüger, *Sanabria*, pág. 66, n. 2.

El timbre abierto etimológico puede alterarse por la proximidad de otros sonidos, p. ej., en ['fõnte] y ['põnte], donde la nasalización de la vocal la oscurece, y en ['bọi̯s] 'bueyes', por el diptongo con [i̯]. En ['cọxo] < c ŏ x u ha de pensarse tambien en influjo de /i̯/ durante el proceso de lat. x > i̯s > /i̯š/ > /š/.

No tienen matiz abierto, y en comparación con las abiertas pueden considerarse como relativamente cerradas, las vocales procedentes de 'ẹ y 'ọ del latín vulgar (lat. clás. ĭ, ē y ŭ, ō respectivamente).

['cọrte] 'cuadra' < c ō r t e, ['pọltro] 'potro' < p ŭ l l ĭ t r u, ['lọro] 'correa del carro' < l ō r u, ['ọla] 'olla' < ō l l a ; [o'bẹlla] < o v ĭ c ŭ l a, [cor'tẹllo] c o r t ĭ c ŭ l u[1], [a'bella] < apĭcula' ['cẹras] 'panales' < c ē r a s.

La distinción, pues, entre las vocales *e* y *o* abiertas y cerradas del latín vulgar subsiste en el ancarés, si bien llaman más la atención por su evidencia, las abiertas que las cerradas. Se podría decir que las abiertas del ancarés son mucho más abiertas que las vocales acentuadas en el castellano *verde* y *flor*, mientras que las cerradas no son mucho más cerradas que las vocales acentuadas de las voces españolas *queso* y *cosa*.

La no diptongación, junto con la conservación de los matices abiertos de *é* y *ó* es uno de los rasgos decisivos para la delimitación del dominio gallego-portugués.

10. NO EXISTENCIA DE DIPTONGACIÓN CONDICIONADA

Frente a las formas leonesas de la Fornela, el ancarés no diptonga ante yod: ['ǫllo], ['fǫlla], ['nǫite], ['cǫllo] 'cojo', ['bęllo] 'viejo', ['pecho] 'cerradura' < p ĕ s c ŭ l u. La no diptongación ante yod es otra de las características fundamentales para diferenciar las hablas gallegas con relación a las leonesas.

11. VOCALES NO ACENTUADAS

La vocal final *-o* es cerrada, pero sin llegar en absoluto a las proximidades de [u], salvo en el caso de formar diptongo al ponerse en contacto con una vocal anterior. Cuando esto ocurre, unas veces hemos transcrito [ọ] y otras [u], según la impresión del momento (['hãọ] o ['hãu], 'ganado', ['męu] 'miedo', [ra'bjaọ, 'praọs] o [praus], etc.).

La *o-* inicial se cierra y tiende a penetrar en los límites de [u], pero no de modo tan decidido como en otras zonas gallego-leonesas. Tengase en cuenta, sin embargo [chuculãte] (§ 39) donde la inflexión de la tónica, prueba el matiz [u] de la anterior. En general, hemos transcrito [ọ'vẹllas] y [ọs, 'carrọs].

12. VOCALES EN CONTACTO

Por pérdida de una *-l-*, ['cuẹstros] < c ŏ l ŏ s t r ə[2] y ['cuẹbra] <*c ŏ l ọ b r a muestran un mismo resultado; también llegan a resultados concordantes

---

1 Estan comprobados *cohorticula* y *curticla* (Walde-Hofmann).

2 Neutro y femenino en latín.

entre si los derivados de calescĕre y *adcalĕndāre: las dos vocales en contacto dan [a] en las formas débiles ([ca'cer] y [acan'dar]) y [ę] en las formas fuertes (['quęza] y ['quęnda])[1]. Manŭcŭlu> ['mǫllo][2]; pēdŭcŭlu> ['pǫllo] y medŭlla> [mi'ǫlo][3] están al parecer en discordancia entre si mientras que en los Oscos tenemos un mismo resultado ['pǫllo] y ['mǫlo] y en gallego asimismo [pi'ollo] y [mi'olo].

13. ALGUNOS DIPTONGOS

A veces encontramos en Ancares [au] cuando se esperaría el grado [ou]: [au'ir] 'oir', [au'iu] 'oído' (es fenómeno que aparece en otras zonas del gallego exterior, por ejemplo, en los Oscos). Otras veces hay [ou]: [ou'lăr] 'aullar'.

Conocido es el fenomeno portugués y gallego de sustitución de [oi] en vez de [ou]. Se encuentra con cierta frecuencia en ancarés: [a 'foịce] 'hoz' <falce, [el 'foịzo] 'especie de hoz para el monte', ['coịce] 'patada' <calce; [coịci'llǫịs] 'especie de chumacera en el carro' (comp. Krüger, *Sanabria*, págs. 207, 208). Pero ['outro] <altĕru. Véase «Nasalización» (§ 29).

14. CONSONANTES Y GRUPOS INICIALES

Frente a la *ll-* leonesa de la Fornela, el ancarés tiene siempre *l-*: ['leldo] 'leudo', ['leịte], ['lume], ['lĩa], ['lǫho] 'luego'. La *j-* y la *g-* latinas dan la prepalatal fricativa sorda que representamos por [x] (es fenómeno común al leonés). Ancar. [xun'cir], ['xunto], ['xa] 'ya', [xi'neiro] 'Enero' <Ienuariu, ['xea] 'hiela', [xe'ada] 'helada', ['xęnro] 'yerno', [xi'esta] 'hiniesta' <gĕnĕsta. La *f-* se conserva ['fillǫ], [fa'cer], etc.) salvo algún caso de mutación por equivalencia acústica: [cin'căr] 'hincar', 'calcar' < *figịcăre.

---

[1] En las expresiones [pra que 'quęza] 'para que se caliente' y [bay por 'quęnda] 'va por turno (el riego)'; és pues ['quęza] forma fuerte verbal, mientras ['quęnda] es el resultado en singular románico, del sust. calendae. La derivación de calendae es absolutamente segura. En gall. ast. se encuentra [ca'lęnda] 'turno en el riego, o en guardar la [bi'cẹịra], y en la Fornela [ca'liẹnda]; en el Valle de Finolledo [ca'lęnda]; en el mismo valle, en San Pedro, ['quęnda]; todos, 'turno en el riego'. El cambio semántico de 'tiempo' a 'turno' es evidente.

[2] Comp. Ernout-Meillet, s.v. manipulus.

[3] Femenino en lat., algunas formas románicas exigen masculino. Choca en ['miǫlo] la [ǫ]; la confusión con -ǫlu no parece posible en esta zona donde ese sufijo dió [-'ǫ] (§ 15).

15. CONSONANTES INTERVOCÁLICAS: [-l-]

Sobre la pérdida de la *-n-*, hablamos largamente en el capitulillo. dedicado a «Nasalización» (§§ 29-36). La pérdida de *-n-* es característicamente gallego-portuguesa; pero es uno de los rasgos que rebasan muchas veces, un poco, los límites alcanzados por los fenómenos gallegos descritos en §§ 9-10. Es decir que penetra algo en territorios que básicamente hemos de considerar como del leonés; así, por ejemplo, en la Fornela. Ya hemos dicho cómo en este último valle hay una pérdida de *-n-*, pero que no se produce ante [a] (§ 4).

En el gallego exterior, donde la caída de *-n-* es general, la de la *-l-* lo es mucho menos. A veces en una misma región, dos pueblos contiguos tienen uso diferente. En Santa Eulalia de Oscos casi siempre se pierde la *-l-*, mientras que en San Martin de Oscos se conserva en muchos casos. En el gallego-asturiano se puede decir que la *-l-* se pierde menos según se aleja uno de la frontera política gallega; también en el gallego del Bierzo hay muchas diferencias. En el leonés (así en la Fornela) *-l-* se conserva. En el ancarés son, sin comparación posible, muchos más los casos de pérdida que los de conservación.

[a'draes] 'adrales', ['quęnda] <calenda, ['aịlhas] 'águilas', [fi'ăr] 'hilar', ['cu] 'culo', [tei'rŏa] 'telera' (comp. § 34), [sa'ir], [bi'orta] 'vilorta', [ne'ais] 'nidales', [no'hais] 'nogales', ['pao] 'palo', [cu'estros] 'calostros', [mo'er], ['muẹr] y [mu'ier] 'moler', [do'er] 'doler' [ama'llǫs] 'cordones de cuero para los zapatos' <mallĕŏlos, REW 5267, [cou'zǫ] 'orzuelo' <-ŏlu.

Frente a éstos hay aún bastantes casos de conservación:

[de'lor] 'dolor' (que es frecuente tambien en Galicia), [pa'lǫmba], ['mǫla], [a'bǫlo], [a'bǫla], [casta'ñǫla], [gara'ñǫla].

En algunos casos parece señalarse una norma en la diferencia: se diría que en el diminutivo femenino (y en general en la combinación -ola, la *-l-* se conserva, mientras que en el diminutivo masculino [ama'llǫs], [cou'zǫ] se pierde. En este caso la excepción [a'bǫlo] sería por analogia con [a'bǫla].

En el verbo, el tratamiento de *-l-* en los pronombres de tercera persona (cuya *-ll-* se degeminó tempranamente) parece corresponderse con el del artículo (cuyo masculino es *el*, mientras que el femenino es *a*; plural *os*, *as*.

[ma'teịl] 'le maté', [ma'tea] y [ma'teịa] 'la maté', [bo'teịa] 'la eché' [bo'teịos], [bo'teas], [bo'teịas], ['matal!] '!mátale!', ['mataoa!] o ['mataoa!] '!mátala!' ['mataos!] ['mataoas!] ['douchel] 'te lo doy', ['douchea].

Nótense los elementos de enlace y diferenciación entre *e* y *a*, *a* y *a* (el primero, [i], aprovechado de la desinencia verbal; el segundo, [o], probable recuerdo de la vocalización de *-l-*).

16. LA «GEADA» ANCARESA

La *-g-* latina ante *e*, *i*, da [x], lo mismo que cuando es inicial: [in'xibas] 'encías' <gĭngīvas[1], ['lonxe] 'lejos' <lŏnge (la -j- latina da el mismo resultado: [me'xar] 'mear' < mejāre).

Lo curioso es el tratamiento de la *g* (lo mismo en interior de palabra que inicial[2]) cuando va delante de *a*, *o*, *u*, o *r*. Entonces toma un sonido que parece tender hacia *j* castellana, pero que no llega nunca a tener exactamente esa articulación: es menos profundo y hay que definirlo, provisionalmente, como una aspiración velar. Representamos este sonido por [h]. Frecuentemente los sujetos pronuncian algo que parece comenzar como [g] y termina como [h]. Un mismo sujeto pronuncia una palabra unas veces con [h] otras con [g] y otras con una cosa intermedia. Lo más descriptivo sería representarlo con doble notación ([g] y [h]). Lamentamos que atentos a otros particulares, no hayamos hecho un estudio más detenido de este sonido. Ejemplos: [har'duña], [hão] 'ganado', ['hrande], [han'seịra] 'bastidor rectangular provisto de varas paralelas que se cuelga en la cocina y sirve para secar prendas', [ha'lleịro] 'palo con ramas laterales que sirven para poner hogazas; se cuelga en posición vertical en la cocina; lleva encima una losa horizontal para que no puedan pasar los ratones', ['hụarda], [enci'lhär] 'azuzar', ['fiho] 'higo', ['pẹha] 'pega, urraca', ['aịhas] 'águilas', [ahos'tāronse] 'se agostaron', [pon'tiho], 'pontigo', ['ahụa], [an'tiho] 'antiguo', ['sọhra], [re'har], [es'piha].

Claro está que no se trata sino de una manifestación más del fenómeno de la «geada» característico de buena parte del gallego.

Lo que es extraordinario es su presencia en este extremo rincón de ese dominio, pues no lo habíamos encontrado nunca fuera de Galicia. Curiosamente, en Ancares, lo mismo que en Galicia, las personas más cultas refrenan esta pronunciación.

---

[1] Choca la pérdida de la [g-], pérdida común en el gallego exterior y frecuente en el interior. Se esperaría [xin'xibas] (que existe en gallego). Es probablemente un caso de separación producida por el artículo: [as-xin'xibas>as-in'xibas].

[2] Decimos «inicial de palabra». Pero no hemos podido observar el comportamiento en la frase.

17. GRUPO kt.

Precedido de [a], [e], ([ẹ] o [ę] del lat. vulg.) u [o], no ofrece diferencia con el gallego normal: ['feịto] 'hecho', [freị'täda] 'corrimiento de tierras por las lluvias' <fracta + ata, ['teịto] <tēctu, [di'reịto] >dirēctu, [es'treịta] <strĭcta, [pro'veịto] <profĕctu, ['peịto]>pĕctus, ['noite] <nŏcte, ['ã'õite] (§ 31).

Vamos a considerar ahora conjuntamente los grupos *-kt-* y *-lt-* cuando van precedidos de *u*, porque los resultados en ancarés no muestran diferencia. La vocal en ancarés es siempre *u*, lo cual quiere decir que cuando en latín era breve ha sido influída por la *ị* resultante de la vocalización de la *k* o la *l*, primer elemento del grupo; esa *ị* unas veces se embebe, y otras aparece postpuesta, con valor de yod, a la *t* (pero téngase en cuenta § 28): ['truțịa] <trŭcta, [arru'tịär] <ērŭctāre, [en'xuto] <exsŭctu, [escu'tịär] <auscŭltare, [cu'tẹlo] <cŭltĕllu, ['mụto] <mŭltu.

Fenómenos parecidos se encuentran en el dominio gallego-portugués. En Galicia misma, en zonas de la provincia de Lugo cercanas a Fonsagrada, y en alguna de Orense (Viana[1]), se hallan varios de estos resultados, lo mismo el tipo ['trutia] que el tipo [cu'telo] y ['muto]. Tambien se hallan resultados parecidos en hablas leonesas.

En los cultismos, como es conocido en el gallego, el primer elemento del grupo *kt* se vocaliza en ancarés en *u*: [per'feuto], [ou'tubre].

18. GRUPO -ks-.

Da, como en gallego, [x] precedida o no por semivocal [i]: [dei'xàr] <laxāre, [Teị'xẹu], topónimo <taxu + ētu, ['eịxe] <axe, ['dixe] <dīxī, ['cọxo] <cŏxŭ[2]. Es fenómeno común con el leonés.

El grupo *-ps-* da resultados semejantes: ['caxa] <capsa, [queị'xäda] <capsa + āta.

19. GRUPO -kl-.

Da siempre [ll], como en gallego (y resultados parecidos — a veces con [y] deslateralizada — en las hablas leonesas).

Ancar. [bẹllo] 'viejo' <vĕclu, [a'bẹlla], [o'bẹlla], ['ọllo].

La voz [pa'rexa] es adaptación del cast. [pareja] <*parĭcŭla (REW, 6240).

---

[1] Vease M. García Paz, *IV Melodía*, Orense 1935, pag. 49, n. 1.

[2] Para el adj. cŏxus, -a, -um 'claudus', comp. Ernout-Meillet.

20. GRUPO -mn-.

Da siempre [m], como en gallego (pero es fenómeno que tiene también el leonés).

Ancar. ['ǫme], ['nǫme], [alu'mär] 'alumbrar', ['fęma] 'hembra'.

21. GRUPOS -ll- Y -nn-

La *-ll-* se simplifica en ancarés, como en gallego. Frente a los ejemplos con palatal *-ll-* del leonés de la Fornela (['gallo], [ca'llar], [du'bie̯llo] 'ovillo', ['pollọ]), en Ancares tenemos ['pọlo], ['galo], [cu'tęlo], [nu'bęlo], etc.

También se simplifica en ancarés la *-nn-*: ['ano], ['pano], etc.; y en esto, la Fornela va con Ancares: leonés de la Fornela [en'guanọ] 'hogaño', ['anọ] 'año'.

22. CONSONANTES + YOD.

Los resultados son como los gallegos:

caso [li̯]: ['fillo], [bi'dälla] 'sien' <v ī t a l i a (REW, 9386), [be'rilla] 'ingle' <v ĭ r i l i a, ['cęlla] 'pestaña' <c ĭ l i a, [a'llẽọ] <a l i e n u, [co'ller] <c o l l ĭ g ĕ r e; en el caso [ri] se produce la metátesis: ['cọi̯ro] <c ŏ r i u, [can'tei̯ro] 'colmillo', [tisoi̯ras] <t ō (n) s ō r i a s, etc.

Este fenómeno se encuentra también en hablas leonesas.

23. RASGOS DE MORFOLOGÍA

El pronombre 'yo' es *eu*, como en gallego (frente al *you* de la Fornela), pero 'ellos' es *élos*, frente al gallego *eles* (y el *ellos* de la Fornela); el artículo es *el* masculino, *a* femenino en el singular, y en el plural, *os* (a veces se oye *us*), *as*. El artículo coincide con el de la Fornela. Las combinaciones de preposición y artículo singular masculino son *al*, *del*, *col*, *no* y *polo*, (Fornela: *al*, *del*, *nel*, *púrel*.

En cuanto al género de los sustantivos nótese *el mel*, *el lume*.

La conjunción es *ia*, que coincide con el leonés.

El verbo *estar* se conjuga inf. *tar*, pres. *tou*, *tas*, *ta*, etc. como en muchos sitios del gallego exterior y en algunos de Galicia.

24. METAFONÍA VERBAL

En los verbos de la 2.ª conj. con vocal radical [e] u [o], la 1.ª pers. del pres. de ind. tiene vocal cerrada; las demás personas de dicho tiempo la tie-

nen abierta; tienen también vocal cerrada todas las personas fuertes del pres. de subj. y del imperativo:

['ẹu 'cọllọ, 'tu 'cǫlles, 'el 'cǫlle, 'elos 'cǫllẽŋ]
['qu'ẹu 'cọlla, que 'tu 'cọllas, 'qu'el 'cọlla, 'qu'elos 'cọllaŋ]
['cọlle!]
['ẹu 'pẹrdo, tu 'pęrdes, 'el 'pęrde, 'elos 'pęrden]
[que 'eu 'pẹrda, que 'tu 'pẹrdas, 'qu'el 'pẹrda, 'qu'eles 'pẹrdan]
['pẹrde!]

El matiz de la vocal es independiente del carácter abierto o cerrado que tuviera etimológicamente (mientras que en los verbos de la 1.ª conj. refleja exactamente el matiz etimológico).

Este fenómeno puede decirse que es común a todo el gallego exterior, o con más exactitud, que lo hemos encontrado en todos los interrogatorios en regiones de habla fundamentalmente gallega, lo mismo en León que en Asturias.

Tiene el enorme interés de (casi misteriosamente) señalar la extensión del dominio gallego-portugués, porque en portugués existe de modo sumamente parecido.

De algunas perturbaciones de esta metafonía en determinados casos hablará uno de nosotros en otro lugar[1].

En cambio se separa el ancarés del sistema tradicional gallego-portugués de inflexion en la 3.ª conj. (pero también dan señales de lo mismo el gallego interior y exterior) port. [sirvo], [sęrves], [sęrve]... En realidad en Galicia las gramáticas vacilan (Saco Arce, pag. 81 «*sirves* o *serves*»). Vacila el gall.-ast. de los Oscos (['durmes] o ['dormes]). En Pereda de Ancares, en un grupo de diez personas todas decían ['durmes], ['sirbes].

25. INFINITIVO CONJUGADO

El infinitivo conjugado es tan característico en el sistema gallego-portugués, que con gran precisión suele llegar allí donde llegan los rasgos principales. Muchas veces en los interrogatorios suele ser negado por los sujetos, y sólo escuchando pacientemente se le descubre. En los interrogatorios hechos por uno de nosotros ha salido en casi todas las zonas del gallego exterior. He aquí un ejemplo de Ancares (Candín):

---

1 Uno de nosotros estudia este fenomeno (observado por él primero en los Oscos) desde 1942. Esta alternancia vocálica sufre algunas perturbaciones en las desinencias *-ecer* y *-ocer* (pero la amplitud de la perturbación varía de unos sitios a otros).

[«'Cǫllense flores del 'bi'ẽito ia stou 'põis na 'nõite de San 'Juan, ia 'poñenos al sereno, ia 'cǫllense antes que di'a'l 'sǫl pra fa'cermos mei'cĩas»] [1].

26. RASGOS PECULIARES DEL ANCARÉS Y EL LEONÉS.

Uno de los signos característicos del gallego es la persistencia de *-d-* procedente de *-t-* latina, aun en los casos de mayor desgaste. Frente al castellano hablado, al leonés y al asturiano que dicen o ['ao] o ['au], el gallego pronuncia ['adǫ]. Lo mismo ocurre en el gallego exterior salvo en algunas zonas completamente fronterizas, o en alguna región natural como Ibias y también en Ancares. En ancarés la pérdida de la *-d-* procedente del lat. *-t-* tiene lugar, regularmente ante *-o-*, pero no ante *-a-*; ejemplos:

['dius] 'dedos de la mano', ['didas] 'dedos del pie', [in'chäo] 'hinchado', [in'chäda] 'hinchada', [ar'aǫ] ['hãǫ], ['cẹu] 'cedo, pronto', ['praǫ], [ra'bi̯aǫ], [cam'bi̯ao], [pe'nẹu] 'roqueda', [ma'chaǫ] 'hacha', [mǫ'llao], [mo'liu] 'mullido para la cuadra'; [xe'ada], [quei'xäda], [ento'ladas] 'terrones amontonados para la quema después de la roza'. En condiciones especiales se conserva *-d-* en [peido] 'pedo' < p e d ĭ t u : se ha perdido la *-d-* latina y conservado la *-d-* procedente de *-t-*: pero es evolución común a todo el gallego-portugués.

La pérdida de *-d-* latina, la tiene el ancarés lo mismo que el leonés: ancar. ['neal] 'nidal, nido'.

27. Como se ve, eliminados los fenómenos fonéticos que son comunes al gallego y al leonés, (como los senãlados en §§ 8 y 26) el ancarés presenta una gran mayoría de rasgos que le son peculiares con el gallego frente a muy pocos que le ligan con el leonés: como más general, la pérdida de *-d-* y sólo muy parcialmente la conservación en algunos casos de *-l-* y muy poco más. En la Morfología, choca el resultado de [ĕ t], o sea la conjunción *ia*, de tipo leonés, el artículo masculino *el*, y el uso de los pronombres de tercera persona (por lo que toca a la terminación *os* en el nominativo y tambien en el acusativo masculino de tercera persona singular). Coinciden con el leonés, también, las formas *tou*, *sou* del posesivo de segunda y tercera persona, pero hay que tener en cuenta que las formas gallegas *teu*, *seu* no son sino analógicas de la primera persona, es decir, que el gallego *teu*, *seu* supone un estado anterior *tou*, *sou*. El ancarés, que por otra parte no se diferencia en esto del uso general del gallego exterior, no hace, pues, en este caso sino

---

[1] ['bi'ẽito] 'sauco' [estou'põis] 'digital'; *Juan* y *sereno* son castellanismos. Desgraciadamente, no pudimos dar la debida atención al infinitivo conjugado, del que no tenemos en ancarés más que ese testimonio, que convendría comprobar.

mantener un tipo más arcaico, etimológico y no contaminado por la analogía. La metafonía verbal y el infinitivo conjugado le ligan, por otra parte, con profunda raigambre, al sistema linguístico gallego-portugués.

No podemos entrar en un estudio comparativo de léxico. Los intentos de filiación de lenguas, a base de léxico, son otros tantos fracasos. Baste decir que el léxico gallego está muy mal conocido en cuanto a su localización. Los diccionarios no se han preocupado sino de amontonar palabras, sin indicación de origen exacto. Parece evidente que existe una gran diferencia de léxico entre el gallego oriental y el occidental. Uno de nosotros ha puesto alguna vez de relieve las coincidencias de léxico entre el gallego oriental y el gallego exterior [1] y en muchas ocasiones esta comunidad alcanza al asturiano occidental. Pero un estudio serio y amplio de estas cuestiones, está en absoluto por hacer. Creemos que hay una gran comunidad de léxico entre el ancarés y, en general, el gallego exterior, con relación al leonés occidental, pero que esta comunidad de ningún modo separa con relación al gallego oriental.

En resumen: prescindiendo del léxico, en la morfología el ancarés se manifiesta como gallego con algunos rasgos del leonés occidental; y en la fonética, como gallego con rasgos enormemente arcaicos en algunas ocasiones, pero que quedan dentro del sistema galaico; frente a esto, sólo muestra unas pequeñísimas señales de fonética leonesa.

Vamos a estudiar ahora con algún mayor detenimiento los rasgos que consideramos más interesantes del ancarés.

ACENTUACIÓN

28. Cuando oímos por primera vez voces ancaresas como ['pi'ändo] y [es'pi'äzo], notamos en seguida algunos fenómenos extraordinarios:

a) Si en el castellano [piando] hay una oscilación posible entre que la [i] quede en hiato, que es lo normal, o se convierta en una yod (esto último en pronunciación rápida), en el ancarés ['pi'ändo] hay un hiato sumamente intenso entre ambas vocales. b) Ese hiato está reforzado por el hecho de que la *i* lleva un acento que no se debería llamar secundario [2]: en realidad

---

[1] D. Alonso, *Enxebre*, en *Cuad. de Est. Galls.*, II, 1946-47, pags. 523-541. Véase allí en el mapa, frente a la pag. 528, la comunidad léxica que se establece para *xebrar* entre el gallego del E. de Lugo y el gallego exterior. Obsérvese la línea casi recta que de N. a S. parece dividir la prov. de Lugo. Haría falta un atlas linguístico del NO. peninsular, de malla muy pequeña.

[2] Lo hemos llamado y llamamos «secundario», porque es la manera más sencilla de que el lector comprenda de qué hablamos. Al decir «principal» y «secundario» aludi-

el oyente casi duda si el acento principal está en la *i* o en la [ä]. *c*) Inmediatamente notamos que la naturaleza de estos dos acentos es muy distinta de la castellana, pues en ellos tiene una parte muy importante la altura del tono; el tono musical de la *i* es mucho más alto que el de la [ä]. La duración de ambas vocales es también notablemente mayor que en castellano. En [`pi'ändo] el hiato se establece entre inicial y tónica. Los mismos fenómenos de hiato, doble acentuación y altura tonal del primer acento ocurren en [es`pĩ'äzo]: observemos, sin embargo, que aquí el contraste con el castellano es mayor, pues del sistema, digamos, trocaico de la sucesión de acento secundario y principal de la voz esp. [`espi'nazo], ⁄— — ⁄— —, pasamos a un tipo — ⁄— ⁄— — al llegar al ancar. [es`pĩ'äzo]. Otros ejemplos:

[`xĩ'estas], [`bĩ'ẽi̯to], [`fi'ändo] 'hilando', [`pa'ĩlla].

Fueron palabras de este tipo, las que, a causa de su fuerte hiato, primero llevaron nuestra atención hacia el fenómeno de la doble acentuación y de la diferencia tonal entre los acentos. Pero una observación atenta descubre los mismos hechos cuando no hay situación de hiato. Palabras de tres y de dos sílabas:

[`quei̯'xäda], [`col'mẽa], [fi`hei̯'räl], [`chu'biu] 'llovió', [`cam'pãs], [`bei̯'lär], [`min'gu̯är], [`ir'mã].

Palabras de más sílabas:

[a`lu'ti̯är] 'luchar', [asu`bei̯'rär] 'ponerse a cubierto de la lluvia' [aqui`lou̯'trär].

Téngase presente el carácter no acentual del artículo, de modo que [as `in'xibas], representa el ritmo — \— ⁄— —.

Si comparamos estos ejemplos entre sí y con el castellano, notamos algunos hechos que nos hacen extraña el habla ancaresa: en ella, las palabras tienden a llevar dos acentos (aun las bisílabas); los dos acentos en cada palabra van a caer sobre sílabas inmediatas.

Sería necesaria una observación atenta y minuciosa del comportamiento acentual en la frase y de las relaciones entre acento (con sus aspectos de tono, intensidad y duración) y entonación de la frase y sus modificaciones expresivas. Son estudios que habrían de hacerse con un tiempo y elementos (material para registro fonético) que a nosotros nos faltaban.

---

mos a valores difícilmente comparables con fenómenos castellanos. No está bien estudiada la acentuación, creemos que en ninguna lengua. Sabemos muy poco de la relación en que actuan tono, intensidad y duración en castellano. Lo que sí podemos decir es que en la doble acentuación en el ancar. [`pi'ändo] actúa de un modo mucho mayor la tonalidad musical; aunque ésta varía de unos hablantes a otros, puede afirmarse que la *i* se pronuncia en un tono bastante más alto que el resto de la palabra.

29. El ancarés ha perdido con toda regularidad la *-n-* intervocálica. Lo que le da una fisonomía extraordinaria dentro de las hablas gallegas — y lo que primero llama la atención del observador — es que las vocales inmediatas a la *-n-* desaparecida, conservan una fuerte y a veces fortísima nasalización. Todos los sujetos de los lugares de Candín y Pereda que interrogamos tenían este rasgo, que varía en intensidad según las personas, pero que puede decirse que no falta nunca. En lo que sigue vamos a estudiar los distintos casos que pueden presentarse.

30. -ī n u, -ī n a, -ī n o s, -ī n a s

Es necesario advertir que en ancarés como en muchas de las hablas gallegas exteriores a Galicia, si bien se ha perdido la *-n-* intervocálica en la desinencia -ī n a, no se ha desarrollado la ulterior consonante palatal y nasal, es decir, la *-ñ-* que se produce en el gallego normal y en el portugués. En esto Ancares va de acuerdo, p. ej., con los Oscos (región de habla gallego-asturiana, en el extremo occidental de Asturias); pero se diferencia de ellos en que en Ancares se conserva una fuerte nasalización de la vocal [i], nasalización que en los Oscos se ha perdido. Resultan así tres posibilidades:

v i c ī n a>gall. [be'ciña], port. [ve'zinha]
v i c ī n a>ancar. [be'cĩa]
v i c ī n a>Oscos [be'cia]

He aquí algunos ejemplos ancareses: ['rĩa] 'ruin' en femenino, 'mala', 'enferma', ['rĩas] (plural del anterior), [m'ei̯cĩas] 'medicinas', [sar'dĩa]. Y todas las formaciones de diminutivo como [rapa'cĩa] 'muchachita', [Porte'lĩa] (nombre de un monte) [xa'tĩa] 'ternerita'.

Hay que agregar ['mĩa] posesivo 1.ª pers. fem., donde no hay *-n-*: ha habido aquí un fenómeno de nasalización progresiva por *m-*; comp. port. [minha], gall. [miña]. Se produce también en otras palabras portuguesas como [ninho] 'nido' y, por lo que toca a la pronunciación, [muito], port. dial. [munto]. De modo semejante, en Ancares se oye frecuentemente, ['nõi̯te], con diptongo nasal.

En contradicción con este desarrollo tenemos el ancar. [fa'riña], que debe ser un galleguismo.

He aquí algunos casos que corresponden a la terminación [-ī n o s]: [ca'mĩus], [be'cĩus], [su'brĩus] 'sobrinos', [fu'cĩus] 'labios', [mu'ĩus] 'molinos', ['rĩus] 'ruines' 'malos', 'enfermos' [alfon'sĩus] 'grillos', y los plurales mas-

culinos de diminutivos: [rapa'cĩus], [xa'tĩus], [den'tĩus] 'dientecitos', [gua'xĩus] 'lechoncillos'.

En cambio el singular -ĭnum da en ancarés *-iŋ*, coincidiendo en esto con el asturiano, con la mayor parte del gallego exterior a Galicia, y aun con el uso de una faja oriental dentro de la provincia gallega de Lugo. Anc. [ca'miŋ], [alfon'siŋ], ['riŋ], [ve'ciŋ], [su'briŋ], [ir'maiŋ].

En contradicción está el ancar. ['lĩũ] 'lino', frente a la forma ['liŋ] que es la de los Oscos, y en general, del gallego-asturiano, si bien en el gallego del Bierzo hemos encontrado algunas veces ['liño]. En el ancar. ['lĩũ] las dos vocales están fuertemente nasalizadas. Inesperadamente se encuentra [biño] ('vino'), en todo el gallego exterior y también en Ancares; debe de ser galleguismo.

Para 'pino' hallamos en Ancares y en todo el gallego exterior del que hemos podido recoger datos la forma [pino]: evidente castellanismo. También se diría que están en mútua contradicción [espĩ'äzo] ('espinazo') (véase más arriba (§ 28) y [Espiñei'reda], nombre de un pueblo de Ancares, que choca con su *-ñ-*, como la tendría en gallego normal).

31. -anu, -ana, -anos, -anas.

En la terminación -anu al perderse la *-n-* y ponerse en contacto la *a* con la *o* final resultante, se forma um diptongo [-'ão̯], fuertemente nasalizado: el oyente duda si el elemento final es [o̯] o [u]; la vocal está muy, oscurecida por la nasalización y se diría a punto de desarrollar una [n] posterior. La impresión en algunos sujetos, no es muy distante de la del diptongo característico del portugués, en port. *mão, grão.* He aquí algunos ejemplos ancareses:

[ben'tão] 'ventano', ['chão] 'llano', ['mão] 'mano', ['grão] 'grano'.

En la voz ['hão] 'ganado' (véase §§ 11 y 26) también se produce un fuerte diptongo nasal.

La evolución de germanu está condicionada por el hecho de haber llegado a tener una [i] en la sílaba anterior a la acentuada: [ir'mãũ] a veces se oye [ir'mẽũ] (§§ 37-38).

No existe nasalización en el caso de -anu final átono: ['a'randos], ['a'randus] 'arándanos' ['tro̯bo̯] 'colmena' (comp. leonés de la Fornela, ['truöbano]).

Frente al español *anoche* tiene el gallego *anoite* 'anoche' y *onte* 'ayer'. En el gallego-asturiano se encuerta [angoite] y [aŋoite][1] 'ayer'. Y nosotros hemos recogido en la Fornela [anueite] 'anoche' y [aŋueite] 'ayer' y en Valle de Finolledo [anoite] 'anoche' y [aóite] 'ayer'. En ancarés existe por una parte [anoite] 'anoche' y [ã'õıte] 'ayer' y [en'tã'õıte] 'anteayer'. En ['ã'õıte], la *-n-* antes de perderse produjo la nasalización progresiva de [oi] (comp. la pronunciación nasalizada de [ui] en el port. *muito*, y el port. dial. *munto*, y, junto a gall. *onte*, el port. *ontem*).

Siguen ahora ejemplos del caso -ana:

Ancar. ['a'brã] 'avellana', ['chã] 'lana', ['lã] 'lana', ['cam'pã] 'campana', ['ben'tã] 'ventana', [ma'zã] 'manzana'. Esta [ã] es larga como corresponde a la fusión de las dos vocales puestas en contacto.

En [abrã'eiro] (< abellana + ariu) la [a] recibe un fuerte acento secundario (§ 28).

32. -aní- y -ane.

[lin'gua'ĩza] 'longaniza'. Resulta raro ['pa'ĩlla] 'sarten'. Habría que pensar en un castellanismo, y suponer que la voz castellana *padilla*, introducida en la región, habría sufrido la misma sustitución de *-d-* por *-n-* que se observa en el gall. y port. *panela* si bien aquí el sufijo *-ela* es el tradicional. Con estas hipótesis resulta explicable la forma ['pa'nilla] en que el ancar. ['pa'ĩlla] debe de estar basado. Si no se admiten, habría que pensar en una sustitución de -ĕlla por -icŭla.

Caso -ane: panes > ['pãis] o ['pães] 'hogazas', con diptongo nasalizado.

33. -ene-, -ena, -enu.

En la combinación -ene-, cuando la primera *e* es acentuada, se cierra la segunda de las dos vocales puestas en contacto, con lo que se viene a producir un diptongo *ei.* Así ocurre en otras zonas del gallego exterior: Oscos ['teis] <tĕnes; ['beis] <*venes<vĕnīs; pero en Ancares ese diptongo está nasalizado: ancar. ['bẽis], ['tẽis].

En el caso de que sea la segunda *e* la acentuada, la primera se disimila en *i*; pero aquí las vocales quedan en hiato, las dos parecen nasalizadas, y la inicial recibe un fuerte acento secundario :

ancar. ['xĩ'ẽsta] (<genĕsta, REW 3733; comp. port. *giesta*, gall. *xesta*, cast. *hiniesta*). En ['bĩ'ẽito] <*benedictu[1], ocurre algo semejante, pero aquí la nasalización se propaga a todo el diptongo [ei̯], formado al desaparecer la *-d-*.

[1] Interpretamos como ŋ la grafía *nh* en *anhoite*, Acevedo y Fernández.

[1] Comp. D. Alonso, *El saúco entre Galicia y Asturias*, pags. 9-12.

He aquí ahora resultados de -ena y -enu:

ancar. ['col'mẽa], ['a'rẽa], ['ca'dẽa], 'cadena para encuartar', ['cẽa] 'cena', ['chẽa] 'llena', ['all'ẽa] 'ajena'; ['a'llẽo] 'ajeno', ['chẽo] 'lleno'.

34. -ona, -one, -onu, -onos.

Ancar. ['tõa] 'trueno' y tambien 'truena' (['sõa a 'tõa] 'suena el truenó') ['bõa] 'buena'; y también -ona de aumentativo: [gran'dõa], [Carme'lõa] ([«a 'tia Carmelõa de Billasumile; cha'mabanlle a'si porqu'era grandõa»]. Choca [tei'rõa] 'telera del arado'. Krüger (*Sanabria*, pgs. 192-193) ha reunido muchas voces del NO. peninsular que designan la 'telera' y de ellas muchas han de ser atribuídas, como él propone, a telu+ariu+ola; pero esta forma ancaresa, a causa de su nasalización tendría que remontar a telu+ariu+ona. Claro que se podría pensar en un cambio de sufijo, pero las formas gallego-asturianas [talei'rua] y [tellei'rua] en Acevedo y Fernández, la primera recogida también por uno de nosotros en los Oscos, no pueden corresponder sino al sufijo -ona (en Santa Eulalia de Oscos, [teiruga], con *-g-* antihiática). No se puede, pues, saber si el gall. *teiróa*, procede de -ola o de -ona, si bien el portugués *teiró* (como *avó* 'abuela') reclama -ola[1].

En -onu el resultado es *-óŋ*; según eso ['boŋ] 'bueno', cuyo femenino ['bõa], ya visto, tiene como plural ['bõas]; pero el plural del masculino es ['bõis] (comp. § 3).

35. -unu, -una, -unos, -unas.

Ejemplos ['uŋ], ['ũa], ['ũis], ['ũas] 'uno, -a, -os, -as'; [al'guŋ], [al'gũa], [al'gũis], [al'gũas]. De estas formas, las más curiosas son ['ũis] y [al'gũis] (comp. ['bõis], más arriba § 34). Esta terminación del plural en *-is* (cuando se esperaría *-os*) se encuentra también en otros puntos del Bierzo, no sólo de lengua gallego-leonesa (Valle de Finolledo, Ponte de Rey y Campo de Lebre), sino también en algunos de lengua básicamente leonesa con influjo gallego. Así ocurre en Sancedo, al norte de Ponferrada: [al'guŋ], [al'guis], [alguŋa], [alguŋas]. Esta terminación *-is* es sin duda propagación analógica de *-ois* < ones.

36. LA NASALIZACIÓN ANCARESA, FENÓMENO PECULIAR

En el Valle de Finolledo no hay nasalización ninguna: [ẹr'maọ], [ir'ma], [er'maụs], [ir'mas], [ben'ta], [cam'pa], [be'cius], [be'cias], [xa'tia].

[1] Comp. *Williams*, § 45.

Comprueba la desnasalización un fenómeno (que ya había uno de nosotros observado en San Martin de Oscos), pero que aquí es aún más intenso y extenso: ['ua] 'una' como artículo indeterminado tiende a pronunciarse [ọ]: ['ọ xa'tia] 'una ternerita', ['ọ pu'lia] 'una polla'; en el plural el masculino es ['uis] y el femenino ['ọs] ['uịs be'cius] 'unos vecinos'; ['ọs be'cias] 'unas vecinas'. El fenómeno alcanza a la flexión de [al'guŋ]: [alguŋ ọme], [al'gọ mu'llẹr], al'guịs ọmes], [al'gọs mu'llẹres].

En Ancares la nasalización actúa de freno (['ũa mu'llẹr]). Sólo en pronunciación muy rápida y descuidada ['ũa] puede aproximarse a ['ọ].

No tenemos datos de Burbia. En San Pedro (en el mismo Valle de Finolledo), se está mucho mas próximo a las condiciones gallegas: ['uŋa po'liña], [al'guŋas xa'tiñas].

Todo parece, pues, indicar que el estado de la nasalización en Ancares es sumamente original y peculiar, en esta orilla E. del dominio gallego-portugués.

PALATALIZACIÓN DE Á

37. Otro de los rasgos característicos del ancarés es la palatalización, en determinadas condiciones, de la *á*. Es un fenómeno que algunos ancareses jóvenes no practican, pero que tiene aún gran vitalidad entre las demás generaciones, y debió tener aún más en otras épocas, a juzgar por los recuerdos de los viejos. Se nos ha asegurado que en el lugar de Tejedo [Tei'xẹu] no se dan estas palatalizaciones. Los datos que siguen proceden de nuestra investigación personal en los lugares de Candín y Pereda.

La intensidad de la palatalización es variable de unos sujetos a otros: a veces llega hasta ['ẹ]; otras, las más, se mantiene en el ámbito de una *á* palatalizada ['ä]. Podemos decir que, en general, es una vocal que está en el límite entre ['ä] y ['ẹ]. Nosotros la representamos casi siempre por ['ä], y rara vez por ['ẹ]. Hay que dejar aparte un caso muy distinto, del que tratamos después (aparente palatalización en el pretérito de 1.ª conj.; en realidad, se trata de una propagación analógica).

El fenómeno puede enunciarse con perfecta regularidad de norma fonética: en ancarés ['a] se cambia en ['ä] cuando en la sílaba inmediatamente anterior existe un sonido vocal o semivocal [i] o [u]. Esta vocal palatalizada es además nasal en los casos en que la [a] normalmente sería nasal.

38. EJEMPLOS CON i O i̯ EN SÍLABA ANTERIOR:

['pi'ändo], [ca'bi'llä] 'clavija en el arado', [ca'bi'lläịs], [pi'nei̯'rär] 'peñerar, cerner', [a'rrin'cär] 'arrancar', [a'lim'pär], ['quei'mär], [ci'rei̯'xäl, ci'rei-

'xäi̯s], 'cerezal, cerezales', [fi'lhei̯'räl] 'higueral', ['ir'mão], [ir'mẹo], ['irmã], [enci'lhä-l-o perro][1] 'azuzar el perro', [Na'bi'dä] 'Navidad', [ca'ri'dä], [pra se fir'mär] 'para apoyarse', ['in'ciäba] 'procreaba, producía', ['in'ciär], [bei̯'lär], [bei̯'läo], [bei̯'ländo], ['qui'ziäbes], 'quizá', [dei'täo] 'echado', ['tei̯'tär] 'techar de paja', [pin'gär] 'gotear', ['ũa 'pin'gäda]; [ta moi 'rĩa]; [ta toda in'chäda] 'está muy enferma, está toda hinchada', [abalin'gär] 'columpiarse', ['coi̯'täda] 'cuitada', ['fi'ar] 'hilär', [es'pĩ'äzo], [dei̯'xär], [quei̯'xäda], [escu'ti'ändo], [cin'cär] 'hincar, tocar', [bi'dälla] 'sien', ['bin'cällo], ['frei̯'täda] 'corrimiento de tierras' ([ba'xou 'ũa frei̯'täda d'a'quel 'monte].)

39. EJEMPLOS CON U O U̯ EN SÍLABA ANTERIOR

[cu'ñäzo] 'hacha más pequeña que el [ma'chau], [trus'quiä-l-as obellas] 'esquilar las ovejas' [ou̯'ländo] 'aullando', [bus'cär], [lou̯'sär] 'techar con pizarra', [lou̯'sẹu] 'tejado de pizarra', [a casa ta lou̯'säda], [alu'mär] 'alumbrar', [axun'tär], ['xa tan axun'täos] o [axun'tẹus] 'ya están reunidos', [lu'här] 'lugar', 'pueblo', [ia 'nos co'rriamos tras 'del apu'rri'ändo, acou̯'här] 'sosegar' (gall. *acougar*), [tum'bäo] 'tumbado', [aquilou̯'trär][2], [chucu'läte, chucu'lẹte] 'chocolate'[3].

Es notable la existencia de ['pädre] (a veces ['pẹdre] 'padre', que sin duda procede del sintagma usual [meu̯ 'pädre]: la [u̯] ha actuado ahí como lo habría hecho en interior de palabra. Es voz ya muy poco usada, pero de cuya existencia actual, en algún caso, o de cuyo recuerdo, en muchos, no cabe dudar[4].

40. CUÁNDO NO SE PALATALIZA LA á

Cuándo en la sílaba anterior no hay vocal o semivocal [i] o [u], la [a] tónica permanece inalterada:

[a'draes], [pa'raza], [eŋa'lar][5], [fa'lar], [fa'lando], [ma'chao] 'hacha',

[1] Para [enci'gär], [en'cihär], comp. las formas, unas portuguesas y otras gallegas [açugar], etc. que cita Aníbal Otero Alvarez, en *Cuads. de Ests. Galls.*, XI, 1956, pag. 118.

[2] Palabra considerada como rara por un corro de mujeres de Pereda que nos contaron que una vieja de Villasumil decía [«Non me trope'cedes, que m'aqui'lou̯'träis! ¡Bai̯s m'aqui'lou'trär»!].

[3] Palabra citada por varios sujetos como caracterizadora de la lengua antígua.

[4] Algunos sujetos dudaban si también se había dicho [mädre]. La inmensa mayoría de los interrogados afirmaba que [meu̯ pädre] se decía aún no hace muchos años (y que todavía algun viejo lo dice hoy) pero que siempre se había dicho [mĩa mädre]. Esto confirma, creemos, plenamente la explicación fonética dada en el texto.

[5] V. D. Alonso, *Gallego-asturiano «engalar» 'volar'*, pags. 209-215.

[tra'ballo], [re'har], [pe'char] 'cerrar', [ento'ladas], [ale'arse] 'reñir, pegarse', [acan'da-l-'au̯hu̯a] 'turnar el agua para riego', [nə'al] 'nido', [nə'ai̯s] 'nidos', [ben'tã] 'ventana', [enco'rra-l-a roupa], [xe'brar] 'separar', [bərrar], [cunda'nau] 'condenado'.

41. DOS OBSERVACIONES

a) Sólo la [a] tónica sufre esta palatalización: [tan tei̯'tändo dous tei̯tadores].

b) Yod o wau inmediatamente anteriores a la [a] tónica no producen palatalización: [co'rri̯amos] 'corríamos', [ra'bi̯ao], [cam'bi̯ando], [me'di̯ão], 'mediano, pieza de hierro para atar el arado'[1], ['hu̯arda].

42. PALATALIZACIONES PARECIDAS, EN LA ROMANIA

Hay una serie de hablas en las que se producen fenómenos de palatalización de *a*, cuando en las inmediaciones existen sonidos palatales. Sabido es el caso del franco-provenzal en el que la *á* en sílaba libre permanece como en provenzal; pero, si va detrás de palatal, da *ié* como en francés (fr.-prov. *recontar*, pero *deleitier*). En dialectología italiana hay una serie de lugares (véase Rohlfs, *Hist. Gramm. d. Ital. Spr.*, I, § 25) en donde la *á* se palataliza por influjo de una palatal anterior: en el dialecto del valle de Mesocco (Cantón de Tesino) la *á* de los infinitivos en *-are* se hace *ẹ* si en la sílaba anterior hay una vocal palatal: /fi'lẹ/ 'hilar' /dža'lẹ/ 'helar', pero /la'va/, /por'ta/[2]; en Bellante (Prov. de Teramo, Abruzos) la *á* de los infinitivos se hace *ī* cuando en la sílaba anterior hubo una *ī* o una *u* /fə'li/ < f i l a r e, /sə̃'di/ < s u d a r e.

Hay que tener en cuenta que en Bellante (como hace notar Rohlfs, I, §§ 21 y 25) *ī* es también el resultado que da la palatalización (tan frecuente en dialectos italianos) de *á* por una *-ī*: 'gallos' es allí ['gill] < g a l l i, mientras que en zonas próximas es /'džällə/. Es decir, la palatalización de *á*, que más generalmente avanza sólo hasta *ä* (así en Ancares), en Bellante llega a *ī*; pero es en definitiva el mismo fenómeno de palatalización sólo que más extremado.

Resulta, pues, que el influjo de *i* y de *u* sobre la *á* de la sílaba siguiente es practicamente el mismo en el lugar de Bellante (prov. de Teramo)

[1] En [ai̯'xada]<a s c i ä t a 'azada' se esperaría palatalización de la *á* pero todos los sujetos preguntados pronunciaban sin palatalización.

[2] Condiciones semejantes hay en el valle de Brusio (cerca de Poschiavo, junto al Bernmina), comp. Rohlfs, t. I, pag. 82, nota 1.

y en el Valle de Ancares en el NO. de la prov. española de León: la *á* se palataliza en estas dos pequeñas y separadas regiones, con estas diferencias: que en Ancares el proceso de palatalización oscila, como hemos dicho, entre ['ä] y ['ẹ], y en Bellante llega a ['i]; y que en Bellante afecta sólo al infinito en *-are*, mientras que en Ancares tiene lugar en cualquier palabra con tal de que en la sílaba anterior a la de la *á*, haya [i] o semivocal [i̯], o [u] o semivocal [u̯].

43. PALATALIZACIÓN DE *á* EN DIALECTOS PORTUGUESES

Conocíamos desde hace mucho la existencia de zonas de Portugal, en las cuales se producía la palatalización de la *á* tónica. Los datos antiguos no permitían saber si para que se diera el fenómeno era necesaria alguna condición. Nuestros hallazgos ancarenses – un verdadero cambio condicionado – nos hicieron pensar que la evolución portuguesa fuera también de tipo semejante. El Prof. Luís L. Cintra, a quien consultamos, corroboró nuestras sospechas. Buscamos en la *Etnografía da Beira* las muchas voces con palatalización de *á*, que allí se contienen, y nos encontramos con que en todas ellas se daban condiciones idénticas a las de Ancares. Finalmente gracias al Prof. Cintra hemos podido conocer trabajos recientes e inéditos en los que en varias localidades de Portugal se describen hechos semejantes [1]. Todas estan en una extensa región de la Beira Baja y Alto Alentejo, cuyos puntos extremos Norte serían – provisionalmente hasta que se haga una exploracion sistemática – Sabugal, Fundão, Sobral, los extremos occidentales Sobral, Oleiros y Sertã, y los extremos orientales Sabugal, Bemquerença, Monsanto e Idanha-a-Nova; en el Sur, podemos señalar al «concelho» de Nisa; en este territorio la *á* se transforma en un sonido entre [ä] y [ẹ] cuando en la sílaba anterior hay o ha habido *i* o *u* o *ei* o *ou*. Ejemplos:

Pena-Lobo (Sabugal): *bureco*, *aguilheda*.

[1] Hablé con el Prof. Cintra después de nuestra primera visita a Ancares. Sólo cuando leí nuestra comunicación sobre este tema, al Coloquio de Lisboa, supe por el Prof. Cintra que el fenómeno había sido señalado recientemente en Monsanto, en una tesis de licenciatura inédita de la Facultad de Letras de Lisboa. Todavía después, habiéndoseme facilitado el original de esa tesis pude ver que los hechos de Monsanto coinciden estupendamente con los de Ancares, y están muy bien descritos por la autora de la tesis. Despues aún el Prof. Cintra me comunicó un trozo de otra tesis—anterior a la primera y, como ella, inédita—en que el fenómeno se señalaba en Nisa con mucho detalle y precisión, y descubrió y me facilitó una tan preciosa como por todos olvidada nota de Leite de Vasconcelos, de 1881, en que el sabio filólogo describe el hecho (pero sin llegar a ver cual es la condición que produce *a>e*).

Sernache de Bomjardim (Sertã): *gieda* [1].

Oleiros: *felicidede*, *cidede* (y falsas correcciones como *tijala* por *tijela*) [2].

Penamacor: *deixélo* (por *deixá-lo*), *olivél* (por *olival*), *triguél* [3].

Vale de Lôbo, Idanha-a-Nova, Bemquerença: *peneirer*, *carujer*, *touredas*, *povilhel* ([pegulhal]), *venegre* (vinagre) [4].

Póvoa de Atalaia: ['brẹkọ] (buraco), [ale'mẹli̯] (animal), [vs'kẹri], ['skẹri], (buscar) [5].

Monsanto: [fe'kẹri] (ficar), [fu'mẹr], [ṣẹ'fẹrˡ] (ceifar), [pọ'pẽsa] (poupança) [6].

Nisa: [alĩm'pẹ] (alimpar), [fĩn'tẹ] (fintar), [kĩn'tẹl], [bẹ'rẹl] (beiral), [penẹ'rẹ] (peneirar), [fe'kẹ] (ficar), [me'gẹlla] (migalha), [alge'dẹ] (alguidar), [rọ'bẹ] (roubar), [tọ'rẹda], [bux'kẹ] (buscar), [ku'rrẹl], [madru'gẹda] [7].

Maria Leonor Carvalhão y Maria Eduarda Carreiro, autoras de los trabajos de donde proceden los últimos ejemplos, dan también otros en que la inflexión de la tónica se produce por una palatal anterior: [ba'llẹri] (balhar, bailar), [re'leᵐp'žẹri] (relampejar), [avare'žẹda] (varejada), ['žẹrre] (jarro), [urde'ñẹ] (ordenhar), [ži'ẹda] (geada).

[1] Citados por Leite de Vasconcelos, en *Dialectos beirões*, II, III, IV, Porto 1884, pags. 12-13 (tirada aparte de la *Rev. de Estudos Livres*, vol. II). De Sernache cita dos ejemplos que no casan bien con la condición enunciada.

[2] Todos estos ejemplos proceden de las *Memórias da villa de Oleiros pelo bispo de Angra D. João Maria Pereira*, Angra, 1881, pag. 168, citado por Leite de Vasconcelos en el trabajito mencionado en la nota anterior.

[3] A. Cordeiro, *A língua e a literatura popular de Penamacor*, p. 81. El ejemplo *marmelada* que allí tambien se da, no se ajusta bien a las condiciones.

[4] Los ejemplos proceden de alguno de esos pueblos, y todos los he sacado de palabras citadas en la *Etnografía da Beira* de Jaime Lopes Dias. Son más de treinta las palabras de esa zona, en las que *á>e* que hemos encontrado en la obra de Dias; en ninguna dejan de cumplirse las condiciones enunciadas.

[5] Maria José Martins, *Etnografía e linguagem de uma pequena região da Beira Baixa* (*Póvoa de Atalaia, Alcongosta, Tinalhas e Sobral do Campo*), Lisboa 1954, pag. 135. Tesis de licenciatura mecanografiada. La autora da ejemplos de varios pueblos sin enunciar las condiciones. Pero todos los ejemplos corresponden a ellas perfectamente. La ['a] según la autora, da aquí ['ẹ] (y no [ę] o [ä] como en otros sitios), y llega en algunos pueblos a la vocal mixta [ë]: [bskëri], [këri] Alcongosta, [buskër], Tinalhas.

[6] Maria Leonor Carvalhão, *Monsanto* (*Estudo etnográfico, linguístico e folclórico*) Dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras, Lisboa, 1955. Trabajo inédito, ejemplar a máquina, pags. 88-89. La autora describe perfectamente las condiciones que regulan el cambio. La ['a] tónica sujeta a dichas condiciones, unas veces es [ä] y otras [ẹ].

[7] Maria Eduarda Ventura Carreiro, *Monografia linguística de Nisa*, Dissertação de licenciatura, Faculdade de Letras, Lisboa, 1948 (Ejemplar mecanografiado), pgs. 2-5. La autora describe también con exactitud las condiciones en las que se produce el cambio. Transcribe siempre el resultado como [ẹ].

Este nuevo tipo de inflexión (que en seguida recuerda el de la *á* tónica en francoprovenzal) no lo hemos encontrado en Ancares. Lo pude comprobar en otra región portuguesa, mucho más al Sur, en Serpa, al Sudeste de Beja (Alemtejo) en un brevísimo interrogatorio hecho en compañia del Prof. Cintra, con un grupo de personas de dicha procedencia: [kun'äd(u)] 'cuñado', [ka'žäd(u)], [baka'llẹu]; también en contacto con [i], [pi'äl] 'pial' [mi'ä̃nd(u)], y ultracorrecciones como [mu'llar] 'mujer'. El contacto, pues, con palatal anterior inflexiona la vocal tónica.

44. PROBLEMAS PARA LA DIALECTOLOGÍA DE LA PENÍNSULA IBÉRICA

Para la linguística gallego-portuguesa ofrecen extraordinario interés los fenómenos que acabamos de señalar. El hecho de que en Ancares en el extremo E. (y muy al N.) del dominio gallego-portugués se produzcan los mismos hechos de palatalización de *á*, y sujetos a las mismas condiciones que en una extensa zona de la Beira Baja, plantea nuevos problemas: ¿poligénesis? ¿contacto? ¿Hemos de pensar que de la zona de Ancares salió la colonización de esa extensa región de Portugal? No me aventuraré por ese terreno. Mucho más al Sur encontramos en Serpa otro tipo de palatalización de *á* tónica, distinto pero parecido. Y en Monsanto y Nisa hemos visto reunidos los dos, el de Serpa y el común a la Beira Baja y a Ancares [1]. Creo más bien que la *á* gallego-portuguesa tiene una labilidad, una inestabilidad que no presenta el castellano. No puedo detenerme en discutir las causas; si diré sólo que creo que estos fenómenos están íntimamente unidos a alteraciones acentuales: las sílabas que siguen o anteceden tienen vocales extremas *i*, *u*; pero han de tener también, o haber tenido, una intensidad articulatoria que las evoque presentidas o recordadas.

Otro problema es el del estado actual de estos fonemas en gallego-portugués. ¿Están en el comienzo de un proceso de palatalización? ¿O se trata de procesos viejísimos, que han llegado mortecinamente hasta nosotros?

Entre los muchísimos ejemplos, que todos se ajustan a las condiciones dichas, surgen unos pocos, muy pocos, extraños a ellas: *carreda* (carrada) *Serneche* (Sernache) *marmeleda* (marmelada). Ante esos ejemplos, piensa uno si no estaremos ahí en presencia de un principio de generalización, es decir, de pérdida de exigencia de condiciones. (Cuando se tiene *-eda* en *pouseda*, *touseda*, *carneireda*, *seigeda*, etc. [2] no ofrece nada de

[1] Leite de Vasconcelos en su mencionado trabajo citaba otro caso de palatalización de *á* que conocia por referencias, de Padrões (Concejo de Pampilhosa, distrito de Coimbra). Ignoro si se ha confirmado.

[2] Ejemplo que saco de la *Etnografia da Beira*, de Jaime Lopes Dias.

particular que se cree conciencia de un sufijo *-eda* y se propague a *carreda*, etc.). Uno se pregunta si se han entendido bien las relaciones entre los que llamamos cambios espontáneos y cambios condicionados, es decir, si los «espontáneos» no serán sino simplemente la generalización de los «condicionados» [1], idea que ahora surge una y otra vez en los estudios linguísticos, en la teoría de la diptongación de Schürr, por ejemplo. En fin, los casos de inflexión de *á* por sonidos de tipo *i*, *u* anteriores, en el dominio portugués no creo que puedan separarse de los casos de inflexión de *a* (y otras vocales) por influjo de sonidos tipo *i*, *u* siguientes, en el territorio asturiano. Se trata de fenómenos en cierto modo simétricos: su eje de simetría está en el presente (articulación de la vocal tónica), sobre ella actúa o el pasado inmediato o el porvenir inmediato. Fenómenos de inestabilidad de las tónicas, en el NO. peninsular, con correspondencia también — los dos tipos — en Italia (aunque en Italia, como en nuestra Península, sea lo más frecuente que la vocal final influya sobre la tónica).

PROPAGACIÓN ANALOGICA EN EL PRETÉRITO DE LA 1.ª CONJUGACIÓN

45. Trataremos, para terminar, de otro fenómeno del ancarés mucho menos raro que la palatalización de *á* por la existencia de *i* o *u* (vocales o semivocales) en la sílaba anterior. Es necesario, sin embargo, traerlo aquí, precisamente para diferenciarlo de aquél. Se trata de pretéritos de la 1.ª conj. en los que en vez de *á* se encuentra ['ä] o ['ẹ].

[re'häche] (o [re'hẹche]) 'regaste', [lou'säche] (o [lou'sẹche]), [tu can'teche ia nos can'tamos] 'tu cantaste y nosotros cantamos (pret.º)', [cho'biu 'muto ia mo'lläronse ọs 'praọs] 'llovió mucho y se mojaron los prados', [axun'tästes] 'juntasteis, reunisteis'.

Como se ve, este cambio de *á* en ['ä] o en ['ẹ] se verifica en el pretérito de la 1.ª conjugación lo mismo si anteceden *i* o *u* que si no anteceden. No tiene, pues, nada que ver con la palatalización que habíamos estudiado hasta aquí.

En realidad se trata de un fenómeno muy conocido y que afecta a muchas hablas gallegas, portuguesas y leonesas. Leite de Vasconcelos lo señaló en el mirandés así como en el N. de Trás-os-Montes y en el esp. antiguo y en «sus dialectos o co-dialectos del NO. de la Península» (*Philologia miran-*

[1] Recuérdese lo que deciamos sobre -ll->[*l*] ante [ĭ] y [*ŭ*].

desa, I, 390). Tomemos, por ej. la conjugación mirandesa del pretérito de 'entrar': 2.ª *antreste*, 4.ª *antremos*, 5.ª *antrestes*, 6.ª *antrorũ*. Menéndez Pidal lo confirma, localizándolo, en la parte española, en Asturias, Santander y Astorga. Nosotros lo hemos oído en otras zonas leonesas. Leite de Vasconcelos hace notar que el port. vulgar tanto del N. como del S. de Portugal hace la 4.ª en *-émos*, y lo mismo ocurre en el cast. vulgar («El año pasáo matemos muchas liebres»).

Estos hechos han sido interpretados diversamente (véase la discusión en Leite de Vasconcelos, I, 390, n. 2). Hoy nadie piensa sino en una propagación analógica de la *é* que existe en 1.ª pers. del pretérito de la misma 1.ª conj. y que también caracteriza a la 4.ª de muchos verbos auxiliares *hemos*, *tenemos*, y de todos los de la 2.ª conjugación. La propagación de esta *é* afecta también en castellano a la cuarta pers. de *ser*: *semos* (vulgar em port. dialectal, donde junto a *semos*, que se produce por analogía de *temos*, se encuentra también *samos* por analogía de *estamos* (Leite de Vasconcelos, *Esquisse*, pg. 14)[1]. El movimiento analógico refrenado en el port. y el cast. normales, ha operado libremente en muchas hablas del NO. peninsular llegando a introducir la *é* en las pers. 2.ª, 4.ª y 5.ª; respecto a la 6.ª predomina la forma leonesa *-oron* (mirandés *-orũ*) cuya etimología no nos interesa ahora aquí.

Todos estos fenómenos que enumeramos, forman solo una rama de esa historia maravillosa de las propagaciones analógicas a través del verbo, la fuerza que produce la gran generalización de *-ons* en la 4.ª pers. francesa[2], la que lleva *-iamo* a la misma persona del presente, ya sea indicativo ya subjuntivo, en las tres conjugaciones italianas.

Son evidentemente fenómenos parecidos los que han operado en Ancares. Pero en ancarés encontramos en las personas mencionadas en el perfecto un titubeo entre *ǟ* y *ę*, y es de notar que la 6.ª pers. coincide por lo que toca a la vocal tónica con la 2.ª, 4.ª y 5.ª (es decir, que no hemos hallado en Ancares el *-óron* leonés), lo cual es, en sí, un rasgo más de galleguismo.

---

[1] En español además de esos influjos analógicos existe otra razón para que el hablante inculto diga *matemos* en el pretérito: establece así inconscientemente una oposición fonológica:

matamos (presente) / *matemos* (pretérito)

Es curiosa, sin embargo, la fuerza de la propagación analógica en el portugués, donde no hay necesidad de esa oposición, pues el port. normal distingue la 4.ª persona del presente con relación a la del pretérito por el matiz de la *á*.

[2] Véase Wartburg, *Problemas y métodos de la linguística*, Madrid, 1951, pags. 80 y sigs.

Encontramos, pues, en esta propagación analógica, la misma vacilación entre *ǟ* y *ę* señalada ya al hablar de los casos de palatalización de *á* por *i* o *u* en sílaba anterior, sólo que aquí con una mayor tendencia hacia ['ę]. Esta situación la creemos facilmente explicable, sin más que considerar que sobre formas como [axun'tästes] [lou'säche] o [lou'sęche] se venían a juntar dos influjos: por existir, en palabras como ésas, las condiciones fonéticas ya estudiadas (§§ 37-39) la *á* debía hacerse ['ä]; por otra parte la analogía, como en amplias zonas leonesas y en otras portuguesas, y aun refrenadamente en portugués y español, estaba tendiendo a que la vocal acentuada en el pretérito de cualquier verbo de la 1.ª conj. fuese ['ę]. Estas dos fuerzas operantes, más la del castellanismo invasor, que tiende a destrozar el dialecto y produce un cruce de correcciones y ultracorrecciones en el hablante, creemos deben explicar las oscilaciones entre [ä] y [ę] en la vocal de las mencionadas personas del pretérito de la 1.ª conj., y aun es posible que estas oscilaciones se reflejen o reobren en las ya señaladas antes (§ 37) para el caso de palatalización por *i* o *u* en sílaba precedente.

SECÇÃO III

A LITERATURA

PRESIDENTES

MARCEL BATAILLON
Collège de France, Paris

THIERS MARTINS MOREIRA
Rio de Janeiro

VITORINO NEMÉSIO
Faculdade de Letras, Lisboa

SECRETÁRIO

LUÍS DE SOUSA REBELO
Universidade de Londres

TEMA 1 — O HUMANISMO PORTUGUÊS E AS SUAS RELAÇÕES EUROPEIAS

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

O Petrarca humanista na obra de Frei Heitor Pinto
GIUSEPPE CARLO ROSSI

L'«História de Portugal» de Fernando de Oliveira d'après le manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris
PAUL TEYSSIER

Jugements d'humanistes anglais sur le «cicéronianisme» de Jerónimo Osório
LÉON BOURDON

Acerca dos inéditos de João de Barros
LUÍS DE MATOS

A «utopia» de Thomas More e a expansão portuguesa
LUÍS DE MATOS

RELATOR

LÉON BOURDON

O PETRARCA HUMANISTA NA OBRA DE FREI HEITOR PINTO *

GIUSEPPE CARLO ROSSI

Istituto Universitario Orientale di Napoli e Università di Roma

Admite-se fàcilmente, com base em afirmações genéricas, que o Petrarca humanista deixou na literatura portuguesa traços não menos relevantes que o Petrarca poeta; no entanto a indagação de tais traços está, no seu conjunto, ainda por fazer. Trata-se de uma pesquisa, é óbvio, que diz respeito antes de mais nada à prosa desta literatura, e que deveria ter precedido no tempo a pesquisa acerca da presença de Petrarca na poesia de Portugal, pois que o Petrarca humanista precede o Petrarca poeta ao suscitar o interesse e a atenção no mundo cultural e literário da Península Ibérica [1]. E a colheita dos elementos que documentam, primeiro mais formal que espiritualmente, o eco de Petrarca – desde que a sua obra foi conhecida, em Portugal, até ao século XVI –, é condição preliminar para avaliar a efectiva influência do seu pensamento também nas obras em prosa que, pelo assunto ou pela finalidade, mais de perto se liguem às latinas do cantor de Laura.

Um campo onde a investigação acima encorajada nos parece poderia dar um resultado particularmente útil, na literatura portuguesa, é o da mística, que até merecia ser lida outra vez à luz do pensamento italiano humanístico em geral, além do petrarqueano em particular. Ela de facto aparece tão emprenhada de cultura e de erudição de inspiração clássica e italiana, que o investigar as características e as consequências da familiaridade dos seus autores com a Itália contribuiria também para precisar as diferenças que se tornam evidentes entre a literatura mística portuguesa e a castelhana.

---

* A presente comunicação é a primeira parte dum ensaio, intitulado *Il Petrarca e l'umanesimo italiano nell'opera di Frei Heitor Pinto*, publicado nos «Annali-Sezione romanza» do Instituto Universitário Oriental de Nápoles (1959, I, 1, págs, 65-96).

1 Sabe-se que o nome de Petrarca se tornou gradualmente conhecido com um regular alargamento geográfico-cronológico, da literatura catalã à castelhana e, finalmente, à portuguesa.

Chamámos recentemente a atenção para os vestígios exteriores da presença de Petrarca num dos místicos portugueses, Frei Amador Arrais [1]; propomo-nos fazer agora uma investigação análoga em Frei Heitor Pinto, estendendo-a porém precisamente para além de Petrarca, que continua no entanto, em substância, idealmente ao centro dos muitos humanistas italianos cuja presença pelo menos formal é, como veremos, contínua e repetida, pois que Petrarca entre eles é sem dúvida a personalidade não só ideològicamente mais autorizada, mas ainda a mais familiar para tal místico.

Deve-se antes de tudo salientar o facto de que Frei Heitor Pinto (1528-1584) introduz vários interlocutores italianos nos diálogos que constituem a sua *Imagem da Vida Cristã* (1.ª parte, 1563; 2.ª parte, 1572): e nós servir-nos-emos de tal facto como simbólico fio de Ariana da nossa investigação. Um italiano é a figura central de um capítulo (o VII) do *Diálogo da Tribulação* [2]; italiano é um dos três peregrinos interlocutores (os outros dois são um português e um flamengo) do *Diálogo da Vida Solitária* [3]; italiano é um dos três interlocutores (os outros dois são um português e um francês) do *Diálogo da discreta Ignorância* [4]; italianos são finalmente os dois interlocutores (pai e filho) do *Diálogo da Lembrança da Morte*.[5]

A situação dos interlocutores italianos naturalmente não deve ser isolada da dos outros interlocutores dos diálogos. Sabe-se que os temas dos onze *Diálogos* que constituem a obra de Frei Heitor Pinto (os primeiros seis de 1563, os outros de 1572), escritos explìcitamente «a maneira de Platão» [6], já por este facto, e ainda pelos seus argumentos (verdadeira filosofia, religião, justiça, tribulação, vida solitária, lembrança da morte — para os seis diálogos da primeira parte —; tranquilidade da vida, ignorância «discreta», verdadeira amizade, causas, verdadeiros e falsos bens — para os cinco da segunda —) sugerem a presença, no seu autor, da ética clássica e humanística, além da cristã; mas sabe-se também que o culto substrato que se nota neles é evidentemente posto ao serviço da missão que o autor — anàlogamente aos outros autores portugueses também de Seiscentos — sente que deve cumprir: missão religiosa de um português cheio de orgulho pela descoberta e conquista de tantas partes do mundo pelos seus próprios compatriotas, no intuito de contribuir para a difusão contemporânea e concorde da fé e do império. E não será mau recordar a esse respeito que uma das preocupações mais características de Frei Heitor Pinto, em plena maturidade no momento da queda de Portugal sob o domínio espanhol [1], foi a ardente defesa da independência nacional, ideia de que se sente compenetrada toda a sua obra.

Mas a presença da Itália vai além do uso de interlocutores e da referência contínua a escritores e eruditos italianos: ao lermos a *Imagem da Vida Cristã* somos frequentemente transportados para uma atmosfera e uma paisagem italianas reproduzidas com exactidão de traços e com calor de reevocação. Até, a obra quase que tem começo na Itália: o segundo dos diálogos, o *da Religião*, tem por cena uma paisagem italiana, «na Lombardia, entre Parma e Placência», e é paisagem descrita com traços breves mas sugestivos, que, ao lê-los, parece sentirmos ressoar a flauta tão característica da literatura bucólico-humanística tradicional. Eis, de facto, como fala no início do diálogo o peregrino para o religioso, para o induzir a ficar com ele a descansar um pouco, no meio do campo: «Pois nos Deus aqui ajuntou, assentemo-nos ao longo desta fresca ribeira, debaixo destas sombrias árvores, e estaremos descansando um pouco, apascentando os olhos com a vista dos verdes campos, e os ânimos com o contentamento de alguma boa e honesta prática» (ed. cit., I, pág. 83) [2]. E a sensação de gozo com que nos é apre-

[1] In *Presenza del Petrarca nella mistica portoghese del Cinquecento*, «Studi Petrarcheschi», Bologna, vol. VI (1956), págs. 189-193.

[2] Para as citações da *Imagem da Vida Cristã* servimo-nos da edição organizada pelo P.e M. Alves Correia para a «Colecção de Clássicos Sá da Costa» (Lisboa, vols. 4, 1940-41). O *Diálogo da Tribulação* vem publicado no vol. I, às págs. 219-279 (o cap. VII vem págs. 264-275).

[3] Idem, vol. II, págs. 1-84.

[4] Idem, vol. III, págs. 1-61.

[5] Idem, vol. II, págs. 85-153.

[6] É esta a opinião expressa também pelo já lembrado P.e M. Alves Correia: «*Imagem da Vida Cristã* vale o mesmo que Ideal da Vida Cristã. Ao procurar o título Fr. Heitor adoptou a maneira de Platão... *Imagem da Vida Cristã* é o Deve-ser do cristão, independentemente do que é, tenha sido ou haja de ser» (Introdução à edição citada, pág. XXIX).

[1] A queda de Portugal sob o domínio espanhol teve influência decisiva também sobre a vida de Frei Heitor Pinto: foi um dos cinquenta portugueses não amnistiados depois da submissão do seu país a Filipe II, e a sua morte forçada veio poucos meses depois da sua transferência (1583) para Espanha (sabe-se que ele declarou pùblicamente, na ocasião de tal transferência: «O rei Dom Filipe poderá meter-me em Castela, mas não poderá nunca meter Castela em mim»). A antipatia pela Espanha, que caracterizou a vida de Frei Heitor Pinto, foi presumìvelmente acentuada por uma grave desilusão pessoal: o seu concorrente no concurso para uma cátedra na Universidade de Salamanca, que foi o notável Fr. Luís de Leão, levara-lhe vantagem.

[2] Ainda no início do diálogo encontramos, na exposição do religioso, uma imagem plástica do poder sugestivo do estilo de Fr. Heitor Pinto: «Tive muitos trabalhos em Roma, donde agora venho, onde estava feito um poço, em que os negócios entravam continuamente a tirar água do meu repouso, e a vascolejar-me e perturbar-me e distrair-me» (ed. cit., I, 84). E uma outra passagem da mesma exposição aproxima-se demasiado de perto a uma passagem famosa do episódio dantesco de Francesca de Rimini, para podermos

sentada a natureza italiana na abertura do diálogo torna a experimentar-se na conclusão do mesmo, quando, passado o calor das horas centrais do dia, o peregrino propõe ao companheiro do diálogo para se levantar e prosseguir no caminho: «e iremos ao longo destas sombrias e deleitosas árvores que, como vêdes, toda esta Lombardia é quási uma floresta de muitas ribeiras e arvoredos.» (ed. cit., I, pág. 32). É uma Itália, aquela que Frei Heitor Pinto nos apresenta todas as vezes que aí coloca a acção ou os personagens da sua obra, de reevocação literária mas, ao mesmo tempo, de comparticipação humana imediata, quente e acolhedora: ele sente-se de tal maneira a seu prazer, e de tal maneira a seu prazer respira a atmosfera italiana — quando se coloca dentro dela —, que o ambiente humano e geográfico da Itália nos aparece, para este homem de piedade e de ciência, como que uma segunda pátria.

O *Diálogo da Tribulação,* que é o IV dos onze, tem dois interlocutores, «um preso e um seu amigo»; como nos outros diálogos, o colóquio (que se passa num cárcere, onde o amigo foi fazer visita ao prisioneiro) desenvolve-se sob o fio das máximas e das sentenças, bebidas profusamente nos escritores clássicos e nos cristãos. O mundo é, em si mesmo — diz em substância o diálogo — dor, tribulação, mas a tribulação traz consigo frutos espirituais; a terra é exílio, a vida é peregrinação, de tal maneira que são vitórias dignas de conseguir a paciência e o autodomínio, e a virtude consiste também em saber aceitar a injustiça, sob qualquer forma que ela se manifeste — por exemplo no serem encarcerados imerecidamente. Para ulterior documentação destas ideias, antes de concluir — no VIII e último capítulo — com a exortação de recorrer a Deus nos nossos sofrimentos, o interlocutor que foi visitar o encarcerado conta «o que lhe aconteceu na Itália com um ermitão, e quais são os verdadeiros amigos». Tendo um dia desembarcado em Itália, perto de Génova — ele recorda —, enquanto penetra na paisagem alpestre, detrás da cidade, com o coração cheio de saudade pelos amigos que acaba de deixar (e as descrições da natureza, do mar e da serra são de sugestiva beleza e de plástica evidência), dá com um eremita sentado sob um rochedo ao lado de uma ermida, com a barba cândida, em lágrimas, que ao vê-lo se apressa a levantar-se «a receber-me — diz — com jeitos e palavras, de amor e gasalhado». E tendo-se travado entre os dois um colóquio — em latim — o eremita conta ter sido, um dia, rico e poderoso na sua terra, a Sicília, até

ir para diante sem nos recordar-mos do de Dante: «Bem passaria com o trabalho que ganhei, se não fôsse a lembrança do descanso que perdi: porque então causam insofrível dor os males presentes, quando são acompanhados da memória dos bens passados» (Idem, pág. 85).

que acabou por ser encarcerado, por vários acontecimentos: «e dizia êle [1] [prossegue o português] que fôra aquele um mal, que êle bem merecia, e por isso que não era bem que lhe chamasse mal, pois o vira por seu bem, porque com esta tribulação tornara sôbre si, e caíra na conta de quão longe era de quem devia ser» (ed. cit., I, pág. 269). E o português tocou tão bem com a sua mão a verdadeira felicidade daquele homem — felicidade que consistia na absoluta renúncia de tudo —, que agora confessa ao seu amigo «que houve tanta inveja àquele rôto burel, que vo-lo não sei explicar» (Idem, pág. 270), inveja, pela pobre e rota veste daquele eremita, que é compartilhada também pelo encarcerado, já convencido da presença da verdadeira felicidade nas tribulações, depois das novidades e das ideias que lhe expressa o amigo, que se serviu também de Petrarca para dar substância ao seu próprio pensamento: «Lembra-me que li nos *Remédios* de Petrarca que o vestido mole e demasiadamente precioso é estandarte de soberba, e ninho de sensualidade» (Idem, pág. 271) [2].

Este primeiro personagem italiano da obra de Frei Heitor Pinto é-nos pois apresentado como fora e acima das diferenças humanas de países e de gentes, como símbolo de ideal cristão comum de perfeição.

O *Diálogo da vida solitária,* que é o V dos onze, é um dos mais importantes. A tal importância não é estranho o seu argumento, notòriamente tratado com tanta frequência nas literaturas antigas e nas medievais, e que foi tanto do gosto de Petrarca.

No tratado do mesmo nome de Petrarca, *De vita solitaria,* a celebração da solidão é feita, sabe-se, à luz do duplo fim de atingir a própria perfeição moral e intelectual, e o assunto desenrola-se na exposição das duas teorias contrastantes do interlocutor que o autor chama «Occupatus», dominado pelos cuidados quotidianos e agitado pela ambição e pelos afectos, e do interlocutor que o autor chama «Solitarius», cuja vida, alegrada pela natureza, reparte-se com sábio equilíbrio entre o estudo das letras e a meditação reli-

[1] Nas citações mantém-se a ortografia das edições de que nos servimos.

[2] A generalidade da referência do *De remediis...* torna difícil identificar a passagem. Ao primeiro dos *De Remediis,* da próspera fortuna, tinha-se já referido o amigo do encarcerado no cap. V do *Diálogo,* onde, depois de ter recordado que todos os pensadores platónicos, antigos e modernos, afirmam que os sábios e os virtuosos devem saber prosseguir no caminho da virtude, qualquer que seja a dificuldade, refere-se ao proémio dos *Remédios contra a Fortuna,* onde Petrarca «veio a afirmar que era mais difícil saber-se governar na fortuna, e que mais o assombrava e mor mêdo lhe metia a prosperidade que a adversidade» (Idem, pág. 253).

giosa. E a defesa do ponto de vista de «Solitarius» — lançado para os seus próprios ideais pelo ódio não para os homens mas para os seus vícios — é conduzida com documentação ostensivamente erudita de textos não só sagrados mas ainda pagãos, aparecendo Petrarca mais perto dos últimos que dos primeiros, não se podendo mesmo classificar pròpriamente ascético o seu ideal «pois que — como diz Mario Fubini — a sua solidão quer ser mais uma contemporização de meditação religiosa e dos estudos desinteressados da filosofia e da poesia», «numa afectuosa confissão» e num «conhecimento seguro dos últimos contrastes de que os homens sofrem» [1]. E «Occupatus» é uma espécie de contrafigura, colocada ali para facilitar a exposição do pensamento de «Solitarius».

Um procedimento análogo ao de Petrarca usa Frei Heitor Pinto no seu *Diálogo da vida solitária,* onde um dos interlocutores, mesmo dois, dos três que constituem o colóquio, se contrapõem ao que faz o elogio da vida solitária; e o último, que poderemos chamar à maneira de Petrarca «Solitarius», é o interlocutor português, enquanto que o seu contraditor mais importante é o italiano. Também este *Diálogo* se desenvolve na Itália, e bem assim na Itália do Norte, no Piamonte, na fronteira com a Sabóia, onde o interlocutor português encontra os outros dois durante uma viagem ao voltar de Roma para Portugal; e também o mesmo se inicia com uma sugestiva — e ainda sempre rápida e sóbria — descrição da paisagem, entre os Alpes e a água: «Vindo um peregrino português de Roma para Portugal, descia daquela alta e fragosa montanha chamada Montisinisa [2], que divide o Piamonte da Sabóia, quando ao longo duma fresca ribeira, que corria por entre um alto arvoredo, viu jazer dous companheiros, descansando do trabalho de seu longo caminho, que andavam pelo mundo vendo terras, um italiano, outro framengo, tão estranhos nas províncias como naturais no amor» [3].

O peregrino português ouve os dois desconhecidos falarem em italiano, e dirige-lhes a palavra também em italiano: e inicia-se o colóquio [4]. O tema, introduzido pela discussão acerca dum epitáfio de um antigo sepulcro visto

---

[1] V. o *Dizionario Letterario delle Opere e dei Personaggi...*, Milão, Bompiani, vol. VII (1949), pág. 841.

[2] É o Moncenisio, naturalmente.

[3] Ed. cit., II, pág. 1.

[4] Também aqui, chama a atenção a poética frescura com que nos é apresentada a natureza; os dois, dirigindo-se para o peregrino, pediram-lhe «que se sentasse, e lograsse daquela deleitosa floresta, coberta dumas viçosas e crescidas ervas, que meneadas do temperado vento faziam uns verdes claros e escuros graciosos» (Idem, pág. 2). Mas poderiam fazer-se mais citações.

na Itália, de um famoso capitão amigo do imperador Adriano («Aqui jaz Símilo, cuja idade foi mui longa, mas não viveu mais que sete anos»), que nos últimos sete anos da sua vida se retirou do mundo, diz respeito ao problema se ele, fazendo isto, tinha procedido bem — como defende o peregrino português — ,ou se tinha procedido mal — como o rebatem o italiano e o flamengo — ; e é uma luta, uma luta amabilíssima e afectuosa, naturalmente, entre uma mostra de erudição e outra não inferior à primeira, e em que «o português responde às objecções dos dois companheiros, e mostra a excelência da vida solitária» (como dizem as próprias palavras que anunciam o capítulo segundo), no qual o fugir é sinal de vitória e não, como sustém o italiano, sinal de fraqueza. Tudo no colóquio permite ver uma precisa e persistente finalidade de catequese, tanto mais que, enquanto em Petrarca «Occupatus» é figurado e descrito em antítese com «Solitarius» até ao fim, e a vitória de «Solitarius» acontece como por força das coisas, sem que ao escritor pareça necessário mudar fazer de opinião a «Occupatus» [1], aqui em Frei Heitor Pinto o discurso é conduzido de modo que no capítulo final (o décimo primeiro) o interlocutor italiano rejeita explìcitamente as próprias opiniões, e até esclarece que ele e o flamengo se opuseram, no início, ao colega português para pôr à prova a sua arte oratória...: «Por certo, disse o italiano, vós tratastes esta matéria com tanta erudição, e tão bem trazida, assim das letras divinas como das humanas, e com tão claro e distinto estilo, que se não pode melhorar, nem há contra isso que dizer... E ainda que no princípio contradissemos vossa opinião, não vos pareça que estávamos contrários a ela, que bem sabíamos quanta excelência tem a vida solitária sobre a pública e secular, mas quisemos opugnar vossa sentença para vermos a oratória com que a defendíeis, que certo nos satisfez muito» (Idem, pág. 77).

É além disso evidente que Frei Heitor Pinto, ao contrário de Petrarca, se baseia, embora não explìcitamente, mais sobre textos sagrados que sobre textos profanos, ao sustentar a tese da felicidade da vida solitária (aparece sobretudo nos capítulos quarto e quinto do *Diálogo*); a este respeito é curioso observar que o escritor português, ao valer-se — como faz — também de Petrarca, se serve dele inserindo-o entre os escritores religiosos, até mesmo entre dois santos, S. Jerónimo e S. João Crisóstomo («O Petrarca chama à vida solitária castelo guarnecido de munições, e pôrto para todas as tem-

---

[1] Petrarca diz de facto: «Mettiti innanzi agli occhi due uomini di contraria tendenza: esamina e giudica quello che tu noti in essi» (*La vita solitaria,* na tradução de L. Asioli, Milão, 1927, pág. 7), mantendo uma ao menos aparente situação intermédia entre os dois personagens da sua própria obra.

pestades»: Idem, pág. 47)[1]. E é ainda de observar que o *Diálogo* nos confirma quanto já tivemos ocasião de fazer notar, na obra do escritor: a sua finalidade também de exaltação de Portugal. No último capítulo, de facto, a pedido do peregrino português, o italiano, tendo precisado que eles estiveram a viajar pela Europa, de Flandres a Portugal, sobretudo para «ver homens doutos, e comunicar com eles» (Idem, pág. 78), e ao ser-lhe pedido para dizer o que é que lhe pareceu melhor em Portugal, responde com elevados elogios à fé dos príncipes daquela terra (e do bom exemplo que dão ao seu povo), à contínua paz dessa nação com as outras cristãs e à contínua guerra com os infiéis, ao afecto dos portugueses pelo seu rei D. João III – morto há pouco –, à lealdade deles para com o mesmo rei onde quer que se encontrem, por todas as terras descobertas e conquistadas numa empresa que supera as romanas, ao saber da Universidade de Coimbra, «outra Atenas de Grécia, cheia dos mais excelentes letrados da Europa em todas as faculdades» (Idem, pág. 81), à «nobreza, riqueza, grandeza, e sumptuosidade de Lisboa» (Idem), a cidade de Ulisses que, se se compara o mundo a um anel, desse anel «ela é a pedra preciosa».

Depois de algumas páginas interessantes pela evidente inspiração autobiográfica (o interlocutor português comove-se com a ideia do iminente regresso à pátria), o diálogo termina com um conselho e com uma informação do pio religioso em viagem para Portugal: o primeiro é que os dois novos amigos procurem um repouso solitário e se entreguem a uma vida calma; a segunda é que o interlocutor, terminada a própria missão e regressado à pátria, «tirarei – diz de si – a limpo algumas cousas insignes, que vi por estas terras, e passei com homens de engenho, que pretendem abalizar-se no estudo das letras, e na lição das histórias antigas, e no conhecimento de diversos costumes, e várias terras e nações, em especial esta prática que aqui tivemos, hei-de pôr em linguagem portuguesa, para a poder em Portugal comunicar com meus amigos» (Idem, pág. 83); e com isto ele quer evidentemente pagar, por dívida de cortesia, o elogio de Portugal feito anteriormente pelo interlocutor italiano[2].

O *Diálogo da discreta ignorância* é um dos mais densos de pensamento, mais intensos de atmosfera cristã, e mais sugestivos de poesia, que persiste

1 Evidentemente a citação é tirada do *De vita solitaria;* mas não encontramos a passagem exacta de Petrarca.

2 Ficamos sem saber com que italianos o interlocutor português teve contactos directos, se a sua afirmação se deve tomar à letra.

apesar da costumada erudição que se compraz a si mesma e ao não menos costumado implacável jogo dialético entre os interlocutores. Aí se fala da conversa que o interlocutor português teve em Lião – onde habitava temporàriamente, ocupado em afazeres «nos quais passou muitos trabalhos e perigos»[1] – com um habitante da cidade e com um italiano que de há muito vivia nela, «ambos católicos, e de singular modéstia, e suave conversação» (Idem, idem).

O italiano, um florentino, é-nos apresentado «que jazia à sombra duns opacos e verdes freixos, lendo por um livro» (Idem, idem)[2]. E ao francês que lhe pergunta que livro está a ler, ele responde: «São os *Triunfos* do Petrarca, que prouvesse a Deus que me ensinassem e persuadissem a triunfar de mim: porque assim como não há mor vitória, que vencer a si mesmo: assim não há mor triunfo, que triunfar de si. Ando quási contìnuamente em ondas de tantos e tão diversos cuidados, que muitas vezes cobrem e descobrem meu coração: e saí-me agora da cidade, enfadado de negócios que me cansam e importunam: e lancei-me debaixo destas sombrias árvores, onde o seu brando meneio, e o doce canto das aves, e o soidoso rugido do temperado vento, que vai murmurando, juntamente com o suave tom das brandas águas fazem uma natural e concertada música, com que se deleita o sentido. E, por não estar ocioso, pus-me a ler por êste livro para passatempo» (Idem, idem).

Os *Triunfos* são portanto a terceira obra de Petrarca que aparece na *Imagem da vida cristã,* e a primeira em versos, e a primeira em língua vulgar, e a primeira de argumento profano, depois do *De remediis* e do *De vita solitaria.* E todo o primeiro capítulo deste *Diálogo* é uma disquisição, interessante disquisição, sobre a oportunidade ou não da leitura de tal obra de Petrarca. Às considerações do interlocutor francês, de facto, que «os passatempos hão-de ser raros, e honestos, e a seus tempos: e tão comedidos, que a temperada música da honesta vida se não destempere» (Idem, idem), o italiano, depois de ter objectado com exemplos sagrados (S. Gregório, S. Bernardo) e profanos (Plutarco, Cícero, Brusónio e Cipião) de homens sábios que recobravam as próprias energias com breves ócios de tempo e com leituras, confrontando-se com eles assim conclui: «E pois êles se desenfadavam a-par do mar de Itália com os brincos do areal, não é muito desenfadar-me eu junto com o Ródano de França com os *Triunfos* do Petrarca» (Idem, pág. 5). Fizeram-lhe objecções acerca da obra de Petrarca, e então

1 Ed. cit., III, pág. 2.

2 Assim pode dizer-se que o motivo da tranquilidade rústica e bucólica acompanha sempre, na obra de Frei Heitor Pinto, a aparição, ou o modo de ser, de um italiano.

ele defende-a com sensata sobriedade: «Bem vejo que há aí outras leituras mais espirituais e proveitosas que êles, mas também se dêles pode tirar em muitas partes boa doutrina para os costumes. E mais folga homem de saber a variedade das histórias, assim verdadeiras como fingidas, que neste livro vão tecidas e ordenadas por tão maravilhoso artifício, que parece que não tem o desejo nesta parte mais que pedir. Bem pode ser que me enganará a afeição que tenho a Francisco Petrarca, porque foi êle natural da minha pátria: mas a mim me parece que teve êle alto engenho, e singular discurso: e por cima disto muita lição, e erudição, e eloquência. Há em suas obras cousas curiosas e lindas, que o entendimento folga de alcançar, e em que se deleite depois de alcançadas» (Idem, págs. 5-6). E no encontro de ideias contrastantes entre o italiano de um lado e, do outro, o francês, que insiste na desconfiança contra Petrarca (expressa entre outras coisas o parecer que ler Petrarca é «ocupar o entendimento em curiosidades inúteis, e lindezas supérfluas: em especial quando se tocam para meter espanto, e não se declaram para dar doutrina» (Idem, pág. 6), e o português que lhe dá auxílio em apresentar motivos de perplexidade em relação à conveniência da leitura de Petrarca, concretiza-se o conceito de «discreta ignorância».

Em outras palavras, chega-se a tal conceito (isto é da oportunidade de só dar valor à «verdadeira ciência») graças ao estímulo clarificador dado pelo discurso sobre Petrarca, e esse conceito é ilustrado e sustentado, contra as dúvidas e a perplexidade do interlocutor italiano, pelos outros dois, num debate onde cada um dos três faz alarde de excepcional erudição e nos oferece páginas sugestivas [1]: do conjunto ressalta evidente a defesa, da parte de Frei Heitor Pinto, de uma concepção rigorosa do saber num sentido religioso e ético, ao contrário do que nas páginas de Frei Heitor Pinto aparece ser o sentido profano e pagão da cultura — além que da vida — da Itália da Renascença. Ao mesmo tempo, os factores ideológicos e culturais com que Frei Heitor Pinto dá vida e força à exposição das opiniões contrastantes dos seus interlocutores esclarecem muitos problemas espirituais e muitos aspectos dos costumes de Portugal do tempo, problemas e aspectos dos quais não é aqui o lugar próprio para nos ocuparmos mais do que o tempo necessário para sublinhar a sugestividade poética ou a fidalguia com que eles costumam ser apresentados [2].

---

1 Petrarca volta a ser recordado pelo interlocutor florentino na passagem do *De remediis* (contra a próspera fortuna) no qual lembra que o imperador Gordiano tinha na sua biblioteca 62.000 livros.

2 Daremos dois exemplos a este respeito. O primeiro refere-se aos conceitos de eloquência que aparecem no italiano e no português: «A eloquência — disse o florentino — é uma cousa sonora, e resplandecente, e de grande claridade. Também, disse o português, o raio de fogo, quando cai, é sonoro, e contudo guardamonos dêle: e também o cometa res-

O facto de no capítulo final do *Diálogo* o interlocutor italiano vir a reconhecer a justeza das opiniões dos seus dois companheiros, com os quais estivera inicialmente em contraste, não nos surpreende, pois que corresponde à finalidade da obra de Frei Heitor Pinto, como tivemos já ocasião de acentuar anteriormente; merece a pena antes notar que isso tem uma importância secundária com respeito ao que agora nos interessa, isto é da presença, na *Imagem da vida cristã,* de elementos e de atmosfera italiana, muitas vezes exactamente com o fim de estabelecer índices de comparação e motivos de contraste com a cultura portuguesa considerada como factor de edificação religiosa e ética.

O Diálogo da lembrança da morte, que, já se disse, tem como interlocutores dois italianos — um pai e um filho — (e passa-se na Itália, «entre Sena e Florença» [1]), e que se ocupa do pensamento da morte e do desprezo do mundo, toma como ponto de partida as considerações inspiradas aos seus personagens pela visão de estátuas antigas encontradas ao lado dos ossos de mortos de alguma remota batalha e reproduzindo talvez, portanto, imagens de homens ilustres; o que faz de repente dizer ao pai: «Porque às vezes, pondo os olhos nestas estátuas, e vendo a perfeição de suas feições, estou admirado de ver o muito cuidado que põem os homens para as pedras parecerem homens, e o pouco que têm para os homens não parecerem pedras. Vivemos tão esquecidos de nós, e tão estrangeiros do que temos por natureza, que com razão podemos ser comparados a estas pedras insensíveis que, tendo olhos, não vêem e orelhas, não ouvem» [2]. Uma atmosfera serena de meditação

---

plandece: e nem por isso é estrêla, nem cousa de que nos ordinàriamente aproveitemos: da mesma maneira o incêndio lança chamas de grande claridade, e contudo consume grandes edifícios e riquezas, e faz grandes danos. Para a eloquência ser proveitosa, há-de andar unida com a virtude com o liame da prudência do espírito». (Idem, pág. 25). O segundo documenta-nos o golpe de as de poesia que interrompe a longa exposição, da parte do interlocutor italiano, de nomes de poderosos da antiguidade que protegeram o mundo do espírito: «Isto não soubéramos nós, se os historiadores daquele tempo, de quem o Pontano o tomou, o não escreveram. As ervas e flores que por si não podem muito durar, se os boticários as estilam, duram depois muito tempo em suas odoríferas e suaves águas: assim as vidas humanas, que por serem transitórias não podem muito permanecer, duram por fama depois de consumidas, se os historiadores, enquanto elas vivem na lembrança dos presentes, as querem perpetuar na memória dos futuros». (Idem, pág. 36).

1 O diálogo *Da Religião* (ed. cit., vol. I, págs. 83-133) tem — como já também dissemos — como interlocutores dois portugueses (um religioso e um peregrino), que se encontram porém na Itália, na Lombardia, na estrada entre Parma e Placência.

2 Ed. cit., II, pág. 86.

respira-se em todo o diálogo, construído, além de — como de costume — com uma férrea estrutura de citações, com uma atraente trama de recordações pessoais, sobretudo do pai, o qual, com o pensamento fixo na caducidade das coisas humanas, recorda entre outras coisas de ter visto, da vida italiana do seu tempo, o episódio do queimamento da vaidade (sob a forma de estopa atada a um pau) executado sob as vistas do Papa recém-eleito, Pio IV, enquanto uma voz dizia: «Padre Santo, assim se passa a glória deste mundo» (Idem, pág. 91).

E a Itália desta apresentação inicial faz-nos lembrar a que se apresentaria depois aos olhos dos românticos: uma Itália feita de ruinas e de silêncios, isto é, oposta desta vez à que já nos foi apresentada em outras ocasiões pelo próprio Frei Heitor Pinto. Desta Itália apresentada de modo invulgar o escritor serve-se para exaltar ulteriormente, e doutro modo, o seu Portugal: de facto o mais velho dos dois interlocutores, depois de ter observado que não é preciso recordar as façanhas dos antigos pagãos que afrontaram a morte a glória, pois que as dos modernos cristãos, que afrontam a morte em para a glória de Cristo, as superam, na convicção que ao seu filho já sejam familiares as glórias dos italianos, faz apelo às dos portugueses, e pronuncia um longo elogio de Vasco da Gama (Idem, págs. 136-137). É um dos elogios mais calorosos — e de atraente eficácia sintética — do descobridor do caminho das Índias, hàbilmente posto na boca, além de tudo, de um estrangeiro; é o elogio talvez mais sugestivo e concreto, posto por Frei Heitor Pinto na boca dos italianos da sua obra, sobre Portugal[1]. E o diálogo termina, alta noite, com expressões de suave melancolia do pai, que suspira pela hora em que o Senhor o transporte «deste desterro a essa pátria» celeste, e com o intuito de pôr por escrito o seu diálogo com o filho, a fim de servir para edificação dos outros filhos.

Interessa salientar que neste diálogo está mais que nunca presente o estado de alma petrarqueano, do Petrarca sábio investigador de uma composição do dissídio entre a vida terrena e a vida celeste, num espírito e com um fim de edificação.

Petrarca é explìcitamente recordado em outros diálogos da *Imagem da vida cristã.*

---

1 A um dos outros elogios tivemos já ocasião de fazer referência, aquele que aparece no *Diálogo da vida solitária.* Mas Frei Heitor Pinto não deixa de pôr na boca dos seus interlocutores portugueses suficientes provas da reciprocidade da estima entre os dois povos. Da parte dos portugueses da sua obra que passaram ou viveram na Itália são salientadas em primeiro lugar a hospitalidade e o respeito de que foram circundados: leia-se por exemplo o que diz a este respeito o «físico» do *Diálogo da verdadeira amizade* (ed. cit., III, pág. 182).

No *Diálogo da justiça* um dos quatro interlocutores, o teólogo, dissertando — no capítulo V — sobre as dificuldades que quem tenha cargos públicos encontra para poder viver uma vida calma, faz apelo a este respeito também à autoridade de Petrarca: «Diz o Petrarca que o bom rei, o dia que começa a reinar, acaba de viver a si, e começa a viver para os outros». (Ed. cit., I, pág. 175)[1] (para a continuação de tal conceito serve-se de Xenofonte: «E, se faz o contrário, destrue totalmente a república, porque, como diz Xenofonte, tôdas as que se perderam, foi por causa dos governadores» — idem —).

No *Diálogo da tranquilidade da vida* o interlocutor português — o teólogo que para em Marselha durante a viagem de Portugal para Roma —, aludindo, entre as pessoas ilustres que deixaram o mundo em desprezo às suas vaidades, ao «grande Arsénio», lembra que ele ouviu a voz de Deus que lhe sugeria, que se quisesse a salvação devia fugir do contacto dos homens, assim como contam — acrescenta — vários escritores, entre os quais Petrarca «no segundo da *Vida solitária*» (ed. cit., II, pág. 243)[2].

E no *Diálogo dos verdadeiros e falsos bens* o doutor em teologia, para sublinhar — no capítulo V — ao seu nobre discípulo que a maior causa da soberba é a beleza física, serve-se, entre outros, de Petrarca: «Diz o Petrarca nos *Remédios da Fortuna* que de maravilha se achará cousa com que mais o ânimo se inche e ensoberbeça que com a corporal formosura, e que a soberba é sua companheira. Isto quiseram significar os poetas, quando disseram que Narciso, enlevado em sua formosura, se afeiçoara tanto a si, que se perdera, cego com seu amor próprio» (Ed. cit., IV, pág. 181). E prosseguindo no assunto no capítulo seguinte, depois de ter recordado o episódio referido no terceiro livro da *Virgindade* de Santo Agostinho[3], daquele jovem que, em virtude da sua beleza atrair muito as atenções femininas, desfigurou a cara, acrescenta: «E o mesmo conta de outro mancebo toscano o Petrarca nos *Remédios Contra a Próspera Fortuna*» (Idem, pág. 187). E ainda, falando — no capítulo XIX — da verdadeira glória, que é a da virtude, com referência a Ventídio que fora antes vencido por Roma e depois — tornado

---

1 Trata-se presumìvelmente de uma livre paráfrase de algum dos conceitos expressos no capítulo LXXVIII («Ne doleas, regnum non successore carebit; dant causam nati sempre avaritiae») e LXXIX («Cum regno curas abiecisti, reperabis sed libertatem, perdita quae fuerat») da segunda parte do *De remediis.*

2 Diz exactamente a passagem de Petrarca: «Non attingam qualiter... Arsenius e senatore glorioso maximus et Cristi amator et suimet contemptor evaserit. Ad quem est illa vox celestis: 'Fuge homines et salvaberis'; et illa: 'Arseni, fuge, tace, et quiesce'». (Petrarca, *Prose,* Milão-Nápoles, Ricciardi Editore, s.a., pág. 408).

3 Não conhecemos nenhuma obra de Santo Agostinho com o título correspondente ao acima mencionado por Frei Heitor Pinto em português.

romano — foi vencedor do rei dos Partos, lembra que são autores da história dele «Aulo Gélio nas *Noites Aticas,* e o Petrarca nos *Remédios contra a Adversa Fortuna* (Idem, pág. 259).

Na desconcertante erudição da *Imagem da vida cristã* as referências a Petrarca e a reevocação da atmosfera humana e intelectual petrarqueana constituem o elemento talvez mais relevante, mas não certamente o único, que documenta a presença da vida e da cultura da Renascença italiana naquela obra, na qual de facto encontramos continuamente nomes de italianos, na sua maioria personalidades de primeiro plano na história da cultura ou da arte.

A análise pormenorizada de tal presença da atmosfera espiritual italiana levar-nos-ia longe, e transferímo-la para outra ocasião: só nos parece oportuno salientar, antes de terminar, que ela pode contribuir eficazmente para fazer conhecer não só a profundidade e a multiplicidade da cultura e da erudição de Frei Heitor Pinto, mas ainda a maneira como ele costumava tomar contacto com os escritores que lhe interessavam e servir-se das obras deles nas suas.

L'«HISTÓRIA DE PORTUGAL» DE FERNANDO OLIVEIRA D'APRÈS LE MANUSCRIT DE LA BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE PARIS

PAUL TEYSSIER

Faculté des Lettres, Toulouse

C'est une bien curieuse figure que celle de Fernando Oliveira [1]. Grâce à l'étude que lui a consacrée en 1898 Henrique Lopes de Mendonça [2] et à un récent article de M. Léon Bourdon [3], on connaît certains éléments de sa biographie. Né à Aveiro en 1507, il est élevé par les Dominicains d'Evora, a comme maître André de Résende, et abandonne le couvent à 25 ans. En 1540 ou 1541 il part pour l'Italie, mais il est pris par les Français entre Barcelone et Gênes, et il est amené à Marseille où il travaille quelque temps au service des galères. Il rentre au Portugal en 1543. En 1545 s'arrête à Lisbonne la flotte française du baron de La Garde qui, venant de Méditerranée, partait à l'attaque de l'Angleterre. Fernando Oliveira embarque comme pilote à bord d'un des navires. Fait prisonnier par les Anglais en avril 1546, il séjourne en Angleterre, où Henri VIII le protège. En 1547, peu après son retour au Portugal, il est arrêté par l'Inquisition. Il reste en prison jusqu'en septembre 1550, date à laquelle le cardinal Dom Henrique, Grand Inquisiteur, commue sa peine en une retraite forcée au monastère de Belém. Le 22 août 1551 Dom Henrique lui rend la liberté. En 1552 il prend part à une expédition en Afrique du Nord, est fait prisonnier par les galères du roi d'Alger et revient au Portugal pour négocier le rachat des captifs. Le 18 décembre

---

1 *Fernando Oliveira,* et non *Fernão de Oliveira* comme on l'écrit parfois: dans le manuscrit le nom de l'auteur apparaît plusieurs fois, sous la forme *fernãdoolíueyra.*

2 Henrique Lopes de Mendonça: *O padre Fernando Oliveira e a sua obra nautica,* memoria... apresentada pelo socio correspondente Henrique de Mendonça, Lisboa, Typ. da Academia real das Sciencias, 1898.

3 Léon Bourdon: *Episodes inconnus de la vie de Fernando Oliveira,* in *Revista portuguesa de História,* v (1951) (Homenagem a Gama Barros).

1554 il est nommé correcteur d'imprimerie de l'Université de Coimbre, et pendant l'année scolaire 1554-1555 il y explique Quintilien à titre intérimaire. Il est emprisonné une seconde fois par l'Inquisition d'octobre 1555 à août 1557. Puis les renseignements que l'on possède à son sujet deviennent extrêmement vagues. On sait seulement qu'en 1566 et 1567 la France et l'Espagne le sollicitent en sa qualité de pilote. Ensuite on perd sa trace. Comme nous le verrons tout à l'heure, il était encore vivant en 1581. Mais on ignore la date de sa mort.

Ce clerc à la fois humaniste et marin est une personnalité bien caractéristique de son temps et de son pays. Il est l'auteur de deux livres imprimés de son vivant, la *Grammatica da Lingoagem portuguesa* (Lisbonne, 1536) et l'*Arte da Guerra do Mar* (Coimbre, 1555). On possède d'autre part de lui plusieurs ouvrages manuscrits: le *Livro da Fábrica das Naus* conservé à la Bibliothèque Nationale de Lisbonne et publié en 1898 par Henrique Lopes de Mendonça [1], et enfin le manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris, que nous voudrions étudier plus particulièrement ici.

DESCRIPTION DU MANUSCRIT DE LA BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE PARIS

Il s'agit du manuscrit nº 12 (nouvelle cote) du Fonds Portugais, enregistré sous le nº 5 (ancienne cote) dans le *Catalogue* de Morel-Fatio [2]. C'est un volume de 339 feuilles de 300 mm × 212 mm, numérotées de 1 à 339 au moment où ont été reliés ensemble les divers fragments qui le composent. Mais à l'origine ces fragments étaient indépendants, et chacun d'entre eux conserve la pagination qu'il avait antérieurement à l'organisation du volume. En tenant compte de cette pagination primitive, on peut reconstituer les divers cahiers laissés par Fernando Oliveira. Les voici, dans l'ordre où ils apparaissent dans le manuscrit:

1) HISTÓRIA DE PORTUGAL:

1.er livre (*Antiquités, jusqu'au comte Dom Henrique*): 9 chap.
2e livre (*le comte Dom Henrique*): 5 chap.
Les 2 livres ensemble forment un cahier de 70 f.: fº 1 à 70.

[1] Henrique Lopes de Mendonça, *op. cit.*

[2] Alfred Morel-Fatio: *Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais*, Paris 1892. Le manuscrit de Fernando Oliveira était enregistré dans l'Ancien Fonds sous le n.º 10.022.

3e livre (*Afonso Henriques*): 14 chap.
Histoire de Dom Sancho: 3 chap. (inachevé).
Forment ensemble un cahi 86 f.: fº 71 à 156.

2) FRAGMENTS D'UN *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal:*

Les 7 premiers chap. ont disparu. Les fragments conservés sont les chap. 8, 9, 10, 11 et 12. Forment un cahier de 20 f.: fº 157 à 176.

3) TRADUCTION PORTUGAISE INACHEVÉE DU *De re rustica* DE COLUMELLE:

Prologue et 1er livre, — un cahier de 34 f.: fº 177 à 210.
2e livre — un cahier de 44 f.: fº 211 à 254.
3e livre, jusqu'au début du chap. 9 — un cahier de 18 f.: fº 255 à 272.

4) COPIE DE L'*Arte de gramatica de lengua castellana* D'ANTONIO DE NEBRIJA (INCOMPLETE):

Prologue et 1er livre — un cahier de 23 f.: fº 273 à 295.
2e livre — un cahier de 13 f.: fº 296 à 308.
3e livre — un cahier de 13 f.: fº 309 à 327.
4e livre (jusqu'au début du chap. 10) — un cahier de 12 f.: fº 328 à 339.

La copie de l'*Arte de gramática* de Nebrija est de plusieurs mains, et ne présente aucun intérêt particulier. Les trois autres oeuvres, en revanche, sont d'une main unique, qui est certainement celle de Fernando Oliveira lui-même. On y relève en effet des ratures, des surcharges et des corrections de toutes sortes. En plusieurs endroits, et surtout dans l'*História de Portugal,* l'auteur a même utilisé les ciseaux et la colle. Bref, nous sommes indubitablement en présence de manuscrits originaux et autographes, dont certaines parties ont été mises au propre alors que d'autres sont restées à l'état de brouillons. La lecture en est malgré tout très aisée.

Ce manuscrit est connu depuis longtemps. Barbosa Machado le mentionne déjà dans l'article de sa *Bibliotheca Lusitana* consacré à Fernando Oliveira. Il a même été publié en partie. La traduction du *De re rustica* de Columelle a été reproduite en entier dans les *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras,* revue éditée à Paris de 1818 à 1822 «por huma sociedade de portuguezes residentes em Paris», sous la direction de José Diogo Mascarenhas.

On la trouvera dans les numéros IV (avril 1819) à XII (avril 1821) [1]. Le texte avait été copié par Francisco Jorge Maria de Brito. Quant à l'*História de Portugal,* la publication en fut entreprise dans une autre revue portugaise fondée à Paris à la même époque, – le *Contemporaneo politico e litterario* [2]. Mais cette feuille eut la vie courte: le premier numéro est de janvier 1820, le dernier du mois de septembre de la même année. Commencée dans le numéro de juillet, la publication de l'*História de Portugal* n'alla pas au-delà du 3ème chapitre du 1e livre. C'est dire que cette oeuvre de Fernando Oliveira est encore presque intégralement inédite, ainsi évidemment que les fragments du *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal.* Or si la traduction de Columelle intéresse l'histoire de la langue, en raison de l'abondant vocabulaire agricole qu'elle comporte, seuls l'*História de Portugal* et les fragments du *Livro da antiguidade* sont des oeuvres vraiment originales. En attendant qu'elles soient un jour publiées en entier, il nous a paru intéressant de les examiner de près et d'essayer de résoudre quelques-uns des problèmes qu'elles posent.

ANALYSE ET GENÈSE DU «LIVRO DA ANTIGUIDADE» ET DE L'«HISTÓRIA DE PORTUGAL»

Ces deux oeuvres doivent être étudiées dans l'ordre inverse de celui qu'elles ont dans le manuscrit. En effet, comme nous le montrerons bientôt, le *Livro da antiguidade* a été écrit avant l'*História de Portugal.*

1 *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras,* por huma sociedade de Portuguezes residentes em Paris. — Paris, impresso por A. Bobée, imprensa da Sociedade Real Academica das Sciencias de Paris. 1818-1822 (I-XVI), in-8.º. Chaque volume comprenait deux parties: 1) «Resenha analytica», 2) «Noticias das Sciencias, das Artes etc.... e correspondencia». Le Directeur est nommé plusieurs fois: José Diogo Mascarenhas Neto, «rue des Grands-Augustins, nº 5, à Paris». Cette revue mériterait, ainsi d'ailleurs que celle de la note suivante, d'être étudiée en elle-même. Le *Discurso preliminar* qui ouvre le premier numéro en définit le but et l'esprit: il s'agit de faire connaître aux Portugais d'Europe et d'Amérique les dernières nouveautés littéraires, artistiques et scientifiques et de lutter contre «o culpavel desleixo e incuria» qui règne au Portugal dans ce domaine. La revue publie des listes d'abonnés.

2 *O Contemporaneo politico e litterario,* Paris, na officina de P. N. Rougeron, rue de l'Hirondelle nº 22, Paris 1820, Tomes I, II et 9e cahier (janvier à septembre).

1) LIVRO DA ANTIGUIDADE, NOBREZA, LIBERDADE E IMUNIDADE DO REINO DE PORTUGAL:

Tout le début est perdu. Les fragments conservés comprennent les chapitres 8 à 12. Le titre que nous retenons ressort de la formule qui clôt le chapitre 12.

Chap. 8: «Capitolo oytavo, no qual se prova que os portugueses não perderão sua liberdade e reyno co*m* os leoneses» (fº 157 r) [1] – Jamais, jusqu'à Ferdinand le Grand, les Léonais n'ont dominé le Portugal, «donde parece claro que era esta repubrica livre, e sui juris, como dizem» (fº 159 r).

Chap. 9: «Capitolo nove, em que se mostra como Portugal não deve cousa algũa a Castella, nem he rezão para isso» (fº 159 v). – Jamais le Portugal n'a été soumis à la Castille, qui n'a d'ailleurs été un royaume que très tardivement, alors que le Portugal l'était depuis des siècles: «O premeyro rey de Castella foy dom Sancho o Mayor, rey de Navarra, que reynou em Castella acerca do anno de Christo de mil e dez annos» (fº 160 v).

Chap. 10: «Capitolo dez, que o reyno de Portugal nunca foy condado» (fº 163 v). – Le Portugal, même avant Dom Henrique, était un royaume et non un comté, «assi que dom Anrique foy conde d'algũa villa ou cidade das sobredictas, e não do reyno de Portugal, o qual nunca foy condado» (fº 166 r).

Chap. 11: «Capitolo onze, no qual diz como o povo português fez dom Afonso Anriquez rey de Portugal, e co*m* que solenidades foy feyto» (fº 166 r). – Le Portugal avait toujours constitué un royaume. Mais les rois de Léon, de Ferdinand le Grand à Alphonse VI, avaient pris de force le titre de rois du Portugal. Ils étaient donc, comme dit Aristote, dans sa *Politique,* «propriame*n*te tyrannos, e não reys» (fº 166 v). C'est au contraire la volonté des Portugais qui a porté Afonso Henriques sur le trône: «a este dom Afonso Anriquez fez o povo português seu rey, porqua*n*to era povo livre e o podia fazer» (fº 167 r). Suit le récit rapide du règne d'Afonso Henriques.

Chap. 12: «Capitolo doze, em que repete o *que* fica atrás, que diz para mays clarame*n*te constar» (fº 174). – Ce chapitre final énonce l'idée générale du livre: «Hũa parte da proposição ou tenção deste livro he mostrar como

1 Dans la transcription des textes nous suivons les principes suivants: régularisation selon l'usage moderne de la distribution de *u* et *v*, de *i* et *j*, des majuscules et des minuscules, adoption de *e*, ponctuation selon l'usage moderne, développement des abréviations usuelles (les lettres ajoutées étant indiquées en italique), addition de quelques accents quand la clarté nous a semblé l'exiger, mais non d'une façon systématique.

o reyno de Portugal he antigo e foy sempre livre, e nunca foy vassallo doutra algũa nação» (f° 174 v). Puis il résume tout l'ouvrage en un passage qui mérite d'être reproduit intégralement, car il permet de se faire une idée des sept premiers chapitres perdus: «Fica provado nos capitolos precedentes que estas terras de Portugal forão as *que* premeyro povoarão assi os gallos como os galleses, progenitores da Hespanha, donde se chamarão Gallacia, e Gallecia, e Portugallia, o qual nome dura ateegoora. Porque a terra não foy destruida nem possuida doutra gente. Dixe que os successores de Cargores e Habis seu neto reynarão nesta terra atee o tempo dos romanos, e conservarão nella o reyno e liberdade. Dixe *que* no tempo dos romanos o convento braccarense ficou livre de Bruto, e Lisboa era municipio, que também significa povo livre e senhor das suas terras, sem conhecer superior. E despoys dos romanos, em tempo dos godos e dos mouros, Sanct'Antonino, arcebi*s*po de Florença, diz que esta terra não foy sobjeyta a algu*ns* delles. Daqui por diante nem leoneses nem castelhanos mostrão quando nem como aquirirão licitamente o dereyto deste reyno, e muyto menos o senhorio delle. Porq*ue* elles não se contentão com ser reys de Portugal, mas dizem que são senhores delle, e que os reys desta terra são seus tributayros e vassallos. Mas não mostrão qua*n*do acquirirão este senhorio... E os castelhanos muyto menos» (f° 174 v à 175 r). L'auteur montre pour finir que les Portugais n'ont jamais payé tribut aux rois de Castille, et termine par ces mots: «Não ouve rey algu*m* neste reyno que o pagasse (il s'agit du tribut), como na segunda parte deste tratado mostrarey, contando as vidas dos reys portugueses atee os do meu te*m*po» (f° 175 v).

Et on lit aussitôt après: «Acabou-se a premeyra parte do livro da antiguidade, nobreza, liberdade e immunidade do reyno de Portugal» (f° 175 v).

2) HISTÓRIA DE PORTUGAL:

Cet ouvrage reprend, en l'amplifiant, le *Livro da antiguidade,* et réalise, tout au moins en partie, le projet énoncé par Fernando Oliveira à la fin du dernier chapitre, puisqu'il raconte les vies des rois du Portugal jusqu'à Sanche 1[er].

Titre: «Começa a Hestorea de Portugal, recolhida de escriptores antigos e cronicas aprovadas, pello licenciado Ferna*n*do Oliveyra, capellão dos reys de Portugal de seu tempo» (f° 1 r).

Livre I:

Chap. 1: «Capitolo premeyro do premeyro livro, no qual diz que*m* forão os premeyros povoadores de Portugal, dos q*ua*es elle tomou o nome que ainda agoora tem» (f° 1 r). — C'est Tubal, petit-fils de Noé, qui peupla le premier le pays, deux cents ans après le Déluge.

Chap. 2: «Capitolo segundo, d'algũas cidades q*ue* antigame*n*te forão povoadas nesta terra» (f° 6 v). — «Etymologies» d'un certain nombre de noms de villes, en particulier de Lisbonne, de Braga et de Coimbre. L'auteur veut montrer par là que dans ces temps très lointains, et bien avant les Romains, le Portugal était déjà un pays libre et policé.

Chap. 3: «Capitolo terceyro, dos reys antigos de Portugal, e dos limites deste reyno» (f° 15 r). — Le Portugal eut ses rois propres depuis les origines jusqu'à l'époque des empereurs Dioclétien et Maximien. Puis les rois disparurent pendant de longs siècles, sans que le Portugal cessât pour autant de constituer un royaume libre et indépendant.

Chap. 4: «Capitolo q*ua*rto, do estado das cousas de Portugal antes dos romanos» (f° 20 v). — Avant les Romains le Portugal avait déjà une brillante civilisation.

Chap. 5: «Capitolo quinto, do estado das cousas de Portugal no te*m*po dos romanos» (f° 22 v). — Les Romains n'ont pas subjugué le pays. Ils ont au contraire respecté son indépendance: «O estado das cousas de Portugal foy livre em te*m*po dos romanos» (f° 26 r).

Chap. 6: «Capitolo seysto, do estado de Portugal no tempo q*ue* os godos viverão na Hespanha» (f° 29 v). — Les Goths, qui sont «todos os estrangeyros que antre os romanos e mouros avexarão a Hespanha» (f° 29 v), ont épargné le Portugal: «Os godos não teverão senhorio nesta terra, ne*m* forão estimados nella» (f° 35 r).

Chap. 7: «Capitolo septimo, do estado de Portugal no tempo que os mouros forão senhores da Hespanha e a conquistarão» (f° 36 r). — Au Portugal la conquête arabe a été incomplète et superficielle: «Assi que se ente*n*de clarame*n*te que havia em Portugal muytas terras que não erão de mouros, em especial na commarca de Estremadura de Coimbra atee Lisboa» (f° 38 r).

Chap. 8: «Capitolo oytavo, do estado de Portugal no tempo dos leoneses e rey dom Payo» (f° 39 v). — Ce chapitre reprend l'idée générale du chap. 8 du *Livro da Antiguidade,* mais en la développant: les rois de Léon n'ont jamais possédé le Portugal.

Chap. 9: «Capitolo nove, do estado de Portugal no tempo de Castella e seu reyno» (f° 46 v). — Le «tempo de Castella» commence avec l'union de la Castille et du Léon sous Ferdinand le Grand. Les rois de Castille entreprennent alors la reconquête du Portugal, mais cette reconquête ne leur donne aucun droit, car «dereyto usado he, e justo, que a fazenda furtada, quem a toma ao ladrão a torne a seu dono» (f° 51 r). Comme on voit, l'idée

générale de ce chapitre est la même que celle du chap. 9 du *Livro da Antiguidade.*

Livre II: «Começa o segundo livro da cronica de Portugal per Fernando Oliveyra, no *qual* conta a vida do conde dom Anrique e principio da restauração deste reyno» (f° 54 r).

Chap. 1: «Capitolo premeyro, em que diz donde era natural o co*nd*e dom Amrique, e como veyo ter a Portugal» (f° 54 r). – Résume diverses opinions sur l'origine de Dom Henrique, et conclut que l'hypothèse la plus vraisemblable est celle qui fait de lui le fils d'un roi de Hongrie.

Chap. 2: «Capitolo segundo, de dona Tareyja e de seu casamento e dote» (f° 56 r).– En mariant sa fille Dona Teresa avec Dom Henrique, Alphonse VI lui a donné en dot le Portugal, sur lequel il régnait non pas en sa qualité de roi de Castille et de Léon, mais en sa qualité de roi du Portugal, successeur des anciens rois du pays.

Chap. 3: «Capitolo terceyro, do que fez o co*n*de dom Anrique na Hespanha, vindo a ella» (f° 61 r). – Résumé de la vie de Dom Henrique: les guerres de reconquête au Portugal, la croisade en Terre Sainte, le discours qu'il fait à son fils sur son lit de mort.

Chap. 4: «Capitolo quarto, de dona Tareyja viuva, e de como não casou despoys da morte do co*n*de dom Anrique seu unico marido» (f° 65 r). – Après la mort de Dom Henrique, Dona Teresa a été une veuve irréprochable. Elle ne s'est pas remariée comme on le dit avec Dom Vermuim, comte de Trava, puis avec Dom Fernão Pires de Trava, comte de Trastamara: «A pressa e desordem destes casame*n*tos mostrão ser me*n*tira o q*ue* dizem» (f° 66 r).

Chap. 5: «Capitolo quinto, do falecimento do conde dom Anrique, de suas condições, e de quantos filhos teve, e em que estado deixou Portugal» (f° 68 r). – Eloge de Dom Henrique, présenté comme le «restaurateur» du Portugal.

Livre III: «Começa o terceyro livro da cronica de Portugal, em q*ue* se escreve*m* a vida e feytos heroicos del-rey dom Afonso Anriquez» (f° 71 r).

Chap. 1: «Capitolo premeyro da vida del-rey do*m* Afonso Anriquez, no qual conta o seu nacime*n*to, aleyjão e saude milagrosa» (f° 71 r). – Afonso Henriques naît «aleyjado das pernas» (f° 71 r). Sa guérison miraculeuse. Il est élevé sous la direction d'Egas Moniz.

Chap. 2: «Capitolo segu*n*do, da idade em que o Iffante dom Afonso Anriquez começou ser capitão dos portugueses e ter carrego da guerra e defensão da terra» (f° 73 v). – A la mort de son père, Afonso Henriques a dix-huit ans. Il laisse le gouvernement du pays à sa mère Dona Teresa et

prend le commandement de l'armée. Guerres contre Alphonse VII. Victoire de Val-de-Vez et siège de Guimarães.

Chap. 3: «Capitolo terceyro, da paz e concordia em que viverão dom Afonso Anriquez e sua mãy emquanto ella foy viva» (f° 76 v).–Réhabilitation de Dona Teresa: réfutation des «torpes infamias» (f° 76 v) relatives à son mariage précipité, à sa révolte contre son fils, à sa captivité, etc... En réalité Dona Teresa a été une femme irréprochable et une épouse fidèle; elle a toujours vécu en paix avec Afonso Henriques.

Chap. 4: «Capitolo quarto, em que diz que fez o Iffante dom Afonso Anriquez despoys da morte de sua mãy» (f° 82 v). – Après la mort de Dona Teresa, Afonso Henriques reste en paix avec Alphonse VI et fait la guerre aux Maures.

Chap. 5: «Capitolo quinto, da famosa batalha e utilissima victoria do campo d'Ourique» (f° 84 v).–Récit traditionnel de la bataille d'Ourique: l'apparition du Christ à Afonso Henriques, la mort des cinq rois, la défaite de l'ennemi.

Chap. 6: «Capitolo sexto, de como os portugueses fezerão dom Afonso Anriquez, seu rey e por que o fezerão rey» (f° 90 r). – Les Portugais firent roi Afonso Henriques parce qu'ils voulaient avoir un roi «proprio natural da terra» (f° 91 r).

Chap. 7: «Capitolo septimo, de como el-rey dom Afonso Anriquez entendeo na guarnição das fro*n*teyr*as* e provime*n*to das fortalezas, e como se veyo para Coimbra» (f° 94 r).

Chap. 8: «Capitolo oytavo, de como os portugueses pedirão a el-rey dom Afonso Anriquez que casasse, com que*m* casou, e quantos filhos teve legitimos e bastardos» (f° 95 v). – Pour assurer sa succession Afonso Henriques accepte, à 52 ans, de se marier. Il épouse Dona Mafalda.

Chap. 9: «Capitolo nove, de como el-rey dom Afonso Anriquez tomou aos mouros Sanctaré*m*, Lisboa e outros muytos lugares» (f° 98 v). – Long récit de ces épisodes de la Reconquête.

Chap. 10: «Capitolo dez, de como el-rey dom Afonso Anriquez passou aas terras d'Alentejo e tomou algu*n*s lugares daquellas comarcas e outros aquirio» (f° 104 r). – L'auteur raconte en particulier la prise d'Evora, et montre ensuite comment les ordres militaires, et parmi eux celui de Santiago, eurent au Portugal des grands-maîtres particuliers.

Chap. 11: «Capitolo onze, da prisão del-rey dom Afo*n*so Anriquez, do tempo em q*ue* foy preso, e como foy preso e logo solto» (f° 113 r) – S'étant cassé la jambe devant Badajoz, Afonso Henriques fut fait prisonnier par Ferdinand II, roi de Léon, qui le libéra sans conditions d'aucune sorte.

Chap. 12: «Capitolo doze, da guerra que el-rey dom Afonso Anriquez teve e batalhas q*ue* pelejou despoys de sua prisão» (f° 124 v). – Racconte

en particulier la victoire d'Alvisquer. Un rescrit du pape Alexandre III confirme Afonso Henriques en sa qualité de roi.

Chap. 13: «Capítolo treze, da idade que el-rey dom Afonso Anriquez tinha no tempo deste rescripto, e de seu falecimento» (fº 137 r). – Il avait 85 ans au moment du rescrit. Il mourut à 91 ans. Eloge de ce prince: «foy restaurador deste reyno» (fº 140 r).

Chap. 14: «Capitolo quatorze, dalgu*n*s illustres cavalleyros que ouve em Portugal em tempo del-rey dom Afonso Anriquez» (fº 141 v). – Ce chapitre fait en particulier l'éloge d'Egas Moniz, de Gonçalo et Soeiro Mendes da Maia, e des Froiaz de Trastamara.

Histoire de Dom Sanche: «Começa a historia da vida e feytos del-rey dom Sancho filho del-rey dom Afonso Anriquez» (fº 145 v).

Chap. 1: «Capitolo premeyro, do nacimento e primeyra idade deste rey do*m* Sa*n*cho o primeyro, e do que fez sendo ma*n*cebo» (fº 145 v). – Récit de divers faits d'armes de la jeunesse du prince.

Chap. 2: «Capitolo segundo de como o Iffante dom Sancho per morte de seu pay herdou o reyno de Portugal e ouve a posse delle pacificame*n*te sem contradição algũa» (fº 147 v). – Oeuvre pacifique du roi, qui reste indépendant à l'égard du Léon.

Chap. 3: «Capitolo terceyro, da guerra que os mouros fezerão a el-rey do*m* Sancho polla perda de Silves» (fº 149 r). – Le récit s'arrête brusquement au milieu d'une phrase.

Voyons maintenant pourquoi l'on peut affirmer que le *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal* a été écrit avant l'*História de Portugal.*

On peut le prouver d'abord par l'étude des variantes qui apparaissent dans les passages des chap. 8 et 9 du *Livro da antiguidade* repris dans l'*história de Portugal* (Livre I, chap. 8 et 9). Voici deux exemples caractéristiques:

LIVRO DA ANTIGUIDADE	HISTÓRIA DE PORTUGAL
«E assentarão perto (*dali*) *della* [1] sua estancia» (fº 157 r)	«E assentarão sua estancia perto *della*» (fº 40 r)
«Este nome teve aquella povoação atee hum rey dos *suevos* cham*a*do Leonegildo» (fº 157 r)	«Este nome teve aquella colonia atee hum rey dos (*suevos*) *godos* [1] chamado Leonegildo» (fº 40 r)

[1] En italiques: les mots ayant fait l'objet d'une correction: entre parenthèses: le mot biffé.

Ainsi une correction effectuée dans le *Livro da antiguidade* est reprise dans l'*História de Portugal,* et non l'inverse. C'est la preuve que l'auteur avait sous les yeux le texte du *Livro da antiguidade* en écrivant les passages correspondants de l'*História de Portugal.*

Mais l'antériorité du *Livro da antiguidade* se prouve encore par d'autres raisons. On a lu plus haut les mots par lesquels l'auteur, à la fin du douzième et dernier chapitre de ce livre, déclare qu'il en achève là la *première partie,* et annonce une *deuxième partie* dans laquelle il racontera «as vidas dos rey portugueses atee os do meu te*m*po» (fº 175 v). Or c'est précisément l'*História de Portugal* qui réalise, en partie du moins, cet ambitieux projet. Si l'on en juge par le résumé du *Livro da antiguidade* que l'auteur fait dans le douzième chapitre, et que nous avons transcrit plus haut, les 7 premiers chapitres perdus correspondaient, pour leur contenu, aux chapitres qui leur font pendant dans l'*História de Portugal.* L'auteur a donc repris tout le début du *Livro da antiguidade* pour écrire l'*História de Portugal.* Mais arrivé à l'époque de Dom Henrique, il a complètement modifié son texte, conformément à ses nouvelles intentions. Puis il a commencé le récit annoncé de l'histoire des premiers rois. Ainsi Fernando Oliveira est parti du *Livro da antiguidade,* et il l'a développé pour en faire l'*História de Portugal.*

Les modifications manuscrites introduites dans les titres sont aussi très révélatrices. Fernando Oliveira avait d'abord écrit, en tête de l'*História de Portugal:* «Começa a hestorea *da antiguidade e liberdade do reyno* de Portugal» (fº 1 r), où l'on voit réapparaître certains mots caractéristiques du titre du premier ouvrage. Puis il a biffé ces mots, et il est resté: «Começa a hestorea de Portugal».

Une importante modification de fond complète ce faisceau de preuves convergentes. La figure de Dona Teresa, femme de Dom Henrique et mère d'Afonso Henriques, apparaît sous un jour bien différent dans le *Livro da antiguidade* et dans l'*História de Portugal.* Dans le chap. 11 du premier ouvrage, Fernando Oliveira résume sans les mettre en doute les récits traditionnels des chroniqueurs, d'après lesquels Dona Teresa a contracté, aussitôt après la mort de son mari, un mariage scandaleux avec Fernão Pires de Trava, a fait la guerre à son fils, a été emprisonnée par lui jusqu'à sa mort, etc.... Or dans l'*História de Portugal* tout change. Dona Teresa est présentée comme une épouse fidèle, una mère irréprochable, une reine respectée, et les chroniqueurs qui disent le contraire comme des calomniateurs. L'auteur revient sur ce point avec insistance. La réhabilitation de Dona Teresa est pour lui une sorte d'idée fixe, – comme s'il avait fait une grande découverte et qu'il voulut la crier à tous les échos. Or cette réhabilitation répond aux soucis patriotiques qui ont inspiré son travail, c'est un argument en faveur

de l'honneur portugais, de sorte que l'on ne peut douter un instant que l'*História de Portugal,* où cette nouvelle image de Dona Teresa s'étale avec complaisance, ne soit postérieure au *Livro da antiguidade.*

Nous pouvons maintenant comprendre la genèse des oeuvres historiques de Fernando Oliveira. Au départ, l'auteur a des préoccupations polémiques. Son but n'est pas d'écrire l'histoire de son pays, mais de prouver par des arguments historiques l'«antiquité», la «noblesse» etc... de ce pays, c'est-à-dire, son droit à être indépendant de la Castille et du Léon. Ainsi est né le *Livro da antiguidade.* Mais à mesure qu'il avançait il se prenait à son propre jeu. Il forme donc le projet de réécrire toute l'ancienne histoire du peuple portugais. De là est sortie l'*História de Portugal.* L'étude du passé national relève chez Fernando Oliveira de la littérature de combat.

DATE ET CIRCONSTANCES DE LA COMPOSITION

L'inspiration patriotique du *Livro da antiguidade* et de l'*História de Portugal,* la thèse qui y est développée, la fougue et la virulence de la haine anti-espagnole qui s'y affirme, tout indique que ces oeuvres ont été écrites pendant la crise qui a suivi la catastrophe d'Alcazarquivir. Sur ce point il ne saurait y avoir le moindre doute.

Mais ne peut-on préciser davantage? Le 5e et dernier chapitre du livre II de l'*História de Portugal* est un éloge du comte Dom Henrique. Or cet éloge se termine par les mots suivants:

«E neste estado as (= as terras de Portugal) deyxou a seu filho, o qual no mesmo estado de liberdade as defendeo e conservou, e as deyxou também a seu filho dom Sancho. Isto fezerão pay e filho e neto e os mays descen*den*tes com os portugueses, sem ajuda nem favor de leoneses nem castelhanos, que nunca jamays favorecerão a liberdade de Portugal, mas antes a impunharão. Porém Deos sempre a co*n*servou e co*n*servaraa,» — Ici, un mot biffé: «*amen*». Puis la phrase continue: «como em nossos dias a confirmou el-rey dom Philippe, que viva muytos annos, amen» (fº 70 r et v).

Ainsi Fernando Oliveira avait terminé le chapitre et le livre sur cette proclamation de la «liberté» du Portugal. Puis il s'est ravisé, a biffé *amen,* et a ajouté les derniers mots. Cette addition, remarquons-le, a été faite sur le champ, pendant que l'auteur composait son texte, et non à l'occasion d'une seconde lecture: la correction, en effet, n'est pas ajoutée en marge ni entre les lignes, mais s'insère parfaitement dans la continuité du texte. Or l'allusion historique qu'elle contient est d'une parfaite clarté: Fernando Oliveira se réfère aux garanties que Philippe II donna aux Cortes de Tomar, en 1581,

de respecter l'autonomie portugaise. C'est donc entre 1581 et 1598 (date de la mort de Philippe II) que ces mots ont été écrits. Etant donné le grand âge de l'auteur (il était né, ne l'oublions pas, en 1507), le plus vraisemblable est évidemment que la date de composition du passage, et par là du livre tout entier, soit de peu postérieure à 1581.

La référence aux engagements pris par Philippe II en devenant roi du Portugal n'implique aucunement que Fernando Oliveira approuve les décisions des Cortes de Tomar. Tout le livre est là pour nous montrer qu'au contraire il ne saurait admettre pour son pays un roi qui ne soit pas «próprio» et «natural». Bien mieux, on lit à la fin du livre III de l'*História de Portugal* un passage qui mérite d'être cité intégralement: «Acabou-se a hestorea da vida e feytos heroicos del-rey dom Afonso Anriquez, tirada dos cartorios do reyno pello lice*n*ceado Ferna*n*do Oliveyra capellão dos reys de Portugal que reynarão em seu tempo, dom Johão o terceyro e dom Sebastião o primeyro e dom Anrique o primeyro e dom...» (fº 145 r). Ainsi, après le cardinal-roi Dom Henrique, Philippe II n'est pas nommé, et la phrase s'arrête brusquement sur un *dom* anonyme. Si Fernando Oliveira invoque les engagements pris par Philippe II en faveur de l'autonomie portugaise, il ne le reconnaît pas pour autant comme roi du Portugal.

Mais une dernière question se pose. Où était Fernando Oliveira quand il écrivait le *Livro da antiguidade* et l'*História de Portugal?* Henrique Lopes de Mendonça émet l'hypothèse qu'il aurait pu quitter le Portugal après la mort de Dom Henrique et rejoindre en France les partisans du Prieur de Crato [1]: ainsi s'expliquerait la présence du manuscrit en France. Or une étude attentive du texte montre que cette hypothèse est assez invraisemblable. Le Portugal y est toujours désigné par les adverbes «aqui» ou «cá», ou par des formules telles que «este reino», «esta terra». En revanche aucune allusion, aucun rappel historique, aucun détail d'aucune sorte n'évoque la situation du Prieur de Crato. Nous pensons donc que le *Livro da antiguidade* et l'*História de Portugal* ont été écrits tout simplement au Portugal.

VALEUR ET INTÉRÊT DE L'OEUVRE HISTORIQUE DE FERNANDO OLIVEIRA

C'est comme oeuvres polémiques, comme oeuvres de combat, que le *Livro da antiguidade* et l'*História de Portugal* doivent être lus et appréciés. Fernando Oliveira est le contraire d'un «historien» au sens moderne. Certes

1 Henrique Lopes de Mendonça, *op. cit.*

il a du fréquenter la Torre do Tombo: il nous avertit que son histoire d'Afonso Henriques a été «tirada dos cartorios do reyno» (fº 145 r), et à propos du fameux rescrit d'Alexandre III il précise: «O proprio original deste rescripto estaa na Torre do Tombo deste reyno, em Lisboa, na gaveta dos rescriptos e breves apostolicos» (fº 134 r), ajoutant: «No qual Tombo não achey breve algu*m* de Eugenio terceyro concedido a dom Afonso» (fº 134 r). Mais c'est là fort peu de chose. Les sources de Fernando Oliveira ne sont pas les pièces conservées dans les «cartorios do reino». Il prend soin de nous dire lui-même que son *História de Portugal* a été «recolhida de escriptores antigos e cronicas aprovadas» (fº 1 r). Ses sources, ce sont donc les anciens chroniqueurs. Ce sont même essentiellement deux ouvrages: la *Crónica General* d'Alphonse X le «Savant», qu'il lisait dans l'édition de Florián de Ocampo, publiée à Zamora en 1541 [1], et le fameux *Livro de Linhagens* attribué au comte Dom Pedro. La *Crónica General*, en particulier, est très souvent citée: «Isto que vou relatando, tudo he da *Cronica Geral*, a qual he de mays autoridade que as chufas novas que se agoora escreve*m*» (fº 161 v); «seguirey nisto principalme*n*te a el-rey do*m* Afonso o Sabio, cuja autoridade aqui precede a todas» (fº 47 r), etc... Quant au comte Dom Pedro, il sert souvent de référence pour l'histoire de Dom Henrique et d'Afonso Henriques: «Diz o conde dom Pedro» est une sorte de formule usuelle, et c'est sur le texte même du *Livro de Linhagens*, – «nas proprias palavras que o conde escreveo, antigas, chaãs e graves» (fº 63 v) –, que Fernando Oliveira cite le discours prononcé à son lit de mort par Dom Henrique. On voit donc comment travaille notre auteur: armé de la *Crónica General* et du *Livro de Linhagens*, il en tire tous les arguments favorables à la thèse qu'il défend.

On trouve donc sous sa plume toutes les vieilles légendes relatives au lointain passé de la Lusitanie. Au commencement était Tubal, petit-fils de Noé. C'est lui qui vient s'établir le premier à l'occident de la Péninsule. Six cents ans plus tard Luso donne au pays son nouveau nom: Lusitanie. Il serait fastidieux de résumer ces «antiquités»: elles remplissent comme on sait tout le début de la *Crónica General*, et tout ce fatras historico-mythologique a été recueilli au XVIe siècle par un grand nombre de chroniqueurs, en particulier par Florián de Ocampo [2]. Seuls des esprits formés aux disciplines rigoureuses de l'humanisme osent alors mettre franchement en doute ces vieilles histoires. Ainsi André de Résende refuse de répéter ce que l'on raconte sur les origines d'Evora: «En isto no*m* posso eu satisfazer a hos lectores, porq*ue* ne*m* ho acho authentico nem determino fazer ho q*ue* algoũs costuma*m*, entre hos quaes Floriano del Ca*m*po, que se attreveo co*m* nome de cronista fazer e publicar origẽes e antiguidades fabulosas» [1]. Fernando Oliveira n'est pas si délicat. Il adore en particulier les «étymologies», et à l'occasion il en fabrique de son cru. Ainsi le nom de Lisbonne ne remonte pas, comme on le dit en général, à *Olissipo*, mais à *Polishyppo* (*sic*) «que quer dizer cidade dos cavallos. Este nome lhe quadra a Lisboa, e assi creo que o devião escrever os antigos, porque na co*m*marca de Lisboa sempre ouve muyta criação de cavallos» (fº 10 r).

Admirez aussi avec quelle logique Fernando Oliveira échafaude sur le moindre fait des raisonnements compliqués tendant à démontrer la thèse qu'il défend. Ainsi les Romains n'ont jamais, – le croiriez-vous? –, occupé le territoire du futur Portugal. Voulez-vous savoir pourquoi? Suivez attentivement le raisonnement de l'auteur: «Chamavão-se elles (= os romanos) senhores da Hespanha como se chamavão senhores do mu*n*do. Mas não o erão de todo elle, porque havia muytas terras e regiões que elles não senhoreavão nem conhecião. Não senhoreavão Guinee, ne*m* a China, nem a Grão Tartaria, nem conhecião o Brasil, nem as Antindias, nem o Japão, nem sabião se havia terras no hemispherio austral *que* ainda não he descuberto. E poys não erão senhores destas terras, não podião dizer que erão senhores de todo o mundo. E assi não erão sen*hores* de toda a Hespanha, e per conseguinte ne*m* de Portugal» (fº 36 v et r). Ainsi les Romains n'étaient pas les maîtres du monde, puisqu'ils ne connaissaient pas la Guinée, la Chine etc... *Ergo* ils n'étaient pas les maîtres du Portugal.

Fernando Oliveira est donc un auteur passionné. Son style s'en ressent. Il bougonne, il tempête, il injurie. Pour un rien il jette feu et flammes. Ecoutez par exemple en quels termes il s'excuse de ne pouvoir appuyer certaines assertions sur des documents d'archives: «Dos fundamentos destas ordens militares e das doações das terras e igrejas *que* lhe derão os reys e co*n*firmações dos papas deve haver instrume*n*tos e letras nos cartorios dos seus conve*n*tos,

---

[1] *Las quatro partes de la Cronica de España, que mandó componer el ... rey don Alonso llamado el Sabio*, vista y emendada mucha parte de su impressión por el maestro Florian Docampo, Zamora 1541, in-fº. Il est certain que c'est dans cette édition que Fernando Oliveira lisait la *Crónica General*, car c'est à elle que correspondent les nombreuses citations et références qu'il fait à l'ouvrage.

[2] Florián de Ocampo: *Los cinco libros primeros de la Cronica General de España, que recopila el maestro Florian de Ocampo*, Medina del Campo, 1533, in-fº. — Cette chronique concerne les «antiquités», jusqu'à l'époque romaine. Elle sera continuée par Ambrosio de Morales: *La Coronica general de España que continuava Ambrosio de Morales*, Alcalá de Henares, 2 vol. in-f.º, 1574 et 1577. Le 1er des 2 volumes de Morales concerne l'histoire de l'Espagne romaine jusqu'à l'empereur Théodose; le 3e va jusqu'à la conquête arabe.

[1] *Historia da antiguidade da ciidade Evora fecta per Meestre Andree de Reesende*, Evora 1553, petit volume in-8º.

os quaes eu não vi, porque não posso ver tudo, e tenho outras accupações que me estorvão. E os curiosos e desacupados os podem ver por seu passatempo, e os escrupulosos por se satisfazere*m*» (fº 108). On évoque en lisant ces lignes les bougonnements d'un vieillard chagrin. Ailleurs l'ironie se fait méchante et ricaneuse, comme dans le passage suivant, où Fernando Oliveira s'en prend à André de Résende, son ancien maître, à propos de l'*História da antiguidade da cidade Evora* dont on a lu plus haut un morceau: «Evora cidade também he bem antiga. De cuja antiguidade em nossos dias escreveo mestre Andree de Resende natural della, e home*m* havido por muy lido e amigo de antiguidades e curioso de leer pedras romanas. Poré*m* porque tinha o entendimento duro como as mesmas pedras, não se sabia desapegar dellas...» (fº 12).

Mais les victimes les plus fréquentes de ses ironies et de ses invectives sont les historiens et chroniqueurs espagnols. A leur sujet il est inépuisable. Tout se passe pour lui comme si une vaste conjuration avait été tramée en Espagne, une sorte de gigantesque entreprise de diffamation tendant à présenter dune façon tendancieuse l'ancienne histoire du Portugal. Les livres de ces Espagnols sont des «chufas», des «hestorias falsas», des «patranhas vulgares que não tem credito» (fº 12 r), eux-mêmes sont des «praguentos» fº 77 v), «gente vulgar e barbara» (fº 15 r), des «mofatrões» (fº 41r), des «homens precipitados» (fº 46 r), des «diffamadores» (fº 81 r), des «idiotas» (fº 109 v), des gens «que se contentão com ler quatro ou cinco regras dhum livro e cuydão que per ali o entendem todo» (fº 32 r). En compulsant la *Crónica General* dans l'édition de Florián de Ocampo, Fernando Oliveira a appris que la Castille s'appelait primitivement *Bardúlia* et ses habitants *bárdulos* («Diz el-rey dom Afonso, na sua *Cronica*, que se chamava aquella terra Bardulia...» fº 160 r). Le mot lui paraît plaisant, car il n'ignore pas qu'en latin *bardus* signifie «lourd, stupide». Appuyé sur une bonne citation, il note soigneusement ce détail: «Bardulos, segundo Nonio Marcello, quer dizer home*n*s precipitados em dizer e fazer sem consideração» (fº 160 r, addition marginale). Et il en tire les conclusions que l'on imagine: «Este era o estado dos bardulos antigos. Escassamente era ouvido o seu nome antre as gentes da Hespanha, quanto mays o estado. Era um pequeno concelho, e muyto escuro, e sem nome» (fº 48 r). Mais surtout il trouve dans ce pittoresque *bárdulo* un mot qui, avec sa terminaison diminutive, son sens péjoratif, et je ne sais quelle parenté phonétique avec le verbe *bradar,* semble vraiment fait sur mesure et être prédestiné à servir d'injure. Il l'applique avec la joie que l'on imagine aux chroniqueurs espagnols: «São *bardulos,* e não atentão o que dizem» (fº 50); «Em tudo se encontrão os *bardulos,* porque não considerão o que falão, não olhão mays *que* aos nomes, e pollos

nomes trocão as pessoas» (fº 69 v). Il fabrique même le néologisme *bardularia:* «Esta he a verdade, e os contrayros de dona Tereyja a quere*m* confundir co a semelha*n*ça dos nomes dos seus condes, mas não poderão, se ouver nisto diligente exame e boa tenção, sem *bardularia* precipitada» (fº 80 r).

Mais qui sont ces infâmes calomniateurs? On voudrait des noms. Hélas, ces *bárdulos* sont à la fois innombrables et anonymes. Fernando Oliveira n'en nomme pas un seul. On pourrait rechercher parmi les anciens chroniqueurs espagnoles du XVIe siècle ceux auxquels peut penser notre auteur Ce serait un travail bien fastidieux, car ces chroniqueurs sont nombreux et souvent torrentiels et diffus. Nous avons fait quelques sondages. Prenons par exemple Garibay y Zamálloa, auteur de deux énormes volumes (1.530 et 1.166 p. in-folio:) imprimés à Anvers en 1571 sous le titre imposant que voici: *Los XL libros del compendio historial de las chronicas y universal historia de todos los reynos de España* [1]. Complètement dépourvu d'esprit critique, Garibay y Zamálloa a recueilli pêle-mêle tous les récits et toutes les traditions ayant trait à l'histoire de l'Espagne. Les livres 24 et 35 du deuxième volume concernent le Portugal. Si Fernando Oliveira les a lus, il y a trouvé la version traditionnelle du second mariage de Dona Teresa qu'il avait lui-même adoptée dans le *Livro da antiguidade* pour la réfuter avec virulence dans l'*História de Portugal.* Il y a trouvé également le récit du voyage accompli auprès d'Alphonse X, à Séville, par le jeune Dom Dinis, «a suplicarle alçasse el tributo y subjeción que los reyes de Portugal devían a los de Léon» (p. 808 du 2ème volume). Ce qui fut fait: «El rey Don Alonso otorgó al infante Don Dionysio lo que pedió, quedando libre el reyno de Portugal del reconoscimiento y subjeción antigua que devía al reyno de León, a cabo de ciento y setenta y nueve años, poco más o menos, que del reyno de León se avía desmembrado Portugal en el tiempo del conde Don Henrique» (id.). Si Fernando Oliveira a lu ces lignes, on imagine combien il a dû pester contre ce *bárdulo* calomniateur et perfide, puisque une des grandes idées qui se dégagent de l'*História de Portugal* est justement que les rois du Portugal n'ont jamais dû aucun tribut à ceux de Léon, ne leur étant en aucune façon soumis. – Mais, encore une fois, le rapprochement que nous venons de faire n'est qu'un exemple, et il est évidemment impossible de dire si Fer-

1 *Los XL libros del compendio historial de las chronicas y universal historia de todos los reynos de España,* compuestos por Estevan de Garibay y Camálloa, de nacion cantabro, vezino de la villa de Mondragon de la provincia de Guipuzcoa..., impresso en Anveres por Christophoro Plantino, prototypographo de la Catholica Magestad, a costa del autor, 1571, 2 vol. in-fº de 1530 et 1166 p.

nando Oliveira a pensé précisément à Garibay y Zamálloa en «réfutant» les chroniqueurs espagnols. Ces chroniqueurs se copient l'un l'autre. Les mêmes récits se retrouvent en beaucoup d'endroits. Ils se retrouvent même, cela va sans dire, chez des Portugais comme Duarte Galvão, qui écrivit comme on sait la chronique d'Afonso Henriques[1] à l'époque de Dom Manuel. L'affaire est donc claire. C'est la passion anti-espagnole de Fernando Oliveira, et elle seule, qui explique ces attaques à la fois vagues et délirantes.

Cette fougue convient évidemment à la thèse du livre. Cette thèse, que Fernando Oliveira se propose d'étayer sur une révision de toute l'histoire nationale, c'est que le Portugal constitue un royaume indépendant, séparé de l'Espagne. L'auteur montre donc que cette indépendance remonte à la plus haute antiquité, qu'elle a été maintenue à la fois contre les Romains («finalmente o estado das cousas de Portugal foy livre em te*m*po dos romanos» f° 26 r), les «Goths» («tudo isto he sinal que os godos não teverão senhorio nesta terra» f° 35 r) et même, en grande partie, les Maures («havia em Portugal muytas terras que não erão de mouros» f° 38 r). Pays libre et souverain, le Portugal a eu ses rois particuliers depuis Tubal, petit-fils de Noé, jusqu'à l'époque de Dioclétien et de Maximien (f° 17 v). Il faut bien ensuite admettre que ces «rois du Portugal» disparaissent jusqu'à Ferdinand le Grand de Castille et de Léon. Mais Fernando Oliveira n'est pas embarrassé pour trouver à cette disparition une cause honorable pour le pays: «O porque não pude saber, senão sospeyto que elles se fezerão tyrannos, e o povo os tirou, como fez em Roma em tempo de Tarquino o Soberbo» (f° 19 v).

On arrive ainsi, grâce à cette nouvelle façon d'écrire l'histoire, à l'époque fondamentale, celle de Dom Henrique et d'Afonso Henriques, et c'est ici qu'il nous faut suivre attentivement la démonstration de l'auteur. A partir de Ferdinand le Grand les rois de Léon gouvernent le Portugal sans que ce pays fasse partie pour autant de leurs états propres: ils le gouvernent comme successeurs des anciens rois du pays. Si Alphonse VI, en particulier, est le suzerain de Dom Henrique, ce n'est pas en sa qualité de roi de Castille et de Léon, mais en sa qualité de roi du Portugal: «E nem assi como rey de Toledo o conhecia dom Anri*que* por seu superior, posto que se honrava de sua honra, senão como rey de Portugal lhe reconhecia superioridade, porque o reyno e jurdição de Portugal era per si separado de Toledo e daquelloutros reynos

[1] Duarte Galvão: *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques, primeiro rey de Portugal,* Lisboa 1727. C'est là la première édition; elle contient également les chroniques de Rui de Pina (de Sanche 1er à Dom Dinis). Fernando Oliveira lisait Duarte Galvão en manuscrit.

que do*m* Afonso tinha, e dom Afonso como rey de Portugal fez dom Anri*que* conde em Portugal» (f° 59 v). On voit où l'auteur veut en venir: par delà l'hiatus de sept siècles qui sépare l'époque de Dioclétien et Maximien de celle de Ferdinand le Grand, Alphonse VI est le légitime héritier des anciens rois du Portugal. Et comme Alphonse VI a donné le Portugal en dot à sa fille Dona Teresa, femme de Dom Henrique, Dom Afonso Henriques en a à son tour hérité d'une façon régulière. Donc Afonso Henriques est le légitime successeur de Tubal. Voilà pourquoi Fernando Oliveira affirme avec une telle insistance que ni lui ni les rois qui sont venus après lui n'ont été tributaires ni vassaux de la Castille et du Léon.

Ainsi Afonso Henriques n'est pas le fondateur du royaume du Portugal: il est l'héritier des anciens rois du pays. Sa légitimité résulte de la naissance (par l'intermédiaire de sa mère Dona Teresa). – Mais ce n'est pas tout. Sa légitimité a aussi une autre origine et une autre justification: la volonté nationale. En s'appuyant sur l'autorité d'Aristote, Fernando Oliveira insiste sur le fait qu'Afonso Henriques a été élu roi par un libre choix de ses compatriotes: «Porque os que se faze*m* reys per força contra vontade do povo livre são propriame*n*te tyrannos, e não reys, segundo Aristoteles diz no decimo capitolo do quinto livro da *Politica,* onde diz *que* o reyno he governa*n*ça spo*n*tanea, e não constra*n*gida, e diz que he manifesta tyramnia quando algué*m* senhorea per força ou engano» (f° 166 r et v).

Et, résumant en une formule toute cette théorie de l'histoire nationale, Fernando Oliveira écrit: «Finalme*n*te a reepubrica portuguesa e o seu reyno e jurdição são antigos, e dom Afonso Anriquez não foy o premeyro rey de Portugal, como cuydão os home*n*s vulgares e pouco lidos; a este dom Afonso Anriquez fez o povo português seu rey por qua*n*to era povo livre e o podia fazer» (f° 167 v).

Cette «liberté» du Portugal est donc le point fondamental. C'est ce que Fernando Oliveira proclame de cent façons: «A terra de Portugal digo que he livre, e he de povo natural della, e os reys não são senhores della, nem a podem ve*n*der, nem trocar, nem obrigar sem vontade do povo» (f° 172 v). Cette indépendance, c'est evidemment contre les tendances annexionnistes de la Castille qu'elle doit être affirmée, car «finalmente mays se perdeo em Portugal estando em poder de castelhanos do *que* era perdido antes que viesse a seu poder» (f° 53 v). De là l'anticastillanisme violent, furieux, passionné de notre auteur. De là son désir de réhabiliter les héros du passé national contre les «chufas» des «mofatrões» espagnols. De là l'exaltation patriotique qui le pousse à célébrer, par exemple, les «grandes feytos» accomplis par Afonso Henriques «se*m* ajuda nem favor, mas antes estorvo e inveja de seus vezinhos», ajoutant: «Dos quaes el-rey dom Afonso Anriquez deyxou

este reyno livre. Viva elle no reyno dos ceos para sempre, como vivem os que defendem sua patria e a liberdade da reepubrica!» (f° 145 r). De là enfin la foi ardente qu'il nourrit pour son pays, champion du Christ et découvreur du monde: «Per este reyno determinava Deos abrir caminho a serem chamadas para o reyno do ceo muytas gentes que estavão muy apartadas do conhecimento de Jesu Chr*isto* e longe do estado de sua salvação, em Guinee e no Brasil» (f° 72 v).

L'intérêt fondamental de l'*História de Portugal* de Fernando Oliveira, c'est donc qu'on aperçoit à la lecture de ce livre tout le drame vécu par un patriote portugais après l'accession de Philippe II au trône de son pays. Les affabulations parfois délirantes de l'auteur montrent qu'il cherche dans le passé qu'il ressuscite une image du présent qu'il est en train de vivre. Alphonse VI, qui régnait sur le Portugal, non comme roi de Castille et de Léon, mais comme successeur des rois du pays, c'est évidemment l'image, la préfiguration de Philippe II, qui était monté sur le trône de Dom Sebastião par droit d'héritage, non de conquête. Mais une telle situation ne saurait durer, car les Portugais veulent un «rei próprio». Quel était le «rei próprio» que Fernando Oliveira appelait personnellement de ses voeux? Il est impossible de le savoir. Etait-ce le Prieur de Crato? Aucun détail du texte ne nous autorise à l'affirmer. Mais une chose est sûre: Philippe II d'Espagne peut occuper le trône «de Tubal» comme l'avait fait voilà des siècles Alphonse V de Castille et de Léon, — après lui viendra un Afonso Henriques, un «restaurador». Telle est la leçon du passé. Il est émouvant, à cet égard, de constater que Fernando Oliveira désigne Afonso Henriques par le mot même qui, en 1640, se chargera de la résonnance que l'on sait: «Foy *restaurador* deste reyno» (f° 140 r).

C'est donc par ses outrances mêmes que l'*História de Portugal* nous fournit un précieux témoignage. L'historiographie portugaise du XVI^e siècle s'était surtout intéressée aux évènements contemporains, qui lui fournissaient une abondante matière. Mais après Alcazarquivir les malheurs de la patrie provoquent un retour vers le lointain passé national, où l'on va chercher des arguments, des motifs de fierté et d'espoir. On sait comment ce «retour aux sources» amènera la publication, en 1600, de la *Primeira parte das chronicas de Portugal* de Duarte Nunes de Leão [1], comment il aura aussi pour

1 *Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal,* reformadas pelo licenciado Duarte Nunez de Lião, desembargador da Casa da Supplicação, per mandado del-Rei Dom Philippe o primeiro de Portugal da gloriosa memoria..., em Lisboa, impresso por Pedro Craesbeck, 1600. L'auteur explique (f° 1 v) que ce livre a été commencé pendant le séjour de Philippe II à Lisbonne, soit 1581-1583. Il est intéressant de constater que la date correspond à celle où Fernando Oliveira a dû écrire son *História de Portugal.*

résultat l'apparition de la *Monarchia Lusitana,* dont le premier volume, dû à Frei Bernardo de Brito, est de 1597, et dont le troisième, de Frei António Brandão, est de 1632 [1]. L'*História de Portugal* précède et annonce ces oeuvres, où le nationalisme portugais s'exprime à sa façon [2]. En écrivant dans son extrême vieillesse son *História de Portugal* Fernando Oliveira est donc un précurseur. Avec plus de franchise que Duarte Nunes de Leão (dont les flagorneries à l'égard du roi d'Espagne manquent un peu de dignité), avec plus de liberté que Frei Bernardo de Brito et Frei António Brandão (dont la prudence pateline tempère les élans), grâce aussi, il faut le dire, aux facilités que permet une oeuvre manuscrite, l'*História de Portugal* exprime avec une fougueuse ardeur les déchirements et les espérances d'un humaniste patriote au début de l'ère «des Philippe». A ce titre la lecture en est encore intéressante, et souvent même émouvante.

1 *Monarchia Lusytana,* composta por Frey Bernardo de Brito, chronista geral e religioso da ordem de S. Bernardo, professo no Real mosteiro de Alcobaça. Parte primeira, que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo té o nacimento de nosso sen*h*or Jesu Christo... Impressa no insigne mosteiro de Alcobaça..., 1597. — *Terceira parte da Monarchia Lusitana, que contem a Historia de Portugal desdo Conde Dom Henrique até todo o reinado del-Rey Dom Afonso Henriques* ... por o Doutor Fr. Antonio Brandão, abbade do convento de N. S. do Desterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, e coronista mór de Portugal, ... impressa em Lisboa em o mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck..., 1632.

2 Voir à ce sujet Hernâni Cidade: *A literatura autonomista sob os Filipes,* Lisboa, s.d., p. 79 sq.

JUGEMENTS D'HUMANISTES ANGLAIS SUR LE «CICÉRONIANISME» DE JERÓNIMO OSÓRIO *

LÉON BOURDON

Faculté des Lettres
Institut d'Études Portugaises et Brésiliennes, Paris

RÉSUMÉ:

Jerónimo Osório a été un des écrivains néo-latins les plus appréciés, mais aussi les plus combattus en Angleterre. Les anglicans se sont élevés, parfois avec violence, contre ses ouvrages, souvent violents eux-mêmes, de polémique religieuse. Mais ses traités «cicéroniens» *De Gloria* et *De Nobilitate* ont remporté d'emblée le plus grand succès auprès des humanistes anglais de sa génération pour qui l'imitation de Cicéron était l'unique méthode d'éducation littéraire en usage dans les écoles et les universités. Parmi ces humanistes, Roger Ascham, secrétaire *pro lingua latina* de la reine d'Angleterre et auteur du *Scholmaster,* est sans doute celui qui, dès 1553-1555, décerna les plus vibrantes éloges à Osório qui, selon lui, avait assimilé mieux que personne le rythme du style et la démarche de la pensée de Cicéron. A la fin de sa vie toutefois, vers 1568, c'est-à-dire après qu'eût éclaté la querelle avec les anglicans, Ascham faisait quelques réserves sur la pureté du «cicéronianisme» d'Osório qu'il invitait, comme l'avait fait Cicéron lui-même, à traduire Démosthène, tandis que ses adversaires anglicans, Walter Haddon, Thomas Smith et John Fox, soulignaient le peu de substance théologique ou philosophique de ses écrits. Mais c'est surtout la génération suivante qui, réagissant, sous l'influence de Pierre de la Ramée, contre ceux qui se préoccupaient davantage des mots que des choses, a multiplié ses critiques à l'égard d'Osório. Gabriel Hervey, jeune professeur de rhétorique à Cambridge, oppose dans son *Ciceronianus* la redondance d'Osório à l'abondance de Cicéron. William Lewin le blâme de ne pas respecter la proportion dans ses phrases et de donner trop souvent au «corps de son discours» l'aspect disgracieux et même monstrueux d'un corps humain dont les doigts seraient aussi longs que les bras. Francis Bacon, dans son *De Dignitate et Augmentis scientiarum,* regrette que l'âge précédent ait attaché tant de prix aux flots insipides de son éloquence. Mais Osório devait être, comme on dit, un de ces morts qu'il faut qu'on tue. Gabriel Harvey lui-même cite souvent son nom, et souvent en bonne place, dans son Cicéronianus, dans son *Rhetor* et, chose plus caractéristique, dans ses *marginalia,* et il résulte de son propre témoignage que, vers 1575-1580, malgré ses mises en garde où perçait pas mal de jalousie et de dépit, ses étudiants de Cambridge continuaient à admirer profondément Osório qu'ils considéraient comme un modèle. Il s'agirait maintenant, par une étude objective du style d'Osório, de voir dans quelle mesure les critiques de Harvey et des autres sont ou non justifiées. Il s'agirait aussi de faire des recherches analogues chez les humanistes d'Allemagne, pays où les ouvrages d'Osório ont été mainte fois réédités.

* Este trabalho foi publicado na revista *Humanitas,* IX-X (nova série: VI-VII), 1957-1958, pgs. 21-32.

ACERCA DOS INÉDITOS DE JOÃO DE BARROS

Luís de Matos
Faculdade de Letras, Paris

RESUMO:

Em 1583 Francisco de Barros tinha em seu poder três manuscritos deixados por seu pai João de Barros: a Quarta Década, Quarenta Livros sobre comércio, moedas, preços, fretes, seguros e prazos, e a Geografia. Destas três obras, sòmente a primeira estava inteiramente concluída e pronta para a impressão. Pelo contrário, Barros não terminara a redacção dos Quarenta Livros, e a Geografia, «con sus tablas muy puntuales de cada region y sus historias a modo de Estrabon de los ritos, leyes, costumbres y grande precision en las alturas» não ficara «de todo punto limada sino así de primero deboço». Os referidos manuscritos foram adquiridos pelo rei de Espanha, cuja intenção era, quanto aos Quarenta Livros, de «dar cargo a persona suficiente (si la avra) que los acabe».

A «UTOPIA» DE THOMAS MORE E A EXPANSÃO PORTUGUESA

Luís de Matos
Faculdade de Letras, Paris

RESUMO:

A *Utopia* de Thomas More tem sido considerada uma obra de ficção. Deste modo o português Rafael Hitlodeu, interlocutor de More, seria um personagem imaginário, a sua viagem — Brasil, Ceilão, Calecut — seria fantasista, as regiões geográficas não corresponderiam a nenhuma realidade, e a organização religiosa, política e social da Ilha de Utopia seria criação exclusiva de Thomas More. Pretende-se demonstrar pelo contrário: 1) Que nada se opõe a que Rafael Hitlodeu tenha realmente existido; 2) que a viagem — Brasil, Ceilão, Calecut — foi levada a efeito por vários Portugueses antes da impressão da obra de More; 3) que as regiões geográficas podem fàcilmente localizar-se; 4) que a organização religiosa, política e social é, em grande parte, aquela que os portugueses encontraram no Oriente ou aí criaram anteriormente à publicação da *Utopia*.

RELATÓRIO

POR

LÉON BOURDON

Le Thème I de la Section III, *O Humanismo português e as suas relações europeias*, a inspiré 5 communications dont, notons-le en passant, les auteurs appartiennent tous à une Université étrangère. C'est là un indice de l'intérêt profond que suscite, hors du Portugal, l'étude de l'humanisme portugais, dont l'importance s'apprécie d'ailleurs d'autant mieux qu'on le replace dans le courant humaniste européen de son temps.

La première communication, *Jugements d'humanistes anglais sur le «cicéronianisme» de Jerónimo Osório,* ne vient en tête que par la grâce de l'ordre alphabétique, et il suffira sans doute de reproduire ici le résumé fourni par son auteur (v. pgs. 380).

* * *

La seconde communication, *Acerca dos Inéditos de João de Barros,* a pour auteur M. Luís de Matos, de l'Institut d'Études portugaises de la Sorbonne. N'en ayant pas le texte sous les yeux, je suis contraint de n'en reproduire ici que le résumé: (v. pgs. 392).

Mais ce que l'éminent érudit qu'est M. Luís de Matos dissimule avec une regrettable modestie, c'est que le document d'où il a extrait les quelques phrases citées dans son résumé est lui-même inédit. Je crois savoir qu'il l'a récemment découvert au cours d'une très fructueuse campagne de recherches au British Museum. On ne peut que désirer qu'il le publie sans tarder, ou plutôt que, avant de le publier, et grâce aux indications fournies par ce texte précieux, il parvienne à découvrir l'endroit où se cachent peut-être encore les ébauches des *Quarenta Livros* et de la *Geografia* de João de Barros.

* * *

La troisième communication, *A Utopia de Thomas More e a expansão portuguesa* est également présentée par M. Luís de Matos. C'est un travail considérable de 84 pages où M. Luís de Matos fait preuve, une fois de plus, de cette érudition et de ce sens de l'interprétation des textes, qui l'ont déjà si souvent conduit hors des chemins battus et rebattus de la critique traditionnelle.

On sait que Thomas More raconte comment, dans le courant de 1515, il eut l'occasion de rencontrer à Anvers un Portugais, Raphael Hythlodée, qui, ayant suivi Américo Vespucci dans ses trois derniers voyages, était resté avec plusieurs compagnons dans un fortin de la côte du Brésil, d'où, par miracle, il avait gagné la Taprobane, c'est-à-dire Ceylan, puis Calicut, avant d'être, contre toute espérance, ramené chez lui par des vaisseaux de ses compatriotes; et c'est ce Rapahel Hythlodée qui, tout en lui faisant le récit de ses aventures, lui aurait décrit les moeurs et les institutions des habitants de l'île dUtopie où il aurait vécu pendant cinq ans.—Raphael Hythlodée, dont le nom signifie «conteur de balivernes» ne serait-il pas un personnage purement imaginaire, inventé de toutes pièces par Thomas More pour donner une apparence d'actualité et de vraisemblance à l'*Utopie?* C'est ce que pense le plus souvent la critique moderne, qui se refuse à admettre que Thomas More ait pu recourir à d'autres sources que des sources écrites telles que la *République* de Platon, la *Cité de Dieu* de Saint Augustin, les *Navigations* de Vespucci, pour ne citer que les principales. M. Luís de Matos estime au contraire que Raphael Hythlodée a réellement existé et que, en dépit du pseudonyme péjoratif sous lequel se dissimule son identité, il a fourni à Thomas More des renseignements vérifiables sur des faits parfaitement authentiques.

Le périple d'Hythlodée n'a, selon M. Luís de Matos, absolument rien d'impossible. Il a fort bien pu accomplir la traversée de Lisbonne au Brésil avec Vespucci en 1503-1504, puis aller du Brésil à Moçambique en 1506 sur un navire de la flotte de Tristão da Cunha. On sait par ailleurs qu'un des capitaines de Tristão da Cunha, João Gomes de Abreu, alla de Moçambique à Madagascar, où demeurèrent 5 ou 6 hommes de l'équipage, lesquels furent recueillis en 1508 par la flotte de Diogo Lopes de Sequeira qui mit ensuite le cap sur Ceylan avant de jeter l'ancre à Cochim. Et de Cochim à Calicut, il n'y avait qu'un pas, qu'Hythlodée franchit sans doute sans encombre.

Les détails géographiques révélés par Hythlodée à Thomas More ne relèvent en aucune façon, d'après M. Luís de Matos, d'une géographie mythi-

que. Hythlodée décrit en effet trois secteurs de la côte d'Afrique en des termes qui correspondraient à la réalité. M. Luís de Matos me permettra une timide remarque en ce qui concerne le 1er secteur, car, aurait dit Hythlodée, «sous l'Equateur, de chaque côté de la région qu'embrasse l'orbite du soleil, lui et ses compagnons ne rencontrèrent qu'une vaste solitude brûlée par une chaleur continuelle... Partout la désolation: cette région, au sol effrayant et inculte, avait un aspect sinistre...» Or, ce n'est certes pas ainsi que se présentait la côte de l'Afrique équatoriale, surtout au Cabo do Monte, où toucha précisément la flotte de Tristão da Cunha à bord de laquelle, dans l'hypothèse de M. Luís de Matos, aurait voyagé Hythlodée. Mais enfin, supposons que Thomas More ait mal compris Hythlodée. Quoi qu'il en soit, le 2ème secteur, où «la nature s'adoucit, le climat devient moins torride, la terre se pare de verdure», a des traits de ressemblance avec l'Afrique du Sud, de l'Angra de Santa Helena à l'aguada de São Bras. Et le 3ème secteur, «où l'on découvre des peuples, des villages, des villes, où se fait un commerce actif, non seulement avec l'intérieur, mais aussi avec des nations éloignées, par terre comme par mer», n'est-ce pas la région de Sofala et de Moçambique?—Hypothèse heureusement renforcée d'ailleurs par la ressemblance des navires indigènes décrits par Hythlodée et de ceux qui étaient effectivement en usage dans la région.

Reste le problème de l'île d'Utopie, cette «Ile de Nulle-Part», dont le nom même semble indiquer qu'elle n'est qu'une fiction. Erreur, déclare M. Luís de Matos: L'Utopie est une réalité, et le tableau qu'elle offre n'est pas autre chose que celui des contrées de l'Inde fréquentées par les Portugais depuis le Golfe Persique jusqu'à Malaca, et plus spécialement encore de celles où ils s'étaient établis. Après avoir examiné les différents aspects de l'Utopie au point de vue politique, social, économique, militaire, religieux, après les avoir comparés aux mêmes aspects de l'Orient portugais du début du XVIe siècle tels que les révèle en particulier Duarte Barbosa dont le *Livre* est contemporain de celui de More, M. Luís de Matos conclut: «Si l'un ou l'autre des nombreux rapprochements que nous venons de faire peut, isolément, laisser quelque place au doute, leur ensemble, par contre, paraît bien emporter la conviction». Je ne suivrai pas M. Luís de Matos dans ses minutieuses comparaisons. Je dirai seulement que l'île d'Utopie apparaît bien comme la synthèse des traits les plus caractéristiques de l'Orient portugais, et l'on est bien souvent tenté de conclure que Thomas More avait lu Duarte Barbosa.

Et après tout, Raphael Hythlodée ne serait-il pas Duarte Barbosa lui-même? Telle est la question que pose, pour finir, M. Luís de Matos, et à laquelle il a bien envie de répondre par l'affirmative. «Duarte Barbosa,

dit-il, se trouvait dans l'Inde en mai 1514, date à laquelle Albuquerque signa l'ordre de le faire arrêter, ordre à l'exécution duquel s'opposa le Samorim de Calicut. Si nous admettons, ce qui n'est pas impossible, qu'à la fin de 1514, il s'embarqua pour Lisbonne afin de se justifier auprès du Roi, rien n'empêche qu'il se soit trouvé à Anvers à l'automne de 1515. Il est en tout cas curieux de remarquer que, selon More, Hythlodée séjournait au Portugal à la fin de février 1517, et nous savons qu'il en était ainsi de Duarte Barbosa dont la présence est attestée à Lisbonne en janvier de cette même année et qui, pourvu d'un poste à Calicut, dut repartir pour l'Inde en avril suivant». Il est malheureusement bien difficile de préciser certains détails essentiels de la biographie de Duarte Barbosa, et, parmi les documents de l'époque où figure le nom d'un Duarte Barbosa, M. Luís de Matos a eu quelque peu tendance à ne retenir sans justification suffisante que ceux qui permettraient à notre Duarte Barbosa de se trouver à Anvers à l'automne de 1515 et à Lisbonne en janvier-février 1517.

Mais si Hythlodée n'était pas Duarte Barbosa, c'était selon toute vraisemblance un Portugais qui en savait aussi long — et peut-être davantage que Duarte Barbosa sur les choses de l'Orient. Et c'est bien cela qui importe. Remercions M. Luís de Matos de nous avoir ouvert cette perspective sur l'*Utopie* de Thomas More.

* * *

Si l'humanisme anglais, en la personne de Thomas More, doit beaucoup au Portugal, le Portugal doit beaucoup à l'humanisme italien, en la personne de Pétrarque, et la quatrième communication, présentée par M. Giuseppe Carlo Rossi, de l'Institut de Philologie romane de l'Université de Rome, sur *O Petrarca humanista na obra de Frei Heitor Pinto,* en fournit une nouvelle preuve. M. Giuseppe Carlo Rossi, s'est déjà plus d'une fois attaqué au vaste problème de l'influence de Pétrarque sur la littérature portugaise, et l'on n'a pas oublié ses belles études sur *La poesia del Petrarca in Portogallo* et sur la *Presenza del Petrarca nella mistica portoghese del Cinquecento.* Dans ce dernier travail, il attirait plus spécialement l'attention sur la présence de Petrarque dans l'oeuvre de Frei Amador Arrais. La présente communication a pour but d'évaluer la dette de Frei Heitor Pinto et de son *Imagem da Vida Cristã* à l'égard du *De Remediis* et du *De Vita Solitaria.*

Cet inventaire s'impose en effet, et depuis longtemps. «Il est généralement admis, déclare M. Giuseppe Carlo Rossi, que Pétrarque humaniste a laissé, dans la littérature portugaise, des traces non moins remarquables que Pétrarque poète. Mais l'identification en est encore à faire. Elle aurait

dû pourtant précéder l'analyse de l'influence de Pétrarque poète, puisque Pétrarque humaniste a, le premier, éveillé l'intérêt culturel et littéraire dans la Péninsule ibérique». Le domaine où une telle recherche pourrait d'ailleurs aboutir aux résultats les plus utiles est, selon M. G. C. Rossi, celui de la littérature mystique, qui mériterait d'être entièrement relue à la lumière du pétrarquisme. Et c'est bien à cette lumière que M. Rossi nous invite à relire avec attention l'*Imagem da Vida Cristã.*

L'atmosphère qui imprègne ces onze dialogues est, tout comme celle que l'on respire chez Pétrarque, à la fois classique et chrétienne. Mais M. Rossi en analyse avec finesse les différences qui apparaissent le plus nettement entre le *De Vita Solitaria* et le *Diálogo da Vida Solitária.* Dans le premier, où Pétrarque s'inspire plus étroitement des textes profanes que des textes sacrés, Solitarius se partage entre l'étude des lettres et la pieuse méditation. Dans le second, où Frei Heitor Pinto fait plus appel aux textes sacrés qu'aux textes profanes, l'ami de la solitude concentre tous ses efforts en vue d'une exaltation de sa vie intérieure.

On voit l'intérêt que présent la substantielle communication de M. G. C. Rossi, dont nous souhaitons qu'il nous donne bientôt ce qu'il est sans doute mieux que personne en mesure de faire à l'heure actuelle: une étude d'ensemble sur le pétrarquisme au Portugal.

* * *

La cinquième et dernière communication, adressée par M. Paul Teyssier, de l'Université de Toulouse, traite de: *L'Historia de Portugal de Fernando Oliveira d'après le manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris.*

Après une description de ce manuscrit (*Portugais* 12, ex-*Portugais* 5), dont on ignore comment il entra dans les collections de la Bibliothèque Nationale, M. Teyssier analyse deux des œuvres, incontestablement originales et autographes, qu'il contient: le *Livro da Antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal,* et l'*História de Portugal.*

Du *Livro da Antiguidade,* les 7 premiers chapitres sont perdus et le manuscrit n'en conserve que les chapitres 8 à 12, ce dernier constituant la conclusion de l'ouvrage dont il énonce l'idée générale, à savoir que «o reyno de Portugal he antigo e foy sempre livre e nunca foy vassallo doutra algũa nação». Mais citons avec M. Teyssier les dernières phrases du livre:

«Fica provado nos capitolos precedentes que estas terras de Portugal forão as que premeyro povoarão assi os Gallos como os Galleses, progenitores da Espanha, donde se chamarão Gallacia e Gallecia e Portugallia, o

qual nome dura ateegora, porque a terra não foy destruida nem possuida doutra gente. Dixe que os successores de Cargores e Habis, seu neto, reynarão nesta terra atee o tempo dos Romanos e conservarão nella o reyno e liberdade. Dixe que no tempo dos Romanos o Convento Bracarense ficou livre de Bruto, e Lisboa era municipio, que tambem significa povo livre e senhor de suas terras sem conhecer superior. E despoys dos Romanos, em tempo dos Godos e Mouros, Sanct'Antonio, arcebispo de Florença, diz que esta terra não foy sobjeyta a alguns delles. Daqui por diante nem Leoneses nem Castelhanos mostrão quando nem como aquirirão licitamente o dereyto deste reyno e muyto menos o senhorio delle, porque elles não se contentão com ser reys de Portugal, mas dizem que são senhores delle e que os reys desta terra são seus tributayros e vassallos, mas não mostrão quando acquirirão este senhorio... e os Castelhanos muyto menos...» Les Portugais n'ont d'ailleurs jamais payé tribut aux rois de Castille, «como na segunda parte deste tratado mostrarey, annonce Fernando Oliveira, contando as vidas dos reys portugueses atee os de meu tempo».

L'*História de Portugal,* «recolhida de escriptores antigos e cronicas aprovadas», peut donc être considérée comme la suite du *Livro da Antiguidade* qu'il reprend en l'amplifiant. Le Livre I (9 chapitres) tend à prouver que, depuis Tubal qui peupla le premier le pays deux cents ans après le Déluge, le Portugal a toujours été un pays libre et policé, centre d'une brillante civilisation, et que ni les Romains, ni les Goths, ni les Arabes, ni les Léonais, ne l'ont jamais subjugué, et que si, avec Ferdinand le Grand, les rois de Castille en ont entrepris la reconquête, celle-ci ne leur a donné aucun droit sur lui, puisque «dereyto usado he justo que a fazenda furtada, quem a toma ao ladrão, se torne a seu dono». Le Livre II (5 chapitres) traite de «a vida do conde Dom Anrique e principio da restauração do reino», et nous y apprenons que c'est en qualité de roi de Portugal qu'Alphonse VI donna le Portugal en dot à Dona Teresa, laquelle, devenue veuve, eut une conduite irréprochable, car ses prétendus remariages avec le comte de Trava et le comte de Trastamara ne sont que d'affreux mensonges. Dans le Livre III (14 chapitres), il est question de la «vida e feytos heroicos del-rey Dom Affonso Anriquez», «restaurateur du royaume de Portugal». Du Livre IV, où devaient être racontés la «vida e feytos del-rey Dom Sancho» on ne possède que les 2 premiers chapitres et le début du 3ème qui s'interrompt brusquement au milieu d'une phrase.

Une minutieuse comparaison de textes permet à M. Teyssier de prouver que l'*História de Portugal* a été rédigée après le *Livro da Antiguidade.* A noter en particulier l'argument qu'il tire de la façon dont Fernando Oliveira a conçu le personnage de Dona Teresa. Dans le *Livro* il acceptait

encore les débordements de la reine-veuve. Dans l'*História,* il insiste au contraire sur sa conduite irréprochable. Cette réhabilitation est pour lui une idée fixe, car elle répond aux soucis patriotiques qui ont inspiré son travail.

Les deux ouvrages relèvent en effet de la littérature anti-espagnole de combat, et ils ont du être rédigés pendant la crise qui a suivi la catastrophe d'El-Ksar el-Kibir et la conquête du Portugal par Philippe II. Une allusion aux garanties données par ce dernier aux Cortes de Tomar de respecter l'autonomie portugaise montre qu'ils sont postérieurs, mais sans doute de peu, à 1581. D'autres indices, soigneusement relevés par M. Teyssier, prouvent qu'ils ont été écrits, non pas en France où H. Lopes de Mendonça pensait que Fernando Oliveira aurait pu aller rejoindre les partisans du Prieur du Crato, mais au Portugal même.

Quant à la «valeur» et à l'«intérêt» de l'oeuvre historique de Fernando Oliveira, la première est nulle, mais le second considérable. Fernando Oliveira est le contraire de ce que nous appelons un «historien». Il a peut-être, comme il le dit, remué les «cartorios do reyno» de la Torre do Tombo. Mais ses sources essentielles sont la *Cronica General* d'Alphonse X et le *Livro de Linhagens* du comte D. Pedro dont il accepte sans broncher les plus abracadabrantes «antiquités», auxquelles il n'hésite pas à en ajouter de son cru, et qu'il interprète toujours selon les besoins de sa cause au prix d'une dialectique parfois bien retorse. Mais l'intérêt ne réside pas dans ce que dit Fernando Oliveira: il est dans l'état d'esprit dans lequel il le dit. Passons sur l'historien. L'homme est là, devant nous, et quel homme! Il bougonne, il ironise, il tempête, il grogne, il injurie, il ricane. Quand il tient un Espagnol, il ne le lâche pas, et sa verve est intarissable. Saviez-vous que la Castille s'appelait jadis *Bardúlia* et ses habitants *bárdulos*? C'est pourtant ainsi, foi de Florian de Ocampo. Or *bárdulos* en latin veut dire «lourd, stupide, inconsidéré». Oui vraiment, les Espagnoles sont tous des *bárdulos* et l'on n'en finirait plus de conter toutes leurs «barduleries». Cette rage qui éclate à chaque ligne – et entre les lignes – témoigne de «tout le drame vécu par un patriote portugais après l'accession de Philippe II au trône de son pays. Les affabulations parfois délirantes de Fernando Oliveira montrent qu'il cherche dans le passé qu'il ressuscite une image du présent qu'il est en train de vivre... Philippe II d'Espagne peut occuper le trône de Tubal comme l'avait fait voilà des siècles Alphonse VI de Castille et de Leon: après lui viendra un Afonso Henriques, un *restaurador*...» En remontant vers le lointain passé national où il va chercher des motifs de fierté et d'espoir, Fernando Oliveira fait figure de précurseur et il annonce Duarte Nunes de Leão, Frei Bernardo de Brito et Frei António Brandão. Nous souhaitons que M. Teyssier publie un jour prochain ce *Livro da Antiguidade* et cette *História de Portugal* qui ouvrent de façon si personnelle le cycle de la «littérature autonomiste portugaise sous la domination des Philippes».

* * *

Au terme de ce rapport, qu'il me soit permis de souligner l'importance des communications présentées. Chacune d'entre elles aboutit à des conclusions qui incitent à la recherche dans des domaines qui n'avaient pas encore été explorés. Cela seul suffirait à prouver que le IIIe Colloque Luso-brésilien de Lisbonne n'aura pas été inutile. Mais je tiens aussi pour finir à mettre l'accent sur la vitalité des centres d'études portugaises à l'étranger dont tous ces travaux portent l'incontestable témoignage.

TEMA 2 — A NATUREZA E OS POVOS INDÍGENAS NA LITERATURA PORTUGUESA

Não foram apresentadas comunicações sobre este tema. Foram confiadas ao relator as comunicações seguintes:

Un relato árabe recogido por D. João de Castro

EUGENIO ASENSIO

Um códice literário do séc. XVIII relativo a S. Paulo

J. F. DE ALMEIDA PRADO

RELATOR

J. DO PRADO COELHO

UN RELATO ÁRABE RECOGIDO POR D. JOÃO DE CASTRO

EUGENIO ASENSIO
Instituto Español, Lisboa

LA LEYENDA DE TRIBA Y EL VIAJE AL PARAÍSO

Un historiador inglés del siglo XVIII, William Marsden, calificó a los exploradores portugueses en el Asia de «mejores guerreros que filósofos y más afanosos de conquistar naciones que de indagar sus costumbres y antiguedades» [1]. Sería exagerado pretender convertir las armadas de la especiería en expediciones arqueológicas y científicas. Pero – sirviéndonos de la distinción que Colón inauguró en su carta a doña Juana de la Torre – entre los *caballeros de conquistas y del uso,* no faltaban algunos *caballeros de letras* movidos más por el estímulo de la sabiduría que por el picante regusto de la pimienta y el clavo. Ninguno más etimológicamente *filósofo* – es decir amigo de saber – que D. João de Castro, el triunfador de Diu. Al rico se le dará, ha dicho el Evangelio. Y como si fuesen poco para su gloria sus obras ya conocidas, un hallazgo pequeño, pero significativo – el de un relato o complejo de relatos árabes por él recogidos – viene a revelarnos una nueva faceta de su inagotable curiosidad. El relato andaba en la Biblioteca Communale de Siena, perdido entre los papeles de un agente de negocios italiano, Raffaello Gualtieri.

D. JOÃO DE CASTRO CURIOSO DE ANTIGÜEDADES

No ha de sorprendernos el que su avidez de conocimientos le empujase a buscar las fuentes de la sabiduría popular, a convertirse en folklorista «avant

[1] Tomo la frase de C. R. Boxer «The Portuguese in the East 1500-1800» en la miscelánea *Portugal and Brasil,* Oxford, 1953, pág. 242: «The Portuguese being better warriors than philosophers, and more eager to conquer nations than to explore their manners and antiquities».

la lettre». Sus *roteiros* attestiguan con cuánta frecuencia en sus arduas navegaciones se paraba a interrogar a los hombres de los puertos, igual a pilotos que a personas doctas. El *Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo*[1] nos le muestra siempre gozoso de topar con un interlocutor aficionado a antiguallas, aunque sea moro, y contrariado por la falta de curiosidad de los cristianos abisinios. Entrasaquemos unas muestras: «Avida esta enformação dos frades pratiquei com huum mouro honrrado, muito letrado e curioso, o que nuncua achei en nenhum mouro, e prегunteilhe» (pág. 159). Después de resumir las escassas noticias que consiguió arrancar a los etíopes amigos, añade: «Estas sam as cousas que pude tirar da pratica dos Abbexiis, que foram assaz, segundo elles sam pouco amigos e curiosos de antiguidades» (pag. 159). Siempre «desejoso de saber» — como se confiesa en la pág. 157 — no se contenta con las explicaciones recibidas de los géografos e historiadores greco-romanos, e interroga incansablemente sobre el curso del Nilo, o sobre la razón del nombre que lleva el Mar Rojo o sobre los usos y ceremonias del Preste Juan.

Podemos, pues imaginar con cuánta curiosidad estudió este relato, recogido no sabemos dónde ni cómo en el breve tiempo que fue gobernador de la India o en su fugaz virreinato (setiembre 1545 — junio 1548). Algún rasgo notable debió solicitar su atención cuando lo juzgó digno de ser remitido a Lisboa, donde acaso se habría sumido por culpa de lo que Carolina Michaëlis apodaba el «desleixo fidalgo», si no lo hubiese salvado un caballero y negociante italiano.

UN NEGOCIANTE ITALIANO: RAFFAELLO GUALTIERI

D. João de Castro, en su carta de Goa, 29 de octubre de 1539, al Infante D. Luis, formularía su condenación de la codicia mercantil en una antítesis que lograría difusión casi proverbial:

> «Tenho por muito certo que asy como os portugueses guanharom a Imdia como valentes cavaleiros e os Imdios a perderan como mercadores e fracos, asy nola am de tornar a ganhar como valentes soldados, perdendo a nos outros como civeis chatims»[2].

---

[1] *Roteiros de D. João de Castro,* ed. de A. Fontoura da Costa, 5 vols., Agência Geral das Colónias, Lisboa 1940.

[2] *Cartas de D. João de Castro,* ed. de E. Sanceau, Agência Geral de Ultramar, Lisboa, 1955, pág. 42.

Jorge Ferreira de Vasconcelos, que por entonces andaba en la corte, debió admirar la fórmula afortunada, pues la encajó en su *Comédia Eufrosina,* que compuso pocos años más tarde. Allí figura en una imaginaria carta de India que envía el hermano de Silvia y es leida y glosada por Zelótypo[1]. Diogo de Couto la recoge en su *Diálogo do soldado prático,* tomándola al parecer de la *Eufrosina,* pues ambos suponen que circula a modo de sentencia entre los hombres de la India.

Nuestra narración recogida por un guerrero y salvada por un negociante podría simbolizar una más equilibrada visión de los problemas de la India. La desmesurada exaltación del heroismo — ya como fin en sí, ya como puntal del Imperio y de la fe — no debe estorbar la justa apreciación de los beneficios que el comercio trajo en la esfera de la política y en la esfera de la cultura. El más clarividente, aunque algo desmedido, elogio de la actividad mercantil como factor de progreso, se lo debemos a Jerónimo de Franchi Conestaggio, el mal afamado autor de *Dell'unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia,* Génova, 1585[2]. Conestaggio que residió largos años en Portugal, y cultivaba las musas en sus asuetos de mercader, publicó en Flandes una colección de *Rime,* la cual, ademas de seis poemas al rey Don Sebastián compuestos en Lisboa, contiene un interesante *Capitolo in lode de la mercantia*[3], en que no contento con atribuir al comercio la difusión de los *alti secreti di Natura* le hace inventor de la elocuencia y la literatura, autor de la náutica y la aritmética, y — paradoja ingeniosa — salvador de las almas de los infieles:

> Quant'alme che seguian l'infernal coro
> Merce de Mercantanti adoran Christo
> Sino oltre al regno de l'antico Poro
>
> O divino guadagno, od alto acquisto,
> O'mercantile honore, il Mundo tutto
> Egual, non che maggior, non ha mai visto.

---

[1] Ferreira de Vasconcelos, *Comédia Eufrosina,* Madrid, 1951, pág. 122: «Os nossos Portugueses vivem caa muy desordenada e viciosamente, em tanto que dizem os naturais da terra que ganharão a India como caualeyros esforçados e que a perderão como mercadores cobiçosos e viciosos».

[2] Esta historia disgustó a los portugueses que sin fundamento se la atribuyeron a D. Juan de Silva, el embajador de España. En cambio su *Delle guerre della Germania inferior,* Venecia, 1614, disgustó a los españoles y provocó las iras de Lope de Vega.

[3] Jeronimo Conestaggio, *Rime,* Amsterdam, 1619, págs. 77-81.

Y, después de consignár que la mercancía ha sido uso de grandes príncipes y de reyes, recuerda que el comercio ha sido fuente de nobleza y origen de la prosperidad de España y Portugal:

> Di doue ha Spagna i piu honorati fregi
> Salvo del mercantar? o doue viene
> Che i Lusitani son ricchi e egregi?
>
> Di questi il Rè col Regno si mantiene
> Di quel che sol col trafficar si miete...
>
> Quanti dal mercantar gentili hauete
> Visto spirti venir, Duchi e Marchesi,
> Spagna e Liguria mia voi lo sapete.

El mercader letrado y gentilhombre medró particularmente en las ciudades italianas. De Italia vino Raffaello Gualtieri, agente comercial y camarero secreto del Papa, a quien D. João III honró con el hábito de la Orden de Cristo, Los papeles de Gualtieri se encuentran en una Miscelánea signada D. V. 13 en *Biblioteca Communale* de Siena, entre ellos el cuento árabe que nos sirve de tema [1]. De la copiosa y revuelta papelada mercionaré tan solo dos documentos: un relato en italiano *Summa dell'assedio della città de Diu* que revela su interés por la cosas de la India (folio 151) y la cédula real (folio 21) fechada el 1 de marzo de 1552 en que le otorga el hábito de caballero «por quanto elle desejaua e tinha deuação... e a my poode muy bem seruir». Y en efecto al folio 29 certifica Bernaldim de Tavora que Rafael Gualtieri ha sido armado en la iglesia «da Conceição» de Lisboa.

El cuento árabe copiado por un amanuense cuidadoso ocupa diez páginas, empezando por el folio 219. Va precedido de una hoja en blanco en que una mano diferente ha escrito: *Inscrittion d'una pietra nigra che don Gio. de Crasto viceré dell'India mando da Cambaya in Portogallo fatta de un Arabo qual diceua intender la lingua della qual era detta inscrittione, cosa piu presto fabulosa ch'altro.* Una adición marginal de la misma letra completando una frase saltada atestigua la revisión, otra de letra diferente da la glosa, «çafrães» .s.*Nauio.*

[1] Diversas cuentas e informaciones económicas sobre todo eclesiásticas prueban su calidad de gestor de negocios.

Un arabista podría, fiado del aparente tono histórico de la primera parte, cribar las posibles referencias geográficas y biográficas, separando lo cerradamente novelesco, señalar las fórmulas y vocablos árabes que la traducción literal no ha sabido captar. Un linguista podría trazar la genealogía de ciertos vocablos que designan embarcaciones – como *zerca, çafrão* – y hallar la explicación de ciertos palabras extrañas, que ignoro si serán arabismos o italianismos, si meros yerros de amanuense: *luniata, barbos, logates* etc. Desbrozado el camino, cabría discutir las libertades que el árabe ladino se ha tomado, unas veces para mantener el color local, otras para no defraudar a sus interrogadores cristianos. Hay pormenores que se nos hacen sospechosos: por ejemplo el que los náufragos, desesperados de salvación, pidan perdón unos a otros, costumbre portuguesa consignada en los *Naufrágios,* en lugar de «dirigirse el último saludo» como acostumbran los navegantes de las *Mil y una noches.* Pero mi intento aquí es modesto.

Doy por asegurado que estamos frente a un cuento auténticamente árabe, aunque con verosímiles retoques e infidelidades de los intermediarios: el árabe ladino y su amanuense. Si no bastase la autoridad de D. João de Castro, recurriríamos a un cotejo con *Las Mil y una noches* [1] en las que sería fácil descubrir temas emparentados. El embrollado relato va precedido de una orden solemne de consignarlo por escrito, como encontramos a menudo en *Las Mil y una noches* [2], y rematado por el nombre del escriba que lo autentifica y fecha en el mes de Almoharán, el primero del año musulmán. El cuerpo narrativo consta de tres partes: leyenda de Triba, viajes maravillosos y anécdota que sirve de marco o une la sarta, como el hilo del collar.

1. La anécdota que encuadra, está constituida por la fuga de Aluadagua, hijo del rey Amaxamu, que llega a la ciudad de Triba. Su padre arrepentido de haberlo agraviado manda en su busca una flota, cuyos supervivientes descubren al fin su paradero. El hallazgo de Aluadagua cierra el relato, que así tiene la forma circular predilecta del Oriente.

2. La leyenda de Triba, ciudad varias veces tomada y destruida, trata de justificar su terrible destino mediante una enumeración de sus pecados, de los cuales el más nefando parece ser el haber hospedado a los extranjeros

[1] En mis escasa incursiones a la famosa colección, me serviré de Nikita Elisséeff, *Thèmes et motifs des Mille et une nuits,* Beyrouth, 1949, para las afinidades argumentales; de la reciente traducción de Francisco Gabrielli, para citas.

[2] Vide Nikita Elisséeff, ob. cit., s. v. *Consigner l'histoire par écrit,* pág. 102.

y comerciado con los hombres del Poniente. Ensamblada en el relato va una fatídica profecía, entreverada con preceptos sobre el arte de bien gobernar. La transición a los viajes maravillosos está formada por una seca descripción de las costumbres de la vieja Triba, en la que, junto a elementos de origen musulmán sobre el infierno y la idolatría, se injertan prodigios y monstruosidades ya conocidos por la antigüedad grecoromana y difundidos por la leyenda de Alejandro: amazonas, cinocéfalos, hombres sin ley ni rey.

3. El viaje maravilloso de los doce barcos o çafrães del rey Ajafam y el infortunado de la zerca, o barco de los muertos. La más sorprendente de sus aventuras es la navegación hacia la tierra del Paraíso: arrastrados por la corriente han derivado por canales subterráneos hasta llegar a unas tierras donde moran salvajes ignorantes del fuego, del lenguaje y la agricultura. Al cabo de diez meses de camino, topan con el Paraíso o *alferdeus* «onde acharam todos os desejos da alma». Sus experiencias son tan peregrinas que «estauam em duuida se era aquillo que viam assi como o elles viam o se estauam em algũ encamtamento», si los salvajes «eram creaturas se pesadellos». También la zerca de los muertos, resto de la flota que buscaba a Aluadagua, ha corrido pavorosas catástrofes: montañas de piedra imán que atraen los clavos de las naves y las disgregan, laberintos y remolinos oceánicos y un mar de barro rojo y maloliente, sin duda el mar Rojo, en el que perecen después de pedir perdón unos a otros «com grandes choros e gritos sobre as homdas do mar».

LOS TEMAS COMUNES A ORIENTE Y OCCIDENTE. EL VIAJE AL PARAÍSO

Confluyen en este complejo de narraciones temas y motivos que en el siglo XVI formaban parte del patrimonio imaginativo de los árabes y de los portugueses. Sea que estemos frente a materia folklórica sin patria que brota espontáneamente, sea que la palabra oral o escrita los hubiese diseminado de la India al Finisterre cruzando Persia y Arabia, muchos habían tomado carta de naturaleza en Asia y Europa. Desde remotos tiempos las tradiciones bíblicas y la leyenda de Alejandro habían ido sedimentando un común subsuelo de creencias e imaginaciones que vivían latentes en la tradición oral y asomaban de vez en cuando en la literatura. El viaje real de Marco Polo, el literario de Juan de Mandeville habían autorizado y acaso localizado una prodigiosa antropología, zoografía y mineralogía. Ningún lector de Marco Polo o de Mandeville – dos viajeros [1] que vieron cinocéfalos y amazonas – se extrañaría de saber como eran los perversos habitantes de la primera Triba: «As molheres nom tinhão senam hua tetta e eram formosisimas e os homens tinhão focinho como de cão e outros de feições de serpentes». Sobre estos y otros portentos – que a juicio de S. Isidoro no son *contra naturam* sino peldaños intermedios entre hombre y animal –, sobre su genealogía literaria que arrancando de Megásthenes el griego, subiendo por la *Gesta de Alejandro,* se ramifica en tratados científicos, como la *Imago Mundi* de Pierre d'Ailly y prolifera en obras imaginativas, puede consultarse el estudio de Rudolf Wittkower «Marvels of the East», que junto de la información literaria contiene la vera efigie de tan asombrosos seres dibujada por los ilustradores medievales [1].

[1] Sobre Marco Polo, consúltese L. Olschki, *L'Asia di Marco Polo,* Florencia, 1957: sobre Mandeville, J. W. Bennett, *The Rediscovery of John Mandeville,* New York, 1954.

De este común subsuelo imaginativo el episodio más demoradamente tratado en nuestro cuento es el viaje al paraíso terrenal y el recuento de sus prodigios. Respaldada por el texto del Génesis, por las glosas del Corán, el Talmud y los Santos Padres, había ido coloreándose la pintura del jardín edénico que los vicionarios contemplaban en sus trances, los alegoristas interpretaban, los geógrafos intentaban localizar y algunos exploradores presumían de haber columbrado a distancia. Por último, algunos temerarios consiguieron traspasar sus linderos y pisar el suelo vedado y milagroso. Así lo contaban a los menos.

La tradición de la existencia geográfica del Edén y los relatos de sus visitadores visionarios o viandantes han ocupado a la erudición portuguesa y española. El Vizconde de Santarem, los comentadores de Zurara la han estudiado en conexión con los descubrimientos: José Filgueira Valverde y Maria Rosa Lida de Malkiel en relación con la literatura medieval [2].

[1] R. Wittkower «Marvels of the East», *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes,* vol. V, 1942 págs. 158-197. Sobre la leyenda de Alejandro, George Cary, *The Medieval Alexander,* Cambridge, 1956. La fascinación de estas criaturas era tan viva que todavía Sebastián Muenster en su *Cosmographia* (1544), aun expresando dudas sobre su existencia intercala sus tradicionales retratos.

[2] Vicomte de Santarem, *Essai sur l'histoire de la cosmographie...* 3 tomos, Paris, 1849-1852: su obra fue ampliamente utilizada por A. Graf «El mito del paradiso terrestre» en *Mitti, leggende e superstizioni del Medio Evo,* Turín 1925. Sobre Gomes Eanes de Zurara y el paraíso, A. J. da Costa Pimpão, *História da Literatura portuguesa, I* 296-7: José Filgueira Valverde, *La cantiga CIII. Noción del tiempo y gozo eterno en la narrativa medieval.* Compostela, 1937, págs. 21-38. María Rosa Lida de Malkiel, anejo a H. R. Patch, *El otro mundo en la literatura medieval,* México, 1956, págs. 371-449. En Italia L. Olschki, *Storia letteraria delle scoperte geografiche,* Florencia, 1937, ha tratado de lo que llama *geografía ideológica.* Todavía en 1538 Pedro Ciruelo incluía en sus *Paradoxae quaestiones*

El problema de los cuatro ríos del paraíso, fuente y manantial de los restantes, desazonaba a los exégetas de la Biblia. Santarem recoge ya la opinión de Teodoreto según la cual el Eufrates y el Tigris fluían por invisibles cauces soterraños hacia las sierras de Armenia y Etiopía donde renacían: el mapamundi del *Polychronicon* de Ranulplus hace reaparecer el Nilo tras un eclipse por bajo del Mar Rojo[1]. El misterio, aceptado o puesto en duda, de estos ríos espoleaba a los exploradores portugueses del siglo XV cuando a través del Africa pretendían alcanzar «no solo la tierra de los Negros y del Nilo, según el vivo deseo del Infante, sino *siquer ataa o Paraiso terreal*»[2], latía tras los versos de Gil Vicente en el *Auto dos quatro tempos,* y suscitaba las metódicas pesquisas de D. João de Castro cuando interrogaba a los etíopes sobre el curso escondido del Nilo: «Ora inquirindo por estas pessoas se era verdade que este Rio em muitas partes se metia por baixo da terra e tornaua a sair de nouo di a grandes jornadas, soube que nam auia tal cousa»[3]. Porque D. João, aunque mencione los autores antiguos y no los exégetas de la Biblia está matando dos pájaros de un tiro.

El detalle de los canales subterráneos que salen del Paraíso ha gozado especial atención porque de soslayo aparecen en el *Kubla Khan* de Coleridge. Las fuentes de este poema han sido minuciosamente indagadas en el célebre y celebrado ayer, hoy discutido libro de J. L. Lowes, *The Road to Xanadu,* que cree descubrir el esencial estimulante de la imaginación del poeta romántico en un pasaje de Mose bar Kefa, escritor sirio jacobita y obispo de Mosul (815-903) el cual compuso un libro sobre el Paraíso terrenal[4]. Según el exégeta sirio la tierra del jardín de Adán se halla más alta que la nuestra, ya que de otro modo sería imposible que los ríos, pasando bajo el mar immenso, rebrotasen en la nuestra. Traduzco un trecho: «Cierto es que aquellos ríos, que manan en un lugar elevado, forzados y comprimidos por su curso precitado, se hunden impetuosamente, corren raudos bajo la tierra y el vasto mar, brotan de nuevo en esta tierra nuestra y por ella fluyen. Porque aquellos cuatro ríos – es decir el Tigris, el Eufrates, el Gihon y el Phison – pasan

---

decem, Salamanca, una discusión *De loco Paradisi terrestris.* En el siglo XVII el P. Vieira y Antonio de León de Pinelo, a la zaga de Colón, situaron el Paraíso en el Nuevo Mundo.

[1] Santarem, *ob. cit.*, II, 143-4, nota.

[2] Costa Pimpão, *ob. cit.*, pág. 196.

[3] João de Castro, *Roteiro de Goa a Suez,* pág. 56.

[4] J. L. Lowes, *The Road to Xanadu,* Cambridge, 1927, págs. 388-90 y 592. Maud Bodkin, *Archetypal Paterns in Poetry,* Oxford, 1934, ofrece una interpretación psicológica de estos ríos, con arreglo al sistema de C. G. Jung.

bajo el mar y brotan nuevamente en la tierra que habitamos, según el testimonio de Efrén, *Comentarios al Génesis* y de otros»[1].

Ocioso sería documentar la trivial imagen de los ríos soterraños entre los cristianos, pues hasta pasó a las antologías escolares y en una de ellas, la *Margarita philosophica* de Reisch, muy frecuentada en el siglo XVI, la ha encontrado A. Epiphânio de Silva Dias en sus apostillas a Camões[2]. Que la quimera, llevada por los nestorianos, los talmudistas o por cualquier conducto, rodaba entre los musulmanes, nos lo muestra nuestro cuento. En él la tradición de origen sacro es desviada para inventar una portentosa aventura a que se ven arrastrados los hombres del rey Ajafam. Suben a la zerca de los muertos y «entam se deram por perdidos e cortaram a corda e foram pella corremte abaixo... duas noutes e dous dias e cahio nelles tamanha escuridade que nõ sabiam quando era noite nem dia, nem se hiam por baixo da terra se por cima de agoa: senam ouuião grandes pamcadas que o maar daua e nom sabiam omde, e semtiam de tras de si gramdes ventos... e hião tamto pera baxo que parecia que deciam do ceo... e isto passaram assi quantidade de XX dias. E depois viram o sol».

Aun les esperan temerosas pruebas, riesgos y caminatas por un país salvaje, por sierras y ciudades deshabitadas hasta que llegan a *alferdeus:* el Corán llama *firdaus* al Paraíso según los conocedores[3]. Los viajeros cristianos no solían penetrar en el jardín de Adán, como no fuese en visión: obstáculos infranqueables, muros temerosos, espadas angélicas les cerraban el paso. Ni el osado Juan de Mandeville logró poner el pie. Confiesa: «Yo no sabría propiamente hablar del Paraiso, porque no estuve en él y ello me duele y hace pensar que no lo merecí, pero lo que oí decir a los más sabios de allí, lo escribiré con gusto»[4]. Pondera los pavorosos riesgos del viaje y añade: «Muchos grandes señores han querido repetidas veces probarlo y caminar por estos ríos con grande compañía hacia el Paraíso, pero no pudieron encontrar jamás el camino, sino que muchos de ellos murieron en las selvas o navegando». Los viajeros de nuestro relato, más dichosos, entran en el jardín inmenso. Allí «acharam todos os desejos da alma / e suas pedras eram preciosas e seus arvoredos muy cheyrosos, e suas eruas como flores de

---

[1] Traducción latina en Migne, PG, tomo 111. El trecho mencionado en pág. 494.

[2] Camões, *Os Lusiadas,* Porto, 1916, pág. 253, nota a IV, 74.

[3] Vacant-Mangenot, *Dictionnaire de théologie catholique,* s.v. *Coran* col. 1813.

[4] No teniendo a mano ninguna de las rarísimas impresiones españolas de Mandeville, me sirvo de la italiana: Joanne de Mandeville, *Qual tracta de le piu marvegliose cose...,* Venecia, 1521, Cap. 182, folio 116: «Io non saperia propriamente parlare del paradiso, che io non vi fu: e cio mi dole» Tampoco el Infante don Pedro, el de las siete partidas, entró.

contino e seus figueiraes dão fruito em todo o tempo de todalas feições de fruitas do mundo... e quem entrar nelle numca vera tristura do coração nem envelhecerão». La descripción que sigue tiene pormenores comunes a otras pinturas del Paraíso, como la *Navegación de S. Balandrán* o utopías geográficas afines, como la *Carta del Preste Juan* [1]. Accesorios orientales parecen en cambio «hus passaros que tem o pescoço branco e o corpo verde que cantam a la luniata cousa de maravilha», «e huas creaturas que parecem almas dos peitos pera cima que cantam cousa de maravilha». (El viaje de nuestros héroes al Edén no es único en la novelística árabe. También Buluqiya arriba a una «isola simile al Paradiso terrestre» [2]). A pesar de los encantos del lugar, nuestros héroes se alejan del jardín al cabo de 35 días, embarcándose para Triba.

No es el tema del Paraíso el único que en nuestro cuento muestra la facilidad con que la materia fabulosa saltaba la frontera de Oriente y Occidente. Marco Polo [3] había mencionado naves construidas sin clavos. Juan de Mandeville había racionalizado esta ausencia del metal: «Sono le nave de legno senza chiodi de fero (sic) per li sasi de la calamita de laquale nel mare e tanta quantita» (cap. 131). El reciente crítico — más bien apologista — de Mandeville, J. W. Bennett, parece suponer que esta explicación brotó del cerebro calenturiento del extravagante viajero [4]. Pero lo mismo nuestro cuento que *Las Mil y una noches* refieren la perdición de mareantes cuyos navíos se deshicieron cuando la calamita imantó y atrajo sus clavos.

LA CIUDAD MALDITA: LA XENOFOBIA ÁRABE

La literatura del mundo ha frecuentado el tema de la ciudad maldita. Pero nuestra leyenda le da un sesgo peculiar al intercalar el concepto de que

---

1 Consúltese George Boas, *Essays on Primitivism and Related Ideas in the Middle Ages*, Baltimore 1948. «Earthly Paradises», págs. 154-174.

2 *Le mille e une notte*, Prima versione italiana integrale... diretta da F. Gabrielli, Turín, 1955 4.ª edición, II, 687. En el cuento de Buluqiya, igual que en el nuestro hallamos al rey que manda navíos por los mares en busca de su hijo perdido. El rey Tigmus, al desaparecer Gianshà, «riuni cento navi, vi fece salire soldati e ordinò loro di percorrere il mare ricercando suo figlio» (*Ibidem*, II, 703) No acabaríamos de enumerar las semejanzas argumentales entre *Las mil y una noches* y nuestro cuento. Recordemos los viajes de Sindibad, especialmente el sexto y sétimo en que la corriente de un río subterráneo le arrastra a extraños parajes. O cotejemos el índice de temas y motivos de Elisséeff: «Naufrage» págs. 146-7, «Hommes monstrueux» 131-2, «Montagne d'aimant» 177, «Voyages merveilleux» 170.

3 Marco Paulo, Lisboa, 1502 (reimpresión de Esteves Pereira, Lisboa, 1922) parte I, cap. 23.

4 J. W. Bennett, *ob. cit.*, pág. 36.

la ruina ha sido provocada por haber acogido a los extranjeros y de que una nueva catástrofe la azotará cuando lleguen los hombres del poniente. Se trasluce aquí una reacción imaginativa frente a las navegaciones, comercio y conquista portuguesa. Quizá existían viejas fábulas que han sido aplicadas a los advenedizos europeos, como los oráculos mejicanos que con sus terrores y presagios sobre el hundimiento del imperio azteca allanaron la tarea de Hernán Cortés y sus soldados.

La sucesión de infortunios y matanzas que señala el destino de Triba halla su justificación en una vetusta profecía en la cual alternan las maldiciones apocalípticas con retazos didácticos de preceptos para el buen gobierno de un estado. ¿Ayudaría a moldear estos consejos la noticia de la xenofobia china? [1] En forma de profecía cristaliza el terror de los árabes ante los portugueses en esta leyenda de Triba: «Numca confiaras dos Ponentes — es decir de los hombres del Occidente» — e numca deixaras desembarcar anhũa pessoa no mar somente em tuas terras. E tuas mercadorias faras o mais que poderes que nam sayam fora do Regno. Milhormente trataras nas terras alheas que tratar ninguem nas tuas, nem nhũ estrangeiro deixes morar nas tuas terras... Nem deixaras nhũ embaixador ou qual quer estrangeiro que vier negocear que esteja mais que tres dias, afortelezaras todos os portos do mar por que daqui se podera descobrir o mundo q esta emcuberto... E nunca poras aduana pubricamente em todas tuas terras ao trato». Y como si estas directas máximas no bastasen, la leyenda condensa y proyecta esta xenofobia en un acontecimiento simbólico: «Se achaua nos livros dos velhos e autores verdadeiros que a primeira parede de estalagem que se fez no mundo foi esta cidade de Triba», Por esta espantoso pecado «saltou o fogo do ceu nelles e os queimou todos». Toda historia es historia contemporánea y la advertencia a los vivos puede disfrazarse de profecía ya cumplida una vez.

NUESTRO CUENTO Y LA LITERATURA PORTUGUESA

Este relato es el único cuento árabe fielmente recogido por los portugueses en el primer medio siglo de su estancia en la India, a lo menos el único que ha salido a luz. Con tan escasa materia de comparación no se puede

---

1 De los textos abundantes sobre esta cautela china, tomo el primero que me viene a mano, el de Diogo de Couto, *Diálogo do soldado prático* (la redacción con dos personajes) Lisboa, 1790, pág. 96: «Daqui a poucos tempos a India sera China, e ja o fora se a gente da terra quizera ter com nosco mais mistica conversação do que tem: porque não querem de nós, nem de nenhum estrangeiro mais que o commercio das fazendas, e que não façam assento na terra».

ir muy lejos, ni elevarse a conclusiones seguras. Pero quizá ofrece un botón más de muestra de las semejanzas y diferencias que ligaban y separaban a las dos culturas en contacto.

Nuestro cuento es un revoltijo, una olla podrida en que hierven a la vez la historia y la profecía, la didáctica y la fábula, la experiencia del navegante y las quimeras del novelador. Este carácter misceláneo, que no repugnaba a la literatura medieval de la Península, desagradaba a los descubridores del siglo XVI imbuídos del afán de claridad y ordenación propio de su tiempo. El viaje, el *naufrágio*, la historia y la geografía, la novela y el poema épico tendían a diferenciarse y a guardar celosamente sus límites. Los monstruos y prodigios del Oriente, ahuyentados de la cosmografía y de la literatura seria, se refugiaban en los libros de cordel, en el viejo Juan de Mandeville mirado ya como libro fabuloso, en el joven *Libro del Infante Don Pedro*, que rodaba por ferias y plazuelas haciendo las delicias del vulgo, primero en castellano, más tarde en portugués. Quizá esconde un indicio valioso este curioso hecho de que los libros de cordel sobre la India se escribiesen en castellano, pues sospecho que hubo otros del mismo género como el folleto de Juan Augur de Trasmiera, *Tratado de la conquista de las Islas de Persia y Arabia, de las muchas tierras, diversas gentes y estrañas e grandes batallas que vio*, Salamanca, 1512[1]. Lo sospecho no solo por el título, sino porque el travieso bachiller escribía los libros de cordel, como el pleito de los judíos con el perro de Alba[2].

En el plano de la sensibilidad nada se oponía a que los motivos desligados fuesen hospitalariamente acogidos en la imaginación y la literatura portuguesa. La barca de los muertos, los náufragos sedientos que mueren por beber con exceso podrían figurar en la *História trágico marítima*, pues son experiencias humanas y no invenciones artísticas. Pero en el relato árabe están encadenadas con prodigiosos acaecimientos que jamás cabrían en un *naufrâgio* portugués. El Occidente, personificado por los portugueses, reduce a número las cifras astronómicas — los 20.000 elefantes de nuestro cuento — y somente las arbitrarias maravillas a una relación de causa y efecto.

---

[1] La noticia en Nicolás Antonio, que remite a la *Junta de libros* de Tamayo de Vargas. No es este el único libro español sobre las navegadiones y conquista de la India que no se ha salvado. Fernando Colón poseyó y describió en el num. 3972 *la Conquista de las Indias de Portugal, de Arabia* y *Persia*, por Martín Fernández de Figueroa, Salamanca 1512. Véase Gallardo, *Ensayo*, III, pág. 542 o el facsímil Huntington del *Registrum*, Nueva York, 1905. Acaso se perdió por mero azar, acaso su enfoque medieval no pudo resistir la nueva objetividad de los relatos portugueses.

[2] V. Castañeda y Huarte, *Colección de pliegos sueltos*, Madrid, 1929 «este es el pleito...»

Las delicias de la India, los *fumos* subyugaron con exceso la sensualidad del portugués, pero no su razón, ni su sensibilidad literaria. Los propios motivos prodigiosos son empleados siguiendo las pautas y los hábitos de una tradición literaria diferente. Camões en el episodio de la *Isla enamorada* parece transportarnos a un Edén oriental poblado de hijas del Océano, deseosas de entregarse al guerrero y de iniciar una nueva raza. Pero las bellezas no se ofrecen al hombre como en los cuentos orientales, sino que han de representar a la manera occidental, a la manera clásica y cristiana la comedia del amor que se esquiva y resiste.

El portugués, seguro de su pasado y su presente, no propendía a someterse a la sabiduría del Oriente. Si en el dominio de la historia se ufanaba de haberse hecho a sí mismo, de ser hijo de sus obras, en la esfera de la cultura se sentía rico heredero del Cristianismo, de Grecia y de Roma.

TEXTO

A louvor do adorado. Isto aveis de contar nesta vida presẽte e uos sera lembrado pera sempre: de geraçam em geraçam contareis hũs aos outros pera saberdes a amtiguidade dos amtiguos E que lhe he aconteçido nestas povoações Egualmente faras saber aquem nam for lido E tuu ouvinte faras cõ que ouçam os que o nam viram. E treladareis isto E mandaloeis pellas cidades E villas E o imprimireis nas vossas coronicas Por que esta istoria he frol das istorias E sabereis sua significaçam que ao diamte achareis. Na era de quatrocentos E dezasseis annos em o nacimento de Jazes nos dias de lautanes emperador do monchanes E ardolinde Eu Aluadagua filho delRei amaxamu por hũ agravo que me elRei meu pai fez me parti do Reino com quaremta çãfrães poderosos E amdando pello mar, Dahi a nove meses fui ter ha cidade de triba / omde desembarquei com os que levava. E na cidade achei uuito pouca gemte da terra E sem senhorio E desordenados. E eu os pus em ordem E me conheceram por Rei daquella cidade. E depois de meu senhorio pergumtei algũs velhos da cidade por que nom avia nella Rei E por que avia nella tam pouca gemte pois avia tamtos edifiçios E era hũa cidade tam gramde E tam amtigua, Elles me mostraram hũa proficia que ao diamte achares E me disseram que elRei Zelzel por nome aução filho de auçam veo a con- tratar com albarjeneta Rei desta terra / por mar e por terra E depois de aver quinze annos que tinhão trato mandou elRei Zelzel seu filho mais moço per nome Zahaja com sua mercadoria secretamente per a terra da Imdia E como o filho foi na cidade de triba per consentimento de algũs da cidade que o na alfandega meteram, escreveo ao pai, levamtouse seu pai com armada por mar E por terra com trinta mil çafrães por maar E elle hia por capitam delles E duzentos mil alifantes togoyanos por terra E deLles hia por capitam elRei Xanoufes seu primo que os levou a conquistar outras terras. E alevantouse contra elle

(2)

E despois que Aarmada do maar partio dahi a seis meses chegou e desembarcaram no porto da almadia E foram por terra com grande poder E cercaram a cidade de triba tres annos continoadamente ate que foi vemcida per força darmas E foram mortos de ambas as partes duzentos e doze mil e oitemta e tres almas. E depois Regnou o mesmo Rei Zelzel desne sauade ate alaside e dahi ate arte almaluco e terra dos abexĩs e seu sñorio era terra de amdadura de seis meses. E sñor de trinta centos mil bestas de sua ceuadoura e fez sua morada na cidade de triba / depois de Regnar nove annos fez visoRei antimão filho de hũa forneira de baixo sangue e deulhe o sñorio da terra dos abexĩs somente. E porque o nam fez visoRei de todo o Reino ordenoulhe traiçam. E carteouse com alfambelrim Rei do algarve e deulhe emtrada e dahi a tres annos se alevantaram contra Zelzel Rei de triba seu sñor E se acharam jumtos sobre a cidade coremta

Reys: XXV da parte de antimão: e XV da parte de Zelzel. E ouve batalha dous annos continuados ate que os vivos morriam de fedor dos mortos de ambas as partes. E passados estes dous annos cercarão a cidade de triba doze dias e tomarão a cidade: e meterão quamtos nella estavam a espada e nelles se comprio o que era dito na profecia dos amtigos E forão degollados duzentos mil barbos conhecidos primcipaes e os puseram todos pemdurados nas ameas do muro. E as aves comeram dos corpos dos mortos quatro annos comtinuus E os vivos acarretauão nos mortos fora da cidade em carretas. E depois de aver quinze annos que senhoreava se ajuntarã quatro Reys poderosos alcarxĩs todos irmãos que se chamavã gaubalão, orabata, Iziria, Machina. que vieram cõ gramde quantidade de gente por mar e por terra sem comta, E cercaram a cidade seis meses ate que demtro na cidade se comião hũs aos outros com fome e vem ceram todos os termos e a fortaleza da

(3)

cidade nam, que estava aimda por antimão. E comcertaramse cõ elle que viuesse debaixo de sua mão e que lhes xeria tributario e elle foi contente. E depois de seis annos Passados morre o antimão e alevantaram hũ seu filho em lugar do pai por nome Jafar, e como senhoreou quatro annos alevantouse que nom quis comprir o que estava posto do pai E himdolhe LXXXIII homẽs da parte dos quatro Reis pedir o tributo que soya de pagar lhes mandou a todos cortar as cabeças e Pemduralos a porta da cidade e como os Reis souberam daquillo: no mesmo anno tornaram a vir sobre elle: E lhe tomaram a cidade: e nam a fortaleza. E mataram quamtos na cidade estavam sem escapar nhũa pessoa. E cercaram a fortaleza quatro dias: e como souberam que a nam podiam tomar se tornaram pera suas terras e se acharam pella comta dos mortos cemto e cimcoẽta mil pessoas. O cidade de triba aimda tuu has de negar e negaras teus filhos e conheceras outros. E tu seras primeiro dos mando da terra de Imdia toda De ti se começara alçar geração sobre tua gemte, tu nam teraas ley com ninguem e sobre ti viraa muita guerra q̃ tamtos sam mortos e morreram sobre ti. tu numca seras justa amiga a ninguem. / quem for contra ti tu seras por elle, tuas novas serã ouvidas por todo o mumdo ate que as pessoas as nam queirão ouvir. teu sino he guerreiro E sobre ti guerras. E tua estrella he de Rameira de sangue dalmas E teu vemto seraa contra teus filhos, de ti comunicaram em longes partes, E seram ouvidas tuas novas de levante ate ponemte, De ti se veram muitos sinaaes e milagres e tamtas mortes sobre ti pello maar; sobre ti sera gramde pramto e derramamento de lagrimas / o samgue de teu carneiro sera derramado por teus filhos, E a sua carne sera pera Voda dos outros / Tua figueira torçara seus Ramos e dara a fruita a outrẽ / gram prazer teraa quem sair de tua Rede / O quem lesse isto e podesse saber sua gsinificação. Juraria e compriria de em ti numca viver. Por que tempo vira que teus filhos nom se achara quem dee hum dinheiro por dez e seram derramados por todo o mumdo sem nunca terem Rey nem sñor e seram escravos e

(4)

sogeitos A toda geração ate que o pay nom possa valer ao filho: nem o filho ao pay. Nem se conheceram. E cousa mui maliciosisima seras. E tua alampada se apagara e nom se tornara mais Aacender. Tu tomaras por hũa Medida e daras per duas / o teu amor numca se compriraa / Teu mal numca se sabera, de tuas maas nouas numca se duuidaraa tu seras desamorauel A todas as gerações de berços legatos / aImda a ti ha de vir gemte logates / E tu negaras os po nemtes e daras aos levãtes aImda has de ser sogeita de gemte

que nũca foi nomeada e elles quebraram tua arredoma e com teu azeite se alumearam / teu emcantamento desmancharão / E Por isso nossos mandamentos são que numca com fiaras dos Ponentes E numca deixaras desembarcar a nhũa pessoa no maar somente em tuas terras E tuas mercadorias faras o mais que poderes, que nam sayam fora de Regno, Milhormente trataras nas terras alheas que tratar ninguem nas tuas, nem nhũ estrangeiro deixes morar nas tuas terras E numca faras a nhũ de baixo sangue que tenha Mamdo nem seja gramde; nem duuides do que o Rei quiser fazer o que elle fizer da o por feito nam ponhas muitos sñorios de Mamdo na cidade, nam deixes os homẽs Ricos que sejam amigos, nem teu Rey que tenha trato e tua moeda numca saya fora de teu Reino, nem moeda de outro Reino nom seja valiosa no teu, nem os filhos dos senhores dos teus Reinos que se nom casem em outros Regnos, nam deixaras nhũ embaxador ou qual quer estramgeiro que vier negocear que esteja mais que tres dias, afortelezaras todos os portos do mar por que daqui se podera descubrir o mumdo q̃ esta emcuberto. Guardaras principalmte Zeidum, o Zidianum, salvadores de nossas almas, que numca deixaras de adorar e crer o que teus pais tiveram por sua ley, E numca ajumtaras dous casaes Ricos por que a pobreza indireita o torto e a Riqueza emtorta o direito, nem consintirias que nhũa molher fique depois de seu marido, por que seja comprido o que antigamẽte he posto E numca poras aduana pubricamente em todas tuas terras ao trato. Olha mentes o que acomteceo aos primeiros destas povoações

(5)

E temeraas que te nam aconteça outro. Nam se cumpra o que he dito tambem por ventura em vos outros. E me disseram mais que se achava nos livros e ditos dos velhos eautores verdadeiros que a primeira parede de estalagem que se fez no mundo foi esta cidade de triba e assi se achava pellas eras e edifficios dantiguidades que ella foi de hũa gente que se chamava lialmodahina que falauam zulzulam por que achaujão suas lecturas sobre seus conselhos antes que fosse pouoada dos arabegos. E estes arabegos nom achauam senam edifficios e dizem que tem por certo que A gemte que soya pouoar aquillo que saltou o fogo do ceu nelles e que os queimou todos e os primeiros que pouoaram estas pouoações eram homẽs altos de corpo, pretos forcosos e semelhauam hũ camello q̃ cada cinco annos lhe punhão treze guardas nouas e os que o guardauão eram obrigados a hirem a hũ monte alto que se chamaua do arebelihi e nelle estauam hũas portas do Inferno e abaixo daquelle momte se achauam os edificios em que elles dauam cada mes cimquo almas ao demonio e numca mais apareciam e cuidauam que sobiam aos ceos E quamdo morria o camello aquellas guardas que acertauão de o guardar por justiça eram todos queimados em fogo e tomauam a carne daquelle camello pequena e pequena E traziam ao pescoço por Reliquias e elles numca comiam carne nhũa de nhũas alimarias senam de homẽs E numca tiuerã Rey nem sñor / cada hũ sñor de si, nom avia amtre elles casamẽto nem conhecimento dos filhos despidos e somitigos hũs aos outros e comiam os velhos e assi os mortos que morriam / E asi os doemtes primeiro que emmagrecessem. E por estas obras foram deitados lomge por serem suas terras postas sobre os Infernos e a terra lançaua e o mar fogo como Relampados. / E nestas terras se achauam muitas feições de gentes / As molheres nom tinhão senam hũa tetta e eram muito fermo sissimas e os homẽs tinhão focinho como de cão / e outros de feições como de serpẽtes que nam pareciam criaturas como se acharão aimda oje neste dia. E dizem os velhos que este mar pouco ha que começou a vir sobre esta terra. E tem debaixo de si hũ pedaço de Inferno / todo

(6)

Aquelle fio ate Janunçiam E emrriba do Inferno e nella ouuirão muito altas vozes dos demonios e tremer toda a terra e lamçar pedras e fogos e continoamente ha nesta terra escuridade e saem hũas cobras cabelludas do monte tamanhas como tamareiras / e serpentes de todas as feieões / e a terra se abria e sahiam dahi gramdes vemtos e frialdades que em qualquer tempo q̃ o vemto vinha daquella bamda queimaua todolos fruitos e novidades. E dahi a certo tempo de meu sñorio vieram aqui ter tres homẽs que me contaram que elRei ajafam mandara doze cafrães da terra dautane pera hirem caminho da terra dalardrão com hũa embaixadae leuaram mantimento para dous annos por sua jornada muito lomge, como foram no meo do mar deu A tormenta nelles e duroulhe a tormenta muito tempo e perderam hũs a vista dos outros / E hũa dellas foi corremdo com gramde tromenta cimquo meses sem aver vista de terra nhũa e perdeo sua nauegação sem saber por domde havia de hir e seguia qualquer vemto que se lhe dava /. E depois de certo tempo virão certos passaros avoãdo tiveram gramde prazer cuidando que a terra estaua perto / e os pasaros traziam nos pees hũa cousa em que descansauão que parecia cortiça E como os do çafram viram aquillo ficaram muito anojados porque lhes pareceo que nom avia terra dahy a muito lomge E chorauam e pediam perdam hũs aos outros / e forã tam lomge ate que nõ acharam oriente nem sabiam omde era o ponẽte nem leuamte. E depois de muitos dias viram hũas serras pretas de muito lomge/ e folgaram muito e cuidaram que era terra e aRibaram a ellas com gramde vento e andaram muito tempo que nõ podiam chegar a ellas como lhes fogia a terra diamte delles e como elles foram perto deram em hũa corrente que corria pera baixo por amtre aquellas serras como hũa xara / E em amdãdo pella corrente viram de lomge hũ çafrem poderoso emcorado e como foram acerca delle nam viram nelle gemte e emcoraram com o seu çafram e logo lamçaram fazer cafora pera saberem que era aquillo E como foram dentro acharam XXV corpos mortos inteiros e muitos pedaços de outros por que se comiam hũs aos outros por aver muito

(7)

tempo que ahi estavam / E estaua amarrado com sete amarras todas de hũa bamda / E acharam hũ homem morto assentado em hua catra com papel e timta na mãao que estaua escreuendo o que passaram / e declaraua domde eram e de que maneira ali vieram ter / E o que lhe era acomtecido / E logo leram o papel e como o viram tomaram comselho que fariam, por que elles ja nõ podiã tornar atras por omde vieram, e tomaram sua zerca esquipada com seus Remos e tomaram vellas Rotas e fizeram dellas cordas e meteram doze homẽs na zerca com seus mantimentos e armas e tomaram hũa corda mui comprida e ataramna na zerca e no çafram e mandaram a zerca pella corremte abaixo pera ver se podia chegar aaquellas serras ou hir ate o cabo da corremte pera que quando viesem se viesem alamdo pella corda por que com a gramde corremte nom podiam Remar / e hũ delles levaba consigo a carta que acharam escrita na mão do morto e foram pella corremte abaixo ate que se acabou a corda sem alcançarem nada / Emtão detriminarão emtrar ao çafr ão e nam poderam por que com a gramde corremte os metia o mar cada vez debaxo de si / e se viam debaixo das omdas do mar. / Emtam se deram por perdidos e cortarão a corda e foram pella corrẽte abaixo depois da corda cortada duas nouites e dous dias e cahio nelles tamanha escuridade que nõ sabiam quamdo era noite nem dia nem se hiam por baixo da terra,

se por cima da agoa; senam ouuião gramdes pamcadas que o maar daua e nom sabiam
omde / e sentiam de tras de si gramdes vemtos e frialdades que seguiam a corremte pera
baxo e hião tamto pera baxo que parecia q̃ deciam do ceo / porque a zerca se queria
virar sobre elles / e isto passaram assi quan- tidade de XX dias / E depois viram o sol
que lhe sahia detras a corremte ja nom era tam gramde como sohia Emtam tornaram a
comer e beber e esforçaram e estauam em duuida se era aquillo que viam asi como o
elles viam / ou se estauã em algũ emcamtamento e lhes parecia asi / E depois de pas-
sados dous dias que avia que o sol lhes parecia detras lhes tornou a dar outra corremte
por diamte da tornada do combate que aagoa dava nas serras e lhes pareceo que ahi
se alagassem por que nõ podiam hir

(8)

por diamte nem por detras / tres delles de desesperados se lamçarã ao mar por suas
vomtades / e os que ficaram estiueram dous dias que nom sabiam se hiam pera Riba se
pera baxo / e hũ dia quamdo amanheceo se acharam com a zerca posta ao longo de hũa
praya de gramde area e nom sabiam como aly foram ter porque lhes parecia que a zerca
se queria virar com elles e cuidavam que es- tavam ainda nas gramdes homdas do mar,
E tamto que amanheceo sairam em terra e os primeiros que sayram foram dar com hũa
agoa de que beberam muito com a gramde sede que leuauam e morreram logo/ e os que
ficaram / foram dahi perto de duas milhas e acharam muitas alimarias e amdaua com
ellas gemte cabeluda que fogiam delles E como isto virão tornaram a zerca por certas
frechas que lhe nella ficaram / E quãdo chegaram a ella Acharam ja pegados nella mui-
tos delles e quãdo os viram fogiram e elles tomaram suas frechas e mataram muitos
delles / E lhes acharam as feições como elles mesmos / e matauão carne com que se
mantinhão / e elles hiam detras elles como cousa que se espamtauam de os ver.
E numca lhes acharam casa nem lauouras nem sabiam em que se mantinhão / e lhes
parecia que se nom emtemdião hũs aos outros e nam sabiam se eram creaturas se pesa-
dellos / E como lhe punhão fogo, fogião muito lomge delle e foram por aquella terra
domde estas criaturas estavam XX dias E depois numca as mais viram. E foram por
hũas serras amdadura de dous meses e nam comiam senam carne e Medronhos E depois
entraram omde acharam hũas cidades despouoadas antigas e passaram amdadura de
dous dias e emtraram no paraiso alferdeus omde acharam todos os desejos da alma / e
suas pedras eram preciosas e seus aruoredos muy cheirosos e suas eruas como flores
de contino e seus figueiraes dão fruito em todo o tempo de todalas feições de fruitas do
mumdo e seu linho he temperado e comtinuadamte tem verdura e graça e quem entrar
nelle numca vera tristura de coracam nem emvelhecerão e viuerão muitos annos e sua
fruita numca apodrecera e seu mantimento numca emtrara o bicho nelle

(9)

nem cousa que seja comtra o corpo / nem ha bichos nem serpentes peçonhemtas /
e nelle ha hũs passaros que temo pescoço bramco e o corpo verde que cantam a la
luniata cousa de maravilha / e ha nelle dous Rios de agoa doce e ha nelles todo o
genero de pescado e hũas criaturas que parecem almas dos peitos pera cima que
cãtam cousa de Maravilha / e ha mais fruita que tem he maçãas e ha terra he bramca
e delgada / nam tem nhũa serra nẽ momte e he Rasa como a palma da mão / e numca
se pode achar sua compridam nem sua largura / nem seu leuamte nem seu ponemte /

nem seu direito nem seu ezquerdo / nem sua cabeça nem seus pees. E muitas fomtes
daguoa maravilhosa E achamse nelles gramdes edificios / e nelle aparecem mtas vezes
chagas dos ceos que alumeam como relampados e numca se sabe nelle quamdo he
Inuerno nem veram / e continuadamente esta em hũa temperamça / elle esta abaixo do
linho aluadanihi / e elles estiveram ahi XXXV dias E se partiram seguimdo oriente e
amdaram quaremta e sete dias ate que vieram a dar no mar onde andavam os çafrães
desta cidade de triba a pescar e lhe fizeram sinal que os tomassem e os tomaram e trou-
xerammns a esta cidade e mos apresentaram e elles me mostrarão A carta escrita que
alhaxe tinha na mão e dizia assi// Eu alhaxe jilho de aleme capitam mestre e aRaez
deste çafrão morador na terra dalmonchante na cidade de luteca na rua de lagarim dei-
xei cimco filhos machos e tres filhas e fiz isto por desagasta- mẽto do coracam que nam
por me parecer que alguem aqui hade vir ter ja desesperado da vida os ceos e a terra e
o maar seram testemunhas de nossas almas. / Nos partimos de almonchante nossa terra
per mandado delRey amoxamu em busca de hũ seu filho que se chamava aluadagua que
lhe fogio do Reino por hũ Agrauo que lhe fez com quaremta çafrães poderosos consigo /
e ha quatro annos que se delle nom sabe parte / e elRei tem promitido a quem lhe
desse nouas delle a metade do Reino e detreminou de nos Mamdar com cimcoemta
çafrães em busca delle / E tomamos mantimento de

(10)

dous annos e navegamdo pello mar alhandoa corremos o mar e mares sem delle saber-
mos parte / E Amdamos tamto pello mar que perdemos a nossa nauegaçam e fomos
a ter no mar largo e vimos no mar hũa serra de pedra de cevar e aRibamos a ella e
himdo Acerca della mandamos hũa zerca com doze homẽs pera ver se era algũa Ilha ou
se tinha porto pera surgirmos ahi / e himdo a zerca jumto da terra achou hũas agoas
fervemdo e como foi perto as pedras chamaram asi os pregos della e se despedaçou sem
escapar / somente hũ homem em Riba de hũa tauoa e tomamolo e nos comtou o que
passara e fogimos lomge dahy quamtidade de seis horas que nos daua tormemta / e
XXV çafrães que hião diamte deram em hũ redemoinho dagoa e perderamse a nossa
vista e nos quiseramos tornar aaRibar e com a força dos vemtos nom podemos senão
seguir o caminho / entam tomamos a mão direita e com agramde força do vemto esca-
pamos do Redemoinho daguoa e fomos tam perto delle como hũ tiro de pedra, e vimos
cousa espãtosa de ver do labarimto que Aaguoa fazia com aquella corremte pera baxo e
nauegamos tres meses e fomos dar no mar Vermelho agoas barremtas / cuidamos que
era de algũas ilhas que tinhão barro vermelho que passava o mar por ellas / E nauega-
mos XXV dias e cada vez achauamos mais vermelho e quente e de maao cheiro / e hũa
noite perdemos XX çafrães de vista e numca mais soubemos delles parte e tornamos
atras e amdamos dous meses e vimos estas serras e Aribamos a ellas cõ grãde alegria e
viemos a dar em hũa gramde corremte e tres çafrães dianteiros se espedaçarão a nossa
vista / e nos quiser amos tornar atras e nam podemos e emcoramos aqui e pedimos per-
dão hũs aos outros com gramdes choros e gritos sobre as homdasdo mar // E eu lii
acarta e a conheci e a tornei a mamdar com muita gemte pera descobrirem a terra per
onde vieram e elles foram e tornarão com certeza della E entam eu fiz hũa gramde
armada pera ella e numca a podemos topar / e eu alhacam filho de albuax começei de
escrever aos doze de almoharam e acabei em quatorze, ao terceiro do mes em quarto
do Anno.

M. S. D. V. 13 Siena

UM CÓDICE LITERÁRIO DO SÉCULO XVIII RELATIVO A S. PAULO

J. F. DE ALMEIDA PRADO

Vegetava a cidade de S. Paulo por volta de 1700, decaída das suas funções de mercado de índios e abastecedora dos povoados litorâneos da Capitania. Fundada pelos jesuítas para fins de catequese do gentio, degenerara em reduto preador de escravos e devassador do sertão, aos poucos fadada ao esquecimento da metrópole, perdida numa dobra da imensa colónia. Aí dormitaria sem esperanças de melhoria como tantas outras povoações espalhadas pela costa afora. Todo o litoral se encontrava ponteado de vilas outrora viridentes, imersas no século XVIII em sonolência, sob acção de factores adversos, por não mais corresponderem ao motivo da sua fundação.

Este fadário parecia destinado ao burgo jesuíta quando a porfia deflagrada entre Portugal e Espanha no sul do continente, veio em meados do século XVIII sacudir a modorra paulistana e restituir-lhe a antiga actividade. Atraíra a política europeia as vistas de potências coloniais para terras dantes desprezadas. Levas de colonos das ilhas do Atlântico, foram remetidas às raias coloniais, para tomar posse em nome da coroa de vastos territórios e defendê-los da reacção do vizinho. Armas, munições, utensílios diversos, auxílios de toda a ordem, seguiram de S. Paulo por via terrestre até às coxilhas riograndenses. Na volta tornavam as filas de muares carregadas de xarque, couros e mais produtos do sul, junto de réquas de bestas e cavalos, que tropeiros e traficantes iam buscar em Tucuman. Os movimentos militares efectuados na região sulina, estimularam nessas condições o intercâmbio económico, em toda a faixa costeira do Rio de Janeiro até Montevideo.

Deu em resultado o conflito entre as duas coroas ibéricas o despertar de extenso território, que de outro modo ainda por longo tempo permaneceria deserto. O conjunto de circunstâncias daí decorrentes, assim como as ituação

geográfica, arvoraram S. Paulo em nó de comunicação para o norte, sul e oeste do Brasil. Pelo mesmo motivo a sua população, que devassara Goiás e Mato Grosso, com grande número de perda de vidas e também concorrera para o povoamento das Minas Gerais, ia ser novamente desfalcada pelo recrutamento compulsório para a campanha do Prata. Medidas violentas eram aplicadas às famílias dos insubmissos afim de forçá-los a apresentarem-se. Cenas de que é preciso descer à Rússia actual para encontrar semelhantes, davam-se na infeliz capitania pelo facto de ser acesso de fronteiras disputadas. Os homens que seguiam para o sul raramente voltavam. Febres, péssimo passadio, contágios, falta de socorros médicos, eram mais mortíferos na ilha de Santa Catarina ou nos presídios uruguaios, que as armas espanholas.

Ainda assim, repercutia a campanha como estimulante económico na capitania tornada base de operações. Nesse período, no auge da crise provocada pela velha competição entre as duas coroas rivais, assumiu o governo de S. Paulo, D. Luís António de Sousa, pertencente a uma das casas fidalgas do reino que por mais longo tempo e brilho tinham desveladamente servido os interesses da monarquia. Bem o conheciam os dirigentes dos negócios transmarinos. Estavam inteirados da eficiência do novo Governador Geral, razão da escolha para cargo tido de extrema relevância no momento, e, força é reconhecer, soube o escolhido portar-se à altura do que dele se esperava. Em pouco, toda a capitania sentia o efeito das suas providências tendentes a mobilizar os seus recursos civis e militares, para fins económicos e belicosos.

Em outra época e condições D. Luís António de Sousa teria sido benéfico aos que ele governava. Os serviços prestados à capitania nessa altura foram objecto de longa enumeração no códice de que vamos ocupar-nos. Infelizmente, a tirânica obrigação de tudo sacrificar ao prosseguimento da guerra, tornava-o às vezes nocivo como praga do Egipto. No meio tempo, num lapso de relativa calmaria, teve o Capitão Geral – homem culto para a época – veleidades literárias, sem embargo das suas múltiplas preocupações governativas. A entronização da imagem de Santana no altar novo da igreja do Colégio, ex-sede dos jesuítas, foi pretexto para cerimónias e festejos que abalaram por vários dias a cidade, compostos de solenidades religiosas, divertimentos populares e reuniões de letrados do sítio e das adjacências.

O acontecimento recebera particular atenção dos promotores depois da clamorosa supressão da Companhia de Jesus no Império Luso, onde por tanto tempo fora a guardiã protectora da sua população. Autoridades civis, militares e religiosas, julgavam-se obrigadas na conjura a prestigiar os festejos, de modo a elevá-los ao nível dos celebrados no tempo dos jesuítas. Tinham

de imitar os antigos, e, se possível ultrapassá-los, motivo de se lançar mão dos recursos disponíveis para lhe conceder realce. Eram os inacinos excelentes organizadores de espectáculos simultâneamente destinados ao aprazimento dos espíritos e sublimação da fé, assim sendo, pretendia o novo Procônsul fosse mantida a tradição segundo supunha desejo do governo metropolitano.

Principiaram as festas com sabor pagão, algo carnavalesco, pelo anoitecer da quinta feira 16 de agosto de 1777, quando desfilou nas ruas da cidade um carro alegórico «*q se compunha da Fabula de Tirezias, conduzindo em um carro de Triunfo com muitas luzes, a q precederão outros muitos carros illuminados com muitos mascaras, bailes e instrumentos musicos de toda qualidade*», em que o dito Tirésias, pressagiava o que ia acontecer nos dias seguintes. Talvez houvesse na alegoria do cego adivinho, alusão a eventos políticos ocorridos no antigo burgo jesuítico. Aí tinham os Padres instruído os brancos, tentado converter o índio e protegido ao preto escravo. Podemos imaginar qual seria a condição da pequeníssima comunidade de descendência europeia acaso privada do zelo da benemérita ordem. Alcançara a superior pedagogia inacina – a melhor até hoje aparecida, inspiradora do ensino superior na França. das escolas de Cadetes prussianos, copiados pelo resto da Alemanha e pela Rússia de Paulo I e Catarina a Grande e muitas mais monarquias – manter um foco de civilização em Piratininga, onde se registava no correr do século XVIII maior propensão em se falar a *língua da terra*, ou seja o Tupi, do que português!

A obra enorme, alicerçada na abnegação jesuítica, produto de clara inteligência e desmedido sacrifício exercidos durante dois séculos, fora sustada por decreto de monarca absoluto. Para justificar o delito derramava-se enxurro de calúnias sobre a Companhia de Jesus, cujos efeitos até hoje estranhamente perduram. A virulenta campanha organizada por Pombal, dependia de numeroso grupo de caluniadores profissionais e internacionais, especialmente aliciados para denegrir os jesuítas perante a opinião pública europeia, e o mandatário incumbido de dar em S. Paulo a última demão no arrasamento do edifício inacino, era o Morgado de Mateus, afim de contribuir para a maior glória – não do Senhor Divino – mas do senhor D. José I.

Nem que fosse à custa da população local assim se faria. Eram ordens da corte que tinham de ser cumpridas à risca. A presença de castelhanos a montante do Prata representava ameaça intolerável para as minas, que eram a maior fonte de divisas da monarquia. Forças espanholas na ilha de Santa Catarinha ou em S. Pedro, lançavam sombra sinistra sobre S. Vicente, acesso de lavras auríferas e diamantíferas del Rei Fidelíssimo. Urgia a militarização de toda a zona envolvida na pendência de modo a torná-la baluarte dos

interesses portugueses na longínqua América do Sul. A situação geográfica e o conflito político, conferiam à região considerável vulto, expresso no relato de estrangeiros que por essa época visitavam Portugal. O seu depoimento é particularmente interessante no caso, à vista de ser defeso aos súbditos de S. M. F. tocar em assuntos coloniais e um dos mais curiosos é o do célebre General Dumouriez, publicado sob o título *État Présent du Royaume du Portugal* em Lausanne no ano de 1775.

Na parte relativa ao Brasil, *La plus belle colonie des Portugais*, expende o famoso autor considerções inspiradas pelo seu imperialismo latente de militar e súbdito de monarquia com desmedidas ambições coloniais, *Si le Brésil etoit attaqué à la fois avec vigueur, par les Français, du coté de Para, & par les Espagnols du coté du Rio de Saint Pèdre, en se portant sur St. Paul, la défense en serait for: difficile & d'autant plus embarassante, que cette colonie serait attaquée par les deux endroits les plus importants, qui sont les mines; le secours des Anglois ne serait pas fort utile n'y employant que des flottes, & il serait également d'angereux pour les Portugais d'y introduire des troupes Anglaises*».

A garantia contra semelhantes tentativas, ainda presente na causticante lembrança do assalto de Dugay Trouin contra Rio de Janeiro, residia na capacidade bélica da região mineira e adjacências. Dumouriez alude ao número de soldados que el Rei de Portugal ali dispunha, *Les milices de mines & de St. Paul passent pour des bonnes trouoes;* julgava, porém, não fossem suficientes para proteger a vastíssima extensão colonial e insiste em assegurar que a parte do norte constituída pela Amasónia confinante com a Guiana, poderia ser *avantageusement attaquée par les François!* E, acrescentava, *la colonie du Sacrement est prise avec facilité dès le commencement de chaque guerre entre l'Espagne & le Portugal.*

Daí, o afã do Morgado em mobilizar os recursos da capitania concomitantemente com o estímulo dado ao sector económico, pois o dinheiro é o nervo da guerra. As medidas tinham de ser drásticas, aplicadas sem perda de tempo, porquanto intensificavam-se de ambos os lados os preparativos de operações militares no sul, depois da derrota dos espanhóis no Rio Grande, Santa Catarina e reocupação de Montevideo. Enorme esforço foi então envidado, como sempre a recair em grande parte sobre a Capitania de S. Paulo, para manter a Colónia do Sarcamento sob domínio luso.

No período que medeou entre a chegada do Morgado a S. Paulo e a expedição de 1776 de Cevallos a Santa Catarina, a maior até então enviada às Américas pela coroa espanhola desde as armadas de Diogo Flores Valdez e a de Oquendo, ambas sob os Filipes, houve fase de actividade progressista estimulada pela inflação.

Todo o movimento guerreiro traz consigo este fenómeno económico, de certo modo compensador às perdas em homens válidos empregados na produção local. Corriam favoràvelmente as operações para os portugueses no sul, agora empenhados em fortificar ao máximo a praça de Montevideo. Avolumaram-se os comboios de mulas vistos nas trilhas que iam do planalto piratiningano ao Prata. Eram vistas tropas de cargueiros para lá seguirem carregadas de toda a sorte de géneros e materiais e voltarem em relativa segurança com os produtos das xarqueadas riograndenses e uruguaias. Auferia, destarte, o comércio, lavoura e rudimentar indústria estímulo económico que se relectia nas festas e solenidades nessa altura realizadas na sede da Capitania.

Como diz a velha sentença aplicável ao caso, referente a circunstâncias parecidas, prospera a terra onde *os ovos custam caro,* empenhado o Governador na política de aumentar a capacidade dos habitantes em pagar impostos a fim de custear a luta levada a cabo longe da metrópole. A lista dos empreendimentos do Procônsul ocorre na pena de literatos da polianteia de que tratamos acompanhada de gabos e hipérboles ao gosto da época. Rezava a folha de rosto do manuscrito o programa de que a parte mais importante era a academia literária, como então se dizia, ajuntamento de letrados que, sob pretexto de comemorações de factos ou sublimação de personalidades, recitavam as flores do seu engenho. Altos funcionários da Capitania, como o Juís de Fora de Santos, outros de S. Paulo, além de religiosos das várias ordens estabelecidas na cidade, militares e professores da mocidade local, porfiavam tomados de emulação em apresentar o seu estro literário. O latinista Fr. Francisco de Sant'Ana Mourato, falou seguidamente em língua italiana, em idioma caboclo e em francês, em que iniciava o seu exórdio:

> Nobles Academiciens
> Pour parler avec vous ici je viens...

para depois aludir a el-Rei:

> Du Royaume d'Israel Le Grand Seigneur,
> Comme aussi de Juda le possesseur:
> Depuis le Jourdain jusqu'en Egypte:
> Vainqueur des Amonites
> Redouté des Philistins...

com versões desses trabalhos em português, precaução ditada pelo receio de não encontrar na assistência bastantes poliglotas.

Do ilustre académico e Doutor António Fortes de Bustamante e Sá Leme, surdia não menos grandioso canto em português ou castelhano alternadamente:

> Por caminhos nunca dantes conhecidos,
> A seu Rey novas terras descobrindo,
> Não reparando aos Guyanáas temidos,
> Thezouros a Thezouros vai addindo,
> Os de Tibagy tanto apetecidos,
> Já manda com grandeza hir repartindo,
> Só guarda para sy de eroe a sorte,
> Em que poder não tem a mesma morte.

e prosseguia a enaltecer encomiástico o *levantamento de tropas e construção das fortalezas.* Ao jurista sucedia um Mestre Régio de Gramática, e a este o Sargento Mor Francisco Pereira Cardoso, dado às letras e louvaminheiro a quem de direito,

> Esse sonho, que o vosso pensamento
> ocupou com tão grande suavidade
> não foi illusão, sim foi verdade,
> foi Divino Decreto, e mandamento.

e continua no mesmo mavioso tom o militar que mais esperaríamos ver marcial e formidável. Entretanto, já naquele tempo os paisanos se mostravam mais belicosos que o soldado, avesso à guerra por saber as dores e ruínas que por toda a parte semeia.

Ao chegar no fim do códice se nos depara o passo mais importante, ou pelo menos de maior interesse para nós, representado por versos do paulista Fr. António de Santa Úrsula Rodovalho, poeta, pregador, literato típico da época, cuja obra infelizmente se encontra quase toda perdida.

Recolhe o Pastor Alcino da Cidade para a sua Cabana, e dá notícias a Gil seu Companheiro das Festas celebradas nesses dias no Seguinte

DIALOGO

Alcino
> Ora graças a Deos que sou chegado:
> Hé muito triste couza andar por fora:
> não passei hum só dia socegado.
> Mas ainda asim eu não me vinha embora,
> se os folguedos não ficão acabados:
> quazi oito dias tive de demora!

Maz quantos me cercão mil cuidados!
tudo desconheço, tudo estranho,
até os Campos parece estão trocados!
Que novas acharei do meu rebanho?
eu Suponho que tudo está perdido,
já sei, que as perdas são todo o meu ganho.
Quẽ me mandou do Campo ter sahido?
e gastar tanto tempo a pobre gado!
que talvez nunca fosse recolhido!
Sem duvida andará todo espalhado,
e quem sabe se o Lobo carniceiro
a minha Ovelha preta tem tragado.
Aqui estão humas Cabras no terreiro!
ali vejo deitada huma ovelhinha!
e lá berra no Campo inda hum Carneiro.
Ora grande desgraça foi a minha
em ficar na Cidade divertindo
sem vir ver o que tanto me convinha.

Gil — Alcino, agora vens? Sejas bem vindo,
muito tarde saiste da Cidade,
pois eu estava quazi dormindo.
Tambem me servio de novidade
ver tão grande demora, que tiveste;
julguei, q fosse alguma infermidade.

Alcino — Não foi, amigo Gil; porem fizeste
este Juizo asim discretamente,
pois da cauza, que tive, não soubeste.
Nem te posso dizer, pois não consente,
que nisso falle agora o meu cuidado.
É triste couza estar do campo auzente.
Deixo-te, Gil, entregue do meu gado,
e só por eu não vir quando te disse
já o deixas andar todo espalhado!

Gil — Isso, Alcino, parece que hé louquice:
teo gado todo está já recolhido,
pois como queres mais que eu te servisse?

Alcino — Como tal pode ser, se dividido
eu vejo no terreiro, e lá por fora
ballidos de hum carneiro tenho ouvido?

Gil — Esse gado não he teo! há huma hora,
que todo recolhi, e sem perigo
tem estado o rebanho até agora

Alcino — Já conheço, que, Gil es meo amigo:
pois então essas Cabras são de Armindo,
que na Cidade andou junto comigo.
Estava o desgraçado divertindo,
deixando o gado todo a revelia,
e me parece que ainda não tem vindo.
Tanto aos pobres custa huma alegria;
e muitas vezes pagão bem dobrado
O gosto que tiverão por hum dia.
Mas eu, que agora estou já socegado
com as boas noticias, que me deste,
contarte quero tudo que ha passado.
Que eu fui para a Cidade, tu soubeste,
prover o meu Surrão, pois se acabava
o provimento, que tu aqui trouxeste.
Fui, cheguei, [e voltei] e voltar'determinava
no outro dia, maz como então ouviste,
que em Festas de Santa Anna se falava,
Pareceu me ser justo, que assistisse
vendo tambem, que nisto gastaria
hum dia mais, ou dous, como eu te disse
Maz como forão mais do que eu queria;
para que me desculpes, ouve atento,
o que lá na Cidade se fazia.
Sua Exa. teve hum pensamento,
que segundo discerão foi sonhado,
em mais que sonho foi, pois foi portento.
Nelle a Santa esteve athé declarando,
que nenhum Altar da Igreja a colocasse;
e sua procteçam fosse esperando.
E depois para que [o] se confirmasse
Este Sonho, permite a mesma Santa,
que elle mesmo huma Imagem sua achasse.
Adverte nisto tudo, e com tanta
se empanha no seu culto, e seus louvores,
que de ver seu empenho o Ceo se espanta
Sabado a noite, aqueles resplandores
que, como estrelas, no ar tanto Luzião
derão claro signal dos seos fervores;
Por que tão alto, amigo Gil, sobião,
que força natural os não levava,
sim chamas de amor, que os compelião.
Domingo amanheceo, que se esperava,
e como dia de todos dezejado;
em o qual nem de ty eu me lembrava.
O tempo de hir a Igreja foi chegado:
eu fui tambem, e digo claramente,
que só de a ver fiquei todo admirado.

Cantou se a Missa, em que patente
esteve nosso Deos, cuja assistencia
todo o culto fazia mais decente.
Ouve sermão, e nelle tal sciencia
mostrou o Pregador, que parecia
Ser total dezempenho da Eloquencia.
A muzica Gil, (eu não sei, se ouvia
cantar homens, ou Anjos) eu confeço,
que da terra para o ar me suspendia.
Tudo neste acto foi de amor excesso,
que movendo a cada hum no que sobrava
em tudo que se fez, ficou expresso.
De Santa Anna o Andor no Templo estava
para que mais contente o povo veja
a quem tão grande culto dedicava.
A missa se acabou, porem na Igreja
se deixou o Senhor no Throno exposto
com o culto, que ally hé justo esteja.
Para fora sahy, maz com tal gosto
tornei, assim que os Sinos repicarão,
que estive huma hora a espera posto.
Todos segunda vez se congregarão
Conegos, muitos Frades, Seculares,
dos quaes muitos mil ali se acharão.
Finalmente vierão militares,
e mais outros, que são tambem Soldados,
a que chamão por lá de Auxiliares.
E todos como digo, congregados;
S. Exa. já presente estava,
que estes actos fazia authorizados.
Outro Sermão ouvi, que não pensava,
que podessem ser dous n hum mesmo dia,
porque totalmente isto ignorava.

Gil — Pois eu tambem de tanto não sabia,
até isto ignora quem anda com gado:
e tu sabes porque isso assim seria?

Alcino — Tambem não sei, porem muito elevado
foi por certo o Sermão eu não entendo,
Maz confeço, que foi mui bem pregado.
O Padre que pregou, vinha descendo,
quando todos se forão levantando,
e mais eu, que o q fazem, vou fazendo.
De que muitos a porta hião buscando,
atraz delles fui eu tambem sahindo,
que nada mais havia imaginando.

Maz foi engano meu, por que seguindo
aos que sahião, vi os que ficavão
muitas velas andavão repartindo.
Quiz tornar para ver se hua me davão,
e não pude, por que era tanta a gente,
que a tombos para fora me levarão.
Safei me como pude, finalmente,
e logo procurei quem me contasse
se alguma couza havia novamente.
Disse me então hum homem, que esperasse
a grande Procissão, que se fazia,
e bem era tambem a acompanhasse.
Esta nova me deu grande alegria,
e foi certa, por que sem mais demora
o primeiro guião aparecia.
De joelhos me puz logo cá fora,
e tudo com cuidado estive vendo
de sorte, que contar pertendo agora.
As Irmandades todas precedendo,
os trez andores logo se seguirão
que estavão, como Sol esplandecendo.
Os Santos, que nos taes andores hião,
erão Joaquim, Jozé, e mais S. Anna,
a quem todos os cultos pertencião.
Mais sempre idea foi mui Soberana,
que juntamente os trez fossem louvados,
como unidos se fez a sorte humana.
Vy muitos Anjos, todos bem ornados,
que aos andores vão acompanhando,
como se lá dos Ceos fossem mandados.
Todas Religiões forão passando,
e no fim dellas passou Sa. Exa,
que de ver isto tudo vai gostando.
Vinha atraz o Sacramento com decencia
em os braços do nosso bom Prelado,
que o trazia com toda a reverencia.
Vinha logo depois todo o Sennado,
a quem seguia a gente enfileirada
levando atraz o Povo amontoado.
Já reparaste, Gil, quando a manada
do Cural para fora vai sahindo?
pois hia a gente assim dezordenada.
Com ella me fui eu entroduzindo,
e fui correndo as ruas da Cidade,
por onde a Procissão hia seguindo.
Cento e dez annos tenho já de idade;
Maz Procissão que fosse tão bem feita
inda não vi, confeço na verdade

O mesmo Ceo parece, que a respeita,
porque estando já chove, não chove,
a trevoada toda foi desfeita.
Deos de ver estes cultos se comove,
pois nem do Sol os Rayos abrasavam,
nem vento algum com força os ares move.
Lembras te, Gil, a tarde, em que baliam
as ovelhas alli no bosque prezas?
assim tambem os Ares nesta estavão.
Tochas, vellas, todas vão acesas,
e desta forma as luas vão correndo,
admirando me o ver tantas grandezas.
A noite o negro veo vinha estendendo,
com ella a Procissão de volta vinha
para o Templo outra vez se recolhendo.
Quiz entrar, porém por desgraça minha
não poder e ficando asim de fora,
consolei me com o que já visto tinha.
Intentei no outro dia vir me embora,
maz ouvindo fallar em Cavalhadas,
rezolvi me outra vez a ter demora.
Forão, Amigo Gil, horas minguadas;
pois como hé couza que eu não tinha visto,
quiz ver estas que forão admiradas.
Gostei tanto, que logo depois disto
sabendo, que as festas prosseguião
de as ver até o fim já não dezisto.
No outro dia hum Banquete prometião,
eu fui ver então vy o que hé grandeza.
alegres olhos meos quando isto viam.
E como contarey o que na meza
se punha, pois saber eu nunca pude
tantos guizados, tanta miudeza.
Não os hei de contar por mais q estude
por que sendo por mim desconhecidos,
vierão muitos, e eu sou muito rude.
Forão, Gil, os licores tão subidos
que segundo ouvi dizer erão de França
Eu, ah, bem punha nelles os sentidos
Finalmente enchida bem a pança
de todos, os que ally comendo estavão,
retirando se forão sem tardança.
Eu fiquei com os mais, que ally ficavão,
não só para provar de algum guizado,
maz também as bebidas que sobravão.
E por certo fiz bem, por que acabado
tinha o meu surtimento, e desta feita,
o meu ventre ficou bem regalado

Ficou minha vontade satisfeita,
não de tudo, por que taes comidas
meu estomago todas não aceita.
A doçura provei das taes bebidas,
e tanto gostei dellas na verdade,
que fiquei co'as pestanas bem erguidas.
Agradeci por fim a caridade
e do manjar que achei ser mais gostozo,
no meu Surrão tens huma parvidade.
Neste dia, que foi deliciozo,
huma comedia foi representada
com aparato em tudo magestozo.
No outro dia fizerão cavalhada:
outras comedias mais forão fazendo,
com que a festa ficou tão prolongada.
Eu que tudo, Gil, andava vendo
por lograr destes gostos nos meos annos
tudo queria ver, nada perdendo.
Outra cavalhada os Parnahybanos
oferecem tambem no Sexto dia,
em que lustres ouverão Soberanos.
Finalmente, Gil, dizem que havia,
eu já não pude ver por vir me embora,
huma elegante e douta Academia.
Tendes ouvido tudo, dize agora,
se andasses na Cidade quererias
por hum instante só della estar fora?
Acho que não: pois tantas alegrias
não se podem perder. Ah, festa, festa,
que com grilhões tão duros me prendias!
Eis aqui, Gil, amigo, a cauza hé esta:
não foi por certo não infermidade:
nada mais nesta vida ver me resta.
Ah Lembranças, que tenho da Cidade!
oh que gostoza foi minha tardança!
já cuido que vim com brevidade.

Gil — Com effeito foi grande esta folgança:
com muita cauza, Alcino tens tardado:
ora, pois, socega, cea, descança.

Alcino — Fome não tenho, amigo, estou cansado:
Vou me deitar, que a noite hé já chegada.
Acorda me porem de magrudada
pois estou com saudade do meu gado.

assim termina o poeta depois de descrever os festejos, sem esquecer a

parte culinária em que nos informa haver licores de França em S. Paulo em 1770!

A este frade de boa tradição sucedeu o seu duplamente confrade, Fr. Joaquim António Taques, por pertencer também à ordem religiosa — era carmelita — e à Academia dos Felizes instituída na Capitania. Apresentou uma poesia intitulada Canção dedicada ao Capitão General:

Tanta grandeza em vósse considera,
que se a mesma eloquencia vos louvara,
só do silencio aplauso vos formara,
só dos pasmos poemas fizerão.
Mudamente deveis ser aplaudido,
e engrandecido
porem Senhor,
o meu amor
tão reverente
não me consente,
que deixe de falar, e engrandecer
as virtudes que em vós se deixão ver
Ao vosso peito illustre, e esclarecido
atenta a fortaleza em termos taes,
que à Nação mais potente horrorizaes,
a vista do inimigo sois temido.
Nesta guerra passada que tivemos,
todos soubemos,
que a cada passo
do vosso braço
o valor forte
era de Sorte,
q nós todos ficamos admirados.
Os Inimigos todos retirados.
Quando, Senhor, me lembro da prudencia,
con que estaes governando esta Cidade
com que estaes gocelnando esta Cidade
quando trago à lembrança a equidade,
a justiça, atenção, benevolencia,
aos Paulistas seguro firmemente,
que eternamente
nunca hão de ter,
nem merecer
hum General
a vós igual,
porq noutro qualquer são repartidas
as virtudes, que em vós estão unidas.
Nunca já mais terão os Paulistas
hum General, q como vós soubesse

cuidar tanto no publico interesse
em novas descobertas e Conquistas:
digão as novas Villas levantadas,
e fabricadas
as Fortalezas para as defezas
já construidas
já guarnecidas,
para que se conheça em qualquer parte,
que sois Numa na Paz, na Guerra Marte.
De Justiça pois deve a Magestade
conferirvos os premios merecidos:
os mais avantajados são devidos
para nossa maior felicidade;
se bem, Senhor, que aos vossos atributos
são diminutos
não só Condados,
maz os Ducados:
em fim sabeis,
que mereceis,
ou vos pode fazer proporção boa
huma Purpura, hum Setro, huma Coroa.

A este aluvião de obséquios respondia D. Luís António na sua qualidade de membro da mesma Academia Paulista dos Felizes, com o trabalho anunciado pelo copista,

Canta o Pastor Sileno as glorias de
S. Exa. desde o berço, augmentadas
pelo amparo da Soberana Virgẽ
dos Prazeres, Tutelar do seu Morgado
e illustre Casa de Matheus.

Começava o Capitão General, no melhor estilo arcádico as oitavas:

Agora que do Sol o rayo ardente
As forças tem quebrado, e sobre o monte
O meu rebanho está, por que contente
...Quero cantar hum pouco e socegado:
Recolherei depois o manço gado.
...E tú Villa Real, goza esta gloria,
já que o nome de Patria se enobrece:
...
E tú gente Paulista, agora observa
quanto a esta Senhora de Santa Anna
estás devendo...

Não destoava literàriamente o fidalgo dos demais letrados reunidos para celebrar solenidades religiosas e patrióticas nas vésperas da chegada de Cevallos ao sul, à frente de forças muitas vezes superiores a de todo o Brasil reunido.

Após curta acalmia iam recomeçar os desastres da guerra platina, motivo pelo qual se nos afigurou interessante exumar este velho códice. A matéria nele contida em tudo se assemelha às demais produções, que então medravam como tortulhos, nas academias ibéricas sob influxo de Sannanzaro.

Quizeram alguns catalogadores de períodos literários no Brasil, dar a denominação de Escola a surtos parecidos, eclodidos em Minas por exemplo, a que atribuíram o nome de Escola Mineira, em vez de Arcádia que seria mais procedente. Como vemos pelo código acima descrito derramara-se por toda a colónia o arcadismo, cópia do que sucedia na metrópole, através de funcionários civis, eclasiásticos e militares reinóis enviados para o Brasil e estudantes brasileiros que em número cada vez maior, em Coimbra cursavam.

RELATÓRIO

POR

J. DO PRADO COELHO

O tema «a natureza e os povos indígenas na literatura portuguesa» foi dos menos favorecidos neste 3.º Lanço do Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros. Apenas uma comunicação – a do dr. Eugénio Asensio – lhe diz respeito, e mesmo assim indirectamente. Deste modo, não pode o relator tentar um balanço e enunciar conclusões, mas tão-só pôr em relevo o interesse do assunto proposto, que envolve problemas como estes: Com que espírito encarou o Português os povos indígenas do mundo que desvendou ou percorreu? Em que medida foi capaz de simpatia humana perante os gentios, superando as barreiras de língua, de religião e de formação mental? Qual a sua consciência de «civilizado» perante o «bárbaro» ou o suposto «bárbaro» – palavra que, nos *Lusíadas,* chega a aplicar-se a todo e qualquer infiel? Até que ponto soube a sua inteligência crítica joeirar o maravilhoso tradicional, isto é, qual a sua noção de «verosímil»? Que espécie de curiosidade revelou perante a natureza física das regiões exóticas? Como sentiu estèticamente a paisagem? Que meios literários utilizou para transmitir as suas impressões? Decerto, estes problemas foram já parcialmente estudados, por exemplo, no *Fernão Mendes Pinto* de Georges le Gentil, ou no livro de conjunto de Hernâni Cidade *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina.* Mas muito haveria ainda que fazer. Cumpriria analisar sistemàticamente, em roteiros, itinerários, tratados descritivos, etc., não só as coisas observadas e as notícias recolhidas como as estruturas de ideias e de vocabulário (penso em estudos do tipo dos de Lucien Febvre), até determinar quais as formas de mentalidade do Português dos séculos XV, XVI, XVII, e como se alterou, a ponto de chegar à autocrítica, em virtude das suas andanças pelo mundo. Pessoalmente, gostaria de que tema tão rico, fundamental para a compreensão do

Português como agente histórico e semeador de culturas, continuasse a figurar no programa do próximo Lanço deste Colóquio.

A notável comunicação do dr. Eugenio Asensio oferece-nos um exemplo do interesse do Português quinhentista pela cultura árabe. Baseia-se num relatório árabe recolhido por D. João de Castro no período em que foi governador da Índia ou durante o seu vice-reinado (1545-1548); remetido para a metrópole, foi o documento parar às mãos de Raffaello Gualtieri, comerciante a quem D. João III, em 1542, concedeu o hábito da Ordem de Cristo, e encontra-se hoje na Biblioteca Communale de Siena. Como frisa o autor da comunicação, é este relato, ou entrançado de relatos, «o único conto árabe fielmente recolhido pelos Portugueses nos primeiros cinquenta anos da sua permanência na Índia, pelo menos o único publicado».

O texto em questão, traduzido por um árabe para a nossa língua — e não sabemos até que ponto ele terá alterado, «cristianizado» o conto; o dr. Asensio reparou, por exemplo, no pormenor suspeito que consiste no facto de os náufragos, sentindo-se às portas da morte, pedirem perdão uns aos outros, costume português e não árabe —, divide-se, na parte narrativa, nos seguintes troços: a fuga de Aluadagua e sua chegada à cidade de Triba; a lenda de Triba; a viagem maravilhosa dos doze barcos do rei Ajafam, durante a qual aportaram ao Paraíso. O erudito e fino comentário do autor da comunicação atende às várias dimensões do texto e às circunstâncias, na verdade significativas, da sua história: vai desde o a-propósito marginal sobre os benefícios que a profissão do comerciante pode trazer à cultura até às pertinentes considerações sobre a crença em seres monstruosos, homens com focinho de cão, feições de serpente, etc., tais os de que fala o relato — velha crença que, de vez em quando, emergiu do plano da tradição oral ao da literatura, e por igual entreteve a fantasia de povos do Ocidente e de povos do Oriente. O relato árabe comprova a existência dum património imaginativo comum a esses povos, e a que pertence o tema da viagem ao Paraíso Terrestre, descrito com os seus rios subterrâneos. Mas, pela sua típica atitude mental, «objectiva e ordenadora», os Portugueses não aceitavam sem reserva os frutos da imaginação árabe; acomodavam-nos ao seu sentir, à sua tradição cultural, seguros como estavam da superioridade da cultura europeia, greco-latina e cristã. Aqui o dr. Eugenio Asensio aproxima-se do que já escrevera Georges le Gentil sobre os Portugueses de Quinhentos: «Ils sont plus théologiens que philosophes. Ils n'osent braver les foudres de l'Inquisiton, qui leur ferait bien vite un procès de tendance. Ils ont d'autre part l'esprit tourné vers le concret. Ils sont plus positifs, partant plus objectifs». (ob. cit., p. 289). Assim o curioso relato recolhido por D. João de Castro, permitindo assinalar o interesse do autor dos *Roteiros*, sempre sequioso

de saber, pelas coisas árabes, dá ensejo a focar um problema de maior amplitude: o de como reagiram os Portugueses à cultura oriental, de como compreenderam, ou adaptaram, certos elementos dessa cultura.

Por sua vez, a comunicação do Prof. Almeida Prado, que também me coube apreciar, revela a existência dum códice que contém a «relação das festas públicas» promovidas em S. Paulo, em 1770, pelo respectivo Governador, D. Luís António de Sousa, a fim de celebrar a colocação duma imagem de Santa Ana na Igreja do Colégio. As festas principiaram em 16 de Agosto, com o desfile pelas ruas da cidade dum carro alegórico «que se compunha da Fábula de Tirésias», precedido por outros carros «iluminados, com muitas máscaras, bailes e instrumentos músicos de toda qualidade». Do programa dos festejos constava uma «academia» ou assembleia literária, no estilo arcádico em voga. O ms. arquiva os poemas recitados, entre os quais os do latinista Fr. Francisco de Santa Ana Mourato (em italiano, francês e linguagem cabocla), do académico Dr. António Fortes de Bustamante e Sá Leme (em português e castelhano alternadamente), do Sargento-Mor Francisco Pereira Cardoso, etc. O mais interessante, porém, é da autoria do paulista Fr. António de Santa Úrsula Rodovalho. Embora poéticamente frouxo (se de poesia se pode aqui falar), reveste-se de mérito documental, já do ponto de vista histórico-literário (trata-se dum diálogo pastoril, com os lugares-comuns do género e do arcadismo), já do ponto de vista histórico-social, porquanto, na ingénua ficção de Rodovalho, o pastor Alcino conta a Gil, seu companheiro, as festas em honra de Santa Ana a que assistiu na cidade. Demora-se na descrição das solenidades religiosas de domingo, 19 de Agosto (missa cantada, sermão, outro sermão, procissão com desfile de irmandades, três andores com imagens de S. Joaquim, S. José e Santa Ana, muitos anjos, membros de ordens religiosas, o Governador D. Luís António de Sousa, o Santíssimo Sacramento, o Senado e o povo). Refere-se ainda a um lauto banquete, com licores «que segundo ouvi dizer eram de França», a «cavalhadas» e à representação de «comédias»; mas não diz, e é pena, em que consistiram tais comédias. O Prof. Almeida Prado insere estas «festas públicas» no respectivo contexto histórico. A campanha militar empreendida no Sul actuou em S. Paulo, «nó de comunicação para o norte, sul e oeste do Brasil», como estimulante económico. «Armas, munições, utensílios diversos, auxílios de toda ordem, seguiram de S. Paulo por via terrestre até as coxilhas riograndenses. Na volta tornavam as filas de muares carregadas de xarque, couros e mais produtos do sul, junto de récuas de bestas e cavalos, que tropeiros e traficantes iam buscar em Tucuman». Por outro lado, como acentua o erudito professor, empenhou-se D. Luís António de Sousa em aumen-

tar a capacidade tributária dos paulistas, pois a guerra tinha de alimentar-se de impostos. Juntemos a isto o desejo de manter, ou até superar, a tradição jesuítica de solenidades faustosas (o Morgado de Mateus fora encarregado de dar «a última demão», em S. Paulo, «no arrasamento do edifício inaciano») e compreenderemos melhor o brilho dos festejos em honra de Santa Ana, planeados de modo que pudessem interessar todos os paulistas — dos homens cultos, segundo o figurino metropolitano, à gente do povo.

Feita esta síntese, apenas uma ou duas observações de pormenor.

Leio 1770 na reprodução fotográfica do rosto do códice; no texto da valiosa comunicação, encontro, porém, a data de 1777. Conviria que o Prof. Almeida Prado esclarecesse a divergência. Quanto ao texto do poema de Fr. António de Santa Úrsula Rodovalho, uma leitura crítica (não intentada, evidentemente, pelo autor da comunicação) deveria, suponho eu, introduzir as seguintes modificações:

p. 12, l. 8: «Fui, cheguei, [e voltei] e voltar determinava»
p. 12, l. 21: «Que (em) nenhum Altar da Igreja a colocasse»
p. 12, l. 23: «E depois para que [o] se confirmasse»
p. 12, l. 28: «Que de ver seu empenho o Ceo se espanta»
p. 16, l. 4: «que de ver isto tudo vai gostando»

Entre parênteses rectos palavras, por engano, a mais; entre parênteses curvos palavras omitidas.

TEMA 3 — O ÍNDIO, O NEGRO E O MESTIÇO NA NOVELÍSTICA BRASILEIRA DOS SÉCULOS XIX E XX

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

O negro, o índio e o mestiço na ficção modernista brasileira (considerações gerais)

RENATO JOBIM

Esquema para o estudo do tema do índio na literatura brasileira

HERON DE ALENCAR

RELATOR

HERON DE ALENCAR

O NEGRO, O ÍNDIO E O MESTIÇO NA FICÇÃO MODERNISTA BRASILEIRA

(CONSIDERAÇÕES GERAIS)

RENATO JOBIM
Rio de Janeiro

Inicialmente, tentaremos definir em traços rápidos o Modernismo brasileiro, tendo em vista os possíveis ouvintes e leitores portugueses destas notas.

Foi o Modernismo uma revolução exclusivamente estética? Até que ponto representou uma subversão de valores? Que papel teve efectivamente em nossa literatura?

«O Modernismo nasceu de um choque – escreve Alceu Amoroso Lima, seu crítico principal – ... depois da Grande Guerra de 14, quando o Brasil, pela primeira vez, participara directa, embora discretamente, em grandes acontecimentos universais, já o ambiente social estava maduro para que o movimento de insurreição neo-romântica tivesse uma repercussão que de modo algum tivera, um século atrás, o seu grande precursor». Daí concluir Alceu, que o Modernismo assumiu o carácter de «uma autêntica revolução estética, um choque gigantesco de gerações, uma verdadeira pororoca literária» [1].

Apoderava-se dos escritores aquele estado de saturação das formas consagradas que determina as revoluções. Mas, no Brasil, a geração romântica tivera a Independência como causa indirecta de seu aparecimento; pode-se dizer o mesmo da geração naturalista e até da simbolista com referência à República e ao Abolicionismo.

Com que ficavam os moços por volta de 1918? Com os depojos da

---

1 *Quadro Sintético da Literatura Brasileira.*

Grande Guerra; com o vasto cemitério espiritual de uma Europa arrazada; com a descrença, o desrespeito do passado — o derrotismo que avassala o espírito humano após uma catástrofe generalizada.

Mais tarde — dois, três anos depois? é difícil precisar as datas em que as ideias novas se insinuam — sobrevém a revolução espiritual, representativa do esforço europeu de recuperação dos valores humanos — com uma importante singularidade: repeliria todo o passado literário do mundo (se assim se pode dizer sem emprestar excessiva seriedade ao objectivo pretensioso dos inovadores) em nome de uma estética tão nova quanto desconcertante que abria mão de recursos de expressão e ângulos de aproveitamento temático explorados por uma respeitável cadeia de séculos... Era, de facto, uma revolução, um antagonismo aos valores estabelecidos — revolução exactamente oposta à que resultou no movimento renascentista, pois nada recolocava no lugar em que destruía. No simplismo da solução, na ousadia demolidora residiu o inicial aspecto caricato do Modernismo, mais tarde atenuado por sua inestimável contribuição à variedade dos temas e das técnicas de expressão, bem como ao arejamento das ideias.

Nossa literatura, por volta de 1920, começa a receber o influxo do Modernismo europeu. Paralelamente ao decantado cansaço das formas e fórmulas devia haver o desejo de ser original a todo transe, de «épater» e, sobretudo, através do escândalo, da incompreensão burguesa, atrair a atenção dos críticos e historiadores literários para o mérito pessoal dos «iconoclastas». Dessas duas intenções partiria a campanha jornalística de Mário e Oswald de Andrade contra os «passadistas», quando zombetearam de Coelho Neto e deturparam propositadamente a sintaxe; o movimento Antropofágico de Tarsila e Raul Bopp («raça de homens que se orgulhava de engolir o seu semelhante», no dizer do autor de *Cobra Norato*); a solidariedade de Manuel Bandeira através de poemas piadísticos como «Poética», «Bacanal», «Pneumotórax», «Não Sei Dançar», «Balada das Três Mulheres do Sabonete Araxá»; o ruidoso apoio de Graça Aranha (expresso inclusive em ruidosa conferência na Academia de Letras), a propósito do que se descobrirá talvez no romancista de *Canaan* o intuito de captar a simpatia dos árdegos rapazes, não só para livrar-se da ameaça de seus ataques como para aumentar as probabilidades de «ficar» na literatura, já que a nova geração despontava com sinais aparentemente inconfundíveis de que venceria a contenda.

Mas nem tudo no Modernismo brasileiro foi atoarda, cabotinismo, arrebatamentos polémicos. Não se pode negar aos promotores da Semana de Arte Moderna, e principalmente aos que deixaram obra escrita, três grandes conquistas: no campo das ideias, o incremento dos estudos brasileiros, no sentido vertical, sem a hegemonia de doutrinas e pontos de vista estrangeiros; no sector literário, estímulo à autonomia da língua falada e escrita no Brasil.

Influenciado pelas pesquisas de Gilberto Freyre, o romance do Nordeste contribuiu a seu modo para o conhecimento sociológico da região e para a descentralização literária, retirando das metrópoles Rio e S. Paulo o virtual privilégio de verem tão sòmente seus lançamentos editoriais tornarem-se nacionalmente conhecidos e dignos do interesse da crítica.

Mas raramente ultrapassou esse estágio.

É natural que a obra do autor de «Casa Grande & Senzala» não tenha chegado a inspirar aos ficcionistas criarem tipos humanos com suficiente personalidade para resistir ao tempo. E o facto é que, em nossos dias, não contamos a bem dizer com personagens de ficção que tipifiquem o negro, o mulato ou índio brasileiro. Não obstante todo o seu aparato nativista, o Modernismo não nos deu ainda o romance do índio, com as condições de perpetuidade de «O Guarani» e «Iracema», de Alencar, ou mesmo «O Indio Afonso», de Bernardo Guimarães, no Romantismo. Do mesmo modo não conseguiu dar-nos o romance do mulato, como o Naturalismo nos deixou na obra famosa de Aluisio de Azevedo e o Premodernismo em algumas obras de Lima Barreto. Isto, para não falar no romance do negro, de que é amostra «O Bom Creoulo» de Adolfo Caminha e «Rei Negro» de Coelho Neto.

Ocorre o contrário com o mestiço do tipo caboclo. A particular atenção que lhe vem sendo dispensada remonta aos pródromos do Romantismo, cuja iniciativa mais simpática tinha sido acordar na «intelligentzia» nacional o interesse pela formação de uma literatura autóctone.

A geração naturalista bordejara pelos domínios da psciologia social para simbolizar (ideia de Sílvio Romero) na figura mais tristonha de nossas aves — o jaburu — a clássica e hoje contravertida «tristeza brasileira». Mas seria Monteiro Lobato — que, embora equidistante do movimento modernista e das tentativas saudosistas, pertence cronològicamente ao Modernismo — o criador de um carácter por muitos anos aceite como símbolo do homem do interior brasileiro, deprimido e indolente pela ignorância, endemias e o abandono das autoridades: Jeca Tatu.

O nacionalismo literário de Lobato — produto do seu inabalável nacionalismo político, voltado para as riquezas naturais industrializáveis — não se deixaria conduzir pelo endeusamento do passado com suas forças nativas; dado o pessimismo das conclusões sobre a nossa realidade económica e social, em contraste com o ufanismo romântico, forma um capítulo aparte no secular esforço da estética brasileira pelo encontro de sua fisionomia própria. De qualquer modo, o elemento étnico visado era o caboclo, como no

movimento Antropofágico tinha sido o índio e no Verde-amarelista, além do índio, os heróis precursores da nacionalidade.

A esperança repousava nos modernistas, que se diziam descobridores do Brasil... Eis o único tipo humano indelével saído do Modernismo: Macunaíma, do romance de Mário de Andrade por ele próprio classificado como «rapsódia». Macunaíma não é o caboclo, muito menos o mulato, o negro ou o branco; é uma amálgama das aptidões naturais de nossa gente, a síntese da inteligência epidérmica, do engenho e da malícia brasileira; como definiu Augusto de Almeida Filho, «é a projecção lírica do sentimento brasileiro, a alma do Brasil virgem e desconhecida revelando-se, são as lendas do povo, é a poesia e o encantamento da terra e do homem brasileiro» [1].

Compreende-se que ao índio não mais se conceda a projecção literária do Romantismo, devido a não costumarem os modernistas procurar temas no nosso passado histórico. Mas a escassa população indígena brasileira, tem hoje em dia problemas perfeitamente exploráveis em ficção; o «leit motiv» que espera a pena de um bom ficcionista não é mais, evidentemente, o da bravura e superioridade moral do selvícola em confronto com o branco, tampouco a cooperação com este na defesa comum do território — mas a ameaça, por exemplo, do seu desaparecimento pela corrupção moral e física decorrente de sua paulatina integração na comunidade branca ou pelo desamparo a que o relegam os órgãos governamentais de assistência. Quanto ao negro (a velada discriminação racial que substitui a opressão directa dos tempos da escravatura é uma realidade entre nós, sobretudo nas pequenas cidades) e ao mulato (que rejeita a comunidade negra mas não é fàcilmente aceito entre brancos), são flagrantemente preteridos, como temas de ficção, por outros já exaustivamente explorados como seca do Nordeste, seringais da Amazónia, agricultura de outras áreas, decadência do senhor-de-engenho, prepotência feudal e capitalista, etc..

Sem dúvida, essas questões aproveitadas como fundo de contos, novelas e romances regionais, têm sua oportunidade, embora seja pràticamente impossível ao ficcionista de hoje acrescentar «algo nuevo» à vasta bibliografia a respeito. É certo também que parecem mais actuais que outras, reflexo da conjuntura social que nos está levando para o lado do socialismo equiparador de classes, o qual coloca sempre naor dem-do-dia as relações de ordem económica entre os indivíduos. Tal circunstância, porém, não deve excluir a exploração literária de outros problemas do nosso sistema social. Entre as raras obras de ficção modernista consagradas exclusivamente ao

1 *O Movimento Modernista*, conferência de Mário de Andrade, edição da C.E.B..

negro mencione-se *O Moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, e *Jubiabá*, de Jorge Amado, cuja figura central — o preto Balduíno — é retratada na perspectiva deformante do sectarismo político. A essa altura vale ressaltar que temos negros ficcionistas e não ficcionistas negros, isto é, que se ocupem dos problemas de sua raça. Enquanto que tema de menor importância — o da imigração — foi aproveitado por vários romancistas modernos: Graça Aranha, Viana Moog, Luís Martins.

Em confronto com a prolífica região nordeste e a parcimoniosa mas importante região sul (Darci Azambuja, Ivan Pedro de Martins, Telmo Vergara, Ciro Martins), avulta a pobreza de Minas Gerais no tocante à ficção regional modernista. A tradição de Afonso Arinos e Godofredo Rangel só encontrou ali, até hoje, dois seguidores à altura: Amadeu de Queiroz (aliás mais premodernista que modernista) e Guimarães Rosa, este inegàvelmente um renovador da ficção brasileira, a despeito de certas construções verbais estrambóticas onde proliferam neologismos muitas vezes pedantes e desnecessários. Fusão de costumbrismo e subjectivismo, a ficção modernista mineira não se interessaria pelos aspectos étnicos do negro, do mulato e do índio brasileiros.

Possìvelmente, no meio das inumeráveis obras de ficção surgidas de 1922 para cá, razoável número delas haverá que não só desenvolva suas histórias em torno de um desses três tipos étnicos, como se detenha na configuração de personagens correspondentes. Estas, contudo, não têm sobrevivido — ou por serem literàriamente débeis, ou como consequência da menor receptividade do público à ficção modernista, em comparação com a acolhida sempre generosa que dispensa à romântica. E é o público, em última análise, quem garante a perpetuidade das personagens de ficção.

ESQUEMA PARA O ESTUDO DO TEMA DO ÍNDIO NA LITERATURA BRASILEIRA

HERON DE ALENCAR

Universidade da Bahia
Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade de Paris

RESUMO:

I — *Origens do tema e suas relações com o tema do ufanismo:* Embora costume ser datada do Século XVIII, a origem do tema do índio se encontra no século XVI e é comum ao tema do ufanismo, igualmente importante, porém mais persistente. Originam-se, ambos, dos conceitos que a Europa elaborou a respeito do homem e das terras americanas, sob a influência de *visões* resultantes das informações de cronistas e viajantes e de concepções políticas, religiosas e filosóficas. Das três *visões* predominantes — a fantasista, a teológica e a humanista — resultaran os conceitos teológico e humanista, os quais deram origem aos temas e influenciaram, de modo decisivo, o seu desigual desenvolvimento. Da unanimidade dos conceitos sobre a excelência da terra, origina-se o tema do ufanismo, constante na literatura brasileira, em cujo tratamento os escritores dos primeiros séculos encontraram um modo de compensar o complexo de inferioridade que lhes vinha do índio. As divergências quanto ao índio, se criatura de Deus ou não, se igual ou inferior aos outros homens, determinaram o processo evolutivo do tema índio em diversas fases, com diferentes sentidos, segundo predominasse a influência de um ou outro daqueles dois conceitos iniciais.

II — *Suas diferentes fases:* 1) *Fase barroca:* Representada pela literatura jesuítica, particularmente pela dramática, na qual o índio participa como tema e como actor. Orientada pelo conceito teológico, essa literatura apresenta o índio como criatura governada por forças diabólicas, de certo modo incapaz de assimilar as coisas de Deus. 2) *Fase arcádica:* Ocorre nos fins do século XVIII, depois de longo silêncio sobre o índio, com os poemas

de Santa Rita Durão e Basílio da Gama, os quais, ainda não de todo livres da influência do conceito teológico, já apresentam o índio de modo mais humano e mesmo como heróis de aventuras extraordinárias: o ufanismo atingira um desenvolvimento que reclamava a participação dos primeiros ocupantes da terra nos poemas de exaltação nativista. 3) *Fase romântica:* na qual sob a influência do conceito humanista, fundem-se a terra e o homem numa síntese representativa da nacionalidade. Sob a influência da tradição europeia do bom selvagem, e atendendo às tendências do Romantismo, os escritores brasileiros recriam o passado nacional, alçando o índio à categoria de herói nacional. 4) *Fase pós-romântica:* esgotada a temática romântica, o tema do índio continua a ser tratado pelo parnasianismo e pelo naturalismo, com o mesmo espírito do movimento anterior. 5) *Fase modernista* na qual se confundem as etnias, numa caricatura de nacionalidade. 6) *Fase post-modernista:* representa uma continuação da fase precedente, porém dela se distancia, pela obediência a outros princípios estéticos e maior respeito à tradição indianista, que parece esgotada.

TEMA 4 – LITERATURA DE TRANSMISSÃO ORAL EM PORTUGAL, ILHAS ATLÂNTICAS E BRASIL

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

A caza de romances raros en la tradición portuguesa

DIEGO CATALÁN

José Leite de Vasconcelos e a Literatura de transmissão oral — O seu Romanceiro

MARIA ALIETE FARINHO DAS DORES

A propósito del «Romanceiro Português» de J. Leite de Vasconcelos

RAMON MENENDEZ PIDAL

Permanência de Portugal no folclore brasileiro

JOÃO PEREGRINO JÚNIOR

Literatura oral na região de Campos e S. João da Barra — Brasil

AN'AUGUSTA RODRIGUES

RELATOR

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

A CAZA DE ROMANCES RAROS EN LA TRADICION PORTUGUESA

DIEGO CATALÁN
Universidad de La Laguna

Cuando aún en Castilla no se había trascrito el primer romance de la tradición oral moderna, ya Portugal contaba con magníficos Romanceros, fruto del entusiasmo puesto por la primera generación romántica en sacar de su vida latente oral esa poesía narrativa que hundía sus raíces en la Edad Media. La actividad recolectora perdura hasta trasponer el s. XIX y se prolonga durante los primeros años del XX, hallando su coronación en el *Romanceiro Geral Portuguez* (1906-1908) de T. Braga. El interés con que hoy es acogida la publicación (en 1958) del tomo I del *Romanceiro Português* póstumo de Leite de Vasconcelos, formado en los últimos años del siglo pasado y primeros de este, constituye la prueba mejor de cuán importante fué la obra recolectora de aquellas generaciones ochocentistas.

Pero al gran entusiasmo del siglo XIX, sigue en Portugal un desinterés casi absoluto por el romancero, precisamente cuando en España, gracias a Menéndez Pidal, se emprendía, al fin, una exploración sistemática de la tradición oral. La inactividad recolectora no indica que en el Portugal del s. XX el romancero se halle en su agonía, como algún observador externo pudiera sospechar; simplemente ha faltado una cabeza impulsora de la recolección. Ahi tenemos como prueba magnífica de ello los romances recogidos en Vinhais por el padre Martins, publicados en 1928 y 1939, que constituyen el romancero más copioso y rico de un solo concejo entre cuantos hasta ahora han sido publicados.

La tarea de arrancar de su habitual estado oral ese tesoro de poesía portuguesa que guardan celosamente generaciones y generaciones de cantores populares no puede en modo alguno darse por terminada. La esencial fluidez en texto y música de la canción narrativa tradicional confiere a cada

versión un valor poético singular y un particular interés filológico. Sólo cuando tenemos conocimiento de una ingente cantidad de versiones de un romance estamos en condiciones de comprender su azarosa y multiforme vida tradicional, llena de continuos y sorprendentes pequeños hallazgos poéticos; y sólo entonces, también, podemos levantar, sobre una base firme, el estudio comparativo del romance hispánico con la correspondiente balada europea o universal.

La necesidad de activar, antes de que sea demasiado tarde (pienso en la creciente difusión rural de la radio), la recolección romancística resulta aún más obvia si pensamos en los romances rodavía inéditos, que llevan una vida latente multisecular, sin haber hallado su hada buena que los saque del letargo en que yacen; o, simplemente, en aquellos otros de que sólo conocemos misteriosas versiones fragmentarias, o contaminadas, gotas de dulzor que nos dejan en la boca el regusto y el deseo de poderlos catar.

La caza de estos romances raros es de las más sugestivas para el colector de poesía tradicional. No vale el ir a la ventura, dispuesto a tomar como pieza la que saliere a nuestro paso, es necesario ventear, levantar y perseguir la pieza deseada. Por eso he decidido tomar como asunto de esta comunicación algunos romances de singular rareza, con la esperanza de atraer sobre ellos la atención de algún afortunado etnógrafo que dé con ellos y los apiole [1].

I—LA GUARDA CUIDADOSA

Bajando del alto y espacioso valle cantábrico de Polaciones en dirección a Liébana, en agosto de 1948, Alvaro Galmés y yo [2] tuvimos la fortuna de

1 Naturalmente, dada su rareza, hay que preguntarlos después de recoger algunos otros bien conocidos que aviven primero la memoria de los cantores: *O conde de Alemanha, Bela Infanta, A nau Catrineta, Silvana,* etc.

2 Esta excursión, en agosto de 1948, por Liébana y Polaciones (Santander) forma parte de la campaña romancística que realizamos A. Galmés y yo durante los años 1946-1953 y que tuvo por fruto la recolección de más de un millar de versiones procedentes de Asturias (1946), León (1946), Santander (1948), Palencia (1948 y 1951), Zamora (1947-48, 1949, 1953), Valladolid (1946), Burgos (1947), Soria (1947), Segovia (1947), Avila (1949 y 1953) Salamanca (1949), Cáceres (1949, 1950), Toledo (1947 y 1953), Madrid (1951 y 1953), Ciudad Real (1947), Albacete (1947), Cuenca (1947), Guadalajara (1947), Zaragoza (1947), Navarra (1947), Valencia (1947), Córdoba (1948), Granada (1948) y Baleares (1947) y de los judíos sefardíes de Marruecos (1948). Véase R. Menéndez Pidal, *Romancero Hispánico,* II, 1953, p. 304. Sobre algunos frutos de esta recolección veáse: D. Catalán en *Revista da Faculdade de Letras* XIV, Lisboa, 1948, pp. 97-116; A. Galmés y D. Catalán en *Vox Romanica,* XIII, Zürich, 1953, pp. 66-98; D. Catalán y A. Galmés, «La vida de un romance en el espacio y el tiempo» en *Cómo vive un romance,* Madrid, Anejo LX de la *RFE,* p. 279 y ss.

dar con Plácida, vieja de 80 años, depositaria en la aldea de Valdeprado de un acervo romancístico mucho más conservador que el de las generaciones más nuevas. La buena vieja chocheaba. Algunos romances sólo lograba arrancárselos de la memoria después de golpearse la cabeza repetidas veces con las manos y quejarse amargamente: «'to tocha, 'to tocha». Entre ellos nos interesaba sobre todo uno, por lo muy desconocido que nos era; pero a ella le resultaba casi imposible atraerlo al recuerdo: Su memoria se enganchaba una y otra vez, como un disco rayado, en el verso fatal «sal ahora don Leonardo, sal ahora, por mi vida». Al fin sacamos esto:

Tan alta estaba la luna, como el sol al medio día
2 cuando el conde don Leonardo salió de su celda un día
a buscar un casamiento para tierras de Castilla.
4 Su padre era gustoso, mas su madre no quería,
si había de criar una hija pa en tierra de morería,
6 donde no había cristianos, ni Dios le conocían.
La encerraron en un cuarto, siete guardas la ponían:
8 Hay un pozo muy hondo, que nadie le pasaría;
unas campanas a torno, de milagro retiñían.
10 — Sal ahora don Leonardo, sal ahora, por mi vida,
mis padres van a paseo, y tan pronto no vendrían,
12 *de* estoy cerrada en un cuarto siete guaradas me ponían,
un león y una leona, debajo la cama mía,
14 hay un pozo muy hondo, que nadie le pasaría.
unas campanas a torno, de milagro retiñían
(— Sal ahora don Leonardo, sal ahora, por mi vida)
16 — Ese león y esa leona de carne los hartaría
esas campanas de torno, al suelo las bajaría.
(— Sal ahora don Leonardo, sal ahora, por mi vida,
mis padres van a paseo, y tan pronto no vendrían)
18 *Anduvieron siete leguas ni palabra se decían*
(— Sal ahora, don Leonardo, sal ahora, por mi vida)
— Que quién es aquella gente que en el llano relucía?
20 *— Lo primero que allí ves son mi padre y mi madre*
lo segundo que allí ves esa es una hermana mía
22 *y lo otro que allí ves esa es la mujer mía*
y los otros que allí ves gente de su compañía.
24 *— Si me llevas por mujer, o me llevas por amiga?*
— No te llevo por mujer que mujer yo la tenía.

26 *— Quiera Dios que venga un aire...*
que vuelva pa atrás hasta la tierra'e Castilla.
28 *Don Leonardo conoció que se daba por sentida:*
— No te llevo por amiga...
30 *que te llevo por mujer, por mujer y bien querida,*
A las puertas de Pamplona salieron a recibirla,
32 *¡Válgame Nuestra Señora y la sagrada María!*

Valdeprado (Liébana, *Santander*)

Todo el final, desde el v. 18, pertenece al romance *Canta moro, canta moro* [3]. Queda, por tanto, como fragmentario el curioso romance (v. 1-17) de la doncella guardada.

Este extraño romance, que tanto nos sorprendió escuchar en Santander, es también recordado por los judíos sefardíes de Tetuán y Tánger. En el *Romancero tradicional de las lenguas hispánicas* [4] de Menéndez Pidal se hallan reunidas 5 versiones [5]. Dada la gran semejanza de todas ellas prefiero dar aquí una versión facticia, anotando al pie las variantes particulares de cada versión tradicional. Véase, en lámina aparte, una música del romance recogida por M. Manrique de Lara.

Paseábase el buen Cidi por la su guardia polida
2 mirándole está la infanta dende su sala garrida:
— ¡Qué buen cuerpo tenéis, Cidi, merecéis tener amiga!

---

[3] Véanse, para su mejor identificación, las versiones de este romance publicadas por M. Menéndez Pelayo, *Antología*, X, p. 149 y T. Braga, *Romanceiro Geral Portuguez*, II, p. 329 y III p. 548.

[4] La publicación del romancero de Menéndez Pidal, largo tiempo diferida, se ha iniciado al fin este año con el vol. I: *Romancero tradicional de las lenguas hispánicas* de *María Goyri y Ramón Menéndez Pidal, Vol. I: Romanceros del Rey Rodrigo y de Bernardo del Carpio edición y estudio a cargo de R. Lapesa, D. Catalán, A. Galmés y J. Caso.*

[5] *Tánger a* = versión de TÁNGER (*Marruecos*). Col: M. Manrique de Lara.

Tánger fr. = Fragmento incorporado al romance *Pensativo estaba el Polo*, versión de TANGER. Col.: J. Benoliel.

Tetuán a = TETUAN (*Marruecos*), versión de Sultana Benmerguí. Col.: M. Manrique de Lara, 1916.

Tetuán b = TETUAN, versión de Preciada Israel, 34 a.. Col.: M. Manrique de Lara, 1916.

Tetuán c = TETUAN, Versión de Sinir Chocrón. Col.: M. Manrique de Lara, 1916.

PASEABASE EL BUEN CIDI

Andantino

Pa se - a ba - se el buen Ci - di por la su guar-dia po - li - da; miran- do le está la in fan - ta dende su sa - la ga rri - da. (Recogido por M. Manrique de Lara)

UN HIJITO LA PRINCESA

Acceto

Un hi - ji - to la prin - ce - sa, un hi- ji - to que no ma - se por dar le del buen co tri - no con el rey le pu - so pa - je. (Recogido en Tetuán por M. Manrique de Lara)

LÁM. 1

4 — Siete tengo, mi señora, vos seréis la más querida.
— No te puedo servir, Cidi, que siete guardias tenía:
6 la una era la campana, esa campana garrida,
como oye alguna ocasión grande ruido armaría;
8 la otra era la leona, esa leona parida,
como oye alguna ocasión a voces me mataría;
10 el otro río de sangre ¡quién por ti le pasaría!;
mi padre y mis siete hermanos, no duermen noche ni día;
12 ¿Cómo yo haré, el buen Cidi, por dónde te gozaría?
— No's te dé nada, la infanta, muchas pruebas yo haría
14 lo que era la campana, a martillos la caería;
lo que era la leona, a carne la hartaría;
16 lo que es el río de sangre, a nado le pasaría;
tu padre y tus siete hermanos con vino los vencería.
18 — A estas palabras, el Cidi, ganada ya me tenías [6]

Las versiones marroquíes tampoco llegan a aclararnos nada sobre el primitivo encaje de la escena de los guardas en el poemita narrativo del que la suponemos desgajada; y, dada la habitual semejanza que tienen entre sí todas las versiones safardíes de occidente, podemos ya asegurar que la tra-

---

[6] Variantes: 1-2 *Faltan en Tetuán c y Tánger fr.;* — 1 p. l. s. salita arriva, *Tetuán a, en que sigue a éste verso:* libro de oro en la su mano, las oraciones leía. — 3 *Falta en Tánger fr.;* Lindo c. t., C., *Tetuán a;* Buena cara t., C., *Tetuán c.* — 4 tu serás l. m. q., *Tetuán a y Tetuán c.* — 5 N. p. servirte, el C., *Tetuán a;* N. p. serviros, C., *Tánger fr.; Sigue en Tánger a y en Tetuán b el verso:* — Dímelas, la mi señora, a ver si yo las podía. — 6/8 *Tánger a pone por delante la leona* (*v.* 8): la una e. l. . *y despúes la campana:* la otra e. l. c. — 6 una e. l. c., *Tetuán c;* l. u. es esa c., *Tánger fr.;* e. c. tan linda, *Tánger, Tetuán c;* e. c. polida, *Tetuán b;* e. c. de arriba, *Tánger. fr..* — 7 *Falta en Tetuán c, Tánger fr.;* de que hay traición en casa, *Tetuán a;* c. o. o. de alguno con gritos me mataría, *Tánger a;* a golpes me mataría, *Tetuán b.* — 8 otra e. l. l., *Tetuán c;* l. o. es esa l. *Tetuán a, Tánger fr.* — 9 *Falta en Tetuán c, Tanger fr., Tetuán a;* c. o. o. de alguno con gritos m. m. *Tánger a.* — 10 la otra es un r. d. s., *Tetuán a;* otro ese r. d. s., *Tetuán c; en Tánger fr. se duplica este hemistiquio:* una es un río de piedras... otra es un r. d. s.; que nadie le cortaría, *Tetuán a;* que día y noche corría, *Tánger fr.;* muy cerco (*sic*) de mí estaría, *Tánger a, Tetuán b.* — 11 la otra es mi p. y madre, *Tánger fr.;* la otra son mis cuatro h., *Tetuán a;* que n. d. n. y d. *Tetuán a;* a mis puertas se dormían, *Tetuán b, Tánger a;* a la puerta dormirías, *Tetuán c.* — 12-18 *Faltan en Tánger fr.;* 12-13 *Faltan en Tetuán a, b y c.* — 14 a golpes la partirías, *Tetuán a,* mi golpe la partiría *Tetuán c.* — 15 a tiros la mataría, *Tánger a, Tetuán b;* mi grito la callaría *Tetuán c.* — 16 a nadar le pasarías, *Tetuán a.* — 17 lo que son t. cuatro h., *Tetuán a;* vencerías, *Tetuán a;* el sueño l. v., *Tetuán c;* A tus p., *Tetuán a;* Entre estas p. y otras, *Tetuán c;* tu rendida m. t., *Tánger a.* tu vencida m. t., *Tetuán b,* cumpliole lo que quería, *Tetuán c.*

dición de los judíos de Marruecos nunca nos resolverá el pequeño enigma que plantea el fragmento de *La guarda cuidadosa.*

De ahí el interés de la tradición portuguesa, donde también vive el romance, al menos refugiado en la muy conservadora Ilha de San Jorge, en las Açores. Hasta ahora sólo se ha publicado una versión que T. Braga titula «vestigios de uma saga»[7].

– Eu bem quizera, senhora, com ela falar um dia.
– Isso como pode ser,
se na sala aonde assisto cinco guardas estariam?
– Diga a sua qualidade, que então lhe responderia.
– A primeira guarda era um velho que não dormía;
a segunda guarda era uma campana garrida;
a terceira guarda era uma leôa parida;
e a quarta guarda era um rio que bem corria;
mais a quinta guarda era os dois manos que eu tinha.
– Pois essas guardas, senhora, com todas m'eu havería:
esse velho que não dorme, eu o adormentaria;
essa campana garrida, metto-a em agua fria;
essa leõa parida, dava-lhe pão que comia;
esse rio que bem corre, eu a nado o passaria;
e esses dois manos vossos, eu com eles dormiria.

El romance tambien queda, en la hasta ahora solitaria versión portuguesa, inconcluso, y falta además en él toda introducción al diálogo de las cinco guardas. Pero, posiblemente, si se recogieran otras versiones portuguesas (nunca tan iguales entre sí como las sefardíes) nos iluminarían a lo menos el principio del romance de *La guarda cuidadosa.*

II — LA FUERZA DE LA SANGRE

Pariera la mi madre en una oscura montiña
2 onde no cantaban gallos, ni perros maullan
onde cantaban leones, la leona respondía.
4 La mandí por aciente, dixo que no sabía
la mandí por harina dixo que no podía.
4 Pariérame la mi madre en esta negra montiña.

---

7 T. Braga, *Romanceiro Geral,* I, p. 88.

Esta versión fragmentaria, tomada por M. Manrique de Lara de labios de Leonor Israel, judía sefardí de Smyrna (*Turquía*), sería uno de tantos enigmas de la tradición romancística judeo-española si no fuese porque en Sarajevo (Bosnia-*Yugoeslavia*)[8] el bien conocido romance de *El caballero burlado* comienza asi:

Pariérame la mi madre en una oscura montiña,
2 onde no cantava gallo, ni menos canta gallina,
onde bramavan leones, la leona respondia,
4 Siete años me dió de leche de una leona parida,
siete años me dió del pane del pane que él comía,
6 Siete y siete son catorze a la niña se le entendía:
Mandóla a mercar harina, dezía que non savía;
8 mandóla a mercar azeite, dezía que non podía.
Rabiose el moro y la mora de casa la echaría[9].

Hállase este comienzo en las 12 versiones orientales de este romance que conozco. Como el *Caballero burlado* es un romance de sobra conocido, resulta tarea facil la de aislar estos nueve versos fruto de una contaminación.

---

8 *M. Attias* = Versión publicada por Moshe Attias, *Romancero Sefaradi. Romanzas y cantes populares en judeo-español,* Jerusalem; Universidad hebrea, 1956, p. 90.

Leo Wiener = Versión de Bosnia publicada por Leo Wiener en *Modern Philology,* 1903, p. 215.

Ms. hebr. I = Versión en el manuscrito hebraico nº I de SARAJEVO (Bosnia, *Yugoeslavia*), 2ª mitad del s. XVII. Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

Ms. hebr. III = Versión en el ms. hebraico nº III de SARAJEVO, mediados del s. XVIII. Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

Ms. hebr. IV = Versión en el ms. hebraico nº IV de SARAJEVO. Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

Ms. lat. I — Versión en el ms. en caracteres latinos nº I de SARAJEVO, Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

Ms. lat. II = Versión en el ms. en caracteres latinos nº II de SARAVEJO. Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

Ms. x = Versión en un ms. de SARAJEVO. Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

M. Levy = Versión de SARAJEVO. Col.: Dr. M. Levy, gran rabino.

Luna de Attias = SARAJEVO. Versión de Luna de Attias, esposa de Zeky Effendi, 66a. Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

Laura Levy = SARAJEVO. Versión de Laura Levy, 19 a., transcrita en ortografía cróata por la cantora. Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

9 A continuación transcribo las variantes que presentan todas las versiones de Sarajevo, prescindiendo únicamente de las que son debidas a meras diferencias ortográficas: (Manrique de Lara transcribe ajustándose a la ortografía moderna española, la versión de

Lo que no es tan sencillo es determinar cuál pueda ser el romance contaminador, ya que nada semejante nos conserva el romancero en España. Pero sí en Portugal, según vamos a ver.

La magnífica colección de J. Leite de Vasconcelos, que se edita en la actualidad, contiene estos cinco curiosos versos:

— Quem quiser viver alegre não procure companha minha:
2 Minha mãe teve-me e deixou-me lá numa escura montanha. (sic)
Sete anos meu deu leite uma liõa que ela tinha,
4 outros sete me sustentou do que rendia a campina;
— Sete e sete são quatorze, podes ir ganhar a vida.

Paçó (*Conc. de Bragança*).

El romance hállase algo más completo en una versión que recogió en 1890 Joaquím de Castro Lopo, (publicada en *RL*, II, pp. 266-267) [10].

Laura Levy está con ortografía cróata, Wiener trata de reproducir la pronunciación de la recitadora mediante signos fonéticos, etc).

1 paríome l. m. m., *Ms. hebr. III, M. Levy, Ms. lat. I;* parió a mi l. m. m., *Ms. x, Ms. lat. II;* me parió a mi m. m., *Laura Levy;* / escura *M. Attias, Ms. x, M. Levy;* montina *M. Attias, Ms. hebr. III, M. Mevy, Ms. lat. I, Leo Wiener, variación de Ms. x;* me parió a monte escuro, *Laura Levy.* — 2 *Falta en Ms x y Ms. lat. II.* — 3-4 *Entre estos versos Ms x y Ms. lat II añaden:* tomími una leona por su hija la querida. — 4 le di, *M. Attias, Wiener, Ms. hebr. III, M. Levy, Ms. lat I* (*en ésta última* le di l. *sin el* de *partitivo*); s. a. bebí, *Laura Levy; en Ms. hebr. I y Ms. hebr. IV el v.* 4 *figura después del v. 5, con la variante:* otros s. a. di l. = otros s. le d. de l.; / de la l. p., *M. Attias, Ms. hebr. III, Ms. lat I, Luna de Attias, Laura Levy; el 2º hemistiquio falta en Ms. lat. II y Ms. x.* — 5 le di, *M. Attias, Wiener, Ms. hebr. I, Ms. hebr. IV, Ms. hebr. III, M. Levy;* le di pan(e), *M. Attias, Ms. hebr. I;* le di pan blanco *Ms. lat. I,* de pan(e), *Ms. x, Luna de Attias, Laura Levy, M. Levy;* de panes, *Ms. hebr. III;* s. a. comí, *Laura Levy;* / que yo c., *Wiener, Ms. hebr. I, Ms. hebr. IV, Ms. hebr. III, M. Levy;* que ella c., *M. Attias, Ms. lat. II;* que para él c., *Luna de Attias;* que el rey c., *Ms. lat. I;* q. el león que le traía, *Laura Levy.* — 6 l. n. s. l. e. *M. Attias,* s. l. e. a l. n. *Ms. x;* s. l., entendió a l. n., *Ms. lat. II.* — 7 y 8 mandóle *Laura de Attias;* mandila, *Wiener, Ms. hebr. I, Ms. lat. I;* me mandó.../ (me e.), *Laura Levy.* — 7 q. n. podia, *Laura Levy; el verso de la harina se sustituye en Ms. hebr. III, Ms. lat. I, M. Levy y Luna de Attias por este:* mandóla a meter la mesa/ dezía que no podía ,*verso que ocupa el último lugar de la enumeración.* — 8 q. n. quiería, *M. Attias; el segundo hemistiquio es* se espanta de la mala gente en *Ms. x, Ms. lat II, Laura Levy, Ms. hebr. III, Ms. lat. I, M. Levy y Luna de Attias. En todas estas versiones* (*salvo la de Laura Levy*) *sigue el verso:* mandóla a mercar carne / se espanta de la mala (= mucha) sangre. — 9 se rabio, *Ms. lat. I;* se arrabió, *Luna de Attias, Laura Levy;* arrabiose *Wiener, Ms. hebr. I, Ms. hebr. IV;* arrabiose la leona, *Ms. x, Ms. lat. II.*

10 Reproduce esta versión, con algún ligero retoque, T. Braga, *Romanceiro Geral,* II, p. 171, con el título, poco apropiado, de «Vida alegre».

— Quem quiser viver alegre não busque companha minha,
2 que me pariu minha mãe em uma escura montina.
Encontrou-me um ermitão levou-me p'ra a sua ermida,
4 sete anos me deu do leite de uma leona parida
outros sete me deu pão do que rendia a ermida.
6 — Sete e sete são quatorze já podeis ganhar la vida.
— Entregou-me armas, cavalo, impontou-me serra acima;
8 encontrei-me com os mouros, puseram-me guerra viva,
quatrocentos lhe matei, outros tantos lhe ferira;
10 prisionaram-me e levaram-me p'ra a maior prisão que havia.
Sete anos estive eu nela, inda hoje lá estaria,
12 se não fôra a boa gente que naquela terra havia.

Valpaços.

Y aún nos añade ciertos pormenores muy esenciales el fragmento recogido por el P.e Firmino A. Martins, *Folklore do Concelho de Vinhais,* II, Lisboa, 1938, pp. 32-33:

Aquele ermitão que vida santa fazia
2 encontrou um menino no monte sòzinho da sua vida,
pegara nêle e levara-o contente p'rá sua ermida.
4 Sete anos lhe deu leite duma leôa parida,
outros sete lhe deu pão do que rendia a ermida,
6 Sete e sete são quatorze e êle em sua companhia
ó cabo dos catorze anos terminou mandá-lo à vida:
8 Mandara-o à lenha e disse-lhe que não ia;
mandara-o à fonte e disse-lhe que não podia.
10 — Sete anos te dei leite duma leôa parida,
sete anos te dei pão do que rendia a ermida
12 Sete e sete são catorze já podes ganhar a vida.
— Aparelhou-me armas e cavalos e mandou-me serra a cima;
14 encontrei uma donzela, encontrei uma menina
....

Vinhais (*Conc. de Bragança*)

Las tres versiones portuguesas fragmentarias nos permiten reconstruir un relato, bastante trabado, aunque falto de desenlace.

Versión facticia:

— Quem quiser viver alegre não busque companha minha,
que me pariu minha mãe em uma escura montinha.
Encontrou-me um ermitão levou-me p'ra sua ermida;
sete anos me deu leite de uma leona parida
outros sete me deu pão do que rendia a ermida.
Sete e sete são catorze e êle em sua companhia;
ó cabo dos catorze anos terminou mandá-lo à vida:
Mandara-o à lenha e disse-lhe que não ia
mandara-o à fonte disse-lhe que não podia.
— Sete anos te dei leite duma leôa parida
sete anos te dei pão do que rendia a ermida,
sete e sete são catorze já podeis ganhar a vida.
— Entregou-me armas e cavalo e mandou-me serra a cima
(encontre uma donzela, encontrei uma menina
....)?
encontrei-me com os mouros, puseram-me guerra viva;
quatrocentos lhe matei, outros tantos lhe ferira;
prisionaram-me e levaram-me p'ra a maior prisão que havia.
Sete anos estive n'ela, inda hoje lá estaria
se não fôra a boa gente que n'aquela terra havia
....

Confrontando el fragmento sefardí con esta versión, empezamos a ver claro de lo que se trata:

Un infante nacido en «oscura montiña» es abandonado por la madre. Críalo un ermitaño con leche de leona y pan de la ermita. Salido de la menor edad (a los 14 años), quiere el ermitaño ponerlo a hacer trabajos manuales; pero el mancebo se rebela contra tan justificado mandato. Es que su noble sangre le impide misteriosamente hacer oficio de villano. El ermitaño le proporciona entonces armas y caballo, mandándole sierra adelante a ganarse el pan como caballero.

Lo que ocurre después es problemático: En la versión de Vinhais encuentra una doncella (lo que justificaría la contaminación con el *Caballero burlado* de las versiones sefardíes), pero el relato no sigue; en Valpaços el escudero nobel se encuentra con los moros y, a pesar de sus hazañas, es aprisionado; pasa siete años en prisión... Hemos de esperar a que algún afortunado colector de romances nos descubra en Portugal una versión más completa que las de Paçó, Vinhais y Valpaços; entre tanto, no sabemos más [11].

III — BODAS DE SANGRE Y LA CANCION DEL HUERFANO

En el caso de estos dos romances, que venimos estudiando, es tal la escasez de versiones hasta hoy descubiertas, que nos hemos tenido que conformar con poner en pié algunas ruinas de su primitiva fábrica, ante la imposibilidad actual de restaurar por completo el viejo edificio de su narración. Los dos romances a que voy a referirme ahora, aunque también yacen en confusa ruina, pueden, a lo que creo, reconstruirse, si no en su totalidad, a lo menos en sus trazos más esenciales. Mientras en *La guarda cuidadosa*

11 Otra cuestión que, por el momento, no puede contestarse es si este romance guarda alguna relación con uno catalán, asonantado en *á*, donde hallamos los versos

Al cap de quinze dies varen tenî un infant.
— L'en donarem a dida i allí ens el criaran;
Set i set fan catorze l'infant ja en sirà gran,
Ll'n comprarem un sabre i també un cavall blanc
l'enviaren pels pobles matant i degollant.

El romance entero dice en la versión de Rosa Pastor 23 a, natural de La Coma, residente en Canalda, *Lérida* (Col.: Higini Anglès y Pere Bohigas, Jul. 1922. Publ. en *Materials del Cançoner Popular de Catalunya,* Vol. I, fas. 2, p. 118):

Una mare i una filla en un carrer s'estan:
2 la mare en broda seda, la filla en broda estam
Roseta, Roseta de tot l'any florida
Mentre n'estan brodant, passa lo seu galant;
4 la filla es posa a riure, sa mare sospirant:
— De què ploreu vós, mare, de què ploreu vos tant?
6 — Ploro la meva filla, que me l'enganyaran.
— No ploreu d'això, mare, que enganyadeta està

(siguen los versos que destacamos arriba).

F. Pelay Briz *Cansons de la terra,* III, Barcelona 1871, p. 261 publica otra versión muy semejante:

Su final dice así:

Set y set fan catorze l'infant ja será gran;
li'n comprarem pistolas pistolas y punyal
s'en irá per la plassas matant y degollant
Las gens farán preguntas — Qui es aquell bergant?
— Fill de dona Maria, nebot de don Joan.

y en *La fuerza de la sangre* tenemos que poner nuestras esperanzas en los futuros hallazgos de afortunados recolectores portugueses, en el caso de *Bodas de sangre* y *La Canción del huérfano* nos basta con las versiones portuguesas de la antigua recolección ochocentista para poner orden en el caos de la arruinada tradición.

LA TRADICIÓN SEFARDÍ ORIENTAL Y LA MARROQUÍ.

Los judíos de Oriente (de los Balcanes y el Oriente Medio, esto es, del antiguo Imperio Turco) y los de Marruecos representan dos ramas de la tradición sefardí claramente diferenciadas, a pesar de una notoria comunidad en su acervo romancístico. Un buen ejemplo de esa bipartición lo constituye el romance que comienza *Un hijo tiene la condesa, uno que no tiene más,* muy dispar en una y otra área.

De la tradición marroquí conozco 8 versiones, todas muy semejantes entre si [12]. A base de todas ellas y dando preferencia, en algunos casos de disparidad, a la tradición de Tánger, construyo una versión tipo representativa. En lámina aparte ofresco una música del romance, recogida por M. Manrique de Lara en Tetuán:

Un hijo tiene la condesa, un hijito que no mase,
por darle del buen dotrino con el rey le puso paje.
Si el rey le quiere mucho, la reina mucho y mase;
si el rey le da del vino, la reina le da del pane;
si el rey le da el vestido, la reina le da el calzare;
si el rey le da el caballo, la reina donde cabalgare;

---

[12] *Tánger a* = Versión de TANGER (*Marruecos*), Col. J. Benoliel.
Tánger b = TANGER. Versión de Hol-la Gabay, 24 años. Col.: M. Manrique de Lara, 1915 (con música).
Tetuán a = Versión de TETUAN (*Murruecos*), col.: M. Manrique de Lara, 1915.
Tetuán b = TETUAN. Versión de Sol Acrich, 61 años, Col.: M. Manrique de Lara, 1916.
Tetuán c = TETUAN. Versión de Sinir Chocrón, 37 años. Col.: M. Manrique de Lara, 1916.
Tetuán d = Versión de TETUAN publ. por A. de Larrea Palacín, *Romances de Tetuán,* II, 1956, pp. 100-101 (con música).
Marroquí s. l. = Versión publ. por M. L. Ortega, *Los hebreos en Marruecos,* pp. 232-233.
Casablanca = CASABLANCA (*Marruecos*) Versión de Dora Ajuelo. Col. María Sánchez Arbós, 8 Mayo 1935.

si el rey le da las armas, la reina le da puñale.
Caballeros, con envidia, con el rey métenle en male,
que lo vieron con la reina en sus palacios folgare.
Mandolo a matar el rey y el alma no le tocare:
mandole sacar los ojos porque pierda el bien mirare,
mandole cortar la lengua por que pierda el bien hablare,
mandole cortar las manos porque pierda el guerreare,
mandole cortar los pies porque pierda el cabalgare,
mandolo colgar el rey a moscas y a gavilanes.
Después que le había colgado un pregón mandara echare:
— Nadie que le dé del vino, nadie que le dé del pane,
nadie le tire las moscas de la su hermosa face.
— Si estuviera aquí alguno que se duela de mi male
que me lleven estas cartas a la triste de mi madre
que venga presto y aína mis ricas bodas armare
con hija de un carnicero nieta de un asajar carne.
Ahí se alhadró un pajecito que a su mesa comió pane.
— Yo las llevaré, buen conde, yo vos las he de llevare,
camino de quince días en ocho lo haré andare,
el día por el jaral la noche por el lunare.
Alzó las cartas el paje y empezara a cabalgar.
— Toméis, señora, estas cartas de vuestro hijo caronale
que vayáis presto y aína las ricas bodas armare
con hija de un carnicero nieta de un asajar carne.
— Ay, válgame Dios del cielo, válgame la tu verdade,
si el carnicero es rico o es de sangre reale?
Con las cartas en la mano el camino se fué andare,
Al entrar en la ciudad con su hijito encontrare
— Ay, válgame Dios del cielo, lo que yo vine a mirare!
qué habrá hecho este hombre que este castigo le dane?
Metió mano a la su bolsa limosna le fuera a dare.
— No quiero vuestra limosna, no vos la quiero tomare,
vuestro hijo soy princesa, vuestro hijo caronale.
Como esto oyó la condesa loca salió por las calles;
y el rey como lo vio paciencia le quiso dare.
— Qué más paciencias, el Cidi, no tengo chico ni grande.
La cabeza entre los hombros al suelo se la arronxare.

Las versiones orientales son todas ellas, según ocurre de ordinario, muy defectuosas (caóticas en las rimas, faltas de hemistiquios, y en su mayor parte

más o menos fragmentarias); pero consideradas en conjunto transmiten hasta nosotros una tradición de caracteres fuertemente conservativos.

Conozco 11 versiones de Damasco, Constantinopla, Brussa, Salónica, Larissa y Sarajevo [13]. La versión tipo que ofrezco a continuación es muy superior a cualquiera de las que se han recogido de la tradición oral, y, por lo tanto, muy artificiosamente compuesta. Pero tiene la virtud de ser representativa de la tradición sefardí oriental tomada en bloque, ya que cada uno de sus versos se halla respaldado por alguna de las versiones tradicionales. En lámina aparte doy una música del romance recogida en Damasco por M. Manrique de Lara:

Un hijo tiene la condesa, uno que no tiene más,
lo metió con el buen rey, por saber y entender más.
Si el rey lo quiere mucho, la reina más, mucho más;
si el rey le da del vino, la reina le da del pan,
si el rey le da el vestire, la reina le da el calzare,
si el rey le da caballos, la reina media ciudad.

---

13 VERSIONES:

CONSTANTINOPLA a: Versión publ. por A. Danon en *Rev. E. Jud.*, XXXII, p. 110 (Vid. Menéndez Pelayo, *Antologia*, x, p. 308). Esta misma versión formaba parte de la colección J. Shaki [anterior a 1930] entregada al Romancero Menéndez Pidal por Pilar Cruz (que la recibió el 6 de Enero de 1930) y Luz Pozo Garza, en 1952.

CONSTANTINOPLA b: (*Turquía*); Versión de Vida Bejar, 60 a.; Col.: M. Manrique de Lara, 1911?

CONSTANTINOPLA c: Versión de Mrs. Anna Adatto, trasladada en 1912 de Constantinopla a Saettle *Wash.*, U.S.A., 50 años?; Col.: Emma Adatto (hija de la recitadora) «Roman ces, cuentos y refranes de los sefardies de Seattle, pp. 2-3 del ms. de 1935.

CONSTANTINOPLA fr. (*Turquía*); Col.?

BRUSSA a (*Turquía*), Col.:?

BRUSSA b: (*Turquía*) Versión de Mrs. Louise Shilton, 47 años? trasladada en 1921 de Brussa a San Francisco, *Cal.*, U.S.A.; residente en Los Angeles, *Cal.;* Col.: Emma Adatto «Romances, cuentos y refranes de los sefardíes de Seattle» pp. 4-5 del ms. de 1935.

DAMASCO (*Siria*): Versión de Behor Alfandarí, 40 años; Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

SALONICA (*Grecia*): Versión de Vita B. Amar; Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

Moshe Attias, fr.: Version publicada por Moshe Attias, *Romancero sefaradi*, Jerusalem, 1957, p. 127.

LARISSA (*Grecia*): Versión de Vida de Albalansí, 74 años. Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

SARAJEVO (*Yugoeslavia*): Versión de Esther Abinum Altaraz, 65 años. Col.: M. Manrique de Lara, 1911 (?).

Consejeros se encelaron, con el rey lo meten mal,
que lo vieron con la reina en su palacio a jugare;
y el rey con grande saña, presto lo mandó a matare
y antes que lo mataran rogativa demandare:
– Una madre vieja tengo, dos palabras, tres, hablare.
– Buenos días, la mi madre, – En buen hora vos vengáis,
que las mesas ya están puestas y los vinos axlamare [14].
En medio de la comida le demanda la su madre:
– Así vivas, el mi hijo, que me cantes un cantare,
de los que cantaba tu padre noche de Pascua reale.
– Oh qué madre, oh qué ansia, oh qué dolor y pesare
al hijo tiene en la lanza y le demanda un cantare.
Tomó santur en su mano y empezó su buen cantare.
El rey estaba en la misa, oyó boz de un buen cantare.
– Si angel es de los cielos, o sirena de la mare?
– Ni angel es de los cielos, ni sirena de la mare
sino aquel mancebico que enviastex a matare.
– Ni lo maten, ni lo toquen, que me lo traigan delante.

En el relato inicial, esto es la «Crianza en palacio», coinciden a la perfección las dos tradiciones judias. Pero difieren por completo en el desenlace: Mientras la oriental se resuelve en un clima poético con la «Canción maravillosa a la hora de la muerte», la marroquí nos lleva al terreno de la tragedia con el tema sobrecogedor de las «Bodas de sangre». Entre uno y otro tema no hay el menor punto de enlace que permita justificar la disparidad como uno de esos casos de extraña evolución narrativa, que a veces ocurren en la tradición oral. Puesto que no se trata de una diversificación producida por el juego natural de las variantes, hay que pensar en una dualidad temática originaria. El problema, entonces, estriba en explicar cómo y por qué entre los sefardíes el tema de las *Bodas de Sangre* y el de la *Canción a la hora de la muerte* llegaron a verse dotados de un comienzo idéntico.

LAS BODAS DE SANGRE (ROMANCE EN Á) EN LA TRADICIÓN PORTUGUESA.

El romancero portugués nos proporciona aquí, como en tantas otras ocasiones, la clave buscada, según vamos a ver.

---

14 *axlamar* 'refrescar', 'poner en hielo' (turco). Nota de M. Manrique de Lara.

Una versión de Açores, Ilha de S. Jorge *a*, dice así:

A condessa teve um filho, teve um só, não teve mais;
foram offerecer ao rei p'ra saber e valer mais.
Se o rei muito lhe queria a rainha muito mais.
El-rei dava o bom vestido a rainha o bom calçado;
mandavam-no passear com cavaleiros fidalgos.
Os vassalos com inveja ao rei foram-no accusar:
que ele estava e a rainha debaixo de um laranjal,
ele em gibão de linho, ela em rico saial
— Corre, corre, cavaleiro, anda, vae-m'o apanhar;
logo que chegar aqui quero-o mandar castigar.
Mandou-lhe tirar as pernas para lhe quitar seu andar,
mandou-lhe tirar os olhos para mais não a mirar,
mandou-lhe tirar a lingua para perder seu falar,
mandou-lhe tirar os braços para mais não abraçar.
Nem os olhos nem a lingua não lh'os quizeram tirar.
Mandou-o deitar na praça para ir a apedrejar.
— Passasse um anjo do céo, novas a minha mae levasse!
se não tivesse papel sobre as azas lh'as levasse.
Passara um anjo do céo voando pelo seu ar:
— Oh moço, dá-me uma carta, que t'a quero ir levar
jornada é de outo dias, hoje lh'a vou entregar.
Chega a casa da condessa, ela o mandou entrar,
mandou-lhe deitar cadeira, p'ra com ele conversar.
— Não quero sua cadeira que me não venho assentar;
trago-vos novas, senhora, bem custosas de vir dar!
— Que fará a quem as ouve, se são caras de contar!
— Trago-vos novas, senhora, seu filho quer-se casar.
— Diga-me o senhor menino que tal é a qualidade
se é filha de algum Duque ou de rei de Portugal?
— Pois não é filha de Duque, nem de rei de Portugal,
e filha de um carniceiro, neta de um que talha carne.
Logo cobriu seu manto começou de caminhar;
criados que vão com ela não a podem alcançar.
Quando lá chegou á praça aquele vulto viu estar;
metteu a mão no seu manto para uma esmola lhe dar.
— Não quero vossa esmola que lhe não posso pegar;
dae-me a vossa mão direita que vol-a quero beijar!
— Oh meu filho, oh meu filho, quem vos fez tamanho mal?

— Foram os vassalos do rei que me foram accusar
que eu estava mais a rainha debaixo de um laranjal,
eu em castelo branco ela em rico saial.
— Oh meu filho, oh meu filho, tua morte vou vingar.
Fôra-se a casa do rei, ele a mandára entrar,
mandára-lhe pôr cadeira p'ra com ela conversar.
— Senhor rei, que é do meu filho que eu o venho visitar?
— O seu filho é na caça, é na caça, foi caçar.
Botou seu manto p'ra traz que queria desabafar...
— Que caça tão rigorosa, tão custosa de apanhar...
Puchára do seu punhal logo ali o matára.
— Ali te fica, rainha manda-o agora enterrar;
tambem te fica meu filho para com ele casares.
Fica-te embora, meu filho, tua morte está vingada,
que eu vou corrida da morte da justiça arreada [15].

A la luz de esta versión portuguesa podemos hacer la crítica de las dos tradiciones judías. La semejanza de la versión de Açores con las marroquíes (y con el comienzo de las orientales) no necesita ser ponderada; no cabe mayor igualdad. Nos podemos, pues, preguntar si esta versión, junto con las de Marruecos, representa la forma originaria del romance, siendo, en cambio, el de Oriente fruto de una contaminación. Me inclino a defender esta hipótesis después de considerar la lógica interna de los dos relatos: Tratándose, como se trata, de un favorito de la reina acusado de adulterio, lo mismo en Marruecos y en la versión portuguesa, que en Oriente, nuestros conocimientos sobre la canción tradicional nos hacen pensar que el desenlace debe ser trágico, como en efecto lo es en Açores y Marruecos. En Oriente el romance carece, por verdad, de verdadero desenlace: La canción maravillosa a la hora de la muerte puede llegar a mover la voluntad del rey hacia el preso, pero no soluciona en modo alguno la cuestión del amor adulterino de la reina (a quien para nada vuelve a aludirse); además el perdón no tiene sentido una vez cumplida la horrible mutilación.

---

15 Esta version fué primeramente publicada por T. Braga en *Cantos populares do Archipélago Açoriano*, Porto, 1869, pp. 249-253.

EL TEMA DE LA CANCIÓN MARAVILLOSA A LA HORA DE LA MUERTE INCORPORADO A GERINELDO O AL CONDE CLAROS.

El tema de la Canción maravillosa a la hora de la muerte es recordado también por la tradición castellana, por la catalana y por la portuguesa. En Castilla, sólo he hallado (en la riquísima colección Menéndez Pidal) un último eco del tema (asonantado en ó) incorporado a una muy singular versión del romance de Gerineldo (*io*), de Duruelo de la Sierra, *Soria:*

....

– Quién es ese caballero que tan bien toca canción?
– Es su yerno, señor padre, es su yerno y mi señor
– Si vos, hijos, os queréis no os lo estorbaré yo.

También en algunas versiones portuguesas de los dos romances hermanos, *Gerineldo* y *Conde Claros*, reaparece el tema: El *Gerineldo* (*io*) de la Ilha de San Jorge (Açores) termina con asonante *á* diciendo:

– Erguei-vos, bela infanta, vinde ouvir lindo cantar;
ou são os anjos no céo, ou as sereias no mar?
– Pois não são anjos no céo, nem as sereias no mar;
é um triste prisioneiro, que meu pae manda matar.
– Dizei-me, bela infanta, se com ele queres casar?
– Esse é o melhor dote que meu pae me póde dar.

Y en un *Conde Claros* (*á*) de Adeganha (Tras os Montes) se incluye el siguiente trozo en *ão*:

– Dá-me cá essa viola, que lhe quero por a mão,
quero tocar as sinaes, da raiz do coração.
– Olha, que mãe tão ingrata, tão cheia de ingratidão,
vê o seu filho á morte 'stá-lhe tocando baixão!

La atracción del tema a la órbita de *Gerineldo* (*io*) se da una vez más en Cataluña; pero en este caso nuestro romance (asonantado en *ó*) conserva su independencia, ya que se canta como una segunda parte del de *Gerineldo* (luego nos referiremos a una versión portuguesa de Ribatejo en que ocurre igualmente la yuxtaposición): Se trata de una versión de Gratallops (*Tarragona*).

Li ponen la mano al cuello i a la carcel lo metía.
Su madre de Guerineldo lloraba con gran pasión,
al ver su hijo en la carcel, que li cante una canción.
– Eso no lo faré, madre, estan en questes...
– La canción del rei su padre canta al dia de l'Ascensió.
Mujeres que están preñadas, pariren sense dolors;
pájaros que vuelan al aire, no podían volar no.
Están en questes razones passava una...
los conejos de las ... cap hijo los pueda (?) dejó.
Agafa la vihuela en sus manos y empezaba la canción.
Su padre de la infanta se pasea por el balcó:
– Viene aquí tú, la infanta, a escuchar esta canción;
no sé si es angel del cielo, ni voz de un emperador.
– No es angel del cielo, o voz de un emperador;
sino la voz de Guerineldo de cuando le quiero yo.
– Muerto te lo daré yo, muerto sí que vivo no
(*sigue un fragmento de romance cidiano*)
– Aqueix dó quiero, mi padre, aqueix dó lo quiero jo.
– Pren aqueix dó, l'infanta, encar que sigui un pastor.
– No es un pastor, el mi padre, qu'es fill d'un Emperador.

Estos fragmentos nos revelan que el tema de la *Canción a la hora de la muerte,* asonantado ya en *ó*, ya en *á*, formaba parte de um romance, popularizado en las tres lenguas hispánicas, lo suficientemente análogo al de *Gerineldo* y al de *Conde Claros* como para atraversarse en su camino, una y otra vez, en regiones tan distantes como Açores, Tras-os-Montes, Ribatejo, Soria y Tarragona.

LA CANCIÓN DEL HUERFANO, ROMANCE CATALÁN.

El romance completo (unificado en *ó*) nos ha sido conservado por la tradición catalana[16]. Aunque la mayor parte de las 7 versiones catalanas que conozco (de ellas, 3 son simples fragmentos) se conforman con recordar

16 Versión de OLIANA (*Lérida*); Del *Cançoner Popular de Catalunya* (inédito), T.-A., 1929, n.º 251 (con música).
Versión de RIPOLL (*Gerona*). Del *Cançoner Popular de Catalunya* (inédito). Mt. A.-3.-XII-(111).
s. l. a=Publicada por M. Milà i Fontanals, *Romancerillo catalán*, nº 207 B, p. 165.
Las restantes versiones catalanas carecen del comienzo, tanto las inéditas del *Cançoner* (procedentes de La Garriga, Puiglagulla, Molló, S. Martí de Riudeperes, Molí de

la escena de la canción, hay tres que nos dan a conocer la historia en su totalidad. De una de estas versiones más conservadoras, la de Oliana, conocemos la música que publico en lámina aparte:

Quan ton padre está a la muerte, tu, hijo, m'encomendó
que te criés como buen hijo i te ades com bon sanyor.
Jo, como buena madre, como a rei vo'l crio jo
Ja l'en vai posâ en palacio perquè no hi ha lloc millor.
Y tu, como dolent fijo, me has fet traïción
de dormir a la infanta hija de tan gran valor.
Demanen als seus criados que el posen en la presón;
se l'en van a veure comtes i gent de valor
tots li deien: Comte, per a tu no hi ha perdó.
Su madre l'en va a veure a dentro de la presó.
— Ai, fill meu de mes entranyes, vols cantar una cançó?
— Quina mare tan ingrata y corazon de valor
tenir un fill a la muerte i li mana cantar cançons!
— Posa esta viguela als braços i trempa-la con primor
i quan la n'hauras trempada canta, canta una canço.
— Quina cantaria, mare, quina cantaria jo?
— La que cantava el teu pare a la nit de l'Ascensió.
Los aucells que van en l'aire, no podien volar, no;
els infants per les bressoles, se adormien de dolçor;
tamben los patges del rei caminar no saben, no.
El bon rei se l'escoltava del mes alto mirador.
— Qui es aquest caballero que canta aquesta cançó?
Respon un dels seus patges: — Es un pres de la presó,

S. Quintí, Cardona, Gòsol, Banyoles, Queralps, S. Pau de Segúries y La Ral), como las publicadas:

CALAF,? a. Publicada por Milà, *Romancerillo*, nº 207, pp. 164-165 (Para la identificación de la procedencia véase *Obra del Cançoner Popular de Catalunya, Materials, I, fasc. I. Observacions, apèndix i notes al «Romancerillo Catalán» de Manuel Milà i Fontanals.*, Barcelona, 1926.

CALAF fr. Publicada por Milà, *Romancerillo*, nº 207 C, p. 165 (Para la localización véase *Materials* I, fasc. I).

GERONA (y alrededores) fr. Col.: Celestí Pujol i Camps († 1891). Publicada por Milà, *Romancerillo*, nº 207 D, p. 165. (Para la identificación del colector y la procedencia véase *Materials* I, fasc. I).

s. l. b = Publicada por F. Pelay Briz, *Cansons de la Terra*, V, pp. 75-76.

UN HIJO TIENE EL CONDE

Un hi jo tie - ne el con - de un hi - jo tie - ne y no más ni te ma - te, ni - te to - que ni te de - xo yo ma - tar.

(Recogido en Damasco por M. Manrique de Lara)

QUAN MI PADRE SE MURIÓ (Versión de Oliana)

♩= 104

Quan mi pa - dre se mu - rió, ras mes no m'en - co - ma - nó: Cri - a el fill com un bo - ni - to, i - jo el cri - o com un se - nyó, i jo el cri - o com un se - nyor

LÁM. 2

que si ell tenia culpa ja no cantaria, no.
En respon la buena reina: — Parit que l'hagués jo!
Respon la hija pequeña: — Per marit lo tingués jo!
Vingui prompte el senyor bisbe vingui a maridar els dos.

LA VERSIÓN DEL S. XVI.

Este romance catalán es, no hay duda, el mismo que se incluye en la *Tercera parte* de la *Silva* de Zaragoza, (1551), fol. 18 v. (Cito, gracias a la amabilidad de A. Rodríguez Moñino, por la edición de 1551, inacesible durante algunos decenios a la erudición; Menéndez Pelayo, *Antología* IX, p. 240, modernizó algo el texto de la *Silva*).

Quando vos nascistes, hijo, triste no dormía yo,
2 quando murió vuestro padre a mí vos encomendó,
que mirasse por vuestra honrra y os pusiesse con señor;
4 pusiera os yo con el rey, no hallando otro mejor.
Vos, hijo de mal mirado, hezistes la trayción,
6 que dormistes con la infanta, hija de vuestro señor,

Después de estos versos, que coinciden perfectamente con los de la tradición catalana, la *Silva* continúa con otros que contrastan con los anteriores por su aire poco tradicional, y por estar faltos de toda poesía; tienen todo el aspecto de ser un amaño del colector o el editor, imbuido del espíritu monárquico del s. XVI:

Sentenciado estáys a muerte por ello, con gran razón,
8 que cualquiera que tal haze meresce por galardón
que le corten la cabeça sin ninguna dilación;
10 ya pues lo hauéys hecho, amigo, encomenda os a Dios
que perdone vuestras culpas y perdone vuestro error.

Los tres versos que siguen a estos repiten conceptos que se hallan en una de las escenas del *Conde Claros* más gustadas en el s. XVI. Aún así pudieran ser tradicionales y el influjo del *Conde Claros* debido a la hermandad de tema:

12 — No hayáys lástima, señora, no hayáys lástima, no,
quen morir por tal infanta con muy grande gozo vó,
14 antes viue que no muere quien por tal caso murió.

En fin, el final del romance es análogo al del *Conde Claros* (o al de *Gerineldo*, en unas cuantas versiones conservadoras)

La infanta que lo ha sabido a su padre se boluio
16 rodillas por el suelo desta suerte le habló:
— Merced os pido, el rey, mercedes os pido yo,
18 que me dedes por marido al que matays por traydor,
si no queréys que yo muera ante quel ques mi señor.
20 El rey que aquello oyera muy bueno le paresció,
despósanlos luego a entrambos con muy gran plazer y honor.

Falta por completo en esta versión vieja el tema de la canción; pero, teniendo en cuenta los principios que regían la edición de romances en el s. XVI, creo que puede muy bien deberse a una supresión intencionada, hecha por el propio colector al tiempo de retocar el romance. Frente a este dudoso testimonio de la versión del s. XVI, la tradición portuguesa viene a confirmarnos la unidad de las distintas partes del romance catalán.

EL ROMANCE DE LA CANCIÓN DEL HUERFANO EN PORTUGAL.

Una versión portuguesa de la *Princesa Peregrina* (ason. *á*) de Tavira (Algarve)[17] comienza con un pegadizo de 6 versos asonantados en *ó* en todo idénticos a los de la *Silva* y las versiones catalanas:

Vosso pae, quando morreu, me deixou como penhor,
que vos désse bom ensino e entregasse a bom senhor;
entreguei-vos a el-rei, pois não acho outro melhor.
Olhae, filho, que me dizem, que vós fostes lo trédor,
que enganaste la princeza, filha d'el-rei meu senhor,
receiae-vos do castigo, accolhei-vos se tal fôr...

Pero el romance se canta completo en Ribatejo, como continuación del de Gerineldo, si bien poliasonantado en *á, ó* y *á*[18]:

— Filho, quando te pari com tanta dor e pezar
era um dia como este, teu pae estava a expirar;
eu co'as lagrimas nos olhos, filho, te estava a lavar,

17 Véase T. Braga, *Romanceiro Geral*, I, pp. 281-282.

18 A. Garret, *Romanceiro*, I, pp. 144-145. En nota Garrett advierte «só as versões do Ribatejo trazem este episodio da tôrre». Ese episodio al que alude sirve de enlace a los romances, *Gerineldo* y *El Huérfano*.

cabelos d'esta cabeça com eles te fui limpar;
e teu pae já na agonia, que me estava a encommendar
emquanto fôsses pequeno de bon ensino te dar,
e depois que fôsses grande a bom senhor te entregar.
Ai de mim, triste viuva, que te não soube ensinar!
a el-rei te dei por amo, que melhor não pude achar,
tu vaes dormir co'a infanta de teu senhor natural
perdeste a cabeça, filho, que el-rei t'a manda cortar.
Ai! meu filho, antes que morras, quero ouvir o teu cantar
— Como heide eu cantar, mãe minha, se me sinto já finar?
— Canta, meu filhinho, canta, para haver minha benção
que me estou lembrando agora de teu pae n'esta prisão.
Canta-me o que ele cantava na noite de San'João,
que tantas vezes m'o ouviste cantar c'o meu coração
....
(canta entonces el romance de *El Prisionero*, ason. *ó*)
....
De suas varandas altas el-rei estava a escutar
já se vae onde a princeza pela mão a foi buscar:
— Anda ouvir, oh minha filha, este tão lindo cantar,
que ou são os anjos no céo, ou as sereias no mar.
— Não são os anjos no céo ou as sereias no mar,
mas o triste sem ventura a quem mandaes degolar.
— Pois já revogo a sentença e já o mando soltar;
prende-o tu, infanta, agora pois comtigo hade casar.

En Ponta do Sol (Madeira), antes de las palabras de la madre, hállase un prólogo, a todas luces añadido tardíamente, en que se relata en forma indirecta la historia previa a la prisión.

Morreu lo duque nas guerras d'antigo tempo passado;
dos quatro filhos varões que tinham d'ele ficado,
cada qual teve um logar que por el-rei lhe foi dado.

Al mayor le da su «almirantado» (sic) al segundo un «bispado» al tercero «la mordomia de estado» (sic). El menor «ficou / pera ser d'el rei creado».

E era d'el-rei mui querido da infanta namorado
com ela passava horas n'um campo bem inrelvado.

Avisado por un «invejoso máu» de que dormía con la infanta, es condenado a la horca. Acude a verle la madre

E teu pae quando morreu que deixou recommendado,
que t'intregass' a el-rei p'ra com elle seres creado!
....
Aqui tens esta viola, oh meu filho de bençâo,
canta ahi antigas trovas, em palacio te ouvirão.
— Ai, Jesus, ai minha mãe, que não tendes coração,
vèl lo filho de oratorio, mandal-lo cantar centão!
....
— Canta, canta, filho meu, canta, filho de bençâo,
trovas que teu pae deitava na noite de São João...

Canta, entonces, el romance del *Prisionero*

— Vinde cá, oh filha minha, ouvir sirena cantar
como tão soidosa canta la sirena de la mar!
— Senhor pae, não é sirena e' lo conde a se chorar
Senhor pae, não lo mateis, quero com ele casar
— Criei-lo de pequenino vou ja mandal-lo soltar
....
tóma-lo tu por marido, genro lo quero tomar.

(la versión, como puede bien verse, fué lastimosamente retocada por el primer editor, Alvaro Rodríguez de Azevedo, conforme a criterios románticos, en su *Romanceiro do Archipélago da Madeira,* Funchal, 1880).

DOS ROMANCES: BODAS DE SANGRE Y LA CANCIÓN DEL HUERFANO.

Los dos romances que hemos venido deslindando resultan, a fin de cuentas, ser muy dispares. Mientras un criado del rey durmiendo con la reina sólo puede ser principio de un drama sangriento, un criado del rey durmiendo con la infanta suele ser lo bastante afortunado como para ganarse la mano de la doncella deshonrada. Los dos desenlaces, de sangre o nupcial, están condicionados de antemano por la diversa condición de la mujer que se apasiona por el criado. Resumamos ahora el argumento de los dos romances.

Bodas de sangre. — Un hijo único de la Condesa, criado en palacio y muy privado del rey, se convierte en el favorito de la reina; malos mezcladores le acusan de haber dormido con ella. Es condenado por el rey a una bárbara mutilación. Un paje fiel lleva como mandado a la Condesa la invitación a las bodas del hijo con la «hija de un carnicero». Al llegar a la ciudad, la Condesa topa con el cuerpo mutilado de su hijo y se apiada de él sin reconocerlo. Reconocimiento. La madre, loca de horror, irrumpe en palacio; el rey trata de engañarla. La Condesa lo mata y apostrofa desesperadamente a la reina.

La Canción del huérfano. — Comienza en estilo directo: La madre del huérfano recuerda a su hijo cómo cuando ella lo parió su padre estaba agonizando y cómo, en aquella hora de la muerte, el padre le dejo encomendado que diese al niño buena enseñanza y lo pusiese a servir a buen señor; la madre lo puso con el rey, pero el huérfano ha cometido la traición de dormir con la infanta, por lo que está condenado a morir. Como despedida, la madre pide al hijo que cante, antes de morir, la canción favorita del padre; el hijo se indigna primero ante la petición, pero al fin canta, acompañado de una vihuela. El rey que oye la canción se maravilla («o son angeles del cielo o sirena de la mar»). La infanta aprovecha la oportunidad para conseguir el perdón del condenado, quien, casándose con ella, restaura su perdido honor.

A pesar de su absoluta disparidad, los dos romances tenían algo muy importante que tendía a ligarlos en la tradición: la madre. Tanto en uno como en otro romance el acusado es un criado del rey sin padre ni hermanos que lo puedan amparar o vengar, y, por tanto, es la madre quien tiene que afrontar la situación.

ENCUENTRO EN LA TRADICIÓN DE LOS DOS ROMANCES.

El encuentro de *Bodas de sangre* con *La canción del huerfano* hubo de realizarse desde época muy antigua y en formas muy varias. Ya vimos, al comienzo de este trabajo, cómo los sefardíes de Yugoeslavia, Grecia, Turquía y Siria conocen sólo un romance mixto en que la historia del favorito de la reina se remata, no con las bodas de sangre, sino con la maravillosa canción del preso. Pero la fusión y confusión de los dos romances no es privativa de los judíos de los Balcanes y el Oriente Próximo, pues reaparece, en formas varias, en las versiones portuguesas de Ilha de San Jorge *b*, Ilha de San Jorge *c* (Açores) y Porto da Cruz (Madeira) [19].

---

19 Véase T. Braga, *Romanceiro Geral,* I. pp. 345-350 y 316-321.

La versión de Porto da Cruz se asemeja en su comienzo a la de Ponta do Sol de *La canción del huerfano:*

Lo conde morreu nas guerras grandes guerras de algum dia
seu filho, lo conde nino, nos paços de el-rei se cria
e no condinho creado la infanta se revia
....
— Teu pae quando faleceu me deixou encommodado
que a el-rei eu te entregasse para de el-rei seres creado;
olha que em tratos de amores paço real é sagrado
e se tu lá tens amores, fuge, filho malfadado.
Mas nem lo conde fugiu nem emendou lo peccado
mais namorou la infanta mas foi d'ela namorado,
passavav horas e horas n'um laranjal enrelvado
....

Otro conde «de quem ele é invejado» le acusa al rey. El rey lo prende y consulta a sus consejeros qué castigo darle. Así se introduce el tema de la mutilación, perteneciente a *Bodas de sangre:*

— Mandae-lhe vasal los olhos com que veiu namorar,
mandae-lhe rasgal la boca com que la veiu beijar,
mandae-lhe quebral los braços com que la foi abraçar.
etc.

Pero, habiendo dormido el criado del rey con la infanta y no con la reina, el romance ha de tener un final nupcial y no trágico, con lo que resultaba de todo punto imposible llevar a efecto la mutilación. De ahí que el rey contradiga a sus consejeros:

— Criei-lo de pequenino basta ir a degolar.

Privada así, la escena de la mutilación, de su fuerza trágica inicial, el encuentro con la madre pierde gran parte de su valor dramático.

La mãe d'ele que tal sabe doida lá vae a chorar
com ser velha, corre tanto que não na ha alcançar...
— Oh filho d'estas entranhas, quem te poz n'este logar?

El final del romance, en que la infanta pide por marido al preso y lo obtiene del rey, coincide aquí completamente con el del *Conde Claros* (incluso en mínimos detalles).

Más compleja es la versión Ilha de San Jorbe *b* en que se entrelazan artificiosamente varias escenas de los dos romances: Comienza, como la versión de Ponta do Sol arriba citada, contando en estilo indirecto los sucesos que preceden a la prisión.

O marquez tinha tres filhos, tres filhos tinha o marquez
o rei os mandou chamar cada um por sua vez

(el primero para obispo, el segundo para barbero y a dom Pedro Menino para servirle la mesa).

a princeza que o viu logo d'ele se agradou
seu pae assim que o soube logo em carcere o fechou

(La propia reina, que resulta ser tía del preso, acude a visitarlo):

— Que fazes aqui, sobrinho, minha carne natural?
— Estou prezo por ter amores com a princeza real

(y sigue, aplicado a la tia, un calco de la escena de la limosna y lamentación ante la madre del mutilado, que se repetirá inmediatamente después):

— Diga lá a minha mãe que me venha visitar...
Com seu mantinho no braço sem o poder enfiar...
— Que fazeis aqui, meu filho, minha carne natural?
— Estou prezo por ter amores com a princeza real.
Puchára de uma manga esmola para lhe dar.

Nótese lo absurda que es aquí la donación de limosna después del reconocimiento. En el romance puro de las *Bodas de sangre* la Condesa, yendo a las «bodas» de su hijo, da limosna al terrible despojo que encuentra en la picota por no haber reconocido en él a su hijo.

Sigamos con la versión:

— Agradeço, senhora mãe que não a possa acceitar,
que o rei me quitou as mãos para esmola não pegar,
tambem me quitou os braços para amor não abraçar,

tambem que quitou a bocca para amores não falar,
tambem me quitou os olhos para amores não olhar.
— Tomae lá esta viola, ide tocar um baixão.
— Oh minha mãe, tão cruel, tão dura do coração
seu filho para enforcar mando tocar un baixão!

La yuxtaposición de las dos escenas de encuentro entre madre e hijo, provinientes de uno y otro romance, no puede ser más absurda: Justamente después que el hijo no ha podido tomar la limosna porque carece de manos (según *Bodas de Sangre*) la Condesa le pide que toque la vihuela (según *La canción del huerfano*)!

Esta acumulación de elementos incompatibles, procedentes de uno y otro romance, se repite de forma todavía más llamativa al final: como en *Bodas de Sangre*, la Condesa irrumpe aquí en palacio:

— Oh el-rei, que é do meu filho? com ele quero falar!
— Teu filho foi para a caça, aqui não póde tardar!

Pero el desenlace no puede ser trágico, y por ello, bruscamente, tras esta conversación aparecen los versos:

Ja os linhos enflorecem, estão os trigos em pendão,
ajuntem-se as moças todas no dia de São João

Es que el preso canta el romance de *El Prisionero,* como en todas las versiones portuguesas de la *Canción del Huérfano*. Tras la canción sigue el desenlace característico de este romance.

— Vinde, vinde, minha filha, ouvir tão doce cantar
ou são anjinhos no céo ou são sereias no mar?
etc.

La versión Ilha de San Jorge *c* es hermana de esta y muy semejante, incluso en curiosas mudanzas de detalle. Comienza también

O marquez tinha tres filhos, tres filhos tinha o marquez
o rei os mandou pedir cada um por sua vez

(el mayor para vestir, el otro para calzar y don Pedro Pequenino para «barbear»).

A princeza que tal soube d'ele se quiz namorar,
o rei que tal soubera quizera-o mandar matar,
manda-o metter n'uma torre até elle ir degolar

Pero la acumulación de escenas, procedentes de uno y otro romance, que veíamos en Ilha de San Jorge *b*, no se da aquí en forma tan absurda, gracias a una patente labor de lima: Quién visita al preso es un cazador, que le pregunta sin embargo (como en *Bodas de sangre*)

— Que fazeis aqui, dom Pedro, minha carne natural?

a pesar de que no hay ningún parentesco entre ambos. El cazador lleva la noticia a la madre

Ela que ouviu aquilo tratou já de caminhar,
suas aias e criadas não a podem alcançar,
os seus vestidos no braço sem os poder enfiar

(cfr. con la versión pura de las *Bodas de Sangre* de Ilha de S. Jorge *a* y con las mixtas de Porto da Cruz e Ilha de San Jorge *b*).

La pregunta de la madre deriva tambien de *Bodas de Sangre* (y el diálogo coincide con Ilha de S. Jorge *b*).

— Que fazeis aqui, meu filho, n'este escuro hospital?
— Estou com sentença de forca, a'manhã vou a matar
por uma palavra de amar que á princeza queria dar.

pero se suprime la escena de la limosna y toda alusión a la mutilación. Así puede el preso tocar la vihuela sin dificultades.

— Tomae lá n'esta viola tocae-me n'ella un baixão
como vosso pae tocava no dia de São João.
— Dae vós a Deus tal mulher tão dura do coração!
tem o filho para morrer manda tocar um baixão.

No hay tampoco aquí la visita de la madre al rey (procedente de *Bodas de Sangre*) sino que sigue sin más todo el desenlace de *La canción del Huérfano:* Canto del romance de *El Prisionero;* «ou são os anjos do céo ou as

sereias no mar?»; «é dom Pedro Pequenino que meu pae manda matar // eu o queria por marido se o pae m'o quizera dar»; «ahi o tens por marido Deus vol-o deixe gozar».

LA CUESTIÓN DE LAS ASONANCIAS.

Bodas de sangre no ofrece problema respecto a las rimas: las versiones puras de Ilha de S. Jorge *a* y de Marruecos presentan sólo el ason. *á(e)*; el comienzo del romance conservado en Oriente se halla también con rima en *á (e)* (aunque deturpada en varias versiones); las alusiones a la bárbara mutilación que figuran en Ilha de San Jorge *b* y en Porto da Cruz llevan asonante *á* así como el diálogo entre la madre y el rey en Ilha de S. Jorge *b*.

La canción del huérfano, en cambio, presenta una gran variabilidad de asonancias en las distintas versiones. Frente a las versiones sefardíes (uniformadas en *á*) y las catalanas (que al igual que la *Silva* están uniformadas en *ó*) las versiones portuguesas apoyan, con su voto alternante, ya a uno, ya a otro de los dos asonantes, dándonos a mi parecer la clave de las varias asonancias originarias.

1.º Amonestación de la madre al huerfano: Silva de romances, *ó;* versiones catalanas y Gratallops (Tarragona), *ó;* fr. en *Princesa Peregrina* de Tavira (Algarve), *ó;* Ribatejo, *á;* Porto da Cruz (Madeira), *ao;* Ponta do Sol (Madeira), *ao;* fr. en *Princesa Peregrina* de Camara Lobos (Madeira), *ao.* (En las tres versiones de Madeira la escena va precedida de un Prólogo en que se habla de la muerte del padre en la guerra y de cómo los hijos del muerto pasan a servir al rey, en Ponta do Sol y Camara Lobos este prólogo es asonantado en *ao*, en Porta da Cruz en *ia* y *ao*).

2.º La madre demanda la canción: (Falta en la Silva); versiones catalanas y Gratallops (Tarragona), *ó;* Ponta do Sol (Madeira) *ó;* Ilha de San Jorge *b* y *c* (Açores), *ó;* fr. en *Conde Claros* de Adeganha (Tras os Montes), *ó;* Ribatejo, *á* + *ó;* sefardíes de oriente, *á* (*e*).

3.º El rey se admira de la canción: Sefardíes de Oriente, *á* (*e*)*;* Ribatejo, *á;* Ponta do Sol, *á;* Ilha de San Jorge *b* y *c*, *á;* fr. en *Gerineldo* de Ilha de San Jorge, *á;* en las versiones catalanas se halla un reflejo muy incompleto, en *ó;* Gratallops (Tarragona), *ó;* fr. en *Gerineldo* de Duruelo de la Sierra (Soria), *ó.*

4.º Casamiento: (Falta en Oriente); Ribatejo, *á;* Ponta do Sol, *á;* Ilha de S. Jorge *b* y *c*, *á;* fr. en *Gerineldo* de Ilha de San Jorge, *á;* Silva, *ó;* Catalanas, *ó;* Gratallops, *ó;* fr. en *Gerineldo* de Duruelo de la Sierra (Soria), *ó.*

Creo indudable que la amonestación de la madre al huérfano tenía originariamente asonancia *ó* (Silva; Cataluña; Algarve); tanto la versión en *á* de Ribatejo como las en *ao* de Madeira tienen la traza de ser refundiciones posteriores (la de Madeira hecha al tiempo de añadir el Prólogo narrativo). La demanda de la canción también tenía asonante *ó* (Cataluña; Ribatejo, aunque refunde el comienzo de ella en *á;* Madeira; Açores; Tras os Montes); la versión en *á* que nos transmiten los judíos de Oriente parece debida a una generalización del asonte *á* que era el proprio de la primera parte del romance, procedente de *Bodas de Sangre,* y el del final.

En cambio todo el desenlace debía ser originariamente en *á* (sefardíes de Oriente; Ribatejo; Madeira; Açores), a pesar de que en Cataluña aparezca asonantado en *ó;* El verso de Gratallops:

> no se si es angel del cielo ni voz de un emperador

se nos revela como un mal arreglo del muy repetido:

> si angel es de los cielos o sirena de la mare (sefardíes)
> ou são os anjos do céu ou as sereias no mar (portuguesas)

Doy seguidamente la reconstrucción de una versión representativa del romance de *La canción del Huérfano* ajustada a estos principios.

> – Cuando vos nacistes, hijo, triste no dormía yo,
> tu padre estaba a la muerte, yo con pesar y dolor!
> Cuando murió vuestro padre a mí vos encomendó
> que mirase por vuestra honra y os pusiese con señor.
> Pusiéraos con el rey, no hallando otro mejor.
> Vos, hijo de mal mirado, hicisteis la traïción
> que dormisteis con la infanta hija de vuestro señor.
> Sentenciado estáis a muerte y para vos no hay perdón.
> Asi vivas, el mi hijo, cántame tú una canción.
> – Ay que madre tan cruel, tan dura de corazón,
> que el hijo tiene a la muerte, le demanda una canción!
> – Canta, hijo mío, canta, te daré mi bendición.
> – Qué canción cantaré, madre, qué canción cantaré yo?
> – La que cantaba tu padre la noche de la Ascensión.
> Tomó vihuela en sus manos la ha templado a su tenor.
> El buen rey que lo escuchaba de altas torres donde está:
> – Si angel es de los cielos o sirena de la mar?
> – Ni angel es de los cielos ni sirena de la mar,
> mas el triste sin ventura que enviasteis a matar.

— Merced os pido, señor, dádmelo para casar.
— Tomadlo, hija, por marido, Dios vos lo deje gozar.

UNA CUESTIÓN: LA CANCIÓN PATERNA Y LA MUERTE DEL PADRE.

En esta versión representativa he soslayado de la forma menos comprometedora el problema que plantea el comienzo del romance: De primera impresión el «Quando vos nascistes, hijo, triste no dormia yo» que dice la *Silva* (antes del «quando murió vuestro padre, etc.») parece una tremenda perogrullada (¡malo sería que la madre estuviese durmiendo a la hora del parto!), de ahí que ese verso inicial falte en Tavira, Ripoll y Oliana, versiones tan hermanas en todo el comienzo de la que recogió en el s. XVI la *Silva*. Pero el despropósito esconde, a mi parecer, un motivo folklórico, la simultaneidad del parto y de la agonía del padre, que aparece más claramente desarrollado (aunque cambiado de asonante) en la versión de Ribatejo:

Filho, quando te parí com tanta dor e pezar
era um dia como este teu pae estava a expirar;
eu co'as lagrimas nos olhos, filho, te estava a lavar
cabelos d'esta cabeça com eles te fui a limpar

Creo que este motivo folklórico formaba originariamente parte del tema, pues viene a dramatizar de manera extraordinaria la orfandad del criado, orfandad que es esencial al asunto del romance. Nótese a este respecto el extraño papel jugado por el padre del huérfano que, a pesar de estar muerto, y por lo tanto no ser uno de los personajes que actuan en el romance, se halla omnipresente, justificando toda la acción. No hay duda de que el centro del romance lo constituye la misteriosa canción, que cantaba el padre «la noche de la Pascua (real)», «la noche de de la Ascensión», «la noche de la Pasión» o «la noche de San Juan», capaz de abonanzar el triste hado del huérfano. Este motivo central apunta hacia un pasado en la historia del huérfano que nos es desconocido. ¿Podría decirnos algo una más amplia colección de versiones portuguesas que la hasta ahora manejada?

CONCLUSION.

Los cuatro romances que he tratado de presentar aquí, bautizándolos con los nombres de *La guarda cuidadosa, La fuerza de la sangre, Bodas de sangre* y *La canción del huerfano* nos muestran hasta que punto el romancero está todavia por explorar. Todos cuatro constituyen muy notables ejemplos

del interés que aún encierra el romancero latente, el que sigue viviendo por tradición oral, sin que un curioso gustador de la poesía del pueblo se haya entrometido en su habitual modo de propagarse de boca en boca para ponerlo por escrito. Las insuficientes versiones que de ellos he logrado reunir andaban dispersas, por colecciones inéditas o en romanceros publicados, confundidas con las de otros temas análogos o, a las veces, hasta muy dispares.

He decidido agrupar en mi estudio estos cuatro romances porque el examen de cualquiera de ellos nos hace llegar como principal conclusión a la misma que quisiera dejar flotando tras la lectura de este trabajo: La tradición oral portuguesa, muy superior en múltiples casos a la española y en ocasiones a la sefardí, está aún muy insuficientemente explorada; un esfuerzo sistemático de recolección en estos momentos podría enriquecer de forma insospechada el Romancero Portugués con hallazgos deslumbrantes de motivos y romances hasta ahora desconocidos.

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS
E A LITERATURA DE TRANSMISSÃO ORAL
O SEU ROMANCEIRO

MARIA ALIETE FARINHO DAS DORES
Centro de Estudos Filológicos — Lisboa

SUMÁRIO:

Nota introdutória — a actividade de J. L. de Vasconcelos e a recolha e estudo do folclore português.

O Romanceiro;

1 — Material deixado pelo autor;
2 — Organização e critério da actual publicação;
3 — Sua orgânica;
4 — Indice e volumes dos textos;
5 — Distribuição geográfica;
6 — Apreciação valorativa do Romanceiro:

a) Repositório de romances;
b) Interesse linguístico;
c) A índole portuguesa na tradição dos romances;

7 — C Conclusão.

NOTA INTRODUTÓRIA

«Nascido na Beira Alta, e tendo passado a juventude em convivência diária com o povo, eu possuia em mim mesmo um bom número de factos, quando em 1876, dos 17 para os 18 anos, idade em que vim para o Porto, comecei, entusiasmado pelo grande movimento científico do século, a ocupar-me do Folclore,...» Escrita em 1883 esta afirmação leva-nos ao início duma actividade que, mantida através duma persistência de mais de meio século, resultou numa obra imprescindível e fundamental para o estudo do folclore

português. Embora dispersa numa produção de volume sobre volume, e com uma variedade constante de temática, une-a o objectivo do conhecimento do povo e da história viva das suas manifestações e ambiente. Todos os seus livros se animam deste interesse e difícil é encontrar, neste campo de pesquisa, um aspecto, por pequeno que seja, de que o autor não tivesse deixado pelo menos a sugestão dum apontamento.

No que respeita às manifestações e preferências literário-estéticas, a exploração de J. L. de Vasconcelos foi vasta e de resultados apreciáveis. Os seus primeiros ensaios, 1878, ocupam-se de romances e cantigas e em 1936 ainda continuava recolhendo material. O que deu à estampa e o que deixou, em andamento de publicação ou em projecto, somam uns milhares de páginas de texto de escrupulosa autenticidade, abrangendo as diversas formas da criação ou da tradição do povo — romances, cantigas, adágios, adivinhas, contos, lendas, superstições, ensalmos, folhetos de cordel, etc.

Acrescente-se, ainda, a esta sua contribuição pessoal, a influência que teve, juntamente com mais os nomes de Teófilo Braga, Carolina Michaelis, Adolfo Coelho, Sílvio Romero, Tomás Pires e outros, no período de entusiasmo pelos assuntos de folclore que se estendeu pelo último lustro do século XIX e primeiro do século XX, e cujo mais sério testemunho está na publicação da Revista Lusitana de que J. L. de Vasconcelos foi longamente o director.

O SEU ROMANCEIRO

1 — Durante toda a sua vida J. L. de Vasconcelos foi parco de notícias ou de divulgação de textos, incluídos, dentro dos seus planos de trabalho, na rubrica Romanceiro. Após as duas pequenas colecções da época de estudante do Porto, *Romances Populares Portugueses,* Barcelos 1881 (37 romances) e *Romanceiro Português,* Lisboa 1886 (uma introdução e 42 romances), só muito raramente, e em artigos de pequena extensão, se ocupa de tal assunto — *Dois Romances Peninsulares, Revista de Filologia Española,* IX, 395-398, e *Assuntos Insulanos, Revista Lusitana,* XXXIII, 177-192. Em 1938, no volume VII dos *Opúsculos, Etnologia,* II parte, das páginas 950 a 1.086, reune estas duas colecções e estes dois artigos a que acrescenta, de novo, apenas um prefácio. Neste 2.º prefácio e na *Revista Lusitana,* XXVI, 278-280, justifica o autor a demora da publicação total do seu *Romanceiro* — tantas vezes solicitada! — pela determinação de o incluir na sequência dos volumes da sua *Etnografia Portuguesa* em lugar determinado — III parte do III volume — e não querer desviar-se do curso normal em que a estava escrevendo. Esta limitação de objectivo na utilização do material do Roman-

ceiro, que J. L. de Vasconcelos repetia considerar «puramente sob o aspecto da a Etnografia Portuguesa», não está de acordo com os apontamentos que deixou, nem com certas afirmações de critério, expressas em escritos seus publicados. Embora não sistematizadas, e com um carácter de indícula solta e apressada, essas notas revelam o plano duma publicação bastante completa e complexa que abrangeria, além dos textos, uma parte teorética. Para abonação basta recordar o sumário das 12 páginas de introdução do seu *Romanceiro Português* de 1886, que reproduzimos: «Antiguidade dos romances portugueses — Origem dos romances e meios de transmissão. — Forma: origem do verso silábico e da rima. — Degeneração dos romances. — Factos modernos que ajudam a compreender o mecanismo da formação dos romances antigos. — Nomenclatura. — Bibliografia do nosso Romanceiro. — Observações.

2 — Perante estes dados, e considerando a índole, extensão e interesse, particulares, do conteúdo do Romanceiro, resolveram os seus organizadores actuais desgarrá-lo da *Etnografia Portuguesa* constituindo uma publicação autónoma dela mas que, em necessidade, poderá servi-la informativamente, segundo o primeiro pensamento do seu autor. O plano e critério seguidos mantêm-se, nas suas linhas gerais, fiéis aos esboçados por J. L. de Vasconcelos, embora condicionados por duas ordens de dificuldades. Por um lado o próprio material, abundante, apenas com rudimentar esboço de arrumação, uma primeira pista nem sempre segura de origens e bibliografia, notas dificilmente interpretáveis ou, até, decifráveis e textos sobre textos deslocados, no acaso das mudanças, entre assuntos que nada têm que ver com o *Romanceiro*. Por outro lado, a obrigação que os organizadores se impuseram de preparar, em tempo mínimo, uma publicação dum tipo que, por mais modesta que se intitule, tem fatalmente muito de complexidade. Mas, já demorada por J. L. de Vasconcelos, o que urgia era pôr imediata e desinteressadamente essa riqueza de documentação ao alcance dos estudiosos. É esse o principal objectivo desta edição de que os organizadores, apesar da responsabilidade e cuidado postos, pelas circunstâncias exteriores que apontámos, reclamam a consciência de que está sujeita a futura correcção.

3 — Porque se trata, por enquanto, sòmente da divulgação, tão necessária, dos textos, o material do *Romanceiro* é publicado na íntegra em quantidade e fidelidade. Os romances, classificados e distribuidos atendendo, sempre que possível, às suas origens, apresentam-se ordenados em cinco secções: I *Romances Épicos de Assunto Peninsular*. II *Romances Épicos de Assunto Carolíngeo*. III *Romances Noticiosos*. IV *Romances Novelescos*. V *Romances de Assunto Religioso*. A estas foi acrescentada, como já constava dos apontamentos de J. L. de Vasconcelos, uma secção de *cantigas*

em quadras, de elaboração mais moderna mas criação popular de verso novelesco.

Dentro de cada romance são dadas todas as variantes, seguindo-se geogràficamente, de norte para sul e de este para oeste, tendo no fim as que não foi possível identificar da procedência. A localização, notícia de quem recolheu, data da recolha e ocasionais notas do autor, sempre que existiam, seguem imediatamente a variante a que dizem respeito. Após todas as variantes do mesmo romance, vem uma sumária e particular bibliografia, onde se apontam as suas variantes portuguesas já publicadas, se indica o confronto com variantes de algumas colecções de língua hispânica e se dá breve informação de notícias críticas.

4 — Tudo isto constituirá 2 volumes, cerca de mil páginas em estimativa global, abrangendo cento e trinta e quatro peças diferentes das quais 103 são romances. Damos o índice.

Romances Épicos de Assunto Peninsular — Secção I

Penitência do Rei D. Rodrigo	1 versão
Bem se Passeia Mourinho	4 versões
Oh! que Linda Rosa Branca	2 versões

Romances Épicos de Assunto Carolíngeo — Secção II

Quedos, Quedos Cavaleiros	16 versões
Cruelvento	5 versões
Preso Vai o Conde, Preso	7 versões
Bernardo	3 versões
Gaifeiros	5 versões
Conde Flores	13 versões
Conde Claros (que não pode dormir)	2 versões
Conde Claros (disfarce de frade)	
a) Palomba	24 versões
b) Tecedeira	17 versões
Conde da Alemanha	28 versões
O Conde e a Condessa	1 versão

Romances Noticiosos — Secção III

Morte do Príncipe D. João	11 versões

Romances Novelescos — Secção IV

Conde Alarcos	52 versões
Donzela Guerreira	20 versões

Infantina	23 versões
O Prisioneiro	9 versões
Airecito Que Venia (cast.)	1 versão
Conde Ninho A	15 versões
Conde Ninho B (Princesa Peregrina)	8 versões
Gerineldo	18 versões
D. Duardos A	1 versão
D. Duardos B	5 versões
A Erva Fadada	4 versões
A Bastarda e o Segador. O Imperador de Roma	8 versões
D. Brasindo	1 versão
Bem Madruga o Rei P'rá Feira	1 versão
Bela Infanta A (A Bela Armada)	50 versões
Bela Infanta B (Helena)	9 versões
O Quintado A (A Aparição)	16 versões
O Quintado B (O Cordão de Oiro)	10 versões
Bernal Francês	18 versões
D. Filomena	16 versões
O Mercador de Sevilha	1 versão
Em França Vai uma Dança	1 versão
Frei João	11 versões
Vingadora de Sua Honra	8 versões
Santa Iria	26 versões
D. Ana	14 versões
D. Inês	1 versão
Mouribanes	2 versões
Delgadinha	37 versões
D. Basílio	2 versões
O Cego	16 versões
Veneno de Moriana	16 versões
D. Aleixo	3 versões
D. Ana de Mexia	3 versões
D. Boso	2 versões
D. Pedro	25 versões
A Morte Ocultada	6 versões
Serrana de La Vera	13 versões
Nau Catrineta	28 versões
Marinheiro	12 versões
Singenebra	1 versão
Canta, Mouro, Canta	7 versões

D. Garcia	3 versões
Minha Mãe Era de Burgos	3 versões
O Mouro da Barbaria	1 versão
Branca-Flor	12 versões
A Filha do Rei de Marrocos	1 versão
D. Gato	1 versão
O Sapo e a Sapa	2 versões
Manhaninas	1 versão
Indo Eu por I Abaixo	9 versões
Bem Cantava a Lavadeira	10 versões
As Duas Irmãs	4 versões
Devota da Ermida	15 versões
Quem Quiser Viver Alegre	2 versões
Condessa, minha Condessa	2 versões
O Velho Viuvo	9 versões
Os Toiros	1 versão
O Branco e o Preto	1 versão
Casei com Uma Donzelinha	6 versões
A Pastora	5 versões
O Lobo	1 versão
Estando Eu à Minha Porta	5 versões
Eu Montei no Meu Cavalo	3 versões
Eu Jungi os Meus Boizinhos	2 versões
No Alto da Serra Mora	8 versões
A Ermida de S. Simão	2 versões
O Meu Vestidinho Novo	2 versões
Tecedeira	2 versões
Senhora Aninhas	5 versões
Tecedeira	6 versões
Natão e Sofia	1 versão

Romances Religiosos — Secção V

Santa Catarina	4 versões
A Fé do Cego	9 versões
Alta Vai a Lua, Alta	23 versões
Santo Graal	1 versão
Lá Se Vai Nossa Senhora	7 versões
Na Manhã de S. João	18 versões
Eu Bem Vi Estar Madanela	1 versão
El-Rei e a Virgem Maria	6 versões

O Lavrador da Arada	33 versões
Ondinhas do Mar Abaixo	1 versão
Pus-me a Pé de Madrugada	3 versões
Ó Ditosa da Donzela	3 versões
Floriana	2 versões
Bem Madrugava a Donzela	6 versões
À Porta da Alma Santa	1 versão
Lá se Vai Nossa Senhora	1 versão
Pastora que Nesses Montes	2 versões

Cantigas Em Quadras

Esta Noite Fui à Caça	4 versões
Rosa Branca	11 versões
Deus te Salve, ó Rosa	17 versões
Madalena	15 versões
Entre Canas e Canais	13 versões
Joaquininha	3 versões
A Fonte do Salgueirinho	12 versões
O Pavão	1 versão
Menina que Vai de Passagem	2 versões
Natal	1 versão
O Jogador Borrachão	1 versão
Santa Teresa	1 versão
Vai-Te Daqui Embora	1 versão
Mana Isabel	1 versão
Senhora Maria	1 versão
Romance de Dois Namorados	5 versões
D. Estefânia	1 versão
Senta-te Aqui	1 versão
Eu Comprei Uma Franguinha	1 versão
Maravilhas do Meu Velho	2 versões
D. Laura	1 versão
Que Fazes Aqui Donzela	1 versão
Maria Angelina	1 versão
A Sala do Meu Recreio	2 versões
No Dia de Todos os Santos	1 versão
Angelina	1 versão

NOTA — Os títulos marcados com * não constavam do primitivo índice, elaborado ainda em vida do autor.

* * *

TOTAIS DE ROMANCES DIFERENTES

Secção I	Secção II	Secção III	Secção IV	Secção V	C. em Q.
3	10	1	72	17	26

5 — A sua distribuição geográfica pode estabelecer-se dentro duma relativa precisão. Na verdade nem todos os textos trazem indicada a origem, ou trazem-na susceptível de várias localizações, mas o volume de informação precisa constitue, mesmo assim, uma forte maioria significativa. Com esses dados elaborámos um mapa rudimentar onde entraram como factores apenas as notações exactas ou susceptíveis de serem completadas sem dúvidas nem erros, não entrando em linha de conta as peças sem indicação nenhuma, ou com uma indicação demasiado vaga como Minho, zona arraiana, etc. O mapa considera só o *Romanceiro Profano* (secções I, II, III e IV) e o número total de textos aproveitados para informação foi de 647. A distribuição estatística, em soma de textos por concelho, é a seguinte (ordenação alfabética):

CONCELHO	DISTRITO	CONCELHO	DISTRITO
Abrantes 1	Santarém	Arganil 1	Coimbra
Alandroal 5	Évora	Armamar 7	Viseu
Alcoutim 1	Faro	Baião 30	Porto
Alenquer 7	Lisboa	Boticas 1	Vila Real
Amarante 2	Porto	Braga 1	Braga
Arcos de Valdevez 2	V. do Castelo	Bragança 182	Bragança
Cadaval 14	Lisboa	Lamego 2	Viseu

Castelo Branco 8	Castelo Branco
Castro Marim 1	Faro
Castro Verde 2	Beja
Celorico da Beira 22	Guarda
Chaves 3	Vila Real
Cinfães 6	Viseu
Elvas 3	Portalegre
Fafe 2	Braga
Felgueiras 6	Porto
Fornos de Algodres 3	Guarda
Guimarães 4	Braga
Idanha-a-Nova 4	Castelo Branco
Lagoa 1	Faro
Monchique 14	Faro
Montemor-o-Novo 1	Évora

Leiria 1	Leiria
Lousã 1	Coimbra
Mafra 2	Lisboa
Macedo de Cavaleiros 4	Bragança
Mangualde 9	Viseu
Marco de Canavezes 7	Porto
Matosinhos 1	Porto
Melgaço 5	V. do Castelo
Mértola 1	Beja
Miranda do Corvo 3	Coimbra
Miranda do Douro 27	Bragança
Mogadouro 4	Bragança
Moimenta da Beira 1	Viseu
Portimão 3	Faro
Porto 6	Porto

Moura 1	Beja
Nelas 7	Viseu
Nisa 13	Portalegre
Oliveira de Azeméis 10	Aveiro
Oliv. do Hospital 1	Coimbra
Paços Ferreira 2	Porto
Paredes 1	Porto
Paredes de Coura 3	Viana do Castelo
Penafiel 6	Porto
Penela 1	Coimbra
Peso da Régua 5	Vila Real
Ponte de Lima 3	V. do Castelo
Vale de Cambra 1	Aveiro
Valpaços 2	Vila Real
V. do Castelo 4	V. do Castelo
Vidigueira 1	Beja

Resende 13	Viseu
Rio Maior 1	Santarém
Sabugal 3	Guarda
S. Marta de Penaguião 16	Vila Real
Santarém 1	Santarém
Sant. de Cacém 2	Setúbal
S. João da Pesqueira 4	Viseu
Sernancelhe 3	Viseu
Tarouca 13	Viseu
Tavira 2	Faro
T. de Moncorvo 12	Bragança
Trancoso 7	Guarda
Vila Nova de Fozcôa 4	Guarda
Vila Real 3	Vila Real
Vila de Rei 6	C. Branco
Vimioso 28	Bragança

Vila do Conde	Porto	Vinhais	Bragança
2		47	
V. N. de Cerveira	V. do Castelo		
3			

A observação destes números e desta localização não pode ter um valor absoluto de conclusões porque não é ainda um Romanceiro Geral Português. Mas representa uma contribuição valiosa porque se trata da primeira colecção que não se limita a uma alínea duma monografia local, ou à compilação de recolhas locais já publicadas. Ela dá-nos a pista duma tradição de romances espalhada com certo equilíbrio por todo o País, que talvez não seja mais documentalmente completa porque as buscas realizadas pelo Dr. Leite de Vasconcelos foram limitadas por itinerários de viagens, por existência ou não existência de amigos aqui ou ali, e pela compreensão e cooperação maior ou menor dos indagadores ocasionalmente solicitados. É também curiosamente elucidativa das preferências e sorte dos vários tipos de romances considerados: Nota-se uma vigorosa persistência da temática novelesca, espalhada por todo o País, logo seguida da tradição de origem épico-carolíngea; só muito mais escassamente a tradição de origem épico-peninsular aparece.

A penetração arraiana na história da difusão dos romances parece aqui comprovar-se mais uma vez, pela existência duma tradição mais viva e mais rica na zona fronteiriça, sobretudo nas áreas de habitual comparticipação de portugueses e espanhóis nos trabalhos do calendário agrícola, nomeadamente mondas e ceifas do trigo e do centeio, colheita da batata e apanha da azeitona. Estamos no entanto convencidos de que o exame, ainda impossível de realizar, dum Romanceiro Geral Hispânico virá mostrar paralelas influências, nas zonas arraianas de Espanha, de características temáticas e linguísticas de índole local portuguesa, embora, naturalmente, de menor volume e expansão.

6 – As peças incluídas no *Romanceiro* de J. L. de Vasconcelos, exclusão feita das publicadas na compilação do v. VII dos *Opúsculos,* são variantes inéditas e somam quase todos os romances conhecidos actualmente na tradição oral hispânica. Comparando o seu ficheiro com o índice apresentado no fim do *Romancero Hispánico* de R. Menéndez Pidal, encontramos exemplares da maioria dos romances velhos que não sejam noticiosos. Embora em muitos deles a identificação não seja imediata, e por vezes até nem seja fácil, um exame atento lhes descobre uma situação-núcleo, que persiste, a ligá-los à sua longínqua origem. Damos o romance que na tradição portuguesa aparece com a denominação de «Oh que linda rosa branca...»

– Oh! que linda rosa branca – naquele prado se passeia.
S'ela é de gente nobre – eu hei-de casar com ela,
S'ela é de gente baixa, – há-de ser minha manceba.
– Não hás-de casar com ela – nem há-de ser tua manceba;
Ela era tua irmã, – de todos três a mais pequena.
– Caçadores que atirais – atirai aquela donzela.
– O primeiro que atirar – morrerá logo ao pé dela.
– Você que tanto se dói, – alguma coisa tem nela.
– Morreu-le seu pai há pouco – fiquei por tutor dela

Baçal

Trata-se dum romance atribuído à tradição popular do Cid e que conta um incidente havido entre este e o rei D. Sancho que, entrevendo uma donzela entre as ameias dum castelo, se enamora dela e se zanga quando o Cid lhe descobre o parentesco e o impede, ainda, de a mandar matar (Durán, I, n.º 816, Pelayo, Antología, v. VI, 309-311, Lope de Vega, Las Almenas de Toro). Nas versões castelhanas aparecem nomes, uma referência geográfica, embora discutida, e, entrelaçadamente, o fio de novela da paixão do rei, com a presença épica do Cid. Nas variantes portuguesas persiste apenas o romance amoroso, a situação fundamental, dada em poucos versos de diálogo abrupto. No entanto o parentesco, uma vez descoberto, é claro e apoiado por certas identidades formais – a mesma monorrima (assonância e a), a mesma estrutura métrica (verso longo de 8 + 8) e o paralelismo interior dos versos chave.

Este exemplo ilustra um aspecto característico da evolução na tradição oral dos romances, talvez mais adiantado em Portugal que na vizinha Espanha, que é a tendência para a novelização. Perdida a reminiscência de heróis e tipos de acção heróica, que estão longe dos hábitos actuais, o povo mantém dos seus feitos aqueles traços de acção humana mais perdurável e próxima – o sentimento amoroso, o incidente dramático, a aventura galharda. Tem-se escrito sobre essa faceta do Romanceiro Português, frente à maior tradicionalidade épica mantida em Espanha, interpretando-a como uma manifestação própria da índole portiguesa. Não estará também uma parte da explicação no facto de a Espanha possuir uma série de compilações antigas, portanto fontes escritas e de confronto, e essas compilações não existirem em língua portuguesa?

Na sua massa, os textos do *Romanceiro* apresentam duas formas de tratamento que lhe constituem o seu volume mais representativo. O romance curto, de conteúdo tenso e essencial, reduzido à reminiscência duma situação psìquicamente impressiva, normalmente de assonância monorrímica

única — *à* com sobrevivências, algumas, de *e* paragógico — i a, á a, á o, é a — e esquema de hemistíquios heptassílabos (8 + 8 na contagem até final de palavra, a mais própria na interpretação de romances). Os romances novelescos, de peripécia complicada, indistintamente encurtados ou aumentados e sujeitos a contaminações com outros romances de tipo afim. Nestes, a pormenorização imaginativa mantem-se mais vivaz, a estrutura métrica é menos regular e usando várias séries de assonância no mesmo texto. Além disso, o povo costuma acompanhá-los de comentários apreciativos ou explicativos, em prosa, que precedem, finalizam ou interrompem a narração em verso — D. Silvana, Conde de Ninho, Donzela Guerreira, etc. — e constituem um estádio intermédio de evolução para conto puro.

Além de valioso repositório de romances, o *Romanceiro* de J. L. de Vasconcelos é também, a nosso ver, um documento linguístico de interesse. De rigorosa fidelidade de transcrição quando de recolha directa do seu autor, e sempre recomendada e pedida aos seus colaboradores, muitos dos textos podem servir para material de informação em estudos de falares locais, ou das influências e rasgos dialectais de Espanha na linguagem das zonas fronteiriças portuguesas. A mais forte influência é a do castelhano, de que aparecem palavras e construções em versões mais ou menos recolhidas por todo o País, com exemplos de romances totalmente em castelhano. Segue-se a do asturo-leonês de menor expansão mas mais ou menos profunda em toda a área nordeste de Portugal, natural pelos traços comuns com dialectos portugueses aí existentes. Damos o princípio dum romance, recolhido em Duas Igrejas, região de Miranda do Douro, e que é um curioso exemplo mixto:

— Balga-me Nuestra Senhora — La Birgem Santa Maria
Un' apuesta hecho, madre, — No sé se la ganaria:
D'ir a dormir en gallarda — a la su cama florida.
— Nó hagas como tu padre, — qu'allá fué y no bulbiera.
A l'entrada de la puerta — una mala seña bira:
Bira cien cabeças d'hombres — colgaditas d'una biga:
— Qu'és aqueilho, la gallarda, — qu'és aqueilho la gallardilla?.
....
(La gallarda — transcrevemos exactamente como está no original do autor da recolha, o próprio Dr. Leite de Vasconcelos).

Entre o mar de versões foi até encontrada por um dos organizadores, Dr. Manuel Viegas Guerreiro, uma variante de «Veneno de Moriana» que assinalou como um curioso caso de influência brasileira e que pensava integrar

num estudo para este Colóquio. Porque está longe, em missão de estudo linguístico e etnográfico, em África, não lhe foi possível levar ao fim esse trabalho. Nós achamos, porém, que deviamos dar a notícia do seu interesse.

Continuando ainda a fazer um cômputo apreciativo do *Romanceiro* há um seu aspecto que não deve passar despercebido, tanto mais que representava para o autor o seu mais caro objectivo — a integração no estudo da *Etnografia Portuguesa.* Além dos conhecimentos possíveis de deduzir das preferências, vitalidade e feição dos romances recolhidos, há a informação bastante mais objectiva das notas complementares deixadas por J. L. de Vasconcelos: os nomes por que o povo os conhece — romances, rimances, xácaras, xacras, quadras, cantigas —, as alturas em que se cantam, etc.. Acompanhando o calendário litúrgico — os religiosos — e o calendário agrícola — os profanos — a sua mais pura tradição mostra-os como integrados num ritual definido que os informadores por vezes tinham respeito em quebrar. O ciclo do Natal e o ciclo da Paixão de Cristo tinham os seus romances, narrativos ou laudatórios, próprios, e que só acidentalmente eram cantados noutras ocasiões. O mesmo para os trabalhos agrícolas. Nos textos do *Romanceiro* aparece a indicação de «cantiga das segadas», «xácula da coresma», «canta-se ao malhar do pão», etc. Até os momentos do dia entravam em linha de conta neste ritual, dando-nos a nota de — «de manhã», «ao meio dia», «ao regressar do trabalho».

Embora doutra forma, são também importantes os testemunhos de criação novelesca mais recente, representados pelas cantigas em quadras. Aí, as preferências e reacções emocionais do povo são mais livremente traduzidas, na eleição dos temas e na forma de os tratar. No entanto o parentesco com o fundo tradicional remoto é flagrante. Um acontecimento que se torna de domínio público é aceite emocionalmente. Não se sabe donde, ou em breve anónima, surge a narrativa em verso, quase sempre longa, de melopeia monorítmica e reduzido número de assonâncias. O processo de difusão é também paralelo. Folheando essa secção do *Romanceiro*, nós encontramos sobretudo a novelização em verso de casos dramáticos puros — o menino que o professor mata porque roubou uma pena do seu pavão, as queixas do homem que, embriagado, mata um companheiro —, de casos dramáticos — amorosos — o triste desenlace dos amores de dois namorados, pela morte da jovem, a rapariga que espera um filho e se deita a afogar, o crime passional do homem que mata a mulher e convida a amiga para sua casa, oferecendo-lhe o anel da defunta — e de figuras ou situações jocosas e por vezes mesmo burlescas ou licenciosas.

7 — Do que apontámos, creio poder deduzir-se o caudal de informação, quer no que respeita pròpriamente aos romances, quer como documento

linguístico ou etnográfico, que o *Romanceiro* de José Leite de Vasconcelos oferecerá à curiosidade de quem o ler. Edição integral do material deixado pelo autor, rica de textos, servirá o interesse dos estudiosos, permitindo-lhes a consulta duma colecção escrupulosa.

E, ao mesmo tempo, dará a qualquer leitor o gosto puro de páginas belas que se retêm sem o sentirmos:

Cruelvento, cruelvento, ah, roubador maioral!
Desonraste três donzelas – todas de sangue real;
Derrubaste três cidades – todas três em Portugal;
Mataste um padre de missa – revestido num altar;
– O cálice tinha na mão – e a hóstia p'ra consagrar
– Se derrubei três cidades, – tenho com que as pagar;
Se desonrei três donzelas, – tenho ouro para as casar.
Matei um padre de missa, – Deus mo há-de perdoar.
– Cruelvento, cruelvento, – roubador maioral

(Nota acrescentada em 1959) *Romanceiro Português*, coligido por J. Leite de Vasconcelos, notícia preliminar de R. Menéndez Pidal, (Por ordem da Universidade, Coimbra, 1958), I.º v., Coimbra 1960, II.º v.

A PROPÓSITO DEL «ROMANCEIRO PORTUGUÊS» DE J. LEITE DE VASCONCELOS

RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL

A estos Coloquios Luso-Brasileiros que tantos aspectos de gran interés ofrecen, vengo, aunque sin la necesaria holgura de tiempo, atraído por los temas lingüísticos y literarios que aquí se tratan, pero especialmente atraído por los trabajos referentes a la tradición oral y por su coincidencia con un hecho de capital significación en este tiempo, cual es la publicación del *Romanceiro* de Leite de Vasconcellos.

Cuando otra vez vine a Lisboa, venía tambien movido múy principalmente por esta misma curiosidad. Hacía poco que Leite de Vasconcellos había muerto, y sus testamentarios no veían facil la publicación de ese Romanceiro dejado inédito por el fallecido. Hoy esa obra está impresa ya en gran parte. Conozco por la amable mediación del señor Lindley Cintra los pliegos hasta ahora estampados, y aunque, por mis otros quehaceres apremiantes, no puedo traer aqui una regular comunicación como yo quisiera, deseo al menos exponer, de pasada, alguna observación de las muchas que surgen al hojear esos pliegos, para así rendir un tributo de admiración, de afecto y aun de gratitud al que fué amigo querido.

Porque Leite de Vasconcellos fué amigo bienhechor desde antes de comenzar yo mi vida literaria, desde que era yo un estudiante universitario. Allá en 1890 entré en relación con él en uno de sus viajes a Madrid, pues, con su vasta curiosidad, me pedía informes sobre el dialecto asturiano de Lena, y al regresar a Lisboa, me enviaba sus *Dialectos Alentejanos* que acababa de publicar, y, con ellos, sus *Dialectos Extremenhos,* sus *Flores Mirandezas* y su *Romanceiro Portuguez.* El recibir yo, estudiante, aquellas publicaciones del sabio profesor de la Biblioteca Nacional de Lisboa, era un fuerte aliento animador. Aquellas monografías me iniciaban en la dialectología

peninsular, y aquel pequeño romancero intrigaba mi curiosidad en modo particular, pues en los mismos años 1890-1891, Carolina Michaelis publicaba en la *Revista Lusitana* una extensa recensión crítica sobre él, promoviendo las más altas cuestiones filológicas y estéticas referentes a los romances publicados. Yo respiraba el romancero dentro de mi propia casa, pues mi hermano Juan había publicado hacía años un Romancero asturiano, pero en la obra de Leite comencé a dilatar mis puntos de vista, aprendiendo a mirar esos cantos tradicionales como una creación hispánica que tiene una poetización particular en Portugal, otra en Cataluña, otra en Castilla, tres voces de una misma melodía, o como la Michaelis dice, aspectos varios de una «unidad tripartida por el idioma».

Lo que primeramente llama la atención en la tradición portuguesa, y esto que ya se deja ver en el pequeño romancero de Leite, aparece magníficamente en el gran romancero de ahora, es la abundancia de temas heroicos. Ellos estaban muy vivos en el siglo XVI, pero actualmente están casi del todo olvidados en Castilla. Sorprende, por ejemplo, en el Romancero grande de Leite, la profusión de versiones del romance de la pérdida de *Don Beltran,* unas quince, nada menos, todas ellas de Tras os Montes, que faltan por completo en la tradición actual de Castilla, pues en toda España solo se conoce ese romance de la batalla de Roncesvalles, en Galicia, en Orense, lindando con Tras os Montes. Y, cosa rara, este romance que tan limitada difusión tiene en el Portugal de hoy, se halla también en el Brasil, donde una versión fragmentaria, recogida en el estado de Maranhão, fué publicada en el Prólogo a la vieja colección de Silvio Romero por Teófilo Braga, no recogida después por éste en su gran compilación. Y la importancia literaria de estas versiones portuguesas se aprecia bien cuando vemos que Carducci, al traducir este romance de *Don Beltran,* añadió a la clásica versión del siglo XVI alguna variante de las versiones modernas portuguesas, como el arrogante comienzo «ex abrupto»: *Quedos, quedos, cavaleiros que el-rey vos mandacon tar,* y Carducci: *Fermi, fermi, cavalieri, che il re mandavi a contar / e contarono, e contarono, uno sol venne a mancar...* Y esta preferencia no es una vana figuración del gran poeta italiano, pues sin duda las versiones portuguesas tienen mucha variante de autenticidad medieval, mejor que la versión divulgada por los impresores del siglo XVI.

Esta fiel adhesión a los asuntos heroicos es sin duda uno de los caracteres que más hacen valiosa la tradición ahora reafirmada en la publicación póstuma de Leite de Vasconcellos; y este mérito viene de antiguo. Choca el ver que Gil Vicente cita, como conocidos de todos y sirviendo de elementos fraseológicos en el habla conversacional portuguesa, versos de los romances del Cid, de Fernan González, de los Infantes de Lara, en bastante mayor

número que los versos de los romances puramente novelescos (Rom. Hisp. II, 209); Diogo de Couto y Camões los recuerdan usados en Asia; en Goa en 1527 se emplean, en los disturbios políticos, versos de las quejas de Jimena ante Fernando el Magno. Así, la épica de la alta edad media castellana fué sentida en Portugal como cosa suya muy propia, ya que él todavía no se había hecho reino independiente. He aquí porqué temas históricos desconocidos ya o raros en la España de hoy, pueden hallarse en Portugal abundantes, o con versiones mejores, como es el caso en el *Testamento del rey Fernando* o en el romance del Cid, *Helo, helo por do viene,* ambos representados por nuevas versiones en el romancero grande de Leite.

Y la afición de Portugal a los viejos temas épicos se extiende algo también a los temas franceses. El hecho de que el romancerillo primero de Leite ya contenía el romance de *Cruelvento* o *Floresvento* conocido en Tras os Montes y en Açores, sirvió de ocasión para que Carolina Michaelis, en uno de sus felices aciertos, notase que era un recuerdo del cantar de gesta francés de *Floovent,* observación que debemos prolongar en su gran alcance literario y cultural, pues nos prueba que el cantar de gesta *Floovent* tuvo una arraigada tradicionalidad en España y que ese cantar, de la Francia del norte, llegó a la península por intermedio de una versión occitánica, donde el protagonista lleva el nombre de *Floriven* (Rom. Hisp. I, 262). Ahora en el Romancero Grande de Leite aparecen cuatro versiones nuevas todas procedentes de Bragança, y lo singular de esta abundancia consiste en que tal romance no solo falta en las colecciones de Castilla de hoy y en las de los sefardíes, sino que falta igualmente en todas las colecciones del siglo XVI; de modo que solo la tradición portuguesa es la que a través de cinco siglos de latencia nos deja oir un último eco de los cantos derivados de un *Floovent* traducido al español, último eco que tiene su primer origen en la epopeya merovingia de Dagoberto allá en el siglo VII. Así el romance portugués de *Floresvento* es un imperativo para que la imaginación y la crítica positivísticamente alicortadas por el individualismo, se atrevan, sin sentir miedo o vértigo a pensar en los siglos y los siglos de tradición silenciosa y oculta.

Otro caso muy notable nos ofrece el nuevo romancero que está en curso de publicación. El romance de *Celinos,* la esposa adúltera del conde anciano, fragmento de la chanson de geste *Beuvon de Hanstone* (Rom. Hisp. I, 261), es raro en la tradición castellana y en la sefardí y era totalmente desconocido en la tradición portuguesa, hasta que ahora Leite de Vasconcellos publica una versión procedente del concejo de Vimioso, Braganza, versión preciosa que enriquecerá el estudio de este tema tan importante para las íntimas relaciones que unían la épica española con la francesa. ¡Cuántos romances desconocidos así estarán todavía ocultos en la memoria popular!

De otras varias maneras la tradición portuguesa es esencial en el romancero hispánico al lado de la tradición castellana. Pensemos no solo en los temas sino en la forma métrica. Castilla, ya en su recolección del siglo XVI, desatendió mucho o rechazó los romances multiasonantados, recogiendo solo muy contadas muestras. Una de ellas es el romance del *Conde Alemán* que en la versión antigua única, la del Cancionero de Romances de 1551, desarrolla la trágica historia de la reina adúltera, cuyo amante es acusado por la princesa como atentador al decoro de ella, la princesa, la cual con este ardid castiga a su madre a la vez que encubre el adulterio. Modernamente se conservan versiones solo entre los sefardíes de Marruecos yd e Oriente y en Tras os Montes, Beira, Alentejo, Açores y Madeira, a las que el nuevo Romanceiro añade otras; pero en España ninguna se conserva, salvo una, y esa no es excepción, porque procede de Herrera de Alcántara, pueblo fronterizo que habla portugués en la provincia de Cáceres. La versión única del siglo XVI tiene tres asonantes *ia, io, a,* mientras las versiones portuguesas no proceden de esa, sino de otra que no solo tenía más asonancias, *ia, i, ao, ia, a,* probables restos de una versión en pareados (Rom. Hisp. I, 135), sino que tambien contenía versos muy diferentes de la versión recogida en el Cancionero de 1551. Y en esto vale la pena que nos fijemos un momento, para recalcar el hecho de que la tradición moderna, la portuguesa muy en particular, nos descubre la existencia en el siglo XVI de diversas redacciones de un mismo romance, hecho contrario a la opinión dominante en la crítica individualista que, con su miopía de no ver sino lo que tiene cerca de los ojos, cree que los textos impresos en el siglo XVI son textos de una poesía única, obra de un autor único. Pues bien: en el romance del *Conde Alemán* segun la versión impresa en 1551, cuando la reina adúltera quiere aplacar la indignación de su hija, le dice:

— Cuanto viéredes, infanta, cuanto vierdes encubrildo
daros ha el conde Alemán un manto de oro fino.
— Malfuego lo queme, madre, el manto de oro fino
cuando en vida de mi padre tuviese padrastro vivo...

en tanto que las versiones portuguesas dicen:

— Guardai-me filha segredo que ninguém descobriria;
esse conde é tão rico que de ouro te vestiria.
— Não quero vestidos de ouro, tenho-los de bom damasco;
ainda meu pai está vivo e não quero ter padrasto...

Se dirá: essas grandes diferencias proceden de tardías invenciones portuguesas; pero no, esas variantes con el asonante *damasco* se hallan igualmente en las versiones sefardíes de Salónica y de Tánger, indicándonos que esa versión discrepante de la impresa en 1551, es anterior a la diáspora judía del siglo XV.

Lo mismo que en este caso, la tradición portuguesa nos descubre muchas versiones existentes en el siglo XVI, diversas de las que entonces fueron impresas en los pliegos sueltos de letra gótica. Tomemos ahora ejemplo en un asunto de la antigüedad clásica, el romance de *Vergilios,* que trata la leyenda medieval del cantor de la Eneida. La leyenda de Virgilio enamorado se conservaba impresa en dos pliegos sueltos que dan dos versiones diferentes entre sí (Rom. Hisp. I, 347), probándonos que la tradición del siglo XVI vivía en variantes lo mismo que la de hoy, y que la fijeza que la imprenta les da, a los ojos de los críticos individualistas, es una fijeza completamente ilusoria (Rom. Hisp. II, 77). Tenía yo recogidas del romance de *Vergilios* varias versiones modernas sefardíes (Tetuan, Tanger, Larache, Casablanca, Bucarest, Sarajevo, Bosnia, Larissa) y de Castilla una sola, de Palencia. Ahora, en el romancero póstumo de Leite, aparece también una versión solitaria, única de Portugal, recogida en Vinhais, Bragança, versión rarísima que solo halla otras dos semejantes en un rincón de la tierra española lindante con Bragança, en Viana del Bollo, Orense, y en Uña de Quintana, Zamora. La versión de Bragança en que el nombre del protagonista aparece desfigurado en Don Brazindo, la de Orense en que ese nombre es Don Basilio, y la de Zamora que, más fiel al original, usa el nombre de Vergildos, se distinguen de las dos versiones impresas en el siglo XVI por llevar al comienzo cuatro versos que presentan al célebre poeta latino en un aspecto de su leyenda galante medieval:

Sentado está don Brazindo a sombra dum bil (?) roser
três damas tem a seu lado todas três lhe dão prazer,
uma lhe faz a cama, outra lhe faz de comer,
a mais novinha de todas recostar-se vai com ele.

y luego sigue la prisión como en las dos versiones antiguamente impresas. Ahora bien, estos cuatro versos nos vienen a decir que en el siglo XVI circulaba una tercera versión, ejemplo elocuente de la fluida variabilidad de un texto tradicional, contra la fijeza de un texto único de un autor único que soñían encontrar los Doncieux, los Foulché-Delbosc y los Salverda de Grave; este último, digámoslo en su honor, no lo soñaba ya, despues de su conversión al tradicionalismo. Y ya podemos sacar la moraleja de cuanto venimos

diciendo. Esa fluidez del texto, que tanto recalcamos, es la que justifica e incita nuestro afán, insaciable en explorar la tradición moderna, reveladora de tantos secretos como guarda la poetización oral.

El que Leite de Vasconcellos pueda darnos en su Romanceiro versiones abundantes que abren perspectivas nuevas a nuestro conocimiento de la poesía tradicional y, sobre todo, el que nos dé alguna versión única de algun romance antes enteramente desconocido en todo Portugal, como en el caso de *Celinos* y de *Vergilios*, nos muestra cuánto se puede aun esperar de la exploración ahincada y diligente, a la que hay que dar nuevo impulso. Antes de Leite se hicieron grandes trabajos generales por Almeida Garrett y Teófilo Braga, y trabajos especiales por Estácio da Veiga en el Algarve, Rodrígues de Azevedo en Madeira, Sylvio Romero en el Brasil y otros, todos del siglo pasado; pero después, la recolección se ha descuidado mucho, tenemos que confesarlo a pesar de las publicaciones de Athayde Oliveira sobre el Algarve de M. A. Furtado de Mendonça sobre la Beira Baixa, del P. Firmino Martins, sobre el concejo de Vinhais (ésta muy copiosa), de F. de Castro y J. A. Pires de Lima sobre el Minho y otros, y a pesar de las publicaciones brasileiras reseñadas por Luis da Câmara Cascudo. Necesario es que Leite de Vasconcellos sea ejemplo estimulante para muchos trabajos futuros. En este deseo es esperanzador el saber que en la Universidad de Lisboa se promueven tesis y otras investigaciones sobre la tradición oral; ésta sin duda ofrece un atractivo tema científico que cuenta con segura promesa de hallazgo, para los que se inician en la investigación procedentes de todas las regiones del país.

Leite de Vasconcellos, contra los que ponderaban la superioridad de la tradición en la Beira, antepuso la tradición de Tras os Montes; pero estas son preferencias que tienen mucho de afectivo. Todas las regiones poseen alguna peculiaridad que las hace estimable campo de investigación. Ninguna tierra ofrece liberalmente sus tesoros, siempre es el explorador el que ha de descubrir la vena oculta, y la hallará por todas partes, en aventura más tentadora y más provechosa cuanto más difícil se presente. Almeida Garrett, cuando en toda la península dominaba el desprecio al metro octosílabo y la ignorancia completa de la tradición oral, descubrió en Porto, en los rudos cantos de la vieja criada Brígida, la inspiración de una poesía nacional. Y no olvidemos, en estos Coloquios luso-brasileiros, que, junto a los cantos de la anciana Brígida, Garrett oía también los de la mulata brasileira Rosa de Lima; siempre unidas la tradición peninsular y la americana. Pues del Brasil debemos esperar hallazgos importantes. El estudio de las áreas geográficas tradicionales nos dice que las áreas periféricas (el Brasil es una de ellas) son más conservadoras que las áreas centrales, y, o esta teoría es falsa, o el Brasil tiene todavía que enriquecer el romancero con valiosos arcaismos.

En fin, ahora que está ya comenzada la publicación integral y completa del romancero, es más deseable que nunca un gran esfuerzo exploratorio en todas las comarcas de la tradición. España y Portugal compartimos este bien común, este caudal poético, del mismo modo que compartimos los grandes ríos del suelo peninsular; y como en el Duero, el Tajo y el Guadiana a Portugal le toca la mejor parte, también en la moderna corriente de tradición romancística Portugal conserva la parte mejor. Hagamos en estos Coloquios votos y propósitos para que la explotación de esa vena, fecunda para el arte y para la ciencia, se haga con la intensidad, con la competencia y con el amor que ella necesita y que ella merece.

PERMANÊNCIA DE PORTUGAL NO FOLCLORE BRASILEIRO

João Peregrino Júnior

Portugal permanece presente e vivo nas tradições e usos populares do Brasil. «A enorme sobrevivência portuguesa, facto folclórico bem comprovado, segundo observa Augusto Meyer, é mais um argumento a favor (sem dúvida) da limitação da inventiva popular no sentido romântico». Mas é, sobretudo, uma prova de vitalidade da cultura portuguesa, da sua singular capacidade de duração e propagação. Sem falar em certas «tradições brasileiras» que são totalmente lusas, como o «Fandango» (auto da «Nau Catarineta»), encontramos a marca nítida da influência portuguesa em muitas outras expressões do populário brasileiro, que a muitos se afiguram de natureza autóctone.

Isto é válido, sobretudo, no que se refere desigualmente a um dos folguedos mais populares do Brasil: o «Bumba-meu-Boi»... Há, pelo menos, três variantes de «Bumba-meu-Boi» ou «Boi Calemba», no Brasil: a versão do Nordeste (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), que nos parece a mais interessante; há uma variante maranhense e há, por fim, a variante amazónica, que vem a ser o «Boi-Bumbá». Mesmo esta última, comporta ainda dois tipos diferentes: o «Boi-Bumbá» de Belém e Manaus (e do primeiro nos deu uma versão muito boa Palhano de Jesus no seu romance *Gororoba*). É o «Boi-Bumbá» dos bairros proletários de Belém e que se exibe em geral no São João, defronte da Cadeia, no Largo de São José, e o do interior do Pará, o de Óbidos e Santarém (do qual nos falou Francisco Manoel Brandão, na sua *Terra Pauxi*). A versão de Óbidos e Santarém é mais pura; a de Belém, um pouco híbrida, porque comportando já contribuições oriundas da vida moderna da cidade; aquela de carácter mais rural; esta de feição mais urbana.

O «Boi-Bumbá» de Óbidos (versão de Francisco Manoel Brandão) tem uma comparsaria numerosa: Mãe Catirina, Pai Francisco, Cazumbá, além

de muitos outros figurantes. Essa versão do «Boi-Bumbá», com pequenas variantes, é a que se conhece em geral no Maranhão, no Pará e no Amazonas. Depois dos diálogos preliminares entre Mãe Catirina e Pai Francisco, há o episódio central, que é a morte do Boi: Quando Pai Francisco e seus comparsas surgem em cena, os figurantes das alas de vaqueiros cantam ao ritmo das palmas de madeira:

> Chico mata o boi (bis)
> Chico mata o boi
> Se tu qué matá!

e Pai Francisco responde:

> Carregando mi pingarda (bis)
> P'ra dispará!

Estimulado pelo coro, o preto velho mata o boi, sangra-o e tira-lhe a língua que é oferecida a Catirina para satisfazer seu desejo e evitar que o filho venha a nascer de boca aberta, a ficar «bobóca» ou com «lezeira».

O sangue do Boi «vira» em vinho e é oferecido, em primeiro lugar, ao dono da casa onde o auto se representa.

Depois do «crime», Pai Francisco sai de cena como os da sua família. E o coro canta numa triste e pungente melodia:

> Morreu Boi de Fama,
> De fama reá!
> Adeus à folia!
> Saudade!... Saudade!...
> Tristeza virá!

O Amo escuta o lamento, assim como quem ouve o choro dos bois sobre os restos do boi morto, e grita desesperado aos dois vaqueiros responsáveis pela segurança do Boi de Fama:

> Ó rapaz, rapaz do boi!
> Há quanto tempo eu te chamo
> e tu não me respondes?

Os vaqueiros atendem, atemorizados, reverentes, e, por ordem severa e ameaçadora do Amo, saem a prender Pai Francisco:

Andando e chorando
Por esses caminhos
Prender Pai Francisco
Nariz de moinho } bis

Andando e chorando
Por essas barroca
Prender Pai Francisco
Nariz de taboca! } bis

E Pai Francisco responde:

Afasta, rapaz,
Num vem te metê
Num vê que teu Amo
Num vai te batê?

Há troca de ofensas entre os vaqueiros, Pai Francisco, Catirina, Cazumbá e o Preto Velho «pipoca» chumbo nos vaqueiros, os quais saem correndo em direcção do Amo:

O Sinhô meu Amo
Chico me atirô
Nem bala, nem chumbo
Nada me pegô } bis

À vista do fracasso dos vaqueiros, são convocados os ÍNDIOS ou «CABOCLOS GUERREIROS» e, antes de partirem para a espinhosa empreitada, são batisados ao «som da viola»:

Batisa o cabôco
Num namoro mais!
Ao som da viola
Num namoro mais!

Se fores à guerra —
Num namoro mais!
Com Nossa Senhora —
Num namoro mais!

«Transformados» em cristãos, os índios partem numa toada guerreira em busca de Pai Francisco:

Somos cabôco guerreiro
Que viemo do «Alongá»
Prendê o Pai Francisco
Na noite de São Marçá!

Pai Francisco é preso com sua «famia» inteira e intimado pelo Amo a chamar o «Doutor Veterinário», por odem e graça de Dona Maria, que na Parnaíba «casô», com grande fortuna p'ra Chico chamá «dotô».

Um clister é aplicado no Boi e, com três fortes espirros de Pai Francisco, Catirina e Cazumbá, «expedidos no «trazeiro» do animal, o Boi dá um urro ou sinal de vida, «ressuscitando», enfim:

Já urrô, já urrô!...
Boi de Fama que Chico matô!
Quantas pancadas meu Boi apanhô,
Boi de Fama que Chico matô!»

Em todas essas versões — quer as da Amazónia (a menos vulgarizada), quer as do Nordeste, a infra-estrutura é a mesma: portuguesa e erudita.

Vejamos a origem do «Bumba-meu-Boi», na interpretação de Guilherme de Melo: o «Bumba-meu-boi», que é o de origem portuguesa, é uma variante do Monólogo do Vaqueiro, que Gil Vicente representara, em 8 de junho de 1502, nos paços do Castelo de D. Maria, por ocasião do nascimento do príncipe D. João, primogénito do rei Dom Manuel.

Gil Vicente, que copiara esse auto das danças de Aguinaldo, geralmente usadas nos costumes populares de quase toda a Europa, comparando o príncipe recém-nascido ao Menino-Deus, transformou a câmara da rainha em presépio. Vestido de vaqueiro entra pasmando-se de tudo, para fingir que se achava num paraíso terreal, e vendo a rainha de cama, felicita-a por ter realizado as esperanças de Portugal e da Espanha com o nascimento do prín-

cipe. E termina dizendo que vai chamar uns trinta companheiros que trazem vários presentes para o recém-nascido.

D. Beatriz, mãe de D. Manuel, vendo entrar os fidalgos, vestidos de pastores com seus presentes, à imitação dos Reis Magos, compreendeu logo a intenção do poeta, e, reconhecendo a forma hierática do Monólogo do Vaqueiro, pediu ao autor que isto mesmo lhe representasse às Matinas de Natal, endereçado ao nascimento do Redentor.

Gil Vicente optou de preferência pelo mito do Touro para a sua representação, por ter sido este animal admiràvelmente escolhido pelos antigos para servir de emblema, nos climas temperados, do poder fecundante e gerador que representava o sol.

Estas representações persistindo nos cantares das janeiras tiveram o nome de Festas do Aguinaldo, o que quer dizer Boi-nascido, Agui-naldo (o Agnues equinocial).

Quanto às «danças dramáticas populares», ao que esclarece Mário de Andrade, em artigo publicado no *Diário de Notícias* ,de São Paulo, em 26 de Agosto de 1944, sob o título *Cantigas e Embaixadas* «o que caracterisa mais o aspecto contemporâneo das nossas principais danças dramáticas populares, é que elas, como espírito e forma, não são um todo unitário em que se desenvolve um tema só. Muitas vezes o tema principal dá ensejo a um episódio apenas, rápido, dramàticamente cônscio. E esse núcleo básico é recheado de temas apostos a ele; romance e outras canções tradicionais, texto e mesmo episódios de outras danças dramáticas. Às vezes mesmo essas aposições não têm ligação nenhuma com o núcleo. Coisas que também sucedem com manifestações portuguesas idênticas, como é o caso do personagem do Vilão, que se usa diferentemente em quaisquer das representações populares açorianas. Aqui se dá o mesmo, com a Diana e com o Velho em todos os pastorís; com as Lôas dos Bumbas e Cheganças e até com as cantigas de quando o cortejo bailarino marcha pelas ruas.

É o caso da Barca Bela.

Esse processo de construir o bailado por aposição discricionária, culmina na forma actual de certas versões principalmente pernambucanas de «Bumba-meu-Boi», em que a coincidência com a revista do teatro praciano é flagrante. O episódio que foi núcleo não tem agora importância maior que os episódios acessórios, e apenas figura no fim, ainda salientando o boi, não exactamente pelo drama, porém pela apoteose».

O «Bumba-meu-Boi», talvez o mais nebuloso dos bailados populares do nordeste brasileiro, está ligado ao ciclo das festas dos Reis Magos. Essa dança dramática, que foi evidentemente um auto, na actualidade é desenvolvida em forma de suíte. Como é sabido, a origem da suíte se encontra na

música popular. Na Europa era costume unir danças aos pares, danças de carácter eminentemente coreográfico. O «Bumba-meu-Boi» está ligado, no Nordeste, ao ciclo das festas da Natividade e na Amazónia às festas de São João. Sòmente as figuras humanas cantam — de preferência as mulheres — o que vem a ser uma possível influência dos costumes ameríndios. As personagens mestras dessa dança dramática são: Cavalo-Marinho — arcabouço de cavalo com rédeas, sela e estrino; a Burrinha; o Arlequim — figura de menino que agarra os freios do Cavalo-Marinho; o Mateus — figura de vaqueiro; o Berico — que contracena com o Mateus; o Sebastião — figura de negro escravo; a Catirina — figura de negra endiabrada e sambista; a Pastorinha — moça dona de terras e gado das vizinhanças; o Tuntunque — (Valentão) figura de brabo, só de fama; o Jaguará — fantasma representando a alma dos cavalos; o Engenheiro — doutor acompanhado de uma turma de empregados; o Padre — figura caricatural de sacerdote; o Doutor — figura de médico, chamado para receitar o Boi doente; e o Boi — arcabouço de boi, por baixo do qual se oculta uma pessoa.

Ainda que as velhas origens históricas do «Bumba-meu-Boi» sejam atribuídas a Portugal, uma das características e valores dessa dança dramática é ser hoje fundamentalmente brasileira nos tipos, costumes, textos e particularmente nas suas músicas.

Mas Portugal continua presente na sua infra-estrutura dramática.

LITERATURA ORAL
NA REGIÃO DE CAMPOS E S. JOÃO DA BARRA — BRASIL

AN'AUGUSTA RODRIGUES
Rio de Janeiro

RESUMO:

Porque o material tradicional e folclórico é muito abundante, a autora limitou o seu estudo às regiões de Barcelos, Campos e S. João da Barra, com incursões ocasionais no litoral e em fazendas próximas.

Depois de uma rápida apreciação do processo evolutivo da região, verifica-se que o mar, o rio Paraíba do Sul e a cultura da cana do açúcar, predominante na região, foram factores de importância no amálgama de raças e costumes de que resultou o actual habitante da planície. Foi a cultura sacarina que exigiu o braço negro que atraíu a navegação, que alimentou o comércio e a indústria. Foi a criação, em fins do século XVIII, duma aristocracia moral que despertou no povo, pelo exemplo, o gosto pelas letras e artes que vêm exercer-se sobre um fundo de cultura popular velho de dois séculos. Aliás, essa cultura popular preponderantemente portuguesa mantivera-se mercê da falta de intercâmbio com o indígena, da não existência de escravos negros e do difícil acesso à planície. Se *Campos* progrediu, S. João da Barra, depois de um breve momento de prosperidade recaíu no isolamento propício à preservação das tradições populares.

Entrando a seguir na apreciação das manifestações da literatura oral recolhidas, afirma a autora que as de carácter religioso e as crendices populares, por vezes entrelaçadas, serão estudadas em trabalho especializado, como fez já para as actividades infantis, também abundantes.

As canções de embalar que aparecem em numerosas variações têm, geralmente, um tema popular. Mas há-as também constituídas por orações, na íntegra ou em fragmentos, adaptadas a uma toada popular ou com melodia própria. Reproduzem-se algumas dessas melodias.

A literatura oral contém, ainda, danças populares, algumas das quais são descritas com pormenor, assim como o seu acompanhamento, pela autora da comunicação, e «desafios», geralmente declamados.

Da lira popular aplicada à actividade profissional apenas se encontram na região cantigas que dizem respeito aos ferroviários.

Existem ainda composições que cantam heróis locais ou nacionais, contos e cantigas do ciclo do gado e adivinhas de importação portuguesa, embora as haja também tìpicamente brasileiras.

Numerosas são as histórias de tradição oral distribuídas por ciclos vividos por um só personagem, e as versões de contos universais por vezes fragmentados e fundidos.

Num apêndice, juntou a autora algumas das histórias recolhidas, mantendo a fonética e a construção locais. Algumas linhas mestras da pronúncia inculta são apontadas prèviamente para melhor compreensão dos textos que têm, cada um, um pequeno glossário.

Há uma referência final à influência do negro e do indígena na formação desta tradição de vida, influência sobrelevada, no entanto, pela dos portugueses, que forma a base do vasto folclore.

TEMA 5 — O MOVIMENTO SIMBOLISTA EM PORTUGAL E NO BRASIL

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

A prosa poética do Simbolismo — do fim do século XIX à geração do Orpheu
MARIA DA GRAÇA CARPINTEIRO

Subsídios para o estudo da Poética Simbolista — o decassílabo de Camilo Pessanha
ANTÓNIO COIMBRA MARTINS

Vinicius de Melo Morais, poet of the Passions
ALBERT R. LOPES
e
WILLIS D. JACOBS

RELATOR
CELSO F. DA CUNHA

A PROSA POÉTICA DO SIMBOLISMO

DO FIM DO SÉCULO XIX À GERAÇÃO DO ORPHEU

MARIA DA GRAÇA CARPINTEIRO
Centro de Estudos de Filologia Românica, — Lisboa

RESUMO:

Evolução da prosa poética e fantasista, desde o romantismo das *Prosas Bárbaras* ao néo-simbolismo do *Orpheu.* Características mais marcadas, relações dos conceitos simbolismo-expressionismo-impressionismo. Experiências irregulares; a novela poética de Sá Carneiro.

Quando, em 1866, Eça de Queirós principiou a publicar na *Gazeta de Portugal* os folhetins que depois seriam reunidos sob a título de *Prosas Bárbaras,* algo se escapava do terreno em que germinava o realismo, indissolùvelmente ligado à geração de 70. E, ao mesmo tempo, adiantando-se à construção do romance moderno, sòlidamente realizada entre as mãos de Eça, um rumo menor se imprimia à prosa de ficção: rumo pelo qual ela se liberta de moldes e cânones seguros, da obediência a um fôlego disciplinado e tenso, para se lançar no fragmentarismo, na dispersão quase informe, na exploração do pormenor desligado de linhas mais vastas e coerentes. Romantismo fantástico, nebulosidade, delírio extravagante, lado a lado com um ou outro toque naturalista quase só técnico — eis o balanço corrente das *Prosas,* apagadas, como uma experiência irregular, à beira do romance posterior e da sua presença dominante. Irregular: o adjectivo aplica-se não só ao modo como essa experiência foi realizada, mas também ao próprio género que ela desenvolvia na literatura moderna: a prosa poética, tocando por vezes de perto o poema em prosa.

Esta última expressão transporta-nos da literatura portuguesa para a francesa. Também aí, na nesma época [1], qualquer coisa de novo surgia: os *Petits Poèmes en Prose,* de Baudelaire. A interpenetração prosa-verso

[1] 1869

levava-se aí a cabo com uma concisão e uma mestria invulgares, em pequenos quadros a que não é alheio, em vários momentos, um certo sabor epigramático. Ao mesmo tempo, a linguagem efectua imagens e metáforas que se aparentam com a célebre teoria das correspondências, contida num soneto das *Fleurs du Mal,* achados estéticos que vivificam a frase e lembram que Baudelaire é o precursor de algo de complexo e cada vez mais vasto a que se convencionou chamar Simbolismo. A ousadia imagística invade assim a prosa, tornada maleável e aberta a todas as fantasias — facto idêntico ao que em Portugal se dá, nesse início da carreira de Eça, em breve modificada por diversas intenções. Sem conseguir com esse livro uma projecção idêntica à do francês, até porque as *Prosas* não são uma obra definitiva, mas apenas uma fase a ultrapassar, Eça movimenta no entanto as molduras literárias no sentido da liberdade e situa-se, apesar de tudo, com essa obra de principiante, num caminho que tentativas posteriores viriam a retomar.

As *Prosas Bárbaras* são a personificação do romantismo — não tanto daquele que o realismo de 70 se propôs banir, mas dum romantismo mais intelectualizado e trabalhado, que continua a basear-se na evasão do real oposta à observação positiva a seguir intentada. Artificiais no cálculo da linguagem, artificiais nos elementos de que nelas se lança mão e que surgem alheios à tradição e ao fundo mítico nacional, têm contudo de natural e constante a directriz romântica em sentido lato, abstraindo das formas por ela assumidas e que foram arrancadas ao património nórdico e ao seu tesouro lendário. E essa directriz romântica perdurará a par do realismo e naturalismo, misturando-se mesmo a eles e aguardando sempre a ocasião de vir a lume, inteira e vitoriosamente, como aliás viria a acontecer. A sua sombra fica a pairar na literatura portuguesa e, consciente ou inconscientemente, origina anos depois uma forma de prosa que se revela como a antítese da construção realista e «científica» e vai reunir-se à linha esboçada pelos devaneios poéticos de Eça. O nervalismo destes — «Eu era o Tenebroso, o inconsolavel, o viúvo. Errava pela floresta, e a espaços cantava uma canção vagamente triste como o sussurro dos cirpestes...», lê-se na pág. 8 — é efectivamente um antepassado próximo de certa prosa lírica posterior e essa semente expressionista, na obra do impressionista por excelência, um prenúncio de tendências desabrochadas à beira e dentro do séc. XX.

Vejamos agora, na poesia, o período 1870-1890: João Penha, G. Crespo, Cesário Verde, A. Feijó. O parnasianismo impera — parnasianismo que é, na sua visão plástica e pretensamente indeformável, o equivalente das escolhas realista e naturalista no romance e conto, ou seja, na prosa. Que se passa, porém, em 1890? Um facto capital para a evolução da literatura contemporânea: a introdução pomposamente oficial do simbolismo, com a «revolução»

poética de Eugénio de Castro. Simbolismo: pela segunda vez o termo designando esse herdeiro directo do romantismo aparece neste rápido esboço em toda a sua importância e vastidão. Que Eugénio de Castro não foi um simbolista senão em sentido exterior, que os seus símbolos desembocam mais tarde ou mais cedo, na alegoria, que nenhuma revelação de conteúdo presidiu às suas faustosas inovações de forma — a maioria dos críticos o tem assinalado, sobretudo desde que uma perspectiva mais desafogada, obtida ao longo dos anos, deixou ver claramente a carreira que *Descendo a encosta* fechou. O que, para já, mais atenção merece, não é o inventário de todas as suas intenções, no fundo frustradas, mas sim o sopro renovador que, apesar disso, elas trouxeram e, sobretudo, o contágio desse sopro ao campo da prosa.

A observação dum livro datado de 1892 — *Gouaches,* de João Barreira — patenteia de modo claro esse contágio. O vocabulário eivado de vago misticismo, a palavra exótica, o colorido abundante em meios tons, as alianças desusadas, que a geração dos nefelibatas arvorava como insígnias e que, em maior ou menor quantidade, assomavam nas poesias de Oliveira Soares, D. João de Castro e Júlio Brandão, vingam nesse livro em todo o seu decadente esplendor. Novamente a «prosa poética» surge na literatura moderna; e desta vez o qualificativo tende a tomar um matiz pejorativo de modo bastante franco — o que equivale a dizer que essas notas dispersas, essas torrentes de verbalismo que se resolvem numa sensação ou numa visão fugitiva, vazias de qualquer intento que não seja uma persistente busca de originalidade, levam ao máximo o estilo pomposo e exaustivo dum género disperso, quebrado, molemente «aplastado». Veja-se este período túmido e solene, logo no início do capítulo intitulado *A Crucificada:*

«Uma luz zodiacal, de uma fria claridade lactescente como a que deve embalar o silêncio remoto das esferas, dava ao sono das Coisas a unção transcendente, sagrada e impassível que nimbasse, nos espaços, o augusto adormecimento de um santo.»

«Luz zodiacal», «claridade lactescente» — epítetos que nos evocam leituras dos *Oaristos* e das *Horas,* agora transpostos para um «prosaísmo» de intenções pictóricas, como o título deixa entrever. E, misturadas a eles, expressões que desencadeiam associações mais extensas: «sono das Coisas», por exemplo. Esse substantivo grafado com maiúscula transporta-nos aquém de Eugénio de Castro: até Gomes Leal, o simbolista não «oficial» mas intuitivo, profundo para lá da forma e do pormenor externo. Nele, uma real preocupação com um não-sei-quê latente nas coisas irmana-se ao significado íntimo do símbolo, depois esquecido em proveito da minúcia estilística ou da palavra rara. Não nos iludamos porém: em João Barreira, a expressão apontada não é de forma alguma portadora desse significado. Está ali

talvez como «pastiche» literário, atirada para o meio dum bric-à-brac de termos em voga, colhidos em vários autores e terrenos e misturados segundo o princípio do efeito mais invulgar e requintado. Várias influências se entrecruzam neles, influências na maior parte de origem francesa, como franceses eram os influxos recebidos por Eugénio de Castro. Denunciadora dum «spleen» de importação, a fantasia alonga-se em torno da «forma nevoenta da (...) nevrose», do misticismo que sucede à «esterilidade da Análise». E desses meandros fortemente marcados por um clima epocal, destaca-se, bem patente, o culto pelos Goncourt e pale sua tão discutida «écriture artiste»:

«E seguindo sempre na excursão das curiosidades urbanas, íamos goncourizar aos bailes públicos...» — lê-se em *Diálogo outonal,* uma das partes das *Gouaches.* O neolcgismo é sintomático e revelador de toda uma estética. A sensibilidade do fim do século deslumbra-se ante um modo de dizer como que reinventado que rebusca a impressão esquisita, com um acentuado gosto pela construção impessoal, pela deslocação do adjectivo, pelo indeterminado, pela não-atribuição de acções ou gestos ao que tradicionalmente a eles se acha vinculado. É sabido o rápido envelhecimento dessa linguagem vistosa que, pelo menos em sentido teórico, se propunha levar a frase a acompanhar a técnica que, noutros domínios artísticos, se renovava e evoluía. Linguagem impressionista, se costuma dizer. É curioso notar a frequência com que o termo «impressionista» aparece nas *Gouaches,* vincando bem um propósito claro de seguir a par das tendências mestras da época. E é evidente que a atitude que por detrás dela se deixa entrever — interesse pela anotação breve e isolada, pelo traço desprendido e momentâneo — se concilia à maravilha com o carácter informe dum estilo sem outro objectivo que não seja a sua própria exuberância, o seu próprio desabrochar em palavras suscitadoras de cor e de visão. O livro de João Barreira resulta assim o receptáculo onde convergem um ou outro vestígio de simbolismo, colhido no ar mais do que sentido, um decadentismo eivado de pendores nocturnos, de sensações exacerbadas, de interesse pela fantasmagoria «gótica» e pela religiosidade decorativa, e um impressionismo voluntàriamente exercido em obediência a um padrão mencionado por claro e a uma estética em voga. Falhado como obra literária, oferece contudo interesse na medida em que documenta as linhas dominantes sob as quais, levada por novas escolas, se orientava a prosa fantasista da última década de 800. E após a sua sumária observação, uma pergunta se levanta: em que consiste o simbolismo, em cuja proximidade ela vagueia sem uma penetração verdadeira? Quais as relações deste com aquilo que se designou por impressionismo e com outra realidade oposta que vem a ser o expressionismo?

Em teoria, a relação que parece incontestável é a de simbolismo-expressionismo e não simbolismo-impressionismo [1]. O termo «impressionismo», ligado à objectividade pictórica do século XIX, transitando para a literatura pela mão de Brunetière, parece encerrar em si um desejo de reproduzir com toda a fidelidade possível os reflexos vindos do mundo circundante. O que importava, era a pintura desse mundo surpreendido no instante que corre — qualquer obscuridade atrás das suas formas e manifestações, qualquer oculto motor para lá da superfície, ficavam por dizer ou representar. Porque tal obscuridade ou tal motor se radicam no subjectivo, não existem senão em função dele e, por isso mesmo, interessarão a uma escola oposta de intenções bem diversas: a dos expressionistas. Ora sendo o simbolismo, no seu sentido mais profundo e menos divulgado, uma vitória do subjectivo sobre o objectivo, uma procura daquilo que ultrapassa as aparências, é claro que esse movimento literário não pode deixar de se vincular à atitude expressionista, por oposição ao impressionismo tal como atrás ficou definido. Daí o apontar-se o símbolo e seus processos afins como característicos do expressionismo, uma vez que traduzem uma projecção do espírito sobre as coisas, dirigindo-se ao impalpável de que falava Novalis, à alma esparsa no Universo e criada pelo espírito do autor que o sente e pensa — tanto em pintura como em literatura, tanto na prosa como no verso. Tudo isto porém se passa em teoria: na prática, nas concretizações, na passagem a acto, as coisas revelam-se bem diferentes e bem difíceis de classificação ou catalogação. Primeiro que tudo, há que considerar o alongamento da palavra «impressionismo» a muitos outros matizes, até a um afastamento completo do ponto de partida. A designação aplica-se em bloco a uma multiplicidade de manifestações e, dentro dum período determinado, pode referir-se indistintamente a tudo o que se dirigisse à novidade e ultrapassasse o vulgar. Ora qualquer coisa de bastante semelhante se passa com o rótulo «simbolismo», tal como o vimos aparecer no século XIX, nem mais claro nem mais fàcilmente definível. Aparentemente explicável através da palavra-raiz — o símbolo —, o derivado afasta-se contudo imensamente dessa primitiva noção. A impossibilidade de criar um símbolo espontâneo e diferente do clássico, demonstrada na maioria dos autores abrangidos pela escola, em parte contribuiu para esse afastamento. A correspondência interior-exterior acha-se assim sujeita a todas as modificações

[1] A separação dos conceitos impressionismo-expressionismo não significa que eles sejam considerados como rigorosamente estanques. Que ambos se tocam e misturam, é um facto incontestável, sendo pràticamente impossível encontrar em qualquer autor uma visão uniforme de que um dos termos seja excluído em absoluto. No entanto, é fácil achar o predomínio duma realidade sobre a outra e é com base nesse predomínio que os dois membros opostos são aqui nomeados.

imagináveis, interpretada nas direcções mais divergentes. Os seus valores alteram-se, confundem-se. Despojado com frequência e na maior parte dos casos dum significado restrito, que só o estudo crítico lhe foi atribuindo e restituindo plenamente, o simbolismo percorreu assim uma escala variadíssima de características, desde o velho preceituário «de la musique avant toute chose», até à estética do «vago» que o material herdado do Parnaso, embora utilizado de modo diferente, compromete em grande número de vezes. Na poesia, vêmo-lo definir-se, com Eugénio de Castro, como alegórico e clássico quanto ao fundo e parnasiano no aspecto formal, fazendo esquecer, em mais dum momento, a sua marcada ascendência romântica. Na prosa, achamo-lo dissolvido em decadentismo nas tentativas dum autor muito próximo de Eugénio de Castro. Assim difuso, dotado de prolongamentos e parentescos tão heterogéneos, é natural que a sua origem expressionista vá sendo atraiçoada ao longo dum crescimento acidentado: o impressionismo mistura-se-lhe e envolve-se na linguagem de manifestações que pouco ou nada têm de comum com os princípios ligados a um movimento que «se escapa por entre os dedos». A exteriorização simbolista, embora expressionista na base, abre-se igualmente ao impressionismo — igualmente e simultâneamente — a um impressionismo que com frequência se afasta da atitude realista donde brotou.

Neste ponto caótico e turvo, necessário se torna atender à evolução que entre nós veio desembocar na célebre geração do *Orpheu* e que sucedeu ao período da *Renascença Portuguesa* ou, mais particularmente, do saudosismo.

Identificado por Fernando Pessoa, no seu ensaio *A Nova Poesia Portuguesa* (1912), como um «transcendentalismo panteísta» ou seja, como a fase preparada pela marcha da poesia ao longo dos séculos anteriores, não deixa o saudosismo de ter diversos elementos comuns com o simbolismo: reflexo do mundo interior no exterior, interpretação deste último em função dum significado descoberto por esse reflexo íntimo, acima de tudo. Destes dados básicos parte um dos «ismos» da geração do *Orpheu*, de início ligado, na pessoa de dois dos seus maiores valores (Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro), às páginas da *Águia* e à *Renascença*, portanto: o paùlimso. Essa subtilização dum romantismo especial, cujo nome provém dum poema de Fernando Pessoa — *Pauis* — põe-nos diante dum facto curioso: um novo surto simbolista-decadencista que, devido à sensibilidade daqueles que o cultivavam e que a ele se ajustava plenamente, oferece aspectos que o superficial verniz de 1890 não roçou sequer. E aqui tocamos num ponto de interesse para as considerações que vieram sendo feitas: esse segundo surto ficou assinalado por uma prosa que, desde os apontamentos do *Livro do Desassossego*, de Pessoa, apenas válidos como «acompanhamento» em tom menor, até à realização de inegável interesse que é a novela poética de Sá-Carneiro,

se ajusta de facto às teorias-base do tão discutido simbolismo e efectua finalmente um certo ajustamento entre os conceitos perdidos e flutuantes que por essa altura eram o simbolismo e o expressionismo. Quer dizer: essa espécie de neo-simbolismo é, entre nós, mais autêntico que a escola da origem; e só com o que constituiria a grande revolução da literatura portuguesa do séc. XX — o modernismo — essa sobrevivência do século passado encontrou realmente a sua tradução mais aproximada.

Agosto de 1913 — a *Águia* publica nas suas páginas um excerto assinado por Fernando Pessoa, intitulado *Na Floresta do Alheamento* e destinado ao *Livro do Desassossego*. Eis-nos, uma vez mais, diante dum trecho de prosa poética, dum género mal definido onde todas as liberdades são naturalmente consentidas. À primeira vista, não parece haver uma grande distância entre as inovações trazidas pelo ano de 1890 e seguintes, e o material de que aí se faz uso — material pós-baudelairiano e, de certo modo, não muito afastado do Baudelaire que escreveu frases como «Tes cheveux contiennent tout un rêve, plein de voilures et de mâtures», etc. A única novidade, além duma sintaxe abordada duma perspectiva multilateral — no género de «espçao para que não havia pensar em poder-se medi-lo»; «a ideia de haver a nossa vida», etc. — parece consistir na introdução dum estado de consciência penumbroso que chega a tocar em particularidades do subconsciente posteriormente aprofundadas: uma dissociação, uma fragmentação da zona em que o *eu* assoma e se afirma. A paisagem que nos é dada, nessas páginas, mais interessantes pela tendência que revelam do que pela sua qualidade literária, não é senão o levantamento dessa zona em formas e contornos, auxiliada por formas e contornos. Isto é: o animismo aparente dalgumas passagens («o hálito indefinível do ritmo íntimo das seivas»; «o entardecer lento das cousas que parecia vir-lhes de dentro») radica-se não numa paisagem-alma, mas numa alma-paisagem. E, sendo assim, encontrada a verdadeira ordem do intento simbolista, não é para admirar que a relação seja agora, predominante e inegàvelmente, simbolismo-expressionismo — tanto quanto o permite a concretização viva dum esquematismo só rígido enquanto teórico.

«E ei-la que, ao irmos a sonhar falar nela, surge-se ante nós outra vez a floresta muita, mas agora nais perturbada da nossa perturbação e mais triste da nossa tristeza. Foge de diante dela, como um nevoeiro que se esfolha, a nossa ideia do mundo real, e eu possuo-me outra vez no meu sonho errante, que essa floresta misteriosa enquadra...»

Este período dá bem uma ideia do que é todo o excerto, no seu tom hermético e brumoso portador duma dualidade em que apenas se roça de leve, mantendo intacto, o halo duma preciosa obscuridade... Obscuridade cem por cento paúlica, que destoava um tanto na calma banal da Águia e das

suas publicações, como aliás já haviam destoado três novelas de Mário de Sá Carneiro — *O Homem dos Sonhos, Mistério* e *O Fixador de Instantes* — incluídas nos números de Março, Julho e Agosto de 1913. O nome de Sá Carneiro traz à cena da prosa simbolista algo de muito importante: esssa prosa abandona o apontamento disperso, a nota breve e a ausência de molde definido, para se estruturar, embora desordenadamente, numa construção cuja orientação e rumo lhe valeram o nome de novela. Temos assim *A Confissão de Lúcio* (1913) e uma colectânea intitulada *Céu em fogo* (1915), onde se encontram, entre outras, as páginas incluídas na Águia. Simbolistas, colocadas, em parte, sob o signo de Nerval (que muitos anos atrás fora fielmente parafraseado nas *Prosas Bárbaras*), outros matizes as envolvem e alargam, tais como um esteticismo hipertrofiado e aristocrático, um decadentismo que se compraz em vagos perfis degenerados e numa discriminação minuciosa das sensações, um futurismo agitado, ruidoso e original, e ainda qualquer coisa que precursoramente esboça um supra-realismo incipiente, estribado num agudo sentido do absurdo. De mecanismo fàcilmente desmontável e simples, na maioria das vezes, tais novelas põem de pé, em termos simbólicos, a presença dum universo subjectivo e enigmático. Palavras como Além, Alma, Oculto Mistério, jorram a todo o momento dessa transparente trama de ficção e a elas se reduz sempre o sentido final das histórias, preso num «impasse» de que só pelos telhados [1], ou seja, iludindo poèticamente os obstáculos invencíveis, o escritor consegue evadir-se. Uma linguagem fortemente expressionista, tensa, entrecortada de exclamações («Asas d'ouro! Asas d'ouro!»; «Lume doido! Lume doido!»), exterioriza esse mar interior, que nenhuma paisagem, à maneira saudosista ou tradicionalmente simbolista, equilibra ou sustém. Um mundo sonhado, levantado numa espécie de «à rebours», subordinada a si quaisquer rebates de realidade, desenvolvendo, nos devaneios do *Homem dos Sonhos*, um país mergulhado em treva, um país onde o silêncio se resolve em música, fora do Espaço e do Tempo. Para exprimir este inexprimível perseguido neste conto e noutros, a imagem e a metáfora alargam-se até ao máximo fogo de artifício, explodindo em subtis correspondências, em requintes abstracto-concretos abundantes em colorido e fausto formal:

«Ah! e em face da visão erguida, maravilhosa — laivos d'oiro! — tudo se desmoronou de grandeza, tudo o espectro havia purificado... Sim! O Artista não triunfara só a estratificar a Saudade comum e emaranhá-la ruiva... Diademara mais! Diademara mais!»

---

[1] Juan de Mairena dizia que é próprio dos poetas «conocer los callejones sin salida del pensamiento, para salir — por los tejados — de esos mismos callejones».

Este verbalismo, demasiado exuberante para se subordinar à disciplina da tessitura de ficção, vai até ao delírio imagístico puro, ao poema em prosa enxertado em plena novela, bastando-se a si próprio e embriagando-se com a sua própria curva além barreiras:

«Uparam-se tronos de marfim a cercar-me... desfilaram cavalgadas de estrelas... diademas rolaram em catadupas...» «Subtilizei-me em Astro... vibro de sortilégio... Finquei-me em Saudade e Beleza...»

Mais importante é porém o conteúdo que preside ao plano da novela em Sá Carneiro e que, traduzindo o irrealismo e os alicerces ocultos do mundo, faz dela uma estrutura simbólica que os meios de narração e estilo completam e revelam essencialmente simbolista, entroncada num expressionismo pessoalíssimo.

Lado a lado com o modernismo estrondoso do *Orpheu*, este prolongamento do século XIX afirma-se e enriquece-se, portanto. E não será demais dizer que, através dele, se estabelece uma ponte de passagem para certos aspectos da aventura supra-realista. As pedrarias parnasianas de Sá Carneiro, simbòlisticamente revolvidas, prendem-se a uma linha de enigma que está na base das manifestações seguintes. O simbolismo do *Orpheu* é assim mais «sui generis» e mais profundo que a fase pela qual foi inaugurado. E a prosa que ele determinou constituiu-se com uma persistência relativa, mas palpável, favorecendo uma espécie de conto poético que falhou redondamente noutros membros do modernismo: Raul Leal, por exemplo.

Deste último é a novela *Atelier*, incluída no número 2 do *Orpheu*. Mais uma curiosidade literária que nem sequer se pode arvorar em prenúncio duma obra posterior, ao contrário do que sucede com *Na Floresta do Alheamento*. Difícil é achar-se qualquer sentido nesse emaranhado de estilo «vertígico», intrincado e torrencial. No entanto, a custo, entrevê-se uma ou outra faceta do drama da criação, da projecção do artista na obra:

«Como farrapos de núvens tenebrosas, numa dança macabra, figuras vagas e obscuras da alma de Luar se erguem...»

«...cresce na alma de Luar a loucura sublime do espírito que a tenebrosa, a imaterial vertigem do Universo, da Vida, delirantemente acentua numa tragédia divina...»

Expressionismo, reflexo simbólico (não é por acaso que Luar foi o nome escolhido), também aqui. E, ao mesmo tempo, filosòficamente aprofundados — ou *pretensamente* aprofundados. Porque só em Sá-Carneiro existiam condições para um aprofundamento desse género, a despeito do risco de envelhecimento que se vai apoderando de muitas das suas «inovações». Que se aproveitará pois da prosa poética pós-romântica, da prosa do simbolismo e néo-simbolismo?

As conclusões que se oferecem parecem ser:

1.º – A prosa híbrida que, na literatura moderna despontou com as *Prosas Bárbaras* e flutuou depois, ao sabor das escolas, sem o apoio dum sustentáculo de autêntica ficção, é um genéro que se presta aos maiores abusos e tende a dissolver-se em preciosismo em mãos que não ultrapassam um discreto tom menor.

2.º – O caminho que se lhe ofereceu foi o do simbolismo, parente e herdeiro do romantismo de que nasceram as *Prosas.*

3.º – A prosa poética ligada ao simbolismo apenas produziu uma obra digna desse nome – a novela poética de Sá Carneiro – no meio de experiências de aspecto provisório e mal definido esparsas na *Águia* e no *Orpheu.*

No entanto, parte dessa mesma novela, como ficou já apontado, se nos afigura hoje ultrapassada e excessiva. Porquê? Porque grande parte do seu valor se relaciona com o elemento simbólico e não com o que é pròpriamente simbolista – justificando a diferença existente entre os dois termos tomados no sentido exacto. Precisamente por ser de todos os tempos, o simbólico resiste à acção dos anos melhor do que as características do simbolismo-escola literária. Muitas dessas características nos chegam contagiadas de decadentismo demasiado marcado, dum esteticismo nefelibata e já longínquo, mesmo dum certo cabotinismo. Como diz Marcel Raymond no seu livro *De Baudelaire au Surréalisme,* o estilo coruscante e opulento dessa época está fora de moda; quase tanto como a «écriture artiste» dos Goncourt, creio poder-se acrescentar. Preciosista e incómodo na poesia, duplamente gasto se revela ele na prova – na prosa poética. Só um forte impulso íntimo, um sopro verdadeiramente criador, pode fazer com que as passagens eivadas desse modo de dizer incerto e fluido sejam aceites e justificadas, equilibradas por outras mais sóbrias e naturais. E aqui deparamos com uma paradoxal verdade literária: a prosa do simbolismo só vale na medida em que escapa ao que de mais vincado nesse movimento pode haver; pode chegar a uma altura real e transfiguradora (certas novelas de Sá-Carneiro estão aí a comprová-lo), mas não devido à decadente imagística da escola – antes apesar dela, a despeito dela, quando não fàcilmente identificável com a raiz que lhe deu o nome, com os processos demasiado palpáveis para todo o sempre ligados a essa origem.

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA POÉTICA SIMBOLISTA

O DECASSÍLABO DE CAMILO PESSANHA

ANTÓNIO COIMBRA MARTINS
Instituto Católico de Paris

Muitos estudos se têm escrito sobre o simbolismo e os simbolistas, e raros sobre a sua linguagem. E o simbolismo e os simbolistas têm mudado de figura, conforme os olhos que os vêem. Só a sua linguagem, sempre a mesma, continua esperando que lhe descubram a arte.

Fingindo explicar o poeta, o filósofo divulgará a sua filosofia; o político fará propaganda da sua política; o médico estabelecerá diagnósticos; o fariseu passará moeda falsa; e o literato comporá literatura.

Como se pode explicar um poeta esquecendo que ele é o ser para quem as palavras são objectos, tanto ou mais do que sinais? A sua obra não resolve o problema da liberdade, não serve a república, não trai moléstia rara, como não devia alimentar fariseus, nem fornecer pretexto a divagações críticas. Os seus poemas são uma música nova, de que nós gozamos, e com a qual poderíamos aprender, se tentássemos desvendar-lhe os segredos.

Como o poeta é também um homem que se define pelas suas opções, e como as palavras afinal não podem reduzir-se à sua qualidade de objectos, condenadas a significar, seja quem for que as combine, o filósofo ou o político podem legìtimamente explicar o homem-poeta. Mas, visto que a herança que ele nos lega é essencialmente poesia, que crítica se imporá primeiro que a crítica poética?

Ora, o termo poesia e todos os seus derivados, tendo descido ao vulgo, revestiram um sentido profano, atentatório da arte. Poético tornou-se o adjectivo que, como um valor, se aplicou aos objectos participantes duma espécie de emanação divina. Poeta adquiriu o sentido de ser intermediário entre os homens e os deuses, em virtude duma graça – a inspiração. E esse ser intermediário, embaixador dos homens numa esfera superior à deles

— a dos semi-deuses — adquire uma obrigação. A de, assumindo inteiramente a condição humana, representar aos olhos dos deuses o drama do homem. Foi assim que um preconceito de natureza moral e religiosa passou a presidir à crítica de poesia.

O erro vem duma confusão entre sentido próprio e sentido figurado. A inspiração, que era para os clássicos um termo metafórico, foi julgada uma entidade real, graças ao emprego abusivo que o romantismo fez da figura.

A comodidade da concepção assegurou o seu sucesso. Ela esconde ao profano a responsabilidade pela sua ignorância. Ser-se poeta ou não, é uma questão de graça, como estimar ou não estimar a arte. Não é menos cómodo o exílio do poeta para a esfera dos semi-deuses. Vale simultâneamente como recompensa e como castigo. O homem liberta-se do poeta, consagrando-o, e só se lembra dele quando lhe convém, porque a poesia, como a religião, tem as suas horas.

Assim, toda a crítica que definir o poeta como um iluminado, agrada ao homem que o não é: este não se sente vexado por nenhuma inferioridade, visto que o poeta pertence a outro mundo. Logo, a fé no mito poesia aparece como uma atitude de má fé.

* * *

Esta sagração da poesia degrada a prosa e acaba por destruir a própria poesia. Não se trata já de duas concepções diferentes da linguagem — *oratio ligata* e *oratio soluta modis*. São essências contraditórias de que os objectos participam: uma é sublimemente divina; outra vilmente terrena.

Corrompido o termo, veremos sem espanto classificar de poéticas a lua, os sentimentos amorosos, as flores do campo; a Primavera é geralmente considerada, sem ironia, a mais poética das estações.

Simultâneamente, aparece a noção monstruosa de prosa poética. E a má poesia passa a ser chamada *prosaica,* em vez de simplesmente, rigorosamente, poesia má.

A sagração da poesia, divulgando o mito da inspiração, acaba por se voltar contra a própria poesia. O aspirante a poeta avalia as suas aptidões pelo peso das suas ânsias, e é muitas vezes um sugestionado; sente-se um condenado sublime, cujas «asas de gigante impedem de caminhar». A afirmação de Jean Cocteau de que «a poesia é uma ciência exacta» revolta-o como um sacrilégio. A qualidade de poeta é um dom divino, e a poesia faz-se como os Americanos aprendem francês: *without toil.*

* * *

Competia à crítica purificar as noções aviltadas, destruindo os mitos, denunciando a mistificação. A crítica, diz Etiemble, é a higiene das letras.

Mas, no mundo de hoje, por reacção contra o tecnicismo, grassa o terror da crítica técnica. Julga-se a obra pelas impressões que ela produz, ou — o que é pior — pelas impressões que se fingem ao contacto com a obra.

Seja-nos permitido citar Stravinsky que declarou, numa entrevista recente, ao musicólogo americano Robert Craft:

«Os críticos nem sequer estão armados para julgar uma gramática. Não vêem como uma frase musical está construída, nem como se escreve a música. Não têm competência nenhuma para julgar a técnica da linguagem musical contemporânea...»

Esta inexistência duma crítica técnica permite o amadorismo e as falsificações. Mas pior ainda é o poder assumido pela crítica partidária, na nossa época de compromissos. Sem a mais pequena análise da linguagem, aprovam-se ou reprovam-se as obras pelo que elas defendem, ou pretendem defender — muitas vezes é tal a sua nulidade que, apesar das intenções do autor, não têm realmente sentido nenhum. A procura duma nova expressão é condenada como formalismo, e assim se torce, desta vez, o pescoço à arte.

Por aqui se vê a necessidade de lutar por uma literatura melhor, «descomprometendo» a crítica.

*

Seria preciso condenar com a crítica profana e a crítica «comprometida», uma outra que, embora menos nociva, não deixa de cobrir de ridículo a maltratada poesia. Referimo-nos a um simulacro de crítica técnica, legìtimamente pesquisadora de artifícios, que explica, porém, cada efeito por uma intenção lógica.

Esta atitude é geralmente apologética; em qualquer passo da obra consagrada, mesmo no mais infeliz, se descobrem intenções subtis, traços de genialidade. E essas intenções visam todas um significado.

Nada mais representativo de tal atitude, que a «explicação» das aliterações ou do valor das rimas. Se um verso tem muitos *ll* foi o poeta que quis imitar o ruído da água corrente. Se a rima é sonora, gaba-se a excelência do artifice; se é imperfeita, demonstra-se o seu superior desprezo pelas convenções; se não existe, ensina-se como se alcança a poesia pura.

O vício, para que arrasta o chamado esforço de simpatia, é o de querer demonstrar partindo da conclusão para as premissas. Prova-se a excelência

do poema a partir da genialidade incontestada do poeta, em vez de se proceder ao contrário.

Ficamos a perguntar a nós próprios se algum verdadeiro poeta se exporia ao ridículo de evocar a água corrente, articulando muitos *lll* a seguir (consoante *líquida,* notará o crítico com perspicácia...) como se diz que Racine imitou o assobio das serpentes, semeando de *sss* (*consonne sifflante*) o verso célebre:

Pour qui sont ses serpents qui sifflent sur nos têtes?

Não deixemos de assinalar o erro fundamental desta explicação lógica dos artifícios pròpriamente poéticos.

Aceitando que a diferença essencial entre poesia e prosa, é a de que a palavra, para o prosador, é uma moeda de câmbio, e, para o poeta, um fim em si, um objecto, ou um sinal-objecto, pretender que os artifícios poéticos «significam» lògicamente, equivale a transformar a poesia numa super-prosa, isto é, numa linguagem tal que o vocábulo «signifique» por meio da sua alma (seu sentido) e do seu corpo (seu mateiral fonético).

Tudo o que acabamos de escrever não é senão a justificação do processo que seguimos no nosso estudo do decassílabo de Camilo Pessanha: tentativa de análise técnica duma tessitura musical, à qual conferimos apenas um valor estético.

* * *

Não foi arbitràriamente que escolhemos, na Clépsidra, como metro a estudar o decassílabo: é este, na colectânea, como, ao lado do heptassílabo, na literatura portuguesa, o verso fundamental.

Camilo Pessanha deixou-nos mais de quatrocentos decassílabos, enquanto, reunidos, todos os outros metros do seu livro não chegam a trezentos. Em segundo plano, surge-nos o hexassílabo, quebrado habitual de heróicos ou sáficos, e, em terceiro, o alexandrino, o pentassílabo e o octossílabo. O poeta cultivou ainda o tetrassílabo, do qual nos deixou 25 exemplos. Encontra-se um hendecassílabo, um único, na Clépsidra.

Pormenor surpreendente: o poeta segue a tradição no seu gosto pelo decassílabo, mas renega-a, ao ignorar o nosso redondilho maior. Nem um só heptassílabo nos seus poemas!

Em contrapartida, o octossílabo, verso raro na nossa poesia clássica, aparece com frequência: cerca de 50, total considerável, se nos lembrarmos

de que a maior parte do livro é ocupada por sonetos decassilábicos, conforme a tradição, ou, às vezes, dodecassilábicos, à francesa. O carácter, aliado ao número dos poemas em verso de 8 sílabas, permite-nos julgar que, na Clépsidra, é esse o metro que substitui o redondilho tradicional. Três explicações possíveis para esse facto, se ele não se deve exclusivamente ao gosto do poeta: influência da poesia francesa, em que o octossílabo é metro leve, muito corrente, ou dos cancioneiros galego-portugueses, onde, ao lado do decassílabo, triunfava aquela medida.

A. Dias Miguel escreveu que, nas poesias de Camilo Pessanha (opostas aos sonetos), a variedade de metros e de ritmos, *salvo erro, correspondia quase inteiramente à da poética de Verlaine.*

É certo que Verlaine, como tantos poetas franceses, cultivou o octossílabo. Mas, na sua Arte Poética, recomendou que se preferissem os versos ímpares; *et pour cela préfère l'impair,* aconselhou ele em metro eneassílabo. Ora, Camilo Pessanha, se exceptuarmos o tal hendecassílabo desgarrado, empregou apenas um metro ímpar — o pentassílabo — contra cinco metros pares — o alexandrino, o decassílabo, o hexassílabo e o tetrassílabo. Fugiu mesmo, como vimos, ao ímpar tradicional que é o redondilho maior, e, do eneassílabo, em que Verlaine compunha e propunha, não se acha sinal na Clépsidra.

Será conveniente, antes de abordarmos o estudo do decassílabo de Camilo Pessanha, traçar um breve sumário dos elementos que determinam a música do verso, até porque a ordem dessa recapitulação indicará o plano do nosso trabalho.

Consideramos antes de tudo, como sempre se fez, o número de sílabas. Mas logo surge um problema: como escandir o verso português? Até à última sílaba tónica, ou até ao termo real do verso? Se escandirmos até ao último acento tónico, pomos de parte, em dois casos sobre três, uma terminação de uma ou duas sílabas, que deverá contar, nesse caso, como característica secundária. Em terceiro lugar, vêm os acentos de obrigação, queremos dizer, os acentos tónicos que, segundo uma regra geral, devem aparecer no verso em determinada posição.

Quarto elemento, consideramos a cesura, isto é, a articulação métrica regular que torna o verso decomponível.

Aos acentos que podem encontrar-se no verso, além dos de obrigação, chamaremos acentos livres, e classificá-los-emos de quinta característica.

A sexta e última serão as pausas, ou seja, as suspensões de natureza lógica, a que obriga a leitura inteligente do verso dentro do todo que é o poema.

* * *

Supomos que Castilho teve razão em enunciar a regra de que o verso português se escande até ao último acento tónico. Pretender que a existência de uma ou duas sílabas posteriores a esse acento, é indiferente ao ritmo, parece-nos todavia erro importante.

O princípio de Castilho deriva duma conclusão obtida certamente pelo estudo dos nossos poetas; mas essa estudo revela também que, em geral, eles não misturavam ao acaso oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos.

Recordemos primeiro que os trovadores combinavam, por exemplo, heptassílabos graves com octossílabos agudos, como é natural em poemas destinados ao canto. A regularidade desta altunância foi reconhecida por Mussafia, e o princípio baptizado desde então «lei de Mussafia».

Os clássicos assinalavam, nas estâncias cultas, lugar certo às diferentes terminações, definindo assim unidades estróficas, cuja regularidade se considerava quebrada, se o verso N, agudo numa estância, passasse a ser grave na estância seguinte [1]. Outras vezes, no mesmo poema, só empregavam versos dum tipo, como se vê em Faria e Sousa ou em Sóror Violante do Céu.

Existe finalmente um processo de anular a última sílaba (postónica) dum verso, igualando-se assim dois versos sucessivos de natureza diferente, quanto ao acento tónico da palavra terminal: provocar a elisão dessa última sílaba em contacto com a primeira do verso seguinte:

> Ao meu coração um peso de ferro
> Eu hei-de prender na volta do mar...

Ouvir-se-á na dição:

> Ao meu coração, um peso de fe
> rr'eu hei-de prender na volta do mar...

Repare-se que, nas três estâncias deste poema, (Clépsidra, pgs. 93 e 94) em que alternam versos graves e agudos, a última sílaba do primeiro verso (grave) pode sempre elidir-se diante da primeira do verso seguinte (agudo):

> Ao meu coração um peso de ferro
> Eu hei-de prender na volta do mar...

[1] Os Franceses usavam um processo semelhante fazendo alternar rimas masculinas e femininas.

> Quem vai embarcar que vai degredado,
> As penas do amor não queira levar...
>
> A sete chaves, — a carta encantada!
> E um lenço bordado... Esse hei-de o levar.

A possibilidade de tal elisão — cuja regularidade é todavia desmentida por outros versos do poema — parece auxiliar a caracterização dum ritmo bi-pentassilábico.

Dois poemas da Clépsidra revelam um cuidado escrupuloso na combinação de terminações oxítonas e paroxítonas: o soneto *Imagens que passais pela retina,* em que umas e outras se cruzam rigorosamente, e *Em um Retrato,* composição em dísticos alternadamente graves e agudos.

Aparte estes dois ou três casos, Camilo Pessanha mistura sem artifício versos diferentes, quanto à posição do acento tónico na sua última palavra.

O decassílabo (e o verso) que domina na sua obra é grave, como sucede em geral na poesia portuguesa; o agudo mostra-se, porém, relativamente frequente, aparecendo na proporção aproximada de 1 para 6. Muitíssimo mais raros são os esdrúxulos, mesmo se contarmos como tais aqueles cuja vogal da penúltima sílaba soa na realidade como semi-vogal (Onde fostes sem tino, ao vento vário?). Também nisto não achamos nenhuma característica especial; sucede exactamente o mesmo em toda a poesia portuguesa, em obediência aliás à própria proporção, na língua, de palavras graves, agudas e esdrúxulas.

Verifica-se porém que as terminações oxítonas (alternando com paroxítonas) são mais frequentes em tercetos de soneto que noutra situação.

> Sossegai, esfriai, olhos febris.
> — E hemos de ir cantar nas derradeiras
> Ladainhas... Doces vozes senis... —

Não nos parece que esta pequena dissonância quebre vantajosamente a monotonia de que pode acusar-se uma sucessão ininterrupta de decassílabos agudos, nem sequer a atribuimos a um propósito do poeta. Todavia os três poemas citados, sobretudo os últimos dois, demonstram, em nosso entender, que Camilo Pessanha foi sensível à perturbação que introduz no ritmo a mistura irregular de terminações... embora a tenha considerado pormenor de somenos importância, relativamente às outras qualidades do verso, expressivas ou musicais.

* * *

A opinião corrente sobre o decassílabo considera que este verso pode ser acentuado de duas maneiras: na sexta e décima sílabas, caso em que se lhe chama heróico; ou nas quarta, oitava e décima, caso em que se lhe dá o nome de sáfico. Estas designações são aliás impróprias, porque nunca os poemas heróicos repudiaram a cadência 4-8-10, nem a estrofe sáfica excluiu absolutamente a acentuação 6-10. Já de resto a própria designação de estrofe sáfica é um tanto forçada, e se baseia numa analogia mais gráfica do que rítmica.

Camilo Pessanha conhecia, porém, outras cadências de decassílabo, e todas explorou, juntando-lhes uma que nos parece original.

Com efeito, encontramos na Clépsidra não menos que os cinco ritmos, digamos *legais* de decassílabo, e um sexto, aparentemente muito raro, que sai fora de todas as regras. São eles, por ordem de frequência:

a) o decassílabo clássico 6-10, dito heróico (267 versos em cerca de 400);
b) o decassílabo clássico 4-8-10, dito sáfico (71 versos);
c) o decassílabo galego-português 4-7-10 (33 versos);
d) o decassílabo 5-10 mais característico dos fins da Idade Média (18 versos);
e) o decassílabo 4-10, provençal e galego-português (7 versos);
f) o decassílabo original 3-10 (5 versos).

Esclareçamos, sobre os versos *c*, *d* e *e*, *legais*, mas esquecidos, que a cadência 4-10, correntíssima nos cancioneiros galego-portugueses, desapareceu com a extinção da poesia trovadoresca; que a sua irmã 4-7-10 resistiu fracamente ao *estilo novo*, mas acabou por ser banida ainda no séc. XVI; que a acentuação 5-10, pouco grata aos trovadores, se encontra fàcilmente no decassílabo do chamado metro de arte maior, anisossilábico, apresentando flagrantes analogias com o hendecassílabo 5(1) + 5(0,1 ou 2) de longa vida e clara fama; apareceu ainda em Gil Vicente, e depois caiu no esquecimento.

c) o meu amigo, forçado de Amor (4-7-10);
d) Ay flores, ay flores do verde pino (5-10);
e) Dized — amigo — en que nos merece (4-10).

Quanto à cadência 5-10, Camilo Pessanha pode tê-la encontrado também no decassílabo francês, em que ela foi sempre frequente:

Il faut que le coeur le plus triste cède,
A l'immense joie éparse dans l'air.

(VERLAINE)

Não se esqueça também que o decassílabo de Verlaine adoptou algumas vezes a cadência 4-7-10:

Tout en chantant sur le mode mineur
L'amour vainqueur et la vie opportune...

O estudo dos acentos obrigatórios no decassílabo da Clépsidra permite-nos pois concluir que Camilo Pessanha, embora só muito excepcionalmente tenha infringido as normas duma cadência herdada, explorou metòdicamente as possibilidades rítmicas de várias acentuações. A predominância dos decassílabos clássicos (6-10 e 4-8-10) significará que afinal o poeta se cingiu de preferência às normas rotineiras? Veremos que não.

* * *

Antes de abordarmos o capítulo *cesura*, convém procedermos a uma distinção prévia.

Na poética portuguesa, coexistem duas espécies bem diversas de cesura: uma coincide com um acento tónico, cortando o verso após a última sílaba duma palavra aguda ou de qualquer outra, cuja parte postónica possa ilidir-se, na escansão, em contacto com a primeira sílaba do hemistíquio seguinte.

a) Pararam de remar! / Emudeceram. 10 = 6 + 4
b) Onde fostes sem ti/no, ao vento vário? 10 = 6 + 4
c) Efeito da inocên/cia em que anda envolta.

A outra abre-se no verso após a última sílaba, não elidida, duma palavra grave, ou após a penúltima sílaba duma palavra esdrúxula, cuja última se elida:

a) Na rede que um negro / moroso, balança... 11 = 5 (1) + 5 (1)

(GONÇALVES CRESPO)

b) És áspi/de — afirmam... 5 = 2 (1) + 2 (1)

(BOCAGE)

A primeira destas cesuras é característica da versificação francesa, e portanto do alexandrino, cuja estrutura clássica é 6 + 6; a segunda ocorre no hendecassílabo de origem espanhola, ou no verso de 13 sílabas (para os espa-

nhóis, catorze) do *mester de clerecia*[1], de estrutura 6(1) + 6(0,1 ou 2), versão castelhana do dodecassílabo francês.

a) Los malos de todos son vituperados
b) Io, maestro Gonzalvo, de Berceo nominado...

Como a cesura de tipo francês cai imediatamente após um acento dominante, enquanto a de tipo espanhol sucede a uma sílaba postónica, já se chamou àquela cesura tónica, e cesura átona a esta. A designação dificilmente se defende, porque, sendo a cesura uma pausa, não se falaria, sem impropriedade chocante, de silêncios átonos e silêncios tónicos.

A possibilidade técnica mais notável que confere a cesura dita átona é a de se decompor um verso ímpar em hemistíquios rigorosamente iguais, graças à sílaba postónica final do primeiro hemistíquio, que conta na escansão do verso inteiro, mas que se despreza, como postónica que é, se esse hemistíquio for considerado verso elementar.

As cesuras dos vários decassílabos portugueses pertencem sempre, porém, ao primeiro tipo. Da técnica espanhola, voltaremos a falar no capítulo consagrado às pausas, porque as pausas *átonas* são frequentíssimas no decassílabo de Camilo Pessanha.

Recordemos quais são as articulações métricas específicas das várias cadências do decassílabo:

a) Cesura após a quarta sílaba para a acentuação trovadoresca 4-10:
Quando uos ui/, fremosa mha senhor...

b) Duas cesuras, uma após a quarta sílaba, outra após a sétima, para a acentuação trovadoresca 4-7-10:
Non mj ual Deus/, nen mj ual / mha senhor...

c) Cesura após a quinta sílaba para o decassílabo de arte maior (5-10):
Nostro Senhor Deus /, e porque neguey...

d) Cesura após a sexta sílaba para o heróico clássico (6-10):
Alma minha gentil, / que te partiste...

Dos 400 decassílabos de Camilo Pessanha, têm cesura cerca de duzentos, mas todos os outros, salvo dois ou três, comportam pausas, de tipo fran-

---

[1] Impròpriamente chamado *alejandrino español*, e ao qual se opõe, mais tarde, o *alejandrino à la francesa* com 12 sílabas.

cês ou espanhol, e em diversas posições. Destacamos os versos que maior resistência nos parecem oferecer a uma suspensão da leitura:

a) De sob o cômoro quadrangular...
b) Que o seu longo cachimbo predilecto...

Em 60 casos, encontrámos uma cesura após a quarta sílaba.

Ex.: Vem-nos guiar / sobre a planície azul

Destes 60 versos, cinco (de cadência 4-7-10) poderão cortar-se também, se quisermos, após a sétima sílaba:

a) Já vai florir / o pomar / das macieiras...
b) Por cujo amor / escalei / a muralha...
c) Desce por fim / sobre o meu / coração...
d) Como vão lon / ge as manhãs / do convento...
e) Quando voltei /, encontrei / os meus passos...

Seria arriscado atribuir esta segunda articulação a uma intenção do poeta. O pequeno número de versos sujeitos à estrutura 4 + 3 + 3, e a pouca nitidez da pausa após a sétima sílaba, nos três primeiros casos, aconselham-nos prudência. É certo, por outro lado, que nos versos *d* e *e*, essa segunda pausa parece mais nítida, e que, no verso *e*, se encontra até sublinhada por uma rima interior (voltei, encontrei).

A cesura após a quinta sílaba, cadência 5-10, essa é incontestável. Dos 18 decassílabos deste tipo, só quatro não obedecem à articulação característica da arte maior[1].

Ex.: Ao meu coração / um peso de ferro
Eu hei-de prender / na volta do mar...

Que este verso é um bi-pentassílabo, atesta-o até o quebrado, com o qual se combina um redondilho menor:

Marujos, erguei / o cofre pesado,
Lançai-o ao mar.

---

(1) O decassílabo francês apresenta em geral a mesma articulação:
Et qui, comme vous, / sur la rose nue,
Penche un jeune front / de cendres couvert.
(Jean Cocteau)

A cesura mais frequente na Clépsidra é, porém, a da sexta sílaba, como nos fazia esperar o facto de serem heróicos 267 dos 400 decassílabos que conta o livro. Encontramos 120 exemplos desta estrutura, como

a) Em procura de quê, nem eu sei...
b) No teu olhar sem cor, frio escalpelo...

Em alguns destes versos, a articulação métrica é contrariada por uma pausa lógica:

Silindras, / flores tão / nossas amigas...

Camilo Pessanha conhece portanto as articulações métricas características das várias cadências que emprega; não as considera um elemento de obrigação, embora faça delas um largo uso; não respeita, se isso lhe convém, a regra clássica que manda coincidir a articulação métrica com uma suspensão lógica. Uma cadência parece, porém, exigir, mais imperiosamente que todas as outras, o recurso à cesura: o decassílabo de arte maior que, num pequeno total, é o que oferece a maior percentagem de versos articulados rigorosanente. Nesse caso, aliás, a cesura implica uma suspensão na leitura:

Quem vai embarcar /, que vai degredado,
As penas do amor / não queira levar...

* * *

O decassílabo de Camilo Pessanha não se contenta com os acentos obrigatórios; além desses, recebe outros, chegando a exigir cinco.

Na cadência 6-10, um acento móvel passeia entre a primeira e a quarta sílabas. Recai mais frequentemente sobre a terceira (111 versos) e sobre a segunda (94 versos); menos vezes, sobre a quarta (48 versos) e sobre a primeira (14 versos).

a) E o meu *ós*culo ar*den*te, aluci*na*do
b) Me *fo*ge, como um *so*nho ou nuvem *sol*ta
c) Inapreen*sí*veis, *mí*nimas, se*re*nas
d) *Sen*te-se esmore*cer* como um per*fu*me

Às vezes, estes três acentos bastam ao decassílabo heróico; mas quase sempre o verso comporta ainda um quarto acento.

No caso da cadência 3-6-10, o quarto acento encontra-se geralmente sobre a primeira ou sobre a oitava sílabas, sendo ambas elas tónicas, outras vezes.

a) *Fez*-nos *bem*, muito *bem* esta de*mo*ra...
b) Em fe*liz* apa*ti*a, de *o*lhos *fi*tos...
c) *Vê*-se o *fun*do do *mar*, de a*rei*a *fi*na...

O decassílabo 2-6-10 é, entre as cadências especiais do heróico, o que menos vezes recebe um quarto acento:

a) Um *sol* onde expi*ras*se a madru*ga*da
b) Bom *di*a, compa*nhei*ro, te sau*dei*
c) Gai*vo*tas que, a vo*ar*, desfala*ce*ram

Esse quarto acento pode aparecer entretanto sobre a oitava (17 casos), ou sobre a quarta sílabas (11 versos).

a) Sau*da*des desta *dor* que em *vão* pro*cu*ro
b) No *claus*tro, agora, *vi*çam as or*ti*gas

Caindo na sétima sílaba, inicia não raramente a segunda parte dum decassílabo nìtidamente cesurado após a sexta (único caso em que dois acentos fortes podem suceder-se):

Pa*ras*te a repou*sar*, *eu* descan*sei*

A cadência 4-6-10 só por excepção prescinde do quarto acento (6 casos), mas este fixa-se muito dificilmente, embora prefira, sem dúvida, a primeira sílaba (16 casos) e a segunda (8 casos):

a) Que o torve*li*nho en*re*da e desen*re*da
b) *Ver*gam da *ne*ve os *ol*mos dos ca*mi*nhos
c) Jun*can*do o *chão* na a*cró*pole de gelos

No decassílabo 1-6-10, o quarto acento parece indispensável, recaindo mais frequentemente sobre a quarta sílaba:

*Fi*cam-lhe os *pés* a*trás* como vo*an*do

O verso dito sáfico recebe três acentos de obrigação: o da quarta, o da oitava e o da décima sílabas. Na Clépsidra, excepto em quatro casos, com-

porta um quarto acento, que recai de preferência sobre a segunda sílaba. Entretanto, o que caracteriza realmente o sáfico de Camilo Pessanha é a presença de cinco acentos que determinam uma alternância regular de sílabas tónicas e átonas:

a) sáfico 4-8-10 = Em que des*vi*os a ra*zão* se *per*de...
b) sáfico 2-4-8-10 = A *hi*dra *tor*pe, que a estran*gu*lo, es*ma*go-a...
c) sáfico 2-4-6-8-10 = Di*vi*sa: um *ai*, que in*sis*te, *noi*te e *di*a...

O decassílabo trovadoresco 4-7-10 apresenta sempre um quarto acento, que recai geralmente sobre a segunda sílaba, mas que também não é raro sobre a primeira:

a) Ol*hai*. Pa*re*ce o Cru*zei*ro do *Sul*
b) *Vem*-nos le*var* à con*quis*ta fi*nal*

A cadência 5-10 (decassílabo de arte maior) reclama, na Clépsidra, dois acentos secundários, e às vezes três. As sílabas que mais frequentemente os recebem são a segunda e a sétima.

a) com 2 acentos móveis = No *di*a em que en*fim* dei*xar* de cho*rar* (2-5-7-10)
b) com 3 acentos móveis = *Lí*rios, *lí*rios, *á*guas do *ri*o, a *lu*a (1-3-5-8-10)

Mais pobre que todos estes, se revela o decassílabo 4-10, de que aliás colhemos apenas 7 exemplos, dos quais apenas dois apresentam quatro acentos, pertencendo ambos ao tipo 1-4-5-10 [1]:

a) *Quem* vos des*fez*, *for*mas inconsis*ten*tes?
b) *Mu*da o re*gis*to, *eis* uma barca*ro*la...

Um terceiro decassílabo desta série parece-se com o mesmo tipo, mas a sua quinta sílaba, embora aberta, é átona e torna o verso relativamente frouxo:

*Tim*bre: rom*pan*te, a *me*galoma*ni*a...

Os outros quatro recebem apenas três acentos; a sílaba sobre a qual recai o acento livre, é a segunda:

O *chei*ro a *car*ne que nos embe*be*da...

---

(1) Como dissemos atrás, a sucessão de dois acentos tónicos é permitida, se houver uma pausa entre eles.

Esta divisão dos decassílabos de Camilo Pessanha, segundo o que chamamos os acentos livres, exige alguns esclarecimentos, antes de nos permitir uma tentativa e conclusão.

O que nos autoriza a considerar secundário, por exemplo, um acento na terceira sílaba relativamente ao acento tradicional, na sexta, no caso do heróico? Classificado como secundário esse primeiro acento livre, o que nos conduz a declarar subalterno desse, por sua vez, um segundo acento móvel que encontrarmos?

Respeitámos uma lei, como fez o poeta. Os seus 400 decassílabos, excluídos os cinco que relevámos, obedecem todos a uma acentuação prèviamente fixada. A busca da originalidade faz-se, como já dissemos, pela ressurreição de tipos rítmicos esquecidos, e também, sabêmo-lo agora, pela acentuação secundária, móvel mas com tandência para fixar-se, determinando assim novos subtipos dentro dos tipos tradicionais.

Quanto à dependência de certos acentos móveis em relação a outros, fundamo-la na própria força relativa desses acentos. Sempre, neste caso do heróico, escolhido para exemplo, verificamos que um acento móvel pode ter mais força que o acento de obrigação; assim, respeita-se a letra da lei, mas contraria-se-lhe a intenção. Entretanto, o que consideramos segundo acento livre (neste caso, o quarto acento do verso) parece-nos de facto mais fraco do que o primeiro, sendo esta relação de intensidade determinada muitas vezes por uma conexão lógica, por uma pausa, ou simultâneamente por estas duas razões.

Tomamos para exemplo este verso 1-3-6-10:

*Dor*me, en*fim*, sem de*se*jo e sem sau*da*de...

Lá encontramos os acentos obrigatórios sobre a sexta e a décima sílabas; um primeiro acento livre, sobre a terceira sílaba; um segundo, sobre a primeira.

A tonicidade desta primeira sílaba é inegável; mas a aglutinação do advérbio (*enfim*) ao verbo de que é complemento (*dorme*), a pausa, exigida pelo sentido, após esse advérbio, determinam a dependência do quarto acento (*dorme*) relativamente ao terceiro (*enfim*).

Justificado assim o processo que seguimos na nossa análise, tentemos tirar dela algumas conclusões.

O decassílabo de Camilo Pessanha, respeitando todavia a acentuação clássica dos vários tipos que segue, é geralmente um verso de quatro acentos, e às vezes até de cinco. Esta riqueza de sílabas tónicas relaciona-se com a musicalidade do verso. O poeta evita deixar passar mais de três sílabas

átonas entre duas tónicas; define mesmo como vimos, certo tipo de sáfico, em que as átonas e as tónicas alternam rigorosamente:

Troféus, emblemas, dois leões alados.

Se dividirmos os seus decassílabos em medidas [1], segundo os acentos obrigatórios, obteremos as seguintes estruturas:

a) heróico: 6 + 4
b) sáfico: 4 + 4 + 2
c) trovadores (4-7-10): 4 + 3 + 3
d) arte maior: 5 + 5
e) trovadoresco (4-10): 4 + 6

No caso do sáfico e da arte maior, os acentos dividem-se igualmente pelo corpo do verso:

a) Troféus, emblemas, dois leões alados = tro*féus* + em*ble*mas *dois* + le*ões* + + al*a* (dos) = 2 + 2 + 2 + 2 + 2 (1)
b) No dia em que enfim deixar de chorar = No di + (a) em qu(e) enfim + + deixar + de chorar = 2 + 3 + 2 + 3

Com o heróico e os dois decassílabos trovadorescos, os acentos livres incidem com muito mais frequência sobre a primeira parte do verso, dividindo-a em duas ou três medidas, ou cortando-lhe as sílabas extremas, ou ainda desempenhando simultâneamente estes dois papeis:

a) Sosse*gai*, esfri*ai*, olhos febr*is* = 3 + 3 + 4
b) *Sente-se* esmore*cer* como um perfume = 6 + 4
c) *Fui* teu *lá*bio oscu*lar*, num. pesa*de*lo = + 3 + 4

* * *

Assim como os acentos obrigatórios não são os únicos do verso, não são as cesuras as únicas pausas que ele apresenta.

---

(1) *Medida* é o grupo de sílabas que vai do início do verso ao primeiro acento forte, ou dum acento ao seguinte.

Encontram-se, no decassílabo da Clépsidra, exemplos de pausa em todas as posições possíveis, excepto após a nona sílaba:

1 + 9 = Mais: / entre corações engrinaldados (3 versos)
2 + 8 = Olhai! / Parece o cruzeiro do Sul (11 versos)
3 + 7 = Porque a dor, / esta falta de harmonia (17 versos)
4 + 6 = Noites da se/rra, o casebre tranzido (60 versos)
5 + 5 = Quem vai embarcar / que vai degregado (14 versos)
6 + 4 = Em procura de quê, / nem eu o sei (118 versos)
7 + 3 = Quando voltei, encontrei / os meus passos (5 versos)
8 + 2 = Álgido inverno! Oblíquo o sol, / gelado (1 verso)

Se considerarmos também pausa de tipo espanhol, obteremos este segundo quadro:

2 + 8 = Timbre: / rompante, a megalomania (2 versos)
3 + 7 = Tão virgem / não o temos na jornada (18 versos)
4 + 6 = Ladainhas... / Doces vozes senis (23 versos)
5 + 5 = No chão sumir-se / como faz um verme (69 versos)
6 + 4 = Voltavam os ranchos / das romarias (1 verso)
7 + 3 = Extintas primaveras, / evocai-as (50 versos)
8 + 2 = Desse lábio de mármore, / discreto (5 versos)

O efeito da pausa de tipo francês difere muito do que produz a pausa espanhola. Aquela tira partido da coincidência acento-suspensão e marca por conseguinte o final duma medida, enquanto esta suspende a leitura após o acento ter passado, e desequilibra o verso relativamente às medidas.

Compreenderemos melhor isto, se analisarmos a estrutura do heróico.

Em qualquer caso a acentuação obrigatória, independentemente do que possam fazer os acentos livres, determina o corte duma medida na sexta sílaba:

a) Em procu-ra de quê = nem eu o sei
b) Volta-vam os ran = chos das romarias
c) Desse lá-bio de már = more discreto

No caso da cesura francesa, a paragem coincide com o corte da medida, e o verso apresenta a estrutura 6 + 4. Ora, o heróico só pode receber pausa espanhola após a sétima ou a oitava sílabas [1]; no pirmeiro caso, compor-se-á dum hexassílabo grave e dum trissílabo — estrutura 6(1) + 3; no segundo, dum hexassílabo esdrúxulo e dum dissílabo — estrutura 6 (2)+ 2.

---

(1) Se uma pausa deste tipo se apoiasse à sexta sílaba, recuaria o acento até à quinta, delo menos

Certo é que, seja qual for a sua natureza, uma pausa sublinha sempre um acento, com maior ou menor nitidez.

Nos 267 heróicos da Clépsidra, o acento da sexta sílaba aparece 175 vezes posto em relevo por uma pausa:

a) estrutura 6 + 4 (120 casos)
Em procura de quê, nem eu sei...
b) Estrutura 6 (1) + 3 (50 casos).
Difusos de teoremas, de teorias...
c) estrutura 6 (2) + 2 (5 casos).
Desse lábio de mármore, discreto...

Nos 94 restantes, a pausa confirma um acento livre que adquire assim maior força que o obrigatório.

O acento na quarta sílaba apoia-se 129 vezes numa pausa:

a) estrutura 4 + 6 (60 casos)
Noites da serra, o casebre tranzido
b) estrutura 4 (1) + 5 (69 casos)
No chão sumir-se como faz um verme

Não encontrámos nenhum exemplo da estrutura possível 4(2) + 4.

Lembremos que só releváramos 111 versos sem acento obrigatório na quarta sílaba (tipos 4-8-10; 4-7-10; 4-10). O que quer dizer que, com acento livre, a quarta sílaba domina muitas vezes uma sílaba obrigatòriamente acentuada.

Revela-se a notável importância do acento livre sobre a terceira sílaba, ao constatarmos que 40 vezes se lhe segue uma pausa.

a) estrutura 3 + 7 (17 casos)
Fiquei só! Fora um acto antipático
b) estrutura 3 (1) + 6 (23 casos)
Ladainhas... Doces vozes senis.
Nenhum exemplo da estrutura possível 3 (2) = 5.

Eis portanto outra prova da importância que tende a revestir a terceira sílaba, no decassílabo de Camilo Pessanha. Já vimos que certo ritmo espúrio fugia a toda a acentuação obrigatória, para levar os acentos dominantes nas sílabas terceira e sexta; e que, no heróico, o primeiro acento livre assinalava a mesma terceira sílaba, chegando a esconder, às vezes, a força da sexta.

Semelhantemente, confirma-se a importância do acento livre sobre a

segunda sílaba, o qual, sublinhado em 30 casos por uma pausa, determina a composição natural do verso, em detrimento da acentuação obrigatória.

a) Estrutura 2 + 8 = 11 casos.
Olhai! Parece o Cruzeiro do Sul...
b) Estrutura 2 (1) + 7 = 18 casos:
Desejo, num transporte de gigante...
c) Estrutura 2 (2) + 6 = 1 caso
A última, de antes de teu noivado...

A pausa que mais ìntimamente se liga a uma acentuação determinada, aliás obrigatória, permanece, porém, a cesura do decassílabo de arte maior, que aparece, nítida, nesse verso, em 78 por cento dos casos.

O estudo comparativo dos acentos (obrigatórios e livres) e das pausas (cesuras ou pausas arbitrárias) conduz-nos às seguintes conclusões:

a) A subordinação de Camilo Pessanha às leis prévias do verso é mais aparente que real, visto que os acentos de obrigação se apagam muitas vezes em favor de acentos livres;

b) As sílabas em que, mais frequentemente, um acento livre domina o verso são a terceira e a segunda;

c) A quarta sílaba recebe muitas vezes um acento dominante, quer deva ou não ser tónica.

* * *

Vimos atrás como um acento livre pode dividir em dois o primeiro período do verso (de seis, cinco, ou quatro sílabas). Se esse acento for seguido de pausa é mais nítida a partição:

Sossegai, esfriai, + olhos febris

A combinação desta primeira pausa com a cesura ou com uma segunda pausa introduz novo corte no verso e define-o finalmente como um trímetro:

Sossegai / esfriai /, olhos febris.

O decassílabo de Camilo Pessanha apresenta-se como um bímetro, um trímetro ou um tetrâmetro; mais frequentemente como um trímetro:

a) Bom diz, / companheiro, / te saudei
b) É lon / ge, é muito lon / ge, há muito espinho
c) Da luz, / do Bem, / doce clarão irreal

Este trímetro é geralmente um verso com três acentos dominantes e um secundário, que pode suceder imediatamente a um acento de obrigação, se este vem seguido de pausa:

É *lon* / ge, é muito *lon* / ge, *há* muito espinho

As estruturas mais frequentes no trímetro, *dadas em medidas,* são:

a) 6 (3 + 3) + 4
E ter fé, / sonhar, / encher a alma...

b) 6 (2 + 4) + 4
Tão vir/gem, não o te/mos na jornada...

c) 4 + 6 (4 + 6)
Em campo azul, / de prata o cor/po, aquela...

d) 4 + 6 (2 + 4)
E o meu brazão / ... Tem de oi/ro, num quartel...

e) 4 (2 + 2) + 6
Cismai /, maus o/lhos, como dois velhinhos...

Os bímetros são os decassílabos cortados por uma só pausa. Não fogem em geral à regra dos quatro acentos. Dois acentos dominantes fecham cada um a sua díade, enquanto o terceiro e o quarto acentos, um de cada lado da pausa, dividem ou iniciam essas díades.

O bímetro mais frequente obedece à estrutura 4 + 6, dada em medidas; seguem-se-lhe as composições 6 + 4, depois, em plano de igualdade, 5 + 5 e 3 + 7, e finalmente 2 + 8. Todas foram anteriormente exemplificadas.

Três pausas no corpo do verso definem um tetrâmetro, decassílabo de 4 ou 5 acentos. Encontram-se na Clépsidra, 35 exemplos de decassílabo tetrâmetro, alguns dos quais nítidos:

a) Lírios, lírios, águas do rio, a lua...
b) Podes, corpo, ir dormir, no teu caixão...
c) Surda, em triunfo, pétalas, de leve...

O decassílabo de arte maior é geralmente um tetrâmetro, cuja estrutura, dada em medidas, oscila à roda do tipo 5(2 + 3) + 5(2 + 3):

Pomares, chalets, mercados, cidades...

A mais significativa conclusão deste exame à composição do decassílabo determinada pela combinação das pausas e dos acentos, parece-nos a preponderância do decassílabo trímetro sobre o bímetro que é o heróico clássico.

Certamente podemos encontrar, desde sempre, decassílabos divididos em tríades, mas sempre, se não nos enganamos, a título excepcional.

Supomos possível que esta nova articulação do heróico decalque a composição diferente que o romantismo francês deu ao alexandrino (4 + 4 + 4, em vez de 6 + 6). Lembremo-nos de que o *Poema Final,* expressamente indicado por Camilo Pessanha para fechar a colecção dos seus poemas, conclui exactamente por um trímetro romântico:

Adormecei. Não suspireis. Não respireis.

Não indica isto a simpatia do poeta pela nova estrutura?

Não foi ele o primeiro, de resto, a adaptar ao decassílabo hispânico esse ritmo definido e explorado com tão grande felicidade por Vitor Hugo. Ruben Dario precedera-o nesta tentativa, em que alcançara êxito notável:

a) Sin labor, sin empuje, sin acciones...
b) Del amor, del placer, de su destino (1)...

* * *

As conclusões que fomos tirando, no decorrer deste estudo, após cada capítulo, autorizam, somadas, uma síntese final.

A poética de Camilo Pessanha que fere, de maneira tão original, o nosso ouvido, é uma linguagem nova que só excepcionalmente infringe as regras velhas.

Revela primeiro um conhecimento completo de todos os ritmos que cada metro permite; nenhum outro poeta do se tempo soube tirar partido, como Camilo Pessanha, das várias cadências que o decassílabo apresentara na poesia portuguesa. Traduz depois uma tentativa secreta, mas pertinaz, para a fixação de uma cadência nova.

— Esta pesquisa da originalidade ao abrigo das leis clássicas é prova de virtuosismo, e não de conformismo. Fora aliás a atitude dos românticos franceses ao adoptarem o trímetro 4 + 4 + 4, no qual deixavam a possibilidade de se respeitar a cesura clássica, embora contra a naturalidade da dicção.

(1) Esta tripartição do decassílabo implica quase sempre a colocação dum acento forte na terceira sílaba, como se verifica na Clépsidra.

O poeta não consentia que o acusassem de ser limitado pelos princípios da versificação clássica, nem se resignava a subordinar a sua exploração à gramática consabida.

A revolução contra o classicismo fez-se por etapas. O romantismo português abandonou os géneros clássicos, renovou os temas, a sensibilidade e o vocabulário, mas não fixou uma gramática nova; o parnasianismo encontrou em Portugal, ao contrário do que sucedeu no Brasil, ecos indecisos; já o simbolismo nos parece, entre nós, muito mais fecundo como semente de renovação.

Não pareçam tímidos os esforços de Camilo Pessanha para tirar harmonias novas da versificação clássica, a maneira como o poeta ladeia, sem as infringir, as normas rotineiras da acentuação. A ofensiva final da campanha contra a fortaleza clássica é post-simbolista, reveste as formas múltiplas do decadentismo.

Infelizmente, a falta de verdadeiros estudos técnicos sobre a poética portuguesa acentua o carácter provisório deste nosso trabalho. Como estar certo de que as características que descobrimos no decassílabo de Camilo Pessanha não se encontram no de outros poetas, no de outras escolas?

Seja-nos lícito supor que não. A leitura da Clépsidra surpreende o ouvido mais profano com a música especial do verso, desconcertante às vezes. A inconstância do ritmo sempre brilhante desperta o ouvido, em vez de o embalar numa lenga-lenga; e a atenção excitada embriaga-se com aquela melodia caprichosa e fugitiva, procurando através do encanto a fórmula do feiticeiro. A mobilidade é compensada pela nitidez da cadência, cujo brilho provém da riqueza em acentos. A frequência das pausas marca o compasso variável da escansão. E a aparência clássica do verso esconde a sua novidade essencial.

A magia existe; se a fórmula que lhe dá origem não é esta, sirva ao menos o nosso fracasso para fazer que outros partam à procura dela, pelo caminho da crítica técnica, direito e deserto.

VINICIUS DE MELO MORAIS, POET OF THE PASSIONS

ALBERT R. LOPES
e
WILLIS D. JACOBS
University of New Mexico – Albuquerque

RESUMO:

Por volta de 1920, numa lógica reacção contra as influências formais e ideológicas da França parnasianista e simbolista, entram na poesia brasileira as cidades, as planícies, as selvas do país.

Pouco mais tarde, por 1930, à descoberta patriótica do ambiente, sucede a descoberta da própria identidade espiritual, com a adesão aos problemas eternos e universais da alma humana.

Exemplo desta «maturidade poética» é Vinicius de Melo Morais, nascido no Rio em 1913, a quem a múltiplice actividade profissional não impediu de publicar até hoje cinco divulgados volumes de poesias.

Definível como «poeta da carne», mesmo nos poemas de interesse social (p. ex. *Rua da Amargura*), de Melo Morais chega a uma posição lírica de cândida glorificação dos sentidos, por um caminho conceptual de que ficam como marcos significativos:

Angústia (em *O Caminho para a Distância*), onde um íntimo sentido da validade primordial do amor físico é, por escrúpulos religiosos, obscurecido em pecado; *Agonia* (*Forma e Exegese*, 1935), que se adianta para uma visão apocalíptica da mulher como criação divina, de Deus manifesto no corpo – com a consequente sagração do desejo, devorador e persistente, – visão essa acompanhada de uma atmosfera panteísta, unificadora do mundo físico e do homem nas mesmas afeições e sentimentos (*Introspecção*); *Poema para todas as Mulheres* (de *Novos Poemas*, 1938, livro marcado por preocupações formais, onde no entanto se mantém a tonalidade passional dos volumes anteriores), que dá, enfim, uma nova latitude às emoções do poeta, como se este na verdade amasse indistintamente todas as mulheres.

De notar ainda, ao longo da obra de Morais, uma por vezes áspera consciência da missão purificadora e superior do poeta (*Balada Selvagem, Elegia quase uma Ode*); e, presentes sempre através da variedade das formas expressivas, o interesse pelos problemas fundamentais da própria vida afectiva, um sentido complexo da paixão, um lirismo ardente, que explicam e caracterizam os jovens poetas do Brasil contemporâneo.

RELATÓRIO

POR

CELSO CUNHA

António Coimbra Martins, *Subsídios para o estudo da poética simbolista: O decassílabo de Camilo Pessanha.* 38 páginas.

O autor inicia a sua comunicação por uma crítica geral aos estudos que têm aparecido sobre os simbolistas portugueses, e salienta a quase inexistência de trabalhos sobre a sua expressão artística em contraste com a abundância opressiva de ensaios relativos a caracteres secundários das obras que nos deixaram.

«Fingindo explicar o poeta», escreve, «o filósofo divulgará a sua filosofia; o político fará propaganda da sua política; o médico estabelecerá diagnósticos; o fariseu passará moeda falsa; e o literato comporá literatura».

«Como se pode explicar um poeta», pergunta, «esquecendo que ele é o ser para quem as palavras são objectos, tanto ou mais do que sinais? A sua obra não resolve o problema da liberdade, não serve a república, não trai moléstia rara, como não devia alimentar fariseus, nem fornecer pretexto a divagações críticas».

As considerações preliminares do Prof. Coimbra Martins, vasadas em tom polémico, são aplicáveis também aos estudos feitos sobre os simbolismos brasileiros. Cremos mesmo que, exceptuando-se o pequeno ensaio do professor António de Pádua, *À margem do estilo de Cruz e Sousa,* nenhum outro estudo possuímos sobre a utilização artística que os simbolistas brasileiros fizeram do nosso sistema linguístico.

E podíamos ir além. E dizer que elas se aplicam, de um modo geral, aos trabalhos de crítica sobre escritores de língua portuguesa. Timidamente começam a aparecer os primeiros ensaios sobre a expressão literária de nossos

poetas e prosadores e — o que é mais grave — autores já inapelàvelmente julgados e classificados quanto ao *estilo,* graças a um conceito abusivo e primário desse termo. Noções gerais de qualidades literárias que rolam por compêndios didáticos, são inflexiva e indiscriminadamente aplicadas a escritores de época e de natureza vária. Separa-se o conteúdo da forma. Enaltece-se um e recrimina-se a outra, como, se provada ficasse a inadequada utilização dos meios expressivos da língua por parte de um escritor, não estivesse, com isso, irremediàvelmente comprometida a sua obra. A arte — dizia o sensato Alain — é, antes do mais, «uma maneira de fazer». Óbviamente, há-de pressupor-se um assunto mentado pelo escritor, mas a arte não está nele e, sim, na forma de expressá-lo. Ou melhor dizendo: na expressão está o artista inteiro. Não é ela simples veste do pensamento, mas a ele se liga íntima e indissolùvelmente desde a génese intuitiva. «Toda a verdadeira intuição ou representação», lembra Croce, «é, ao mesmo tempo, expressão. Aquilo que não se objectiva numa expressão, não é intuição ou representação mas sensação e naturalidade. O espírito só intui fazendo, formando, exprimindo».

É claro que se podem opor — e têm sido opostos — argumentos sérios ao paralelismo da linguagem e do pensamento, concebido do modo absoluto por que fazem alguns, como Humboldt, Steinthal, Wundt, Cassirer e Vossler, que ambicionam reconstruir todas as operações psíquicas sobre a expressão linguística. Objecção particularmente válida a semelhante tese idealista dá-nos a própria origem fortuita, imotivada e arbitrária da ligação entre um suporte fónico da língua e determinado sentido. Ocasional embora, esta relação, uma vez estabelecida, torna a forma e o sentido da palavra inseparáveis, tal como — para usar a conhecida imagem de Saussure — «o reco de uma folha de papel é solidário do verso».

As ilações críticas devem, por conseguinte, partir da expressão. Não que ela (pelo menos no estado actual dos estudos estilísticos) nos permita penetrar em todos os arcanos da criação artística, de recriar em nós o estado que originou a eclosão de uma obra de arte. Mas limitando o campo do *ignoramus* — e admitindo embora um *ignorabimus* — a pesquisa estilística tem trazido os progressos mais sensíveis à crítica literária do nosso tempo com o explicar aquilo que é explicável, o que é técnica geral ou particular, o que, em suma, não é mistério.

Nessa linha se inclui o trabalho do professor Coimbra Martins.

Depois de condenar os males da crítica exterior à obra de arte e também da crítica pseudo-técnica, a pretender generalizar apressadamente factos particulares ou esporádicos, entra o Autor a considerar de modo genérico a distinção entre prosa e poesia, para, ao fim do preâmbulo, justificar o processo

que seguiu no estudo do decassílabo de Camilo Pessanha — «tentativa», diz-nos, «de análise técnica duma tessitura musical, à qual conferimos apenas um valor estético» (p. 6).

Antes, porém, de analisarmos até que ponto o autor seguiu tal proposição pioneira (isso em referência á crítica quotidiana portuguesa e brasileira), examinemos a diferença essencial que estabelece entre prosa e poesia (e, note-se, algumas das observações que aqui faremos se aplicam também à comunicação de Maria da Graça Carpinteiro, que comentaremos a seguir).

Escreve o professor Coimbra Martins:

«Aceitando que a diferença essencial entre poesia e prosa é a de que a palavra, para o prosador, é uma moeda de câmbio, e, para o poeta, um fim em si, um objecto, ou um sinal-objecto, pretender que os artifícios poéticos «significam» lògicamente, equivale a transformar a poesia numa super-prosa, isto é, numa linguagem tal que o vocábulo «signifique» por meio da sua alma (seu sentido) e do seu corpo (seu material fonético).»

O autor poderia ter sido mais explícito e examinar, por exemplo, as tentativas de Royére e Krafft de caracterizar os elementos pertinentes ao verso e à prosa.

Pretendendo isolar os elementos próprios do verso, Jean Royère chegou à conclusão de que a repetição e a catacrese são o que os distinguem do enunciado prosaico. Da primeira — *bis repetita placent* — lhe advém o equilíbrio da massa sonora, das vogais, das consoantes, das sílabas, das palavras — as unidades *contrapúncticas,* de Krafft. Da catacrese, o esvaecimento do sentido da palavra, a dissolução da ideia, ou, mais precisametne, da voz chamada ideia na expressão, a impropriedade poética fundamental, «quelque méprise», de Verlaine.

A prosa será, portanto, a redução ao mínimo desses caracteres poéticos; ou, para nos servirmos das palavras de Krafft, «a verdadeira prosa tornar-se-á, assim, teòricamente ao menos, a imagem mais desverbalizada, mais dessonorizada, mais abstracta da ideia, o coágulo ou «caillot» do pensamento mais ténue».

Em síntese, para ele, na prosa o conceito é que dá a forma; na poesia, é a forma que sugere a ideia; o que nos parece não estar longe do pensar do A.

Examinados esses conceitos teóricos, vejamos como se comporta o autor na análise do tema em si, ou seja, no caracterizar as formas do decassílabo de Camilo Pessanha.

«Camilo Pessanha deixou-nos mais de quatrocentos decassílabos, enquanto, reunidos, todos os outros metros do seu livro não chegam a trezentos. Em segundo plano, surge-nos o hexassílabo, quebrado habitual de heróicos ou sáficos, e,em terceiro, o alexandrino, o pentassílabo e o octossí-

labo. O poeta cultivou ainda o tetrassílabo, do qual nos deixou 25 exemplos. Encontra-se um hendecassílabo, um único, na Clépsidra ».

Primeira observação do Autor:

«O poeta segue a tradição no seu gosto pelo decassílabo, mas renega-a, ao ignorar o redondilho maior, que compete com aquele como verso fundamental da literatura portuguesa. Nem um só heptassílabo existe nos seus poemas.

Em contrapartida, o octossílabo, verso raro na poesia clássica, aparece com frequência: cerca de 50, total considerável, se nos lembrarmos de que a maior parte do livro é ocupada por sonetos decassilábicos, conforme a tradição, ou, às vezes, dodecassilábicos, à francesa. O carácter, aliado ao número dos poemas em verso de 8 sílabas, leva o Autor a julgar que, na Clépsidra, é esse o metro que substitui o redondilho tradicional. E encontra três explicações para o facto: ou esclusivamente gosto do poeta; ou influência da poesia francesa, em que o octossílabo é metro leve, muito corrente; ou, enfim, dos cancioneiros galego-portugueses, onde, ao lado do decassílabo, triunfava aquela medida.

Parece-nos improvável esta última hipótese. Verso importado da poesia narrativa do Norte e do Sul da França, o octossílabo era, como o decassílabo, medida quase que privativa da cantiga cortês, de gosto occitânico; não, por consequência, a triunfante. Nem se nos afigura provável um conhecimento maior da poesia trovadoresca por parte de Camilo Pessanha.

Mostra o Autor, a seguir, a inconsistência da afirmativa de que nas poesias de Camilo Pessanha (opostas aos sonetos), a variedade de metros e de ritmos, correspondia quase que inteiramente à da poética de Verlaine. E mais. Salienta a antinomia entre a doutrina verlainiana da preferência pelos versos ímpares e a prática de Pessanha, que, destes, só se serviu do pentassílabo, se exceptuarmos o hendecassílabo desgarrado que empregou.

Passa então à análise dos elementos que determinam a música do verso, cuja sequência é o plano do trabalho.

Considera, preliminarmente, o número de sílabas e se propõe o problema de como escandir o verso português: até à última tónica, ou até ao termo real do verso? «Se escandirmos até ao último acento tónico», diz, «pomos de parte, em dois casos sobre três, uma terminação de uma ou duas sílabas, que deverá contar, nesse caso, como característica secundária».

Admite que Castilho teve razão em enunciar a regra de que o verso português se escande até ao último acento tónico, mas não considera indiferentes ao ritmo a sílaba ou as sílabas posteriores a esse acento. Também não lhe parece que os poetas da língua misturem ao acaso versos oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos. E recorda, a propósito, o facto de os trovadores combinarem, por exemplo, heptassílabos graves com octossílabos agudos, em poemas destinados ao canto. A regularidade desta alternância, acrescenta, foi reconhecida por Mussafia, e o princípio baptizado desde então «lei de Mussafia».

Cremos que o exemplo que aduz não é muito apropriado.

Em seu estudo «Sull'antica metrica portoghese» (Vienna, 1896), Adolfo Mussafia estatuiu duas leis concernentes à versificação das cantigas trovadorescas galego-portuguesas: «a isometria das estrofes, quanto à colocação das rimas graves e agudas; e a equivalência de versos de igual longitude aritmética, porém mètricamente distintos, conforme as finais sejam graves ou agudas». A esta última se convencionou chamar inpròpriamemte *lei de Mussafia*. A validade do postulado do professor de Viena não é, todavia, absoluta, nem mesmo tal equivalência pode ser considerada a regra geral, pois que do exame dos textos trovadorescos se observa sensível preponderância do sistema de contagem silábica em que a derradeira tónica identifica a longitude do metro. A chamada lei de Mussafia nada mais é, no dizer de Ureña, do que um caso de aplicação excessiva do princípio silábico. Existiu na Provença, e de lá poderia ter vindo. Parece-nos, contudo, mais acertado considerar tal contagem como resquício de uma fase de isossilabismo.

Quanto ao valor da átona ou das átonas posteriores à última tónica, o Autor beneficiaria o seu trabalho se houvesse recorrido às conclusões da análise fonética instrumental, que legitima, igualmente, o sistema de contagem francês (hoje, ou melhor, depois de Castilho, adoptado em português) e o espanhol-italiano; o primeiro a considerar o verso agudo como básico, o segundo a estruturar-se no verso grave. A duração da tónica final absoluta e a do conjunto tónica + átona ou átonas é aproximadamente a mesma na recitação normal. Mostrou-o à saciedade Maria Josefa Canellada de Zamora no seu estudo «Compensación entre versos», publicado na revista *Filologia*.

Daí não compreendermos bem a necessidade de recorrer ao processo de anular a última sílaba (postónica) dum verso, para igualar, assim, dois versos sucessivos de natureza diferente, quanto ao acento tónico; e de provocar a elisão dessa última sílaba em contacto com a primeira do verso seguinte; o que nos diz ocorrer nos exemplos seguintes:

> Ao meu coração um peso de fer*ro*
> *Eu* hei-de prender na volta do mar...

> Quem vai embarcar que vai degreda*do*,
> *As* penas do amor não queira levar...

A sete chave – a carta encantad*a!*
E um lenço bordado... Esse hei-de o levar.

A possibilidade de tal elisão — cuja regularidade o Autor reconhece ser desmentida por outros versos do poema — não se nos afigura legítima.

Exceptuando-se os raros casos de sinafia, que não se aplicam ao exemplo vertente, a integridade da sílaba final é característica essencial do verso. Mostrou-o Ureña em seu estudo *En busca del verso puro,* e, ainda agora, Navarro Tomás, em sua *Métrica Española,* onde distingue com clareza os caracteres dessa pausa final obrigatória dos da cesura. Convém reproduzirmos aqui as palavras do Professor da Universidade de Colúmbia:

«A pausa pròpriamente métrica é a que ocorre em fim de verso e entre hemistíquios de versos compostos. Não admite a sinalefa e permite que versos e hemistíquios finalizem com terminação grave, aguda ou esdrúxula. A pausa delimita versos e hemistíquios e nivela períodos interiores e de enlace. Pode consistir em uma efectiva interrupção mais ou menos longa, conforme assinale terminação de hemistíquio, verso, semi-estrofe ou estrofe, ou pode reduzir-se a uma simples depressão elocutiva nos pontos de divisão de tais unidades. Em todo o caso, sua presença é essencial como elemento determinador da extensão e unidade do verso.

«A cesura que alguns versos requerem e admitem em alguma parte de seu período rítmico, foi claramente definida por Bello como breve descanso que, diferentemente da pausa, repugna o hiato e dá lugar à sinafela. Outra diferença consiste em que a cesura não admite adição nem supressão alguma que afecte ao número de sílabas. Com frequência confunde-se uma palavra com a outra, atribuindo-lhes o mesmo sentido. A cesura supõe em geral um descanso menor do que o que, de regra, corresponde à pausa, mas, em suma, não é a duração o que distingue os dois conceitos e, sim, o valor que cada um representa do ponto de vista métrico.»

O professor Coimbra Martins admite que Camilo Pessanha «foi sensível à perturbação que introduz no ritmo a mistura irregular de terminações», mas, cautelosamente, a considera pormenor de somenos importância, relativamente às outras qualidades do verso, «expressivas ou musicais», que assim enumera:

Os acentos de obrigação, isto é, com suas palavras: «os acentos tónicos que, segundo uma regra geral, devem aparecer no verso em determinada posição».

A cesura, ou seja, a articulação métrica regular que torna o verso decomponível.

Os acentos que chama livres, isto é, os que se encontram no verso, além dos de obrigação.

Finalmente, a pausa, termo que aplica não apenas em referência às suspensões no fim dos versos mas a todas as suspensões de natureza lógica, a que obriga a leitura inteligente do verso dentro do todo que é o poema.

Quanto aos acentos de obrigação, condicionam eles (segundo conclusões do Autor) seis ritmos distintos do decassílabo de Camilo Pessanha, cinco que denomina *legais,* e um sexto, que diz sair fora de todas as regras:

São eles:

1.º — O decassílabo clássico 6.ª e 10.ª, dito heróico (que abarca 267 dos quatrocentos decassílabos que, aproximadamente, se encontram na *Clépsidra*);

2.º — O decassílabo clássico 4.ª-8.ª-10.ª, dito sáfico (71 versos);

3.º — O decassílabo galego-português 4.ª-7.ª-10.ª (33 versos);

4.º — O decassílabo acentuado fundamentalmente na quinta e na décima, que acentua ser característico dos fins da Idade Média (18 versos encontrou dessa cadência);

5.º — O decassílabo acentuado na 4.ª e na 10.ª, provençal e galego-português (7 versos) e, finalmente, o decassílabo que considera original: acentuado na 3.ª e na 10.ª (de que há 5 exemplos).

À página 11 nos advertira que esses decassílabos são predominantemente graves, «como sucede em geral na poesia portuguesa». Talvez devesse acrescentar *depois do Renascimento,* pois entre os trovadores, por influência occitânica dominava de modo inconcusso o decassílabo agudo, e as linhas que numa versificação de sílabas contadas se apresentam, em fins da Idade Média, com 10 sílabas são, em verdade, versos de arte-maior, de carácter mais acentual do que silábico.

Daí não nos parecer procedente o paralelo do decassílabo acentuado na 5.ª e na 10.ª, empregado por Camilo Pessanha, e do arte-maior decassílabo de Gil Vicente. Tal cadência encontrou-a Camilo Pessanha nos simbolistas franceses, o que, advirta-se, admite o professor Coimbra Martins como segunda hipótese.

Outra ponderação que nos parece pertinente: o decassílabo acentuado fundamentalmente na 3.ª e na 10.ª não é privativo da poesia de Pessanha. Encontramo-lo na poesia trovadoresca, e também, na de um simbolista brasileiro — Alphonsus de Guimaraens.

Em relação à cesura como elemento musical, faz o autor várias observações relevantes e conclui: «Camilo Pessanha conhece as articulações métricas características das várias cadências que emprega; não as considera um elemento de obrigação, embora faça delas um largo uso; não respeita, se isso lhe

convém, a regra clássica que manda coincidir a articulação métrica com uma suspensão lógica. Uma cadência — observa — parece, porém, exigir, mais imperiosamente que todas as outras, o recurso à cesura: o decassílabo acentuado na 5.ª».

O capítulo seguinte, em que o Autor trata dos acentos que denomina livres, afigura-se-nos passível de uma crítica prévia.

Escreve o professor Coimbra Martins:

«O decassílabo de Camilo Pessanha não se contenta com os acentos obrigatórios; além desses, recebe outros, chegando a exigir cinco.»

Não há aí, a nosso ver, originalidade de Pessanha. Todos os poetas da língua se viram na mesma contingência, pois é do génio de nosso idioma não admitir a sequência de mais de três átonas. Servindo-nos do primeiro exemplo que cita — o decassílabo heróico — temos de considerar prèviamente a impossibilidade idiomática de enunciar as 5 primeiras sílabas como átonas. Ainda que de natureza assim sejam, uma das quatro primeiras, pelo menos, há de realçar-se pela posição.

Também merece reparo o facto de o Autor considerar apenas a sílaba tónica fundamental da palavra e esquecer-se da subtónica das palavras dítonas e das subtónicas das palavras trítonas. Sirva de exemplo o verso:

Inapreens*í*veis, *mí*nimas, se*re*nas,

em que o Professor Coimbra Martins sente sòmente três sílabas acentuadas, quando não é apenas a sílaba *si* do primeiro vocábulo que importa ao ritmo.

Assim também no verso:

O *chei*ro a *car*ne que nos embe*be*da...

Essa a razão por que não nos convence a conclusão do Autor de que a busca da originalidade de Camilo Pessanha se concentre, ademais da ressurreição de tipos rítmicos, na acentuação secundária, móvel mas com tendência a fixar-se, determinando assim novos subtipos dentro dos tipos tradicionais» (p. 25).

Do estudo comparativo dos acentos (obrigatórios e livres) e das pausas (em que se consideram as cesuras e as suspensões arbitrárias), chega o Professor Coimbra Martins a três conclusões:

a) A subordinação de Camilo Pessanha às leis prévias do verso é mais aparente do que eral, visto que os acentos de obrigação se apagam muitas vezes em favor de acentos livres;

b) As sílabas em que, mais frequentemente, um acento livre domina o verso são a terceira e a segunda;

c) A quarta sílaba recebe muitas vezes um acento dominante, quer deva ou não ser tónica.

Examina, a seguir, os efeitos produzidos pela partição do decassílabo de Pessanha quando ao acento (obrigatório e livre) se pospõe a suspensão, ou pausa interna: a formação de bímetros, trímetros e tetrâmetros.

A mais significativa conclusão que extrai deste exame é a de comprovar a preponderância do decassílabo trímetro sobre os dois outros.

Finalmente, assim sintetiza as suas observações:

«A poética de Camilo Pessanha, que fere, de maneira tão original, o nosso ouvido, é uma linguagem nova, que só excepcionalmente infringe as regras velhas.

Revela primeiro um conhecimento completo de todos os ritmos que cada metro permite; nenhum outro poeta do seu tempo soube tirar partido, como Camilo Pessanha, das várias cadências que o decassílabo apresentara na poesia portuguesa. Traduz depois uma tentativa secreta, mas pertinaz, para a fixação de uma cadência nova».

Permitimo-nos sugerir ao professor Coimbra Martins um estudo semelhante sobre o simbolista brasileiro Alphonsus de Guimaraens, cuja obra revela também esta preocupação de recriar dentro da tradição rítmica da língua. E curioso: são ambos exemplos — e os mais salientes — do tónus verlainiano na literatura de língua portuguesa, do Verlaine que praticava o verso par; não do que aconselhava o ímpar.

Ao finalizarmos nossa apreciação do trabalho do ilustre Professor Coimbra Martins, queremos deixar bem claro que nossas observações, formuladas com o espírito de colaboração, não desmerecem em nada o valor do trabalho, subsídio valioso para o conhecimento do ritmo de nossos poetas simbolistas. E dada a escassez de estudos semelhantes (no particular só conhecemos mesmo a excelente contribuição do professor Luís Filipe Lindley Cintra para o esclarecimento do ritmo da poesia de António Nobre), ressalta a importância da comunicação que apresentou ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso Brasileiros.

Merece, pois, com toda a justiça, ser incluída nos seus Anais.

Maria da Graça Carpinteiro, *A prosa poética do simbolismo — do fim do século XIX à geração do Orfeu.*

A autora apresenta em sua comunicação uma vista de relance sobre a evolução da prosa poética e fantasista que, partindo do romantismo das *Prosas Bárbaras,* de Eça de Queirós, vai desembocar no néo-simbolismo das novelas de Mário de Sá Carneiro.

Com razão salienta que, quando, em 1866, Eça de Queirós principiou a publicar na *Gazeta de Portugal* os folhetins que depois seriam reunidos sob o título de *Prosas Bárbaras,* algo se escapava do terreno em que germinava o realismo, indissolùvelmente ligado à geração de 70. E com isso, adiantando-se à construção do romance moderno, sòlidamente realizada entre as mãos de Eça, um rumo menor se imprimia à prosa de ficção; rumo pelo qual ela se liberta de moldes e cânones seguros, da obediência a um fôlego disciplinador e tenso, para se lançar no fragmentarismo, na dispersão quase informe, na exploração do pormenor desligado de linhas mais vastas e coerentes. Romantismo fantástico, nebulosidade, delírio extravagante, lado a lado com um ou outro toque naturalista quase só técnico — eis, segundo a Autora, o balanço corrente das *Prosas,* apagadas, como uma experiência irregular, à beira do romance posterior e da sua presença dominante.

A Autora ressalta que, com o adjectivo *irregular,* pretende indicar não só o modo como essa experiência foi realizada, mas também ao próprio género que ela desenvolvia na literatura moderna: a prosa poética, tocando por vezes de perto o poema em prosa.

E, a propósito, relembra que, por essa época, ou seja em 1869, surgiam os *Petits Poèmes en Prose,* de Baudelaire, em que a interpenetração prosa-verso se processa de forma invulgar, em pequenos quadros a que não é alheio, em vários momentos, um certo sabor epigramático. Ao mesmo tempo, a linguagem reveste-se de imagens e metáforas que se aparentam com a célebre teoria das correspondências do soneto de *Les Fleurs du Mal,* achados estéticos que vivificam a frase e lembram que Baudelaire é o precursor de algo de complexo e cada vez mais vasto a que se convencionou chamar Simbolismo.

Sem conseguir com as *Prosas* a projecção da obra de Baudelaire, Eça, no dizer da Autora, situa-se, com este livro de principiante, num caminho que tentativas posteriores viriam a retomar.

Em 1890 dá-se a revolução poética de Eugénio de Castro. Do contágio desse sopro renovador ao campo da prosa é exemplo *Gouaches,* de João Barreira, publicado em 1892.

Um simbolismo exterior, como o de Eugénio de Castro, o vocabulário eivado de vago misticismo, a palavra exótica, o colorido abundante em meios

tons, as alianças desusadas, que assomavam também nas poesias de Oliveira Soares, D. João de Castro e Júlio Brandão, vingam na obra de João Barreira em todo o seu decadente esplendor. Torrentes de verbalismo que se resolvem numa sensação ou numa visão fugitiva levam ao máximo o estilo pomposo e exaustivo dum género disperso, quebrado, molemente «aplastado».

A Autora aponta as concretas influências dos *Oaristos* e das *Horas* no prosaísmo pictórico de *Gouaches.*

E depois de considerar o livro de João Barreira falhado como obra literária, mas de interesse como documentário das linhas dominantes por que se pautava a prosa fantasista da última década de 800, procura caracterizar o simbolismo e suas relações com o impressionismo e o expressionismo.

«Em teoria — adverte — a relação que parece incontestável é a do simbolismo-expressionismo e não simbolismo-impressionismo, pois que o símbolo e seus processos afins são característicos do expressionismo, uma vez que traduzem uma projecção do espírito sobre as coisas, dirigindo-se ao impalpável de que fala Novalis, à alma esparsa no Universo e criada pelo espírito do autor que o sente e pensa — tanto em pintura como em literatura, tanto em prosa como no verso. Tudo isso, porém, se passa em teoria: na prática, nas concretizações, na passagem a acto, as coisas revelam-se bem diferentes e bem difíceis de classificação ou catalogação. Primeiro que tudo, há que considerar o alongamento da palavra «impressionismo» a muitos outros matizes, até a um afastamento completo do ponto de partida, ligado à objectividade pictórica do século XIX, e transitando para a literatura pela mão de Brunetiére, que, em 1879, classificou de novela impressionista *Les rois en exil,* de Daudet, pelo que nela encontrava de poesia pictórica: poder de representar em quadro vivaz a primeira impressão; de separar as sensações elementares e fugidias que compõem uma expressão total.»

Passa então a referir-se a tudo o que se dirigisse à novidade e ultrapassasse o vulgar. Qualquer coisa de bastante semelhante — lembra a Autora — se passa com o rótulo *simbolismo,* tal como o vimos aparecer no século XIX, nem mais claro nem mais fàcilmente definível. A correspondência interior-exterior acha-se assim sujeita a todas as modificações imaginárias, interpretada nas direcções mais divergentes. A exteriorização simbolista, embora expressionista na base, abre-se igualmente ao impressionismo — igualmente e simultâneamente — a um impressionismo que com frequência se afasta da atitude realista donde brotou.

Talvez mereça reparo o facto de a Autora não salientar as limitadas possibilidades impressionistas da linguagem. Como salientam Amado Alonso e Raimundo Lida, a linguagem é des-impressionista, pois a experiência visual impressionista não deve confundir-se com a experiência idiomática de expre-

sá-la, e a expressão da pura sensação instantânea, não deformada por nosso conhecimento prévio é impossível, já que a linguagem supõe necessàriamente um sistema de categorias intelectuais com que saímos ao encontro da experiência individual» (*El Impresionismo*, p. 125).

Examina, a seguir, a Autora, a atitude liretária da geração do *Orfeu*, e que sucedeu ao período da *Renascença Portuguesa*, ou, mais particularmente, do saudosismo. Resssalta os elementos comuns que este apresenta como simbolismo, reflexos ambos do mundo interior no exterior.

Relaciona com eles o *paùlismo*, subtilização de um romantismo especial, cujo nome provém de um poema de Fernando Pessoa – Paúis – e põe-nos diante de um facto curioso: novo surto simbolista decadentista que, devido à sensibilidade daqueles que o cultivavam e que a eles se ajustava plenamente, oferece aspectos que o superficial verniz de 1890 não roçou sequer. Esse segundo surto ficou assinalado por uma prosa que, desde os apontamentos do *Livro do Desassossego* de Fernando Pessoa, apenas válidos, no dizer da Autora, como «acompanhamento em tom menor», até a realização de inegável interesse que é a novela poética de Sá Carneiro, se ajusta de facto às teorias-base do tão discutido simbolismo e efectua finalmente um certo ajustamento entre os conceitos perdidos e flutuantes que por esta altura eram o simbolismo e o expressionismo. E acentua: «Essa espécie de neo-simbolismo é, entre nós, mais autêntico que a escola da origem; e só com o que constituiria a grande revolução da literatura portuguesa do século XX – o modernismo – essa sobrevivência do século passado encontrou realmente a sua tradução mais aproximada.»

Depois de examinar as características do excerto de Fernando Pessoa intitulado *Na floresta do alheiamento*, e publicado no número de Agosto de 1913 da «Águia», em que o tom hermético e brumoso revela uma obscuridade cem por cento paúlica, que destoava da calma banal da revista – passa a deter-se nas novelas de Mário de Sá Carneiro, que depois seriam incluídas na *Confissão de Lúcio* e na colectânea *Céu em Fogo*. Um esteticismo hipertrofiado e aristocrático, um decadentismo que se compraz em vagos perfis degenerados, e numa discriminação minuciosa das sensações, um futurismo agitado, ruidoso e original, e ainda qualquer coisa que precursoramente esboça um suprarealismo incipiente, estribado num agudo sentido do absurdo, eis as características que a Autora atribui às novelas de Sá Carneiro. Do ponto de vista estilístico, temos uma linguagem fortemente expressionista, tensa, entrecortada de exclamações. A Autora devia, talvez, examinar os tipos particulares de repetições que caracterizam as novelas de Sá Carneiro. Depois de examinar sumàriamente esse verbalismo com que procura retratar o mundo sonhado, verbalismo que vai até ao delírio do imagístico puro, ao poema

em prosa, enxertado em plena novela, procura penetrar no plano da novela de Sá Carneiro, em sua estrutura simbólica, e mesmo suprarealista. Reconhece que só em Sá Carneiro existiam condições para um aprofundamento desse género. E conclui: 1.º – a prosa híbrida que, na literatura moderna, despontou com as *Prosas bárbaras* e flutuou depois ao sabor das escolas, sem o apoio de um sustentáculo de autêntica ficção, é um género que se presta aos maiores abusos, e tende a dissolver-se em preciosismos em mãos que não ultrapassam um discreto tom menor; 2.º – o caminho que se lhe ofereceu foi o do simbolismo, parente e herdeiro do romantismo de que nasceram as *Prosas;* 3.º – a prosa poética ligada ao simbolismo apenas produziu uma obra digna desse nome – a novela poética de Sá Carneiro – no meio de experiências de aspecto provisório e mal definido, esparsas na «Águia» e no «Orfeu».

Se parte dessa mesma novela não se nos afigura hoje ultrapassada e excessiva, diz-nos a Autora, é porque grande parte do seu valor se relaciona com o elemento simbólico e não com o que é pròpriamente simbolista – justificando a diferença existente entre os dois termos tomados no sentido exacto. Precisamente por ser de todos os tempos, o simbólico resiste à acção dos anos, melhor do que as características do simbolismo – escola literária. Embora sucinto, o estudo de Maria da Graça Carpinteiro apreende, em suas linhas essenciais, a evolução da prosa poética e fantasista de meados do século XIX aos começos do século XX. Além das qualidades de depuração crítica que revela no seu estudo, não se pode calar uma outra – a de escrever bem. Em verdade, é essa magia da expressão que sobreleva no trabalho, que merece ser transcrito nos Anais deste Colóquio.

TEMA 6 — INFLUÊNCIAS RECÍPROCAS ENTRE ESCRITORES PORTUGUESES E BRASILEIROS DO SÉCULO XIX NA PROSA DE FICÇÃO

Não foram apresentadas comunicações sobre este tema

RELATOR
JOSUÉ MONTELLO

ÍNDICE

Págs.

Págs.

SECÇÃO II — A LÍNGUA

SECÇÃO III — A LITERATURA

FIM DO PRIMEIRO VOLUME

* A inclusão de um Tema entre parênteses rectos indica que não foram apresentadas comunicações referentes a ele, tendo sido geralmente entregues ao relator trabalhos sobre outras matérias.

N. do E.: Devido a graves dificuldades técnicas, dos quatro mapas que deviam acompanhar a comunicação de A. M. Badía Margarit, *Sobre la distribución geográfica de la toponimia de origen portugués en el Brasil*, págs. 227-244, não foi possível incluir neste volume senão os números 1, 2 e 4.